ATA Nº 2771/2018

Aos vinte quatro dias do mês de julho de dois mil e dezoito, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito - GP**; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN**; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMIM**; e Cláudia Remião Franciosi (Titular), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Vinícius Vieira de Souza (Titular), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS)**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Sérgio Koren (1º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil - SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **CONVIDADOS:** Bruno Conrado, **Empresa LUDEMAX**; Nelson Lambel, **Empresa MLX Empreendimentos Imobiliários**; Armando José da Costa Domingues, **Procuradoria Geral do Município – PGM**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação da Ata nº 2770/2018; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações: 4.1. Resposta da demanda dos conselheiros sobre a alteração do decreto; 4.2) Entrega e apresentação da proposta de revisão do Regimento Interno e calendário**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 14h15min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Boa tarde a todos. Quero apresentar a vocês a Patrícia, que é taquígrafa. Então, as reuniões serão

facilitadas, as atas, com o serviço de taquigrafia. A Secretaria preside dois conselhos, o Conselho de Meio Ambiente e aqui, o CMDUA. No COMAM já era uma prática e decidimos ampliar aos dois conselhos. Eu acho que todos ganham com isso. Seja bem-vinda, Patrícia. Um bom trabalho. **ITEM 2: Votação da Ata nº 2770/2018.** Alguma observação em relação à ata? Todos receberam? Para fins de aprovar da ata, quem é contrário que se manifeste. Favoráveis permaneçam como estão. Abstenções? (Contagem de votos = 05 abstenções). **APROVADA A ATA Nº 2770**. **ITEM 3: Ordem do Dia. 3.01. EXPEDIENTE 002.050619.16.0 (Interessado: CMDUA. Assunto: Seminário de Planejamento. Relator: Comissão de Revisão do Plano Diretor. ADIADO PARA PRÓXIMA PLENÁRIA.** Ao que me consta nós colocamos para a próxima reunião, onde faremos um espaço maior para esta pauta, considerando a importância do tema para esta agenda. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Secretário, eu fiquei de fazer um resumo do que foi o trabalho da revisão do Plano Diretor. Em face de uma notícia que teve no Jornal do Comércio, o Jornal do Comércio fez uma matéria apresentar da IAB, dizendo que eu havia solicitado ao governo que se posicionasse sobre o Plano Diretor, sobre a revisão do Plano Diretor. Como eu não sou governo, para não abrir confusão quero apresentar o relatório depois que o governo apresentar o seu relatório da revisão do Plano Diretor. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Está certo. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para também lembrar que esta pauta do seminário do planejamento está ocorrendo, agora teve um intervalo por questão de férias da UFRGS. É um seminário que foi gestado dentro deste conselho e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em que todos os conselheiros tem sido convidados. Lógico, os que não estavam no conselho não foram, mas serão de agora em diante convidados a participarem. É a cada 15 dias, no sábado pela manhã. Então, fica este convite e para a próxima edição enviaremos para a secretaria o convite. Aos novos conselheiros fica a notícia de que, infelizmente, apenas uns 3 ou 4 conselheiros na gestão passada foram no seminário, um seminário gestado dentro deste conselho, como uma demanda deste conselho. **Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS):** Só para esclarecer essa colocação do Gomes, o Jornal do Comércio ligou depois da reunião e questionou que o conselho estava debatendo questões referentes ao Plano Diretor. Eu mencionei que ainda não, que havia a possibilidade dessa apresentação no conselho e que havia a solicitação à prefeitura de apresentação. O senhor na ocasião disse que seria feito. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa tarde a todos e a todas. A Patrícia já me conhece, seja bem-vinda. Nós nos conhecemos do Conselho do Orçamento Participativo. É um prazer tê-lá aqui. Primeira questão, Secretário, ontem recebemos um despacho sobre a análise do decreto. Eu entendo que este é um tema importante para colocarmos, já que estamos recebendo processos sem ter uma discussão sobre o regimento interno, sobre o próprio decreto. Então, temos que ter cuidado para que a gente não comece o trabalho sem antes ter uma sistemática aprovada por todos. Eu não quero com isto prejudicar nenhum processo, mas ter uma legitimidade. Eu não me sinto legítimo a votar nada aqui. Ontem eu falei na reunião que eu não votarei nada enquanto não estiver regulamentado todo o processo, inclusive, a restituição do tempo do nosso mandato do novo conselho, que não é de 18 meses e sim de 24 meses. Então, acho importante mantermos uma sequencia de discussão, coloco isto para os meus pares para que a gente avalie isso, não querendo prejudicar a continuidade do trabalho, análise de processo, não é isso. É apenas termos uma segurança jurídica e legal para que a gente possa trabalhar. Obrigado! **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal**

de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Boa tarde. Para quem não me conhece, sou a Arquiteta patrícia, antiga representante da SMURB, agora estou representante da SMDE aqui no conselho. Eu queria falar com vocês sobre uma questão, agora com a nova eleição do conselho precisamos alterara composição do Comitê de Desenvolvimento da Operação da Lomba do Pinheiro, da operação consorciada. Esta composição é feita por 03 representantes do município, 03 representantes da sociedade civil organizada e 03 representantes da comunidade. Em relação aos representantes da comunidade seria um conselheiro e mais dois delegados da Região de Planejamento 7. Só estou dando um informe para podermos ir organizando. Queria solicitar à equipe que cuida deste trabalho para fazer uma agenda para apresentarmos a todos e organizar esta eleição. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Vamos pautar nas comunicações, porque agora estamos no Item 3.01, que é o Seminário do Planejamento. Seu Felisberto, existe uma ordem vigente, que é o regimento que está em vigor e o decreto que está em vigor. O senhor tem a sua liberdade de exercer o seu mandato aqui no conselho da forma que melhor lhe convir, em relação à representatividade da sua região, mas não existe um vácuo. Então, juridicamente, existe um regimento que está em vigor e a gente apela que esta continuidade permaneça, porque a cidade não para. Mudaram os conselheiros, mas existe uma ordem estabelecida, que é um regimento aprovado, é o decreto. Então, é importante registrar com o máximo respeito da sua colocação, do seu ponto de vista. **ITEM 3.02: EXPEDIENTE 002.280305.00.4. (Interessado: LUDEMAX. Assunto: EVU Estudo de Viabilidade Urbanística. Relator: SMOV)**. Nós temos a apresentar do Arquiteto Bruno Conrado. Colocando que este processo está na pauta, pelo menos neste mandato, há três reuniões. Na primeira retiramos de pauta, na segunda retiramos, mas agora, conforme combinamos na reunião passada, pedimos que o empreendedor viesse fazer a apresentação. Este processo foi apresentado na outra gestão do conselho. Bom, não vem ao caso. Vamos à apresentação. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu só quero, Secretário, chamar atenção ao fato de que o processo do aeroporto não retornou para a pauta. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Eu tenho um retorno a dar. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Mas de qualquer maneira não está na pauta. Eu só queria chamar atenção para isso. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Bem registrado. Eu poderia ter falado na abertura, mas tem um parecer aqui da SMDE. **Bruno Conrado, LUDEMAX:** Boa tarde, pessoa. Eu me chamo Bruno Conrado. Não sou arquiteto, sou administrador, sou o empreendedor responsável pelo terminal. Antes de entrarmos na parte técnica ou contextualizar o que temos, para vocês entenderem melhor o que desenvolvemos. O Terminal LUDEMAX é onde era a antiga fábrica de óleo Merlin, foi uma das maiores refinarias de óleo do Brasil, foi desativada em 94, ficou parda até próximo de 2008, quando eu arrendei o terreno para desenvolver uma atividade de logística. Hoje é um terminal logístico, onde os nossos principais clientes são os nossos próprios vizinhos que vocês devem conhecer, a iara Fertilizantes, Piratini Unifértil, Heringer e Bunge. Nós temos, aproximadamente, 7 hectares de área com 400 metros de frente para a Free-Way. A atividade de armazenagem de desenvolve em torno de 19% do total da área que temos, que é a área que está impermeabilizada hoje. Quando começamos, há 6 anos, uma das principais atividades era cuidar da área regulatória e fazer toda a regularização do imóvel e perante aos órgãos para começarmos a trabalhar. Hoje nós temos em vigor uma licença de operação de grãos, onde temos interesse em começar a fazer armazenagem de soja e cevada, que hoje tem a licença de operação de fertilizantes

também. A título de informação, nós temos uma capacidade de descarga de 350 mil toneladas/ano, mais ou menos essa movimentação, sendo que a capacidade de granel sólido é 70 mil. Para os padrões de Porto Alegre é muita capacidade, para padrões de Rio Grande é pouco. Para vocês entenderem, cada barcaça que a gente descarrega lá são mais ou menos 150 carretas que deixa, de circular nas estradas e deixam de entrar em Porto Alegre em função de usarmos o transporte do aviário. Dentro dos processos de regularização a gente paga R$ 120 mil/ano de IPTU, ainda tivemos que parcelar, porque a família que era proprietária do imóvel acabou deixando algumas coisas para traz, nós fizemos um parcelamento e vamos pagar R$ 300 mil nos próximos anos de IPTU para fazer a regularização do imóvel. Eu coloquei o número de caminhões ano, mês e dia que deixam de circular em Porto Alegre em função do uso da hidrovia. Esta é uma foto aérea da área, deve ser de 2012, tem algumas diferenças, mas hoje o nosso total de área é este aqui (*slide*). Então, um pouquinho das atividades, as descargas das barcaças que vêm de Rio Grande. A gente faz armazenagem de produtos paletizados e aqui são os produtos a granel dentro de um armazém. Assim, para tentarmos entrar na área mais técnica, que é um processo que eu me envolvi bastante, talvez alguma dúvida que vocês tenham o Ricardo, o arquiteto que nos auxiliou aqui, vai ajudar. Antigamente isto era uma refinaria de óleo de soja, a área de utilização, inclusive a área sobre a APP é muito maior. O projeto aprovado, de 77, pegava toda esta (*slide*) área. Aqui (*slide*) é uma carta de habitação do imóvel de 76. Aqui (*slide*) é uma foto antiga, onde a maioria das empresas não estava lá. Não sei a data desta foto. A Companhia de Energia Elétrica já existia. A área que vamos discutir tinha um prédio, que era da refinaria e extração de óleo. Os prédios que têm Habite-se estão regularizados, em azul. A nossa solicitação é regularizar as áreas em verde, que dá em torno de 750 metros de área, também viabilizar a construção de mais 449. Detalhe importante, a área de APP está cruzando aqui. Então, o limite de APP está aqui (*slide*) e o que queremos regularizar que está dentro de área de APP são 449 e 71 metros, aqui tem mais 164, que dá em torno de 600 metros, que está no limite da faixa de APP. Nesta área hoje não tem nada, tem uma horta grande que fizemos para os funcionários. O prédio passa na frente da área de APP. Qual a defesa que faço? Este imóvel estava praticamente sucateado, a família não tem interesse nenhum em continuar com o empreendimento. Hoje estamos empregando, com carteiras assinadas, em torno de 15 funcionários, vai a 30 no período da safra. Temos interesse em investir e desenvolver. Um dado muito interessante, porque eu sou o entusiasta do transporte hidroviário, hoje temos praticamente 4 milhões de toneladas de soja passando por Canoas, que tem muito menos área de rio do que nós de Porto Alegre, e nós não temos um grão de soja passando por Porto Alegre,s endo que a soja é o que move o país hoje. O empreendedor é como se estivesse em uma esteira de academia, no momento que arar de caminhar para tentar crescer, já começa a voltar. Então, entendo que a gente tem que cumprir as regras, que são super-rigorosas. Eu tive diversas visitas do pessoal da SMAMS, mudamos barreira de contenção, montamos filtros em todos os bueiros, inclusive, nos que não são nossos, que são da Free-Way para filtrar a água da chuva que passa por dentro do imóvel. Temos interesse em continuar investindo e desenvolvendo. Lógico, o interesse passa por conseguirmos regularizar e aprovar, porque além do rigor dos órgãos, qualquer cliente que vá armazenar um grama de qualquer produto, vai me exigir todas as licenças e alvarás possíveis. O meu principal cliente é uma empresa dinamarquesa de fertilizantes, os caras só faltam exigir que tenha flores dentro do terminal portuário. Então, é isto, fico à disposição para perguntas. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Este teu relato esclareceu muita coisa, inclusive, sendo terminal portuário, a legislação da APP tem as exceções, até porque não existe

porto fora da água. Então, tem as exceções ali que a entidade pública, interesse social, sendo que se é um porto, obviamente, vai estar em APP. É importante só para esclarecer e não ficou bem apontado no outro processo. Inscrições: 05 inscrições. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para lembrar que não está há tanto tempo aqui este processo no conselho. Já tivemos o relato pelo Conselheiro Paulo, na época representante da SMOV, o parecer foi contrário, acompanhado pelo relato de alguns conselheiros que pediram vista ao processo. Houve um único relato de vista a favor da solicitação inicial, que foi do Conselheiro Emerson. Bom, teve que fazer uma nova tramitação, tendo em vista que o primeiro parecer foi derrotado. Veio para votação e, infelizmente, do meu parecer de vista, não foi nem lido, porque ali apontava uma ilegalidade do processo. Então, volto a questionar se a ilegalidade foi sanada, tendo em vista que a área não era locada e as proprietárias passaram procuração dizendo que a locadora poderia fazer solicitações, mas sempre com o aval. Portanto, a abertura do processo só poderia ter ocorrido com a assinatura de uma das proprietárias e a locatária. É o que está na procuração, não foi respeitado ao abrir e deixar tramitar dentro da secretaria um processo sem a anuência, mas a proprietária sabia o que estava sendo solicitado. Nós temos que olhar, saber se foi corrigida esta ilegalidade no processo. Na última reunião – *não, não, manda tocar o processo e depois corrige a ilegalidade*. Não podemos ser coniventes em aprovar uma coisa que se sabia que era ilegal. Outra questão, o representar da empresa já conversou, nós também somos defensores do transporte fluvial, porque hoje o Brasil optou pelo modelo errado, pelo transporte rodoviário, e a greve dos caminhoneiros deixou bem claro isso, que é o modelo errado, porque o mundo inteiro não segue. Nós estamos com um modelo que vai contra o que o resto do mundo faz, mas, também, não podemos por uma luta interessante, por uma causa interessante, abrir mão de outro lado. O Secretário fala que é uma área de porto, lógico que vamos ler a legislação das APPs, tem que ler com mais carinho e cuidado; mas eu não vejo porque edificar mais 400 m². Aquele prédio da antiga CEEE é de 1940, que nem existia a atual legislação, a publicação do meio ambiente é de 81. Então, nós tivemos um monte de obras antes de 81, só não pode porque foi feito antes de 81 fazer qualquer julgamento. Hoje nós sermos a favor de mais 400 metros construídos em área de APP, acho que é bastante questionável. Nós temos muitos locais para construir nesta cidade, não precisamos aumentar em área de APP. Eu represento a ABES no Comitê Gravataí e o que vemos é um constante alagamento lá para cima, porque aqui cada vez mais se aperta o rio, constrói-se mais em torno do rio e depois a população de Cachoeirinha e Gravataí que respondem. Fico com a conversa inicial que tivemos, informalmente, com o representante da empresa, fica esta demanda de que seja retirada esta construção a mais dentro da APP. Eu acho que tu cometeste um pequeno deslize na apresentação, porque apresentou a linha da APP e dizendo que é a área que tu queres regularizar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** São duas áreas. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A área construída dentro da APP. Tem dentro do próprio imóvel as áreas que não são de APP e poderiam ser feitas as edificações nessas outras áreas. Nós dentro deste conselho e o relato do Conselheiro Paulo, da SMOV, o escopo com o embasamento legal, o embasamento que está dentro do processo, é para comparar a Av. Ipiranga, que foi uma avenida que foi consolidada, mas ninguém está pretendendo construir dentro do Arroio Ipiranga. Então, eu acho que o parecer que está ali, eu acho que foi forçado votar esse parecer para poder justificar a possibilidade de edificação em APP. Então, fica a nossa posição. Enquanto houver a construção de 400 m² a mais dentro da área de APP somos contrários. **Hermes de Assis**

Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Boa tarde a todos. Eu vou fazer, primeiro, um esclarecimento a todos porque eu sempre digo “Hermes Puricelli”. Existia um colega no planejamento que durante 40 anos trabalhamos juntos. O meu colega Hermes Puricelli, por uma responsabilidade própria, foi indiciado por corrupção e me causou um constrangimento que até hoje eu pago por isso. Aqueles amigos antigos que sabem que existia um Hermes, que era do planejamento, ele é engenheiro e eu sou arquiteto, por isso eu sempre insisto, porque até hoje me incomoda isso. Hoje eu vou dizer isso e não repito mais. Presidente, eu fico constrangido com o que vou dizer, até não gostaria que os nossos convidados estivessem aí, mas, assim, é um alerta aos nossos conselheiros. Como eu disse, já presidi este conselho, já participei várias vezes e eu vejo coisas que foram ditas na apresentação passada, que me levam a um zelo triplicado quando vou analisar um processo. Está aqui na ata da reunião passada, pág. 6, 12 e 13: “Informou que, segundo o parecer da PGM e SMAMS, a área não pode ser considerada APP, pois são intervenções irregulares”... Não são intervenções irregulares... “Diz que todas as construções têm Habite-se e projeto aprovado”. Isto é uma inverdade. Depois: “Diz que os prédios do local não serão demolidos e a construção de um escritório de 450 metros”. Não é verdade. Isto me deixa muito preocupado. Não é uma questão como foi dito, isto é falsidade ideológica, é um troço muito sério. Eu acho que, ou este conselho leva a sério os conselheiros e a cidade, ou nós vamos brincar de nos reunirmos aqui. Depois, a partir do relato ou de uma intervenção da Conselheira Tânia, a quem eu passei a admirar muito, ela disse textualmente, disse que não tinha o conhecimento profundo a cerca do que o processo tratava, na fl. 7, pág. 1, 2, 3 e 4. Disse que possuía muitas dúvidas em relação à construção, até porque o próprio Presidente falou que seria um escritório, mas poderia ser um silo. Aí o Presidente corrigiu e disse que não sabia. Ah, nós estamos brincando aqui, tchê! Sinceramente. Isto aqui é muito sério, não sei se eu sou exagerado nas minhas ações, nas minhas verdades, mas eu acho muito sério. Vêm relatores aqui para tentar ludibriar! E agora mesmo foi dito, são 747 metros de regularização e 449 de construção, a maioria em área de APP. Eu fui ao local. Assim, eu tenho inveja quando tu colocas que os estrangeiros só faltam exigir flores. Eu sei que as nossas indústrias, a grande maioria, é assim, mas é um local muito mal cuidado, muito deteriorado, é junto ao rio. Por que no Brasil as coisas são assim? Por que não fazem melhor? Eu fico triste de ver, porque a gente ainda comenta que só faltam os estrangeiros, ou sei lá quem, os dinamarqueses, exigirem que tenha flores. Agora, do nosso rio, da nossa cidade, fazemos o mínimo do mínimo, e se der para ludibriar ludibria. Não estou falando da empresa, tá!? Mas, anteriormente, funcionava irregular. Quanto à questão eu concordo, é uma área de APP, até tem espaço para regularizar lá, para ampliar dentro de uma área que não seja APP. Nós temos que pensar em resgatar o parecer, porque o parecer do Paulo foi muito bem colocado, ele diz em outras palavras que nós temos que pensar em resgatar e não em – se está ruim vamos piorar. Já é uma área deteriorada, o que tem a gente piorar um pouquinho? Terminei. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu fico surpreso, como que as coisas para as empresas a gente aprova ou fecha o parecer favorável, para resolver a área de comunidade é um parto? Então, quando tem atividade econômica se permite certas irregularidades. Quando é de comunidade são feitas exigências que às vezes as comunidades não têm como resolver e a própria estrutura da prefeitura não cria instrumentos para viabilizar a aprovação de projetos. As exigências às vezes são estapafúrdias. Assim, área em beira de rio tem que ter muito cuidado, porque é deste rio que deságua no lago, chamado de Lago Guaíba, que eu considero um rio. Então, temos que ter cuidado! Até hoje não me esclareceram se vai ser só grão ou fertilizantes, que tipo

de fertilizantes, qual o cuidado com o armazenamento desse fertilizante? Hoje, no Congresso Nacional, foi aprovado o agrotóxico. Tem outra coisa que me chamou atenção, a licença da operação apresentada encontra-se vencida. Tem parecer aqui, do conjunto de maio deste ano. Foi regularizado isso? Eu não sei. Então, eu sou contrário à aprovação. E mais, depois do relato do Hermes dizendo que foi no local e viu o estado em que se encontra, uma área degradada, mais o parecer do Paulo, eu não me sinto, desculpem-me os empreendedores, mas eu acho que nós temos que ter cuidado quando exigimos certas coisas para a cidade. Nós temos que começar a melhorar. Então, é isso, o meu voto será contrário. Obrigado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Gostaria só de registrar, eu havia solicitado vista na última sessão e ficou combinado que o processo ficaria disponível na Secretaria. Ontem eu ainda comentei com a Aline, eu estive aqui duas vezes e não consegui ter acesso ao processo. Então, eu me sinto prejudicada nesse sentido. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Eu fiquei preocupado pela fala do Conselheiro Felisberto fez, eu reforço, quais são os fertilizantes? **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu gostaria de perguntar ao empreendedor, ele falou sobre as toneladas, o que produz ali, produz emprego para Porto Alegre, porque eu acho que além de avaliar o rio é toda Porto Alegre. Nós temos que ver Porto Alegre se desenvolver e crescer. Se chegar um empreendimento aqui e começarmos a barrar empreendimento, nós estamos negando emprego para a população pobre que precisa trabalhar. Quer dizer, a classe média e alta trabalha onde? Na Assembleia, na Fazenda (Inaudível). Então, a minha preocupação é quando chega empreendimento aqui que dá emprego para a população, também ter este olhar para discutir, porque vai ser emprego de quem? Não é de vocês. Aqui tem engenheiro, empresários. Eles vão empregar a população lá da periferia, da favela, onde eu moro, que as pessoas trabalham nos carrinhos, que moram em uma situação horrível e precisam trabalhar. Então, temos que equilibrar. Tu tens razão sobre o rio, tudo bem, mas se tem emprego para a população, temos que avaliar todos os setores de Porto Alegre. Quer dizer, eu vejo que a empresa dele não é tão pior que algumas empresas que estão na beira do Rio dos Sinos, que degradam o Rio dos Sinos. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Obrigado, Paulo. Sob o ponto de vista ambiental, quero colocar um ponto específico, que é este conceito de APP. Muito se fala em APP, porque é 50 metros de rio, mas a questão, o fundamento da APP, que é o art. 3º do Código Florestal, ele coloca as funções ecológicas nessa APP. A APP é uma área sim, mas com determinadas funções ecológicas de fluxo higiênico, de contenção de erosões e assim por diante. O fato é que não existe isso em área portuária. Este processo é exatamente como se o prédio fosse construído na Mauá, na frente do cais, pega faixa de APP, mas tem um cais, todo um porto que não pode ser ignorado. É a mesma coisa que o Shopping Praia de Belas, tem o Arroio Ipiranga, tem a Av. Ipiranga e o prédio, vai dizer que o shopping está em APP. Um ponto que nós precisamos esclarecer, falo isto para contribuir na sua fala, Seu Hermes, aquele trecho da ata que o senhor leu que estava tudo regular, é tudo regular menos o que está querendo regularizar. E aqui o empreendedor trouxe o slide, que o outro está melhor, que é o seguinte, o que está em azul está regular, inclusive, um silo que está muito mais próximo do rio. Em verde é o que está irregular e o processo busca regularizar. O que está em vermelho não está construído, que é este espaço de 50 metros, não está construído e se pretende construir. É disso que estamos falando. Vou passar a apalavra ao empreendedor. **Bruno Conrado, LUDEMAX:** Respondendo pontualmente. Conselheiro Campani, eu conversei contigo aqui mesmo, foi um ou dois dias depois, mas pessoalmente trouxe as

procurações e anexei os documentos dentro do processo. Então, está no processo as duas procurações das proprietárias do imóvel. Conselheiro Hermes, concordo com o senhor, está horrível, não tenho orgulho nenhum. Eu sou o responsável e acho horrível ter uma empresa daquele jeito, mas eu digo, só tenho a empresa daquele jeito porque é o único jeito que eu consegui viabilizar. Eu fiz o negócio sem colocar um real, com base na confiança da família que eu ia desenvolver um negócio lá. Então, o senhor pode ter certeza que ninguém quer mais do que eu reformar tudo, porque é na entrada de Porto Alegre, é o meu negócio, minha casa, porque fico mais do que na minha casa. Eu não tenho orgulho nenhum, está muito feio, mas ele está mil vezes melhor do que era. Imagina uma refinaria de óleo que ficou anos sem funcionar, era um horror, tinha bicho, tinha gente morando lá dentro, quatro pessoas moravam lá. Não foi um processo simples. Eu tentei viabilizar pelo BNDES, não consegui, abri o negócio junto com a crise. Está horrível, está no orçamento da empresa pelo menos pintar os prédios, porque preciso fazer o seguro e a seguradora pediu para melhorar. Não vai ser feito da noite para o dia, vamos ter que ir fazendo conforme as coisas se viabilizarem. Felisberto e Vinicius, os tipos de fertilizantes e adubos, a gente recebe o que vem a granel, que é ureia, cloreto de potássio, fosfato monoamônico. O processo é este, é um processo que vem a granel e a gente descarrega a granel de dentro das barcaças e dos navios. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Então, vamos votar o parecer. É um parecer de aprovação pelo o que a CAUGE deliberou. Até perguntaram o que era a CAUGE, é a comissão interna da prefeitura, formada por todas as secretarias da prefeitura que tem algum envolvimento no processo que está sob análise. Então, o parecer é favorável para permitir a regularização do que está em verde e a construção desse espaço de, aproximadamente, 450 metros, que está em vermelho. Parecer favorável, submeto à aprovação ou não desta manifestação e deliberação da CAUGE. **Bruno Conrado, LUDEMAX:** Eu só esqueci de responder ao Conselheiro Paulo. Nós começamos por 4 funcionários, hoje estamos com 15 com carteira assinada, a maioria é chão de fábrica, operador de máquina, auxiliar de serviços gerais. Nós temos uma coordenadora administrativa e a ideia é até o final do ano contratar mais 3 ou 4 pessoas. É pouco, mas, indiretamente, são mais de 90 donos de caminhões pequenos que fazem os transportes para os nossos clientes. Então, entre diretos e indiretos, na época da safra, que vai de março a outubro, em torno de 150 pessoas. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só uma precisão o que vai ser votado é o parecer do Gabinete do Prefeito, que é o relator. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Muito bem colocado, a Aline já havia colocado aqui, o que vai a votação é o parecer do relator. O relato é da Luana, que representa o gabinete do Prefeito, o Cassiano é suplente e está aqui. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Questão de Ordem. Eu sou novo no conselho, tenho visto em algumas votações da forma inversa, aqueles conselheiros que não tiverem nada em contrário que se manifestem, enfim. Eu noto que em outros conselhos de igual natureza isso se dá, via de regra, naqueles processos que são naturais, mais do cotidiano, quando de trata de questões que envolvam o mérito, sempre é positivo que a gente tenha uma tranquilidade mais e a gente possa ter isso mais nítido. Então, se possível, que fosse feito de forma diferente, se é possível de ser feito. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Com certeza, se tu perceberes nós fizemos as três reuniões deste mandato e a única coisa que aprovamos foi a ata e a pauta do plano, por isso fiz a votação

por inércia. Então, o parecer do Gabinete do Prefeito, quem é favorável, por favor, que se manifeste. Quem é contrário? Abstenções?
DEMHAB: Favorável; EPTC: Favorável; GP: Favorável; METROPLAN: Favorável; SMAMS: Favorável; SMDE: Favorável; SMIM: Favorável; UFRGS: Contra; ABES/RS: Contra; ACESSO: Abstenção; AREA: Favorável; CAU/RS: Contra; IAB/RS: Contra; SAERGS: Contra; SENGE/RS: Contra; SINDUSCON: Favorável; SOCECON/RS: Contra; RGP. 1: Contra; RGP. 2: Abstenção; RGP. 3: Favorável; RGP. 4: Contra; RGP. 5: Favorável; RGP. 6: Favorável; RGP. 7: Contra; RGP. 8: ausente; Orçamento Participativo: Favorável.

(Contagem de votos = 14 votos favoráveis; 10 votos contrários e 02 abstenções). **APROVADO O PARECER DO RELATOR FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DO EVU**. Bruno, obrigado! **ITEM 3.03: EXPEDIENTE 002.314207.00.8. (Interessado: MLX Empreendimentos Imobiliários. Assunto: EVU. Relator: EPTC).** Nelson, por gentileza. A palavra está a sua disposição. **Nelson Lambel, MLX Empreendimentos Imobiliários:** Boa tarde, pessoal. Sobre o projeto, trata-se de um condomínio, um lote em uma área de loteamento urbano, que foi aprovado em 1984, cujo lote teve o seu desenvolvimento de construção parado, não teve continuidade. Eu tenho uma planta aqui, do loteamento original. Esta planta que estou passando é do loteamento original, aprovado em 84, 86. Nele existem vários empreendimentos, condomínios de casas e edifícios, também alguns lotes. O que estamos tratando é da Quadra D, especificamente, que é um dos lotes aprovados nesse loteamento, só que o processo de construção não se completou. Esta é uma foto aérea onde mostram os prédios que estão executados e a área onde não foram executados os prédios. É nesta área que estamos trabalhando, apenas uma faixa, uma parcela do lote dentro do condomínio. Durante este tempo o planeta mudou, não posso fazer a mesma altura dos prédios que estão aí, ou seja, hoje são 9 metros de altura, os prédios existentes no lote são de 06 pavimentos. O que reivindicamos é que pudéssemos executar os prédios com altura idêntica a dos prédios já existentes. Isso foi aprovado. A outra questão era o aproveitamento, quando há um processo de aprovação parte do licenciamento implica na execução do processo de regularização no cartório, ou seja, o registro da incorporação. Este registro de incorporação está feito e é feito sempre antes da aprovação final. Como os imóveis já existentes tem uma fração ideal que não corresponde à realidade. O projeto visa fazer essa compensação também. Ou seja, eu preciso ter em torno de 18.000 m² de área privativa para repor naquele local para que não tenha que fazer uma retificação de todas as matrículas, de todos os proprietários, inclusive, já existentes. Não sei se os senhores têm alguma dúvida. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** A EPTC quer se manifestar? A Carla já relatou o processo na semana passada. Inscrições: 5 inscrições. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Tenho apenas algumas questões ao Nelson. Falou na incorporação, hoje tem Habite-se parcial? Como é siso? **Nelson Lambel, MLX Empreendimentos Imobiliários:** Tem parcial. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** E a propriedade da área que não foi construída, ela foi repassada? Ela é do empreendedor original? Como é isso? A dificuldade que tu colocaste hoje é o gabarito de altura, que para este empreendimento foi diferenciado na época, eu vejo assim. É isso, basicamente. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Boa tarde a todos. Dois esclarecimentos primeiro é a relação que tem a EPTC, teve uma discussão, deve ter uma relação, pode ser questões de impacto de trânsito, não sei. Outra, é só em relação á altura que não puderam avançar no projeto? A questão do

Habite-se, por que tem parcial? Desculpe, eu também estou aprendendo e gostaria que o senhor me ajudasse tecnicamente. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Tenho uma dúvida. Tem um percentual que tem que ser protegido do local. Esse percentual de espécie, o que vai ser protegido, vai destacar as espécies que já são protegidas por lei de fato? E daria para calcular esse percentual total, ou se vai proteger incluindo essas espécies que já são protegidas por lei? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria saber qual o número de pessoas que serão empregadas, dentro da ótica de empregos, e quantas unidades habitacionais serão geradas e que vão render recursos para o município, para o IPTU? Então, queria saber isto, porque se fala to que o município está em déficit. Então, é um empreendimento que vai gerar renda. É fundamental para que a gente tenha recursos para aplicar na resolução dos problemas da cidade. É uma atividade que tem que incluir as pessoas, tem que gerar renda própria e não simplesmente porque vai gerar, mas contamina o solo, aí vamos deixar esse (Inaudível) para o futuro. Então, isso é muito perigoso. Ah, está gerando tantos empregos, então, vale a pena! Não! Contaminou, não tomou cuidado, sempre serei contrário. Projeto que melhore a qualidade de vida das pessoas, que dê contrapartida, que construa a melhoria na região, sempre serei favorável. E que preserve a natureza, plantação de árvores, preservação com as áreas, qualidade de vida dos moradores, terá sempre o meu voto favorável. Então, é isso, e quantas unidades serão construídas. Obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só um minuto, só para eu pegar aqui o parecer original, a conclusão. Pelo exposto, pelo parecer de aprovar, condicionado à imediata comprovação da doação da escola em favor do município. Realmente, é um processo bastante antigo, vai e vem, tem que ver realmente se tem a necessidade de doação de uma área para a escola. Então, que essa doação seja feita antes do conhecimento atual. Eu sei que a área de preservação da área de 30%, que é aquela massa verde toda que hoje evoluiu. Pelo processo que está aqui, pela planta original, essa massa é dispersa. Nós sabemos que processo de construção no nosso Brasil, às vezes vem o engenheiro, vem o arquiteto e elimina toda a (Inaudível), faz a obra, depois vai na floricultura da esquina e compra uns coqueiros daqueles bem caros, bonitos e é aquela a vegetação. Realmente, eu conheço o empreendimento desde que foi feito, tive parentes que moraram naquele empreendimento, mas o tempo passou e se consolidou uma vegetação, que métodos construtivos permitem que se faça uma construção sem a devastação da área. O nosso parecer tem que ser que garanta a área de construção da escola antes da obra e que os 30% de preservado seja maciço, que não seja 10% aqui, 10% ali, espalhados, porque esse maciço ali hoje garante alguma possibilidade de permanecia da espécie que lá estão. Esta área está bem ao pé do morro, que está sendo habitado, mas ainda possui resquícios de vegetação que pode representar a manutenção de uma área importante para a manutenção ambiental da nossa cidade. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Alguma manifestação a mais? Então, passo a palavra ao Nelson para se manifestar. **Nelson Lambel, MLX Empreendimentos Imobiliários:** Em relação à propriedade, o Habite-se é parcial, já existem pessoas morando há mais de 25 anos. É um terreno que pertence ao condomínio, só que se deixou de executar 292 apartamentos que fariam parte daquele projeto. Esses 292 apartamentos hoje pelo plano diretor eu não consigo fazer os mesmos 292, vou fazer 252 que é a nossa proposta, mas eu tenho um compromisso com a área privativa para poder fechar as áreas que já foram determinadas e definidas nas suas respectivas matrículas, as situações ideais. O que se busca é evitar de ter que convocar para que todos os proprietários tenham que alterar as suas matrículas,

que é o que vai ser feito se não for feito esse empreendimento. O objetivo também é esse. A propriedade é única, é um único título que tem desse terreno onde estamos trabalhando, de um condomínio que já existe. Maristela, sobre a EPTC, o que é? **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** É a relatoria, agora entendi bem o contexto. É sorteada a relatoria, eu pensei que tivesse a ver com o trânsito. Já compreendi, está respondido. Agradeço. **Nelson Lambel, MLX Empreendimentos Imobiliários:** Quanto à altura também, nós tivemos um parecer favorável que nos permite atingir a altura do forro do último pavimento dos prédios existentes. Isso significa que eu posso elevar à mesma altura dos prédios lá e não os 9 metros que são hoje. Estamos tratando dentro da mesma unidade, do mesmo terreno, nós solicitamos que tivesse a altura dos prédios já existentes, embora o projeto possa ser um pouco diferenciado. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Nelson, esses apartamentos que seriam construídos na época em que foram aprovados e hoje tu vais construir, indiferente, foram incorporados na época. Então, cada apartamento que não foi construído tem uma matrícula na incorporação. A dúvida que eu fiquei da propriedade é a seguinte, tu irias construir mais que 252 apartamentos, agora vai construir 252, esses 252 têm titulação sobre esse terreno, assim como todo mundo, só que tem titulação privativa ali. Vai reivindicar esses títulos? **Nelson Lambel, MLX Empreendimentos Imobiliários:** Esses deverão ser, esses cujos apartamentos não foram executados tem só o registro da matrícula. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Isto vai implicar na alteração da planilha de tudo. **Nelson Lambel, MLX Empreendimentos Imobiliários:** Mas aí eu compenso com a área, porque também tem estacionamento, que também é área privativa. Na época, quando foram feitos aqueles edifícios, não havia a exigência de ter a quantidade de boxes que tem hoje. Os boxes naquela época eram descobertos, a área deles era mínima. Agora, aqui eu preciso atingir 300 boxes para atingir os 18.000 m² de área privativa. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Dá para ver que há uma melhoria em termos de estacionamento **Nelson Lambel, MLX Empreendimentos Imobiliários:** Exatamente, acima do número de apartamentos. Vinícius, o percentual de área preservada, nós tivemos que mudar o conceito de preservação, esse projeto teve várias viabilidade aprovadas e nas viabilidades aprovadas nós tínhamos 20% de preservação local. Como ali foi identificado (Inaudível) esse percentual aumentou para 30%. Isso foi preservado, como mostra a planta de viabilidade. Não tenho exatamente ela fechada, localizada, eu tenho três ou quatro núcleos, porque eu preciso acessar os prédios. Como a área é no miolo tenho que passar por ela para chegar no prédio, os moradores vão ter que sair do seu prédio para ir ao estacionamento. Agora estou solicitando, com o próprio projeto aprovado, uma passarela entre esse núcleo, com um gazebo e uma área de *playground*. Isso foi solicitado como um aproveitamento da área do prédio e não algo isolado. Eu não consigo entender ter um prédio de apartamento e no meio tenho uma área fechada, cercada com tela, 3 metros de altura, o que é isso? Está dentro do condomínio! É na mesma área, como vou dizer a um morador para não derrubar essa tela? Eu não vou ficar de fiscal controlando a vida dos condôminos, em hipótese alguma. Eu tenho que integrar essa área verde ao condomínio, isto que foi solicitado para a SMAM, que eu possa aproveitar essa área aos condôminos e não uma área isolada que o condômino não pode nem respirar ali perto. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Mas não está sendo solicitada área isolada. **Nelson Lambel, MLX Empreendimentos Imobiliários:** O máximo que eu posso fazer é uma cerca viva isolando. Isso dá para demarcar a área que está sendo preservada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis –**

RGP. 6: Presidente, plenário, nota-se que existe uma grande dificuldade de compreensão. Eu estou de certa forma chocado com o nível de informações que nesta planta constam. Eu sugiro ao Senhor Presidente e se o conjunto concordar, que se retire a apresentação e refaça a apresentação com elementos gráficos que nos permitam visualizar isto que se está discutindo, porque não tem como imaginar esta planta. Então, que deixe claro para nós. Em relação ao maciço verde, nós estamos imaginando, porque não há nada que nos diga se vai ser aqui, se vai ser ali ou vai ser lá. Seria bom para todo o conjunto que tivéssemos esta compreensão mínima. Uma sessão a mais, uma sessão a menos, eu acho que o prejuízo será bem menor, porque se corre o risco de fazermos uma votação prejudicial ao empreendimento e nós não estamos aqui questionando o empreendimento em si. Nós somos muito simpáticos a empreendimentos novos em Porto Alegre, como bem disse o Felisberto mesmo, mas precisamos de clareza, compreender o que estamos votando. Minha sugestão, que se retire o material e reapresente com mais materiais que todos consigam compreender, inclusive, com data show, se for possível. Um material visual. Obrigado. **Nelson Lambel, MLX Empreendimentos Imobiliários:** Eu tenho a planta aqui. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Posso suspender a reunião por 5 minutos para olharmos esta planta e ver se conseguimos avançar. Eu concordo contigo, Gomes, porque na reunião passada a Conselheira Lívia ponderou isto também. Nós temos que absorver o conteúdo para sabermos o que estamos votando. Então, vou suspender por 5 minutos para olharmos esta planta, que está melhor. (Pausa).

Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade: Eu questiono os senhores se alguém tem alguma dúvida ainda, porque há conselheiros que com a abertura de outras plantas e a conversa com o arquiteto Nelson, estaria esclarecido. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Pelas informações que o colega nos colocou ficou muito claro o projeto, é muito claro o que se quer. Está tranquilo. Então, quando for fazer a apresentação de se preocupar em passar a mensagem clara, de preferência no telão, porque com essa planta que estava correndo por aqui não conseguimos entender nada. Nós estávamos com uns 18 arquitetos e não conseguíamos entender nada, imaginem se estivessem os engenheiros juntos aqui. (Risos). Olhando a planta que tu mostraste está muito claro, tranquilo, pacífico e tal. Então, ressaltar a necessidade de ter um bom material de divulgação para nós conselheiros. Vocês de certa forma correram o risco de terem o projeto prejudicado pela falta de comunicação. Quem viu compreendeu com muita clareza. Era isto, Presidente, obrigado e parabéns pela sua saída de dar 5 minutos para que a gente recuperasse as informações. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Os colegas que não tiveram a oportunidade de olhar o processo, eu acho que vale a pena passar ele para podermos olhar com este material complementar, que seria suficiente. **Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS):** Eu não entendi como fica referente ao terreno da escola. É uma exigência, não é? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Então, vamos fazer mais uma rodada de inscritos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu fiquei só com uma dúvida ainda, se tem o laudo de cobertura vegetal. Não sei se era uma exigência ou não? **Nelson Lambel, MLX Empreendimentos Imobiliários:** Há um laudo. Há um laudo de flor silvestre também, de investigação ambiental. São vários laudos. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Então, eu me dou por satisfeito com a

demonstração, também vai aumentar a renda do município, IPTU, nós estamos precisando. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Na reunião passada já tínhamos um encaminhamento positivo. Queria lincar três pontos importantes que eu vejo. Um é a questão da uniformidade em relação ao (Inaudível), vendo a área me parece que não seria um problema ficar dessa altura, como seria adequado que pudesse ter esta volumetria em iguais condições, até por causa da paisagem urbana. O segundo ponto é a questão habitacional, colocado pelos colegas Maristela e Felisberto. Terceiro, que as demandas são uma questão de preservação das espécies, que nós mesmos colocamos aqui nas falas anteriores, ficam melhores resolvidas ao possibilitar maior verticalidade. Então, no momento em que tu tens maior verticalidade construída, que tem um respiro maior da ocupação do solo, é natural que 30% tenha que ser encarado como maciço, que se eu não me engano é quase isto que está colocado ali, como foi colocado pelo Conselheiro Darci Campani, ou mesmo outros condicionantes colocados, que com isso a gente tem a oportunidade de aumentar um pouco a altura, que não seria problema para a paisagem urbana da cidade. A minha preocupação, e queria colocar de forma condicionante, é que se fosse possível, não sei como se daria isso durante o processo, mas eventuais paineiras, figueiras, maricás, que a gente possa deixar preservados, independente desses 30% do maciço colocado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** As aprovações, a prefeitura faz tudo isso. Sempre tem laudo de cobertura vegetal, todo esse processo é um rito ordinário dentro da prefeitura. Figueira, corticeira, butiazal, isto sempre é preservado, o máximo que acontece é um transplante, mas nunca a supressão, porque são árvores protegidas por legislação estadual. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu estava analisando, foi boa esta parada aí para mostrar. Fica muito difícil analisar a planta, mas com este novo mapa deu para entender 70%, tudo bem, mas não deu para ver o empreendimento todo. Eu sempre questionei em razão da mata nativa da região sul, porque se olhar alguns morros tem condomínios. Quer dizer, a SMOV deixou passar, a própria empresa com arquitetos da prefeitura deixaram passar na época. Tanto que na região sul tem empreendimentos feitos do zero e depois foi dado EVU. Eu fico analisando, quem sou eu para querer criticar, a preservação da mata nativa é importante, porque os animais vêm pela Glória, descem pela mata nativa, porque os bugios foram expulsos da sua moradia. Eu só fiquei preocupado porque não vi na tua planta o que vai sobrar de recuo lá para cima. No Alphaville, na Vila Nova, estão fazendo o maior banditismo lá em cima, mas foi aprovado aqui, o investimento está lá, desmataram todo o morro. Aquilo foi a maior mentira, está tudo aberto, a mata nativa. E é algo que depois tu não acompanha mais. **Nelson Lambel, MLX Empreendimentos Imobiliários:** Tem a planta da viabilidade, onde aparece o que nós estamos preservando. Só esclarecer quanto á doação do terreno para a escola. Esta escola já existe no local há mais de 25 anos, é uma escola estadual de ensino fundamental, que é parte do processo do loteamento e não do nosso terreno, mas nós concordamos em tomar providências para que isso vá adiante. O que falta nesta escoa é passar a escritura do terreno para o nome da prefeitura. Não é a escola, a escola já é... **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Questão de Ordem. Eu gostaria de colocar dentro do processo, Secretário, que a Região 6, porque nós vamos acompanhar este processo, a doação deste terreno para a escola com a comunidade. Nós vamos tratar com a região, senão depois a prefeitura pega e coloca onde ela quiser. Era só esta colocação. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Isto já existe, o que falta é só referenciar esta doação, mas existe o compromisso do empreendedor,

simplesmente. Fica no ar, entendemos, e eu acompanho o Campani que fica muito vago. Se eu chegar aqui e dizer que existe, então, que coloque dentro do processo comprovando que existe esse tipo de coisa. **Nelson Lambel, MLX Empreendimentos Imobiliários:** Particularmente, embora não fosse a minha tarefa, não sou advogado, eu acompanhei o processo na Procuradoria, eu acompanhei o processo no cartório e já tinha até a minuta para a transferência disso para a prefeitura. O que falta é exatamente isso, é a escritura pública que está no nome da PMPA. Não é nem o colégio. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Eu vou me meter. No art. 22 da Lei nº 6766/1969, no momento em que aprova o loteamento, automaticamente a área se torna pública. Quando a gente define no mapa a área institucional, a área verde, a área seja para escola, é automático, não precisa de escritura. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Só para esclarecer, a gente usa o que está previsto no Plano Diretor, que são os condicionantes. Então, quando existe uma matrícula de área pública a ser definida, que está sendo tratada, a gente coloca o condicionante para o licenciamento. Então, se vocês olharem no parecer, está bem certinho que o licenciamento da edificação só vai sair quando tiver a matrícula em nome do município. O licenciamento da edificação privada, esta que está sendo submetida a este conselho, este licenciamento só vai ser autorizado quando a matrícula da área pública estiver em nome do município. Agora é uma etapa prévia de viabilidade. (Falas concomitantes). Tudo bem, mas isso é de uma lei antiga, no nosso parecer só colocamos um condicionante da exigência da matrícula da área pública para o licenciamento. Independente do que o Secretaria colocou, que não havia essa exigência anteriormente. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Então, vamos ler este parecer da CAUGE! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Vamos identificar o parecer da CAUGE para a leitura. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu li duas vezes o processo, exatamente a questão da área da escola estala. Não é um problema do empreendedor, o problema da prefeitura é ter que consagrar. Pelo o que entendemos já foi exigido lá na obra. Foi feito, mas não foi feito o repasse, no processo não dá entender que já foi feito. E no momento em que falamos em maciço não falamos em cerca, em separação, nada disso, mas para garantir a fauna no local. O empreendimento não teve a sequencia natural e se estabeleceu ali uma fauna e uma flora, agora não podemos ser coniventes com o simples corte de árvores. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Na verdade, aqui (processo em mãos) fomos mais restritivos ainda. Como já tínhamos verificado a questão da matrícula já estava tramitando, colocamos o condicionante para a aprovação do projeto arquitetônico. Então, ficou estabelecido no parecer da CAUGE, fui eu quem fez o parecer, que foi emitido em 24/01/2017. Trata-se de escola existente localizada em área residencial. Então, é isso, ficou a matrícula como condicionante do projeto arquitetônico. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só queria saber como podemos encaminhar a votação desse adendo da questão da manutenção do maciço, que seria uma readequação do projeto. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Nós pesquisamos e ao que consta não caberia ao conselho aprovar com restrições ou mudando o projeto. Não sei, mas proponho que este conselho possa recomendar, seria uma sugestão. Se for para aprovar que seja como recomendação que o maciço vegetal seja feito aglutinado ou em mosaico, algo assim. **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação,**

Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental): Não tem nada a ver com a legislação da Mata Atlantica. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Nós estávamos falando da legislação da Mata Atlantica, aqui são 30% o valor do que o empreendedor já recordou. Não existe nada de Mata Atlantica, é uma visão de cidade que nós queremos. Aí eu pediria ao Conselheiro Emerson que respeite, é a visão da cidade que eu quero. Se achas que não tem nada a ver com isso, cada um entende como esta cidade deveria ser... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Está registrado. Eu vou tentar conduzir para evitarmos polêmica. Eu recordo neste ponto específico o que o Conselheiro José da Fonseca colocou no passado, que às vezes manter uma mancha pode ser ambientalmente menos adequado do que mosaicos, depende da característica ali. Cada um tem a sua opinião, mas ficam registrados os posicionamentos. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu queria entrar no mérito da questão de qual é o poder deste conselho. Foi dito aqui que não poderíamos contrapor um parecer da CAUGE. Sinto muito, então, vamos para casa, porque não pode contrapor, só tem que dizer amém ao parecer da CAUGE. Alguns conselheiros devem lembrar que isto foi dito nesta sala. A minha leitura da legislação, compete a este conselho analisar projetos, está na lei complementar. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Questão de Ordem. Gostaria de pedir que respeitássemos a opinião dos outros aqui no conselho, porque há visões diferenciadas e esta cidade tem que aprender a conviver com o que queremos de Porto Alegre. Não é só negócio, nós queremos qualidade de vida, que seja uma cidade inclusiva e não simplesmente uma cidade à venda. Não é sob a alegação de termos empregos que vamos detonar tudo, não é bem assim. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Eu acho que isto está bem claro para todos. Bom, a recomendação é que os 30% da vegetação seja colocado em uma única mancha. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Questão de Ordem. Eu não sei se é praxe, mas é importante que a recomendação esteja atrelada á votação inicial, senão vai mudar o score da votação. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Mas é justamente esta a questão, eu posso ser favorável a uma coisa e não ser a outra. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Presidente, para colaborar, o regimento interno, no seu art. 2º, inciso 9º: “Compete ao conselho aprovar projetos especiais e empreendimentos, bem como, indicar alterações que entendam necessárias”. Não tem nenhum problema indicar, aconselhar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Perfeito. Então, vamos trocar para “indicação”. Está claro de separarmos a votação? Então, quem é favorável ao relatório da EPTC, sendo favorável, que se manifeste:

UFRGS: Favorável; EPTC: Favorável; GP: Favorável; METROPLAN: Favorável; SMAMS: Favorável; SMDE: Favorável; SMIM: Favorável; DEMHAB: favorável; ABES/RS: Favorável; ACESSO: Favorável; AREA: Favorável; CAU/RS: Favorável; IAB/RS; SAERGS: Favorável; SENGE/RS: Favorável; SINDUSCON: Favorável; SOCECON/RS: Favorável; RGP. 1: Favorável; RGP. 2: Favorável; RGP. 3: Favorável; RGP. 4: Favorável; RGP. 5: Favorável; RGP. 6: Favorável; RGP. 7: Favorável; RGP. 8: ausente; Orçamento Participativo: Favorável.

(Contagem de votos = 26 votos). Aprovado por unanimidade. **APROVADO O PARECER DO RELATOR FAVORÁVEL AO EVU**. Agora vamos votar a indicação, que o projeto seja encaminhado para uma diretriz onde esses 30% da vegetação seja por uma mancha só, concentrada. Qual o ponto favorável? Que isso dá mais área preservada. Qual o ponto negativo? É que não, necessariamente, tamanho de área signifique qualidade ambiental. Então, é uma indicação, porque o projeto está aprovado, mas é uma indicação. Então, quem é favorável à indicação de 30% em uma única mancha no local, por favor, que se manifeste:
DEMHAB: Favorável; EPTC: Abstenção; GP: Contra; METROPLAN: Contra; SMAMS: Abstenção; SMDE: Abstenção; SMIM: Abstenção; UFRGS: Favorável; ABES/RS: Favorável; ACESSO: Abstenção; AREA: Favorável; CAU/RS: Favorável; IAB/RS: Favorável; SAERGS: Favorável; SENGE/RS: Favorável; SINDUSCON: Contra; SOCECON/RS: Favorável; RGP. 1: Favorável; RGP. 2: Contra; RGP. 3: Favorável; RGP. 4: Favorável; RGP. 5: Contra; RGP. 6: Contra; RGP. 7: Abstenção; RGP. 8: ausente; Orçamento Participativo: Contra.

(Contagem de votos = 11 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos = 09 votos). Abstenções? (Contagem de votos = 05 abstenções). Muito obrigado. Seu Nelson, agradeço sua atenção. **APROVADA A INDICAÇÃO DE 30% EM UMA ÚNICA MANCHA NO LOCAL**. **ITEM 3.04: EXPEDIENTE 002.202265.00.6. (Interessado: Geraldo Santana. Relator: AREA. Assunto: EVU de Edificação). ADIADO PARA A PRÓXIMA PLENÁRIA.** Está em vista as LPs 2, 4 e 7. Teve uma dificuldade no Geraldo Santana de reunião com o pessoal, os conselheiros, a Conselheira Maristela. O próprio empreendedor não conseguiu, entendo que apressa seja do empreendedor, embora tenhamos as nossas obrigações também. Então, a ideia é pautar isto para a próxima semana. **ITEM 3.05: EXPEDIENTE 002.304840.00.3. (Interessado: Cláudio Otávio Xavier. Relator: DEMHAB. Assunto: Recurso ao CMDUA para análise da possibilidade de flexibilização da distância do estacionamento para 250 metros, em razão da impossibilidade de atendimento total das vagas do imóvel).** Conselheiro Furtado. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa tarde a todos. Eu vou relatar a vocês um projeto. De certa forma a coisa é bem diferente do que fazemos aqui, normalmente vem relatórios da CAUGE, mas este, apesar de ter passado por lá não era para aprovação ou reprovação. Este projeto é para o recurso. Neste primeiro slide eu gostaria de situar, aqui é o DMAE, aqui é o Parcão. O empreendimento fica na Rua Santo Inácio, 530. É uma casa, uma residência unifamilar, que r uma atuação de um escritório de advocacia, que quando foi fundado em 1984, era na Carlos Gomes. O proprietário adquiriu esta casa para residência e pediu aumento de área. Depois fez uma opção de mudança de atividade, reciclagem de uso. Ele quis transformar esta residência em um escritório, aliás, o fez, tanto é que está lá há 13 anos atuando. Para a regularização, que não foi feita até hoje, precisava de uma vaga de estacionamento, no momento da reciclagem de uso, que passou a comercial, passou pela área total 13 vagas. Este proprietário não tinha como atender as vagas no imóvel. Não havendo possibilidade entrou com um recurso. Vamos pegar as fotos (*slide*). Observem a vegetação, esta é a casa onde funciona a Xavier & Advogados. Então, é uma casa da década de 30, bem antiga. Por exemplo, por este portão poderia hoje colocar dois, três, quatro carros, mas demandaria um manobrista. Então, foi proposto. Outra possibilidade proposta era o rebaixo da calçada, mas foi negado. Na quinta-feira fui lá em vistoria conversar com eles. Não sei se vocês viram um senhor que chegou aqui, falou comigo e saiu. Ele está com um problema com a esposa, mas ele ia apresentar uma questão técnica necessária. Ele pediu uma flexibilização do art. 125 do

Plano Diretor, que diz que poderá ficar até 150 metros para atender vagas para os veículos que não pode ter no imóvel. Só que ele não consegue isto e quer este recurso para ampliar para 250 metros, onde ele tem condições de achar essas vagas comerciais para este empreendimento dele. Ele fez uma nova proposta do prédio que ele tenta regularizar em um raio maior do que permite a lei, com várias opções, onde poderia computar as vagas necessárias. É este todo o caso. Alguma dúvida antes de eu ler o meu relato? Vou proceder a leitura do parecer. (LEITURA DO PARECER). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Obrigado, Furtado. É um conselheiro antigo do conselho, sempre dá uma aula para nós. Inscrições abertas. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Muito bom teu relato. Eu acho que a Rovana e o Gabriel vão concordar comigo, eu acho que o nosso Plano Diretor está meio desatualizado em relação a essas questões da priorização dos carros, número de vagas, as vias, circulação de veículos. A questão do pedestre, o bem estar, não está abordando de maneira adequada. Na verdade, não deveria existir o número mínimo de vagas, nós temos que rever esses conceitos. Como eu já havia explicado, em alguns casos cabe recurso para o conselho poder se manifestar e olhar com o conceito de cidade, assim como a equipe que trabalha na CAUGE com a maior liberdade fazer esta análise urbanística. Independente da situação que temos no Plano Diretor, é uma questão a refletir. Eu não olhei o processo, não sei, mas já me manifestei outras vezes, é melhor quando temos essas casas, que possamos preservar, porque bem ou mal, esse tipo de habitação acaba não servindo mais para habitação, para se manter precisa ter outro tipo de atividade. Eu acho interessante para a cidade e vou me manifestar favorável. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Bom, o relato do Furtado foi muito bem feito na minha visão. Agora, autorizar alguém a suprir as vagas de estacionamento a 250 metros do local, isto vai ser uma mera simulação no papel. Isto não vai acontecer na prática. Certamente, há algum estacionamento pago na frente ou a 70 metros. Então, eu acho inócuo nós concedermos esses 250 metros. Aí vou contra o parecer, porque seria mais interessante liberar essas vagas, liberar motivado pelo prédio que a cidade tem interesse em preservar. Então, é melhor liberar essas vagas do que a cidade nos criticar por estar fazendo uma simulação. Este cara vai fazer um contrato com vagas a 250 metros. Eu poderia ser rígido e dizer – *Bom, se quer continuar exercendo a atividade no Moinhos de Vento, ele que vá comprar vagas na garagem, vá comprar um terreno e fazer estacionamento*. Então, o melhor é liberar. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu lembro que a primeira discussão aqui na Secretaria começou com 50 metros e foi para 100, 150 hoje na lei. A questão da manutenção dessa tipologia desses tipos de prédio, só é viável se fizer algumas concessões. Então, em princípio, até pelo o que a gente discutia antes, é no sentido de permitir uma flexibilização, não que sejamos contra a renovação, eu não quero dizer com isso que se não for por permitir nada, obrigatoriamente este proprietário ou vai morar, dificilmente vi alugar para residência, porque é um custo muito alto, ou ele vai terminar deixando a casa deteriorar e fazer um prédio ali. Eu tento fazer uma interpretação do tipo de desenvolvimento que tem a cidade. Eu acho que isso seria bom para esta reformulação do Plano Diretor. O que a gente fica... Não é incomodado, mas é que sempre tem uma situação, um pedido a mais. Por outro lado, como isto fica? Quando existia esta flexibilização o proprietário tinha que comprar uma vaga, tinha que mostrar um contratinho, uma intenção de comprar vagas. Secretário, não sei o que a EPTC pensa, mas uma das formas de diminuir o fluxo de carros não é aumentando estacionamentos. Era algo que tinha muito na cidade e em certo momento o Plano Diretor proibiu os estacionamentos.

Quando foram permitidos os estacionamentos aumento o fluxo na área central. Às vezes as intenções parecem não exatamente o que é, o fato de proibir ou permitir estacionamento pode fazer com que diminua. Se tivesse estacionamento neste imóvel para 100 carros, provavelmente, ele alugaria para ter mais tráfego naquela região. Então, é bem polêmico. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** u estava me achando pouco conhecedor do assunto, mas quando o Emerson diz que também não sabe exatamente como que se efetivam essas vagas. Na realidade, era a minha dúvida, porque realmente não adianta um contratinho que eu faço hoje e amanhã já não faço. A Secretaria vai virar um fiscal de contratos. A minha dúvida em relação ao parecer, que está brilhante, ele só entra em detalhes que eu acho que não deveriam estar no parecer. Hoje este conselho concedendo a alteração de uso e a não necessário dessas vagas, ou no prédio, ou próximo, amanhã este escritório pode ser de direito trabalhista, onde o fluxo de pessoas é completamente diferente. O que está sendo feito aqui não é conceder para este escritório, o uso do prédio transformando para qualquer escritório, tem que ver se não há outros que poderia impactar mais ainda na região. Eu acho que essa questão da concessão, concordo com o Hermes sobre a preservação arquitetônica do bairro, que é importante, mas os números demonstram, porque são 10 advogados e 06 funcionários. Então, no mínimo o dia a dia já ocupa quase todas as vagas. Então, eu acho que tem que ser mantida esta concessão, porque essas vagas serão usadas, porque o advogado que vai trabalhar tem que estacionar em algum lugar. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria ponderar sobre o uso do automóvel na cidade. Nós temos que ter a diminuição do uso do automóvel particular e valorizar o transporte coletivo. Isto melhoraria a qualidade de vida. Bom, mas como é um prédio histórico e vai se preservar, eu pessoalmente (Inaudível) a flexibilização, mas isto pode ser uma porta aberta a outros. Então, temos que ter o cuidado que isso não possibilite o uso, porque advogado é advogado. Desculpem os colegas, eu sou da área e conheço, ele pode estar abrindo uma porta para viabilizar para outros empreendimentos. E vai ficar em ata a minha observação, a minha responsabilidade. Eu tenho muito receio, porque aquela é uma área que valoriza e valoriza também o preço do imóvel. Como ele é um advogado tributarista, é uma área que trabalha com tributos e tributos é necessário para a prefeitura. Quando há diminuição de pagamento de tributos há problema de caixa da prefeitura. IPTU, etc., mas não quero entrar nesta questão. Então, quero parabenizar o teu relato brilhante, deste uma aula de como fazer um parecer, mas eu estou em dúvida, não sei qual vai ser a minha posição, quero ouvir mais gente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, este tipo de matéria, por eu ter um escritório de arquitetura há mais de 30 anos em Porto Alegre, a gente se depara, quem trabalha com regularizações, meu caso, com uma série de situações que a legislação cria e o uso mostra que não é bem assim, que tem problema, tem que ter autocrítica, tem que ter a reconsideração e tal. Tivemos várias situações concretas neste conselho, onde se colocou as coisas em um patamar de regularizar a vida prática das atividades para os cidadãos desta cidade. O que levou a determinar o número de vagas pelas atividades? Uma fórmula matemática que chegaram. Um imóvel que sofreu com isso foram os imóveis reciclados, que no meu ponto de vista é um imóvel que quando reciclado passa a ter uma vida útil maior e uma utilidade maior, quando as coisas vão acontecendo e enquanto as questões urbanas vão se desenvolvendo. Este tipo de situação é um caso típico, aí se criou a categoria do art. 125 lá, que é do imóvel locado para estacionamento. Eu trabalhei bastante com regularização de casas noturnas, é a maior encenação que tu fazes. Tu tens uma casa noturna e não tem vaga para estacionamento, que é determinado pelos metros quadrados da casa noturna.

Olha, e para encontrar não é simples. Eu tenho um terreno que virou estacionamento. Não! Eu tenho um terreno que é estacionamento, que é licenciado na prefeitura como estacionamento e com alvará. Há uma combinação nítida com o proprietário que eu não vou ter coisa nenhuma, eu tenho o compromisso do proprietário do estacionamento que vai dizer no documento que aguarde fulano de tal para (Inaudível). Ou seja, é uma falácia, é o engana que eu gosto e o município se porta desta maneira do me engana que eu gosto, mas vai e cumpre com tal situação. Então, eu prefiro essa situação que se configura muito bem colocada pelo Conselheiro Furtado, de que pelas características do imóvel, pela característica da atividade, não é um imóvel novo, não é um edifício, se ele for para um edifício maior vai ter que provar nos órgãos de licenciamento o número de vagas que vai ser necessário para aquela atividade. Então, eu acho mais justo e necessário que se faça a liberação das vagas obrigatórias de estacionamento. Nós não podemos julgar a questão da mobilidade da cidade em cima deste ou daquele empreendimento, mas sim de uma política toda que a EPTC vem desenvolvendo e luta por isso e tal. O meu posicionamento é nesse sentido. Os imóveis de reciclagem de uso têm esta reconsideração e que seja possível, eliminando a exigência de número de vagas. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu creio que é isso que o solicitante está esperando de nós. Eu vou nessa linha, porque é uma situação consolidada, é uma saída plausível e nós também não temos o direito de termos um olhar (Inaudível). Então, eu voto tranquilamente com a consciência tranquila de que estamos em um segmento que não é da realidade onde moro, mas faz parte da cidade que eu habito. Aquela estratificação de classe é necessária e sou favorável. Obrigada. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Senhores Conselheiros, eu também me inscrevi para falar. Furtado, tu eras favorável a isentar, mas como a questão é o pedido, temos que ficar atentos ao pedido. Eu estava falando com a Rovana da EPTC, é possível na reciclagem de uso pelo Plano Diretor a isenção, só que o requerimento que veio para este conselho foi outro. O requerimento que veio não foi a isenção, foi a ampliação. Eu não tenho dúvida nenhuma que é para inglês ver. Não há dúvidas que esses 250 metros seria passar um atestado aqui de faz de conta. Foi uma questão posta a este conselho. Eu tenho a tendência de tirar um encaminhamento pela isenção, inclusive, de encaminhar isso para a CEVEA, que é a comissão responsável por isso. Relator Furtado, eu até recomendaria de repente outro encaminhamento. Por algum motivo pediram 250 metros, talvez porque não teve uma solução. Então, eu abro a palavra, mas proponho para mandarmos este processo para a comissão, com respeito ao relatório, com o indicativo de isenção de vagas. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Eu acho interessante, porque eu sou pela isenção. No caso específico é isto aí mesmo, bem tranquilamente posso dizer isso. Como o pedido inicial que eu tinha que me ater era do recurso para a flexibilização da distância, eu tinha que seguir o rito solicitado. Está dentro do próprio conselho pedir diligência para fazer isso, mas creio que deveríamos votar, porque o próprio relato já fala nas duas questões, a isenção e a flexibilização da distância. E se quiserem votar pela isenção eu concordo, também concordo se quiserem votar pela flexibilização da distância. Realmente, é um atestado, obrigado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Surgiu uma dúvida, eu peguei o art. 125: "... as vagas estabelecidas no anexo X poderão ser atendidas em outro local, distante no máximo 150 metros". Isto é a lei. Como nós vamos fazer? O conselho não pode alterar uma lei complementar. Eu acho que é uma extrapolação nossa. (Falas concomitantes). **Rovana Reale (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Furtado, a CEVEA tem a prerrogativa de isentar as vagas, mesmo que não tenha sido pedido. Muitas vezes quando precisava pelo

Plano Diretor de 3, 4 vagas e não tinha espaço no lote, a gente já se manifestava pela isenção. Então, a CEVEA pode fazer isso mesmo que o empreendedor não solicite. Neste caso eu acho que o conselho indicaria a volta do processo a CEVEA com a indicação da isenção das vagas, considerando as características do bairro, que é um bairro caminhável,. Considerando as características do próprio conceito da reciclagem de uso, que não está preparado para a atividade, mas como queremos que elas sejam reutilizadas. Tem o amparo legal para a isenção das vagas, que é o art. 132, para os empreendimentos de impacto de primeiro grau, que seria o caso da CEVEA. É reciclagem de uso. **Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN:** Na verdade, nós pensamos que é um escritório de advocacia que não vai utilizar todas as vagas. Se pensarmos friamente, são empresários. Assim, eu falo isso porque meu esposo é da área jurídica. Pessoa da área jurídica não vai caminhar este monte, vai querer estacionar na área viária, em frente ao escritório. Então, aqueles prédios residenciais que se tem ao lado desse escritório vai perder todas as vagas para os seus visitantes. A pessoa vai receber um visitante na sua casa e não vai ter lugar para estacionar, porque vai chegar o pessoal do escritório às 8 horas da manhã e vai sair às 10 horas da noite. Escritório de advocacia vai até às 22 horas. Então, eu acho isso bem ruim para a cidade. O pessoal não vai caminhar 250 metros para deixar o seu veículo. A METROPLAN é contra liberar essas vagas. Eles que deem um jeito, busquem um novo local para ter atendimento a seus clientes. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Coloco em votação esse encaminhamento para voltar para a CEVEA para analisar o indicativo de isenção de estacionamento. Podemos fazer esta votação? O relator concorda? **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Concordo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Então, que fique claro, seria devolver o processo para a CEVEA com o indicativo de análise para isenção de vaga de estacionamento para este caso específico. Quem é favorável que se manifeste. (Contagem de votos = 17 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos = 06 votos). Abstenções? (Contagem de votos = 02 abstenções). Então, vai ser encaminhado para a comissão este processo. **APROVADO O ENCAMINHAMENTO DO PROCESSO A CEVEA COM INDICATIVO DE ANÁLISE PARA ISENÇÃO DE VAGA DE ESTACIONAMENTO**. **ITEM 4: Comunicações**. Pessoal, nós teríamos duas pautas, uma é a resposta que eu estou devendo a vocês em relação ao decreto, a outra é a apresentação do regimento interno. A outra que não constou aqui e eu já peço escusas para a Conselheira da UFGRS. São três temas que podem gerar um debate, vamos pautar agora. A pauta livre também. Vocês querem fazer em que ordem? A pauta livre primeiro ou mantemos a ordem? (Falas concomitantes). Pauta livre primeiro. A minha sugestão é o regimento, é importante, que é o 4.2. Não é a discussão do regimento, a gente apresenta, até porque o Procurador do Município está aqui desde às 15 horas esperando. Até por respeito a quem não é do Conselho. Podemos fazer esta apresentação? São 15 minutos. Só a Maristela que precisa sair, vai falar. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Pessoal, nós temos algumas peculiaridades aqui no conselho, que é a questão do Comitê Gestor da Macro 10 e estamos entrando neste período, atrasados por sinal, assim como a nossa própria posse. Então, enquanto não fizermos esta modificação as pessoas anteriores é quem estão tocando. A região está muito preocupada, porque já fez a nova representação para colocarmos em prática a questão da Macro 10, do Comitê Gestor. Todo mundo sabe que a é a única lei na prática no Município de Porto Alegre, acredito que no Brasil. Nós teremos a nossa reunião no dia 30/07, no CPCA, Estrada João de Oliveira Remião, nº 4444, às 19

horas. Isso diz respeito ás vagas que temos enquanto comunidade. Vai estar presente o Arquiteto João Marcelo, que é o coordenador. Então, vamos fazer as nossas indicações da região. Já oficializamos por email a Secretária Aline. Tivemos que mudar a data, devido a fatores internado aqui, mas já resolvemos. Parabéns, Secretário pela sua secretária. Então, está tudo bem estabelecido. Nós fizemos o nosso regimento interno oriundos daqui mesmo. Também temos a preocupação de saber quais serão os representantes das entidades que vão compor este comitê gestor, porque temos uma visão da cidade e queremos saber. Quanto à prefeitura não temos preocupações porque vamos fazer um debate. Eu agradeço o espaço e a tolerância. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** A Maristela, nós todos têm a obrigação de saber isso, mas foi vereadora, muito ativa, principalmente na região da Lomba do Pinheiro e é uma liderança que merece todo nosso respeito. **ITEM 4.2. Entrega e apresentação da proposta de revisão do regimento interno e calendário.** Agora, para quem não conhece o Procurador Armando, que atende a nossa secretaria. A PGM mantém procuradores específicos, setoriais para cada secretaria. A PGM fez o trabalho de revisão do nosso regimento. Vocês já receberam por email o calendário de andamento dos trabalhos. Vou passar a apalavra para o Dr. Armando se manifestar. **Armando José da Costa Domingues, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Boa tarde. Bom, uma das questões colocadas diz respeito à alteração ou adaptação do regimento interno. Hoje é uma apresentação bem simples, até porque vai haver um momento próprio para apresentação de propostas. Foi dito em uma reunião que isso viria de cima para baixo. Não! A proposta é apresentar para vocês hoje, se tiverem contrapostas que sejam colocadas dentro do conselho para discussão e votação. A maior dificuldade que eu tive diz respeito à maneira como está redigido. É muito confusa a maneira como os artigos estão colocados. Então, no início do art. 2º, que trata da competência, esta competência não pode ser alterada, está previsto no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Então, ela vai repetida. Por uma questão de legalidade as deliberações do conselho devem ser fundamentadas como indicação de fatos e fundamentos técnicos e jurídicos. Isto não é uma invenção, não está se criando a roda. Todo atendimento administrativo, assim como o judicial, deve ser fundamentado para que não ocorra uma ilegalidade do ato. Vou direto nos pontos. A questão da presidência, o titular é o titular da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme o Decreto 20.013, ou seja, o Secretário aqui presente ou aquele a quem foi feito o ato administrativo. O que me chamou muito atenção foi na questão da competência do presidente e do vice-presidente, o regimento atual mistura, parece que temos três presidentes ao invés de um presidente e dois vices. Fala na competência do presidente e dos vice-presidentes. Eu nunca vi isso, a competência é do presidente, no caso de substituição passa a ser dos vices. E aqui no conselho há uma ordem anual para cada vice-presidente fazer a substituição. No art. 5º está determinada a competência do presidente do conselho. Eu fiz questão de colocar no art. 6º algo que vocês têm que ter, é tido como um dever, mas, na realidade, tem que ter como algo de orgulho, a função que vocês exercem o (Inaudível) público, por ser um (Inaudível) público todos aqueles princípios constitucionais que incidem sobre a administração pública, também incidem em vocês. Vocês não são um time de futebol, vocês são conselheiros do Município de Porto Alegre. Então, vocês têm obrigações que não podem ser colocados como um bônus. Inserimos algo que tem que constar, caso haja uma infração por parte de algum conselheiro, tem que haver um processo de ética, porque vocês podem ter matizes diferentes, olhares diferentes, mas todos buscam o melhor para Porto Alegre. Então, qualquer infração deve ser apurada. Foi inserido um inciso no art. 9º, Inciso X: “Compete à Secretaria Executiva orientar os conselheiros”. Vocês têm que se reportar sempre à

secretaria, que serve para ajudar vocês. Os artigos 11, 12 e 13 são só conceitos. Uma coisa importante, a Questão de Ordem é usada para tudo, mas não, é usado para chamar ao cumprimento do regimento interno ou o esclarecimento de determinada situação que está sendo debatida. O art. 15 vai gerar debates, que é a questão das reuniões, o horário que consta agora no decreto, mas não é uma análise jurídica. Outra coisa que consta na proposta é que entra o processo e é feita a distribuição, em princípio é feita na sessão subsequente, a proposta é o inverso, a distribuição, o conselheiro é informado da distribuição para pegar o processo. Caso ele solicite, a distribuição é feita na sessão subsequente. Juntada de documentos é importante, cada vez que o conselheiro vai juntar documentos, primeiro, esta juntada tem que estar descrita no relatório, tem que informar que está juntando documentos. Cabe à secretaria conferir se os documentos estão ali. As alterações maiores são no início. Vocês vão fazer as propostas que achem necessárias, desde que não afrontem a legislação. Por se tratar do regimento interno de um conselho municipal, depois deve ser encaminhado à procuradoria para a análise da legalidade do que foi aprovado. Eu acho que é só. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Obrigado, Armando. A ideia é que o regimento seja mais limpo, todo o processo deve passar por um aperfeiçoamento. A minha fala não é no sentido de apontar defeitos, até porque eu era conselheiro quando este regimento foi aprovado, e 2014, mas no sentido de aprimorar, evoluir. É com esta ótica. Neste momento foi a apresentação do regimento, não é a discussão. Até a próxima reunião vamos receber emendas, que podem versar sobre tudo, pode ter emenda conjunta, individual, não tem problema. Nós vamos receber as emendas, que vão passar por um processo de votação. O início será daqui a duas reuniões, quando começa a discussão e votação de eventuais emendas. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Aquela questão que o Hermes levantou, vejo que cita aqui, como que uma coisa que está na legislação, aí pedimos para alterar aqui. Pelo que eu vejo, o que aconteceu hoje está em uma das competências do conselho. O conselho pode ou não fazer isso? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria colocar alguns pontos de vista que já coloquei hoje. O decreto apresentar algumas incongruências, inclusive, tem um parecer encaminhado sobre a análise do assessor jurídico da secretaria, o Leandro. É importante que a gente tenha noção do que foi escrito e o que está sendo discutido. Eu entendo que temos que discutir o regimento, mas é necessário construirmos o regimento. Este conselho tem um caráter democrático. Talvez o vício que temos por democracia venha do Conselho do Orçamento Participativo, a gente traz este hábito para cá, onde a gente constrói as regras do regimento, não é imposta pelo governo. O governo apresenta os critérios técnicos, mas quem determina o regimento do conselho são os conselheiros e delegados. Eu estranho que no regimento interno deste conselho não se fale dos fóruns regionais. Eu não entendo, ou eu estou desaprendendo, mas onde está o amparo legal aqui? O regimento tem que dar um norte para isso. Eu tinha algumas ponderações a fazer, começando pelo parecer, a questão do colegiado, que foi o parecer do IAB, o IAB apresentou a sua contrariedade com o decreto. Nós entendemos no cerne da questão, como o decreto nos foi imposto, sem uma discussão, sem ouvir seus pares e depois de uma votação feita. Então, há um vício de origem. Nós participamos de um processo dentro de regras, durante o desenrolar dessas regras se mudam as regras. Depois de eleito sem ouvir seus pares. Eu reconheço que o prefeito tem toda a legitimidade para propor o que quiser, mas nós também temos a nossa legitimidade para contrapor aquilo que nós entendemos. E às vezes é necessário recorrer às vias judiciais. Não é o caso deste conselheiro, eu prefiro trazer para este colegiado e discutir aquilo que nós entendemos.

Tem avanços no regimento, quero parabenizar o Armando, mas na minha avaliação há algumas brechas que devem ser preenchidas. Eu quero propor que a gente tire uma comissão para analisar junto com o procurador todas as lacunas ou omissões que tenha. Antes de encerrar, aconteceu um fato muito grave no CRIP da RP.8, agressão por parte de um conselheiro a um morador, inclusive, onde há a discussão sobre a preservação do Arado. Eles estão pedindo uma pauta, não era minha região, mas quero me solidarizar ao pedido para que tenha uma pauta específica para a gente discutir. Não sei se passou por este conselho, é um problema muito sério, tem a questão de análise da questão indígena, a UFRGS poderia nos ajudar. O conselho tem que se apoderar do que está acontecendo na cidade. Era isto, obrigado. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa tarde a todos. Presidente, eu já falei, mas gostaria de reforçar, o que nós vemos sempre na hora de discutir processos, principalmente para votar. Eu sugeri que fosse feita uma minuta do processo. Sei que burocratiza mais, mas é importante que a gente conheça alguma coisa. É o que cada processo, cada empreendimento deixaria para a região e para a cidade, como novo, não coisa velha. Nós estamos apostando, assinando um cheque para a empreendedora, no entrando que aprovamos, eu não, Graças a Deus. Bom, e outra coisa que seria para a revisão do regimento interno é a questão da vista, quando se pede vista ao processo, quando se pede vista conjunta é uma oportunidade de conhecer o processo, mas quem não fizer parte do pedido de vista não vai ter acesso ao processo. Outra coisa, a pauta das reuniões da CAUGE, até agora não recebemos a pauta. A outra bem importante, esse telão, na posição que nos encontramos, é quase impossível enxergarmos alguma coisa. Então, eu espero que seja aproximado. É o mínimo para termos condições de acompanhar as apresentações. Era isso, obrigado. **Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS):** Eu queria reforçar que acho que este trabalho de revisão do regimento deveria ser um pouco mais complexo do que simplesmente serem enviadas novas emendas. Eu acho que tinha que ter uma discussão sobre as propostas. Então, que se montasse talvez uma comissão com um processo de relatoria ou uma sessão destinada a isso, porque vir meia hora antes no final de uma sessão é muito cansativo. Eu queria reforçar também a minha solicitação de como está o processo de alteração do plano diretor. Então, que isso entre em pauta, não apenas em comunicação, porque isso é mais urgência do que qualquer outro projeto que entre em pauta. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu não vou me fazer repetitivo. Nós temos que agilizar, talvez pegar uma reunião específica para discutir o regimento. Tem muitas coisas boas, que eu parabenizo o procurador. Então, ficou muito mais clara a questão da competência. Em relação ao decreto, não consegui ler esse despacho ainda. A minha reclamação é a questão do horário das reuniões, temos que revisar. Eu estou fora da minha empresa a tarde inteira. Eu acredito que a maioria de vocês também esteja fora das suas atividades. Muito obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** O que é a ideia proposta? A ideia é esta, porque tem que partir de alguma premissa. Se não tivermos uma minuta para começarmos vamos ficar 2 anos aqui e não vai ter. Este trabalho de relatoria nós já simplificamos. Então, é uma minuta, uma proposta, está em processo de discussão. Os conselheiros têm a liberdade de formar grupos de trabalho. Inclusive, a sala aqui está à disposição. Reunião com pauta única, eu acredito que a reunião do dia 21 tenha que ser com pauta única. Se precisarmos de mais de uma reunião não há nenhum problema quanto a isso. **Armando José da Costa Domingues, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Só para responder, se o conselho pode mudar a lei. A competência do conselho está definida no Plano Diretor. Não cabe dentro da competência do conselho, porque para

mudar a lei tem que ir contra o que está disposto em lei. Se o conselho tem esta competência, iríamos estar afrontando o processo legislativo. Existe a hierarquia das leis, por exemplo, uma lei complementar só pode ser alterada por outra lei complementar. Imagina se os conselhos pudessem alterar as leis. As decisões têm que ser dentro da lei. (Falas concomitantes). O recurso ao ser julgado tem que estar previsto em lei e tem a questão da discricionalidade, até onde vai a discricionalidade da decisão. Isso caso a caso vai se ver. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Muitas vezes a comissão, mesmo a lei permitindo, ela pode dizer que não é conveniente, aí cabe recurso. Agora, eu tenho dúvida nos 250 metros, que eu acho que não nos cabe aqui. Bom, mas tem a base legal. O poder público só pode fazer o que a lei diz que pode fazer. Vamos encerrar este ponto de pauta, porque tenho mais um ponto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Só quero me dirigir aos conselheiros das regiões, para o seguinte, fazermos uma discussão, como na próxima terça-feira não tem reunião, podemos nos reunir aqui para fazer a discussão do nosso ponto de vista do regimento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Tudo bem. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu gostaria de reforçar a solicitação do Adroaldo, de que a gente passe a receber as pautas da CAUGE. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Podemos retomar. Agora nós temos a SMDE. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Na verdade, quanto a essa questão da FRAPORT, recebi um parecer, emitido pelo coordenador da assessoria jurídica da SMDE, o Marcelo Corletto, corroborado pelo nosso Secretário Leandro de Lemos. Então, vou ler a vocês: *Trata-sede expediente único que versa sobre a extensão da drenagem do sítio aeroportuário. Verifica-se que o mesmo, ao tramitar na CAUGE, foi encaminhado ao CMDUA. Em despacho de fl. 50, o vice-presidente da CMDUA revogou a de distribuição, por entender que aquele encaminhamento se fez de forma equivocada, justificando tratar-se apenas de extensão da drenagem do sítio aeroportuário, e, portanto, não ser de competência daquele conselho. O expediente foi encaminhado para o DEP, o qual se manifestou após análise que lhe competia, conforme fl. 51. Este é o breve relato. Desnecessárias maiores digressões sobre o tema. O PDDUA, em seu art. 61, Inciso I, assim prevê: art. 61 – Projeto especial de impacto urbano de 2º grau é a proposta de empreendimento, atividade ou plano conjunto de parcelamento, edificação, que pela característica do impacto gerado se classificam em: I – Por obrigatoriedade, devendo atender a condicionantes e solucionar impactos inerentes à atividade ou ao empreendimento proposto. Nos casos previstos no anexo 11.2, fl. 2, desta lei complementar. No anexo 2, fl. 1, há previsão de aeroporto. Há uma diferença entre aeroporto, como previsto acima e uma obra de extensão de drenagem do sítio aeroportuário, como no caso em tela, não refletindo os impactos decorrentes da implantação de um aeroporto. Desta forma, verifica-se como correto o entender de não haver a necessidade de tramitação deste expediente único pelo CMDUA, em decorrência de não tratar-se da previsão descrita no art. 61, inciso I, anexo 11.2. Identificada a correção e os trâmites necessários, opina-se pelo acolhimento do Senhor Secretário desta manifestação e o encaminhamento para arquivamento do presente expediente. É o parecer que ora submetemos à apreciação do Senhor Secretário desta SMDE.* A única questão que tenho a colocar sobre isso, vocês não tem conhecimento, porque aqui é só uma tapada questão da drenagem. Tramitou a questão da ampliação do terminal e foi aprovada neste conselho. (Falas concomitantes). O terminal foi aprovado sim. O que ficou pendente é que quando ocorrer a duplicação da pista, isto vai ter que passar, porque é uma intervenção

que vai interferir na estrutura urbana. Vai ter uma série de impactos que serão avaliados, mas esta etapa não foi aberta ainda. Quando for aberta vai ser obrigatório passar aqui no conselho. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu fico bastante desgostosa, acho insuficiente este tipo de parecer e esta resposta. Eu acho que nós precisamos novamente ler o parecer e discutir aqui dentro. Se é, que não era apenas a questão da drenagem, o processo que eu avaliei não tratava apenas disso, eu não estou nem discutindo o processo arquitetônico e urbanístico. Eu estou questionando irregularidades no projeto, que eram, por exemplo, não constar assinatura de responsável, nem CREA, nem CAU, nem coisa nenhuma. Isso eu acho que é de uma seriedade enorme e não podemos deixar, mesmo que fosse só de drenagem, isso não pode passar e ser arquivado... Como foi falado? Que foi retirado. Não pode ser recolhido isso, não pode passar por arquivamento, porque isso passou e houve um parecer, eu li esse parecer. A partir do parecer houve diligências. Eu não acho aceitável, mesmo reivindicando questões legais e jurídicas que isso seja arquivado dadas as irregularidades existentes. Temos engenheiros, arquitetos, mas mesmo quem não é entende a gravidade de se ter EVU ou projeto que não tenha CAU, nem CREA, nenhuma assinatura e nem responsável técnico. Isto tem que retonar ao conselho, é muito sério. Eu preciso sair porque tenho um compromisso às 18h30min. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Bom, eu acho que fica prejudicado e passamos a pauta para outra oportunidade. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Naquela época em que esteve o pessoal do aeroporto, ficou combinado que faríamos em um ato de cavalheirismo, aprovando aquela fase, dede que todas as outras fases de ampliação passassem por aqui. Ali é uma região com muita coisa pendente, não é um processo simples, porque aquela região toda é atingida pela macrodrenagem. Não podemos ouvir um relato e deixar assim. E mais, a região tem que saber o que está acontecendo. Então, eu vou na linha da Conselheira Lívia para que este processo volte para que pelo menos os conselheiros novos conheçam, até para nós. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu entendo que deve vir para este conselho sim. É um processo que passou por aqui, foi retirado de pauta, tem que retornar e nós temos que analisar os pareceres. Não tem como, porque foi nomeado até relator neste processo. Olha, não entendo certas coisas. Ou melhor, até entendo, mas quero saber o que passou e o que foi aprovado aqui, como conselheiro novo. Isto envolve a comunidade, a vida das pessoas, não podemos brincar com as pessoas. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, quando este processo veio eu ainda perguntei: Mas o que está fazendo este processo aqui neste conselho?”Quem trabalha com esse tipo de projeto, tratava com uma diretriz de esgoto pluvial. Isto é direto ao DEP ou DMAE, aí foi um equívoco lá da CAUGE, veio para cá, aí caiu na mão do Euclésio, que não entende nada disso, foi distribuído. Se o processo viesse e passasse pela mão do Cogo, eu quando estava de processo, acredito que não distribuiria, devolveria a CAUGE. É um absurdo, porque causou este constrangimento. Eu entendo a indignação dos conselheiros de – pô, mas tiraram o processo daqui. Não, o processo não deveria ter vindo. Foi um absurdo técnico. E de certa forma registre-se, eu fiquei perplexo também com o tipo de gancho que a Arquiteta Lívia pegou para (Inaudível) o aeroporto em cima do projeto de drenagem pluvial e drenagem urbana. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Obrigado. Antes de encerrar, a Secretaria competente, a SMDE, eu estava devendo isso de trazer, este processo não é competência deste conselho. Agora, deixar de pautar o assunto não vai acontecer. Nós podemos pautar. Agora, não é o caso de

fazer parecer sobre o EVU, é uma aprovação de drenagem, não existe a competência naquela etapa para se manifestar. Agora, o aeroporto é importante, planejamento urbano? Sim. Convidamos a FRAPORTE para vir aqui, o assunto não vai ser afastado do debate, mas nas competências devidas. Senhores, agradeço muito a presença de todos, tivemos uma tarde bem produtiva. **ITEM 5.0: Término (Às 18h15min).**

O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.

Maurício Fernandes	**Aline Brum de Lima**
Presidente	*Secretária Executiva*
	Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia 07/08/2018, com retificações:

Linha 739: Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB;

Linha 767: “antigo do Conselho”;

Linha 882: “favorável para isentar”;

Linha 884: Municipal de Habitação - DEMHAB;

Linha 932: Departamento Municipal de Habitação.

Solicitação que a votação nominal conste no corpo da ata, assim como as leituras de pareceres e documentos. Acordado que a votação constará na a partir da legenda de votações. Leituras de pareceres e textos seguirão como anexos de ata.

ATA Nº 2772/2018

Aos sete dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN**; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito - GP**; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMIM**; e Cláudia Remião Franciosi (Titular), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Luiz Brum (Titular), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**; Vinícius Vieira de Souza (Titular), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; e Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **CONVIDADOS: Ada Raquel Doederlein Schwartz, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação da Ata nº 2771/2018; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações: 4.1. Apresentação da proposta de revisão do Regimento Interno pela presidência e entrega de emendas. (Todas as emendas deverão ser entregues à presidência até o término da reunião do dia 07/08/2018)**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 14h20min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Boa tarde aos colegas, conselheiros, sejam bem-vindos ao Conselho. Dando início à nossa reunião ordinária, está aberta a reunião. **ITEM 2: Votação da Ata nº 2771/2018.** Então, a votação da ata passada, da Ata nº 2171/2018. Como é de praxe, em relação à ata costumamos fazer a deliberação de aprovação por aclamação. Antes pergunto se alguém tem alguma observação a fazer? **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento**

Municipal de Habitação – DEMHAB: Boa tarde a todos. Senhor Presidente, só informar que encaminhei por e-mail algumas modificações. Só para constar. **(Linha 739: Departamento Municipal de Habitação - DEMHAB; Linha 767: "antigo do Conselho"; Linha 882: "favorável para isentar"; Linha 884: Municipal de Habitação - DEMHAB; Linha 932: Departamento Municipal de Habitação).** **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** A gente adota a postura, qualquer conselheiro pode fazer a sua manifestação na ata que ela ao final com o texto ou manifestação *ipsis literis* do conselheiro. Não costumamos alterar a ata, porque é uma degravação, mas registra-se o posicionamento pretendido. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Começando na linha 1128 até a linha 1148, se alguém quiser acompanhar, que quando comentamos sobre a FRAPORT apareceu a minha fala, a fama da Patrícia, mas não apareceu o texto. Então, eu acho que como o texto foi lido, gravado, deveria aparecer. Eu acho necessário para esclarecer a conversa que tivemos aqui, senão fica fora do contexto. Então, eu acho que o texto deve ser acrescentado aqui. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Aline, eu te peço que coloque o texto como anexo da ata, aí faz o documento mesmo. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A questão do parecer não verifiquei aqui, deve ter ficado de se enviar também por e-mail, mas não recebemos. É o parecer lido no final da reunião. Outra questão, eu gostaria que constasse aqui nas votações o voto de cada entidade, porque não consta. A representação que temos perante a sociedade civil é saber exatamente o que estamos votando e qual a nossa posição. Então, constar quem votou a favor, contra e abstenção. Até porque o regimento preceitua que os votos de cada entidade serão registrados. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Está bem. A ata é feita de praxe assim, mas concordo com a tua manifestação. Nós podemos aperfeiçoar o processo. Então, anexar a manifestação da SMDE da FRAPORT e registrar, individualmente, os votos. É isto? **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Então, nesta ata já vai ficar registrado o resultado da votação, individualmente? É que teve um objeto que aprovamos nessa reunião, deu uma grande divergência em relação até a princípios, de como vamos nos posicionar em relação a processos dessa natureza. Parece ao menos que aquele processo seria adequado que tivesse o registro. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Nós vamos fazer o seguinte, conselheiros, o espelho da votação, que é aquela folha que todos nós assinamos, tem o voto de cada um. Então, podemos adotar a prática do espelho integrar a ata. Pode ser? Também está à disposição na secretaria do conselho para quem quiser. Então, adotamos desde agora que o espelho da votação vai integrar a ata. Quem é favorável á aprovação da ata permaneça como está. Aprovado por unanimidade a Ata nº 2771. Perdão... Alguém se abstém? Então, 02 abstenções, da IAB e SOSECON. **APROVADA A ATA Nº 2771**. **ITEM 3: Ordem do Dia. 3.01. EXPEDIENTE 002.050619.16.0 (Interessado: CMDUA. Assunto: Seminário de Planejamento. Relator: Comissão de Revisão do Plano Diretor).** A Ada vai fazer a apresentação por parte da SMAMS sobre a revisão do plano diretor. A Ada já é conhecida de todos aqui, a nossa coordenadora da área. Então, Ada, com a palavra. Nós definimos um tempo de apresentação de 45 minutos. **Ada Raquel Doederlein Schwartz, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Boa tarde a todos. É a primeira vez que este novo conselho tem contato com a equipe que hoje é responsável pelo planejamento urbano de Porto Alegre. Então, em função disso eu queria também apresentar a nossa equipe. Hoje

eu tenho esta função de coordenação. Nós temos agregando a equipe o Engenheiro Gabriel. Lá no fundo a Arquiteta Ana Tércia, a Engenheira Tânia, a Bióloga Carla, o Arquiteto Guilherme, a Arquiteta Simone está de férias e a Walesca que também está e férias. Hoje o nosso grupo é este número de pessoas. Conforme solicitado, vou apresentar como estamos tratando a revisão do plano diretor. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Qual o total de pessoas na equipe? **Ada Raquel Doederlein Schwartz, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** O total hoje são 08, contando comigo, mas uma está de licença. Então, ativos são 07. Vamos, então, falar da abordagem do plano diretor, que são discussões que já começamos. Então, aos que já assistiram aqui, peço paciência, porque temos outros elementos para mostrar. A partir disso gostaria de fazer uma reflexão de como está este processo e quais as razões pelas quais nos fazem trazer esta revisão. Neste movimento de revisão, seja ajuste, revisão, elaboração de novo plano, seja o resultado que surgir, essas perguntas vão nos nortear: o que queremos para o nosso futuro? Qual é a nossa visão estratégica para o futuro e para o pacto que a sociedade fará para viabilizar esta visão estratégica? Vamos ter que conseguir responder essas perguntas ao longo dos próximos 10 anos. Então, precisamos ter isto em mente para entender. Em nossa opinião, temos que ir adiante da nossa revisão, propriamente dita. Eu começo mostrando onde que Porto Alegre se classifica em termos de porte de cidade, desde a década de 50, em relação a todas as cidades existentes no mundo, até o nosso cenário de 2030, momento da próxima revisão do plano diretor. Então, as classificações são, em azul, cidades com menos de 300 mil habitantes. Depois temos, neste tom de azul, de 300 a 500 mil, como sendo cidades muito pequenas. Aqui, em verde, cidades pequenas, entre 500 mil e 1 milhão. Em amarelo, cidades grandes, entre 5 e 10 milhões. Em vermelho, megacidades com mais de 10 milhões. Aqui nós conseguimos ver que Porto Alegre na década de 50 fazia parte dos 2% de cidades do mundo que eram entre 300 e 500 mil habitantes. E na década de 60, 10 anos depois, muda de categoria e passa a fazer parte das cidades pequenas. Quando entra o plano diretor de 79, então, colocando como referência a década de 80, a cidade muda de categoria de novo. Então, fazendo parte de 7,6% das cidades ditas cidades médias. Então, entre 1 e 5 milhões de habitantes. O que aconteceu depois disso? Nas décadas de 80, 90, 2000, 2010 e 2020, Porto Alegre permanece nesta categoria, dificilmente vamos sair desta categoria. Então, temos que enxergar que Porto Alegre muito provavelmente sempre será uma cidade neste tipo de categoria, só que da década de 80 em diante, até 2020, 2030, a importância dessas cidades no mundo e torna cada vez mais forte, diferente do cenário que tínhamos de 1980. Em 2030 quase duplica. Então, temos que com isso pensar e Porto Alegre também no seu papel no mundo, enxergar Porto Alegre além dos seus limites metropolitanos, urbanos, e enxergar de fato o que a nossa cidade representa no mundo. Trago também uma avaliação deste mesmo período, onde mostramos que Porto Alegre na década de 50 era a 5ª cidade mais populosa do Brasil e desce nas décadas seguintes para a 6ª, 8ª posição. Na década de 90 a 9ª posição. Quando começa este plano diretor atual está na 10ª posição e se mantém até hoje. Provavelmente, na próxima revisão Porto Alegre vá descer para a 11ª posição, sendo passada por Goiânia, porque está com uma taxa de crescimento muito maior. Olhando Porto Alegre em relação à urbanização mundial e nos temas que essas questões trazem, também nos momentos dos planos diretores do município, nós temos que o plano diretor, aqui representado em verde escuro, seria a urbanização no mundo, em verde claro a zona rural. É sabido que já tivemos uma inversão, hoje temos um crescimento cada vez maior da zona urbana e isso deflagra uma série de discussões em todas as revisões que estão acontecendo. Então, começamos com um cenário no plano diretor de

59, com outro cenário do plano diretor de 79, não muito diferente. Tivemos em Porto Alegre uma lei em 1987, que foi entre os dois planos diretores, que, digamos assim, mudou nosso curso de história. Nós tivemos o plano diretor de 99, neste cenário a revisão de 2010, já em outro cenário. Então, o nosso novo plano, 2020 a nossa revisão futura, neste outro cenário. O que essas questões nos trazem para debate? Como fica a questão da urbanização dessas proteções de áreas ambientais? Aqui temos representado o que se coloca como tendência deste aumento, ou ocupação da cidade mais premente, que trazem esses temas. Como fica a discussão da zona rural, já que estamos diminuindo a área verde? Como fica a questão da urbanização versos áreas de risco? Como fica a questão das ocupações versos áreas de risco versos regularização fundiária? Como fica a discussão do tamanho das unidades habitacionais, já que mais pessoas ocupam o mesmo espaço? Como fica a (Inaudível) iluminação e ventilação? Como fica a questão de como utilizar os serviços urbanos e atender toda essa população, levando em conta a densidade? Como fica a questão da paisagem urbana e da preservação histórica, já que vou construir muito mais, então, como fica a preservação desses bem sólidos? A questão da mobilidade urbana, que hoje é uma das questões que mais impacto está tendo, porque todas essas pessoas precisam circular nesse espaço cada vez mais ocupado. A necessidade de espaços públicos eficientes, adequados ao convívio. Como fica a questão dos conflitos sociais no meio urbano e segurança – aqui também é outro tema que nos assola. Como fica a convivência no meio urbano, o código de posturas. Como ficam oportunidades econômicas a todos na cidade. Nenhum desses temas é exclusivo de Porto Alegre, faz parte d todo um cenário maior do que estamos vivendo. Aqui a gente traz alguns potenciais naturais que temos, quando falo de “naturais” não é de natureza, são naturais próprios de Porto Alegre, que a gente pode induzir. Uma das coisas que já é sabido, a nossa população, o IBGE coloca que Porto Alegre é a cidade com mais percentual de idosos por habitante. Esse fenômeno vai ser seguido pelos estados de São Paulo, Minas e Rio de Janeiro, depois Paraná e Santa Catarina. Isso nos induz também a olhar o atual cenário da maneira que trabalhávamos a cidade, sejam espaços públicos, privados, oferta de serviço. Para o público idoso isto pode se tornar modelo para o país e nós faz repensar algumas questões também como nós criamos os espaços adequados, esses espaços estão servindo ou não a essas pessoas. Outra questão é o turismo, Porto Alegre tem despontado muito na questão da área da saúde, tanto em termos econômicos, quanto em termos de atendimento, tem sido referenciada em termos de América Latina. Então, temos que repensar como podemos fazer com que isso ajude a qualificar a cidade e ter uma marca própria da cidade, o que Porto Alegre oferece. E essas duas questões de turismo que Porto Alegre tem é o turismo náutico e de serviços. Outra questão que Porto Alegre tem são os recursos humanos, Porto Alegre se destaca como a capital ou a segunda capital, não tenho este dado, que mais mestres e doutores tem por habitante no país. Então, demonstra que Porto Alegre tem um perfil de uma cidade que é capaz de trazer e fazer soluções, capaz de repensar soluções criativas para a cidade, não só para a cidade, mas para toda a economia. Então, temos isso como potencial próprio de Porto Alegre, que desponta de maneira muito significativa e que temos que neste momento de revisão do plano diretor pensar como que essas forças produtivas de Porto Alegre podem se agregarem e fazer da nossa cidade uma cidade melhor. Temos também potenciais, agora falando de natureza, temos as Ilhas, somos uma capital com 16 ilhas, nós não temos isso no nosso imaginário, nós temos que nos reestruturar para sermos uma capital com 16 ilhas. Hoje nós não somos. E como que este bem natural pode também agregar qualidade a nossa cidade. Por exemplo, isso nos desponta muito para a questão do transporte hidroviário, para a questão do ecoturismo e outras coisas mais. Avaliações preliminares, algumas considerações para os senhores

refletirem. Esta pergunta é proposital: por que o plano diretor é importante? O que temos visto historicamente na cidade? Nós temos visto várias ações e projetos há anos no município de maneira pontual, que parecem desconexas e descosturadas entre si: a questão do Arroio Dilúvio, a questão do Cais Mauá, a questão do desenvolvimento econômico, a questão dos corredores ecológicos, a questão do mobiliário urbano, a questão de aprovação de projetos e processo, a questão do turismo, a questão da clandestinidade de áreas de risco, a questão do 4º Distrito, a questão do licenciamento, a questão das ilhas, a questão da orla, mobilidade, projeto urbano e segurança. Esses temas e outro s nos rodeiam e parece que não enxergamos conexões entre eles. Então, precisamos costurar essas ações para potencializar e ter um resultado, um pensamento mais estratégico sobre nossas ações. E entendemos que precisamos ter um olhar extremamente crítico para o nosso plano diretor, para que possamos dirigir essas ações para um resultado mais estratégico e qualificado. O que avaliamos? Verificamos assim: o que Porto Alegre tem para poder pensar a sua visão estratégica? Porto Alegre tem o seu plano diretor de 99, revisto em 2010. Porto Alegre tem, no nível do lote, código de edificações, que é de 1992. A gente já nota, por se tratar de duas legislações, que não há uma relação direta entre as duas, a gente verifica que o código de edificações não potencializa o plano regulador. Então, a gente vê que quando a gente tenta enxergar Porto Alegre dentro da sua região metropolitana, como é necessário, por exemplo, para poder abordar a questão das ilhas, e a gente tenta enxergar Porto Alegre não só como uma cidade, mas a capital do estado, a gente nota que carecemos de instrumentos e mecanismos para, inclusive, valorizá-la como capital do estado. E também não temos mecanismos para verificar qual a importância de Porto Alegre em termos de Brasil. Nós notamos que Porto Alegre carece de uma visão estratégica, de posicionamento dentro de diversos cenários: nacional, estadual e dentro da região metropolitana para fazer tomada de precisões mais adequada. Por outro lado, notamos que não temos uma visão de bairro. Pela maneira que o plano diretor de 99 se organizou, a gente não consegue enxergar as particularidades e especificidades de cada bairro da cidade. O plano diretor, por exemplo, no seu modelo de base e corpo, onde cria uma volumetria única e homogênea para os diversos bairros de Porto Alegre, cria um único mecanismo de paisagem urbana para os diversos bairros. Então, faltam os planos de bairro, por isso falta a questão dos projetos urbanos também, para uma dimensão que é intermediária entre a cidade e o lote. Nós não temos mecanismo para isto. Além do que, quando a gente desce no nível da rua, enquanto diretrizes de rua, nós também carecemos de mecanismos mais adequados. Então, a gente nota que deveríamos preencher essas escalas todas para poder ter, tanto na visão estratégica do município, quanto ações mais coordenadas sobre o território. Hoje as nossas diretrizes são no nível do mapa inteiro da cidade, não no nível de cada região. Também tentamos explicar que para a gente poder pensar planos, projetos e intervenções adequadas, sistêmicas, deveríamos pensar... Aqui nós temos de maneira ilustrativa uma arvore como o plano diretor sendo o caule que suporta tudo que vem acima ou a partir dele, onde ele baseia as suas raízes em várias legislações, federais, estaduais, incluindo acordos internacionais que se viabilizam pelo território municipal. A partir disso, claro, com a visão da própria sociedade, o plano diretor se ergue e gera planos setoriais, a partir deles projetos setoriais. E isso origina o quê? Projetos executados e serviços realizados hoje, que é o que a sociedade espera da gente, mas temos que deixar claro que o resultado disso é um processo, vem de todo um processo que tem que ser muito bem construído e que qualquer falha que haja dificulta ou inviabiliza o resultado final. Uma das coisas que nós fizemos nesse processo foi entrar em contato com todos os órgãos do município e perguntar: quais são os planos setoriais que existem no município hoje? Por incrível que

pareça, o planejamento teve que perguntar, porque o planejamento não sabia. Enfim, a resposta que tivemos foi: todos os órgãos, sem exceção, ligaram para cá para perguntar o que eram projetos setoriais. Todos! Colegas de carreira nos perguntando o que eram projetos setoriais. Então, nós nos vimos na seguinte situação, que a prefeitura e seus diversos órgãos já não tinham noção dos projetos que deveriam vir a partir do plano diretor e que os projetos estavam, na realidade, todos sendo constituídos a partir do olhar próprio de cada órgão. Então, não havia uma união e uma potencialização de todos os projetos para um resultado mais benéfico, um resultado de otimização de recursos sobre o espaço da cidade. Então, aqui coletamos alguns: plano de resíduos sólidos, plano de mobilidade urbana, plano de desenvolvimento econômico, plano hidroviário, plano de saneamento, plano de resiliência, plano de segurança urbana, plano diretor de acessibilidade, plano de arborização, plano de drenagem urbana, plano de habitação de interesse social, plano de educação e vários outros. Lembrando, os órgãos perderam a referência do que é um projeto setorial. Nós também fizemos como uma avaliação preliminar o que o plano diretor revisado de 2010 coloca como ocupação máxima da cidade e o censo de 2010 coloca como de fato ocupado. Nós vimos que o plano diretor revisado de 2010 prevê como ocupação máxima uma cidade para 4.654.849 habitantes, sendo que o censo de 2010 coloca a cidade como 1.468.524 habitantes. Nós estamos prevendo infraestrutura, toda a parte de suporte de serviços públicos a partir dos índices colocados no plano diretor revisado em 2010. Então, de que maneira nós podemos, adequadamente, ocupar melhor o orçamento? Aqui nós temos por gradação de densidade. Então, em vermelho as ocupações previstas para a maior densidade, e hoje o que a gente tem na cidade é um espraiamento da nossa cidade. Ao contrário do que o plano diretor de 99 colocava. Também colocamos como uma avaliação preliminar algumas legislações que surgiram pós-plano diretor de 99 e que nos forçam a repensar o nosso modelo de cidade. Essas legislações são legislações ambientais, que nós temos um SNUC a partir de 2000, especialmente, que influenciam sobre a taxa de ocupação dos lotes, porque prevê uma série de tipos de área de preservação e de conservação, que também precisam ser compatibilizadas dentro do território e não o foram nem na revisão de 2010. Então, essas legislações ambientais em nível federal impactam a taxa e aqui as legislações de aeródromo que impactam na altura. Essas legislações de aeródromo tiveram algumas revisões, nós tínhamos um modelo de plano de aeródromo até 2010, que foi um ano que o Brasil teve muitos acidentes aéreos, foi revista toda essa legislação para todas as capitais. Então, elas criaram um modelo básico para todas as cidades. Esse modelo para Porto Alegre durou alguns anos e foi revisto, hoje temos um modelo mais adequado ao nosso relevo e topografia, mas essa legislação impediu legalmente muitos dos nossos índices previstos de se realizarem, em função do relevo da cidade. Olhando a taxa e a altura, o que vemos? A questão dos aeródromos, que falam das alturas, hoje temos uma parte mais central desse modelo do aeródromo, mas nós temos uma nova faixa de restrição mais acima e para a zona sul tem outro aeroporto. Aqui nós colocamos todas as restrições que Porto Alegre tem, a ocupação, em função da altura. Aqui a gente tenta ver a cidade não pelo o que o instrumento permite, mas sim pelo o que a cidade comporta. Então, nós temos aqui marcadas as áreas de restrição, ocupação, e aqui um mapa de todas as áreas protegidas de Porto Alegre, um mapa que não tem no plano diretor e que fomos agregando a partir desta leitura de 2000. Então, quando vemos que enxergamos a cidade como uma linha divisória, com esta parte mais abaixo, com restrição à ocupação, não significa que não possa ser ocupada e sim que o solo tem que ser menos ocupado; ou seja, a base tem que ser menos ocupada, mas poderia ter mais altura. E a parte de cima está mais livre, isso em relação à taxa. Aqui nós temos várias restrições à altura, especialmente, nesta

parte onde poderíamos ter mais ocupação. Então, vemos que há uma incongruência entre um modelo e outro, e nós estamos tentando enxergar qual a cidade que é possível ter a partir dessas duas leis federais, uma que restringe a taxa e a outra que restringe a altura. Nós temos, à esquerda, o que hoje o plano coloca como lugares que Porto Alegre pode ter mais altura. Aqui é a altura de 42 metros e aqui a altura de 52 metros. Então, deste modelo colocado no plano nós notamos que podemos ter as maiores alturas nesse sentido, só que quando a gente coloca em cima dessas alturas, essa legislação do aeródromo, o que acontece? O que criamos? Considerando o relevo de Porto Alegre, a maneira como a altura dos prédios é medida, em Porto Alegre é medida a partir da base, não interessa se o prédio está em um terreno mais baixo ou mais alto, ele conta a partir da base até o último andar útil, não conta a casa de máquina ou o que possa ter acima. E nós temos este teto sobre Porto Alegre, um teto de alturas, que toma como referência o nível do mar, dentro dessas duas dimensões o relevo da cidade. Aqui nós cruzamos o teto com o elevo da cidade, considerando as alturas que nós podemos ter pelo plano diretor e acabamos gerando como resultado este mapa que nos mostra, em azul, as alturas que podemos ter, as alturas dadas pelo plano diretor que não atinge o teto que temos em Porto Alegre. Em vermelho, as alturas dadas pelo plano diretor que ultrapassam esse teto. Isso nos mostra como desenho de cidade, não como taxa de ocupação, não como densidade e sim como alturas, que a cidade se viabiliza mais nesse sentido do que neste sentido. Em vermelho, os locais onde as alturas dadas do plano não se viabilizam. Então, nós vemos que há uma incoerência no nosso mecanismo, inclusive para se chegar a esta conclusão se passa por um dado projeto, uma proposta, por várias etapas internas aqui até que se chegue a esta conclusão. Se a partir disso algum índice não se viabiliza, existem outros mecanismos propostos para se lidar com a situação. Então, vimos que nós estamos atualmente com um modelo que uma parte não se viabiliza. Então, qual a cidade que podemos ter a partir dos instrumentos federais? Então, estamos vendo que isso não está fechando com o modelo hoje colocado. Aí a gente traz como discussão as estratégias colocadas no plano diretor. O plano diretor propunha uma cidade representada pelo modelo espacial, que é um mapa, este mapa para ser atingido como objetivo propunha 7 estratégias que deveriam somadas chegar a um resultado de um modelo espacial. O que temos hoje? Nós não temos todas as estratégias localizadas sobre o mapa da cidade, nós temos a estratégia de mobilidade, que é um diagrama, nós temos a estratégia do plano de gestão ambiental, que é um diagrama. Ou seja, nós já não teríamos em 1999 ou 2000 como garantir o resultado do somatório dele, que seria um modelo espacial, somando o mapa com um diagrama. E nós também verificamos que não há em nenhum sistema da prefeitura hoje essas informações colocadas para a aprovação de um projeto. As estratégias do plano diretor só estão impressas nas folhas do plano diretor, nós não sabemos, por exemplo... Eu vou chutar um endereço: “Eudoro Berlink, nº 59”, como é atingida por essa estratégia? Pela estratégia da produção da cidade, como é atingida pela estratégia da qualificação ambiental, como é atingida pela estratégia da promoção econômica? A gente não consegue fazer este cruzamento hoje. Então, também verificamos que nenhum sistema hoje da prefeitura comporta dados de planejamento urbano. Nós temos dados do plano diretor de 99, nesses sistemas, mas aqueles que são necessários à aprovação e licenciamento, mas não a este pensar estratégico da cidade, nós não temos. Então, fica muito difícil, por exemplo, em um projeto exigir: eu quero que tu qualifiques o teu projeto, obedeça à estratégia de qualificação ambiental. Aí olha este mapa e não consegue localizar como fazer essa avaliação. Fica muito subjetivo. Por fim, na revisão de 2000 o modelo espacial, que seria o somatório que deveria se buscar pela aplicação de cada uma dessas estratégias integradas entre si, ele saiu da revisão do plano diretor, ele deixou de existir no instrumento

revisado em 2010. Então, quando a gente olha que essas estratégias nomeadas, que todas somadas, colocadas no mapa deveriam dar como resultado um modelo espacial, que é este mapa aqui, nós não temos mais este mapa hoje. Então, a atuação do poder público está por estratégia específica, não tendo um norte orientador das decisões. E nós colocamos cada uma dessas estratégias junto com cada um desses programas previstos dentro de cada uma dessas estratégias e fomos verificar se esses programas foram ou não feitos e de maneira. E temos duas classificações, ou o "não foi feito", ou "sim em parte", com algum critério, mesmo que não da maneira prevista no plano diretor, mas se alguma forma foi feito alguma coisa. Quando olhamos, em vermelho, a maioria dos programas não foi desenvolvido pelo município e outra parte foi feita de alguma maneira, mas sem esta visão do resultado que se buscava inicialmente, que era um modelo espacial e este efeito integrado entre todas as estratégias. É isto que nós temos como resultado. A gente chama atenção para algumas das estratégias previstas, entre elas a estratégia de gerenciamento de políticas. Era uma estratégia que propunha que todas as linhas de financiamento existentes no município seriam destinadas á viabilização desses programas do plano diretor. Isso inclui PPAs e qualquer outro tipo de financiamento. Se pegarmos o histórico dos PPAs vamos ver que não houve este suporte para o desenvolvimento de todos esses trabalhos. Então, primeiro, é uma questão econômica e também ma questão institucional, além de propriamente um instrumento e si, que atualmente está em desacordo com legislações federais. Para funcionarem todos esses programas e fazer as estratégias atuarem em conjunto o plano diretor propunha que uma das primeiras coisas que acontecessem após o plano diretor de 99 seria a reestruturação da Secretaria de Planejamento, mas isto não aconteceu. No dia seguinte ao plano diretor de 99 toda a estrutura da Secretaria de Planejamento era baseada na estrutura do plano de 79. Então, ficou, institucionalmente, muito difícil conseguir operacionalizar o plano diretor de 99. Há uma dimensão, além da econômica, uma dimensão institucional do que simplesmente a redação do texto. Então, entendemos e nos preocupa muito, após a revisão do plano diretor, como será o *day after*, o dia seguinte nós já temos que estar plenamente operantes e como podemos garantir isto ou induzir que isto aconteça após este processo. Então, a nossa discussão não deve ser um mero instrumento em si. Por exemplo, um dos programas era o sistema de informações, que propunha que fosse montado toda a base de informações de planejamento do município... Não é a de licenciamento, a de planejamento, para que todos os órgãos do município tivessem acesso, que os municípios de fora tivessem acesso, que os demais órgãos de governo tivessem acesso e com isso pudesse facilitar parcerias público privadas. Inclusive, nós não tivemos isso implantado, além de não termos implantado não tivemos um programa de avaliação do desempenho urbano, justamente se o plano estava sendo viabilizado ou não, para fazer este acompanhamento. Só que para ele poder ter iniciado, digamos assim, toda a adequação dessas estratégias, organizando todos esses mapas, já deveriam estar prontos, mas não estavam. Aqui nós temos também a questão do sistema de planejamento, que é um dos programas também previsto no plano diretor, para dar conta desse acompanhamento com os demais órgãos de estratégia, que tivesse um órgão adequado para isso. Esse órgão também seria o encarregado do sistema de planejamento, o conselho é um braço desse sistema, mas ele não é o único ente compositor desse sistema, mas que faria essa relação da cidade por região de planejamento e com seus bairros, com outras institucionalizações da cidade. Hoje nós não temos mais uma coincidência espacial entre região de planejamento e bairro. Então, se não é esta coincidência espacial fica muito difícil para o planejamento urbano conseguir trabalhar demandas que venham de região de planejamento urbano, que venham de outras organizações, inclusive, se ela não estiver dentro desse sistema

estruturado, da maneira como o planejamento estiver trabalhando. Estamos propondo que a gente não fique só nessa dimensão da região de planejamento, sim que a gente avance para uma leitura de bairros. Então, será extremamente necessário que a gente consiga fazer esta adequação das regiões de planejamento com os bairros. Um dos efeitos que nós notamos de tudo isso que eu falei, é a seguinte situação, nós temos duas partes principais do plano diretor, uma parte estratégica e uma parte reguladora. Esta parte estratégica hoje faz parte da SMAMS e existe uma parte reguladora que está a cargo da SMDE. Nós temos uma parte que é a análise de projetos especiais, que vincula toda a parte estratégica com a parte reguladora. Por quê? Aqui, esta escala da parte estratégica, o que estamos olhando? A cidade, o território. E na parte reguladora estamos olhando o lote. O projeto especial tenta olhar o lote em um território um pouco maior. Então, ele precisa da definição da parte estratégica com a parte reguladora. Só que eu expliquei a vocês que a parte estratégica nós não conseguimos aplicar da maneira correta. Então, o que a gente diz? Faltam detalhamentos na escala do bairro, projeto, na escala do bairro, que gera insegurança para o técnico, para a avaliação de projetos especiais. Seria o lote e mais a avaliação do impacto no entorno do território. A cada instante todo o corpo técnico da prefeitura tem que se reunir para olhar um projeto e o tempo de tramitação também passa a ser, digamos assim, diferenciado. Na parte reguladora, que seria a parte do volume da edificação, nós temos por outro lado um excesso de regramento, muitos regramentos. E atende, mais ou menos, a 80% dos casos que a prefeitura avalia. Nós temos a questão do código de obras não se relacionar com o plano regulador. Então, volta e meia tem que se criar novas resoluções. E o tempo de tramitação, em função desse excesso de leis, de regramentos, hoje se torna muito grande. Nós temos, então, uma sobrecarga nessa dimensão e temos uma falta nessa dimensão, para nós podermos ter um plano diretor equilibrado. Aqui é um mapa da estratégia da produção da cidade, onde se colocam esses territórios, que deveriam ser objeto de projeto especial, tanto por iniciativa da sociedade, quanto por iniciativa do poder público, mas que todos esses territórios deveriam ser estimulados para isso. Então, pela indefinição e por onde passam esses territórios fica difícil a gente poder delimitar com segurança. Quando eu digo projeto especial é tanto o projeto especial do requerente, quanto a (Inaudível) consorciada. Uma das coisas que notamos quando fazemos um paralelo com um projeto de arquitetura, notamos que quando tentamos enxergar a cidade, assim como no projeto de uma edificação a gente deveria ter um projeto arquitetônico, para a escala da cidade nós deveríamos ter o projeto urbano. E ele se viabiliza a partir dos seus complementares, o projeto de arborização, sinalização, drenagem, viário, iluminação e etc. E a soma deles deveria estar no projeto de cidade, assim como a soma dos projetos complementares de uma edificação resultam em um projeto arquitetônico. O que temos é a atuação de cada projeto complementar, se maneira separada, que não resulta em um projeto urbano. Agora, enquanto processo histórico é importante trazer algumas coisas para conhecimento dos senhores. Aqui, pegando o histórico pré-plano de 79 até os dias de hoje para podermos entender o cenário que temos. Nós tivemos em 1976 a Secretaria de Planejamento Municipal, que tinha uma organização institucional e administrativa que vinculava estudos urbanos, planos locais, projetos urbanos, a coordenação de informações de processamento, cartografia e projetos geométricos, também a parte de planejamento e programação. Falando de programação no setor público, execução orçamentária e informações técnicas. Então, a secretaria surgiu daí. Em 79, então, nós temos o primeiro plano diretor com esta estrutura, em 85 foi reajustada, perdemos algumas atribuições, continuamos olhando o orçamento, continuamos fazendo projetos urbanos, mas tivemos algum ajuste. Em 87 nós tivemos uma lei que alterou muito o plano diretor de 79. Em seguida, em 89, a secretaria foi revista de

novo. Nós deixamos de ter a parte orçamentária, passamos a ter apenas estudos urbanos e planos especiais. Projetos urbanos passam para outra supervisão, que seria a supervisão de licenciamento, continuamos com as informações. E de 93 até 97 nós tivemos a primeira conferência do plano diretor, porque o que se dizia era que nós tínhamos muitas leis, legislações e regulamentos já acumulados pós-plano diretor de 79, especialmente, após 87, que estavam dificultando muito a aplicação do plano diretor de 79. Havia muitas incompatibilidades. Então, viu-se a necessidade de reformular o plano diretor. Então, montou-se a conferência do plano diretor e que resultou, em 97, no envio para a Câmara da primeira proposta do plano diretor, que acabou sendo muito discutida e debatida, foi solicitada uma revisão, voltou para o poder público e resultou no envio da segunda proposta para a Câmara, que é este documento aqui, que vai para a votação e em 1999 temos o plano diretor, a partir daí se caracterizou o cenário que temos. É importante ressaltar que neste período, onde se usava como argumento a revisão do plano diretor de 79, nós tínhamos 170 leis complementares, decretos e resoluções que deixavam mais complexa a aplicação do plano diretor de 79. Aqui, já em 99, olhando o mesmo processo, o que vimos? Nós começamos 1999 ou 2000 com a aplicação do plano diretor, com a parte estratégica do plano sendo desenvolvida em um único andar e a parte reguladora em outra parte do prédio, do famoso 6º andar e 4º andar, que por muito tempo tiveram uma atuação muito independente. Durante este tempo todo, em 2002, foi feita uma conferência de revisão do plano diretor, para verificar os 5 primeiros anos de aplicação do plano, que resultaram em 2010 em uma revisão das alturas do município. Nós não tínhamos as alturas do município definidas quando começou para plano diretor de 99. Por isso que temos vários bairros hoje com ruas locais e prédios muito altos, eles vêm deste período. Então, a impressão que a gente tem é que o plano diretor de 99 não estava pronto quando foi lançado. Então, somente 10 anos depois as alturas da cidade foram definidas. O que aconteceu? Em 2012 é importante ressaltar, surgiu a SMURB. A parte que seria a estratégica do plano diretor, que é o planejamento de médio e longo prazo, oficialmente, deixa de existir no município, nós deixamos de existir e passamos agora, com a nova estrutura administrativa, com a nossa atividade voltando a existir dentro da Secretaria de Meio Ambiente. Hoje nós temos como registro no cenário atual, comparando com as 170 leis que havia naquela época para revisar o plano, nós temos mais de 949 leis complementares, ordinárias, federais, estaduais e municipais, decretos, pareceres, resoluções, instruções normativas, que de alguma forma incidem sobre a discussão da aplicação o instrumento. Com isso, então, nós temos aqui este cenário de revisão que se coloca, que hoje nós temos a parte reguladora e a parte estratégica atuando em dois órgãos diferentes. Então, como que podemos pensar a revisão? Entendemos que as estratégias sem regras, a parte das estratégias reguladoras tem que estar mais fácil de ser aplicada. Hoje cada nova lei gera um tempo de tramitação maior. Então, temos que fazer esta otimização, porque precisamos ter uma visão integral da cidade, coisa que nós perdemos. Nós precisamos fazer com que este processo qualifique a sociedade, porque nós temos que de alguma forma resgatar os planos e projetos. Então, entendemos que precisamos fazer algumas ações de maneira que atendam essas expectativas e foram um pouco diferentes do momento de 99 e 2010. Uma das coisas que estamos propondo, assim como o plano diretor de 99 propunha é se basear a Agenda 21. Nós propusemos nos basearmos nos 17 ABS. Nós chegamos em 12 temas norteadores, que surgiram a partir do evento que fizemos na Câmara, no final de 2016, onde recolhemos a contribuição das pessoas e fizemos um workshop com o conselho ativo da época. Então, chegamos a estes 12 temas e para estes 12 temas norteadores, não quer dizer que mais algum tema não surja ao longo do processo, mas que nós precisamos recolher esse saber que existe

proposta em 99, atualizar e desenvolver. Nós temos como proposta: uso do solo, estrutura e paisagem ambiental; desenvolvimento econômico; desenvolvimento social; mobilidade; acessibilidade; Infraestrutura; resiliência; segurança urbana; biodiversidade e serviços ecossistêmicos; espaços e equipamentos públicos; desempenho e habitalidade das edificações; patrimônio histórico e cultural; gestão democrática, aprendizagem social. Então, nós temos como cenário a Agenda 2030, vendo de que maneira este olhar sobre a cidade pode contribuir também para a qualificação das agendas que o Brasil se propôs a demonstrar. Para isso, então, a gente vem organizando e esquematizando esse trabalho. Nós entendemos que a partir do momento que tivermos um detalhamento maior de bairros, seja pela leitura técnica e comunitária, que a gente possa ter mais regras nesta escala para poder ter menos regras para esta escala e assim poder inverter esse processo, poder deixar um plano diretor mais equilibrado. Para que a gente possa aumentar o detalhamento das escalas de bairro, do território; para gerar segurança para o técnico avaliar os projetos especiais; para disponibilizar esse detalhamento para toda população e diminuir o tempo de tramitação. Por outro lado, aqui diminuir os regramentos, pedir arquivos em carga já referenciados, aprovar projeto não solto, mas na quara. Também diminuir o tempo de tramitação. Com isso, o que acontece com as informações que temos na prefeitura? Licenciamento, temos hoje mais de 400 sistemas que estão sendo unidos no *smartphone*, mas o planejamento urbano tinha apenas acesso a 5% dessas informações. Então, nós nos demos conta que estivemos planejando a cidade com menos de 5% das informações que existiam. Então, pretendemos reorganizar essas informações e criar uma plataforma com todos os dados de planejamento urbano abertos, arquivos editáveis e que entendemos que devem estar disponíveis à sociedade, não sendo sediadas no poder público, para que no próximo movimento de revisão não perca as informações de porque se decidiu por tal zoneamento ou tal proposta do plano. Hoje, a equipe que está aqui, como não participou da revisão do plano de 99, desconhece de onde surgiram as decisões que geraram o plano de 99. Então, para isto não se repetir, porque não há registro nenhum na prefeitura, em nenhum sistema, vamos colocar todas essas informações disponíveis para a sociedade. E com isso poder discutir mais a questão de bairro. Temos como exemplo a questão de planos regionais de Curitiba, de São Paulo. Hoje já se enxerga no bairro a questão de quais projetos e contrapartidas deveriam existir e poder mapear essas coisas a partir da leitura técnica, da leitura social. Então, como será a construção com a sociedade? Pretendemos que esses 12 temas alcancem a questão do bairro, versem sobre essas dimensões, mas atinjam a questão do bairro e que a gente tenha um formato de discussão com a sociedade que não seja somente o processo tradicional. Segundo nós vimos no processo de 99, que originou o de 99, tem se registrado que foi discutido com 2 mil pessoas e 170 entidades, que no processo de revisão de 2010 o número é parecido. Se olharmos 2 mil pessoas, é 0,14% da população. Então, queremos achar uma maneira de poder abarcar um número maior de pessoas, para isso nós estamos propondo que este processo todo tenha uma parte presencial, que não sabemos ainda se vamos poder por região de planejamento, ou por bairro, ou por agregação de bairros, que tenha também uma plataforma digital para colher informações, diagnósticos e propostas da sociedade. Esta ferramenta já existe na Europa, é comum, está sendo aplicada em Londres, na Finlândia e em vários outros locais para que a gente consiga abrir este leque de discussão maior com a sociedade. E lembrando que além de tentar fazer com que esta parcela seja representativa da sociedade, estatisticamente, nos seus diferentes grupos etários, grupos socioeconômicos, que a gente consiga ver as crianças e idosos, já que Porto Alegre tem uma porcentagem grande de idosos. A questão das pessoas com deficiência também, que nunca participaram das revisões, a gente quer discutir em um processo mais amplo,

através desta ferramenta digital. Aqui é importante registrar, Porto Alegre tem 23,87% de pessoas com deficiência, em maior ou menor grau, que representa quase ¼ da população. Então, de alguma forma nós precisamos discutir com este setor. Neste processo todo vamos ter uma parte técnica e uma parte comunitária, como é exigido pelo Ministério das Cidades. E o cruzamento disso, nesse processo presencial, serão feitas oficinas, como são feitas também. E essas ferramentas digitais que estão à disposição são para nos fazer ter um alcance maior do que o poder público já conseguiu ter. Nós pretendemos nos organizar em três grupos de trabalho, um grupo ampliado, aberto á sociedade; outro grupo interno aos órgãos do município e um grupo diretivo. E a partir disso, cumprir todas as etapas que o Ministério das Cidades recomenda. Lembrando que este processo todo tem gerado uma capacitação, uma visão crítica para a sociedade. A gente parte muito da questão da base de dados, de estabelecer um marco regulatório de informações, para que a gente possa estabelecer indicadores a partir disso para mensurar se estamos ou não conseguindo realizar o que a ferramenta coloca. Como ações em curso, o que existe? Existe em curso a discussão do plano de mobilidade, que tem uma consultoria de metodologia da WLI, da qual nós viemos participando muito e produzindo toda a avaliação técnica de mobilidade junto com a EPTC. Além disso, a gente vem discutindo dentro dos órgãos públicos para poder entender o novo posicionamento dos setores dentro da estrutura administrativa atual, para poder verificar se todas as áreas e saberes estão contemplados no grupo técnico apropriado. A partir disso, verificando também como fica a questão financeira para o desenvolvimento desse trabalho. Então, é nesse momento que a gente se encontra agora. Obrigada. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Obrigado, Ada. Não vou abrir inscrições, vou passar o microfone, quem não quiser passa adiante. **Cláudia Remião Franciosi (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Boa tarde. Eu queria manifestar, Ada, que bom que a gente vem dialogando e debatendo várias situações. A Secretaria de Relações Institucionais tem participado desse processo e que bom que estamos chegando a uma forma, mais do que isso, que estamos podendo abrir esta forma. Então, quero mais uma vez parabenizar pela liderança que tu tens tido, o grupo que estás contigo. Novamente, também nos colocar à disposição, porque tem sido realmente um debate aberto e de muito aprendizado a todos nós. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Bom, eu vou tentar me ater ao que me parece essencial do ponto de vista da análise e avaliação dessa proposta. Primeiro, eu não vi nada sobre os princípios do plano diretor. Eu não vi relação com os objetivos propostos para o debate, não encontro relação nenhuma direta entre uma coisa e outra. A não ser que a gente esteja querendo rediscutir até os princípios, aí eu faço algumas perguntas e considerações. De fato, o grupo que se tem para trabalhar nesse pouco tempo que ainda resta é de apenas 8 pessoas, aí se pretende revisar um plano diretor como um todo, desde os seus princípios nesse pouco tempo que há? Quer dizer, ainda que se possa questionar, que eu tenho sérias dúvidas, sobre o processo que levou ao plano diretor de 99 na sua amplitude, durou anos de processo, de debate público. Inclusive, a fase de diferente, que é isso que se parte de um diagnóstico técnico, do qual ainda vou tecer algumas considerações, o diagnóstico começava de um debate público, parte não só de um debate técnico. Pelo o que eu vi no início, o próprio plano diretor estabelece alguns... Eu acho que ele é mais rico sobre os caminhos para a sua revisão do que algumas intenções dadas pelo Ministério das Cidades. Eu reforço, uma é a questão desse distanciamento dos objetivos e princípios. Não vi, a não ser em um dos momentos e ainda sob uma fala de clandestinos em áreas de risco, a questão da habitação, a questão da regularização fundiária. O plano diretor é aquele que vai agregar setoriais, como foi colocado, quanto a isso não há discordância. Então, não

podemos colocar o que talvez esteja entre os piores e maiores problemas a se resolver na cidade, relegar a um simples plano setorial ou plano municipal de habitação. A minha pergunta específica em relação a este plano setorial de mobilidade, foi dito que a consultoria de metodologia está contratada, a WLI. Não é? Mas em que secretaria, que órgão é competente, que está assumindo a questão do planejamento, da execução desse plano? É a EPTC? Te onde eu sei não é competência da EPTC, que deve operar, fiscalizar, mas jamais planejar. Aliás, esta é uma das grandes críticas que a gente tem feito. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Rafael, só para esclarecer, é a Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Ainda compete a ela. Claro, a gente tem visto e me preocupa um pouco quando é colocado que o plano regulador está sob responsabilidade da SMDE. O plano regulador, até onde eu sei, pela lei que foi aprovada, com toda a discordância que eu tenho dela, o plano regulador ainda compete a esta Secretaria, a SMAMS. A gestão da aprovação e o licenciamento, passou para a SMDE, mas o programa regulador jamais saiu daqui e jamais vai sair, porque são partes indissolúveis, as estratégias do plano regulador. Eu não entendi o que vem a ser aprendizagem social dentro dessa proposta. Quanto à questão de excesso de regramento, eu acho que isto deve ser um debate que deve ser colocado no centro da discussão, porque eu discordo e vou dar um exemplo muito claro de como eu discordo. Há uma flexibilização do regramento que não está fazendo com que o plano diretor atinja seus princípios e quem propõe um projeto aqui respeita princípios. Por exemplo, a cidade é mista, tudo isto está nos princípios do plano diretor. Quantos projetos a gente vem aprovar aqui sem passar por aqui, quanto da cidade produzida nos últimos 15, 20 anos é esta cidade mista? Nós estamos vendo uma cidade que está sendo feita com gradis e um edifício residencial isolado da rua. Eu acho que o plano diretor permitiria que se fizesse um térreo comercial, em contato com a rua e a mesma torre. Por que não se faz? Porque a regra não está em excesso, está flexível. Acabou que pela decisão de cada empreendedor não está atendendo a regra, ele decide da cabeça dele e ficou jogado lá a Deus dará. Eu pergunto: qual o papel do CMDUA nesse processo de revisão? Eu não vi o CMDUA dentro dessa proposta de revisão do plano, lembrando que não só o plano diretor como a Lei 661 coloca os conselhos municipais como papel central de deliberar sobre planos, como é este plano. Em que momento nós vamos tratar, tanto deste processo de poder propor, sugerir, questionar... Questionar nós estamos fazendo, mas propor sobre esse processo de revisão, acompanhar e coordenar junto este processo de revisão do plano. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Em 1999 houve uma grande discussão nesta cidade sobre a revisão do plano diretor. Essas estratégias não saíram das cabeças de pessoas iluminadas, saíram de uma construção que se fizeram á época com a cidadania. Houve um congresso, se eu não me engano, o 3º Congresso da Cidade. Houve experiências localizadas nos bairros, as comunidades participaram. Se eu não me engano, o Secretário do Planejamento era o Newton Burmeister. Eu até brinco com o Burmeister, que ele era o algodão entre os cristais para não quebrar, porque havia vários interesses conflitantes, o que vai haver novamente. Então, como vai se trabalhar a regularização fundiária nesse processo? Cada vez eu vejo mais restrições para as comunidades se regularizarem, para construírem sua indenidade, para ter o plano de desenvolvimento econômico, identificação da identidade das comunidades, a lei dos bairros. Como vamos discutir isso? Como vamos construir com a cidadania o conhecimento dos seus bairros? Onde está a participação das pessoas nesse processo? Assim, é fundamental termo a dimensão do que foi feito nesses quase 20 anos do plano diretor. Eu não vi nenhuma avaliação da cidade que está aí. Fazem planos sem consultar a população, planos

municipais com pessoas que nem conhecem a cidade, não se envolve na cidade, não tem qualquer envolvimento e opinam sobre a nossa cidade. E os moradores sofrem a consequência desse plano. Então, eu penso assim, pelo é a posição da RGP. 1, nós temos uma avaliação que a cidade tem que ser para as pessoas. Então, nós da RGP. 1 queremos participar ativamente deste processo, nós os delegados e delegadas. Uma cidade que tenha a nossa cara, nossa identidade, que respeite a paisagem urbana, porque os nossos olhos veem uma cidade que não é mais a que nós viemos. Estamos voltados para uma cidade que nos ofende e nos oprime, não é uma cidade que constrói cidadania. Vemos que cada vez os bairros são mais violentos, mais abandonados, não há qualquer respeito á identidade dos bairros. Eu acho que isso é ponto fundamental. Eu estou com o Rafael na questão de princípios. Então, quais os princípios que nortearão? O princípio econômico ou o princípio de cidadania, princípio social, princípio em desenvolvimento? Era isso. Eu teria mais coisas, mas hoje estou gripado, talvez eu não tenha toda a capacidade neste momento para expor tudo o que penso. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Bom, é um esforço a apresentação deste trabalho de 8 técnicos sobre a vida de toda a nossa cidade, eu imagino. A senhora me desculpe, mas eu mas senti em uma sociedade líquida, porque talvez a minha formação como linha histórica, eu sempre li e respeitei os princípios históricos e sociológicos que a gente vive, mas eu me senti um pouco assim. Nesta linha histórico eu não me reconheci, talvez pelo ponto de vista. O me reconhecer é importante, porque eu existo e quero me sentir importante. Quando na Câmara de Vereadores, em 1999, depois fui delegada no plano nacional, na construção do Conselho da Cidade, onde teve vários instrumentos com todos esses segmentos que eu não consegui identificar. Conselho da inclusão, tudo que nós construímos, todos os conselhos, das universidades, não consigo identificar aqui. Então, por isso que eu disse que me senti dentro de uma sociedade liquida, que se dissolveu e que nasceu de repente. Eu me sinto novamente invadida neste país, principalmente na minha cidade. Eu nasci no Estado do Rio Grande do Sul, vim a Porto Alegre guriazinha, hoje sou uma senhora, poxa, já entrando para a terceira idade e não conseguir me identificar quando ajudei a construir. É trágico! Para não dizer cômico! Desculpe! Então, eu quero só compreender o método, este conceito onde eu estou incluída. Não sou eu, mas tudo o que se representa na negritude, nos deficientes, nos técnicos, nas comunidades. Negar que esta sociedade não existe é permitir apenas um olhar mais matemático, mais estatístico. Desculpa, realmente, talvez seja um mal deste plano, e a senhora que tem tanta experiência, é concursada, né, talvez isto me desqualifique um pouco. Eu quero só compreender, porque construímos o que ia ser uma Macro 10 da lei consorciada da Lomba do Pinheiro. É uma experiência, é a primeira no Brasil que foi colocada em prática. Desculpa, então, isso não quer dizer nada? Eu quero recuperar aqui o conceito. Então, não temos valor nessa construção que foi estabelecida da cidade. Então, quais são os valores? Volta ao conceito que o Felisberto levanta aqui, de que princípio nós estamos partindo para avaliar e construir esta revisão do plano diretor se em 1999 esta própria secretaria foi reestruturada? Estado é um projeto de gestão ou um projeto de estado? Muito obrigada. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Nós vamos responder em bloco para não acumular muito. **Ada Raquel Doederlein Schwartz, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Bom, vou ver se consigo responder a todas as colocações. Princípios, primeiro que o que estamos trazendo é uma abordagem deste processo. A revisão não começou ainda o que temos aqui são diagnósticos sim do contexto que temos hoje, da situação que a gente vem enfrentando e da maneira como o plano diretor... Eu não digo que é um diagnóstico sobre o plano diretor, a aplicação dele, mas,

digamos, é um diagnóstico inicial. Tem que fazer parte, óbvio, deste processo de revisão uma etapa de diagnóstico e uma etapa de proposta. Esta parte do diagnóstico tem uma parte, como coloca o Ministério das Cidades, uma parte de diagnóstico técnico e uma parte de diagnóstico comunitário. O que estamos fazendo é organizando e sistematizando algumas questões técnicas para mostrar para a população que nós temos incongruência. Então, isto não é o diagnóstico técnico dos problemas do plano diretor ainda, mesmo porque o que tivemos no histórico, esse de 2000 em diante, foi para o planejamento urbano de Porto Alegre. Ele não se viabilizou somente pela Secretaria de Planejamento, por um único órgão. Nós tivemos de maneira descentralizada em Porto Alegre um planejamento sendo feito por vários órgãos. Então, a gente entende que para poder ter este diagnóstico mais qualificado possível, a gente tem que conseguir estabelecer um grupo de trabalho técnico interno, poder colher tudo isso e poder organizar isso. É o que a gente quer começar. A questão dos princípios, entendemos que também os princípios se estão sendo ou não, digamos, viabilizados, eles vão fazer parte de um diagnóstico técnico, tem que fazer parte de uma discussão comunitária, inclusive para sabermos se esses princípios se mantêm ou se acrescentam outros. Então, por isso que não tocamos aqui nos princípios. Não somos nós que temos que definir e sim o processo da revisão que tem que decidir. O que fizemos foi estabelecer 12 eixos norteadores, assim como houve 7 estratégias de revisão para o plano de 99, nós verificamos que os pontos trazidos na discussão do evento no capitólio 2016, mais a contribuição do conselho anterior, vimos que precisaríamos contemplar outras questões que não são hoje abarcadas pelas 7 estratégias. As estratégias são de uma época de um contexto, entendemos que devemos envolvê-las, tanto é a representação posta, mas também temos que verificar de que maneira se mantém ou se aprimoram. O que estamos colocando é o olhar da discussão, da oportunidade que tivemos de levar esta discussão a público, que foi em dezembro de 2016, com o conselho ativo de 2017. Então, foi o próprio conselho que acabou estabelecendo junto conosco esses 12 temas, com as contribuições e o instante lá no Capitólio com a sociedade. Então, entendemos que devem ser 12 temas norteadores. A questão de onde está a habitação de interesse social? Não estavam como estratégias, nenhuma das 7, elas acabaram aparecendo como plano setorial no final do processo como um programa. Então, este tema, óbvio que também está lincado junto ao tema do desenvolvimento social. De novo, como eu disse, nós só temos eixos norteadores de discussão e que vão agregar vários outros assuntos. Se vocês olharem, nós não temos nenhuma estratégia que diga: estratégia de regularização fundiária hoje no plano diretor ou estratégia de habitação de interesse social. E de novo, não quer dizer que não surja outro tema ou que outros não se cumpram nesse processo. São 12 temas norteadores para a discussão, nós vamos iniciar, nós precisávamos ter alguma coisa com o que começar. Qual é o papel do conselho? Nós temos CMDUA e COMAM ali em cima (*slide*). Entendemos sim que o conselho é, inclusive, transversal aos três grupos. Uma das coisas que vamos ter que definir é como que a governança desse processo, ainda mais com todos esses atores da sociedade, como pode acontecer. Nós ainda não definimos e aqui nós temos as organizações prévias desse processo. Nós entendemos que tem que ter uma parte técnica, toda outra discussão com a sociedade. E aqui estarão contempladas todas as representações sociais, porque nós temos 17 regiões do OP, 08 regiões de planejamento, organização de moradores, cooperativas e etc. Hoje o plano regulador, Rafael, está na SMDE, nesta proposta de reestrutura administrativa ficou lá. Houve esta cisão entre a parte reguladora e a parte estratégica. E a gente vem tentando ver como trabalhar isso da melhor forma possível. Na realidade, ainda estamos aprendendo nas dificuldades. Como trabalhar a regularização fundiária? Esta questão veio, isto vai permear a discussão. Onde está a participação das

pessoas? Bom, a participação das pessoas, como em qualquer processo de revisão, tem que ter um diagnóstico comunitário e uma proposta comunitária. Nós também temos que ver como fazer isso da melhor forma. E nós entendemos que hoje em dia, com o poder de comunicação que a sociedade tem, a gente tem meios de fazer um alcance muito maior. Só que, presencialmente, a gente não enxerga com um alcance tão maior do que historicamente se conseguiu, para isso estamos somando outras ferramentas que não a presencial. Nós vamos somar. A questão da segurança urbana é um dos temas que na época, em 99, não era um tema que rondava a cidade como hoje, tanto é que um dos 12 temas norteadores é segurança urbana. A linha histórica a gente entende que é necessário que seja colocada para os senhores. Então, aqui nós não estamos nesta linha histórica pontuando cada uma das representações sociais que participaram dela, mas sim para demonstrar que nós achamos que uma parte da responsabilidade do plano diretor não ter se viabilizado como se pretendeu, existe uma parte que é institucional. A outra parte é de instrumentos de várias leis federais que surgiram pós-plano e que não foram abarcados na revisão de 2010 e que agora precisa. A questão da lei da Lomba do Pinheiro e as outras leis, tudo siso abraça e entra no escopo para eventuais ajustes. Se é projeto de gestão ou de estado, olha, ele está sendo elaborado aqui por uma equipe composta por técnicos do estado. Hoje nós somos um grupo que sobrou dentro do planejamento. Nós tivemos uma saída muito grande de técnicos, entre 99 até 2013, quando começou a SMURB, muitos se aposentaram e alguns foram para outros órgãos. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** Boa tarde. Ficou bem claro que é um diagnóstico básico para iniciar uma discussão da reformulação do plano diretor, onde foram apresentadas algumas diretrizes, para o pessoal ter uma noção do que afeta a questão do planejamento na visão interna da Secretaria de Planejamento. Nós vemos dentro do Orçamento Participativo a falta de planejamento e investimentos, que é o que afeta diretamente o até de demandas e serviços dentro da cidade. O que condiz isso? A falta de recursos, vai gerar uma falta de recursos que não tem mecanismo suficiente para atender um planejamento com ais precisão, que dentro desse diagnóstico básico se viu bem que falta essa parte de uma reflexão interna, depois partir para a parte externa, que vai ser a comunidade, que vai abrir a discussão. Pelo menos o meu entendimento foi dessa forma. A legislação é uma questão que eu venho batendo há muito tempo, tem que haver uma compilação dessa legislação, porque é muita regra e pouco resultado. É muita legislação para ser discutida para a aprovação de qualquer projeto, não é somente nos grandes empreendimentos, mas de qualquer projeto tem uma série de legislações a serem seguidas. O desenvolvimento regional, eu acho que isso é um ponto muito importante para projetar alguns locais na cidade, alguns setores da cidade, onde venham atender as demandas de cidades como contrapartidas, as medidas mitigatórias, para não ocorrem casos como a Edgar Pires de Castro. Foi uma região que teve um grande adensamento e que não tem hoje o mínimo de Infraestrutura para atender a comunidade local. Aí a prefeitura tem que correr atrás de projetos para fazer alargamento da via, para dar estruturação para a cidade local. Então, é este ponto do planejamento regional e onde entram as partes técnicas comunitárias, que tem que ser melhor trabalhada. Eu pergunto em relação à articulação com a sociedade, é um defeito não somente este governo, mas todos os governos, falta esta articulação, falta este enfrentamento. E não é ter medo da comunidade, é compreender as necessidades locais, é o que falta para qualquer governo. Para finalizar, vou colocar aqui se em outras capitais que seguem a risca os 10 anos para a revisão do plano diretor ou se antecipa esse tempo. Se nós analisarmos, 10 anos é bastante tempo para acompanhar toda esta movimentação aí. Obrigado. **Paulo Jorge**

Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5: Ada, parabéns pela apresentação. Eu vejo que há coisas que precisamos avançar mais, porque dentro desse planejamento do plano diretor há muitas coisas. Eu tive a oportunidade de assistir a palestra desse novo candidato ao governo do Estado, o Jairo Jorge, eu não conhecia ele, sabia que era de Canoas, mas não conhecia o trabalho dele. O cara fez uma apresentação sobre a prefeitura de Canoas fantástica. Então, a pessoa vem colocando todo o planejamento. Eu vejo o mesmo projeto aqui há 10, 12 anos e custa a sair do papel. Outra coisa que eu fico vendo, que precisa de planejamento de bairro, porque desde 79, quando discutimos o plano diretor de Porto Alegre, eram só os "iluminatis", os arquitetos, engenheiros. Qual a sua visão de recurso próprio para se pensar isto? (Inaudível). Só tem vantagem quem é de partido, o povo não (Inaudível) votar. E o planejamento da cidade também não é do povo. Se o povo ficar no meio do barro, da sujeira, não interessa, não interessa! Aí muitas pessoas que estão nesses bairros nem sabem o que é plano diretor, não interessa, não sabe, não participa do debate, não discute. Então, é discutido só pelos "iluminatis". Então, eu proponho seminários de planejamento de bairros, ou seja, não é o conselheiro Paulo Jorge, eu não sou engenheiro, não sou arquiteto, mas eu preciso que os "iluminatis", que são vocês, digam: "Oh, Paulo, tu tens até novembro para trazer o planejamento do bairro da Região 5!" Para que saia para ser debatido aqui dentro.aí vocês vão chamar os outros "iluminatis" e vão discutir com a visão do bairro, senão serão os "iluminatis"do DEMHAB, os "iluminatis"das secretarias que vão implantar o plano diretor da cidade e o povo vai chupar bala. Eu vi em 79 que até hoje fico pensando (Inaudível): "Vamos dividir a cidade". Aí eu vi os inimigos de partidos junto com seus amigos. Aí surgiu a (Inaudível), surgiu a MULTIPLAN, não sei o que mais, os inimigos que ocupam a tribuna... (Inaudível) Quando viu surgiu aquele baita empreendimento. Então, o plano diretor não é para a cidade de Porto Alegre. Então, que venha a comunidade lá do bairro para discussão, para dentro desse processo, que os "iluminatis" vejam e estudem os bairros, que o povo participe do planejamento. Obrigado. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Bom, Ada, eu quero dar os parabéns pela tua apresentação. Eu imagino o esforço que foi feito para chegar até este ponto. Eu acho que como tivemos dificuldade de enxergar muita coisa, talvez isso possa ser enviado para nós, porque estava muito ruim, porque a gente não enxerga, não consegue te acompanhar muito bem. Eu espero que esta seja a primeira discussão que temos aqui, objetivamente, sobre o plano, porque não temos tido. Nos últimos 2 anos que estou aqui não temos discutido, absoltamente, nada sobre plano diretor da cidade. Nós temos votado e aprovado projetos pontuais, o que torna mais complicado ainda toda esta leitura que tu fizeste aí. No entanto, eu gostaria de ter visto alguma proposta mais estrutural para o processo de planejamento da prefeitura mesmo, internamente, porque não são 10, 8 ou 6 pessoas, internamente, que conseguem fazer uma avaliação. Além do que, gostaria de chamar atenção sobre isso, eu acho que a gente não consegue avaliar o plano diretor a partir da avaliação do plano em si. Eu acho que é necessário avaliar esta leitura que tu fazes aí, o que seria possível fazer, o que o plano propõe e não é possível. Eu acho que isso é uma avaliação importante, mas não é nenhum pouco suficiente, porque não é possível a gente avaliar a coisa pela coisa. Se a gente avalia a coisa pela coisa, como a gente encaminha? Então, nessa proposta tem uma dificuldade grande de encaminhamento. E eu acho que talvez, internamente, a prefeitura devesse pensar em uma forma de encaminhamento. Eu estou falando, internamente, não estou falando conosco aqui no conselho. Eu acho que isso que o Paulo Jorge falou é fundamental, não acho nenhum pouco conveniente que se apague ou se descaracterize, ou se tire a importância das formas participativas que tivemos até agora, acho que foi uma

elaboração e uma construção, não caiu do céu. Eu acho que as formas participativas nós devemos encaminhar no sentido de aprimorá-las e não de questioná-las. Isso que o Paulo Jorge fala de se ter formas participativas por bairro é muito importante, desde que esses bairros comportem outra forma de avaliação participativa, de formulação participativa que se teve aqui, que foram as regiões. Na verdade, esta questão de escala do planejamento é muito complicado, porque o bairro não fecha com as regiões do Orçamento, as regiões do Orçamento não fecham com as unidades censitárias. Então, não temos um casamento em nenhum nível da hierarquia analítica. Esta é uma complicação tinhosa em todos os níveis, principalmente na questão ambiental, e o Professor Furtado está aqui na minha frente, pode dizer que não estou inventando coisa nenhuma. Então, é muito complicado quando não trabalhamos essas diversas escalas. Eu acho que a prefeitura tem que pensar nisso, no sentido da manutenção das formas participativas que se tem, buscando aprimorá-las. Isto que o Paulo Jorge colocou de ter discussões em bairros é fundamental. Outra coisa, como financiar este processo? e que seria bom ter isso e aquilo outro, tudo isso todo mundo concorda, todos nós vamos concordar com todas as propostas que tu fizeres, organizar um apoio para a revisão do plano diretor. A questão é: quem vai financiar isso? Boa intenção todo mundo tem, a questão é que isso precisa de um financiamento. Quem vai trazer esse financiamento? Eu imagino que haja uma forma de financiamento para este trabalho que está sendo feito junto à EPTC com a WLI, porque não cai no céu. Então, teve dinheiro para dar para a WLI, teve dinheiro para organizar isso internamente. Então, essas questões eu gostaria que fossem trazidas na próxima reunião, porque é daqui há 15 dias, estou entendendo que este é o primeiro passo para uma segunda discussão para a proposta da prefeitura para este conselho, mostrando a sua boa vontade de trazer a discussão para o conselho. Em algum momento foi dito que temos eixos norteadores, eu tenho para mim, com meus muitos anos de estudos em planejamento, que os eixo norteadores devem sair da discussão da cidade, desta discussão que o Paulo Jorge estava falando a partir dos bairros. Eu acho que já temos um histórico em Porto Alegre e não podemos apagar. Não estou dizendo que está sendo apagado, mas quero chamar atenção para que a gente continue o desenvolvimento disso. E acho fundamental que se pense como isso vai ser financiado, internamente, na prefeitura e nos bairros. Isto tem que sair daqui, tem que ser decidido aqui. Ada, eu sei muito bem o esforço para chegar a esta concentração de formação que tu chegaste aqui, que o grupo de vocês chegou, mas isso não é suficiente. Eu também sei que tu sabes isso, mas eu acho que nós precisamos afirmar, isto não é suficiente para se pensar a cidade. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu achei o trabalho apresentado pela Ada e pelo seu grupo a primeira grande oportunidade de se ter conteúdos relevantes sobre a Cidade de Porto Alegre no conselho. Até o momento eu não tinha presenciado discussão relevante com essa amplitude de interesse. Por isso, creio que é fundamental, revisando o que os outros companheiros já mencionaram, que esses conteúdos sejam oferecidos, caso isso não seja exigido e que possa ser compartilhado com essa instância da comunidade. Eu gostaria que isso realmente fosse distribuído para nós, para que pudéssemos conhecer melhor isso. Sobre a participação e a inclusão do conselho municipal, para mim isto é uma questão relevante. Eu acho que deveríamos organizar uma agenda e ter uma divisão do trabalho para que o conselho fizesse uma intervenção positiva sobre esta temática, talvez fosse o caso de também incluir os companheiros do COMAM nesta atividade, para que não houvesse apenas este esforço por um conselho, se for possível fazer esta vinculação. Eu acho que foi importante o trabalho que vocês realizaram e ficam estes dois registros da minha parte. **Ada Raquel Doederlein Schwartz, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:**

Nós ainda não estabelecemos uma comunicação e articulação com a sociedade, porque a gente precisava, digamos assim, ter maduro dentro da equipe quais são as limitações que temos, quais os problemas que existem de fato para a gente poder enxergar por onde começar. O que colocamos a vocês é um diagnóstico básico porque vocês tenham a noção, como vocês representam a sociedade, que a gente não consegue resolver o problema do planejamento apenas, seja ajustando, reajustando ou ficando somente na redação do texto da lei. O nosso problema é que o planejamento é estrutura, é maior. A intenção foi deixar claro para vocês. Existe uma discussão institucional, uma discussão do instrumento, propriamente dito, que são questões tanto de discussão técnica quanto discussão como sociedade, a outra é a discussão econômica. Não estou falando para viabilizar esse processo agora e sim como que a gente faz o plano ser implementado, para não termos o problema que tivemos no dia seguinte ao plano diretor de 99, que não tivemos meios e mecanismos para implementá-los. A questão da proposta estar mais estruturada, nós chegamos neste momento com esses 12 eixos norteadores porque nós vimos que não conseguiríamos abarcar toda a discussão trazida pelo Capitólio. Nós temos que começar de alguma forma e sim entendemos que esses 12 eixos norteadores tem que ser iniciais, a partir eles tem que ser aprimorados, aumentados ou diminuídos a partir do que vier com a discussão tanto técnica, quanto social. Eles não estão estanques, eles são o nosso ponto de partida. Em relação a enxergar o trabalho ou a proposta mais estruturada, entendam que nós temos outra prefeitura, diferente do que tivemos por 40 anos. Então, nós técnicos temos que entender como funcionam esses grupos e processos, até para nós reunirmos todos os órgãos novos, para poder fazer o seu trabalho. Então, nós tivemos que ter esse tempo de maturação para enxergar como viabilizar essa nova estrutura, porque é uma lógica diferente de uma lógica que foi por muito tempo consolidada. Então, de fato, houve essa dificuldade. Até para evoluirmos em cronograma, em plano de trabalho, enfim, estamos esperando enxergar, como a Lívia comentou – qual é o valor disponível para este trabalho e qual o plano diretor que a gente consegue atingir no tempo que o gestor nos coloca? Nós tivemos como delimitação pelo Senhor Prefeito o ano de 2020. Então, estamos vendo o que é possível ter até 2020 para poder enxergar a questão de bairro que entra nessa revisão. Agora respondendo ao Paulo Jorge, o que estamos propondo é justamente isto, que a gente recolha o olhar do bairro, que é uma ideia diferente do que se tinha. A gente vê que a sociedade se enxerga e se entende por bairro, que se quisermos atingir muito mais pessoas é muito mais fácil entender esta leitura do que por região por planejamento, porque é uma coisa que não tem identidade para a sociedade. Então, como fazer isto? O poder público tem pernas para fazer 96 oficinas? Existe outra forma de otimizar isso? Como pode ser feito? Nós também estamos pensando em enxergar isso. A questão da WLI, Lívia, está prestando um serviço de consultoria não remunerado, de uma metodologia, ela não está desenvolvendo o plano. Nós tivemos a preocupação de prever, quando entrou o PPA de 2017/2021, dinheiro para a revisão do plano diretor. Só que vimos que precisaríamos de dois PPAs para esta revisão. Então, estamos vendo como viabilizar o recurso. Agenda de trabalho, ainda não avançamos. A revisão dos outros panos, até onde acompanhamos, acontece a cada 10, 12 anos, até agora não vimos menos d 10 anos aqui no Brasil. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** A média fica em torno disso, porque em alguns municípios nunca acontece. A gente tem um SPAAN de tempo suficiente para fazer. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, eu quero resgatar um pouco na história os atos do conselho CMDUA, a partir de 2016, no sentido de promover e instigar o município de Porto Alegre a discutir a revisão do plano diretor. Este seminário que falamos que

aconteceu no Capitólio, em 2016, foi gestado aqui dentro a partir de uma comissão que se criou. Esta comissão tinha um foco na promoção, da formação dos conselheiros e delegados, inclusive, comunitários, em uma bandeira que o Paulo Jorge muito vinha batendo. Como nós formatamos através da comissão de revisão, passou a ser chamada depois de revisão do plano diretor, porque em um primeiro momento não era. O grupo de arquitetos da SMURB sugeriu a nós da comissão que fizéssemos o foco já na revisão do plano diretor. Então, o seminário foi montado de maneira muito didática para dar o histórico dos planos diretores de Porto Alegre para todas as pessoas que lá participassem. Foi o que aconteceu. A comissão conseguiu trazer naquele momento arquitetas, acho que não tinha nenhum arquiteto, que participaram nos diversos momentos dos planos diretores na história de Porto Alegre. Também foi dada uma introdução sobre o histórico do planejamento mundial, urbano e tal. Foi um seminário muito bom, casa cheia, um grande número de funcionários da prefeitura. Foi um momento muito bom, muito positivo a todos que estiveram lá. No segundo momento aproveitamos as boas relações que tínhamos na época com a Câmara de Vereadores e promovemos, instigamos a Câmara de Vereadores a promove rum seminário, aí sugerimos um formato um pouquinho diferente, em que as arquitetas da SMURB, que a equipe qualquer fosse a protagonista na Câmara de Vereadores. Também foi excelente. Ou seja, começava-se a criar um processo de discussão para a revisão do plano diretor. A evolução desse processo veio para quê? Para o workshop que aconteceu aqui dentro, foi uma atividade interna do Conselho do Plano Diretor, onde foi apresentada uma dinâmica de trabalho e se apresentou os 12 pontos que está se falando. Isto foi tão importante que depois do workshop ouvimos de membros do governo municipal falar em revisão do plano diretor. Ou seja, em função dessa promoção o próprio governo passava a colocar na pauta de maneira maior ou menor a questão da revisão do plano diretor. A evolução é que chegamos hoje com esta apresentação da Ada, trazida pelo Presidente Maurício. O que tínhamos na época como ideia de discussão da revisão do plano diretor? É a ideia que eu acho, particularmente, que deve ser retomada, criar a partir desses 12 pontos, a partir de uma discussão que se pegue um eixo. A cidade precisa discutir no mínimo esses 12 pontos, para unificarmos, levarmos para as regiões de planejamento, através dos delegados regionais, dos conselheiros, ampliado pela comunidade. Aí cada região vai discutir esses 12 pontos com maior ou menor intensidade naquilo que mais entender como necessário para esta ou aquela região. Se for o caso., acrescentar outros elementos importante para este processo de revisão, que isso retornaria aqui para o conselho em algum momento, alguma forma que nós discutiríamos. Então, eu acho que vamos retomar para este caminho. Presidente, não me consta que tenha já o decreto do prefeito starteando o processo de revisão do plano diretor, porque o processo de revisão do plano diretor, oficialmente, é um ato do governo municipal. Aqui no conselho, desde 2016, provocamos este tipo de reação, fizemos os seminários, provocados a Câmara de Vereadores, participamos do seminário do Sindicato dos Engenheiros, participamos do seminário do Ministério Público, ou seja, começamos a discutir. Registra-se, a Lívia, através da UFRGS, (Inaudível) com um processo de discussão, um curso de formação básico de planejadores, mas, infelizmente, com pouquíssima participação, mas também surgiu dentro desta comissão a ideia que a Lívia formatou e está à disposição de todo mundo. Nós estamos em um processo, o CMDUA iniciou esta discussão, inclusive, influenciando outros setores. E a partir desta retomada eu acho que nós devemos promover alguns atos, combinar com o grupo de arquitetos, que são poucos, são 8 profissionais, como que vamos evoluir nesse sentido. Uma coisa é importante, nós não concluímos a discussão do workshop, ele nos foi apresentado, depois sumiu a relação com o grupo de arquitetos. Vários motivos ocorreram a gente sabe, a turbulência de trabalho, a

reestruturação das secretarias, porque estamos discutindo a revisão do plano diretor e eu estou cobrando da Ada que os meus processinhos não estão andando lá, está devagar, está levado 3, 4 meses para sair um processo. Ou seja, a vida continua e nós temos que promover esta discussão do plano diretor. Então, fico feliz, Presidente, de trazer esta discussão neste momento. Vamos fazer a nossa parte aqui no conselho e ver como podemos promover. Aos conselheiros das regiões eu tenho esta ideia e quero discutir melhor, acredito que outros setores aqui das entidades não governamentais também venham propor uma maneira de se organizarem e incrementar essa discussão da revisão do plano diretor. Presidente, era isto e obrigado. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Eu não vou querer e repetir, porque o Conselheiro Gomes, estávamos conversando, ajudei a fazer este resumo que ele acabou de fazer. Eu quis falar por dois motivos, primeiro por me chamar de "iluminati", depois a referência da Professora Lívia e a questão do Conselheiro Felisberto. Este debate começou e há críticas a este conselho. Este debate de discussão do plano diretor começou dentro deste conselho, em 2016, com a participação efetiva dos conselheiros da época. O interessante observar aqui é que começou o procedimento aqui dentro, pensando nessa discussão de renovação do plano diretor. Este workshop foi muito interessante porque colocamos lá "habitação de interesse social", foi algo levantado, como a regularização fundiária. Hoje o nosso grande problema no município são essas vilas irregulares que necessitam sim dos procedimentos de regularização fundiária. Lembrando a importância dos bairros, realmente, o Conselheiro Paulo Jorge começou este movimento a partir de todas as discussões, que ele falava em todas as reuniões da questão da discussão nos bairros. Então, o Paulo Jorge começou isso aí e foi aqui que começou este debate e muito bem formulada a questão pela Professora Lívia, através da UFRGS, que montou todo este curso de capacitação. Aqui começou a discussão e nós precisamos da participação de todos os conselheiros. É daqui que nasceu o laboratório que criou junto com as colegas da SMURB, que muito bem colocado que parou por conta de todas essas modificações que ocorreram. Eu espero que se estabilizem e comecem a retomar, já estamos. Então, essa discussão começou aqui. Depois, muitos conselhos, as sociedades de engenharia e arquitetura começaram a fazer discussões, mas depois que nós começamos aqui, depois que estivemos na câmara, depois que teve o Ministério Público junto. Eu tenho participado sempre que possível de todos os debates e discussões. Depois as outras instituições começaram a discutir e com o movimento todo. Esta é a função. A Professora Lívia fala da questão ambiental, não vou me ater muito à questão, porque nós temos o secretário aqui, nosso presidente, está aí a Bióloga Carla Faillace, que era da SMAM na minha época, que tem um ótimo conhecimento para discutir sobre os corredores ecológicos, que é basicamente para a manutenção das espécies, é importante isso. Então, nós temos que preservar, que se coloca na questão da regularização fundiária. Este é um debate que estamos iniciando, na discussão da lei de regularização fundiária. Bom, mas era isso que eu gostaria de dizer, foi aqui que iniciou e é aqui que está dando start. **Cláudia Remião Franciosi (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Eu só queria retomar que ontem fizemos o lançamento da plataforma em software livre do OP Digital. É uma parceria que a Prefeitura de Porto Alegre faz com a Prefeitura de Madri, o que nos possibilitará ter uma plataforma, que no ano de 2019 o OP também poderá ter uma participação digital. As pessoas poderão participar de forma digital. E ele abre para nós um espaço de consulta. Inclusive, já lançamos essa oportunidade de uma consulta sobre o plano de mobilidade e me parece que essa pode vir a ser uma ferramenta bem importante para utilizarmos nessa questão dos bairros. Então, já temos uma estrutura dos bairros, das regiões dos conselheiros e delegados, dos próprios CRIPS, os centros de

Relações Institucionais e agora contamos também com esta ferramenta. Então, informo, mas coloco também à disposição, porque a parte de consulta já está pronta, se quisermos startar alguma coisa amanhã, o conselho estrutura algo, porque isto já está à disposição para que possamos trabalhar. O nome do software é Cônsul, é uma plataforma digital, que a PROCEMPA atualizou, é um software livre. Eu tenho aqui o link, posso passar para a Aline, que enviará a todos nós. Tem uma consulta sobre o plano de mobilidade, que a gente já pode participar, ver o que não está bom e fazermos ajustes, a PROCEMPA e o escritório de resiliência estão trabalhando juntos nesse processo. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa tarde. Eu gostaria de agradecer a Ada pela apresentação para que a gente possa entender um pouco mais, porque para mim, como para outros conselheiros, isto é tudo muito novo. Então, já deu para ter um vislumbre do que seria. E eu gostaria de pedir para que tu disponibilizasses para todos os conselheiros esse material que tu trouxeste, para que em cima disso pudéssemos passar para as nossas comunidades, começar a discutir tudo isso. Eu queria falar também que, como o Felisberto falou, o Paulo Jorge, a professora Lívia sobre a participação pop nesse processo todo. E a leitura dos bairros, eu acho tudo isso muito importante. Nós já estamos organizando um seminário na RGP. 4, eu participei na RGP. 7 muito enriquecedor. E já estamos trabalhando e nos organizando para fazer um seminário. Como o nosso Conselheiro Gomes falou, isto é superimportante para trazer conhecimento para nós mesmos e para a nossa comunidade, para que todos possam discutir juntos essas reformas que são superimportantes. Também, fazendo um adendo sobre a reestruturação, o aprimoramento das propostas, eu acho isso superimportante darmos uma revisada no que já foi proposto, até porque já se passou muito tempo. Então, muita coisa mudou. Era só isso, obrigada. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa tarde. Queria em um primeiro momento saudar o trabalho desenvolvido pela Ada, pelos colegas arquitetos que trabalham na Prefeitura de Porto Alegre. Eu me somo ás aflas que me antecederam. Queria colocar que talvez a apresentação não esteja à altura da importância das informações ali contidas, confesso que daqui de longe não consigo prestar atenção, imagino que ação delicada quando se trata da questão do debate do plano diretor se a gente for apresentar este mesmo material em outra esfera, pode suscitar algumas colocações que podem não serem adequadas. Então, eu sugiro que o material possa ser melhor desenvolvido para que se torne legível pelo menos. Sobre o que foi colocado, se o material se trata de um diagnóstico inicial técnico, seria importante que o título estivesse escrito “Diagnóstico Básico”, “Diagnóstico Inicial Técnico”. Onde que se encerra essa questão da apropriação técnica das informações e onde começa de fato o debate? Esta fronteira é uma fronteira em movimento, então, temos que ter isso bem nítido e uma coesão de onde se dá esta fronteira, senão corre-se o risco de avançarmos um pouco. O que seriam diretrizes norteadoras? A meu ver essas diretrizes amplas, diretrizes que norteiam, deveriam já estar na esfera do debate e não saindo como diretriz por parte da prefeitura. Isto é um debate que podemos fazer também mais a frente. E me parece que a prefeitura, o papel dela neste processo é um papel denso, que vai envolver diversos interesses da cidade, ocupações, interesses de planejamento dos bairros, as construtoras, empresas, entidades. Então, que a prefeitura assuma o papel de menos indução e mais de mediação para esses diferentes interesses. E isso me parece que deveria ser feito desde já. O material que foi apresentado aqui, o trabalho grande que é desenvolvido pelos colegas, parece já ser material suficiente para dar este start do início dos trabalhos de debate. Em relação ao processo de debate em si, eu me somo às palavras do Conselheiro Paulo Jorge. Sobre o processo em si, assim como a colega comentou da plataforma do software em desenvolvimento, é importante

termos ciente, até por outras experiências que tivemos em situações análogas a esta, que esses processos de participação, como bem disse a Ada, devem somar aos processos das pessoas que (Inaudível) estarem ali. Então, se tivemos em 1999 170 entidades participando, que ao menos a gente tenha a mesma participação das pessoas e o envolvimento, que também agregue as plataformas, a forma como vai se dar este acolhimento, de maneira também que a gente consiga compreender que só a consita não é participação. Então, normalmente, quando esses processos de participação se dão é mais em tom de consulta. Então, é muito delicado, como vamos lidar com essas informações para que a gente possa de fato somar e ter outras ferramentas sem que a gente extinga a participação das comunidades, porque a gente sabe que se tornam de maneira bem mais enfáticas quando estão de forma empírica. Então, de maneira ampliada era isso que eu queria colocar, mas quero deixar duas perguntas, se nós vamos fortalecer os fóruns de planejamento de fato? Como? E qual o recurso que está garantido para os instrumentos de participação? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu acho que me contemplou na questão do virtual. O importante dos fóruns regionais de planejamento, que pese fundamental a escala de bairro, o que há legitimidade perante a lei do plano é o Fórum Regional de Planejamento, o bairro é uma atividade complementar, mas nunca vai substituir o fórum, jamais. Inclusive, pode haver questionamentos legais posteriormente quanto à lei. Nós não estamos subordinados só aos (Inaudível) da cidade quanto aos regramentos de participação, porque o nosso plano não estabelece as regras de participação, inclusive, os fóruns. E há outro fundamental, o nosso plano prevê avaliações periódicas. Nós estamos na ilegalidade frente ao nosso plano há 15 anos, porque desde 2003 não acontece a conferência municipal de avaliação do plano diretor, o que deve ocorrer agora em 2019. Então, é fundamental, até compulsório pela lei que esteja dentro da agenda de revisão a conferência municipal de avaliação para atender o próprio plano e esta normativa legal dele. A questão, espero que não demoremos mais 2 anos para ter uma mera apresentação no conselho, senão restringe o papel deste conselho também no processo. Nós não estamos aqui só para ouvir, mas também para deliberar sobre essas questões. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** O bom desta discussão é que ainda estamos vivos desde 99 e lá em 99 houve uma ampla discussão com a sociedade, não foi um mero congresso, houve discussão em todos as RPs, foi construído todo um processo de discussão nas, na época, 16 regiões do Orçamento Participativo, nos fóruns, onde os técnicos da prefeitura discutiam com a comunidade e construíam uma visão da própria comunidade. A comunidade tem consciência do seu bairro, da sua rua. Então, foi todo um processo de construção. Tem muita gente que não gosta desta palavra, mas eu adoro esta palavra: “construção”. Constroem-se as coisas para que as pessoas possam assumir como suas. O importante é que a cidade é para todos, não só para alguns. Hoje na cidade há uma exclusão de pessoas, excluem as pessoas por sua cor, por sua condição econômica para construir uma cidade elitizada, a cidade é diversa. A posição da RGP. 1 é bem clara, nós queremos uma cidade democrática, participativa e inclusiva, nós queremos incluir os diversos atores que fazem a nossa cidade. Não importante a cor, não importa o sexo, é uma construção que tem que atender os interesses de todos e todas. E esta é a posição da RGP. 1, não é a posição do Felisberto, eu represento uma região que sempre discute a participação. E nós lá, na época, lá atrás, tivemos o esboço de alguns planos regionais. Houve um seminário com a PGP. 1 onde saiu um DVD, feito na época pelo Dal Molin e pelo Allan Furlan, que eram os conselheiros da região, na (Inaudível) e na região do Gomes houve um esboço do início de discussão com o Conselho de Desenvolvimento, acho que foi em 2003/2004. Então, há determinadas regiões da cidade que se mobilizaram

muito bem, como a região do Paulo Jorge. O Paulo Jorge realiza seminários e endosso as suas palavras. É uma construção de pessoas que participam e que têm conhecimento da cidade, que vive a relação com as comunidades. Então, temos que levar em conta os planos regionais, que são fundamentais para que a gente possa ter uma cidade integrada, que atenda os interesses do desenvolvimento econômico, desenvolvimento social. Volto a afirmar, aqueles eixos norteadores, não foi uma discussão para a discussão, foi fruto da discussão. Não foi para a discussão, veio da discussão. Tem que inverter essa lógica, levar para a comunidade o que ela tem que discutir. Aí o Orçamento Participativo tem um papel fundamental, porque faz o diagnóstico real das situações junto às comunidades. E este conselho aqui tem acento no Orçamento Participativo. Então, nós temos, Secretário, que fazer uma eleição de titular e suplente para fazer parte do conselho, porque todos os conselhos que dão acento ao Orçamento Participativo podem ter um membro no conselho. Obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Talvez eu tenha sido um pouco deselegante com a senhora, mas quero dizer que quando me dirijo perguntando seu nome, enfim, é porque, primeiro, a senhora é uma pessoa importante para a nossa cidade, todos reconhecem, como nós também nos sentimos. Agora, jamais querendo substitui o seu saber. E eu tenho certeza que a senhora também não teve a pretensão de apagar a linha histórica, quando me referi, porque eu sou socióloga e trabalho muito com esta metodologia. Então, um pouco é para refletirmos sobre isso e não para sermos arrogantes ou subestimar, não é disso que se trata. Eu sei que não é a intenção, mas é o seu trabalho, mas nós vivemos aqui uma disputa de projeto. Na medida em que tu apagas os símbolos de uma história, tu estás me destratando e me apagando. Isto nós não permitimos na medida em que estamos vivos e lutamos por isso. Quando nós fizemos o nosso seminário... Eu sei que é chato para quem quer ouvir só questões do seu ponto de vista, porque nós vemos nas expressões dos rostos quando a gente fala. E eu me corrijo às vezes sobre isso, porque eu tenho o ponto de vista de sociedade e as outras pessoas outros. A gente reflete sobre isso, até no jeito que a gente se expressa. Voltando aqui, para ser rápida, quando fizemos o nosso seminário com a Dra. Betânia Alfonsín, também com a Maria (Inaudível), que é sua colega aqui já aposentada, nós temos um pendrive didático maravilhoso, que usamos na RGP. 7, e no próximo, que já estamos marcando para o segundo semestre, que esta equipe esteja lá para nos auxiliar e para aprender conosco, para nos somarmos, o próprio Secretário, o João Marcelo, que é fantástica aquela equipe que esteve conosco. Então, é disto que não vamos abrir mão. Nós não temos problema de fazermos uma discussão com debate, ter um projeto em disputa. Eu tenho um ponto de vista, por exemplo, faço parte de uma época onde a questão do primeiro quilombola do Brasil foi aprovado legalmente. Entende? Isto passou por aqui, por nossas discussões, passou pelo saber desta inclusão, nós não estamos fazendo aqui um favor de dar uma migalha para os quilombolas, mas poderia ser qualquer outro. Não é o fato de fecharmos os olhos para a importância do mercado imobiliário, mas o limite que ele tem quando vem o meu interesse também. Então, terminando, só para dizer que era sobre este ponto de vista que eu me manifestava, jamais de forma ofensiva, mas um ponto afirmativo entre a questão da fronteira e da linha histórica que foi colocada aqui muito bem. A fronteira e a linha histórica tem toda uma constituição. E o nosso saber tem que ser somado, aí não é a voz de uma quase anciã, é uma voz de uma história que precisa ser respeitada e complementada daquilo que vem da modernidade para também aprender. Muito obrigada. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa tarde. Eu trago uma preocupação que é de todos, mais especialmente na RGP. 2, com relação à geração de emprego e renda, que é a revitalização do 4º Distrito. Eu acredito, Felisberto, que em 94, por aí, quando aconteceu o

primeiro congresso da cidade, já discutíamos e junto estava a revitalização do 4º Distrito e não saiu daquilo que foi discutido. Isto é uma preocupação, porque eu acho que o momento é para se avançar nessa discussão e trazer novas ideias para esta questão. Em relação às ilhas, eu acho que lá a discussão tem que ser ampliada a todos e não só dentro daquela comunidade, face o avanço acelerado da (Inaudível) imobiliária, principalmente, que é o cuidado de manter o meio ambiente cada vez mais protegido. Trago algo que não ouvi aqui, mas acho importante também, até porque na época nós participamos bastante, discutindo o transporte coletivo da cidade, o trânsito da cidade, isto tem que fazer parte sim na discussão do plano diretor. O plano diretor não é só obra nova, nós temos que dar oportunidade para que a (Inaudível) aconteça de forma controlada. Em relação á moradia popular, é o seguinte, o bairro pobre continua pobre. Então, se não viermos para cá e discutirmos uma forma de investimento equilibrado ou distribuído na cidade, porque se pesarmos hoje Porto Alegre, Porto Alegre ficaria em uma posição inclina. Alguns bairros têm Infraestrutura maior e melhor, aqueles bairros onde não chega Infraestrutura, ou progresso, ou modernidade, vai ficando cada vez mais esquecido e mais pobre. Os moradores daquela região ficam sem saída, não vai ter emprego, não vai ter nada, nenhuma estrutura ali. É a garantia dele mesmo para morar, porque aos poucos a própria (Inaudível) vai afastando, é natural, porque vai chegar a um ponto que não sei como vamos fazer. Só para dar um exemplo de que às vezes as pessoas não se dão conta, eu moro na Vila Ipiranga. O que colocaram dentro da Vila Ipiranga? Todo mundo conhece o Jardim Europa, ninguém pediu, mas colocaram. Eu vi, é nos fundos da minha casa, estou lá desde 70 e poucos. O Jardim Europa é um bairro nobre em um lugar onde ele não deu nada, e se desse não estaria fazendo grande coisa, porque eu acho que é nocivo naquele local. Não trouxe nenhuma melhoria para o resto da região, até porque já tinha, aquela é uma região muito próxima do Hospital Conceição, da Avenida do Forte. Então, se não tivermos a partir dessa discussão alguma coisa que possa regular em um empreendimento novo que chega, porque tem que levar algo de bom para quem já está ali. Não adianta só faze rum cercado, como hoje é cercado o Jardim Europa, só que tem uma coisa, a minha frente ficou dentro da Vila Europa. Que ironia do destino, né! Então, eu acho que é isso, temos que aproveitar este momento para discutir não só o que está pronto, mas o que queremos para o futuro da cidade. Obrigado. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** Bem, eu quero fazer uma complementação em relação à Região Ilhas. A Região Ilhas em 2010 participava junto ao Orçamento Participativo enquanto Humaitá/Navegantes, era Ilhas/Humaitá/Navegantes. Chegou-se à conclusão que a situação local era de caráter exclusivo e diferenciado do restante da cidade. E nós fizemos uma divisão da Região Ilhas para poder atender os anseios específicos daquela região. E eu não enxergo de outra maneira, enquanto visão de Orçamento Participativo, a Região Ilhas. Ela é um caso aparte da cidade, mas, ao mesmo tempo, faz parte do território de Porto Alegre. Inclusive, estive em um evento na sexta-feira, conversando com alguns conselheiros, eles têm intenção de criar uma região de planejamento, na Região Ilhas, por ser uma situação específica, por tem uma APA, por ter questões ambientais, por ter uma falta de Infraestrutura e, ao mesmo tempo, não conseguir participar da discussão do planejamento. Até porque as regiões ocorrem geralmente na Noroeste e eles moram lá nas Ilhas. Então, fica difícil até para abrir uma discussão. Então, seria um ponto a ser pensado e discutido, a questão da criação de uma região de planejamento específico para as Ilhas. Outro ponto que quero reforçar o que o Adroaldo comentou, em relação às medidas mitigatórias, compensatórias e de contrapartida. O que chega hoje aqui? Muitos conselheiros querem discutir isso, mas já está discutido dentro da comissão, já foi tudo

acertado e não tem o que discutir aqui dentro do plano diretor, da forma que está colocada hoje, dentro dos processos, que levantam todas essas questões, apropriações e outras coisas. O que está tentando colocar, no meu ver, é que antes de uma inicial da discussão do projeto. A região de planejamento detém o conhecimento do que vai ser empreendido e que de forma vai ser empreendido. Uma síntese básica do empreendimento que vai ser atendido dentro da região de planejamento, onde aquele conselheiro venha querer participa dessa discussão. Hoje não acontece isso, os projetos chegam ao final aqui, é um dos assuntos, é resolver problema, acertos, ajustes, mas não chega essa discussão. E temos que propor critérios de como vão ser distribuídas essas medidas e essas contrapartidas dentro da região de planejamento, que também vai poder atender, muitas vezes, as próprias demandas da cidade, serviços da cidade. Então, seria esta a minha colocação. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Só para encerrar a minha parte, do que coloquei antes. Aconteceu aqui no conselho, em 2014, foi o Barra Shopping, um empreendimento no Cristal que a Multiplan ia fazer, era um baita empreendimento no Cristal. Pela (Inaudível) de Porto Alegre foi lá para Canoas, saiu lá, Porto Alegre perdeu um empreendimento, um shopping grande da extensão do Barra Shopping, porque Canoas tem grandes incentivos fiscais. Está lá o empreendimento... **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Ele foi aprovado, só que levou 6 anos aqui. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** O que eu quero colocar é que muitas coisas entram no plano diretor, mas tem que ser discutido nos bairros, porque a comunidade precisa saber. O maior crime que existe é fazer empreendimento em Porto Alegre e não fazer nada. Estão lá, moram, não pagam nada, mas também não são donos. E quando tem um empreendimento a prefeitura não (Inaudível) para as pessoas. O que é isso? É o maior crime que existe hoje, crime de banditismo. As pessoas moram lá há 50 anos, as pessoas perdem para o empreendimento, a prefeitura vai lá e (Inaudível) de cada um, depois do jogo ganho criam regras. E uma das regras que foram criadas, que nós conquistamos em 2011, que cada morador podia receber um dinheiro e comprar a sua própria moradia. Agora não, acabou, você vai ganhar um dinheirinho e vai ter que ter Habite-se. Imagina só, quem vai vender no Bairro Santa Teresa, no Teresópolis, uma casa por R$ 30 mil? Nunca! Só nas pororocas. Quer dizer, tem que sair dali, aí vira regular. Se legalizar essas vilas, se cada um pagasse um “x” por mês, uma contrapartida social, mas não. Vamos fazer revisão para quem? Revisão para o Alphaville, para a Melnick, para a RBS. Agora, para aquele que vive no Beco do Mijo, no Beco do Padre, nas vilas, não, são tudo vileiros, no meio do mato, no meio do lixo, vão ficar igual. Não legalizam nada! Então, para mim a construção do plano diretor, eu estou aqui porque acredito, mas é uma mentira, ilusão. Para quem tem dinheiro sim, concordo, mas para aquele que está no meio do mato... Meu Secretário Maurício, eu vou-lhe convidar para caminhar no Morro Santa Teresa, o senhor vai ver horrores, as pessoas morando no meio do lixo e da merda, da sujeira. É Porto Alegre! Cada secretário e prefeito que entra não resolve! Aí um dia vem uma empresa grande, compra, aí resolve, né! Aí resolve! Presidente, desculpe eu falar, mas agora é a regra do prefeito. Nem é do prefeito, é regra do DEMHAB, dizendo que a família que não tem condições não tem que ter moradia. As pessoas vão ficar na rua, sem nada. (Inaudível). Aí vão tudo morar na Borges, morador de rua. Obrigado. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Novamente, tenho que concordar com o Conselheiro Paulo Jorge. A população que saiu da Cruzeiro para o aluguel social e hoje não está mais recebendo aluguel social, isso é de uma crueldade absurda. Isto é, absolutamente, indignante, porque houve uma combinação da prefeitura com esta população. Agora, para quem esta população vai reclamar? Só aqui

mesmo. Então, eu acho que é nosso papel nos manifestarmos a respeito desse tipo de coisa. Como pode a população ter sido retirada das suas casas, estavam recebendo o aluguel social e não estão mais recebendo. O que isso significa? Aí eu me pergunto, eu vejo todo mundo se perguntar: que cidade é esta!? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu não ia falar, mas vou falar como conselheira da SMDE. O que tenho para dizer, até considerando o que todos os colegas comentaram, queria pedir para baixar um pouquinho os ânimos, porque entendo e sempre entendi a manifestação da Ada como vir a este conselho buscar colaborações, essa que é a intenção dela. A equipe toda está de peito muito aberto trabalhando de maneira, absolutamente... Tentando utilizar melhor técnica, tentando colher as opiniões da melhor maneira possível. Então, gostaria de pedir, porque eu fiz parte, hoje estou na SMDE, mas quero muito colaborar, assim como entendo que todos querem colaborar. Então, a ideia é que todos colaborem, essa que é a intenção. O que eu queria falar, enquanto técnica do município, porque eu vejo muitos, principalmente aqui, o pessoal do fundão, né, dizendo que tem que ouvir a comunidade, porque o técnico não pode tirar da própria cabeça a ideia. O que quero dizer é que nós, como servidores públicos, vocês me veem lidando com os grandes empreendimentos, mas a gente lida com todas as pessoas, a gente ouve a reclamação, a demanda de todas as pessoas. Inclusive, quando eu estava trabalhando no planejamento ia nas comunidades e fazia muita questão de ouvir, porque é muito importante ouvir as pessoas. E a gente valoriza isso. Entendem? Assim como a gente ouve e tenta trabalhar resolvendo os problemas da cidade, de todas as pessoas e todos os dias, a gente identifica que tem problemas no instrumento sim. Embora os princípios, tudo aquilo que foi pacto da sociedade, como a Ada diz, está ali e está muito bem escrito no plano diretor, na hora de aplicar a gente não consegue. Todos os problemas, vocês citaram a Multiplan, porque é um grande empreendedor, porque a pessoa da regularização fundiária não tem acesso, porque o pequeno não consegue resolver. Tudo isso aí é o problema do instrumento, porque nós temos que corrigir. E é o nosso papel técnico identificar: olha, sociedade, vocês querem um determinado tipo de sociedade? Eu acho que todos aqui estão de acordo com o tipo de sociedade que se quer, talvez alguns queiram um pouquinho diferente, tanto que a equipe da Ada está fazendo proposição por bairros. Assim, não adianta ter um monte de ideias lá se não funcionarem. Isso está especificado na apresentação da Ada que hoje o instrumento que nós temos não funciona, não está funcionando. Eu posso pegar a citação de quase todos vocês, os problemas, as contrapartidas, a regularização fundiária, o grande que ganha tudo. Tudo isto está cumprindo a regra, ou como a regularização fundiária que não tem regras. O plano diretor fala que deve ser o programa tal, mas não existe. Hoje a regularização fundiária está na minha equipe, estamos trabalhando muito, porque achamos muito importante, a parte do planejamento, que tem o DEMHAB, a própria prefeitura tem toda uma estrutura para isso. Agora, dentro do planejamento sim, a (Inaudível) está prevista e nós temos o escopo de integrar esta população dentro da cidade, não simplesmente o não regramento que nós temos hoje. Então, hoje pegamos um processo, o técnico não sabe o que fazer, muitos ficam parados. Bom, o servidor público atua dentro da lei, a gente atua dentro do que a gente pode. Então, como vamos fazer? Vamos arrumar o instrumento, que é falho sim, tem problemas. Então, vamos tentar ouvir a sociedade e dizer: o que vocês querem? Queremos isso! Ok! Como fazer? Nós servimos a sociedade para isso, para tentar dar o fruto. Era só isso. **Ada Raquel Doederlein Schwartz, Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Bom, eu queria colocar uma questão, além de todos os pontos que a Patrícia colocou, o que eu procurei apresentar a vocês é para vislumbrarem um pouco das dificuldades que temos da aplicação desse instrumento plano diretor, a

questão da sua institucionalização como hoje está em termos de estrutura e a questão financeira. São três vertentes fortes de discussão que temos que ter. É preciso sim que vocês percebam que fazendo esta discussão por bairro, tanto tendo o diagnóstico e proposta técnica, quanto ter o diagnóstico a partir da sociedade, proposta a partir da sociedade e juntando essas duas coisas, a gente passa a ter um orientativo por bairro de contrapartidas. Então, entendam o poder que é olhar para o bairro, porque hoje olhando para a região de planejamento a gente não consegue descer na escala para enxergar as contrapartidas, enfim, poder ver daí formas de financiamento. Então, estamos propondo um aprimoramento muito grande que hoje tem. Curitiba olha planos de região, São Paulo tem planos de região e de bairros. A gente quer fazer isso para justaente criarmos toda uma assertiva do poder público e dos técnicos para poder viabilizar as coisas. Hoje a nossa regra está apenas na escala da cidade ou na escala do lote, o meio do caminho não existe. No mais, este material vai estar disponível a vocês. Eu faço questão de ler isto a vocês, colocamos 17 regiões de OP, 08 regiões de planejamento nesse grupo ampliado com a sociedade, associações de moradores, cooperativas, produtores rurais, escolas de ensino médio e fundamental, rede pública e privada, instituições de ensino superior, órgãos da segurança pública, setor hospitalar, IAB, OAB, CAU, CREA. Se acharem por bem outros, por favor, indiquem. Governo do Estado, Assembleia do Estado, Câmara de Vereadores, Ministério Público, sindicatos, ONGs, associação de empresas, setor privado, movimentos sociais e conselhos. Procuramos varrer toda essa diversidade. Certo? Então, estão aqui sim os fóruns, as regiões. **Tânia (Manifestação fora do microfone/sem identificação):** Esta sala não é adequada para exposição, a gente não enxerga absolutamente nada, porque é muito claro. Outra coisa, tela é muito pequena, não adianta falar se a gente não vê nada. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Dona Tânia, nós vamos tentar colocar uma TV ali no meio, só que não temos dinheiro para nada, nem os microfones funcionam. Este prédio também não tem o sistema adequado de ar-condicionado, de elevador. Então, com muita dificuldade a gente encaminha. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Mas o problema é este projetor. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** É a lâmpada, nós já vimos que é a lâmpada. Não sei se vocês perceberam, mas amarelou. Vamos voltar. O Felisberto colocou a questão do OP, o Emerson é o representante do OP, o senhor colocou de ter um lá. Vamos ver. A questão dos ODS, quando a ONU definiu 17 objetivos de desenvolvimento sustentável. No mundo inteiro as nações, os estados membros, os governos locais, empresas, instituições, todas elas estão faltando as suas ações nos ODS. Quando validamos essa questão dos ODS, para que esses ODS não se tornassem os 17 capítulos do plano, foi feito um cruzamento de promoções que se chegaram aos 12 temas e isto é uma agenda global, o mundo inteiro fala essa linguagem. Se algum tema for levantado de que não se enquadra em nenhum ODS, olha, eu tiro o chapéu, admiro, pago uma garrafa de água aí e um almoço. São 278 pontos absolutamente estudados, que colocam com a adoção desse critério para uma renda global, de diretriz e, quiçá, porque é o que a gente busca, de investimentos. Consulta, nós fizemos uma pesquisa onde a tecnologia da informação vem a responder. Cláudia, fico muito feliz com a tua colocação, porque o sistema mais adequado, que era o sistema utilizado, o conceito utilizado em várias partes do mundo, era desenvolvido aqui no Rio Grande do Sul se tornou muito caro, quase que inviabilizando. E essa abertura de agenda com Madri nos dá uma esperança, essa agenda vamos intensificar com a SMRI, porque não podemos conceber em pleno ano de 2018 que só quem vá nas reuniões que possa participar. Em 99, no plano de 99, tem nos anais, 2 mil pessoas, mas 2 mil pessoas não é nada, é muito pouco. Então,

quem não pode ir às reuniões vai ter essa tecnologia da informação para contribuir. Substitui? Óbvio que não, mas vai ampliar. Este é o processo, não se afasta nenhum processo e se amplia. Vocês falaram aqui que este debate iniciou aqui dentro, então, não podemos dizer que não há debate, nós estamos em um debate, então, se estamos em um debate não pode dizer que não tem debate. Este processo nunca parou, deveria estar mais avançado, mas trabalhamos com uma realidade posta, de dificuldades, de carências e a cidade não para. Não podemos apertar um botam para parar todos os processos e vamos trabalhar só no plano diretor. Nesta reunião de hoje eu quero que todos se sintam incorporados ao processo, porque este processo está longe de estar em constante crescimento. Fizemos duas rodadas de manifestações. Agora vou seguir a Ordem do Dia. O ponto 3.02, Maristela. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Já está chegando. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Enquanto isso vou passar ao Rafael. **4.1. Apresentação da proposta de revisão do Regimento Interno pela presidência e entrega de emendas. (Todas as emendas deverão ser entregues à presidência até o término da reunião do dia 07/08/2018).** **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Questão de Ordem. Eu gostaria de questionar, foi apontado pela nossa titular da IAB na reunião passada sobre a questão de que o regimento também seria tratado não como um ponto de pauta, mas como comunicações. Ou seja, o calendário sugerido, ou pelo menos meramente apresentado na reunião passada, deveria passar por alguma aprovação. Pelo visto a Lei nº 661/2010 diz que é competência do pleno do conselho elaborar o seu regimento, ainda que... Bom, temos o decreto. É importante colocar, não sei se todos sabem, o decreto está *sub judice*, há uma ação civil pública de iniciativa do Ministério Público que questiona o decreto 2003. Logo, também questionamos discutirmos com tanta brevidade o regimento interno, que está subordinado ao decreto, sendo que o decreto está sendo questionado pelo Ministério Público. Então, a minha Questão de Ordem, presidente, é atendimento ao limite de hoje para apresentar as emendas, entendendo que este calendário não foi aprovado. E antes que a gente discuta conteúdo não houve um debate sobre a metodologia, como a minha titular colou na reunião passada, consta em ata, como vai se dar a relatoria final desse regimento. Ela sugeriu uma comissão, etc. e tal. Então, a minha Questão de Ordem é esta, que não se acate este calendário, a não ser que seja aprovado, aí como comunicação isso fica impedido de ser votado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Hoje não é votação. Não está aqui como votação. Nós definimos um calendário, quando digo “nós” é a Secretaria, definimos um calendário porque as coisas têm que ter início, meio e fim. Não pode ficar *ad aeternum* sendo discutido. A questão de comissão, o que eu coloquei na reunião? Que as comissões podem ser criadas por vontade própria dos conselheiros, inclusive, apresentar emendas em conjunto, não há nenhum problema quanto a isso. Então, é um trabalho voluntário, quem quiser fazer argumento em conjunto, evidentemente, é respeitado, é possível. Isto deixei bem claro, deve estar em ata. No sentido de protelar a discussão, no sentido de criar a comissão para relatoria, eu acho que temos que objetivar e identificar qual a finalidade do processo. Há uma proposta de revisão do regimento e essa revisão está posta para o conselho dentro do calendário. Quer dizer, este calendário não pode ser interpretado como forma de tolher participação. Foram 15 dias de colocação, este é um ponto. Agora estamos em um ponto de pauta, o levantamento desta Questão de Ordem eu acho que está antecipado, conselheiro, porque quando chegarmos no ponto de pauta podemos fazer a discussão. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Não, desculpa, mas se hoje é meu prazo para entregar a emenda, tenho que

questionar, porque daqui a pouco já é o prazo de teto da reunião. Então, estou questionando em tempo para que não se encerre a reunião e a gente não tenha entregado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Perfeito. Compreendo. Exatamente, hoje é o prazo. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Mas quem aprovou este prazo? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Nós, a presidência e o conselho. Nós colocamos uma metodologia. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Conselheiro, eu quero me colocar na mesma posição do Conselheiro Rafael, eu acho que vamos precisar discutir mais essas datas. Eu estou com problema na minha universidade para fazer esta discussão, nós estávamos em férias, os professores não estavam, eu não estava em Porto Alegre, enfim, período de férias. Nós não conseguimos fazer essa discussão, eu acho importante trazermos esta contribuição. Então, eu acho que tem que haver o bom sendo entre todos nós aqui, uma concordância de que não é possível que a gente tenha esta data sem ter sido discutida e acordada entre nós. A segunda coisa, peço licença para dizer, porque sou há muitos anos professora, 23 anos mais especificamente. Assim como o Furtado é professor, provavelmente o senhor (Presidente) seja professor, a Ada é professora e vários aqui são professores. Nós sabemos que mais de 2 horas, 2h30min de continuidade de atividade intelectual é absolutamente improdutivo. Estamos tendo um trabalho aqui que é uma atividade intelectual de pensar e discutir as questões da cidade. Eu acho que seria de muito bom sendo se a gente entendesse e concordasse de que não é possível termos reuniões na parte da tarde que durem 4 horas. É improdutivo. Eu estou morta de dor de cabeça, isto não existe em nenhum lugar, não se faz reuniões de 4 horas, a não ser em cargos políticos, da decisão da ONU e de não sei o que. Aqui não se trata disso. Então, precisamos ter consenso de bom sendo para que isso tenha uma organização onde as pessoas se sintam confortáveis de trabalhar e discutir este trabalho que é em prol da cidade. Não se trata de levar a cada momento tudo como uma quebra de braço. Eu acho razoável do ponto de vista metodológico que se entendam essas questões que o Rafael colocou. É impossível ter 4 horas consecutivas de discussão de trabalho intelectual, é impossível! Então, peço, por favor, que a gente reconsidere este horário. Eu não vou ter nunca suplência na universidade, todos os outros professores, meus suplentes, dão aula na terça-feira à tarde. Isto não estava combinado! Então, tem coisas fundamentais, como o horário, que a gente inicie uma discussão real deste regimento, de forma que seja consequente para todos nós. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Nós da RGP. 1 tivemos reunião na segunda-feira e tiramos um indicativo de qual a nossa posição aqui. Nós tiramos duas alternativas, a primeira é a proposta de apresentar um substitutivo ao regimento apresentado pelo nobre procurador do município, que a nosso ver não tem as regiões de planejamento. Na nossa visão há uma falha legal no regimento, pelo menos deveria dar um norte para as outras regiões de planejamento. Aí temos o exemplo do Orçamento Participativo, que é um regimento feito pelos conselheiros, pela cidadania, que todas as regras estão lá, com algumas imperfeições, é evidente, mas estão lá e devem ser cumpridas pelos conselheiros, que lá fazem o papel dos delegados e conselheiros. No nosso regimento aqui em nenhum momento fala do papel dos delegados, que são eleitos tanto quanto nós. Então, é isso, não é tentar polemizar, criar conflito, é fazer um debate que seja uma construção, talvez isso implique em tempo, mas não importa. O que não podemos é atropelar o processo. aí estou com a Professora Lívia, fui educador por 10 anos em Canoas, de sala de aula noturna e concordo, mais do que 2 horas é improdutivo, porque as pessoas não aguentam. Imaginam

no noturno, que era o caso das pessoas que vinham muitas vezes sem comer para ter uma aula até às 10 horas da noite. Então, não tinha condições, era um esforço sub-humano de pessoas que trabalhavam durante o dia e iam à noite aprender, adquirir conhecimento. Eu também estou com o Rafael, há uma questão *sub judice*, houve um despacho do juiz agora, pena que o Rafael não trouxe, em que determina a citação do município no plantão, porque o município estava se negando a receber a intimação, e para definir a questão da liminar. Então, Secretário, nós precisamos chegar a um denominador comum, não ao extremo. Nós queremos construir uma solução para este processo e não esperar que a decisão venha do juiz. Nós somos bastante adultos para construir uma alternativa neste processo. E tem muitos conselheiros que não vieram porque estão no seu horário de trabalho. Outra questão, que é uma visão minha, nós não discutimos a pauta, a pauta vem imposta. Eu como conselheiro não aceito pauta imposta, não aceito. Isto é um cacoete da democracia participativa. A pauta do Orçamento Participativo é pautada pelos conselheiros, não é o governo que pauta, o governo tem uma coordenação que discute a pauta que vai ser discutida na reunião, mas tem que ter o aval dos conselheiros. Talvez isso seja um vício da democracia participativa, oxalá, seja vício de todos os conselhos. Era isto e obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Felisberto, a pauta não é de governo, é da cidade, os processos que chegam no conselho nós temos a responsabilidade de responder. Se pegarmos a pauta de hoje, nenhuma é colocada pela presidência do conselho, é uma pauta da cidade, que passa nas comissões, tem demanda, funciona assim, é pautado. Em nenhum momento a ideia é de tolher debate, só que temos que ter uma regra no jogo, senão a coisa não vai para frente. E vocês percebem que é uma preocupação minha que as coisas caminhem para frente, que não fique circulando, para a reunião não ficar desgastante. Assim, nós temos a reunião ordinária para o dia 21 e podemos passar uma semana para frente e receber qualquer forma, seja substitutivo, seja emenda individual, conjunta, em nenhum momento isso vai tolher qualquer direito de manifestação para o dia 21. E a partir do dia 04/09 a gente começa a avaliar as emendas ou substitutivo, mas substitutivo é uma forma de emenda. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Presidente, são 17h45min, saí de casa às 13h15min, para quem trabalha e vive... Só fica aqui quem é funcionário público. Eu trabalho no Hospital São Pedro e fico toda a tarde na rua? Tudo bem. É um horário cansativo, não está avançando, o que é a minha preocupação. As pessoas que precisam ter seus projetos aprovados estão aqui parados. Ou seja, se não tem projeto não tem emprego. Primeiro, como que essas empresas estão funcionando desde que esses projetos estão aqui? Segundo, Secretaria, reunião à noite, se todo mundo quer, faz como Dom Pedro – se é para o bem do povo eu fico! (Risos). Das 18 às 20 horas é um horário bom. Para o governo também é bom. Se queremos à noite, faz à noite. À tarde é cansativo, para tudo, muitos dependem do ganha-pão, as pessoas se sacrificam. Então, é voltar para a noite. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Questão de Ordem. Eu tenho medo que esgote a pauta e eu preciso entregar a ata, oficialmente, da Macro 10, para poder tomar posse na próxima reunião. O senhor me entende? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Conselheira, a ata está entregue. Vou dar o recibo. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu quero tirar uma foto. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Então, tiraremos foto, uma *selfie*. (Risos). **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Isto é importante, não é pouca coisa o que está acontecendo aqui, é a Macro 10 que está entregando a ata, que foi feita uma reunião, conforme os ditames da lei, as

normativas legais. Então, estamos entregando ao senhor porque queremos tomar posse no próximo Comitê Gestor da Macro 10. Nós temos que criar um fundo de 1,5 milhões de um PSF da Região Lomba do Pinheiro. E a secretaria tem um papel fundamental, de destaque. Quando tem que ser elogiado, quando a coisa é séria, tem que ser dito. Então, meus parabéns, o João Marcelo e a Cíntia estiveram, de forma honrosa fizemos tudo dentro dos tramites legais e estamos muito felizes para tocar este projeto adiante. Muito obrigada. (Aplausos). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Maristela Maffei, ex-vereadora, grande líder comunitária, merece todos os elogios. Sérgio. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Presidente, não sei como esses itens deveriam estar, como comunicação, mas tem outro item que não estava aqui e que na outra reunião que fizeste na SMAMS também nos foi enviado logo em seguida o regimento interno e a resposta referente aquelas quatro ou cinco perguntas, que foi elaborada uma carta com vários conselheiros, que era sobre o decreto do próprio conselho. Hoje não está aqui. Nós não debatemos este assunto. Então, por exemplo, este assunto está voltando, por exemplo, o horário, a frequência, fora os outros itens, eu acho que nós temos que voltar como primeiro item da semana que vem. Volta e meia a gente reclama a questão do horário. Esta vai ser a quarta reunião e não debatemos sobre o horário e frequência. Então, solicito, temos que abordar este tema. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Na reunião passada foi entregue a resposta formal, foi feita a pauta do tema, conforme prometido. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Mas não debatemos... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Mas estamos debatendo agora. É um ponto de pauta. (Falas concomitantes). Agora que eu lembrei, apertou o tempo no final, demos a resposta da FRAPRT, que foi entregue a resposta por escrito sobre o decreto, mas todo mundo recebeu por escrito a manifestação. O Gomes quer apalavra. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Secretário, Presidente, de todas as alterações que estão sendo propostas, existe uma alteração que está realmente causando uma série de situações, digamos assim, desagradáveis para nós, uma situação que não se esperava. Nós fomos eleitos para trabalhar à noite, não fui eleito para trabalhar de dia, ou eu reforçaria a história dos suplentes. Eu tenho encontrado este desconforto na maioria das pessoas com quem converso. A Lívia colocou uma questão importante, a experiência desse pessoal da educação acaba caindo a ficha, que é o cansaço, o desgaste que temos nessas reuniões, que são muito longas. Eu não teria a menor dúvida que o trabalho que se desenvolvia até alguns meses atrás, com as reuniões noturnas e toda semana, eram muito mais produtivas e mais tranquilas, no sentido de estarmos com muito mais energia para dar conta dos processos. Eu sei que a pauta é grande, parece que os processos estavam repesados e vão começar a vir em grande quantidade. Ainda temos esta situação da mudança de regime, o decreto novo. Substancialmente, as alterações eu acredito que não sejam tão radicais, que possam acontecer, vai ter polêmica, vão discutir, enfim, mas grandes alterações eu não acredito que tenham. O que está incomodando é a o horário das reuniões para a maioria. Já são 18 horas e não entramos na Ordem do Dia. Por ser quinzenal nós vamos embarrigar a discussão, inclusive, do regimento interno, que eu fiz uma proposta, a gente propôs. Eu não acredito, não aceito que a gente impôs, não, a gente propôs. Agora a gente pode contrapor e tal, mas aí se embarriga para mais 15 dias, no outros 15 dias que vamos conversar. Ou seja, vai a 30 dias para começar a discussão do regimento interno e nós a contragosto, e não diga que seja a maioria a contragosto, mas por respeito aquelas

pessoas que foram eleitas para trabalhar à noite. Isso está alterando até os hormônios aqui dentro. Então, eu peço que o poder que o Presidente tem, porque o Presidente pode convocar para qualquer horário a reunião, que já convocasse as próximas para às 18 horas. É um pedido que eu faço, já que eu não tenho esta possibilidade de colocar em votação, porque se eu pudesse colocaria e voltaríamos a trabalhar às 18 horas. Presidente, peço que reconsidere e que possamos voltar para o horário das 18 horas. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Senhores, se vocês analisarem a pauta, tirando o que foi apresentado na última reunião, os outros são só de gravame, coisas simples. Então, eu proponho de aprovarmos em bloco. Claro, como são 18 horas vamos respeitar, porque muitos já foram embora. Qual é a situação? No momento em que há uma judicialização do decreto, agora vamos ter que aguardar a decisão, não tem o que fazer, não posso entrar nisso aí. Então, a questão do decreto é a justiça que vai decidir. O horário está lá, a ação está discutindo o horário, vamos aguardar a posição da justiça. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** Assim, o objeto da questão é o decreto, todos tem entendimento disso. Se alterarmos o regimento interno, o próprio regimento várias vezes cita o decreto. Então, vamos concordar conforme está o decreto. Se teve esta ação judicial, temos que encontrar uma forma, porque o conselho também não pode ficar refém do Secretário. Desculpa, Secretário. O conselho tem o poder de deliberar as situações aqui dentro. Eu acho que temos que ter este entendimento, ou vai chegar o momento, e eu não quero que aconteça isso, este conselho vai trancar pauta, de não ter quorum para iniciar uma reunião. Acredito que não vá acontecer isso, mas da forma que está sendo conduzido, de não o entendimento entre o conselho e a secretaria, vai chegar a este ponto. Daqui a pouco as pessoas não vão vir mais na reunião e vai trancar a pauta, o que vai ser muito pior. Nós temos que chegar no meio ponto, que é a questão do horário. Nós vamos vendo o que dá para organizar, de forma que agrade tanto a secretaria, quanto o conselho que aqui participa. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, quem abriu a ação foi o Ministério Público, a partir do novo código de processo civil há possibilidade de audiência de conciliação, o art. 334 do longo CPC. Então, nada impede que as partes harmonizem seus interesses aqui dentro. E o conselho, como o Emerson falou, indo ao encontro da proposta do Gomes, nós temos este poder de decidir qual o melhor horário, qual é a pauta. Nós temos que chegar a um denominador comum. Nós estamos com problema de horário e tem algo mais sério ainda, antes se recebia 4 jetons, hoje são 2 jetons por mês, não é o problema o valor, mas que isso também é uma ilegalidade, que não foi tocada na ação civil pública do MP. É outra ilegalidade. A primeira é o horário, a segunda é o ato autoritário, que o senhor pode delegar a presidência para quem quiser, que é uma ilegalidade, porque nós temos que eleger os vice-presidentes, isso é tanto das entidades quanto das regiões de planejamento. Não é um confronto com o senhor, porque o senhor tem uma atuação exemplar, mas nós precisamos chegar a um denominador comum, não tem como. Eu não me sinto, digo em nome da minha região, não me sinto á vontade de votar nenhum projeto, mas já aprovei dois, contra minha vontade, mas votei dois. O Emerson foi brilhante, ninguém, quer trancar a pauta, mas daqui a pouco vai acontecer isso, porque vai faltar quorum. As pessoas tem que ganhar a vida, tem que sobreviver. Então, é uma questão de bom sendo. Avaliem, nós vamos ter 15 dias para amenizar um pouco essa surpresa. Agora não temos mais *quorum*, mas acho que temos que chegar a um denominador comum. Se não der para construir tudo, mas pelo menos a parte deste conselho, porque este conselho tem que ser democrático e com a participação dos eleitos. Obrigado. **Maurício Fernandes,**

Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade: A questão judicializada vai ser decidida na justiça. Nada do que a gente decide é absoluto. Já conversei com os conselheiros, até de forma individualizada, para tentar encontrar um meio termo aí. O fato da judicialização, o Ministério Público que fez a ação, mas fez provocado. Quer dizer, foi escolhido um caminho... (Falas concomitantes). É. O que eu coloco? Na terça-feira que vem, como não conseguimos votar nenhum processo, sugiro que a gente fala uma extraordinária à noite. Seria um meio tempo, 15 dias, porque me preocupa. Esses processos que estão aqui, gravame, são muito simples, são coisas muito pequenas, tem só um EVU aqui. Então, terça-feira que vem, não vi como está a agenda, as coisas, mas eu devo enviar a vocês uma convocação extraordinária, para não falar de regimento, é aprovação. Uma pauta específica de aprovação. E o regimento, esses 15 dias aí, o Gomes falou do prazo, não sai em prejuízo, porque ganha mais tempo. Então, o regimento vai ser pautado para a entrega das emendas dia 21/08 com votação a partir de 04/09. Então, vamos encerrar? Maristela, chegou o processo? Vamos aprovar? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Só tenho uma pergunta, o senhor vai revogar o artigo do decreto para poder convocar a reunião às 18 horas na terça que vem? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É extraordinária, está prevista. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Desde a primeira reunião, Rafael, eu fui bem claro, que podemos fazer reuniões extraordinárias a qualquer horário. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Só gostaria que ficasse registrado que, obviamente, a etapa do diálogo e debate trouxemos aqui, trouxemos o nosso posicionamento, mas a intransigência da Secretaria está sendo demonstrada não só anti este pleno do conselho, como anti o Ministério Público agora, como o senhor já colocou a decisão de intransigir e deixar que o judiciário decida. O senhor sabe muito bem que poderia refogar o decreto ou alterar no que o MP está questionando e levar ao para, que poderia retirar a ação. Então, optamos primeiro por: estamos questionando. Isso foi encaminhado publicamente, o MP foi mais um dos que foi informado da situação. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Não tem problema, agora é o judiciário quem vai decidir. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Só queria dizer, como tu disseste que foi para o Ministério Público, alguém entrou, mas não foram todos. Então, alguns estão sendo prejudicados. De alguma forma tem que haver este diálogo independente ou ver como fazer. (Falas concomitantes). Estou trazendo que estamos sendo prejudicados de alguma maneira. Temos que pensar nisso. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** A Maristela está com o processo na mão ali. **3.02 (Expediente: 002.202265.00.6, Interessado: Grêmio Geraldo Santana, assunto: EVU de Edificação). Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Senhor Secretário, conversamos com a diretoria. Na verdade, como não há consolidação da questão da matrícula, só após isso que vamos sentar novamente com eles. A gente sabe que não pode mais ter vista, mas a comunidade vai fazer este procedimento lá. Em princípio, está tudo ok, o que tem é essa questão de regulamentação só, porque é uma responsabilidade deles e não nossa aqui. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Sim, não depende da aprovação. Conselheiros presentes, quero só fazer uma pergunta, a Conselheira Maristela pediu vista porque havia dúvidas no pessoas, está tranquilo,. Podemos votar por aclamação esse processo para pelo menos um a gente

despachar? (Falas concomitantes). Fica para a extraordinária, então. Está encerrada a reunião, muito obrigado, gente.

ITEM 5.0: Término (Às 18h13min).

O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.

_____	_____
Maurício Fernandes	**Aline Brum de Lima**
Presidente	*Secretária Executiva*
	Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2018, ... retificações:

ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2773/2018

Aos quatorze dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN**; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito - GP**; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; João Batista Alves Rodrigues (Titular), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMIM**; e Carlos Fernando Simões Filho (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Thiago Martins Souza (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**.. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Ordem do Dia; 3. Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 16h30min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Antes de dar abertura a nossa reunião tenho que fazer um relato. Nós recebemos um documento com a cópia da decisão que estávamos falando na última reunião. O que diz a decisão? É para retomar o horário noturno, em caráter liminar. A questão da suplência da presidência também, assim como a convocação da extraordinária, que além da presidência o plenário também pode convocar. Tem decisão, eu li. Não fomos intimados ainda, por isso não alterei o horário. Não é objetivo nenhum da presidência do conselho criar situações embaraçosas. Sempre deixei muito claro que o nosso objetivo é sempre otimizar nosso tempo, nosso trabalho para que, efetivamente, consigamos ter um desenvolvimento de um bom trabalho neste conselho, este conselho é muito importante para a cidade. Cada um tem a sua opinião, sua forma de pensar, mas temos uma responsabilidade que, independentemente, da forma como cada um enxerga o que é bom para a cidade, a gente tem uma responsabilidade de enfrentar as pautas e temas que chegam a este conselho. Eu falava na reunião passada, provocado pelo Conselheiro Felisberto, o conselheiro colocava que o conselho tem que definir as suas pautas. Não há dúvida nenhuma, isto é perfeitamente possível, mas a pauta deste conselho vem da cidade. Então, toda a pauta da reunião de hoje, esta reunião de hoje foi convocada porque na reunião passada não conseguimos deliberar os processos e

a cidade está esperando. Nesta pauta nós temos demandas que são da cidade, não é a presidência que escolhe as demandas, não é o prefeito quem escolhe as demandas, não é nenhum conselheiro ou nenhuma instituição que compõem este conselho que escolhe as demandas. Na verdade, nós temos uma agenda da cidade, que tem que ser, sobremaneira, respondida de uma forma ou outra. Então, é minha obrigação expor a vocês, como correspondência recebida, vamos usar este termo, consultei a procuradoria do município, mas não recebeu, não me orientou no sentido de cumprimento porque não conhece o teor. Como alguns conselheiros já entregaram aqui na secretaria, evidentemente, o que queremos é que as coisas andem, que as coisas vão para frente, seja com uma realidade que se entende como adequada, seja com outra realidade que se entende menos adequada, seja com uma realidade que é de interesse de A, B ou C. Não interessa, não vamos fazer juízo de valor e sim temos uma competência a ser desenvolvida. Então, esta decisão foi dada pela 7ª Vara da Fazenda Pública, está aqui o número do processo, o autor é o Ministério Público. E coloca o seguinte, que o horário das reuniões do conselho ocorra após às 18 horas. Foi deferido este item, foi deferido também que seja suspensa a vigência da parte final do inciso IV do art. 5º, do decreto que permite ao presidente do conselho a delegação da presidência para pessoa que não seja membro do conselho. Então, isto foi suspenso também. E o item que foi parcialmente deferido é a questão da realização de reunião extraordinária. O pedido era de que fosse do plenário, em conjunto com ao plenário e o juiz deliberou que seja do plenário e da presidência, é cumulativo. Este é o entendimento. É uma decisão extensa, vou passar a vocês, porque talvez nem todos tenham. Deixo bem claro, até alguns conselheiros me perguntaram: “Maurício, isto aconteceu, não aconteceu?” Eu recebi esta decisão pelas mãos da secretaria e não, oficialmente, recebemos no conselho, mas em hipótese nenhuma, quero deixar isso bem claro, a gente vai deixar de passar as reuniões para a noite. Enquanto vigorar esta decisão é assim que vai ser feito. Repito, falei na reunião passada, este assunto tomou proporções jurídicas, agora não me compete mais fazer esta análise, isto agora é na justiça. O município pode fazer os recursos que lhe competem. Este ofício, este documento aqui é referente à convocação que foi pedido que seja expedida nova convocação para a reunião de hoje. Efetivamente, isso chegou extemporaneamente, não temos como, seria até pior se vocês chegassem aqui e não vamos fazer a reunião porque a gente não quer. Enfim, se tivéssemos sido intimados ontem, por exemplo, certamente, daria tempo, porque nós também temos que respeitar que já nos organizamos para vir. Então, vou colocar a palavra à disposição dos senhores para eventual manifestação. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Na outra reunião foi meio confuso e se agendou esta reunião extraordinária. Só gostaria, de preferência, quando se marcasse uma reunião extraordinária que se desse um tempo a mais para nos organizarmos. Eu falo por nós do município, porque agora eu tinha uma audiência no Ministério Público. Então, eu já tinha as escalas de agendas separadas. Quando vem de uma semana para a outra sem programar fica ruim. Só isso. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Presidente, eu acho que é uma coisa importante esta definição, porque fiquei confuso, nós deixamos marcado para às 18 horas, de repente passou para às 16 horas. Fica feio também estabelecer todo um processo de reuniões, encaminhamentos e... Está na justiça, no Ministério Público, é uma coisa que não dá para discutir, mas fiquei preocupado, porque é ás 16 ou às 18 horas? A pessoa vota aqui, no meio do caminho muda, não dá! Se voltar para às 18 horas tem que ser. Esta é a minha preocupação. Eu sou a favor de ser às 18 horas, quanto a isso não vou nem discutir, porque no meio da trade, dia de semana, fica ruim para qualquer um. Eu tinha reunião no DEMHAB, tive que escolher entre o DEMHAB e

vir aqui. Entendeu? Hoje estou vendo uma pauta extensa, vamos ver se vamos conseguir terminar esta pauta. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Conselheiro Paulo Jorge, bem lembrado, eu me esqueci de mencionar isso. Na reunião passada eu me comprometi de fazer a convocação no período das 18 horas. E assumo a integral e total responsabilidade de ter passado para às 16 horas, porque eu marquei aqui na hora e não tinha visto agenda. Então, tem questões de agendas aí. Eu faço o esclarecimento que a Aline já fez, que constaram dois horários na convocação, constou 16 horas no cabeçalho e no programa, na pauta constou 14 horas, mas aquilo é de copia e cola, que não seja interpretado em uma situação que está o horário mal resolvido, isso pode gerar um desconforto, mas não foi este o objetivo. Eu aproveito para esclarecer isso. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** Boa tarde a todos. Na última reunião eu comentei, inclusive, a questão do quorum. Claro, hoje nós temos um quorum meio debilitado na participação. Sabemos que o conselho, pelo menos nos últimos 2 anos que eu venho participando, sempre teve uma atuação e presença, muito poucas faltas do pessoal. Isto é ruim para o processo, porque a cidade depende da aprovação destes projetos aqui, é muito importante que a agenda de aprovação de projetos ande, porque há uma reclamação que a gente vê no dia a dia, tanto dos empreendedores, quanto de investidores que vêm para a cidade, que tem este grande problema, que é a aprovação de projetos. Volto a dizer, a questão do horário é o maior empecilho dentro deste processo e tenho certeza que foi o maior motivador desse documento que foi encaminhado ao Ministério Público. Também quero colocar que o OP não assinou este documento, até porque não colocaram o nome do Orçamento Participativo para fazer parte deste documento. Este documento nós sabemos o viés que tem, não é somente uma questão de pauta ou decreto, tem outras situações que não vem ao caso comentar, mas sabemos como vem este documento. Quero dizer que em nenhum momento deste tempo que eu participo, acredito que todos aqui, nunca chegamos a este ponto de ir ao Ministério Público, qualquer ação dentro deste conselho. Isto constrange quem participa do conselho, ao mesmo tempo dificulta o nosso processo aqui. Tem que ter uma análise em relação ao decreto, tem que se ajustar isso, não pode ficar nessa situação, um dia é às 14, outro dia às 16, no outro às 18 horas. Nós temos que ter uma definição na questão dos horários e também em relação ao decreto e regimento interno. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu estou no terceiro mandato neste conselho, sou um dos mais velhos, mais o conselheiro do DEMHAB e o nosso amigo Dal Molin. Eu acho complicado, Secretário, acho chato, muito ruim esse negócio do Ministério Público, é muito ruim para o conselho. Qualquer coisinha que eu discordar vou para o MP? Eu sou conselheiro, não gostei desta pauta, vou para o Ministério Público? Isto não é bom para o conselho, porque o conselho tem que andar. Estão chegando agora e metendo 2 a 0 no time. Eu não assinei, eu não concordei, porque para mim isto é muito ruim para o conselho estar em Ministério Público, isto dá uma credibilidade muito ruim para Porto Alegre. Tudo bem, mas não é por aí de qualquer coisa ir para Ministério Público. Eu passei 3 anos aqui dentro e nunca houve isso aí de ir para Ministério Público. Então, para o conselho não é bom, o conselho é o mais importante e devemos ter outro olhar. Vamos discutir, vamos brigar, mas não é no Ministério Público. Então, a RGP. 5 não assinou. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Agora o Gomes e depois vamos entrar na ordem do Dia. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Face á manifestação do Paulo Jorge e do Emerson a

respeito do Ministério Público, também quero deixar a minha posição bem clara. Eu cheguei a me manifestar na última reunião. Eu sou do entendimento que a prática democrática é o melhor método para chegarmos à resolução dos nossos conflitos. Quando instalado este conselho houve uma série de, digamos assim, desconfortos em função da proposta do governo, através do decreto, depois se fortalece e se configura através da proposta do regimento interno. O que eu acho? Existe uma disputa política, o que é saudável, é salutar, porque na disputa política tu colocas o teu entendimento, o entendimento dos demais colegas e se vai para uma disputa política dentro deste coletivo aqui, que é altamente respeitado e altamente representativo. E as pessoas que estão aqui, que me acompanharam nos últimos 3 anos, 2 anos que fui colocado, mais meio ano em função dos atrasos que houve, sempre pautei pela valorização do conselho, inclusive, fazendo forte pressão, forte enfrentamento com colegas aqui, que quando colocaram o processo que colocava em dúvida a competência do conselho, eu deixava muito claro na defesa do conselho. Está escrito, inclusive, isto, não foi só uma questão de discurso, isto foi para dentro de alguns processos, como aquele processo da Eça de Queiros em que eu precisei chamar um conselheiro de mentiroso, de escrever no processo que ele estava mentindo a respeito das informações que colocava para nós. Quando colocado no início, foi feito um manifesto colocando aquele descontentamento com basicamente três coisas, o dia das reuniões, o horário das reuniões e a reunião ser de 15 em 15 dias, não semanalmente como vinha acontecendo. Tudo bem aquele documento para provocar uma discussão e mostrar ao Senhor Presidente que havia um descontentamento. Tudo bem, só que aquele documento evoluiu e foi para o Ministério Público, aí eu fui contra, porque o Ministério Público é exatamente o atalho dessa discussão democrática. Tu até deves ir para o Ministério Público se for o caso, mas não era o caso. Nós tínhamos um caminho todo para percorrer aqui dentro. Talvez algum erro da presidência na condução do debate, mas um erro também muito grande de quem levou ao Ministério Público. Então, cabe uma autocrítica de ambas as partes e evitar este tipo de coisa. Nós já vivemos em um país que está judicializando qualquer coisa, qualquer discussão toca para o judiciário. Nós empodeiramos o judiciário frente às instituições democráticas, a ponto de chegar até ameaçar a própria condução da democracia. Então, quero deixar junto aos colegas o meu veemente protesto contra esta coisa de se eu entrar em contradição com algum conselheiro, ou com o conjunto de alguns conselheiros, ou da presidência, eu ir para o Ministério Público. Acho que este caminho pode ser válido, mas, primeiro, vamos percorrer o caminho da democracia, que é da discussão, da colocação das nossas posições neste conselho que estamos aqui por merecer. Obrigado, Presidente. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa tarde a todos. Justamente eu ia falar o que o meu colega falou, brilhantemente, até melhor do que eu ia falar sobre a questão do Ministério Público. Nós sempre temos o Ministério Público ou qualquer ente da justiça como um último recurso, mas não era o caso. Eu concordo, amplamente, com o que o Arquiteto Chico falou, temos todo um debate democrático antes de tomarmos uma atitude mais radical. Então, não vou nem me estender nisso, porque o Arquiteto Chico já comentou sobre este problema. Uma coisa, por exemplo, o SINDUSCON quase nunca faltou às reuniões do conselho, mas agora estamos com uma dificuldade de horário, porque o Arquiteto Zago e o Arquiteto Koren e eu trabalhamos durante este horário. Então, temos dificuldade de largarmos as atribuições profissionais para estarmos neste horário das 14 ou 16 horas. Então, se a entidade não está assim tão assídua é porque nós três estamos com dificuldade na questão do horário. Só isto que eu gostaria de deixar registro, somos favoráveis a retornar ao horário, porque conseguimos desempenhar nossos papeis aqui, que sempre foi de apoiar a cidade no seu desenvolvimento, para tudo

que for para a construção da cidade. Sendo um horário diferente temos a dificuldade de apoiar nessas ações constritivas que citei agora. Muito obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Obrigado aos conselheiros que se manifestaram. Vamos entrar na Ordem do Dia. Só recapitulando, esta reunião extraordinária decorre porque na reunião passada fizemos a apresentação da revisão do plano diretor, que levou mais de 2 horas, então, optamos por esta extraordinária. **ITEM 2: Ordem do Dia. 2.01. EXPEDIENTE 002.202265.00.6 (Interessado: Grêmio Geraldo Santana. Assunto: EVU de Edificação. Relator: ÁREA).** Este processo é aquele onde o Conselheiro Sérgio Saffer da ÁREA relatou, relatou pela aprovação e a Conselheira Maristela, com mais duas RGPs pediram vista. Na reunião passada a conselheira trouxe, disse que estava tudo bem. E quem ficou até o final há de lembrar, nós tentamos colocar em votação, mas estava esvaziado e não votamos. Eu consultei os presentes, a própria Maristela, visto que as dúvidas da conselheira foram sanadas. Então, eu questiono a plenária, mas com a tendência de colocar em votação para já aprovarmos isto. Conselheiro Emerson, alguma ponderação? **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** Não. Eu estava vendo com a RGP. 2 se há alguma manifestação. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** A Conselheira Maristela pediu vista com o apoio da RGP. 2 e 4. Na reunião passada ela se mostrou favorável á construção no Geraldo Santana. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A conselheira da Região 7 se manifestou nos autos? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Não. Ela ficou um mês com o processo, foram duas reuniões, a conselheira está em primeiro mandato aqui no conselho. Eu faço um apelo aos presentes na reunião passada, que ela pediu que votasse para aprovar, mas como a reunião estava esvaziada não colocamos em votação. Alguém tem dúvida? Se tiver dúvida lemos o relatório, senão colocamos em votação. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** Presidente, em razão de quem fez a vista não estar presente, nem o relator estar presente, poderíamos passar para o final esta aprovação, daqui a pouco chega alguém. Isto para não ficar prejudicado o processo e para não haver aquele atropelo ou "atropelaram o processo". Então, deixamos para o final. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Vamos inverter a pauta. Só reforço que estamos em uma reunião extraordinária para limpar a pauta, mas fica para o final sim. Muito pertinente a colocação, conselheiro, obrigado. O **2.02. EXPEDIENTE 18.0.000019571-1 (Interessado: SMAMS. Assunto: Resolução - Desgravame Parcial de Área Verde. Relator: ABES/RS).** Este seria relatado pela Ada, que não está presente, aí a presidência não vai colocar em votação. **ADIADO PARA PRÓXIMA PLENÁRIA.** O **2.03. EXPEDIENTE 17.0.000027243-4 (Interessado: Patrício Rodrigues Ferreira. Assunto: Resolução - Gravame de Traçado Viário e Cadastramento de Logradouro. Relator: RGP. 1). A região também não está presente, não vamos colocar em votação. ADIADO PARA PRÓXIMA PLENÁRIA.** O **2.04. EXPEDIENTE 18.0.000000566-1 (Interessado: SMURB-SDU. Assunto: Resolução - Desgravame de Traçado Viário. Relator: EPTC).** Conselheira Rovana. **Rovana Reale (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Pessoal, o processo que eu vou relatar é sobre o desgravame de um traçado viário na Av. Osvaldo Aranha, que atinge o numeral 408 a 418. Só para orientar vocês na localização desta diretriz: aqui está a Rodoviária, o Túnel da Conceição, a Osvaldo Aranha, o Parque da Redenção e onde está localizada esta diretriz.

Então, no quarteirão, a Osvaldo Aranha, a Barros Cassal, Vasco da Gama, Irmão José Otão e aqui é a diretriz onde está solicitando o desgravame. Aqui é a vista superior, são estes dois lotes, os dois numerais. Aqui a Osvaldo Aranha, a SMIC e o túnel. Aqui é a vista de dois estacionamentos. Esta diretriz atinge esses dois imóveis. Então, o que originou este desgravame é, na verdade, uma decisão judicial em 2003, liberando do gravame viário esses dois imóveis. Esses dois imóveis entraram na justiça, porque são atingidos por um gravame que a prefeitura nunca se manifestou para desapropriar. Na verdade, eles demonstraram interesse na desapropriação e a prefeitura nunca efetivou. Com isso eles alegam não conseguir construir e nem reformar. Na verdade, eles podem construir com regime mínimo, mas ok, eles queriam, provavelmente, construir algo maior, condizente com a Osvaldo Aranha. Então, entraram na justiça solicitando este desgravame. Este processo foi transitado em julgado, esta decisão foi efetivada. Em 2012 foi para a ASSEJUR com esta indicação da retificação da DM sem o gravame do traçado viário. Foi feita uma pesquisa de origem para verificar de onde vinha esse traçado viário. Então, essa diretriz teve origem em uma lei de 61 e no Projeto da I Perimetral. Logo após foi retirado um trecho dessa via projetada devido a poça distância da rua Barros Cassal com este trecho. Então, este é o desenho original, aqui está o túnel, esta é a diretriz que está sendo solicitado o gravame e existia este gravame viário, este trecho foi retirado em 73, devido à proximidade dessa via com a Barros Cassal, o que acabou sobrando só este pedacinho aqui, que é o que existe hoje ali, que é o que está sendo solicitado o desgravame. Na verdade, ele só atinge esses dois imóveis. Aqui ele dá de topo no Colégio Rosário. Então, realmente, hoje, desta forma, ele não liga nada a lugar nenhum, realmente não tem sentido existir este trecho aqui. Eu fiz uma pesquisa com os lotes fiscais da Fazenda para mostrar a vocês que não vai ficar nenhum lote gravado, realmente, prejudica só esses dois imóveis e este atrás, que é um prédio de frente para a Barros, que vai ficar com esta área que, provavelmente, vai ficar incorporado na matrícula dele, não tenho certeza, mas não prejudica a funcionalidade da cidade, nem do quarteirão. Então, este é o parecer de aprovação da SMURB. Então, considerando a decisão judicial, considerando que o EPO não tem previsão orçamentária para executar esse trecho da diretriz e considerando a necessidade de ajuste dos gravames do PPDUA, então, o parecer é favorável da SMURB e também o parecer favorável da EPTC. Nós vimos com cautela os gravames, são superimportantes para a mobilidade de toda cidade, principalmente dos pedestres, só que realmente este trecho aqui não tem funcionalidade nenhuma. Então, dessa forma, a gente se manifesta favorável ao desgravame. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Só queria fazer um comentário, a gente tem identificando na zona central algumas áreas que têm gerado algum conflito, porque são áreas estruturadas com uma incidência grande de patrimônio histórico. Até esta área, que é a I Perimetral, que passa em cima do prédio da Faculdade de Medicina. Então, a gente identificou, porque às vezes necessita fazer algum PTC, alguma coisa assim, tem este conflito do gravame com a área de patrimônio. A gente vai fazer uma revisão desses gravames. Este aí acabou entrando, mas acabou, entre outros que vão surgindo, vão entrando para a gente fazer. Então, vai vir, vamos começar a encaminhar para cá a revisão desses gravames da área central. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Alguém quer se manifestar? Não havendo manifestação vamos encaminhar a votação. Então, quem é favorável ao parecer que se manifeste, por favor. Acho que é a unanimidade. (Contagem de votos = 14 votos). Conselheira Jane, nós estamos em um processo de votação, se a senhora quiser se abster fique à vontade, eu não quero lhe constranger. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Sim, eu vou me abster

por não ter participado desde o início. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Eu imaginei, mas, por favor, fique à vontade. Então, são 14 votos favoráveis e 01 abstenção. **APROVADO O PARECER DO RELATOR FAVORÁVEL À RESOLUÇÃO**.

DEMHAB: Favorável; EPTC: Favorável; GP: Favorável; METROPLAN: Favorável; SMAMS: Favorável; SMDE: Favorável; SMIM: Favorável; UFRGS: Ausente; ABES/RS: Ausente; ACESSO: Ausente; AREA: Ausente; CAU/RS: Ausente; IAB/RS: Ausente; SAERGS: Ausente; SENGE/RS: Ausente; SINDUSCON: Favorável; SOCECON/RS: Ausente; RGP. 1: Ausente; RGP. 2: Favorável; RGP. 3: Ausente; RGP. 4: Ausente; RGP. 5: Favorável; RGP. 6: Favorável; RGP. 7: Abstenção; RGP. 8: Favorável; Orçamento Participativo: Favorável.

O 2.05. EXPEDIENTE 17.0.000009136-7 (Interessado: SPU-SMURB. Assunto: Resolução - Alteração de Traçado Viário e Cadastramento de Logradouro. Relator: ACESSO CDH. O relator é a ACESSO, que não está presente. Então, não vamos colocar em votação, principalmente porque é uma reunião extraordinária. Então, vai ser redistribuído. **ADIADO PARA PRÓXIMA PLENÁRIA.** O **2.06. EXPEDIENTE 16.0.000040925-5 (Interessado: SMS. Assunto: Resolução – Gravame de Traçado Viário e Cadastramento de Logradouro. Relator: RGP. 2.** Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa tarde. Presidente, é um processo de gravame de traçado viário da RGP. 6. Eu vou fazer o relato, não vou explanar na tela porque é simples. Trata-se de resolução de gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro da Rua Argemiro Ogando Corrêa com 12,50m de largura, entre a Rua Geralda dos Santos Moreira e a Rua Clóvis Flores Aldaves. É o cadastramento do referido trecho com largura média de 10,50m. O gravame e o cadastramento deste trecho da Rua Argemiro Ogando tem por objetivo viabilizar a aprovação de projeto de construção de unidade (Inaudível) do Morro dos Sargentos, Bairro Serraria, classificado como projeto estratégico pela Secretaria Municipal da Saúde. Segundo levantamento feito pela Unidade de Regularização Fundiária, o logradouro já se encontra asfaltado, com rede de água, rede de iluminação pública, luz domiciliar, esgoto pluvial, rede telefônica e transporte coletivo. Então, esta solicitação de gravame se justifica pela doação desta área de 33m x 527,31cm, recebida pelo Município de Porto Alegre. Ele recebeu da União, do Exército Brasileiro para construção de um poso de saúde e uma creche. Então, para dar continuação desta construção é preciso que haja o cadastramento das ruas que fazem frente para este terreno. Eu trouxe, só para acrescentar, o Despacho 0694762, a parte desse protocolo de intenções, que foi feita esta doação em 12/12/2014, representando o Município de Porto Alegre o Excelentíssimo Prefeito, na época o José Alberto Réus Fortunati, e o representante do Comando do Exercito, Comandante da 3ª Região Militar, (Inaudível) do seu Comandante Excelentíssimo Senhor General de Divisão Fernando Vasconcelos Pereira. Isto faz parte do processo, onde está o termo de doação do terreno da prefeitura, na cláusula 7ª. Então, pela importância dos equipamentos a serem instalados no local, sou pela aprovação do processo. Obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu solicito vista. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Alguém mais pede vista? A RGP. 6, RGP. 5, alguém mais? Então, vista para as duas regiões de planejamento. **PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO A RGP. 5 E RGP. 6**. Conselheira Jane, a Conselheira Maristela na reunião passada devolveu um processo, que é o **2.01. EXPEDIENTE 002.202265.00.6 (Interessado: Grêmio Geraldo Santana. Assunto: EVU de Edificação. Relator: ÁREA).** É uma obra no Geraldo

Santana, na Luiz de Camões. Ela pediu vista, tem uns 40 dias, na reunião passada ela devolveu o processo encaminhando para votação. Ela não despachou no processo, mas encaminhou para votação e isto já era no final da reunião. Então, não votamos porque a reunião já estava esvaziada. Este era o primeiro item de pauta, colocamos para o fim, justamente na expectativa que alguém da região chegasse. Então, eu lhe questiono se quer se manifestar sobre este ponto. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Nós estamos de acordo que seja colocado em votação hoje o projeto do Geraldo Santana. Conversamos com a Conselheira Maristela e estamos complemente de acordo que seja colocado em votação. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Foi relatado pela ÁREA, com vista ás regiões 2, 4 e 7. Então, em votação o projeto 2.01 da pauta. Quem é a favor que se manifeste pela aprovação. (Contagem de votos = 15 votos) Então, a unanimidade. **APROVADO O PARECER DO RELATOR FAVORÁVEL AO EVU.**

DEMHAB: Favorável; EPTC: Favorável; GP: Favorável; METROPLAN: Favorável; SMAMS: Favorável; SMDE: Favorável; SMIM: Favorável; UFRGS: Ausente; ABES/RS: Ausente; ACESSO: Ausente; AREA: Ausente; CAU/RS: Ausente; IAB/RS: Ausente; SAERGS: Ausente; SENGE/RS: Ausente; SINDUSCON: Favorável; SOCECON/RS: Ausente; RGP. 1: Ausente; RGP. 2: Favorável; RGP. 3: Ausente; RGP. 4: Ausente; RGP. 5: Favorável; RGP. 6: Favorável; RGP. 7: Favorável; RGP. 8: Favorável; Orçamento Participativo: Favorável.

Conselheiros, o **2.07. EXPEDIENTE 17.0.000094703-2 (Interessado: SMURB-SDU. Assunto: Resolução – Inclusão de Traçado Viário. Relator: GP.** O Gabinete do Prefeito não relatou ainda, está no prazo regimental. **ADIADO PARA PRÓXIMA PLENÁRIA.** E o **2.08. EXPEDIENTE 18.0.000041184-8 (Interessado: Jayro Amorim. Assunto: Resolução – Desgravame de Traçado Viário. Relator: ÁREA.** O relator está ausente. **ADIADO PARA PRÓXIMA PLENÁRIA.** Então, **3. Comunicações.** Alguém quer se manifestar? Conselheiro Emerson, por favor. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** Secretário, dentre o ocorrido, vimos que teve vista, relatores que não estão presentes, é mais uma justificativa que este horário de 16 horas é muito tempo a partir do momento em que o conselho passa a ser efetivo na sua pauta. Então, começamos a reunião às 16h30min, às 17h20min já concluímos a pauta. É mais uma razão para não ter todo este espaço de 4 horas, porque vai ocorrer muito isto, vai chegar com vista, vai chegar com diligência, a pauta vai passar batido e o tempo vai ser muito rápido, não vai ser efetivo. Então, mais um motivo para retornarmos o processo das 18 horas com um período de 2 horas para fazermos os relatos e apresentar alternativas para os projetos e processos do município. Então, quero complementar isso, que é mais um motivo para a gente voltar ao sistema anterior. Obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** A minha comunicação é que as obras da Tronco estão andando, pelo menos o maquinário da Empresa Pelotense, que é uma das responsáveis está tocando. Eu falei com o Presidente (Inaudível), ele disse: “Estamos tocando”. Pelo prazo de tempo que ficou parada a avenida, essas pessoas que vão sair, as 190 pessoas que estão no trecho, porque é um trecho de 6Km de extensão, que vai do Bairro Teresópolis até o Cristal. Essas pessoas vão entrar na justiça, no Ministério Público, aí o governo também vai ter que entrar na justiça para poder desapropriar essas pessoas com mais agilidade. Estamos tentando falar com o governo, porque temos soluções, mas o governo tem que sentar conosco, com a comunidade,

porque até agora trabalhou na região, mas não convocou a comunidade para sentar. Nós temos uma comissão. Tem uma lei que é o seguinte, a comissão de obras da região tem que participa para discutir, até para facilitar o processo. Ainda não discutiram as moradias para assentar as pessoas. Para terminar minha comunicação, amanhã estaremos retomando e fundando o Conselho da Cruzeiro, com 30 entidades para sentar com o governo e discutir a direção da região, também partir para o seminário desse planejamento da região. Este seminário queremos fazer daqui 2 meses, vou pedir para o secretário ser um dos palestrantes. No seminário discutem a Grande Cruzeiro, Glória e Cristal para montar e tocar. Então, vou pedir tanto para a Lívia, quanto o nosso Arquiteto Gomes, também os outros conselheiros para participarem. A região tem já um encaminhamento, tanto o morro que está sendo ocupado irregularmente, para que as pessoas saibam que é papel do conselho. Depois, com este documento ir ao prefeito para ter uma discussão geral, para discutir obras e verbas, saber o que tem de dinheiro do MDES, saber o que tem de dinheiro de contrapartida. Por exemplo, o Zaffari está colocando um grande empreendimento na região, mas tem que dar a contrapartida de uma praça. Até agora está apresentando que é uma praça para a região dentro do projeto. Aí fica essa discussão de seminário de planejamento, vamos convocar todas as regiões, os bairros, que é a Glória, Cristal, Cascatinha, Belém Velho, Cruzeiro e Cristal. São 400 mil pessoas dessa região, é gente! Mais uma parte da Região 6, que pega mis uma parte da Região 1, lá embaixo na Rota do Papa, pega na ponta da Ceffer, que vai com a 6 também. Presidente, nós temos um papel na sua gestão, que é uma gestão muito importante com o senhor presente, é mapear a região, ou seja, fazer um mapa para discutir o problema da região. Por exemplo, a secretaria sabe os problemas que tem lá dentro, zonas regulares e irregulares. Entendeu? Para o governo é importante ter esses dados. Então, achamos também importante sabermos na discussão. Quando tinha o OP, o OP fazia esses papeizinhos de formiguinha, agora sem OP o que aconteceu? Ficou tudo pela metade, sem sessão de obras e ficou uma coisa. Outra coisa, o OP não discutia regulação fundiária, porque é obra na região. Agora precisamos discutir um planejamento que passa pelo conselho. Então, é essa discussão do planejamento que quero fazer na região. Nós temos regiões irregulares, sem planejamento de bairro. Então, queria que o senhor fosse, mais a nossa arquiteta para discutir isso aí. Nós temos um vídeo da região com os nossos problemas, para mostrar para os conselheiros a situação que temos lá dentro, até alguns projetos para votar, para buscar recurso. Até agora não temos nenhum recurso, nenhum banco estrangeiro. E como que faz o desenvolver? Isto não é só a Região Cinco, todas as regiões têm que passar aqui por dentro para conhecermos as regiões. Pô, eu quaro conhecer o 4º Distrito, a história de Porto Alegre, a Região 7 como está a situação. Este é o problema, para ser conselheiro tem que conhecer Porto Alegre, é um dos pontos. O conselho tem que fazer isto, tem que mostrar aos conselheiros o que é Porto Alegre. Por exemplo, a orla do Guaíba, foi votado em 2012, ninguém votou aqui, eu não sei de nada. E a continuação dela pela região, ela vai até onde? Qual a proposta da orla do Guaíba? E aquele mato, aquela sujeira na volta? Cadê os investimentos para banheiros? Sumiram? São 50 mil pessoas. Isto o conselho não discute, eu não vi o conselho colocar em pauta aqui. Eu não vejo a Região Um fazer isso aí, só vejo a região falar pá-pá-pá. Cadê o Felisberto para falar da região dele? Cadê? Eu estive lá domingo e tive que ir embora, porque não tem banheiro, um sol sem tamanho, uma sujeira. Isto me preocupa, é a orla do Guaíba e não passou por aqui. E a continuação que vai para o Beira Rio é um barro desgraçado, mato, assaltando ali dentro. Então, o conselho vai discutir a cidade? Tem que discutir Porto Alegre. E é uma vista linda, se andar de carro pela Beira Rio, é lindíssimo, mas é muito mato, sujeira. O conselho tem que discutir isto aqui, gostaria que o senhor abrisse uma pauta para discutir Porto Alegre. Hoje

a pauta é discutir Porto Alegre, porque é importante. Então, obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Obrigado. Mais alguém? **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Além da eleição dos conselheiros do CMDUA na nossa região, temos também a eleição dos representantes da Macro 10, que é o pessoal que cuida do processo consorciado da Lomba do Pinheiro. Este processo de eleição dos representantes sociais da Macro 10 nós já fizemos, estamos com o nome das pessoas e entregamos a ata na reunião passada para a Secretária Aline. O que queremos saber hoje é quais são as entidades que irão participar deste Comitê Gestor, porque queremos começar a trabalhar desde já na Macro 10 com o Comitê Gestor. Então, gostaríamos de saber quais serão as entidades representativas deste conselho no Comitê Gestor e de que forma será feita a escolha dessas entidades. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Na outra eu fiz um convite para a equipe que cuida, especificamente, desse assunto apresentar aqui a situação da Lomba do Pinheiro, da (Inaudível) consorciada, aí fazer a eleição dentro do conselho das entidades. Primeiro, queriam resolver esta questão da região, né, mas não tenho o *staff* atual de como está com a equipe. Então, eu vou falar com eles e dou o retorno a vocês. Eu queria mais ou menos já organizar para abrirmos uma agenda para discutirmos aqui dentro da reunião do conselho. É isto, só teria que abrir uma pauta, não sei se na próxima reunião de repente, abrir um espaço para a equipe que cuida disso apresentação e organizar esta eleição das entidades. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Não sei, eu quero entender melhor também. Então, Patrícia, é uma apresentação, né? Aí a gente deflagra o processo. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Isto. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Tá. Conselheiro Thiago Souza, eu acho que é a sua primeira reunião. Seja bem-vindo aí. Qualquer dúvida a Secretaria, através da Aline, ou da presidência, ou qualquer conselheiro, certamente, estará à disposição. **Thiago Martins Souza (1º Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Obrigado. Sim, mas hoje vim mais para olhar, ver como é a questão dos companheiros. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Está bom. Seja bem-vindo, Thiago, que é o 1º Suplente. Paulo Jorge, a questão da orla, é importante colocar, porque isto tem sido há 10 dias, a imprensa escolhe um tema da orla a cada semana. Como a orla é administrada pela nossa secretaria, no que compete à gestão dos parques, com a fusão da SMURB e SMAM, criando a SMAMS, isto está junto aqui. O que eu digo? O projeto da orla contempla seis banheiros, que hoje não estão todos em funcionamento, porque parte desses banheiros é nos bares. Tirando o restaurante, tem os dois vestiários, depois tem os dois ambulantes e os quatro bares, os seis banheiros são distribuídos nisso. Os bares estão em permissão de uso, vão ter seus respectivos banheiros, o restaurante, por óbvio, vai ter seus banheiros. No trecho 2, que é o fim da revitalização da obra, que é o seu pensamento, é bem bonito, chega ali e está... Onde era o canteiro de obras, os tapumes, ali tem um banheiro antigo, que é aquela casa de pedra. Então, aquele banheiro está funcionando também. Então, dali que dá os quatro que estão em funcionamento nos finais de semana. Durante a semana não deixamos, mas durante o final de semana a gente coloca, como parceria do SMDE, lá do escritório de eventos, 20 banheiros químicos. Então, no final de semana são 24 banheiros. Esses 24 banheiros são, no entendimento geral, um número muito além do que, por exemplo, e fizemos esta pesquisa, o Parque Ibirapuera, que recebe 150 mil pessoas em um dia em São Paulo, que lá tem 08 banheiros. Nenhum parque de Porto Alegre tem

24 banheiros, nenhum shopping de Porto Alegre tem 24 banheiros. Então, é um número que nós nos preocupamos, porque está meu aprendendo, temos um parque novo, nem quando o Germânia foi inaugurado houve tanta gente assim ao mesmo tempo, mas a gente não encontra muita fila nos banheiros. Então, isso nos leva crer, e não estou aqui tirando a responsabilidade ou atribuindo responsabilidade a A, B ou C, ao poder público ou privado, que essa disposição dos banheiros ainda não é de conhecimento das pessoas. Às vezes a pessoa tem que caminhar 100 m para ir a banheiro e não sabe que dali 100 m tem um banheiro, que é uma questão da identidade visual do parque que estamos trabalhando nisso. Então, é um processo de amadurecimento, mas em relação ao número total de banheiros é um número, infinitamente, acima de qualquer outro parque. Então, os banheiros estão lá, talvez não onde as pessoas estejam, vão ter que caminhar. Em relação a comerciantes no entorno, nós tínhamos a reclamação dos comerciantes que ficam sem clientes, porque antes tinha obra e agora tem bastante cliente ali. Então, a reclamação agora mudou. Quer dizer, temos que enxergar aquilo como algo bom, algo positivo. Até me lembra, falando informalmente, um filme uruguaio, que é o banheiro do Papa, porque as pessoas viram no banheiro uma forma de ter receita e aqui nós vemos comerciantes reclamando que tem cliente para banheiro. No mundo inteiro onde se vai cobram um dólar, um euro, dois euros. Então, quer dizer, eu vejo isso como uma oportunidade. Em relação aos banheiros públicos estão sim nos finais de semana. Nós recebemos uma reclamação na semana passada que só tinha um banheiro funcionando, mas estava chovendo, são pouquíssimas as pessoas que vão ao parque para ficar sentadas contemplando e tomando chimarrão chovendo. Então, efetivamente, sim, focamos nos finais de semana, que é quando tem mais gente. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Secretário, eu acompanhei esta manchete que deu na Zero Hora, porque eu conheço O Valdo, um bar que tem há bastante tempo, a gente gosta muito de ir lá tomar uma cerveja e tal, tem uma comida muito legal, eu recomendo aos amigos. Como ele é para dentro, em direção á cidade, não em direção ao rio, as pessoas que estiveram lá são pessoas mal educadas. Vamos colocar os pingos nos “is”, né. Eles forçaram com violência tentar usar o banheiro dele. Então, tomou essa dimensão toda, que, na verdade, são coisas bem diferentes. Toda a intervenção que está ali é uma maravilha, já levei gente, aliás, estou fazendo isto, vêm as pessoas de fora e eu estou levando ali para passear, pena que o tempo não está ajudando muito. Toda aquela área, realmente, tem todos aqueles banheiros químicos, tem os banheiros lá embaixo. Eu até acho um pouco insuficiente, porque são 50 mil pessoas passando, é uma loucura, a gente seguinte fica se batendo nas pessoas. O que deve acalmar, reduzir com o decorrer do tempo. O episodio da briga foi uma coisa de má educação, meia dúzia de cara bêbado que incomodaram o Valdo. Eu estive falando com ele depois, disse: “Pô, Valdo, mas que escândalo foi este?” E ele me disse: “Não, é que o pessoal se enche de cachaça, pegam uma água e entram 4, 5 atrás para poder usar o banheiro, não estou aguentando mais isso aí”. Então, sobrou para o Mauricio, né, explicar os banheiros que estão fazendo falta ali na orla. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Faz parte. Alguma colocação a maus, senhores? Então, agradecemos, sobremaneira, a presença de todos. Está encerrada a reunião. Muito obrigado. **ITEM 4.0: Término (Às 17h45min).**

O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.

Maurício Fernandes	**Aline Brum de Lima**
Presidente	*Secretária Executiva*
	Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2018, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2774/2018

Aos vinte um dias do mês de agosto de dois mil e dezoito, às dezoito horas, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Elisabeth Peter Bertoglio (1ª Suplente), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano – METROPLAN**; Denise Calvet Pinto (2ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; João Batista Alves Rodrigues (Titular), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMIM**; e Cláudia Remião Franciosi (Titular), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura – ÁREA**; Vinícius Vieira de Souza (Titular), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Luiz Henrique Vieira (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Thiago Martins Souza (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**.. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação das Atas 2772 e 2773; 3. Ordem do Dia; 4. Recebimento das emendas ao Regimento (Votação a partir da reunião ordinária do dia 04/09/2018); 5. Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h20min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Antes de iniciar gostaria de comunicar o falecimento da esposa do Conselheiro Paulo Jorge na semana passada, hoje foi a Missa de 7º dia. Então, fica o registro aqui, é um conselheiro muito atuante qualquer no CMDUA. Nossas homenagens ao luto dele. O **ITEM 2. Votação das Atas 2772 e 2773**. São da última reunião ordinária e

da última reunião extraordinária. Eu questiono os conselheiros se há alguma observação a ser feita. Não havendo observação a ser feita, coloco se podemos aprovar as duas atas em bloco. Quem é favorável, por favor, que se manifeste... (Manifestação fora do microfone). Poder a senhora pode votar, só não quer votar em bloco. Ok. Então, a Ata da Reunião Ordinária 2772, em votação. Quem é favorável, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 21 votos). Abstenções? (Contagem de votos = 03 abstenções). Está justificando o Conselheiro Hermes, que estava ausente. Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). **APROVADA A ATA 2772**. Então, a Ata da Reunião Extraordinária 2773/2018. Quem aprova, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 12 votos). Abstenções? (Contagem de votos = 12 abstenções). Contrários? Contrário em ata é difícil, né. Nem vou perguntar mais (Risos). Então, estão registrados os votos. **APROVADA A ATA 2773**. **ITEM 3. Ordem do Dia**. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Questão de Ordem. Presidente, nós recebemos a convocação para a reunião das 18 às 22 horas. Conversando com os conselheiros, quase todos, queremos sugerir que não passe das 20h30min. É em função do desgaste e tal. Caso fiquem pontos de pauta, talvez vá ficar, que veja no decorrer das outras reuniões do conselho. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Agora são 18h24min. Eu vou contribuir neste ponto de entrarmos na Ordem do Dia e ver o ritmo que a gente consegue imprimir, porque o ritmo depende, na verdade, do próprio conselho. se chegar às 20h30min e decidirmos pelo encerramento da reunião não vejo nenhum problema nisso, mas que a gente, sabendo das necessidades da cidade e da responsabilidade público que cada um aqui sabe, e não preciso aqui avocar, que a gente postergue a análise da sua colocação exatamente para às 20h30min. Talvez nem dure as 2 horas, mas está feito o registro, sem problema algum. Temos um pedido de inversão de pauta, devidamente justificado, que é o Item 3.09 e 3.08, que o empreendedor está presente. Então, para não colocar o empreendedor a assistir toda a reunião, como é de costume deste conselho, é melhor invertermos. Não havendo óbice a gente enfrenta esses temas primeiro. O João Marcelo, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico está presente, vou passar a palavra a ele. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu só gostaria de registrar que o SAERGS junto com a Sociedade de Economia está apresentando uma proposta substitutiva, que foi bastante discutida com as entidades, com representações. E não sei quando nós vamos discutir o procedimento, o método de discussão. Como é uma proposta substitutiva não cabe tratar artigo por artigo. Não sei como vai ser o processo. De qualquer forma nós protocolamos junto à secretária do conselho. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Está registrado, conselheiro. Inclusive, vou lembrá-los da nossa data hoje aqui para qualquer emenda. Lembrando que substitutivo é uma emenda. Então, está devidamente registrado, eu agradeço a lembrança. João Marcelo, por favor. **ITEM 3.09. Expediente 18.0.000064256.4. Interessado: SDU/SMDE. Assunto: Comitê de Desenvolvimento da Operação Consorciada Lomba do Pinheiro – Indicação dos representantes da sociedade civil organizada, integrantes do CMDUA. Relator: SMDE**. **João Marcelo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu não vou me estender muito. Na verdade, eu estou trazendo quase que um recado, um informe. Eu até ia passar algo na tela, mas ia se tronar mais demorado. Também podemos combinar, se tiver interesse, uma reunião extraordinária específica para a gente aprofundar mais o assunto e não tomar muito o tempo de vocês hoje. Então, hoje eu trabalho na SMDE, com a Patrícia que é minha supervisora. Talvez vocês já tenham escutado falar de uma expressão, que vem do Estatuto da Cidade, chamada Operação Urbana Consorciada.

Pois bem, o município tem uma experiência de Operação Urbana Consorciada na Lomba do Pinheiro, aí temos que ter uma atenção do pessoal das regiões. Quando falamos na Lomba do Pinheiro não estamos falando do Bairro Lomba do Pinheiro, muito menos da Região de Planejamento Lomba do Pinheiro, mas sim de uma condição que espacialmente fica delimitada pela macrozona. Na verdade, em 2009 foi promulgada uma lei, produto de um trabalho de quase uma década na Região da Lomba do Pinheiro, que é a Lei da Operação Consorciada Lomba do Pinheiro. Esta lei estabeleceu a criação da Macrozona 10, dentro um regramento específico, que é fruto do trabalho, está expressa nessa Lei nº 630/2009, de uma Operação Urbana Consorciada, para que empreendimentos que tenham interesse de buscar a região como ponto de partida para desenvolver seus projetos, que a eles seria oferecido um regime urbanístico diferenciado. É chamado pela lei de Regime Urbanístico Máximo para a instalação desses empreendimentos e utilização de um aporte de regime que eles não teriam pelo regime do Plano Diretor, que pela lei foi chamada de regime urbanístico básico. Não vou me estender muito na lei, mas o que eu trago é o seguinte: esta utilização de regime urbanístico máximo pressupõe por parte do empreendedor um aporte de contrapartida, que pode ser financeira, pecuniária ou feita em obras, serviços ou com unidades habitacionais. Então, para gerenciar esta contrapartida pecuniária e para definir quais são as prioridades da região, a lei estabelece a criação de um Comitê Gestor da Operação Urbana Consorciada, que é o que nos interessa para essa situação. Este comitê tem uma composição análoga ao do CMDUA, do ponto de vista de ser tripartite e composto por parte governo, parte comunidade, parte entidades. O que me traz aqui é solicitar ao CMDUA, porque houve a renovação dos seus membros, por um efeito cascata nós necessitaríamos da renovação de membros deste comitê. Então, Secretário, podemos depois entrar minuciosamente na questão da lei e do decreto, analisar os artigos que nos levam a isto para pode entender, mas o que vamos precisar de vocês, não hoje, mas em algum momento, é que se paute aqui dentro a eleição das entidades que vão compor o Comitê de Desenvolvimento da Lomba do Pinheiro. Qual a regra? É que das entidades que estão presentes hoje eleitas para o CMDUA, entre elas haja uma eleição e se tire três entidades, titulares e suplentes, seis membros, para compor o Comitê da Lomba do Pinheiro. Três das entidades que hoje integram o CMDUA. Além disso, tem uma segunda função que o CMDUA vai ter que cumprir, que é depois de tirar esta eleição das entidades, formatar um parecer da nominata completado Comitê de Desenvolvimento, que são os 09 membros, os 03 das entidades eleitos aqui, mais a indicação das secretarias envolvidas com este comitê. Na ocasião do decreto se falava em SPM, SMAM e DEMHAB. Hoje sabemos, não é, Furtado? O Furtado é partícipe da atual gestão do Comitê, assim como o Dal Molin pelo SINDIMÓVEIS. Hoje o DEMHAB continua sendo DEMHAB, portanto, é uma indicação mais fácil, não há necessidade de adequação, mas para as vagas de SPM, SMURB e SMA teríamos que fazer uma adaptação. Conversamos no Comitê e entendemos que seria interessante que a vaga da SMAM e SMURB fosse da SMDE e que a SMAM hoje fosse representada pela SMAMS. Com a observação de que seria interessante dentro da SMAMS, entre titular e suplente, que trouxesse algum do planejamento urbano e alguém do licenciamento ambiental. As reuniões, normalmente, são acompanhadas pelos titulares e pelos suplentes. Então, podem ir os dois, embora para as votações só o titular votará. Basicamente, o recado é este. A lei fala que a comunidade pode indicar três, sendo um conselheiro, como a Maristela que já está indicada para este Comitê. Os outros dois da comunidade, da Região 7 também, que serão os delegados mais votados em reunião, tirados dentro da comunidade, que é um processo interno deles. Cabe a Maristela trazer a informação ao CMDUA para que se incorpore os outros dois nomes também. Basicamente, de minha parte era isto. Resta agradecer a Aline, que colocou o

número do processo SEI, que está na pauta de hoje, é um processo público, quem tiver mais dúvidas sobre isso pode consultar no processo as informações desta eleição que precisa ser feita aqui dentro. Qualquer dúvida estou à disposição. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Inscrições? Vamos fazer uma rodada. Rafael, tu estás com apalavra e depois a ÁREA. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Obrigado pela apresentação, João. A questão, primeiro, qual o prazo que teríamos para esta indicação? E agora mais para a mesa, se alguma entidade que está no CMDUA também é entidade delegada na região? Seria uma informação importante para adotar algum critério. E uma questão mais de fundo é a seguinte: fui informado que o comitê, a operação está sendo conduzida pela SMDE, pela Lei Complementar nº 810 a SMDE é o órgão que coordena o licenciamento urbano e a SMAMS é o órgão que coordena o planejamento urbano. Aí surge a minha pergunta, pela lei é isso... Bom, vamos ler a lei complementar: "Das competências da SMDE. Planejar, formular, implementar, coordenar, fiscalizar, articular e controlar as políticas voltadas para as áreas de desenvolvimento agropecuário, industrial e comercial, com atuação no setor econômico..." E a SMAMS cabe, alínea a: "Planejar, coordenar, articular e controlar as políticas voltadas para a área de proteção ambiental"; e mais adiante a questão de promover desenvolvimento urbano, etc. e tal. Quer dizer, uma operação urbana consorciada é um instrumento de licenciamento ou é um instrumento de planejamento? Se é um instrumento de planejamento, entendo que está lotada na secretaria errada e conforme a lei. E eu destaco que isto foi objeto de um grande debate na Câmara, o projeto de lei do executivo sofreu alteração na Câmara justamente por causa do debate dessas atribuições de ambas as secretarias. Por isso a minha pergunta, ela tem este fundamento de um debate popular que houve na Câmara. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** É um pouquinho mais simples. No documento fala que Regiões 5, 7 e 8. Outra coisa, tu foste bem claro na tua fala, são as entidades, não as pessoas. Ou seja, qualquer entidade pode indicar, mas a pessoa a ser indicada não precisa ser conselheiro ou suplente. Só para deixar claro. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Realmente, o prazo também, mas o Rafael já falou. E assim, não sei se as entidades também podem pensar, quando a gente indica uma entidade, o titular e suplente tem que ser de entidade ou nós podemos combinar internamente que talvez possa ter um titular de entidade e o suplente ser de outra entidade? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu só queria esclarecer, porque tem sido muito complicado para nós da SMDE sermos questionados na atuação do nosso trabalho. É o tempo inteiro, o tempo inteiro, nas comissões, tem sido muito complicado. Eu só quero comentar assim, realmente, eu acho que é um equívoco ter separado o planejamento. Agora, a atribuição da SMDE, como ela está trabalhando, também é planejamento. O desenvolvimento urbano a gente trabalha com estudos de viabilidade, com as contrapartidas, isto está previsto na lei, não é ilegal. O desenvolvimento urbano também faz parte do planejamento. Quanto à questão da operação urbana, o fato de desenvolver uma operação urbana, isso sim seria competência da Secretaria do Meio Ambiente e Sustentabilidade. Agora, operar a operação urbana, ela envolve o processo de licenciamento. Então, ela está perfeitamente adequada no SMDE. Nós temos que aprovar empreendimentos, temos que gerenciar a implantação de empreendimentos. Então, o desenvolvimento da operação sim, está perfeitamente adequado dentro da SMDE. Eu poderia discorrer e dar vários exemplos de como o nosso trabalho também é planejamento urbano, mas não vou me alongar nesta discussão aqui, enfim, está correta a localização da

operação consorciada, dentro da SMDE, porque envolve o processo de licenciamento. **João Marcelo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** É claro que o trabalho não parou e não está esperando esta renovação da nominata. Nós acordamos com o atual comitê que enquanto este ciclo não se completar o comitê continua funcionando com a gestão anterior. Isto é importante para o trabalho. Eu entendo que nós demoramos muito tempo, eu acho que é uma mea culpa que a prefeitura tem que fazer, de ter demorado muito tempo para deflagrar a pavimentação do caminho, a partir de 2009, com a lei. Então, que bom que estamos conseguindo andar com isso, nós não nos dispomos a parar e esperar por esta renovação. Eu acho que há mais ou menos 3 anos, até por uma iniciativa da Patrícia, começamos a mexer com isso, a Patrícia montou uma equipe para mexer com isso e estamos conseguindo retomar um tempo perdido de 2009 até 2014/2015, por aí. O tempo, não tem um tempo específico para isso, o quanto antes melhor. Acredito que o tempo que se gastar para os conselheiros se apropriarem melhor. Não tem prazo para isto, o quanto antes melhor. Sobre a natureza das entidades, a lei não estabelece que as entidades precisem ser da região ou ter vínculo com a região, mas sim precisam estar dentro do CMDUA, consta em lei. Saffer, em princípio a lei não permite que tu possas compor uma indicação entre titular e suplente com duas entidades diferentes. Em relação à colocação que tu fazes, Rafa, houve uma mudança administrativa, com impacto significativo na estrutura da prefeitura. Se eu não me engano, a lei fala em SPM, o decreto do comitê já vai falar em SMURB e hoje não temos mais a SMURB, a SPM e a SMAM. Hoje a SMAMS tem outras atribuições, incluindo a do planejamento. Eu acho que tanto o licenciamento quanto o planejamento urbano tem que estar dentro deste comitê da forma que for possível. Em parte a operação urbana já é uma lei e já é aplicável a todos os projetos que vão passar por comissão, por CAUGE, CADAP. Eles vão ter um olhar de licenciamento. O comitê não tem como função analisar os projetos do ponto de vista da sua pertinência técnica. Isto vai ser feito em cada comissão, dependendo da característica do projeto que se institui na Lomba, se ele for objeto de contrapartida, se ele não utilizar o regime urbanístico máximo nem será objeto de discussão neste comitê. O que vai se discutir no comitê é a aplicação dos recursos oriundos de contrapartida para os projetos que utilizarem o regime urbanístico máximo como regime urbanístico para fazer suas contas e propor seu projeto, seu empreendimento. Então, nesse sentido, tem um coeficiente grande de licenciamento, que em boa parte é tratado na comissão. E cabe ao comitê definir as prioridades da região para receber este dinheiro. Também cabe ao comitê definir se este recurso poderá ser substituído de pecúnia por alguma obra prática a ser feita na região. Então, eu acho que tem um olhar de implementação do processo, aí temos que ver a quem compete isso. O que a gente entende hoje é que a adaptação dessa legislação para a atual situação de estrutura administrativa deveria sim comportar o planejamento urbano, o meio ambiente, o DEMHAB, porque uma das principais questões da região é a irregularidade fundiária e do interesse social no que concerne habitação. A SMDE é parte importante, porque tem este olhar do muito enquanto licenciador. Então, o que tiramos em reunião é que a SMAMS contemple por ter o planejamento urbano e ambiental, que tem a SMDE traga o seu olhar licenciador. **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** A Macrozona 10 é uma junção de regiões de planejamento, que é um pedaço da 5, 7 e uma parte da 8. Há algum tempo alguns conselheiros questionaram a não participação dentro do consórcio da Lomba do Pinheiro. Por quê? Porque alguns projetos que caem dentro da Macrozona 8 vão atender a Lomba do Pinheiro e não a Macrozona 8, a mesma coisa a questão da Macrozona 5. A questão da lei consorciada, está sendo útil até o momento ou não tem muita efetividade? Nós temos que ver bem esta situação, se

está sendo utilitária, está servindo para o desenvolvimento econômico, para o desenvolvimento urbano e ambiental da região ou se não vem tendo tanta efetividade. Em relação às contrapartidas, o que já foi arrecadado até o momento em relação a contrapartidas dos empreendimentos que já se instalaram na Lomba do Pinheiro? Então, seriam alguns pontos para ver a efetividade dessa lei consorciada. O regime é o mínimo, se vocês pegarem o regime da Lomba do Pinheiro. Não dá para fazer nada na Lomba do Pinheiro com aquele regime adotado pela lei consorciada. Então, nós temos que ver a atual efetividade. Obrigado. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu só quero falar, porque eu acho que é uma das intervenções da cidade mais importante que temos, está durando muitos anos e tem sido um constante da prefeitura e de outras entidades. Talvez, João Marcelo, fosse importante tu trazeres para o conselho este histórico, o que está acontecendo. Eu acho que há muitas perguntas que vão ficar pouco esclarecidas, não vamos ter tempo. Então, seria legal marcar uma data, tu vires apresentar aqui, porque é uma história muito longa, muito significativa de uma forma de planejamento importante que se tem tido em Porto Alegre, com resultados significativos. Então, seria mais importante marcarmos isto para uma data próxima. Isto poderia até influenciar os representantes a quererem participar da discussão, os representantes aqui. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** O João Marcelo colocou antes que veio pautar o assunto, mas este assunto suscita um aprofundamento. O que o Emerson colocou ali também tenho curiosidade. Vamos pegar um resgate do que a comunidade ganhou, o que acidade ganhou nessa história e fazer uma apresentação. Eu acho isso muito importante e já fica aqui o convite para alinharmos isto, João Marcelo. A última intervenção é do Conselheiro Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas. Eu tenho três indagações, a primeira é assim, tu falaste em utilização de recursos, o governo vai bancar essas operações consorciadas onde tenha algum fundo? Porque amanhã na Câmara terá a discussão sobre a questão dos fundos, que vai ser centralizado no Fundo de Desenvolvimento e Habitação, se eu não me engano. Então, esta é a minha primeira questão, se tem algum fundo que gerencie essas operações, essa operação consorciada. Nós sabemos que houve todo um trabalho dessa secretaria com a Lomba do Futuro. Tem alguma relação com a Lomba do Futuro? Qual a relação com este trabalho que foi feito pela Secretaria de Planejamento? E a terceira, como está sendo feito o levantamento da regularização das áreas. Se está nesta operação, se tem alguma contrapartida para regularizar, aí é um papel do DEMHAB também, a participação do DEMHAB, porque existe muita irregularidade na Lomba do Pinheiro. Isso renderia IPTU, uma série de coisas, já que o município alega que está com falta de recursos. Então, tem toda uma questão importante e que pode servir de modelo para outras regiões da cidade também. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** O fundo pode ser usado, não sei se foi usado ou não, mas em regra o que a Prefeitura de Porto Alegre tem feito é a contrapartida direta. Então, a operação coloca a aprovação de um empreendimento, condicionado que este empreendimento execute determinadas obras ou que isso acaba evitando que vá dinheiro para um fundo e a execução se torna direta. Todas as obras da cidade têm sido feitas desta forma nas últimas décadas. **João Marcelo, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Como vocês viram o objetivo não era abrir toda esta discussão, era mais centrar na necessidade. A Lívia foi muito precisa, por isso que eu sugeri uma apresentação para que todas essas dúvidas... Tem muitas coisas que foram ditas que não correspondem à realidade. Eu vou tentar responder rapidamente. A questão da Macrozona 10 não coincidir com uma região de

planejamento, exclusivamente, é verdade, mas, infelizmente, hoje o texto da lei e do decreto leva para que esta representação da comunidade seja feita pela Região de Planejamento 7 e por delegados da Região de Planejamento 7. Então, por que aparecem as outras regiões aqui? Porque, de fato, são regiões lindeiras, nós podemos apresentar nos mapas na próxima ocasião. O que mais? Lomba do Futuro, sim, tem relação. Na verdade, eu faço uma constatação analisando todo o processo, as discussões da Lomba do Futuro vão datar de 1993, 1995, junto com as discussões da 434 e vão culminar em 2009 com o seu principal produto, que é a Lei da Operação Urbana Consorciada. Então, temos quase uma década de construção de um trabalho exaustivo. Nós temos um marco regulatório forte, que é a lei seguida do decreto que institui o comitê. O comitê eu acho que foi instituído em 2015. Tiveram dois decretos, que acabou vingando, que é este de 9 membros, foi 2015, e de 2015 para cá pouco de fez. Na verdade, de 2009 para cá pouco se fez. Então, são décadas caracterizadas por um intenso trabalho da Prefeitura junto à comunidade na construção da Lomba do Futuro. Depois vamos poder discutir, mas a nossa avaliação é que sim, é um excelente trabalho com um excelente resultado. Então, não condiz muito, Emerson, com o que a gente ouve, de que a lei não deu certo. Se ela não deu certo, muito também foi por esta imobilidade da prefeitura na segunda década. A partir do momento em que ela cria a lei e não consegue pavimentar talvez um caminho para que a gente já tivesse trabalhando com ela em 2009, em novembro. E eu vou encerrar aqui, mas só dizendo uma questão em relação ao fundo, Secretário. Na verdade, a lei fala em uma conta e uma conta específica para operação urbana e prevê a situação pecuniária tal qual prevê as obras e serviços. Não cabe ao governo decidir isso, cabe ao comitê. Então, o comitê é soberano, inclusive, a própria orientação que a prefeitura possa vir a dar em relação aos fundos. É uma situação que depois vamos ver como lidar, se vier acontecer uma canalização de vários fundos, é uma discussão posta, mas não resolvida. É um problema, vamos ter que ver, porque a lei exige que haja uma raia específica para utilização e que sim, ela pode ser financeira, ela pode ser monetária. Então, vai haver esta situação, não precisa haver conflito. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Obrigado, João Marcelo. Agora o Item 3.08. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Presidente, eu gostaria de sugerir uma pauta, que o conselho pudesse conhecer a Lomba do Futuro, porque é um belo trabalho feito por esta Secretaria, para valorizar este trabalho que construiu esta alternativa para a Lomba do Pinheiro. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Agora o **3.08. Expediente: 002.216638.00.0. Interessado: Country Club. Assunto: EVU de Parcelamento do Solo. Relator: METROPLAN. Priscila Zamberlan, Melnick Even:** Boa noite a todos. Eu estou representando o Country Club de Porto Alegre para sanar qualquer dúvida que, porventura vocês tenham em relação ao EVU de Parcelamento de Solo. Nós vamos passar uma breve localização, o clube está atrás da Nilo Peçanha, com regime urbanístico de área institucional. É um desejo do município o prolongamento da Rua Anita Garibaldi, que passa em cima de uma grande área do Country Club. Então, hoje esta gleba tem 514.000m², está sob regime de área institucional, regime próprio, tem só o campo de golfe com a sede do clube. O EVU de parcelamento do Solo foi uma proposta que o clube fez para a prefeitura, destacando 5 áreas. Nós temos a primeira área, em torno de 12.000m², mais duas áreas, frente Líbero Badaró, uma em torno de 2.000m² de área, a segunda 3.700. A Área 3, frente prolongamento da Av. Marechal Andrea, com em torno de 4.700m². A outra área, quase frente com a João Wallig, em torno de 7.000m². O restante das matriculas que fazem frente a Nilo Peçanha, que não são objetos desse parcelamento só solo para um desmembramento nesta área 4 aqui de cima.

Lá em cima a gente marcou o impacto do prolongamento da Rua Anita Garibaldi, a futura Carlos Legory. E a remanescente, que continuará sendo como área institucional do clube, com 463.000m² de área. Como é uma área de interesse institucional e não tem regime urbanístico definido, está dentro da Subunidade 1, e o entorno imediato a gente tem a subunidade 2, 4, 3 e 5, onde durante todo o trâmite da CAUGE a SMDE fez um estudo aprofundado do regime urbanístico do entorno para justamente definir esse regime urbanístico para essas cinco áreas destacadas que serão destinadas ao mercado imobiliário. Então, de acordo com o parecer da equipe da Patrícia, ficou colocado que o município vai criar uma Subunidade 5, que é onde está marcada a projeção de uma agenda. Esta Área 1 tem um impacto do prolongamento da Anita Garibaldi, ficou definido que o índice de aproveitamento é de 1,3, baseado no estudo do entorno, a volumetria de 33m. Os dois lotes com frente para a Líbero Badaró, que ficaram definidos com um índice de aproveitamento 1,3 e volumetria 33. A Área 3 que está impactando na faixa de 60m, proveniente da Subunidade 2, frente Nilo Peçanha, ganha nessa faixa 60 a possibilidade de ter volumetria 52, com índice de aproveitamento 1,3. E no restante do triângulo, lá atrás, está dentro dessa Subunidade 5, que vai ser criada, que é a altura de 33m. A Área 4, que tem a parte que vai ser remembrada aqui na frente, tem o mesmo direito da área anteriormente explicada. A gente tem o direito de ter a faixa de 60m, proveniente da Subunidade 2, que está impactando na Av. Nilo Peçanha e na Av. João Wallig, e o restante do terreno também com altura de 33m. Todos esses regimes que estamos falando vão passar por um projeto de lei, que já foi aberto, a minuta está sendo desenvolvida pela equipe da Patrícia. O Processo SEI já foi aberto. Nós tínhamos uma área de invasão junto a esta área que faz frente para a João Wallig, com o impacto do prolongamento da Anita Garibaldi, estavam invadidas, o Clube PAC fez o contato direto com os invasores, custeou a realocação deles e hoje a área está liberada para início das obras. Este processo teve um termo de compromisso celebrado em fevereiro de 2018, onde o clube acordou com o município que faria a doação antecipada das áreas para fazer o prolongamento da Anita Garibaldi, que é de interesse do município há muitos anos, sendo que 20% das áreas destacadas serão doação, que equivale a 6.170,56. E o restante do impacto da Av. Anita Garibaldi, que é de 21.000m², o clube recebe como TPC coringa para ser utilizado em qualquer área da cidade. Este prolongamento da Anita Garibaldi é uma contrapartida do Iguatemi, que até o momento não foi executada por questões de desapropriação, que graças ao termo de compromisso e disponibilidade do clube em doar antecipadamente, ela vai poder ser executada. É isto, gente. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** METROPLAN, por favor. **Elisabeth Peter Bertoglio (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano – METROPLAN:** Boa noite. Hoje estou como marinheira de primeira viagem, estou inaugurando a participação, porque sou suplente da Fernanda. Vou diretamente ao ponto, em relação a este parcelamento da Melnick junto ao Country Club, em primeiro lugar, é uma situação bastante urgente na área que se encontra, em função de uma demanda de mobilidade, em função de empreendimentos de grande porte na região, também pela demanda das vias que cruzam ali. Vai corresponder, vamos dizer assim, temos uma expectativa em relação à situação, de que se resolva em função de “n” coisas. Eu acho importante sobre o ponto de vista de desenvolvimento da cidade que isto aconteça no momento. Eu acho que é isso. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Obrigado. O Iguatemi ao longo da história, e eu falava na pauta anterior que a Prefeitura de Porto Alegre por não ter recurso para fazer investimentos na cidade, ou não depender de financiamento, mas depende de contrapartida de empreendimento. Esta é a realidade. Não se faz obra com o recurso do

Tesouro porque não tem recurso. Muitos desses termos de compromisso demandam desapropriação por parte do município, ou seja, o Iguatemi é um caso. Eu me refiro na ampliação do Iguatemi. Quando se faz uma grande intervenção, projeto especial, a comissão competente define as contrapartidas, que é de alguma forma balizada em pecúlio. Para fazer o prolongamento da Anita o município assume o que lhe compete, que é a desapropriação. Isto vem de muitos anos, só que o município não tem dinheiro para desapropriar. Então, o empreendedor tem a obrigação de fazer a obra de Infraestrutura, mas como o município nunca desapropriou e não tem dinheiro para isso, o empreendedor acaba não fazendo o inclusive e a cidade perde. Isto é uma preocupação deste governo, estamos enfrentando esta situação. Este empreendimento viabiliza uma estrutura viária naquela região. Então, este malabarismo é que fazemos muitas vezes para resolver as questões. Bom, vou passar para vocês. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Em relação a este prolongamento da Anita, Newton Burmeister foi secretário no governo, não sei se o Olívio, nos primeiro anos do PT, já se falava nisso e a comunidade tinha essa intenção. Isto é bom que se faça. Eu só não entendi porque neste caso a Transferência do Potencial Construtivo é coringa. É assim, ela pode receber a área, mas como não tem dinheiro para pagar pode dar o direito de Transferência do Potencial Construtivo para o empreendimento aplicar no entorno. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Aparte. A desapropriação tem que ser em dinheiro, isto que é feito aqui é acordo. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Tá, o acordo. Então, é feito o acordo, a prefeitura transfere o direito de construir. Agora, isto significa que este potencial construtivo, este direito de construir que era deste terreno e do entorno, originariamente, o coringa quer dizer que pode ser transferido para qualquer ponto da cidade. A lei original diz que tem que ser para o entorno. Resumindo e concluindo, eu vejo que a empresa, ou melhor, o clube vai ter uma valorização também, porque vai haver um investimento público no sentido de abertura da Anita. Então, ela vai receber áreas que vai ter um baita investimento com a abertura da Anita, áreas que já foram valorizadas pelos investimentos que a prefeitura fez, Nilo Peçanha e etc. Em contrapartida ainda dá o direito de construir que pode ser transferido para qualquer parte da cidade, ou seja, aumenta o leque de negociação da empresa. Não estou falando do lucro da empresa, não é esta a bronca, mas porque isto no momento em que for utilizado sem critério... Não gosto de dizer, mas eu participei de um trabalho muito sério sobre as alturas em Porto Alegre, no momento em que isto for feito o próprio TPC perde interesse, porque estamos começando a colocar índice no mercado que as próprias empresas que hoje vão ser beneficiadas mais tarde não vão mais serem beneficiadas. Não sei se dá para entender a lógica disso. Eu não vejo porque este TPC coringa. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Assim, nós temos do outro lado da Nilo uma área de invasão e nenhum prédio ali recebeu da prefeitura, porque a prefeitura não coibiu aquela invasão. Agora tem zonas deflagradas ali. O índice coringa neste ponto é talvez o ponto mais caro da cidade. Então, se der este índice e a empresa colocar no Lami, não faz sentido, porque o ponto mais caro da cidade é ali naquela região. A questão de dinheiro é irrelevante pelo planejamento urbano, porque não se usa o índice coringa indiscriminadamente. O índice só pode ser aplicado onde é permitido. Este é um ponto importante. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só não entendi porque nesta situação em especial. Eu te entendi, o problema não é a mais valia, isto faz parte do jogo, em uma cidade, em um sistema. Eu não entendi a especialidade desta situação para ter o índice coringa, só isso. **Lívia Teresinha Salomão**

Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS: Eu tenho uma questão, vários empreendimentos, por exemplo, a ampliação do Shopping Iguatemi e a contrapartida da UNISINOS na frente do Anchieta, sempre requereram obras de ampliação relacionadas com a Anita. Então, não consigo entender como que isto retorna como uma questão de não ter dinheiro para mexer com a Anita. O Shopping Iguatemi não fez nada em relação a Anita e nem a UNISINOS. Então, eu gostaria de ter este esclarecimento. Outra questão, é para a colega da METROPLAN. Eu entendo que o teu parecer ficou bem completo, porque embora ela tenha feito a apresentação, eu acho que o parecer do conselheiro deveria ter uma apresentação, uma análise que passasse por uma visão crítica da coisa. Então, eu acho que a gente fica prejudicado na votação com este parecer, que ficou:"Eu concordo com o que ela apresentou". Desculpa, não estou te questionando, é que fica difícil para vermos este ponto de vista e votar em cima deste ponto de vista. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Fica difícil a gente impor o trabalho para os conselheiros, que deve apresentar deste jeito ou de outro. Cada conselheiro é livre para apresentar da forma que quiser. Nós temos situações de pessoas que são arquitetos, assim como temos lideres comunitários, também podemos ter pessoas que não sejam familiarizadas com o Power Point. Então, esta presidência não coaduna da ideia que tenha que obrigar, e isto está expresso no regimento, obrigar a forma de apresentação. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Eu acho que vem em boa hora este projeto para que a gente possa discutir algumas pendências na região e que são lindeiros com o Country Club. Nós temos duas ocupações ali, que é da Cosme Galvão, deve ter mais de 70 famílias. Temos o Arroio Areia, que nunca foi cuidado. Temos a ocupação da Frei Canecas, pelo lado em direção a Marechal Andrea. Na verdade, o Country Club muito pouco tem participado da região. Então, eu gostaria que o conselho, aqueles que puderem ajudar, podemos ir visitar o local. A região é propicia para a exploração imobiliária, ali é um lugar bom, mas o morador antigo que está lá nós não podemos desamparar. Nós precisamos melhorar aquelas moradias, a vielas que são lindeiras ali. Precisamos pensar nas creches, alguma coisa para atender as crianças. Então, gostaria de pedir a colaboração para que a gente possa visitar e conhecer. Depois vou pedir vista. Tem mais um empreendimento grande chegando ali, mas não sou contra a qualificação da região, até porque não somos nós que vamos impedir, é lógico. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu vejo assim, como é bom quando vem a discussão de empreendimento em uma área nobre da cidade. As exigências para esses empreendimentos muitas vezes... E o Secretário falou em menos valia. As ocupações ou invasões, como alguns gostam de chamar, elas caracterizam determinadas regiões da cidade e deveriam ter o mesmo olhar e cuidado. São seres humanos que moram ali e muitas vezes são a mão de obra dos empreendimentos. Então, a gente não pode desqualificar uma ocupação como algo nocivo para a cidade. Eu também vou pedir vista. Nós temos aquela área, e eu estudei no Anchieta quando fazia faculdade de Direito, era um mato só, é uma área que se desenvolveu. Ali tem uma série de nascentes, e houve um acidente uma vez ali na Nilo Peçanha, em virtude. Então, é importante ver o impacto ambiental que determinado empreendimento tem, porque o Country Clube tem uma característica, é um campo de golfe. Então, ele se beneficia de alguns aspectos para que seja um campo de golfe. Então, qual vai ser o impacto deste empreendimento na própria razão de ser do clube? Porque ele depende de algumas coisas para manter suas atividades ali como campo de golfe. Eu posso estar errado, não sou golfista... (Manifestação fora do microfone). Nem golpista! (Risos). Esta foi boa! Então, eu vejo assim, e vou na mesma linha do Adroaldo, a gente tem que potencializar contrapartida

que valorize a região como um todo, um olhar para a cidade integrado e não excludente. Este conselheiro da RGP. 1 não aceita mais exclusões nesta cidade, isto foi uma decisão do grupo que me colocou aqui e com os outros conselheiros. Nós temos uma visão de inclusão e não exclusão, todos têm que dar sua contrapartida, quem tem mais valia ou quem não tem valia alguma, ou a menos valia. Então, temos que ter um olhar igualitário. Obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Bom, sobre a questão do projeto, tenho que coadunar com o Conselheiro Hermes na questão do TPC em qualquer área. Eu acho que não pode haver esta ausência de limite, em que pese que uma questão de uma quadra e algum lugar não tenha mais potencial em aberto, a quadra ao lado terá. E além da questão que a gente começa, inclusive, como foi colocado na apresentação, nós temos um sistema de informações que não funciona no município. Aliás, nós não poderíamos estar aprovando nenhum projeto especial além daquilo que já foi previsto no plano diretor sem um sistema de informação que nos permita ter o vigor técnico para análise de critério de ampliação de índice neste município. A rigor, assim deveríamos agir. A questão da mobilidade dos impactos positivos de abertura de uma nova via, da extensão dela, versos o aumento populacional considerável, sem abertura de mais nenhuma via e todo o resto do perímetro do Country Club. Este impacto negativo eu não vi ser avaliado aqui e é necessária esta avaliação. Eu entendo que resta, com todo o respeito, prejudicada esta análise, esta votação, posto que ainda estamos sob a vigência do atual regimento, que no art. 11 determina que o parecer é por escrito. E o art. 18, § 1º, determina alguns aspectos fundamentais desse parecer por escrito. Então, se não é apresentado este parecer por escrito resta prejudicada a própria discussão. Quero ressaltar a importância deste formato que o regimento prevê para parecer, porque este é um conselho que reúne técnicos e não técnicos, ele reúne o saber do usuário, que traz um saber fundamental, que são os moradores de cada região da cidade, que trazem sua visão de conhecedor daquele lugar, que eu como técnico muitas vezes conheço de maneira muito superficial. Por outro lado, e por isso mesmo, o parecer deve estar muito bem instruído tecnicamente, para que este saber do usuário possa formar posição dentro deste conselho. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu gostaria, se pudesse colocar aquele slide que mostra a área da saída da Anita, seria importante. E a segunda questão, gostaria de saber quando foi protocolado este estudo de viabilidade. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu não consegui entender onde está a Anita, como liga a Anita nisso. Esta parte pontilhada, não existe terreno ali, né? (Manifestação fora do microfone, falas concomitantes). Ah, ali é o clube mesmo! **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** O que me preocupa são duas questões em relação a este prolongamento, primeiro é o aspecto mobilidade urbana, que o Rafael já lembrou. Eu não vi muito a discussão. O segundo é do ponto de vista de uma cidade extremamente insegura, em que eu vou criar uma passagem limítrofe com o campo de golfe. Certamente à noite vai ser bastante inseguro sem habitações que rodeiem. Essas são as questões em princípio. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu queria entender, porque pelo que eu entendi da apresentação é apenas um parcelamento de solo, onde vai gerar terrenos, que vão gerar empreendimento e para esses empreendimentos vai ter que ser feito EVUs, que vão acabar passado por aqui, aí sim esses empreendimentos vão ter contrapartidas, talvez vão passar pela CAUGE. Então, pelo que eu entendi não tem empreendimentos, vão gerar terrenos e por isso que não tem contrapartida social. E quando fala sobre o impacto viário, hoje em dia a gente vem pela Anita Garibaldi, depois os automóveis têm que se infiltrar por uma região residencial para

atingir a João Wallig para depois chegar no shopping ou na região do Parque Germânia. Então, hoje o impacto do trânsito ali é muito pior do que pegar uma via expressa que já ligue com a Túlio De Rose para sair lá adiante. Está gravado no plano diretor há muito tempo um binário, que é a Anita Garibaldi e outra rua que estão gravadas no plano diretor há muito tempo, que precisam sair. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** De fato, isto não é condomínio, é um parcelamento de solo, não é falando em número de habitantes, em prédio... **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Questão de Ordem. Resta prejudicado, como já falei, a análise deste processo sem um parecer por escrito. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** No momento oportuno. Todo mundo fez a manifestação e a palavra não voltou aqui ainda. Por favor. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Boa noite. Não vou entrar no mérito da questão de demanda de mobilidade da obra de estrutura viária, que embora me pareça pela argumentação das falas que me antecederam ser positiva, ao mesmo tempo também queria fazer uma manifestação positiva em relação ao que a Priscila apresentou, que é a forma como está sendo colocado ali, ocupando as cabeças de quadra, que de certa forma se relacionaria melhor com a cidade. Parece que em relação ao trânsito da demanda de mobilidade carece de números de maior amparo técnico, que se justificaria como um acordo que fosse bom para a coletividade. Então, nesse sentido eu fico em dúvida em relação à real importante para a cidade, não que a minha opinião seja restrita ao extremo de eu não mudar de ideia, mas me parece que faltam elementos para que eu tenha mais solidez para tomar esta decisão. Eu acho que indo ao encontro do que os outros conselheiros falaram, muito disso em função do próprio parecer não ter trazido esses elementos. É no parecer por escrito que temos a oportunidade de ter acesso às informações; ou seja, demonstra para nós aquilo que a gente não teve acesso ao processo propriamente dito. Então, nesse sentido, até porque o regimento diz que o parecer deve ser por escrito, mas mesmo que não fosse, ainda sim carece de maior elemento para eu votar a favor ou contra esse relato e não ao objeto em si. Este é um questionamento que eu faço, eu não sei se é o caso, Presidente, que a gente possa ver uma forma, até para não prejudicar a própria proposição neste sentido da apresentação de um parecer. Sobre o que foi colocado em si, fiquei com uma dúvida a partir da fala do Conselheiro Felisberto, aí faço a pergunta direto a Priscila, que ainda tem algum morador residindo nessas ocupações ou em alguma área que não está de fato nessa área a ser ocupada, mas que impeça o acesso por pessoas que lá residam. Certo? **Priscila Zamberlan, Melnick Even:** A área está toda liberada, porque o clube se prontificou a fazer esta doação antecipadamente. O termo até foi assinado antes do EVU ser aprovado. O clube fez prontamente o contato com os moradores e já foi feita a realocação e a área está pronta para que o Iguatemi possa iniciar as obras. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Este processo é complexo, teve uma série de questões. Eu solicito aquela imagem da planta, uma geral qualquer. Vou colaborar, mas não fui a relatora, só acompanhei aqui na comissão. Só para situar vocês. Este processo teve uma discussão, porque como é uma coisa simples, não necessariamente teria que vir para a CAUGE, só teve que vir porque como a área não tem regime, pesquisamos nos mapas, vimos que não tinha regime urbanístico. Então, achamos prudente tramitar na CAUGE, trazer ao conselho para que tivesse a legitimidade. Como é uma área que é uma ilha dentro da estrutura urbana, antes de qualquer análise tentamos prever se não teria novo traçado viária, se não teria que ter nova estruturação urbana. Até pensamos na possibilidade de traçado viário dentro do Country, até para adequar essas áreas, mas como

o Country existe hoje, está gravado no plano e vai continuar sendo, achamos que não, não podemos encaminhar esses traçados agora. A análise foi identificar e a partir desta análise não tem novo traçado viário. Como não temos índice cota, teríamos que ter uma lei complementar, que vai alterar o plano diretor, mas está dentro do plano diretor, é só um ajuste do entorno. Na verdade, um já respondeu a pergunta do outro aqui. O Hermes questionou o regime, a Transferência do Potencial Construtivo utilizando como coringa. Isto foi uma negociação do governo que tinha um grande interesse em resolver esta questão da Anita Garibaldi, porque vai resolver uma questão importante de trânsito para a cidade. Foi estimado uma economia de R$ 60 milhões do município só de recebermos esta área... (Manifestação fora do microfone). Não, nós fizemos uma consulta jurídica, porque ficamos em dúvida quanto a isso, mas assim, a doação não é sobre o todo, a doação é sobre as parcelinhas. Isto está no 149. Assim, é um destaque da área institucional e a doação é calculada sobre a área destacada. A área do Country está intacta, não existe doação sobre ela. Se eles parcelarem no futuro aí vamos cobrar. A PGM realisou parecer, a doação de área pública na parte da Anita e ainda teria um remanescente, que ficou acordado que seria TPC. Na discussão do coringa há duas coisas, quando foi feita a lei nós não tínhamos o MPC, hoje nós temos o controle por quarteirão. Ela é uma que desmembra em várias. Esta região é uma área bem problemática do ponto de vista de trânsito, tem vários empreendimentos pendurados, nem é culpa deles, mas por questões de desapropriações que o município não consegue fazer. Então, quando o município recebe uma oportunidade de poder desapropriar, vai aproveitar e vai receber a via, vai receber a obra do Iguatemi, que era uma pendência. Então, quando aquela área já está carregada de necessidade de complemento de Infraestrutura, achamos que não seria inadequado não obrigar ele a implantar ali. Ele poderia implantar em qualquer lugar. Não foi uma questão – por que não vou deixar que fique coringa se a própria região ele onde está nós estamos querendo fazer um negócio porque tem problema de infraestrutura? Este foi o raciocínio. **Rovana Reale (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Lívia, ali estão saindo muitos empreendimentos de impacto, que apontam como solução a execução da Anita no seu gravame. Nenhum empreendimento consegue com o seu impacto executar ela na sua integralidade. Isto foi sendo composto ao longo dos empreendimentos. Então, esta foi uma parte que o Maurício estava comentando sobre este acordo. O ideal era fazer um fundo para que cada um dos empreendimentos conseguisse ir contemplando pedacinhos da Anita, ou no fundo, ou parcialmente. Não é só nesta ponta que lá tem que ser desapropriada, mas ao longo de um vasto trecho, porque tem várias zonas de recuo de jardim que estão sendo desapropriadas ao longo dela. Então, é isso, para viabilizar na integralidade tem que ser uma composição de vários empreendimentos com seus impactos. (Manifestação fora do microfone). É que tem um decreto agora do comitê gestor que o município não desapropria mais, no momento em que vários empreendimentos ainda estavam valendo nesse ponto. E de uma hora para a outra surgiu este parecer impactando nisso. Então, várias obras ficaram penduradas nisto. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Só vou terminar de responder. O Felisberto e a questão das contrapartidas. Como esta é uma área difícil na questão da estruturação, nós previmos na minuta da lei que todos os empreendimentos quando forem analisados, independente do tamanho, que a gente vá fazer um estudo de viabilidade. Nós vamos ter este controle, caso precise vai entrar nos empreendimentos, não no desapropriamento, porque pela lei não tem este tipo de impacto, ele já pagou o impacto dele, que é a destinação de área pública. A questão do Rafael, quanto a abertura de vias, já respondi quando disse que fizemos análise urbana. A questão das contrapartidas também, colocamos na minuta da lei. **Luiz Antônio Marques Gomes**

(Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Presidente, Questão de Ordem. Eu acho que nós deveríamos ver a vista. A Região 6 quer vista também. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Questão de Ordem. A questão de vista só pode ser concedida após a apresentação do parecer inicial, por escrito e nos autos do processo. Consta dos autos do processo o parecer por escrito? Consta? Não é possível conceder vista. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Bom, vai um projeto de lei para a Câmara em função do índice. Conselheiro Hermes, a Procuradoria do Município entende que isso é possível e não vê nenhum problema nisso. Vai para a Câmara, claro, se não foi aprovado nós teremos outra realidade. Isto é um desmembramento, é um parcelamento, por isso não tem alguns estudos que no empreendimento desse condomínio teria. O que a Patrícia colocou, eu vejo como uma inovação, que já está gravado que aqueles espaços, os cantinhos, independente do que será objeto de intervenção, vai ter o EVU. Isto é um ponto importante. Em relação ao parecer, Conselheiro Rafael, este conselho em inúmeras vezes tem esta prática de fazer o parecer na hora, no momento e a gente reduz a termo. Quando a gente não entende que o parecer não foi dado e o conselheiro está aqui, nós podemos apontar isto. A apresentação feita por parte da empresa, que foi avalizada, endossada pela conselheira relatora, é uma apresentação que cumpre a finalidade do regimento. Eu até consultei o regimento, ela cumpre a finalidade, traz esclarecimentos, se não trouxesse as informações sequer teríamos um debate tão rico como tivemos, porque ficou muito bem compreendido. Então, entendemos que o processo está relatado sem problema algum. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Questão de Ordem. Eu divirjo de Vossa Presidência, na verdade, porque é bem claro o parágrafo único do art. 18 do Regimento Interno. Como eu sou nova no conselho costumo sempre ler o regimento. Às vezes eu vejo o regimento ser aplicado e em determinados momentos não é aplicado. Então, diz assim no parágrafo primeiro: “Na apresentação dos processos pelos relatores, estes deverão indicar as características, especificidades do objeto em pauta, mediante apresentação de histórico, análise da matéria e conclusão”. Eu não entendo que a apresentação do empreendedor se confunda com o parecer do relator. Eu me sinto insuficientemente apta a qualquer coisa com a manifestação que foi aqui apresentada. Então, evoco a aplicação do regimento. Eu entendo que deva ser reelaborado e apresentado novamente. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Com a palavra a relatora. **Elisabeth Peter Bertoglio (1ª Suplente), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano – METROPLAN:** Em princípio, acredito que as respostas vieram por conta dos conselheiros, começaram a aparecer e eu me abstive de responder. Bom, em primeiro lugar, ninguém melhor do que quem elaborou o projeto para apresentar. Segundo, eu sou arquiteta, acho que fica extremamente antiético eu apresentar um trabalho de outro profissional, sendo que ele tem a oportunidade de apresentar. Terceiro, eu acho que de alguma forma, por eu não ser a autora do projeto, poderia comprometer a apresentação, tanto de forma positiva ou negativa. Como sendo um parcelamento de solo, e eu trabalho no setor de parcelamento de solo urbano, por lei estadual o parcelamento deveria ter passado pela METROPLAN e não passou. É apenas um parcelamento, por enquanto não estamos em outra fase sem ser o desmembramento de área. Legalmente, digamos assim, ele atende e foi explicado pelas colegas que tiveram uma análise inicial, o que em uma semana eu teria algumas horas para ler aquele processo e que talvez ficasse bastante prejudicado, sendo que já foi exaustivamente analisado pela prefeitura. Com esta área o parcelamento deveria ter o termo de anuência prévia da METROPLAN, mas não teve. Isto não é um problema da prefeitura ou da empresa, é um problema do Registro de

Imóveis, que deveria exigir. Então, para mim fica constrangedor, porque de alguma forma isto deveria ter passado pelo setor e não passou, não houve um termo de anuência prévia antes a aprovação. Eu não me coloquei contra e nem a favor, eu acho que posso me abster e acho que não preciso influenciar os colegas com a minha opinião, também não gostaria. Eu acho que atende as leis do parcelamento de solo, tem as áreas de doação, tem a área remanescente, tem um enfoque para uma área extremamente conturbada, urbanisticamente, que poderíamos prolongar este assunto por várias reuniões, mas aí isto é burocracia e as coisas não andam em um ritmo de forma que a gente não possa resolver sem ter que retornar. Se realmente acharem que é necessária uma nova apresentação e que a relatora, no caso a METROPLAN, faça nova apresentação faremos, sem problema. Eu acho que não vai ser muito além, porque é um parcelamento, é simples, não tem construção por enquanto. Então, é o que se mostrou ali, não tem... Então, a área para os prolongamentos viários são aqueles, as doações estão sendo feitas, vai ter outras áreas desmembradas, mas são pontas de uma área toda. Então, legalmente, não tem nada que eu possa dizer que não está de acordo. No momento, neste momento não tem nada em desacordo, ele é simples. Quanto ao outro ponto, se foi exclusão, inclusão, se tem contrapartida, se tem problema de regularização fundiária, isto é outro assunto, é problema social, problema político, que não é o parcelamento, que é o que deve ser aprovado. Este é outro enfoque. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Quando o conselheiro está aqui e se manifesta, coloca a sua voz no processo, isto não pode ser ignorado. Não pode achar que um papel, que muitas vezes nem possa ser escrito pelo conselheiro. Daqui a pouco levo para o meu escritório e dou para o estagiário fazer o parecer. Ele não pode valer mais do que a pessoa que está aqui se manifestando. É este o apelo que eu faço em relação à finalidade dos atos e não o formalismo dos atos. Eu vou colocar a vocês de forma muito tranquila, o processo está relatado, o relator tem a total liberdade de relatar o processo cedendo o tempo para outro. Eu questiono os conselheiros antigos deste conselho se isto nunca foi feito, que me digam... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Presidente, o questionamento não é quanto ao escrito e formalizado nos autos, a questão é: existe um regramento específico da forma de apresentação, tem que ter um conteúdo mínimo para entendimento. Eu entendo as colocações da conselheira, mas a colega é arquiteta, eu não sou, eu não tenho conhecimento da área e as informações trazidas são insuficientes para eu compreender a matéria. As informações não foram trazidas no parecer e ele deve ser completo como dispõe aqui, tem que ter um histórico, um objeto, características. Eu me dou à liberdade de fazer isto por ser nova neste conselho. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, eu entendo a manifestação do Presidente no sentido de contemplar o parecer da METROPLAN. O que tínhamos nesses últimos anos, dois anos e meio que eu estou aqui, que todo o parecer do relator nós só levávamos à votação se estivesse escrito. Nós não éramos nem tão rigorosos quanto à formalidade escrita em lei, porque às vezes foge um pouco da habilidade do conselheiro de colocar aquilo de maneira tão acadêmica, tão formal e tal. É importante e fundamental por escrito e assinado, em condições de colocar em votação, assim era feito. Assim registrado poderíamos pedir vista. Eu acredito que tenhamos que ter o parecer por escrito, formalizado, não digo com aquele rigor que está nas nossas normas, mas tem que ser posicionado. E quero deixar uma coisa registrada com muita veemência, nós somos um conselho leigo, casualmente temos arquitetos, economistas, engenheiros, mas somos um conselho leigo, são conselheiros que se igualam pelo lugar que estão aqui, ou conquistaram, ou foram indicados, ninguém tem um peso maior ou menor, porque é um arquiteto urbanista, com especialização na

Inglaterra, ou um companheiro que vem de uma região, que de repente não completou nem o segundo grau. Então, não existe isto. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Qual seria a minha sugestão? Eu pediria para a senhora (Relatora) reduzir a termo o seu posicionamento livre sobre a matéria, aí o processo volta para a secretaria e a gente já encaminha para vista. Podemos tirar este encaminhamento? Quando estiver reduzido a termo, pode ser desta forma, Conselheira Relatora? (Manifestação fora do microfone). Então, ela junta o relatório por escrito com a apresentação, anexa, aí a secretaria executiva passa na sequência para os conselheiros que pediram vista. (Falas concomitantes). **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Mas só se pede vista após o parecer inicial. Com todo o respeito, e foi bom o esclarecimento do Conselheiro Gomes, que já exerceu a presidência na qualidade de vice-presidente no último ano, que tem tido o costume deste conselho. Realmente, é assim e quero reforçar enquanto arquiteto que nós vivemos aqui todos os projeto, os processos da prefeitura, passamos analisando o trabalho de outros colegas, de outros arquitetos. E aqui está o nosso conselheiro do CAU como testemunha, que isto não configura falta ética. Pelo amor de Deus! O que configura sim é estarmos discutindo um processo de votação e tudo que corre depois, inclusive pedido de vista. Não foi respondido nem ao questionamento do Sérgio Brum, qual foi a data deste processo. e este processo passou pelo Comitê Gestor de Projetos Urbanísticos Prioritários? Eu não entendo a urgência com que está se buscando aprovar sem o devido rito. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Conselheiro, nenhum rito deixará de ser cumprido. O processo continuará com a METROPLAN, quando ela juntar o parecer da forma escrita vai para quem está reservando o pedido de vista. É neste sentido, não há prejuízo para ninguém. **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Assim, estamos discutindo há mais de uma hora esta situação e está ficando cansativo. O presidente tem que encaminhar para votação, quem concordo com a proposta ou não. Não tem o que fazer, não vamos ficar discutindo a noite interia. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Presidente, uma proposta de conciliação. Não é falta de ética apresentar o trabalho de outro colega, falta de ética é apresentar um trabalho de outro dizendo que é teu. Assim, só para não ficar essas meias verdades... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** A proposta, por favor. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** É que fica o dito pelo não dito e passa a ser verdade. A Conselheira Relatora disse que é extremamente simples, mas na fala dela não entendi o posicionamento, se é a favor ou contra. Eu acho que ela pode se retirar, em 5 minutos faz o parecer... (Falas concomitantes). Mas isto era comum no conselho, fazer o parecer na hora, a mão mesmo, não tem problema. Eu concordo com o senhor, tem que valorizar a presença e o parecer por escrito, mas não precisa ser bonitinho. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Peço encarecidamente aos senhores a compreensão. O processo vai continuar com a METROPLAN, que quando juntar o parecer vai direto para a vista da região que requereu. Temos as regiões 1 , 2 e 6. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Presidente, também peço vista. Não é mais fácil ela trazer o parecer na próxima sessão e aí sim abrimos para vista? Senão ficamos com uma data e período incertos. Tem outra questão que não foi resolvida, que é a periodicidade de reuniões deste conselho. Então, não sabemos. Eu não sei se vai ser na próxima terça ou há 15 dias. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**

Meio Ambiente e da Sustentabilidade: Então, fica encaminhado desta forma, vista a ACESSO, regiões 1, 2 e 6. **PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO ÀS REGIÕES DE GESTÃO DE PLANEJAMENTO 1, 2, 6 E ACESSO APÓS SER DISPONIBILIZADO O PARECER POR ESCRITO PELA RELATORA.** Conselheira Claudete, assim, o conselho não funciona apenas nos dias das reuniões, existe uma estrutura administrativa que funciona permanentemente, que é a Secretaria Executiva, através da Aline e da Sabrina aqui. Então, a Secretaria Executiva está à disposição para este trabalho. Há um prazo regimental, porque se não for entregue nós temos que retirar a relatoria, que também não temos este costume porque respeitamos o relator. Então, encaminho desta forma por dois motivos, para não causar mais constrangimentos a própria relatora, porque nós temos que respeitar a colega aqui. Como o Gomes mencionou, nem todos têm o mesmo entendimento, mas todos estão aqui por um espírito público, dedicando seu tempo, enfim, tem um motivo para estarmos aqui e eu não quero obrigar a relatora a fazer nada. Então, vai vir por escrito, formal, o que não significa, necessariamente, formalidade. Assim que for entregue a Secretaria Executiva vai entregar para os conselheiros que registraram seu pedido de vista aqui. Apelo ao plenário que a gente encerre este ponto. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Peço *vênia* ao Presidente, porque eu não pedi para retirada do relator, muito pelo contrário... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Não, eu utilizei este termo porque a senhora avoca a extrema necessariamente de cumprimento do rigor do regimento e nós temos que fazer uma interpretação hermenêutica, trazendo bom senso no processo. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não podemos esquecer, Presidente, que esta questão de vista em secretaria a ACESSO já se sentiu prejudicada em outro momento, em que eu compareci duas vezes na secretaria e não consegui vista ao outro processo. Além disso, daqui a pouco podemos ficar prejudicados, ainda mais que são vários conselheiros que querem vista ao processo, é no tempo de vista. Daqui a pouco ela pode devolver amanhã ou depois, aí qual o tempo que vamos ter de vista conjunta? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** O tempo de vista não é inferior ao período regimental. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Qual é o período regimental? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** São 15 dias. Por exemplo, o item 3.02 da pauta está com a RGP. 1 faz algum tempo e nem por isso vamos tirar a relatoria. Nós temos o bom senso e este bom senso tem que vir dos dois lados. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, direito de resposta. (Risos). Para não ficar em branco e não ficar nos anais deste conselho. Eu tenho justificado porque não fiz o parecer, mas na próxima sessão estará feito, porque entendi a RGP. 1 que deveríamos ter primeiro as regras do jogo. Nós temos discutido a questão de decreto, que teve a liminar, que não foi tocado e nem tratado qual será a posição adotada. Então, é uma questão fundamental. Eu farei o parecer por escrito, conforme determina o regimento. Peço escusas por não entregado antes, porque as regras do jogo não estão definidas. E foi tirado pela região que eu não entregasse. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Obrigado. As regras do jogo estão postas, tem um decreto que vige parcialmente, uma liminar que eu nem fui intimado ainda, mas já estou cumprindo dentro do que eu registrei na reunião passada. É o regimento que está em vigor. Então, existe sim regra do jogo com a devida *vênia*. O 3.07 e 3.02 não estão aptos a serem analisados agora. **3.07. Expediente 002.302078.00.9. Interessado: Fundo de Investimento Imobiliário Phorbis. Assunto: EVU. Relator: RGP. 4. ADIADO.** Estou

fazendo de trás para frente, já que invertemos. Virando a folha, na primeira página, nós temos O **3.02. EXPEDIENTE 17.0.000027243-4. Interessado: Patrício Rodrigues Ferreira. Assunto: Resolução - Gravame de Traçado Viário e Cadastramento de Logradouro. Relator: RGP. 1. ADIADO**. Que também não está apto. Eu aproveito para colocar que já recebi duas emendas, uma emenda substitutiva e outra sobre um artigo específico. Um pela Sociedade de Economia e outro do DEMHAB. Ficam apregoadas as emendas. Tem mais uma emenda apregoada pela AREA. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, é referente às emendas ao regimento interno? Vou entregar a minha também. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Obrigado. O **3.01. EXPEDIENTE 18.0.000019571-1. Interessado: SMAMS. Assunto: Resolução - Desgravame Parcial de Área Verde. Relator: ABES/RS). Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu não tenho parecer por escrito porque estou em dúvida. Até como conversamos a pouco, nem todos são doutos na parte de planejamento urbano, muito menos em SEI. A UFRGS funciona com SEI e todo mundo diz: “Eu não sei como funciona o SEI”. Então, recebi da Aline o acesso ao SEI. Então, temos esta lista de documentos, onde vamos procurar o primeiro documento dia 05/03, um despacho. Está aberto ali: “Conforme parecer de diretriz 045/2017”. Só que o processo é de março de 2018. Então, tem que cuidar na introdução do SEI, nos desdobramentos do processo tu perdes a informação que está atrás e não tem como avaliar. Eu recebi que é um desgravame de área verde no parecer pré-encaminhado. Ele vem até pré-escrito para facilitar a vida da gente. Tem as plantas 1 e 2 e eu não consigo achar a diferença entre elas, porque geralmente planta 1 e 2 é com e sem desgravame, antes e depois. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu já achei. É um cantinho da praça. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Ali é a Sepé Tiaraju. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Aparte. Isto não pode acontecer, se o processo SEI foi gerado, por que dá diferença de data? Porque é feito um extrato do processo, aí gera outra data, não necessariamente tenha outra demanda. O processo é só para sair a resolução, por isso faz referência ao parecer antigo, mas não vem ao caso. Conselheiro, se quiser nos devolver este processo, porque a gente não acha que seja a forma que o conselheiro deva receber o processo. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu estou tranquilo porque tive 15 dias viajando, um curso fora, eu consegui esta semana, a Aline me deu acesso novamente, porque tinha vencido. Eu acho que para exercitarmos temos que ver se todos conselheiros tem a prática de trabalhar com o SEI. Não é fácil. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu também tive dificuldade. Eu vou relatar o meu, não tinha informação suficiente. Eu mandei um e-mail para a Aline, que me deu o e-mail da pessoa que fez um parecer, aí ela colocou no SEI o que estava faltando. Eu também não estava achando, parecia o Jogo dos 7 Erros, o 1 e o 2. Então, gente, eu acho que nós temos que sair atrás. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu estava viajando, não estou criticando a secretaria e nem a Aline, porque eu pedi para a Aline e em meia hora ela me deu uma nova senha. E nós já reclamamos na gestão passada. Então, é um desgravame da Praça 4323, localizada no quarteirão formado pela Rua Sepé Tiaraju, Rua Prof. Clemente Pinto, Rua Adão Gomes Peixoto e Diretriz 4324, inserido na MZ 4 UEU 22, Bairro Teresópolis, plantas 1 e 2.: “A Secretaria de Meio Ambiente se manifestou favorável ao desgravame da área verde incidente na (Inaudível),

localizado na Sepé Tiaraju, devido ao pequeno porte em formato em canto de 90º , ao qual é considerado adequado para a área da praça. Sendo assim o referido desgravame parcial da área verde, cadastrada na SMAMS sob o número 118. Atualizado o PDDUA e viabilizar o empreendimento Minha Casa Minha Vida a ser implantado na Sepé Tiaraju. A demanda tem origem na etapa de diretriz, conforme Parecer 045/2017". Então, este documento seria bom que tivesse vindo junto e faltam alguns mapas aí. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Primeiro ponto, até para esclarecer, porque não quero causar constrangimento para conselheiro, vocês têm visto a minha postura aqui. Isto está no processo e é tão pequena a alteração que o Campani com toda a sua experiência nem percebeu. É este cantinho aqui (Mostra no *slide*). Deve ter o metro quadrado. Sabe dizer? São 50m². E a SMAMS é muito rígida na questão das praças, a proteção dos espaços públicos e entendeu que aquela área, o ideal é que a praça tenha as quatro ruas na volta. Então, é aquele cantinho. Este é o mapa do empreendimento. Está aqui o empreendedor. **Darlan Bassoni, empreendedor:** Boa noite. Só para colaborar com o entendimento do que estamos propondo. Trata-se de um empreendimento aprovado já pela CADAP, um empreendimento de 80 unidades. Consta na matrícula a incidência daquele pequeno bico que foi relatado agora. É em torno de 50m², que parte incide naquele terreno. É uma área tão pouco significante ao todo que foi aprovado este desgravame, vindo para o conselho. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu já estou escrevendo o parecer favorável ao desgravame. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Apregoo a emenda 04 ao regimento do conselho. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** O nosso papel enquanto relator é colocar ali se concorda ou não concorda. Concordamos. Com a análise dos dados e localização do imóvel, sou favorável ao desgravame. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Podemos votar por aclamação? Então, quem não aprova se manifeste. Aprovado por unanimidade. Muito obrigado. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER DO RELATOR FAVORÁVEL AO DESGRAVAME PARCIAL DE ÁREA VERDE**. A Conselheira Claudete, por favor. **3.03. EXPEDIENTE 17.0.000009136-7. Interessado: SPU-SMURB. Assunto: Resolução - Alteração de Traçado Viário e Cadastramento de Logradouro. Relator: ACESSO CDH. Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Vou fazer uma proposta que eu acho que facilitaria muito o fluxo da informação aqui dentro, o que não tivemos desde o primeiro momento, e eu entendo como essencial, é saber os procedimentos e o fluxograma do que acontece neste conselho. Eu tenho tentado passar algumas perguntas para a Aline para suprir algumas necessidades, mas vejo que se os mais antigos têm dúvidas, imaginem os mais novos que estão chegando agora. Então, Presidente, sugiro que seja feita uma sessão para nos explicar todos os procedimentos de entrada, fluxo, como se processa dentro deste conselho. Eu vou ler o expediente, não chamo de processo administrativo. Então, eu fiz um pequeno relato: "Versa o respectivo expediente administrativo sobre pedido efetuado em 09/02/2007 pelo Núcleo de Inspeção Gráfica, objetivando a adequação do plano diretor à realidade fática consolidada do traçado viário e cadastramento da Rua Gloriosa". Esta rua está inserida na Macrozona 04, UEU 012, no Bairro Agronomia, fica entre a Rua Esplendida e a Rua Encantadora. Depois eu acho que a Aline pode colocar a localização ali. Esta rua necessita de uma revisão do prolongamento, foi o pedido. Tendo em vista que a divisão territorial estaria em desacordo com a implantação no local, bem, como os dados da secretaria. Para tanto, impôs-se a necessidade do desgravame do traçado viário de Diretriz 3753 e de uma escadaria, Diretriz

3754, e respectivos com destaque. Então, observando que a Rua Gloriosa está implantada com características de ruas em toda a extensão, como pode se observas nas imagens, com pista asfaltada, meio fio definido, não existindo com destaque e nem escadaria na rua, opino pela aprovação da resolução. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Parabéns, melhor que a maioria dos arquitetos que eu conheço. (Risos). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Obrigado. Perdoem o trocadilho, mas foi uma apresentação gloriosa. (Risos). Então, vamos encaminhar por aclamação. Quem for contrário, por favor, que se manifeste. Então, Aprovado por unanimidade. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER DA RELATORA FAVORÁVEL À RESOLUÇÃO. 3.04. EXPEDIENTE 16.0.000040925-5. Interessado: SMS. Assunto: Resolução – Gravame de Traçado Viário e Cadastramento de Logradouro. Relator: RGP. 2. Encaminhamentos: Vista à RGP. 5 e 6, em 14/08/2018.** O 3.04 já foi relatado, teve vista, foi devolvido, está pronto para votar. Eu encaminho por aclamação, se ninguém quiser mais nenhuma explicação. Não quero que ninguém vote com dúvida. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, o relato de vista. Só para cumprir a formalidade. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Então, relato de vista. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Concordo com o relator. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Então, encaminho à votação por aclamação. Quem for contrário se manifeste. Aprovado por unanimidade. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER DO RELATOR FAVORÁVEL À RESOLUÇÃO.** O **3.05. EXPEDIENTE 17.0.000094703-2. Interessado: SMURB-SDU. Assunto: Resolução – Inclusão de Traçado Viário. Relator: GP. Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), Gabinete do Prefeito – GP:** Boa noite. É na Edgar Pires de castro e Diretriz 7093, com gabarito de 15 metros inseridos na MZ 07, UEU 14, Bairro Hípica, conforme plantas anexadas ao processo, plantas 1 e 2 para mostrar a inclusão. “Trata-se de requerimento aportado pela SMURB, sendo gerado o processo SEI em 14/11/2017. O processo foi instruído e veio ao conselho em 25/07/2018, com distribuição ao conselheiro representante do GP. A demanda tem origem em despacho da Unidade de Planejamento Viário, em fase de solicitação da Coordenação de Vistorias para a verificação do atendimento dos recuos previstos para o empreendimento Loteamento Campo Belo, aprovado em 15/12/2011 e licenciado em 06/12/2012, que tramitou sob o nº EU-002329995003. No Documento 2901212 consta informação da Arquiteta Ana Paula Franco Domingues, matrícula 4831422, com a seguinte mensagem: *A fim de complementação, informamos que se trata de imóvel com origem no Loteamento Campo Belo, aprovado em 15/02/2011 e licenciado em 06/12/2012 pelo município, que tramitou no UEU nº 002319995003. Neste processo já consta demonstrado o traçado viário da Diretriz 7092, com gabarito de 15 metros e alinhamento no limite sul da Matricula nº 1030063 da 3ª Zona do Registro de Imóveis.* No processo consta o Parecer 078/2015 da CADAP, cujo conteúdo é a aprovação do EVU de edificação para empreendimento Minha Casa Minha Vida e condiciona o Habite-se à Diretriz 7091 e 7094, bem como de quitação das obrigações constantes no termo de compromisso, sendo a interessada a Construtora Tenda SA. Consta também no processo o Parecer 132/2015 da CADAP, Documento nº 2901431, cujo conteúdo é a aprovação e licenciamento do projeto arquitetônico, ficando gravada a mensagem de que o Habite-se fica condicionado aos termo do compromisso, bem como apresentação da matrícula da área da SMS em nome do município...”. (Segue leitura de todo processo, disponibilizado na Secretaria Executiva). E pelo exposto eu voto favorável à resolução. Vou explicar: aqui é a inclusão do traçado e

aqui o loteamento. É ao lado do loteamento, na planta 1, na planta 2 é a inclusão do traçado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Todos enxergaram? Aqui é com o traçado, aqui é sem o traçado. Só gravame. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Essa região faz parte da RGP. 6, onde foram feitas construções, parte na década de 90 e de 2000 para cá de forma irregular, antes disso de maneira não organizada. Ou seja, o crescimento chegou antes da possibilidade de estabelecer um traçado viário e pensar a cidade como um todo nesse trecho da região. Então, há uma serie de conflitos, de incongruências, de arruamentos que não se conectam. É muito comum desde o início da Juca Batista até o limite da Restinga, ou mesmo Belém Novo, diversas ruas que não se conectam, ora por interesses, ora por desorganização que se desenvolveu de maneira descontrolada, ora pelos próprios empreendedores que não têm esta conexão quando for um empreendimento que tenha que ter um padrão que não seja à altura daquele que está se colocando de maneira limítrofe. Nessa perspectiva eu faço uma pergunta, de que forma este traçado está conectado e facilita nesse sentido este desejo da comunidade local, que tenha maior interface em relação aos diferentes loteamentos que ali se concretizam? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Nós temos um procedimento, todos empreendimentos com área acima de 3.000m² são submetidos à consulta de traçado viário. Então, embora não pareça para vocês, a gente tem esta definição da estruturação urbana nessas áreas, até para não acontecer este tipo de problema. Então, vamos encaminhando conforme a demanda, a gente só não encaminha porque, eventualmente, pode acontecer alguma coisa diferente. Então, temos gravado, é de praxe. Nós temos este controle. **Rovana Reale (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Só para complementar. Esta é uma preocupação da EPTC também, eu sou representante da CADAP há 6 anos e nos preocupa muito este adensamento na zona sul sem estruturação viária. Este foi um caso que nós finalizamos o quarteirão como um todo e sugerimos á SMURB que fizesse o gravame dessas vias, inclusive, conectando com os empreendimentos que estavam saindo ao longo deste quarteirão. Então, todo o sistema viário foi pensado em conjunto com a SMURB para justamente dar uma mobilidade para a região. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Mais alguma colocação? Então, vou colocar em votação por aclamação. Quem for contrário, por favor, que se manifeste. Então, Aprovado por unanimidade. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER DO RELATOR FAVORÁVEL À RESOLUÇÃO.** O 3.06 é com a AREA. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Antes, posso fazer uma comunicação? O curso de planejamento urbano que montamos na universidade vai acontecer neste sábado, na Faculdade de Arquitetura, a partir das 9 horas. Vamos ter dois arquitetos falando, o André Huyer, falando sobre o estatuto da cidade, e o Carlos Gadisson falando sobre o estatuto da metrópole. Estão todos convidados. **3.06. EXPEDIENTE 18.0.000041184-8. Interessado: Jayro Amorim. Assunto: Resolução – Desgravame de Traçado Viário. Relator: ÁREA. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Assim, para entender o que eu vou falar, também é a retirada de um traçado viário, é este terreno, em Ipanema. É um desgravame de traçado viário da Rua Romildo Bolzan com a Cristiano Kraemer e Rua Dr. Lauro Miguel Sturm, inserido na MZ 5, UEU 28, Bairro Aberta dos Morros e Bairro Campo Novo, conforme as plantas em anexo. A justificativa é o seguinte: “O referido desgravame de traçado viário da Rua Romildo Bolzan visa atualizar o PPDU e viabilizar o empreendimento Minha Casa Minha Vida a ser implantado na Cristiano Kraemer”. Eu também tive um pouco de

dificuldade de achar a rua, mas aqui vocês estão vendo a imagem que eu tinha posto antes. Aqui está a rótula, aqui é o terreno, aqui o gravame. Houve uma regularização, fizeram esta rua. O que acontece? Essas áreas já estão também baseadas no mesmo parecer, este da Fazenda, que não tem verba para fazer essas desapropriações. Então, eles não conseguem viabilizar este gravame aqui. Também solicita permanência de algumas habitações, para não ter que ir para a parte da vegetação existente, que com o desgravame pode utilizar esta zona. Então, aqui é a resolução sem o gravame, este transversal. Era isto aí. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A Região 6 pede vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu vou acompanhar a vista, a Região 1 também pede vista. Obrigado. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Quando um conselheiro pede vista se encerra a discussão? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Pode se manifestar, não tem nenhum problema. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Parece que este processo é ao contrário do anterior. Esta região, é uma estrada que começa no Bairro Vila Nova e se estende até a Juca Batista, que passa ali embaixo. O pessoal que era proprietário ao longo dos anos foi abrindo, botando uma rua, vendendo lotes de maneira irregular, enfim, assim se deu mais de (Inaudível) de ocupação na região. É um caso diferente do anterior. Tem uma rua que conecta a parte superior da Cristiano Kraemer e se estenderia até a rua debaixo, que originalmente também foi uma ocupação irregular, tendo em vista a própria maneira como está organizada. São poucos lotes que seriam necessários desapropriar, talvez um ou dois em cima e um ou dois embaixo, para este gravame pode continuar existindo. Então, existe uma tendência minha natural... A região carece de ruas transversais e não todas, cada terreno tem uma relação com a faixa e não se intercomunicam internamente, não sendo possível a criação de quarteirão na região. Não neste sentido eu vou votar contra essa ausência de gravame. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Conselheiro Saffer, eu sei que está ali no relatório, mas vir para a plenária porque a prefeitura não tem dinheiro para fazer, a prefeitura não vai ter, mas alguém vai precisar algum dia de uma ambulância, de um carro de bombeiros, alguém vai precisar de circulação de emergência na região. Então, tirar gravames sempre tem que ser uma preocupação. Não é tão fácil se não temos esta visão. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** nosso pedido de desgravame é a parte norte ali. Agora, não havendo continuidade ao sul fica uma rua local. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu acho que a justificativa da equipe não ficou a mais adequada, mas o que a gente olha ali? Há a questão do terreno, há questões de bens ambientais. Na verdade, não é a justificativa que está encaminhada ali, dentro do processo tem as questões de bens ambientais a serem preservados. Segundo, se vocês forem olhar esta área, no plano diretor nós temos esta prerrogativa de análise quando tem essas questões ambientais envolvidas. Aqui é o Morro Tapera, justo ao lado tem gravame de APAM, tem área de APP, uma série de comprometimentos ambientas que dificulta esta questão da estruturação viária. Então, na verdade, para nós o fato de ter essas questões, ele não vai se conectar com nada. Então, quer dizer, por que eu vou tirar essas pessoas daí? Ah, porque eu tenho que ter uma rua que não vai... Entendem? Os bens ambientais nos permitem fazer esta análise, está previsto no plano diretor. É isto. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Então, foi pedido vista pela RGP. 1 e 6. **PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO À RGP. 1 e 6.** Encerramos a Ordem do

Dia. **ITEM 4: Recebimento das emendas ao Regimento (Votação a partir da reunião ordinária do dia 04/09/2018).** Já recebemos emendas ao regimento. **ITEM 5: Comunicações**. Alguém quer se manifestar? **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Dia 23, à noite, no auditório do SENGE, a Associação dos Técnicos de Nível Superior da Prefeitura estará promovendo palestras dentro de um minisseminário a partir das 19 horas, que se chama – *A Realidade das Finanças e da Previdência da Prefeitura de Porto Alegre*. Convido a todos, é aberto ao público, as inscrições são gratuitas no local e no horário. É às 19 horas. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Presidente, como vai se processar a questão do regimento? Na verdade, não temos uma forma de procedimento e encaminhamento. Temos uma apresentação de emendas e votação já na próxima sessão, mas nem sei quando será a próxima sessão. As emendas, vamos discutir? Depois não poderá ser aditado, complementado? Não entendi qual o procedimento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** As sessões são quinzenais, podendo haver sessões extraordinárias a qualquer momento. Em relação ao regimento, vieram 4 emendas, com 2 substitutivos. O que vamos apresentar a vocês é uma forma onde o debate vai ser irrestrito, para termos uma condução que ninguém se sinta prejudicado. Com os substitutivos vamos ter que fazer uma análise mais aprofundada das propostas, mas vamos sistematizar, todas as proposta serão votadas pelo plenário. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Então, quando entrarmos em discussão não poderemos alterar o que foi colocado? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Não, as propostas de emenda eram até hoje. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu não concordo, porque isto não foi deliberado, é uma questão prejudicial, porque antes de eu entender como funciona todo o processo do próprio conselho, como vou estabelecer o próprio regimento que regra ele? Eu me sinto desconfortável, porque eu não entendo como é feita esta pauta, porque o regimento diz que a pauta devera ser feita em comum acordo com os conselheiros, eu recebo a pauta sempre pronta. Parece que os conselheiros não estão sendo ouvidos dentro desta casa. Eu lembro de algumas manifestações de termos que criar uma comissão, uma tripartite, relatoria, um calendário, mas aí recebo uma nova pauta que não se apresentou nada e na próxima já vamos votar. Ela fere os princípios da democracia que devem reger os próprios conselhos. Eu quero ouvir e discutir, não pode ser assim, não é por aí. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Conselheira, todas, absolutamente todas as propostas de pautas foram acolhidas. Tivemos o plano diretor com a Ada, a pauta de hoje pelo João Marcelo também foi proposta por conselheiros. Participação significa ordenação. A sessão passada, há 15 dias, foi definida a data para apresentação de emendas, foi prorrogado para esta reunião. Se não for uma data final não haverá nunca o término e votação. E isto funciona assim no mundo inteiro, em qualquer aprovação de qualquer regra do jogo. Então, estamos muito tranquilos neste ponto, respeitamos o posicionamento, mas as oportunidades são dadas. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Bom, na ata da sessão passada não consta nada e eu considero, inclusive, a sessão passada uma questão prejudicial, porque foi feito um pedido por 50% dos conselheiros desta casa, que foi ignorado, que não versava apenas sobre a questão de uma limitar, que versava também sobre o... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Eu me refiro à ordinária. Desculpa falar em cima da sua fala, mas é só por uma Questão de Ordem. **Claudete Aires Simas (Titular),**

Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Mesmo assim, não posso deixar de me manifestar sobre a reunião extraordinária, que é o mesmo caso que acontece agora, o posicionamento dos conselheiros, 50% dos conselheiros, não foi observado. E agora eu me sinto prejudicada, porque as emendas vão ser propostas e não vão ser discutidas e avaliadas; ou seja, vamos deixar de aperfeiçoar a própria questão do conselho. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** As emendas, todas serão discutidas. E a sua fala de que não constou, que não poderia, ela não vem ao encontro do rito do conselho. Eu respeito teu posicionamento, Claudete, o não concordar faz parte do processo democrático e está, respeitosamente, registrado o seu posicionamento. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Quero solicitar, com base no conteúdo da liminar, onde demanda que as extraordinárias sejam decididas pelo conjunto do conselho, propor uma reunião extraordinária na próxima semana. Também, já com uma proposição de pauta, que é tratar da metodologia de votação e análise do regimento, com base nessas propostas e de que forma vão ser colocadas em votação. Em nenhum momento foi colocado em debate para a votação de que forma, calendário, etc. e etc. Não temos nem calendário, nós definimos um calendário de pautas, que dentro dele deve estar a questão do regimento, não é vir como comunicação. A comunicação está vindo só de um lado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu também proponho uma reunião extraordinária. Eu vejo que a proposta feita pela PGM foi falha, porque não apresentou o papel dos fóruns regionais de planejamento e nem o papel dos delegados. O nosso regimento ainda tem falhas e vai continuar. Então, é fundamental termos uma sessão somente para a discussão do regimento. Em uma reunião eu propus que fosse tirada uma comissão para construirmos e sistematizarmos o recebimento dessas propostas. Aí faço coro à fala da Claudete, que não fomos ouvidos. Nós estamos tendo problema de funcionamento, Secretário. Isto causa problemas aqui, é uma preocupação minha. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu acho que é uma boa proposta de tratarmos em uma reunião extraordinária, também o que sugiro é que essas propostas apresentadas sejam distribuídas, porque a pior coisa é receber uma proposta alternativa de regimento, tomar conhecimento na hora, aí vamos ficar uma semana discutindo. Nós podemos encaminhar nossa proposta por email. Seria bom distribuir todas as propostas antes, também fazer um grupo que apresentasse uma proposta ou análise global. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Esta reunião extraordinária para a semana que vem, pela complexidade dos trabalhos, não sei se vai ser produtiva. Tem um peso ali, e é bom, tem energia ali nos substitutivos. A colocação do Conselheiro Hermes é pertinente, a Aline vai distribuir para todo mundo as 4 emendas, 2 substitutivos. Também não podemos trazer todo mundo para uma reunião extraordinária e não termos um plano bem definido, senão é jogar fora o nosso tempo. (Manifestações fora do microfone e conversas concomitantes). Eu sempre falo, a cidade nos pauta, os processos que entram, nenhum é escolhido por alguém aqui dentro, a cidade anda, a gente querendo ou não. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Peço *vênia*, Presidente. Concordo que temos a pauta da cidade, mas o que está faltando é a pauta colocada pelo próprio conselho, das atribuições e definições, o funcionamento. É necessário entender como é o funcionamento e a estrutura. Por exemplo, estamos com o conselho andando em uma nova gestão e não temos ainda o vice-presidente, nem sabemos como será escolhido, porque estamos mudando o regimento. Ele vai escolhido neste ou no anterior? Eu sugeri uma apresentação de como funciona a estrutura deste conselho, após isto discutir ponto a ponto

as propostas do regimento, podem sim ser acrescidas. Não vejo porque limitar. Qual o benefício do conselho limitar? Não consigo entender. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu entendo que se nós partirmos para uma discussão de conteúdo sem que estejamos com as regras de como vamos debater bem claras, nós podemos, inclusive, ter problemas no debate do conteúdo. Nós precisamos acordar isto antes para evitar que no conteúdo vire casuísmo algumas regras. É neste sentido. **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Eu, o Felisberto e o Adroaldo temos um exemplo no Orçamento Participativo, na discussão da alteração do regimento interno. Tem um prazo para a apresentação de propostas, isto já foi colocado aqui dentro do conselho. então, as propostas que serão analisadas são as que foram apresentadas, até porque venceu o prazo para apresentação de emendas. Se nós adotarmos que vai ter alguma alteração na discussão do conselho, aí vai virar uma bagunça. Desculpa eu dizer, porque aí eu não tenho nenhuma proposta apresentada e vou querer fazer emenda em cima de uma discussão. Aí vai ser difícil. Sou de acordo de termos uma pauta para discussão das emendas apresentadas. Não estou defendendo ninguém aqui, apenas colocando uma visão de organização. Hoje mesmo, ficamos discutindo uma hora e meia um processo simples, que era só pedir vista, trazer na próxima reunião e votar sim ou não. Está se tornando cansativo. Eu estou me colocando como conselheiro antigo, estão cansativas as reuniões e eu não quero que aconteça isso, porque daqui a pouco as pessoas vão embora. Agora mesmo, daqui a pouco não vai ter quorum, porque as pessoas se cansam de ficarem aqui escutando as mesmas coisas. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Essas falas reiteradas sobre a melhor forma de chegarmos a um entendimento, uma metodologia, são reiteradas, porque é uma voz que está se colocando à disposição para debater e não está tendo um retorno talvez à altura da expectativa. Emerson, tu estás de acordo com a metodologia, mas ela não foi votada de que em tal data seria um limite. Então, é isso, é discutir a forma, ter o melhor entendimento possível. Então, insistentemente as questões vêm para vermos uma forma saudável e evitar entrarmos em conflito ali na frente. Seria a melhor forma, discutir a forma para depois entrarmos no conteúdo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Assim, eu tenho repetido, porque parece que não fica claro, o objetivo não é impedir discussão, nunca, nunca. O que eu coloco é assim, as coisas têm um prazo para acontecer, senão não termina nunca. A apresentação para emendas já foi feita, inclusive, prorrogada. Quando tu colocas de ajustes e novas emendas, não entendo se está falando de mudar algo que já foi apresentado ou ajustes de conciliação, porque a inovação tem limites sérios, tem que ser feito por alteração no regimento, algo assim. Ajustes eu não vejo problema, mas quando fala em durante a discussão apresentar novas emendas, aí eu vejo restrições, sobpena de não terminar nunca, é o que disse o Emerson. Não é atropelar processo, então, que na reunião que vem a gente não paute o regimento para que tenhamos todo o tempo necessário para assimilar o conteúdo, o que for proposto. Podemos falar de regimento, mas que não seja a proposta inicial de discutir e iniciar a votação, para dar um pouco de tranquilidade a vocês. Eu quero justamente tirar esta preocupação de vocês, não tenho o objetivo de atropelar nada, mas tenho o objetivo de fazer este conselho caminhar e não ficar girando. Proponho desta forma e aí a gente encaminha para o término desta reunião. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** A proposta, então, seria pegar o regimento em vigor, a proposta que a prefeitura colocou, colocar todas as outras emendas apresentadas. Eu estou propondo uma metodologia. Entendeu? Pega a proposta original, coloca as emendas de cada um e

vamos lendo todo em conjunto. Aí vamos debatendo e questionando. Por exemplo, eu tenho ali uma dúvida, acho que nem é proposta, justamente por não termos este momento de debate. Então, é a minha proposta. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É que o regimento feito pela PGM tem alguns problemas que nós detectamos, por isso foi feito pelo pessoal do Sindicato dos Engenheiros, que fez uma análise e fez a proposta. E nós trabalhamos em cima de um regimento que tinha sido apresentado, baseado no decreto que havia, só que o decreto foi questionado. Então, no momento em que tem o questionamento do decreto nós estamos ainda, na minha interpretação, no decreto anterior e não no novo. Alguns pontos do decreto novo foram questionados e dada a liminar. Então, nós temos problemas quanto ao nosso regimento. O que está valando, na minha opinião, é o regimento anterior. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** A leitura que a gente faz da prefeitura não é este tudo ou nada, o decreto está *sub judice* em três pontos, que ficam pendentes. Então, nós temos um regimento em vigor, temos um decreto em vigor, que deve ser interpretado em conjunto com a decisão judicial. O que muda é sobre o horário, a suplência da presidência que está fora e que além do presidente o plenário pode convocar extraordinária. É isto. Não vamos dizer que nada vale ou tudo vale. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu não vejo empecilho que não seja tratado na próxima reunião o conteúdo do regimento, até para que a gente possa ler e pensar. O que sugiro é que a gente discuta na próxima a metodologia. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Eu peço que vocês não fiquem preocupados de que serão obrigados a votar na próxima reunião, se tivermos pontos a esclarecer vamos esclarecer. Quando o Campani disse que não tinha os dados no processo eu me preocupei, porque eu não posso permitir que vocês sejam expostos, assim como me preocupei com a Conselheira da METROPLAN. Nós não podemos expor os conselheiros desta forma, porque causa um constrangimento que temos que evitar. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** E por que não deixamos como foi pedido antes, que uma comissão faça esta compilação, apresente e a gente estipula uma metodologia? Não considero que haja inovação porque eu não conheço nada do que foi colocado. Não vejo porque a limitação de não poder fazer acréscimos durante a discussão para melhorarmos este conselho. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Comissão eu vejo como excludente. No momento que a gente diz que três vão decidir sobre todos, é um processo excludente. A proposta inicial sempre foi pautar isto em plenário. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** O que o Presidente pensa como excludente eu penso como participação. Os membros do conselho é que fazem e não a secretaria. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** A gente não faz, não impõe, a gente coloca para que o conselho decida. É muito simples. Então, a gente traz todas as propostas e todos vão poder se manifestar. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** São 22h10min, é cansativo, é exaustivo. Concordo com as posições colocadas. Já que não podemos ter uma reunião na próxima terça-feira, porque foi colocado e o senhor disse que não seria conveniente... (Falas concomitantes). Outra proposta, vamos fazer a nossa reunião na outra semana com pauta normal e na outra terça-feira,ou seja, um mês, tenhamos uma pauta só para a metodologia de discussão do regimento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**

Sustentabilidade: Vamos liberar a Patrícia e continuamos discutindo. Tá, Patrícia. Muito obrigado. **ITEM 6: Término (Às 22h15min).**

O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.

_____	_____
Maurício Fernandes	**Aline Brum de Lima**
Presidente	*Secretária Executiva*
	Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia 04/09/2018, com retificações:

Linha 03: "Assembleia Extraordinária". Retificar para "Assembleia Ordinária";

Linha 47: "Então, fica o registro aqui, é um conselheiro muito qualquer atuante no CMDUA". Retirar "qualquer".

Linha 236: "A SMDE é parte importante, porque tem este olhar do muito enquanto licenciador". Retificar "muito" por "município";

Linha 406: "Quando o Maester foi secretário no governo". Corrigir o nome, o correto: Newton Burmeister.

ATA ORDINÁRIA Nº 2775/2018

Aos quatro dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; e Alexandre Cavagni (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; e Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Geisa Tamara Bugs (1ª Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Laura Elisa Machado (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**: Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Kelly Ramos da Silva (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**.. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2774; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h40min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Muito boa noite. Sejam bem-vindos a mais uma reunião ordinária do Conselho. Nós temos como primeiro ponto de pauta o **ITEM 2.: Votação da Ata 2774**. Já acenamos o recebimento futuro de observações, são erros de digitação. Então, já fica registrado que vai constar, como é de praxe, todas as observações ao final da ata. Então, se os senhores também observaram algumas questões de digitação, saibam que conselheiros já nos avisaram e isto vai ser devidamente registrado para fins de observação. Pergunto se no mérito da ata, em termos específicos de discussão, alguém

tem alguma observação a fazer? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu observei da ata que nós começamos a Ata Ordinária 2774 dizendo que tínhamos uma assembleia extraordinária. Isto não é correto. Imagino que tenham sugerido a correção deste item, porque não se tratava de uma assembleia extraordinária, é uma reunião ordinária. Ao final da primeira folha tinha uma referência sobre o Conselheiro Paulo Jorge. Tem uma frase um pouco desconexa, aparece: "Então, fica o registro aqui, é um conselheiro muito atuante qualquer no CMDUA". Então, tem que corrigir. Na folha 5 também tem algumas questões. A principal eu creio que seja na linha 236: "A SMDE é parte importante, porque tem este olhar do muito enquanto licenciador". Tem um probleminha, deve ser "município". Minhas observações eram estas. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu tenho só uma, as outras são correções pequenas de digitação. Só uma é importante, na linha 406, quando eu falo no Secretário Newton Burmeister, saiu "Maester". **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É importante, principalmente, que cada conselheiro olhe as SUS falas, aí ficam registradas suas falas, como o Conselheiro Hermes que pegou a sua fala. Isto é muito importante. Então, as observações:

Linha 03: "Assembleia Extraordinária". Retificar para "Reunião Ordinária";

Linha 47: "Então, fica o registro aqui, é um conselheiro muito atuante qualquer no CMDUA". Retirar "qualquer".

Linha 236: "A SMDE é parte importante, porque tem este olhar do muito enquanto licenciador". Retificar "muito" por "município";

Linha 406: "Quando o Maester foi secretário no governo". Corrigir o nome, o correto: Newton Burmeister.

Além de outras correções de digitação, que o Conselheiro Hermes já alertou e identificamos aqui. Com estas observações, encaminho para votação a ata. Quem é favorável à aprovação da ata permaneça como está. Então, aprova a ata. **APROVADA POR UNANIMIDADE A ATA 2774, DE 21/08/2018**. O **ITEM 3.: Ordem do dia**. O Conselheiro da Região de Planejamento 01 tem algum representante aqui? Então, vamos inverter, na expectativa que algum Conselheiro da RGP. 01 se faça presente, vamos passar para o **ITEM 3.02: EXPEDIENTE 18.0.000041184-8. INTERESSADO Jayro Amorim. Assunto: resolução – Desgravame de Traçado Viário. LOCAL: Rua Romildo Bolzan, entre Estrada Cristiano Kraemer e Rua Dr. Lauro Miguel Sturm, inserido na MZ 5 UEU 28, Bairro Aberta Morros dos e Bairro Campo Novo. RELATOR: ÁREA. ENCAMINHAMENTOS: 1. Relatado em 21/08/2018; 2. Vista às RGP. 01 e 06**. Gomes, por favor. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Boa noite. Conselheiros, este processo de desgravame de diretriz, na Cristiano Kraemer, naquele trecho próximo à Juca Batista, ele nos chamou um pouco a atenção, eu como sou da Região 6, algumas pessoas que transitam pela região, fui consultar para ver o que tinha, porque me chamou atenção que o desgravame retira uma possibilidade de abertura de uma rua em um quarteirão que ficará um superquarteirão. Inclusive, o limite do quarteirão também é outra diretriz. É uma rua que tem a 500 metros da Cristiano Kraemer. Eu fui ler o processo para ver como que os colegas da prefeitura tinham argumentado no processo. Bom, fomos ver qual o sentido de tirar esta abertura de rua. Imaginem que para fazer o quarteirão teria que andar 500 metros, abaixo da quadra

deve ter mais uns cento e poucos, mais 500 metros. Se tivesse o desgravame tu andarias 200 metros, que já não é pouco e entraria nesta rua. A região tem um tipo de ocupação que estava em plena transformação. Tem vários empreendimentos que estão surgindo, que estão em nível, ou de EVU, alguns já passaram por aqui, tem outro grande mais acima, o Morada Bela Vista, mais abaixo tem as colunas São Francisco. Eu fui atrás do empreendedor, não necessariamente do empreendedor, mas do arquiteto que propôs, que estava assinando a solicitação, o Arquiteto Jayro Amorim. O arquiteto me disse que estavam desenvolvendo ali um projeto de habitação prioritária, o Minha Casa Minha Vida. Eu perguntei sobre os técnicos, que se referiam também que seria necessário, importante para viabilizar a proposta de empreendimento do Minha Casa Minha Vida. Como foi uma conversa de telefone eu gostaria de ser melhor convencido e sugeri ao arquiteto que traga este projeto, esta proposta para justificar esta alteração da diretriz, que traga ao conselho. O arquiteto concordou. Então, na próxima reunião do conselho ele vai trazer a proposta que tem esta empresa, vai trazer mais exemplos de empreendimentos que esta empresa já fez em Porto Alegre, qualificando os espaços comuns e tal. É para podermos ter um convencimento melhor da conveniência ou não de aprovar esta extinção desta diretriz. Presidente, neste sentido, como o arquiteto vai trazer o empreendimento na próxima reunião para mostrar, para justificar a retrada desta diretriz, o processo fica para nossa análise para a próxima reunião, se assim entender este coletivo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Gomes, eu acho que a tua diligência vem a enriquecer o trabalho deste conselho e tendo a já te dar esta deliberação, porque não precisamos fazer mais delongas sobre este ponto. Eu vou pedir para a Aline, na condição de Secretária Executiva do conselho, agendar com o empreendedor para a próxima reunião esta apresentação. Está certo? Fica encaminhado neste sentido. Alguém tem outro encaminhamento? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Não é uma questão de encaminhamento. Eu, particularmente, como este processo que o Gomes estava falando não estava no processo, mas o arquiteto cita alguma justificativa. Eu olhei este processo, mas em outro expediente, aí eu me convenci. Eu acho pertinente esta sugestão do Gomes, que é interessante ele apresentar, porque é um projeto um pouco diferenciado, para o pessoal deste projeto tem uma área grande de espaço comum a todos os moradores. Eu acho interessante a apresentação. **ADIADO**. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Sérgio. O próximo ponto de pauta é o **ITEM 3.03. EXPEDIENTE: 002.302078.00.9. INTERESSADO: Fundo de Investimento Imobiliário Phorbis. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. das Indústrias, 1395. Relator: RGP. 04.**Tânia, precisa de computador? Não? Então, com a palavra. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. Eu peguei para fazer o relatório deste empreendimento enorme. Então, eu não estou apta a fazer este relato, porque é um empreendimento grande. Na verdade, é um bairro, não é um empreendimento, para a circulação de mais de 40 mil pessoas. Então, não estou apta a fazer este relato sozinha. Então, precisaria de mais tempo e mais alguém que pudesse ajudar a fazer este relato, porque é muito complexo. Então, peço ais um tempo para que alguém possa me ajudar. O Gomes se dispõe para analisarmos juntos, a Patrícia também. É um projeto que vai levar 15 anos. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** É um bairro? **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** É um bairro, o bairro Aeroporto. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Porque para ser um bairro tem que passar pelo executivo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**

Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Conselheira Maristela, vamos deixar a relatora se manifestar e depois eu garanto a palavra a todos. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu já terminei. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** A minha dúvida é o seguinte, está escrito onde que é um bairro? Porque para ser bairro tem vários trâmites. É Navegantes. Então, ele não é um bairro. Isto aconteceu na propaganda enganosa que fizeram da Chácara das Nascentes, na Lomba do Pinheiro, através dos meios de comunicações dizendo que é um bairro á parte. Alias, nem citam que é Lomba do Pinheiro, senão o povo da classe média não vai querer comprar. É periferia, aí fica aquilo à parte, porque é como eles gostam de divulgar. Inclusive, nós entramos na Defensoria, porque não é possível usar o nosso bairro, trabalhamos para levar toda a infraestrutura para depois ser tratado daquela forma por moradores que nem conhecem a história da nossa região. Então, não é um bairro, é um grande empreendimento. Agora, se eles querem transformar em um bairro é diferente, mas nós não podemos alimentar este tipo de linguajar. Temos que colocar as coisas nos seus devidos lugares. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde, conselheiros. Secretário, eu gostaria de compactuar com a nossa amiga Tânia, da RGP. 04, pelo o que colocou. Em 2014 eu passei muita dificuldade que entender o processo. Para quem está chegando, quem nunca participou do plano diretor, nunca trabalhou um processo, o que é contrapartida, desgravame, impacto um e impacto dois, tem que estar situado. Como que uma pessoa leiga vai querer dar uma avaliação em um projeto arquitetônico. É o meu caso, deram um projeto para eu avaliar o empreendimento na Rua Tarso Dutra, é um shopping. Olha, vou te contar! Aí eu chego lá já está pronto o empreendimento e tudo mais. Então, eu como conselheiro vou discutir com quem? Vou falar com os arquitetos de lá? Então, Secretário, eu acho que toda vez que tivesse eleição de novos conselheiros que houvesse um curso aqui dentro para entender, avaliar o regimento interno. Senão fica muito difícil para a pessoa chegar aqui e falar. Quer falar de comunidade? Vem falar comigo. Quero dizer, quem sabe de favela sou eu, eu nasci na favela há 68 anos, conheço o que é malandro, o que é vagabundo, conheço tudo, porque eu sou da favela. Quer falar de favela, fala comigo. Quer falar de escola de samba, fala comigo. Agora, vou falar em engenharia? Mas não sou engenheiro, não sou arquiteto. Então, eu acho que a minha colega Tânia está certa e gostaria de propor um curso com a nossa arquiteta ali, até com diploma. Como fui eleito pela minha região, ter o diploma de tantas horas do plano diretor, para ficar eu como uma pessoa capacitada para fazer um relato, senão é difícil. Ela está certa de pedir ajuda, mas a ajuda tem que vir da secretaria, dando um curso aqui dentro sobre avaliação de projeto. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Paulo Jorge, eu acho assim, não quero passar por demagogo, mas eu acho que a nossa formação técnica de arquiteto, e isto é algo que militamos dentro do sindicato, é uma formação teórica, matemática. O que eu acho que falta, e acho que este é um dos problemas não só aqui no Brasil, mas principalmente aqui, é exatamente este conhecimento que tu falaste que tem. Eu acho que tu podes quando pega um processo deste, mesmo que não entenda muito desses códigos, mas vocês entendem da realidade da região, se falta escola, o que falta. De repente em uma área deste tamanho, que eles insistem chamar de bairro, embora não seja bairro, porque bairro é somente de ser aprovada uma lei, mas eles primeiro criam o problema. O Iguatemi fez isto, tentou ser um bairro. Então, vocês têm a sensibilidade que o técnico, normal, não tem. Então, eu não quero ser demagogo, mas eu acho que a comunidade tem uma importância muito maior, muito relevante do que o trabalho técnico. O técnico é fácil, qualquer arquiteto que se forma

vai lá, faz um projetinho, porque é uma interpretação da lei, tem lá os desenhos e ele vai desenhar. Agora, esta capacidade de interpretar, esta capacidade de saber o que aquela comunidade está realmente precisando e se é possível dentro dos parâmetros legais, isto a maioria dos técnicos não tem, porque não faz parte. Até porque eles são contratados por alguém que não está nada interessado nisso. Então, quero dizer que é importante esta sugestão de fazer até uma parceria, embora isto seja uma coisa voluntária, ninguém é obrigado a participar; mas esta soma é a importância do conselho. Eu acho que nós não podemos subestimar isto, senão fazia a CAUGE lá, a CAUGE resolve tudo. Este conselho, a sua importância é neste sentido. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Considerando o que o pessoal falou, eu e minha equipe ficamos à disposição de vocês para qualquer esclarecimento sempre, não necessariamente neste processo, mas em qualquer processo. Alguns conselheiros aqui já sabem, é só entrar em contato, a gente agenda e conversa. Estamos aqui para isto, para qualquer esclarecimento. Nós entendemos que vai haver dificuldades, porque a palavra escrita é uma coisa e a palavra dita é muito mais facilmente compreendida. Quanto a este processo, especificamente, que é uma questão complexa, não é um bairro, é um loteamento, que tem uma peculiaridade, porque foi aprovado como loteamento industrial. Então, teve toda aprovação, gerou matrícula, ele estava apto, obras públicas foram realizadas porque estava apto a receber atividades não residenciais ali. Ele quis colocar atividades residenciais neste local, que podemos permitir atividades residenciais, mas considerando que isto seria um núcleo autossustentável. Então, teríamos que olhar todo o núcleo de novo, por isso que ele tentou entrar com as quadras separadas e dissemos que não, vai ter que olhar todo o conjunto, considerando a implantação da atividade residencial. É neste sentido que foi feita a análise. Então, quando for analisar na sequencia nós ficamos à disposição. Poderia entrar em contato com o empreendedor também, a Aline pode ver. Fiquem à vontade, estamos sempre à disposição. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Já anotamos. Conselheira Tânia, o seu pedido vai acolhido, pelo menos o Gomes registrou na sua fala. E o que a Patrícia falou eu ratifico aqui, a prefeitura tem este papel, esta obrigação de respaldar. Então, não há nenhum problema quanto a isto. Inclusive, isto pode ser feito fora da reunião. No momento da distribuição, se o conselheiro tiver esta necessidade, a Aline faz esta triangulação e encaminha desta forma sem problema. Já anotei aqui, não vamos analisá-lo esta semana, tiramos de pauta e fica para a próxima reunião. Aline, já agende com o empreendedor, assim como o 3.02. **ADIADO**. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Assim como o Hermes comentou da participação da comunidade, em algumas situações sei que o empreendedor pode participar da reunião da região e apresentar a vocês para terem entendimento do processo. Isto é possível também, já acontece isto, pode ir até um técnico junto. Vai ser daqui 15 dias, por isto a sugestão das coisas já serem encaminhadas. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** No momento que foi distribuído o processo já pode se manifestar, porque é para sanar dúvidas. Só vem para cá o que a prefeitura, dentro dos seus quadros técnicos, aprovou, o filtro é feito dentro da prefeitura, não tem nenhum técnico aqui que vá fazer alguma coisa errada, porque ele vai responder sobre isto. Então, nós também temos que ter boa fé no processo, porque se veio para cá porque cumpriu os requisitos legais. A análise aqui é feita sob o ponto de vista da sociedade, não é uma análise de fiscalizar a legalidade do ato, não é uma análise se cumpriu o plano diretor. Nós estamos aqui para ter o ponto de vista da sociedade no processo, não é uma instância de aprovação que vá partir da premissa que os servidores

da prefeitura fazem errado. Então, apelo para esta boa fé consciente quando cada processo que vocês terem em carga tenham esta ponto de vista. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, esta atribuição do conselho de estar na ponta do processo dá a dimensão da importância deste conselho. Além de toda a legalidade ou coerência que tem, pelas diversas comissões que passa até chegar a nós este processo, significa que nós imprimimos ao processo aquele certificado da sociedade. Nós temos aqui a comunidade, empresas, funcionários dos órgãos públicos federal, estadual, municipal, o que é muito importante, porque também vão vir processos que as comissões não aceitaram e vamos poder ter e dar um destino diferente. Só mais uma observação, Presidente, a respeito do que aconteceu agora. Vínhamos conversando sobre o apoio aos processos e a Tânia colocou explicitamente direto e objetivo... E eu te parabenizo pela tua sinceridade e maneira absolutamente transparente que colocaste. Às vezes as pessoas têm todas essas dúvidas que tu tens e resolve de alguma maneira, vai atrás de um ou outro conselheiro, pede um auxílio. Eu tenho ajudado muitos conselheiros, porque me disponho, sou muito oferecido. Por exemplo, estou com dois processos que estou ajudando a interpretar, a trabalhar e vai ser com prazer que vou fazer o teu. E nós fizemos neste conselho, nesses 2 anos que estou aqui, foi por sugestão minha e de alguns outros arquitetos, um deles estame olhando, que é o Rogério, que quando pegava processos complexos, como cais do Porto, empreendimentos grandes como o Pontal do Estaleiro, fazer vista conjunta para colocar em uma roda as diferenças de interpretação da legislação. É quando tu vais para cima do processo, chama os funcionários da prefeitura, chama o pessoal aqui ligado aos órgãos de licenciamento, bota na roda e vamos a fundo. Nós chegamos com esses processos com um grande ganho individual de entendimento da legislação de Porto Alegre, de como são as coisas. O Paulo Jorge sempre comprou a questão de formação, mas uma grande escola que se deu hospital foi quando reuníamos o pessoal em cima de um processo e ficávamos todos discutindo, sem aquela coisa de – Ah, não, eu levo para casa, estudo e trago de volta para vocês. Não que isto não deva ser feito e incentivado, deve sim, mas com uma discussão técnica, consequentemente, ele vem para cá com um resultado muito positivo para a cidade. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Gomes. Eu vou tratar sobre o curso nas comunicações. Agora o **ITEM: 3.04. EXPEDIENTE 002.216638.00.0. INTERESSADO: Country Club. ASSUNTO: EVU de Parcelamento de Solo. LOCAL: Líbero Badaró, 524. RELATOR: METROPLAN. ENCAMINHAMENTOS: 1. Relatado em 21/08/2018; 2. Vista à RGP. 01, 02 e 06**. Ele está com vista para a RGP. 02. Seu Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa tarde a todos. Presidente, só uma consideração em relação a este processo da Conselheira da Região 04. Quero repetir o que já disse antes, eu acho necessário sim acompanhar no processo que é distribuído para os conselheiros uma minuta do processo para que quando o conselheiro tiver que fazer esta avaliação para votação, que ele tenha uma noção. Todos os processos deveriam acompanhar uma minuta. Em relação a este processo da Líbero Badaró, que é um prolongamento da Anita Garibaldi, nós fizemos uma reunião com a comunidade ontem, onde estava o Conselheiro Emerson, o Conselheiro Gomes, a Conselheira Claudete, mais a arquiteta Priscila, do empreendimento. Houve uma discussão importante, a comunidade gostou de saber o que está acontecendo na região. Também marcamos uma visita no local para que possamos trazer a este conselho uma ideia melhor do que vai acontecer lá, pela própria importância desta abertura de rua. Então, eu gostaria de pedir mais um período, mais uma semana, Presidente. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**

Sustentabilidade - SMAMS: Está bem, Conselheiro. Fica pautado para a próxima. **ADIADO**. Então, entramos nas comunicações. **ITEM 4.: Comunicações**. Vocês receberam a mensagem e perceberam na ata que não pautamos o regimento interno. Como as emendas tiveram o caráter de dois substitutivos, demoramos mais do que imaginávamos na questão da sistematização disso. Então, não pautamos porque não temos condições de promover aqui nenhuma proposta de deliberação sobre o rito que vamos adotar. Então, quero fazer uma proposta formal aos senhores, vou pedir mais uns dias de prazo. Outro ponto, vamos projetar aqui, é a proposta de curso de capacitação. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Antes, Presidente... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Só um momento, eu estou com a palavra. A senhora vai ter a palavra. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É que estão mudando o assunto e eu queria fazer só uma ressalva. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não, nós não estamos mudando de assunto. Eu estou com a palavra e depois cada conselheiro vai poder pautar o assunto que quiser, em comunicações o assunto é livre. O curso de capacitação é uma demanda aqui do conselho. Todos os novos mandatos tem isto. No mandato passado foi realizado também. Então, montamos uma proposta aos senhores, está totalmente sujeita a alterações. Ela está em formato de curso de dois encontros, sugerimos datas. Um deles é das DMIs, item 01: Declaração Municipal Informativa, apresentado pelo Rodrigo, que é servidor aqui da secretaria. O item 2: capacitação para aprovação e licenciamento de projetos, pela Arquiteta Letícia da SMDE. Item 3: regularização fundiária, pela Dra. Simone da PGM. Item 04: CAUGE, pela Sônia, que é coordenadora. E como não dá tudo em um encontro só, licenciamento ambiental pelo Paulo Jardim, que é o chefe do licenciamento. E de AEIS – Área Especial de Interesse Social, pela Patrícia, que é conselheira aqui do conselho. Depois tem o item 3: resoluções. Esta é uma proposta, se vocês quiserem prazo para deliberar não tem problema, mas montamos isto para termos um ponto de partida para avanço. A proposta é 11/09 e 09/10, à tarde, aqui nesta sala, das 14 às 18 horas. Eu vou suspender a reunião por 5 minutos. Patrícia, então, fica suspensa a reunião. Enfim, é para vermos o que fazer. (Suspensa a reunião). Então, voltando à nossa reunião. O que colhemos? O tema parcelamento do solo vai se fundir com a AEIS, a questão de solo criado e a questão de fundo também. Também fazer uma estrutura mais leve, de repente colocar de dois em dois pontos. Só esta questão do horário que nós vamos encontrar uma alternativa, uma proposta que avance. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Horário noturno. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu não posso prometer. Por exemplo, a Patrícia está aqui, a gente pode pautar o tema dela aqui. Eu não posso obrigar ninguém a vir à noite. Talvez uma alternativa de vespertino, enfim. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Podemos começar uma hora antes e que não tenha comunicações naquele dia. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Pessoal, por hora era isto que eu queria relatar. Vamos começar as comunicações de vocês. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu quero trazer uma comunicação aqui para o conselho, também é uma demanda ao Secretário Maurício. Eu gostaria que houvesse o acesso pelo SEI a todos os conselheiros aos processos que estão em tramitação no CMDUA. Quando eu recebo a pauta, e a Aline me envia com alguma antecipação em relação à reunião, eu gostaria de dispor do SEI para dar uma olhada em

cada processo. Eu acho que se cada um fizer isto a reunião vai acabar melhor, porque já estaremos com o conhecimento do processo. Também isto vai facilitar para o relator, como hoje a colega chegou aqui com uma sacola com uns 5 kg de papel, que era o processo que ela tinha para relatar. Eu acho que à medida que as coisas de modernizam, coordenação o acesso ao SEI, talvez possamos usar esta facilidade. Eu acho que para isto não é difícil, porque todos nós temos uma portaria que nos nomeou conselheiros, acho que isto pode franquear um acesso, não sei quais são os critérios, equivalente aos dos servidores do município ao SEI. É somente para acessar os processos via eletrônica, ao invés de vir até aqui para acessar um calhamaço de papeis no processo ou pedir para a Aline acessar para eu ver o processo. É mais conforme eu a uma da manhã entrar no SEI, olhar o processo, no outro dia olho outro. Bom, quando chegar nesta reunião eu vou dominar cada um dos conteúdos que vão ser propostos. Então, a demanda é esta, Maurício, que a gente tenha já para a próxima reunião. Era isto e obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A Aline já passou para todos, mas avisar da atividade que teremos amanhã na ABES sobre drenagem urbana, com a Engenheira Nanci, com toda a sua vida profissional dedicada a METROPLAN, que teve grande dedicação à drenagem urbana, ministrou vários cursos pela ABES na parte de drenagem. Então, convido os colegas para esta atividade da ABES, que é na sua sede, ali na Mauá, fica a uma quadra e meia da Rodoviária. É amanhã, às 16 horas. Somando a esta discussão do movimento comunitário, somando à fala do Hermes, eu acho que a gente tem que voltar a este hábito da discussão nas regiões. Então, eu acho que isto que o Adroaldo está fazendo, de levar o projeto lá para a região e discutir com a comunidade, é mais importante às vezes do que a discussão técnica que possamos fazer aqui, porque as pessoas é que vão sofrer o que a gente coloca aqui. Eu passo todos os dias, para sair de casa, quando venho para o Centro, pelo Barra Shopping, todos os dias das 7 às 9 horas está completamente engarrafado. E nós aprovamos aqui quatro torres ali no Pontal do Estaleiro, que vão despejar uns 500 carros. E tem um senhor buraco, que faz uns 2 meses que está ali, agora com a chuva piorou, e nós vamos despejar mais 500 carros sem nenhum investimento. Aquele estreitamento que tem na curvinha, depois para despejar na subidinha se transforma quatro pistas em duas, não tem nenhum investimento previsto para resolver este gargalo. Então, levar para a comunidade discutir, porque são eles que vão sofrer. Eu sei que antigamente tinha uma estrutura, que a secretaria do conselho apoiava, ajudava nas convocações, nas reservas de locais, mas se não tiver este apoio tem que ser feito de qualquer maneira a discussão com a comunidade. Obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** A minha informação traz uma preocupação, eu gostaria de falar da situação da cidade, porque é muito buraco e está um perigo. Eu estou fazendo um trabalho, Secretário, para levar para o secretário da SMOV, o Secretário Luciano Marcantônio, para convocar ele aqui no conselho para explicar sobre esta buraqueira na cidade. Não tem cabimento! A cidade é nossa, nós temos o compromisso dentro desta cidade. Na cidade dá para fazer Fórmula Indi, não é nem Fórmula 1 (Risos). Tem dois buracos na Rua Correa Lima que não dá para andar, porque quando desce, passa a curva do quartel, tem aquele buracão, ainda colocaram os cavaletes no meio da rua, está lá o buraco. Tem outros buracos na cidade bem perigosos. Eu acho que está na hora do pessoal sentar, apontar para o governo, antes que dê algum acidente, porque está perigoso. Eu estou com duas ruas na minha comunidade que eu preciso de solução. Não dá para andar, hoje à tarde deu um acidente na frente da minha casa, porque vinham duas crianças pequenas e eu gritei para não morreram, porque os caras descem na correria, aquele buracão, as crianças no meio da rua, porque em vila não tem calçada, a calçada é no meio da rua, porque os carros ficam

em cima da calçada, mais lixo. Então, a rua é passarela, as crianças vinham da escola e ia acontecer isso aí. Segundo ponto, quero comunicar que vamos ter a Semana da Cruzeiro, que tem todos os anos, porque é lei municipal, é para discutir a Cruzeiro, os melhoramentos, base, discussão. Nós estamos fazendo um trabalho na Cruzeiro sobre adolescência, idosos, cursos. É para discutir o Bairro Cruzeiro, inicia dia 06/06, das 9 às 12 horas, inicia com o desfile da Mocidade, as escolas, as associações vão fazer um cívico com o tema da diversidade, discutindo a região. Depois os eventos da região, com os temas da educação, saúde, habitação, planejamento do plano diretor na região. Esta é a Semana da Cruzeiro. Eu vou trazer o cronograma para ver se alguém quer participar de algum dos temas. Vocês também podem ver pelo site. E quero dizer também que a obra da Cruzeiro começou a funcionar. Graças a Deus, está andando. A Pelotense, pelo nosso Presidente e ex-deputado do PMDB, o Luiz Pontes, mesmo não estando na prefeitura vai continuar porque é uma grande honra para ele. Então, ele colocou para nós que não está recebendo, mas vai fazer a obra, porque comprometeu a palavra e é uma questão de honra terminar. E para encerrar, colocar que a nossa região não tem praça. Se os senhores forem da Carlos Barbosa até a Icaraí não tem uma praça na região, é uma região que tem quase 200 mil pessoas, com crianças, adolescentes, sem nenhuma praça. Isto é muito triste, porque enquanto o Parcão é a praça para os burgueses andarem correndo, que não precisa de praça, porque tem dinheiro para andar onde quiser, vai para os Estados Unidos, vai para Miami, tem tudo. Na vila que precisa de praça para ter times, para tirar as crianças da exclusão social, para não ser bandido, para não assaltar a burguesia, não tem nada. Então, Secretário, eu quero sentar com o senhor, fazer um projeto para a doação de uma área de lazer, são três áreas lá dentro. Isto é para que a pessoa possa ir para a praça tomar um chimarrão, bater um papo na comunidade. Fica naquelas barrigas de jiboia que foram criadas no meio da avenida e ficaram atiradas. Então, estamos pedindo a atuação naquelas áreas, que possam doar. Eu conto com a sua pessoa para o apoio com esta área de lazer para a comunidade. Obrigado. **Alexandre Cavagni (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Secretário, só para eu responder sobre o Tapa Buraco, eu sou da SMIM. A gente vem trabalhando desde o ano passado para voltar a Operação Tapa Buraco. Nós fizemos três licitações para comprar o CAP, que é um elemento do Tapa Buraco, o betume. A licitação deu deserta, porque a PETROBRÁS mudou a política de venda do CAP, ela está aumentando por mês de 8 a 10% ao mês. Então, as empresas recuaram e não quiseram vender para a prefeitura. Há 15 dias nós fizemos outra licitação e compramos 40 toneladas de CAP. A operação começou hoje à tarde já, com seis caminhões de betume a quente, que começamos a distribuir na cidade. Então, a partir de agora a gente está começando, se chover a gente para de novo, porque não pode colocar o CAP com chuva. Então, a Operação Tapa Buraco recomeçou, mas tem alguns buracos que não adianta mais tapar, porque não tem mais a base. Então, a gente já fez o estudo dessas avenidas que não adianta fazer só o recapeamento. Nós estamos começando pelas principais avenidas, onde há maior tráfego. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu estou nesta luta há 35 anos, Alexandre. Nós tínhamos uma participação popular, coisa que não está existindo agora. O Prefeito me falou que ia ter e os secretários não estão fazendo isso aí. Então, a minha briga é porque eu defendo a Cidade de Porto Alegre, eu acho que muitas vezes e para ajudar o prefeito, não sou contra o prefeito, porque se ele foi eleito é meu prefeito. Eu queria sentar contigo para apontar os buracos da cidade que podem oferecer risco. Eu não vou para as esquinas fazer campanha contra o Marchesan, não, eu quero que a minha cidade ande com o prefeito que estiver. Então, quero sentar contigo, mas quero que o Secretário Marcantonio também sente com a

comunidade e escute. Eu estou lá com 12 buracos que é um risco e não dá para andar. No Morro da Conceição, a Rua Pedro velho foi asfaltada da Bento até a Mário Aragão. Por que foi feita esta rua? Não sei. Enquanto isto na minha região nada. É importante que as regiões também tenham uma contrapartida social, que a secretaria vá lá e faça alguma coisa. Só isso aí. **Alexandre Cavagni (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Não são só os buracos que estamos tratando, estamos tratando das tampas de bueiros que estão nas avenidas, que batem os carros e estragam os pneus. Foram mapeadas mais de 20 mil tampas. **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Bom, vou aproveitar o gancho em relação aos processos. Ao pessoal que está chegando agora, todo processo tem ao final um resumo, uma minuta que facilita para o entendimento do que está sendo ratado. Então, aquilo ali já dá um adiantamento do que está sendo solicitado. Claro, muitas vezes tem que fazer como o Gomes faz, o próprio Paulo Jorge, tem que ir visitar o local, dar uma olhada, ter uma orientação técnica. Este ponto já facilita bastante na compreensão do que está sendo tratado. Em relação ao curso de formação, eu acho que está faltando um ponto, que são as medidas mitigatórias e compensatórias de contrapartidas. Nós vemos que é uma necessidade dos próprios conselheiros saberem como funciona até chegar a este ponto das medidas. Em relação às comissões dentro do curso, eu acho que a CADAP seria muito importante também, porque a própria lei das comissões fala que a CADAP tem que fazer uma prestação de contas a cada um semestre neste conselho, mas até hoje nunca foi feito. Também gostaria de colocar, de repente no próprio curso, sobre o organograma de funcionamento da administração do município, que está com base na Lei Complementar nº 810, de 04/01/2017, que é o funcionamento para entendermos porque aqueles que trabalham junto ao Orçamento Participativo, que são do conselho, conheciam as secretarias com outro s nomes. Então, teve muita unificação de espaços, de secretarias, departamentos e muitas vezes os conselheiros não conseguem interpretar o que significa a SMIM, SMAMS, como outras secretarias. Então, seriam essas as colocações. E hoje eu acompanhei na Rádio Guaíba uma entrevista com o Prefeito Nelson Marchesan, que falou que a malha viária necessitaria de 85% de reestruturação, porque está totalmente degradada, que não seria só um capeamento. Obrigado. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, eu acho que é necessário, já que estamos falando em atualização, nem todos os conselheiros tem a lei do plano diretor. Todo mundo diz que é muito extensa, que é difícil uma cópia e tal. É importante, independente de ser em papel, eu acho que nós temos que ter disponível, no mínimo uma cópia aqui para consultarmos em caso de dúvida durante a sessão. (Presidente acena a existência de uma cópia). Presidente, mas esta é a sua. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não, é nossa. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Está bom! Outra coisa, principalmente os representantes das comunidades quando vêm para o Conselho do Plano Diretor, eles trazem anseios ou sugestões daquilo que falta na sua região e que outras instâncias do município não contempla, que são as contrapartidas que a gente sempre fala. A contrapartida sempre esbarra no seguinte, qualquer empreendedor diz: “Quando chego na comunidade já estou com meu cofre raspado”. Isto é dito em cada reunião que a gente leva o empreendedor na comunidade. E nós precisamos entender melhor em que momento a região pode se manifestar ou sentar com o empreendedor e colocar o que a gente precisa. Os órgãos do município nem sempre tem a dimensão real da necessidade que a comunidade ainda tem, como postos de saúde, creches, escolas. A prefeitura diz que não

adianta construir postos de saúde sem contratar equipe de atendimento, que vai onerar a folha. A folha do município para a comunidade não importa, o que importa é o atendimento na comunidade. A nossa conselheira aqui sabe o que é legislar para o município ou para aquela comunidade que tem a necessidade e o município não quer gastar. Nós temos agora o próprio exemplo negativo que o Governo do Estado fechou escolas. Pô, no momento em que tu discutes aproximar escola para a comunidade, disponibilizar para a sociedade como um todo, vem um maluco aí e fecha escolas. O município deveria assumir esta parcela de escolas que estão sendo fechadas por aí. Então, o ponto aqui é o seguinte, contrapartidas sociais, quilo que a comunidade ainda precisa, mesmo que ainda tenha algumas coisas lá, nós precisamos ampliar e em que momento podemos nos manifestar para o empreendedor, porque a prefeitura não tem este entendimento e nem quer ter. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Só para deixar claro. O nosso intuito quando nos colocamos coordenação candidatos ao plano diretor, em nenhum momento vamos estar seduzidos por questões de contrapartidas em relação aos empreendedores, porque às vezes o empreendimento é muito pior do que qualquer contrapartida. Nós também não temos nada contra os empreendimentos, mas vamos discutir de igual para igual, sem problema algum. Nós estamos vendo agora algumas coisas que aconteceram na nossa região que nós continuamos o lixo da sociedade e eles fizeram um bairro a parte, vão vender como um bairro a parte. Nós não somos o lixo da sociedade, nós construímos, demos condições para as infraestruturas a esses empreendedores. Então, não vamos ficar emocionados com beicinhos de empreendedores, porque eles não querem dar nenhuma contrapartida que a sociedade merece. Não é este o papel que nós temos aqui. A questão da Consorciada Lomba do Pinheiro, nós estamos aqui, nós cumprimos nosso papel na comunidade à altura que está a legislação e os nossos representantes? Está tudo parado! Quantos estão aqui e ainda não sabem o que é a Consorciada Macro 10 Lomba do Pinheiro. Olha quanto atraso! Hoje o Presidente me deu uma luz, porque eu sei que ele é uma pessoa séria e responsável, ele disse que vai marcar uma reunião urgente específica sobre a questão. Então, eu sei que tem um encaminhamento de sair daqui hoje uma data com o esclarecimento para aqueles que ainda não tem o devido conhecimento do que é a Lei Consorciada Lomba do Pinheiro da Macro 10, que é a única do Brasil, que são obrigatórias as questões de contrapartidas, ações, enfim. Nós teremos no segundo semestre de setembro um seminário específico e queremos já estar lá com a delegação a toda. Secretária Aline, nós queremos ter acesso a todos os processos que foram aprovados até agora, a tudo que está encaminhado. Olha, o que tem de empreendimento aprovado que está atrapalhando a nossa região, só Deus sabe. Nós não viemos para cá para brincar de legisladores ou achar que vamos pedir uns brinquedinhos para as crianças lá na vila e está tudo bem, como sabemos de algumas práticas muito ruins que foram para a nossa região. Então, eu solicito com todo o carinho e respeito que eu sei que o Secretário tem por nós, que a gente saia daqui com a data marcada da reunião que vai discutir isto. E mais, que nesta data a ser marcada já saiam os representantes da Lei Consorciada Lomba do Pinheiro. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, boa noite. Nós fomos surpreendidos com o incêndio no museu do Rio e toda a tragédia que isto representa para a cultura brasileira, mundial e tal. Isto poderia trazer para Porto Alegre um alerta e uma atitude. Eu sugiro, Presidente, que o senhor levar ao Prefeito Municipal a ideia de criarmos uma força tarefa com o Ministério Público, com os bombeiros, para a inspeção imediata em todos os museus de Porto Alegre. Eu recebi pela internet, através de um grupo de arquitetos, todos eles não tem PPCI. Então, que o Prefeito tome uma atitude no sentido de se posicionar, para não estarmos lamentando. Os nossos museus não têm

tamanha importância como este que foi queimado lá no Rio, mas são muito importantes para nós dentro da conjuntura sociocultural que nós vivemos aqui. Queria também fazer um pequeno comentário a respeito de uma informação que o Campani colocou da importância da discussão dos processos com as comunidades. Lembrar que o processo que tu falaste ali das torres do Pontal, foi o processo mais discutido nas comunidades, graças a posição do Paulo Jorge, que na região dele fez três assembleias gerais com a comunidade, das quais uma nós compartilhamos. Não quero anular toda esta preocupação das questões urbanas que têm em Porto Alegre, porque eu sofro isto também, porque moro na zona sul. Quando eu passo nesse horário que tu falastes, sempre tem algum problema de trânsito ali, mas aí eu remeto a outra discussão, Campani, que para a revisão do plano diretor que vem aí, e esta discussão eu quero levar com o pessoal da Região 06, tu tens que colocar esta discussão, os agentes que vão fazer esta discussão tem que colocar, que nesta revisão do plano diretor nós temos que ter também proposta de desenho urbano, que os outros planos diretores não apresentaram. Propostas ousadas, abertura de vias, seja viaduto, seja o que for, que o modal de transporte seja colocado como plano de desenvolvimento da cidade, com o uso do Lago Guaíba e outras formas para fazer essas ligações importantes dentro de Porto Alegre. Nós temos que azeitar as coisas, vascularizar a cidade toda. Presidente, era o que constava. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Gostaria de louvar a iniciativa, porque desde que entramos estamos esperando uma capacitação. No caso, nós estamos vendo aqui a capacitação sobre as competências do conselho. Eu sugiro que seja incluída também uma questão sobre a organização, estrutura e funcionamento do conselho, para que eu não tenha o constrangimento, como agora vou ter, de voltar à Ordem do Dia, porque tive a palavra cerceada anteriormente, onde eu gostaria de ter questionado na ordem do Dia que a ACESSO pediu vista ao Processo 3.04. Ela não consta e nós tivemos uma longa discussão também de como se daria esta vista na última sessão. Sendo que desde a última sessão tivemos 15 dias. Então, o prazo de vista não poderia ser inferior, eu tomei conhecimento apenas ontem, porque o Adroaldo me chamou, e eu agradeço que tenha feito o convite, que o processo já estava em carga. Então, até gostaria de saber e acho que para isto que é importante também ter a estrutura e o funcionamento do conselho, para saber de onde vem? Como funciona? Para onde vai? Que prazo tem? Até gostaria de saber que dia foi retirada a vista, porque me surpreende na pauta de hoje, que eu acho que o prazo de vista não poderia ter se exaurido ainda para que viesse à votação hoje. Também não posso deixar de manifestar que assim como a gente não vem sendo ouvido no conselho, os conselheiros tiveram uma longa discussão no final da última sessão, para quem ficou aqui, porque a maioria acabou se retirando, em relação ao regimento, que colocamos todo um questionamento de como seria feito o encaminhamento do regimento e hoje parece que mudou tudo de novo. Então, a gente recebe o comunicado por e-mail, que: “Olha, mudamos agora a regra, vamos mandar para uma avaliação jurídica e depois nós voltamos à discussão”. Era isto. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu só queria falar um pouquinho mais sobre esta novidade que é para os novos conselheiros. Como o colega Emerson falou das nomenclaturas, as siglas que mudaram, todas essas coisas, que até nem são tão difíceis, porque a gente vai no Google e se informa, tenta saber o que significa. Também comentou sobre os resumos que são feitos no final dos processos. Isto até dá para compreender, mas a nossa preocupação maior é do lado humanitário do processo todo. Então, eu posso sim ler, consigo entender, mas tem muito mais coisas nas entrelinhas ali, que não é simplesmente dizer ou ler o que está ali. No caso, como os colegas falaram de planejamento urbano, aquele empreendimento vai movimentar 40 mil pessoas, é muita

gente naquele espaço que a gente já sabe que é uma tranqueira dos infernos. Eu estudei na ULBRA e é horrível, quem anda de carro sabe. Mesmo que coloque ônibus e acesso, é praticamente uma coisa inviável. Esta é uma das minhas preocupações entre outras coisas que estão ali dentro. Era isto. **Laura Elisa Machado, (2ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite a todos e a todas. Eu sou suplente do Conselheiro Jackson, o que é uma grande missão substituir este conselheiro. Eu não ia me manifestar, mas quando ouvi o Hermes falando e o Paulo Jorge, também o nosso conselheiro representante (Emerson)... Porque eu sou conselheira do Orçamento Participativo. Eu me senti incentivada a falar e parabenizar a fala do Hermes, porque, na realidade, tu disseste que não gostaria de ser demagogo, mas eu vi dentro desde conselho algumas coisas estranhas. A gente pede tanto para sermos ouvidos pelo Secretário Maurício, mas entre nós, enquanto tem colegas falando não fazemos isto, não respeitamos os nossos pares. Hoje talvez seja a minha primeira e única manifestação aqui e gostaria de deixar bem claro que nós temos sim, enquanto convivemos o vivemos o Orçamento Participativo, e já discutimos isto dentro do Conselho do OP a questão das contrapartidas. Nós temos grandes interesses, porque eu sou da Região 03 e cada dia que passa há grandes investimentos que vão impactar bastante a região, mas nós não vemos as contrapartidas ficarem na região. A abertura de ruas vai beneficiar o próprio empreendimento. Agora, a questão do impacto nas escolas, quem vai sofrer com isso? Então, são questões que o Jackson tem total qualificação para tal, mas eu gostaria de deixar esta manifestação. Nós devemos ter este olhar que o Paulo Jorge tem e levar esta discussão, porque o impacto é na nossa região, nas pessoas da região. Como ela mesma colocou, as pessoas desta região que vai ter este empreendimento, as pessoas já estão lá cerceadas. Nós estamos dentro de um grupo de promotoras legais que fecharam até o muro, porque as crianças travessavam para poder ter acesso a uma escola e o muro foi fechado, essas famílias estão resistindo, porque moram há mais de 40, 50 anos naquele local e não querem ir para um novo loteamento lá, que é no Porto Novo. Então, são visões que nós que atuamos dentro da comunidade tem. Nós estamos muito bem representados dentro do OP pelo Conselheiro Emerson aqui, mas lá dentro do Conselho do OP discutimos sim a realidade, a gente vive o dia a dia. Eu acho que nós temos que começar a nos ouvirmos mais, um ao outro. Ela se expos, aí o Hermes veio e fez o acalento, o Gomes também, de estar apoiando. Esta é a importância, de todos nos apoiarmos, porque estamos aqui discutindo Porto Alegre, que é uma cidade que não foi planejada. Eu moro em uma região que tem o maior índice de ocupações, é muita área ocupada e é ali que vamos fazendo os traçados viários, vai abrindo. Então, este conselho é de extrema importância e tem que ser respeitado dentro da importância que tem, não só pelo gestor, mas por nós também, um apoiando o outro, independente do diploma que se tenha ou não, mas que estejamos aqui dentro de um bem comum, que é a Cidade de Porto Alegre. Era esta a minha preocupação. **Kelly Ramos da Silva, (2ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Boa noite. Na verdade, só fazer um apoio à pauta que a Conselheira Maristela sugeriu, para a discussão da Macro 10, também das contrapartidas, porque a Macro 10 pega uma boa parte da Restinga, uma boa parte da Pitinga, que também faz parte da Restinga, mas as contrapartidas dos empreendimentos deste local, da Pitinga, acabam sendo discutidas pela Lomba do Pinheiro. Eu acho que isto seria muito interessante de discutirmos, até porque a Restinga e Extremo Sul estão crescendo muito e não temos visto o crescimento em volta. Obrigada. **Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Eu gostaria de dar prosseguimento à fala do Conselheiro Gomes, sobre a questão da mobilidade. Tanto eu como a Arquiteta Rovana fazemos parte da equipe técnica que está

desenvolvendo o plano de mobilidade de Porto Alegre. Não sei se ficou muito em cima da hora o convite, mas fizemos uma oficina, que era para estar presente tanto este conselho como o Conselho do Transporte Urbano. Era uma faixa de 70 pessoas, uma oficina que é aplicada em diversos lugares do mundo para colher as informações para o diagnóstico do plano de mobilidade, que é a fase que estamos agora. O tempo estava meio ruim, acabou indo somente duas pessoas, provavelmente, por fala nossa na comunicação. Então, como o nosso tempo é curto para colher as informações dos conselhos e da comunidade, venho trazer a proposta do grupo, para ver se este conselho concorda. A ideia é parecida com que foi o plano diretor que a Ada apresentou aqui. A coordenadora do plano de mobilidade vir aqui, a Engenheira Vânia vir fazer uma breve apresentação, já passarmos um resumo do que está sendo trabalhado no plano de mobilidade, também o material que ia ser trabalhado na oficina. Eu não sei como funciona para colocar na pauta, também sou um conselheiro novo aqui. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Presidente, ele está trazendo uma proposta que eu acho que todos estão de acordo de ouvir, é só fazer uma agenda. Eu acho importante nós conhecermos este trabalho. Uma das coisas que eu gostaria de ter falado é referente ao museu. Eu acho que, realmente, se puder sair uma proposta aqui do conselho, para dar o exemplo. Eu acho que seria interessante uma força tarefa, como o Gomes disse, para fiscalizar. Sobre o Tapa Buraco, queria dizer, achei que a licitação já tinha sido resolvida. Fica uma sugestão de rua, que é quem vem do aeroporto, passa a Souza Cruz. Bah, entrada da cidade e tem um buraco. Fica minha sugestão, fora ao lado da minha casa que também está cheio de buracos, mas tudo bem, eu já mandei um e-mail para vocês. E sobre algumas coisas que eu vejo aqui, falta iniciativa nossa, talvez da secretaria também, por ser tudo novo, por exemplo, teve qualidade aqui falando que temos que fazer a eleição dos representantes da Lomba do Pinheiro, mas não fizemos nada. Então, somos nós junto com a secretaria. Então, alguém tem que tomar a iniciativa e marcar um dia para fazer a eleição, é simples. Está faltando para mim a praticidade de algumas coisas, porque só falam em colocar na pauta, mas para mim é fazer a eleição. Claudete, tu falaste da vista, já falaram em vista conjunta, quando está relacionado, essas pessoas têm que se organizarem que fazer a vista conjunta. A gente tem que ter alguma solução. (Falas concomitantes e fora do microfone). Então, este é um assunto que nós temos que resolver aqui. Secretário, está faltando alguma coisa, tanto nosso como da secretaria, os dois se juntarem para as coisas acontecerem mais fluidamente, alguma coisa assim. (Falas concomitantes e fora do microfone). Mas é entrar em contato com a Aline, perguntar. **Rovana Reale (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Bom, o Gabriel já colocou, mas só para complementar, o Sérgio comentou sobre a importância, mas não é só importante, é fundamental a participação do conselho, foi por isso que fizemos a oficina, que seria uma forma de escutar o que cada um dos conselheiros considera um problema na cidade. Só para dar um panorama geral de como está o plano. Nós começamos, efetivamente, no final de fevereiro, março, com uma data para entregar em dezembro. Então, o nosso tempo é supercurto, a gente está seguindo a metodologia da WRI e agora estamos na etapa do diagnóstico. Começaram as oficinas, a primeira oficina foi o que o Conselho foi convidado, o COMTU e o Cicloviário, para colhermos essas informações para colocarmos nesta primeira etapa. A gente precisa da contribuição de vocês para fecharmos esta etapa. Então, por isso que a gente pede que na próxima reunião todos estejam presentes para a contribuição. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Só vou fazer um breve apanhado de tudo que foi falado. Primeiro, as conselheiras que são novas ali não têm a obrigação de saber como funciona o conselho e como proceder. Eu acho que aos poucos elas vão se informando,

até como as coisas vão acontecendo. Os conselheiros mais antigos se colocam à disposição para tirar dúvidas, assim como os técnicos que estão sempre aqui. O que a conselheira colocou sobre o loteamento para 40 mil pessoas, essas obras são importantes para Porto Alegre. Aí o Conselheiro Chico falou muito bem, em outros anos quando tínhamos obras relevantes nós fazíamos comissões para vista sobre esses projetos, porque eram questões complexas. Por exemplo, como foi o Cais Mauá, que tinha a pressão da sociedade, que se não tivéssemos nos apropriado do processo não saberíamos o que realmente estava escrito e como as coisas realmente eram. Então, neste que vai impactar, seria interessante o conselho tirar uma comissão para estudar. A questão do plano de mobilidade, há um tempo veio alguém expor um plano de mobilidade que já estava pronto e não tinha mais o que fazer. Bom, mas como isto? Naquele momento não havia o que fazer, veio com a coisa pronta, foi bem complicado. E eles estão vindo aqui dizer que fizeram uma oficina e ninguém apareceu, estão pedindo para fazer aqui, o Presidente até poderia colocar bem isto porque é muito importante. Talvez um dos capítulos mais importantes do plano diretor seja a mobilidade. Então, fica este meu apelo, que a gente possa se debruçar sobre isto, que seja facultado um horário no conselho para esta apresentação. E quando aparecem grande projetos parece que eles têm que dar como contrapartida uma ciclovia em tal lugar. A gente sempre criticou que aparecia uma ciclovia lá na Restinga, outra hora um pedaço de ciclovia lá na Ipiranga, que não tinha uma racionalidade, a gente não conseguia entender, pareia uma colcha de retalhos, mas porque a gente não consegue se apoderar do plano de mobilidade. Bom, dito isto encerro a minha fala. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** três coisas eu acho muito importantes, que foram faladas aqui, uma delas é o que a Conselheira Claudete falou, que ficou *en passant* e precisamos retomar. Quando terminamos a reunião passada ficamos de discutir a metodologia de discussão do regimento interno. Eu acho que esta questão de metodologia nós precisamos retomar, porque várias questões são dependentes desta discussão. Por exemplo, quando a Rovana e o Gabriel colocam esta discussão, que eu considero, absolutamente, importante da questão da mobilidade. Tem uma série de questões embutidas no trazer para a gente discutir aqui, porque não temos um regimento que nos dê respaldo para discutir isto. Vejam só, tem uma metodologia que é da WRI, que metodologia é está? Todo mundo concorda? Todo mundo sabe o que é isto? Então, vai tomar um tempo para haver este tipo de explicação. Por que é esta metodologia e não é outra? Por que é de uma consultoria? Por que não é internamente na prefeitura? Então, é uma série de questões que vão tomar um monte de tempo essa discussão. Eu não participei porque fiquei sabendo em cima da hora, eu não consigo organizar a minha agenda para as coisas em cima da hora. Eu acho que seria muito importante. E este tipo de discussão vindo para dentro do conselho que tipo de respaldo vamos ter? Nós vamos dizer que tomamos conhecimento? Aprovamos? O que nós vamos dizer? Isto tudo precisa ter um respaldo nosso e nós precisamos estar respaldados no regimento e não temos isto neste momento. Obviamente, eu acho que todo mundo tem muita vontade de saber isto que está acontecendo. No entanto, qual vai ser o nosso nível de intervenção no plano? Nós vamos aceitar? Nós vamos votar? Entende? Essas questões precisam ser discutidas com antecedência. Que venha a apresentação, ok, mas o que é esperado desta apresentação para o conselho não está dado, não está dado pelo regimento para nós. Então, precisamos discutir isto com maior tempo, para isto precisamos ter o regimento mais claro, porque não está. Eu quero falar também a respeito da eleição da Lomba do Pinheiro, isto é fundamental. Assim, o tamanho deste projeto é gigantesco, não é possível isso, não estou dizendo que se passe por cima, mas que se ignore isto. Sérgio, tu mesmo falaste que algum conselheiro poderia fazer isto, quem sabe

tu fazes isto? Não é uma coisa que vá matar alguém, eu sei que é uma trabalheira, mas quem sabe tu tomas peito, marca com o Secretário na agenda, conversa com as pessoas e a gente toca este negócio? Isto é fundamental. Quero avisar que nós continuamos com o curso de planejamento urbano e regional, dado pela Unidade Federal do Rio Grande do Sul. O curso acontece um sábado sim, um sábado não, na faculdade de arquitetura. Estão todos convidados. As pessoas não participam não sei porque, mas estão todo mundo convidado desde sempre. Era isto, Senhor Presidente. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu só queria justificar aos colegas que eu não fiquei sabendo desta oficina. Eu acho que foi um problema de comunicação. Secretário, mais para reflexão, hoje, por ordem judicial foi feita mais uma remoção de uma ocupação na zona norte, aproximadamente 100 famílias, a maioria haitianos. Eu não responsabilizo esta administração, mas existe um problema que vem se repetindo de programas habitacionais. Eu vejo pessoas falando, mais da classe alta, dizendo que não tem nada a ver com isto, só que estas pessoas não vem que quando não existe mais saída quando o poder público não dá uma saída as pessoas acabam se marginalizando, que acontece independente da vontade, do caráter, da formação da pessoa. A nossa cidade é extremamente agressiva, são as pessoas que depois vão incomodar essas classes que hoje reclama de segurança, que tem que cercar, colocar aquelas cercas em forma de campo de concentração, pagar condomínios caríssimos. Eu trago só para reflexão, porque é reincidente. Não é uma responsabilidade do poder público, mas de todos nós. Obrigado, Secretário. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheiros. Bom, vou fechar aqui. Sobre a capacitação o que incluímos? **Propostas para capacitação: Contrapartidas; reforma administrativa; CADAP; lei da AEIS e parcelamento do solo; Fundo e o solo criado**. Em relação ao SEI nós podemos fazer. Aline, eu te peço, o Conselheiro Sérgio fez a solicitação. Eu não vejo nenhum problema, acredito que vai ajudar. Outro ponto, nem todos os processos vêm com minuta, os de resolução com certeza, mas nem todos. Nós vamos cuidar, porque isto também qualifica o trabalho. Em relação á operação urbana, o João Marcelo apresentou e nós assumimos o compromisso de pautarmos o assunto, só que temos dois assuntos, que é estudar, esclarecer e fazer a eleição. Patrícia, peço ajuda para pautarmos o quanto antes, porque não é objetivo nosso postergar algo que tenha que ser feito, não é praxe deste governo o que a gente ter este tipo de postura do que a gente chama no popular de “embarrigar”. A minha sugestão seria marcar uma extraordinária para a semana que vem, mas vamos triangular isto aí. A questão dos museus, de fato, é um problema, como este prédio tem problema, os prédios públicos não têm Habite-se, não tem PPCI, agora já tem, mas isto, infelizmente, é uma praxe. A questão do plano de mobilidade, isto está sendo capitaneado pela SMIM, como participação ativa da EPTC, da SMAMS, é um trabalho transversal, vamos fazer uma pauta específica disso. Foi feito o convite, nós assumimos a coresponsabilidade nisso, não quero apontar a culpa de ninguém, mas manter a pauta e a discussão aberta para demonstrar o objetivo, que é de integrar o CMDUA no processo. Então, este curso vai ser feito, avançamos, não existe pauta de cima para baixo, todas as pautas que são trazidas são pautadas. A questão da vista a Presidência do Conselho assume o erro, foi pedido, a ACESSO pediu vista, não constamos, não constou na pauta, mas foi encaminhado vista para a RGP. 01, 02 e 06, e a ACESSO. Por favor, Conselheira Claudete, não se sinta perseguida, o processo é de boa fé, é de avanço, não tem cerceamento de palavra, todos os conselheiros aqui tem o mesmo grau de tratamento. Sobre o regimento, não houve nenhuma mudança, só não pautamos nesta reunião. Nós temos um regimento em vigor, ele vige, até o Conselheiro Felisberto se manifestou na

última reunião desta forma. Nós temos um regimento interno, temos um plano diretor, temos o marco legal do conselho sem dúvida alguma. Em relação às contrapartidas é uma discussão muito rica. Nós temos também a questão das praças, que deveriam ser praças, nós temos 637 praças na cidade com 226 invadidas, parcial ou totalmente. Nós temos um problema que é, Conselheiro Emerson, as conselheiras que atuam no OP também, nós temos um problema e sabemos que na pauta do OP o número um é habitação. É um problema da cidade, mas aí o Conselheiro Paulo Jorge coloca que não tem praça na Cruzeiro, praça no papel existe, na prática não existe mais. Então, qual é o enfrentamento que este conselho tem que ter? Nós defenderemos áreas livres para lazer ou a prioridade vai ser habitação? É um debate que às vezes estão de lados opostos. Então, temos que pautar este assunto, assim como as contrapartidas. Por exemplo, teve um empreendimento lá na zona norte que as contrapartidas vieram aqui para a beira do Beira Rio. Tem que ser enfrentado. Então, são pontos que a cidade enriquece com um bom debate e é competência deste conselho. Estou muito satisfeito com a reunião de hoje rica, respeitosa, avançamos na pauta e tiramos várias deliberações. Campani, uma informação, ali no Pontal, no final ficou uma torre. Agradeço a presença pela primeira vez da Conselheira Laura e da Conselheira Kelly. Muito obrigado. Está encerrada a reunião. **ITEM 5: Término (Às 21h30min).**

O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.

_____	_____
Maurício Fernandes	**Aline Brum de Lima**
Presidente	*Secretária Executiva*
	Relatora

820

821 **Ata aprovada na sessão plenária do dia 18/09/2018, sem retificações.**

ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2776/2018

Aos onze dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Fernanda Garcia (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional – METROPLAN**; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Alexandre Cavagni (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Cláudia Remião Franciosi (Titular), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Júlio Picon Alt (1º Suplente), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; e Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Vinícius Vieira de Souza (Titular), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Geisa Tamara Bugs (1ª Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Laura Elisa Machado (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**: Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular) e Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Kelly Ramos da Silva (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**.. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Ordem do Dia; 3. Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h35min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Muito boa noite a todos. Eu vou passar a palavra ao João Marcelo, colega da SMDE que já esteve conosco e vai fazer a apresentação e depois vamos proceder a votação dos representantes da sociedade civil. **ITEM 2.: Ordem do Dia. 2.01. EXPEDIENTE: 18.0.000064256-4 (SEI). INTERESSADO: SDU/SMDE. ASSUNTO: Comitê de Desenvolvimento da Operação Consorciada**

Lomba do Pinheiro – Indicação dos representantes da sociedade civil organização, integrantes do CMDUA. RELATOR: SMDE. João Marcelo Carpena Osório, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE: Boa noite. Vou tentar ser bem objetivo, tentei pinçar todo o assunto que interessa para o que vamos fazer hoje. Na última reunião algum conselheiro pediu mais informações sobre a Lomba do Futuro. Então, vou começar recuperando um pouco isto sem me ater muito na questão da Lomba do Futuro. Este material que está na mão de vocês é um dos produtos desse período. Na verdade, estamos falando do Vol. II que seria para embasar o Plano de Melhorias da Lomba do Pinheiro, que vamos falar mais adiante. Quando eu falar em "Plano de Melhorias" tenham uma ligação com este material que está na mesa de vocês. Na verdade, ele é o terceiro produto, o terceiro de três, mas é o Vol. II de um produto dividido em dois fascículos, que se baseia no Plano de Melhorias. Vocês podem levar para casa, porque ainda tem bastante aqui. Então, procurei recuperar a questão da Lomba do Pinheiro enquanto comunidade, enquanto bairro. Então, montei uma linha de tempo para que a gente entenda a interface do Município com esta região, para conseguir entender de que forma foi desenvolvido pela antiga Secretaria de Planejamento Municipal, que passou pela SMURB, que hoje está na sua fase de implantação do trabalho na SMDE. Coordenação vocês sabem, 1999 é a data de publicação do Plano Diretor, da 434, que em 93 em um congresso da cidade que foi realizado em Porto Alegre se constatou que o antigo Plano Diretor, que era a lei vigente na época, estava defasado, não era mais capaz de atender e acompanhar a dinâmica de crescimento da cidade. Lá em 93 se percebeu isso e até 99, quando houve a substituição do Plano Diretor, este debate começou a acontecer nas mais variadas esferas do município. Em 98 a SPM começa a praticar atividades vinculadas à gestão municipal, no sentido de que as decisões de planejamento passassem a ser compatibilizadas com políticas conjuntas de intervenção local nos territórios da cidade. Em 99 vamos ter um marco regulatório importante, que é a troca do Plano Diretor, da 43 para a 434. E em relação à Lomba do Pinheiro a gente vai ter o início do que vem se chamar de Projeto Integrado Lomba do Pinheiro, com a instalação no território de um escritório da prefeitura na Lomba do Pinheiro para começar a trabalhar, para ter esta experiência da vivência local da comunidade. Para mim o marco inicial da discussão da Lomba do Pinheiro que vai culminar com a lei consorciada em 2009. Então, partindo desse início de 99, vamos ter uma década de um árduo trabalho da prefeitura. Vou citar três secretarias que foram as principais, digamos assim, as protagonistas deste trabalho é a antiga Secretaria de Planejamento, a Secretaria de Meio Ambiente e o DEMHAB. Digamos, esta tríade tocou junto com outras secretarias, com a UFRGS, com outros órgãos e outras instâncias, tocou este trabalho junto à comunidade. Além deste produto que vocês vão levar para casa. Nós temos outro produto. Por que estou falando em produto? De alguma forma o que foi produzido vai estar vinculado ao extenso trabalho de pesquisa, de análise, de diagnóstico e produção de material para embasar aquilo que lá em 2019 se tornaria a lei da operação urbana consorciada. É mais outro produto. Eu separo em pré-lei na primeira década e a partir da segunda década, que é de 2019 até os dias de hoje. É para a gente ver o envolvimento do poder público com este território. É interessante como se destina o trabalho e a produção da lei, como não se conseguiu fazer tanta coisa e depois de promulgada a lei, que passa a vigorar, onde foi parar todo este esforço? É uma pergunta que eu deixo para que a gente reflita no futuro. A gente sabe que logo em seguida feio o estatuto da cidade em nível federal. Então, o nosso plano meio que antecipa algumas discussões. Em 2001 seria um consolidado, como uma ova visão para se tratar os assuntos da política urbana em nível nacional. Esta lei passa a influenciar todos aos planos diretores que vieram depois de 2001, na revisão de 2010 vai colocar para dentro algumas

coisas desta discussão da segunda década, a partir de 2001. Em nível federal tivemos o Estatuto da Cidade. Dentro do projeto integrado tivemos a criação de um grupo de planejamento local, a publicação em 2003 deste primeiro fascículo aqui, que seria o Desenvolvimento Sustentável da Lomba do Pinheiro, Construindo a Lomba do Futuro. Então, esta primeira publicação vai acontecer em 2003. A outra publicação – Bases para o Plano de Desenvolvimento Local, Vol. I, que foi no final de 2004 produzido. Depois, para as construções das bases do Plano de Melhorias a gente vai ter esta publicação em 2007. Então, o mais importante foi a construção junto com a região. Em 2008 a gente começa a ter a publicação de algumas leis para colocar para dentro do Plano Diretor alguns conceitos que vieram com o Estatuto das Cidades, que o Plano Diretor ainda precisava de uma adequação. Então, em 2008 temos a Lei nº 606, que basicamente joga para dentro do Plano Diretor o conceito da operação urbana, tal qual trazida no Estatuto das Cidades. Em 2009 vamos ter a Lei da Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro, que é a 630/2009, mas antes também temos outra lei, que também vai permitir a instalação da Operação Urbana como um instrumento no município, que é a 627/2009. Em 2010 o nosso Plano Diretor foi revisado, onde houve o reconhecimento da Macrozona 10. Este conceito de macrozona eu acho que é claro a todos, é uma forma da gente enxergar o território, sobretudo nós que trabalhamos com licenciamento e planejamento. Nós também estamos além das questões dos bairros, para além das questões das regiões de gestão e planejamento, nós também enxergamos o território dividido em macrozonas, até o advento da Lei da Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro, não havia uma macrozona que delimitasse a área de atuação desta lei. Então, a Lei nº 630/2009 vai criar uma macrozona específica para implementar a Lei da Operação Urbana Consorciada Lomba do Pinheiro. Em 2010 incorpora isto para dentro do plano, porque se a gente fosse abrir a 434 ia achar a macrozona 06, que foi extinta, porque a 10 pegou toda a macrozona 06 e algumas bordas, e legitima a macro 10. A partir de 2009, quando temos a lei da Lomba, outras leis que alteram características do território, como, por exemplo, aquele pacote de gravames AEIS 3, foi feita uma lei posterior a 2009 que aprovou várias áreas de AEIS 3 no município. Ao gravar várias áreas de AEIS 3 no município e parte dessas áreas se localizavam na Lomba do Pinheiro, acaba alterando de alguma forma os anexos da lei, mapas e tabelas para a aplicação de regime urbanístico. Então, uma das coisas que a gente vem fazendo quando trabalha com a lei é acompanhar o que vem depois de 2009 como legislação, que altera de alguma forma aquele zoneamento que a lei de 2009 vai trazer como zoneamento, que reflete o diagnóstico que foi feito. Na segunda década o que temos, efetivamente? Vamos ter um decreto da instituição do comitê para que possa operar. Este decreto foi revogado, a composição desse decreto era uma composição diferente do que temos hoje em termos de número de membros. Era um decreto que foi montado com 12 membros, portanto, 04 de cada representação, 04 do município, 04 da comunidade e 04 entidades. Hoje nós temos uma formação de 03 em cada. Então, ele passa a vigorar criar, mas o comitê nunca operou sobre este formato, mas em 2015 foi substituído por um decreto que é o que hoje permite com que o comitê opere, que é esta divisão a partir de 09 membros, 03 membros do poder público, 03 da sociedade civil e 03 da comunidade. Então, de 2013 a 2015 não se fez absolutamente nada senão a reedição de um decreto. Ou seja, o comitê passa a funcionar só em 2015. Se a gente for considerar que ele está constituído junto com a lei de 2009, são 06 anos da lei até a instituição do comitê, até que ele possa começar operar. Então, a gente se pergunta e ouve que esta lei não funciona, esta lei não presta. Só um pouquinho, nós temos que fazer um *mea* culpa aqui. Se de 2009 a 2015 o poder público não conseguiu dar condição do comitê existir e começar a trabalhar, em parte, esta operação urbana nunca pode ser implementada. O que

deveria ter acontecido? O comitê operante, o fundo/conta existindo para que pudéssemos receber o dinheiro das eventuais contrapartidas, nada disso foi feito. Na verdade, a gente começa a trabalhar com isso em 2015/2016, a partir do momento em que a Patrícia pegou esta demanda e botou a funcionar. Tinha projetos, as pessoas estavam querendo empreender na região, os projetos começaram a entrar no município. Nós temos uma lei que está vigendo e não temos como operar, vamos correr atrás e colocar isto em dia. Então, na minha opinião técnica, é difícil aceitar qualquer tipo de opinião ou afirmação que questione a lei, porque a lei, de fato, nunca pode ser implementada para poder ser questionada. Claro, passou o tempo e nós não podemos engessar um território pensando em uma futura revisão. Para mim esta revisão tem que começar a partir de agora, temos que fazer ela acontecer para depois entrar em uma discussão de revisão profunda da lei. Aqui tem outras leis de interferência no território, leis de gravames e algumas coisas que seria necessária revisão, artigos, mas nada que descaracterize a lei por completo, são questões muito pontuais. Aqui a gente chega no principal produto, o que interessa mais nesta discussão de hoje, que é o texto da lei, a instituição da operação urbana. Eu não vou ler, senão fica muito chato, mas o que é importante dizer? Esta lei foi feita em cima de uma conjunção de secretarias que hoje não existe mais. Então, para a discussão do comitê, uma das coisas que vamos ter que entender para poder evoluir, é que a lei está falando ainda em SPM, SMAM e DEMHAB, que hoje só o DEMHAB existe. Então, temos que entender quais as secretarias de governo hoje que desempenham as atividades da antiga SPM e da SMAM, mas vamos ver que hoje talvez elas estejam bem próximas, na mesma secretaria. Por outro lado, uma parte do planejamento urbano e do licenciamento urbano ambiental está hoje na SMDE. Então, o que entendemos neste sentido é que hoje o comitê deva contemplar pelo menos essas três secretarias, a SMDE para fins de questões de licenciamento e projetos na macrozona, também de implementar a Operação Urbana Consorciada. Portando, coordenando o comitê. Não podemos abrir mão do viés ambiental e nem do viés de planejamento urbano da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Sustentabilidade. Então, nesta composição dos membros, que também não é o objeto hoje da nossa discussão, hoje vamos votar a questão das entidades, mas haverá necessidade do município indicar titular e suplente para as três representações do poder público. Nós estamos sugerindo que em se tratando da SMAMS, Secretário, que a sua indicação contempla entre ttular e suplente algum representante da área ambiental, que trabalhe com a questão dos licenciamentos ambientais, também algum representante da parte do planejamento urbano. Também que haja a possibilidade na indicação de fazer esta composição, porque isto vai qualificar o comitê, porque vai ter dois olhares parentes, indissociáveis na indicação da SMAMS. A SMDE vai indicar seus representantes. O DEMHAB não está aí hoje, mas terá que indicar seus representantes em momento oportuno. Depois vamos para a seção VII da lei. Depois eu vou dar este material a vocês. Na forma de controle vai estar pincelada uma ideia do que se entende que é para o comitê. Eu acho importante, quer dizer, nós sugerimos que por se tratar de uma implementação, que hoje fique á cargo da SMDE, porque estamos falando da implementação, a Secretaria de Planejamento vai entrar de novo na discussão quando fizermos a revisão da lei. Neste momento é a implementação, depois a Patrícia pode dar uma palavrinha, o que compete à área de planejamento. Enfim, competiria a SMDE, um terço de representantes do município, sendo garantida a representação da SPM, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e o DEMHAB, um terço de representantes da comunidade local a ser escolhido pelo Fórum e decreto regulador. Isto é importante, tanto o terço da comunidade local como da sociedade civil organizada, na lei não está especificado como serão escolhidos, ela vai remeter a um decreto que existe, que está valendo hoje, que é o decreto que vai

regulamentar tanto a questão do número de participantes, obedecendo esta proporcionalidade, quanto à forma de eleição de cada uma dessas representações. Aqui: “Fica facultada a possibilidade de participação de outros órgãos institucionais nas reuniões do Comitê de Desenvolvimento da Operação Consorciada Lomba do Pinheiro, em caráter consultivo, quando este entender necessário”. Já aconteceu com a gestão do comitê que está em funcionamento hoje de conversamos com a Saúde, PGM, SMOV, ou seja, precisaremos lá pelas tantas estar discutindo uma questão de contrapartida, a comunidade tinha dito que a prioridade da comunidade era um posto de saúde, aí chamamos a Secretaria da Saúde para conversar sobre isto. A PGM foi junto. Então, o fato de não termos outras secretarias aqui não impede que qualquer outra secretaria de governo possa ser chamada a contribuir com qualquer necessidade que haja. As atribuições, a composição e o mandato de representantes do Comitê de Desenvolvimento da Operação Consorciada Lomba do Pinheiro serão regulamentadas por decreto. Os artigos 20 e 21 remetem para a necessidade de um decreto. “No prazo de 90 dias, contato a partir da data dela publicação”, mas vimos que este prazo deu bem mais, mas pelo menos o decreto existe e está vigorando. A grande peculiaridade da Macrozona 10 em relação ao resto da cidade é que diferente das outras a gente aplica o Plano Diretor sob o ponto de vista de um regime urbanístico. Portanto, em todas as unidades e subunidades da macro 10 a gente vai ter a figura de dois regimes urbanísticos. Lá em 2009, quando a lei foi idealizada, manteve o que o Plano Diretor estabelecia como regime urbanístico para o território, ás exceção de dois zoneamentos que ela vai criar, chamando isto de regime urbanístico básico. E criou outro registro urbanístico, chamado Regime Urbanístico Máximo, com zoneamentos específicos que a lei traz para proporcionar de maneira organizada que empreendimentos que queiram ir para a região possam dentro dos seus cálculos e análises econômicas definir se o Regime Urbanístico do Plano Diretor lhe é suficiente ou se esses empreendimentos precisariam de mais algum aporte, seja de índice, seja de cota para a questão de parcelamento do solo, de repente uma atividade que não tenha naquela subunidade. Então, para isto ele organizou o Regime Urbanístico Máximo, onde muitas dessas subunidades vão receber um incremento, não todas, mas muitas, um incremento de potencial sobre alguns desses componentes nos regimentos urbanísticos. A lei vai estabelecer esse Regime Urbanístico Máximo, a figura da contrapartida, aí a gente tem que saber que contrapartida não é mitigação, contrapartida não é compensação, contrapartida não é lei de parcelamento de solo. Então, para um empreendimento que vocês estão acostumados a ver que eu tenho lá parcelamento do solo e tudo mais, preciso doar os meus 20%, vou doar pelo parcelamento do solo. É um empreendimento de grande impacto? Então, nas comissões serão tratadas as medidas de mitigação e compensação. Para além disso, se precisar usar o Regime Urbanístico Máximo, se ele aderir, se ele quiser usar, não é obrigado, ele também pagará contrapartidas, que poderão ser pecuniárias ou em obras e serviços, a lei estabelece isso tudo também. A linguagem da lei da Lomba é muito semelhante à linguagem do Plano Diretor. A lógica que a gente aplica para a cidade está toda traduzida aqui, não é uma coisa, digamos assim, a alteração urbana consorciada do ponto de vista do seu funcionamento não é alienígena, muito antes pelo contrário, ela replica para bem ou para mal exatamente a forma da gente operar no restante da cidade. O trabalho foi muito pensado com a cabeça de quem trabalha o Plano Diretor, ele não é descasado do Plano Diretor. Este anexo cinco é muito importante, porque ele vai entrar no mérito das questões específicas de atividade de parcelamento do solo. Este é um anexo que vem somar o Plano Diretor, é um anexo que vai falar de zoneamentos novos, zoneamento do regime urbanístico máximo, portanto, que já não existem no Plano Diretor. Todos os zoneamentos do Plano Diretor que existem seguem

existindo e a gente se reporta ao Plano Diretor, inclusive, dentro da operação urbana consorciada para aquilo que for tratado em termos de regime urbanístico básico. Este é um anexo importante. Por último, o último anexo da lei fala sobre malha viária básica, são aquelas situações de corredor de centralidade que o estudo o zoneamento tirado do estudo tenta potencializar para o desenvolvimento da região. Chegamos ao decreto que a lei menciona algumas vezes, ele regulamenta os artigos 19, 20 e 21 da lei. Basicamente o que ele vai trazer? Vai dar número àquelas proporcionalidades, o art. 4º, três representantes de entidades governamentais, meio que repete, mas dando o número. Vamos ao que interessa hoje: "Três representante da sociedade civil organizada, relacionados à temática urbano ambiental e socioeconômica, devendo ser entidades integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental". É por isso que estamos aqui hoje, porque o decreto que ficou de regulamentar estipula que tenha que ser das 9 entidades que estão aqui, não podem ser outras. Maristela, na questão da comunidade local, um conselheiro da Região de Gestão e Planejamento, ou seja, a Maristela por ser a conselheira da Região 07 é, automaticamente, transportada para o comitê, não tem não querer, a não ser que queira mandar tua suplente. Tem que ser uma de vocês. E mais duas vagas para a comunidade, que seriam delegados escolhidos na Região de Planejamento 07. A Maristela já fez a eleição, tirou os nomes, que é uma eleição específica, onde é feita a eleição e são tirados mais quatro nomes, titular e suplente, para as outras duas vagas. "Os representantes terão mandato de 2 anos, podendo ser conduzidos por igual período uma vez". Por exemplo, se o Furtado quiser continuar sendo representante pelo DEMHAB, ou se assim foi indicado, ele poderá por mais uma gestão de 2 anos. O Marcos, a Alexandra, eu e a Patrícia somos hoje os representantes dos órgãos da prefeitura, poderíamos ficar por mais uma gestão. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Os representantes são os mesmos conselheiros ou são as entidades podendo indicar? **O SR. JOÃO MARCELO LOPES DA FONSECA – Atenção Hospitalar e Urgência SMS:** Não. As entidades têm que ser do conselho, não necessariamente as pessoas. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Mas não vai coincidir os mandatos. Vai nomear agora um comitê que vai ter mandato de 2 anos, quando o conselho aqui vai ter um mandato remanescente ainda de mais um ano e pouco. Então, daqui a pouco as entidades que hoje fazem parte do conselho talvez não façam. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É o que está acontecendo, o Conselheiro Diaran da região ainda está lá. **O SR. JOÃO MARCELO LOPES DA FONSECA – Atenção Hospitalar e Urgência SMS:** Mas o Diaran ainda está lá porque aqui nós não fizemos o nosso tema de casa. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Neste mandato que vai se iniciar não tem nenhum ajuste para que ele seja concluído junto com o mandato do conselho? Senão será mais curto. Aí na primeira ou segunda sessão do próximo conselho vai eleger um novo que terá um mandato um pouco mais comprido. **O SR. JOÃO MARCELO LOPES DA FONSECA – Atenção Hospitalar e Urgência SMS:** É perfeitamente adaptável, não tem problema. Nós já começamos com o conselho e não começamos ainda com o comitê, porque o comitê para começar depende do conselho. Ele estipula que seja casado com o CMDUA. Se na segunda reunião já se estabelecer isto, aí praticamente vão se desenvolver simultâneos. Nesta caso nós vamos ter um *delay*, mas poderia estabelecer isto. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** E não poderia vincular ao mandato do conselho aqui? Não por tempo. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Mas aí vai ficar sem operar. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**

Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Tem situações em que se faz, por exemplo, do conselheiro, de alguém que vai ser indicado para uma nova gestão, ultrapasse um mês a posse da gestão, aí neste um mês terá tempo para o conselho se reunir e indicar alguém. (Manifestações fora do microfone). **O SR. JOÃO MARCELO LOPES DA FONSECA – Atenção Hospitalar e Urgência SMS:** Para fazer isto nós teríamos que alterar este decreto aqui. Então, o que sugeriu a colega Eleonora da PGM, que a gente fizesse um novo decreto, que a gente não fizesse um decreto para o regimento, mas que fizesse outro decreto que mudasse neste decreto os nomes das secretarias e já incluísse um regimento, um texto da minuta no mesmo decreto. Então, a nossa situação hoje é – este decreto está válido, o regimento é uma minuta, nós estaremos publicando em um único decreto que vai fazer as duas coisas, vai validar o regimento, que foi o trabalho exaustivo da gestão passada do comitê fazer. Ele já vai consertar neste decreto aqui o nome das secretarias. Como vamos mexer neste decreto talvez caiba isto que tu estás sugerindo, porque nós vamos ter que mexer neste decreto. Isto que tu estás sugerindo é uma questão mais do comitê, não precisa mexer na lei da Lomba para fazer isto. Nós podemos colocar uma observação nesse sentido no novo decreto que vai substituir este por conta do nome das secretarias e vai incluir o regimento, a gente poderia acolher esta sugestão sem problema. Bom, gente, alguma dúvida? **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite. Parabéns pela tua explanação, eu acho que está muito bacana. Eu estou aqui há 6 anos e só tive conhecimento deste processo da Lomba no consorcio, mas não foi tão bem apresentada como tu estás fazendo. Na composição eu vejo que a Lomba encosta na Região 05, mas não faz parte do consórcio. Ou seja, o pessoal que mora lá no Rincão, que faz parte do Belém Velho, o consórcio entra no Rincão. E por que a Região 05 não senta na mesa para poder discutir também com o pessoal da Lomba do Pinheiro? No recorte que houve dos bairros, uma parte da Lomba do Pinheiro ficou com o Rincão. Eu acho que a composição da mesa teria que ser com a Região 05, também entrar na discussão. Fica uma discriminação, porque faz um trabalho em toda a região da Lomba do Pinheiro, entre aquela região que fica naquele canto. Então, vocês estão afetando a Região 05 e também afetando o conselheiro da 05 pela equivalência da melhoria da Lomba, tirando todo o esplendor da 05, não discutindo a mata virgem e não sei o que mais, mas a 05 quando tem que fazer um desvio entra pela Lomba. **O SR. JOÃO MARCELO LOPES DA FONSECA – Atenção Hospitalar e Urgência SMS:** Sim, o senhor está coberto de razão, a gente já detectou isso, mas vamos fazer um raciocínio, a Lomba do Pinheiro enquanto Operação Urbana Consorciada abrange a macrozona 10, que não é a mesma coisa que Bairro Lomba do Pinheiro, tão pouco Região de Planejamento 07. Ela vai englobar massivamente, não sei em números, mas pela imagem podemos concluir que, provavelmente, 85% ou mais da Região de Planejamento 07, que várias pegar outras duas regiões, não só a 05, mas a 08 também, o pessoal da Pitinga. São bordas, são interfaces. Neste momento a gente tem que se reportar ao que está na lei. Lá em 2009 quem instituiu a lei estabeleceu esta regra, provavelmente, porque o território é caracterizado pela Região de Planejamento 07 massivamente. Nós detectamos isto, este é um processo que está posicionado no Bairro Pitinga, é que são dois bairros, tem a Pitinga e a Restinga. Então, está na Região 08 de planejamento, mas dentro da macrozona 10. **Kelly Ramos da Silva, (2ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** A construção é feita na Região 08 e o benefício quem discute é a Região 07. Este é o grande questionamento. **O SR. JOÃO MARCELO LOPES DA FONSECA – Atenção Hospitalar e Urgência SMS:** Perfeito, quem discute é a 07 e o empreendimento poderá acontecer no território. Hoje, da forma que está escrito, o que podemos fazer? Solicitar para o Diaran, agora para a Maristela,

pedir que eles tenham a compreensão de que neste caso estão sendo indicados pela Região 07, mas que não estão lá para representar somente a região 07. Então, o trabalho da Maristela vai ser dialogar hoje na forma da legislação. Não quer dizer que não possa mudar, mas a gente não pode trabalhar fora da lei. Hoje os conselheiros teriam como função representar a macrozona 10. Então, a indicação vem pela 07, mas o trabalho que tem que ser feito é um trabalho que vão ter que conversar com vocês dois. É isto. Tem que ser feita esta conversa democraticamente, (Falas concomitantes). **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Tudo bem, nada a ver com a conselheira da região, a composição não é voz, a composição é real. O que acontece? O conselho da Grande Glória engloba a região do Rincão. A metade da comunidade do Rincão (Inaudível), aí não pega a discussão porque não está no consórcio. João, é uma composição de discussão, que quando houver reuniões da composição do consórcio da Lomba que fique aberto aos conselheiros da Região 08 e da 05 para poder compreender. Eu acho uma discriminação vocês fazerem só o consórcio da Lomba, quando a grande questão hoje da grande potencias de construção não é da Loba, é a Glória. Olha bem a situação, a Glória tem 200 anos de existência, a Glória tem muito mais investimento que a Lomba, a Glória tem hospitais, tem igreja, tem um crescimento de potência, que pega todas as regiões, mas ficou de fora da jogada do consórcio de crescimento. Tudo bem, mas a Glória está no meio transversal da Glória para a Restinga e não a Lomba, a Lomba desce por fora. Se quer vir da Restinga, da Hípica, vem pela Glória, mas a Glória não está no crescimento de potência. Isto é descriminação, fazer investimentos em uma área só e deixar as outras de fora. **O SR. JOÃO MARCELO LOPES DA FONSECA – Atenção Hospitalar e Urgência SMS:** A Operação Consorciada da Lomba foi feita como um projeto piloto de um instrumento do Estatuto das Cidades, em 99, aí foi escolhida, porque o município não tem capacidade de fazer uma operação consorciada urbana para cada bairro. Então, foi feito o projeto piloto, que por alguma razão as equipes que lá estavam elencaram a Lomba do Pinheiro. Foi escolhida uma região para iniciar o projeto piloto sem saber se ia dar certo e nós ainda estamos no meio de implementar um projeto. Então, não é que não possa haver uma Operação Consorciada no 4º Distrito, uma na Glória. Tem que haver e vocês têm de alguma forma pressionar, no bom sentido, a administração para que reforce a equipe do Secretário de Planejamento Urbano para que o pessoal possa abarcar outros estudos. Nós falamos de uma década de estudo na Região da Lomba do Pinheiro para chegar esta lei. Deveria se iniciar estudos. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Primeiro, quero dizer a todos vocês que eu considero o melhor ciúmes que poderia ter neste espaço, porque uma das coisas que nós, eu, a Jane, o pessoal que foi eleito, um dos propósitos nosso é trazer para cá algo que realmente os outros conselheiros não fizeram, que é fazer este desafio aos conselheiros do comitê gestor, Seu Jorge. Não precisa ficar alterado. Nós queremos que esta lei se transforme para toda a Cidade de Porto Alegre. Este é o primeiro projeto do Brasil, é a primeira experiência do Brasil, Seu Jorge. Nós fizemos esta discussão desde 1999, quando tivemos o Plano Diretor de Porto Alegre, que, aliás, eu estava vereadora em Porto Alegre. Seu Jorge, se o senhor olhar as fotos, o fotógrafo da época, ele deveria ter algum problema comigo, porque só lembrou das minhas fotos nesta disputa de eleição agora. Eu não estou em nenhuma foto, por exemplo. O senhor sabe de quem eu estou falando, né! Então, para não entrar nesta polêmica boba, né, mas vamos ficar no foco. Nós construímos o processo de uma forma muito séria e consideramos que demorou muito para nós chegarmos até aqui. Nós estamos quase perdendo algo muito importante para um PSF, de uma discussão longa, onde nós fizemos todo o processo como tinha que fazer. Agora, nós jamais, não pensem isto, vamos nos negar neste processo que estamos

hoje, eu, a Jane, o Nunes que está aqui e faz parte da comunidade, que é lá da Vila Esmeralda, está na Herdeiros, na Tamanca, de discutirmos com a parte que cabe da questão da macro 10. Nós estamos entrando agora e viemos hoje sem tirar o valor das vontades que cada um tem aqui de nos questionar, de avançarmos neste processo, mas nós queremos eleger para não perdermos perder o que construímos até aqui. Seria muito injusto com a nossa região, com este exemplo que estamos dando, nós não somos melhores do que ninguém, mas nós construímos isto aqui. Isto aqui tem que ser respeitado, tem que ser valorizado, sem tirar valor. Eu amo a Glória! Eu amo a Restinga, passo por ali, meus parentes, meus irmãos moram ali. Não é nada pessoal, só que nós queremos hoje eleger as entidades para tocarmos, inclusive, tocarmos a modificação do processo, da revisão deste processo. Então, se nós ficarmos aqui fazendo uma disputa neste momento, seria muito ruim e muito injusto com tudo que nós construímos. Sem desmerecer a Restinga, que é nossa irmã, que passa pela nossa comunidade, que é povo sofrido como nós, que quando tiver algo lá construído nós vamos brigar para que fique lá. Seu Jorge, nós também vamos discutir com vocês, porque seria indigno da nossa parte não fazermos isto. O senhor nunca espere isto de mim, porque Porto Alegre é uma só, eu moro na Lomba do Pinheiro, sou uma pessoa que já passou dos 50 anos e que tem esta consciência humanitária e econômica também. Nós temos visão de urbanidade, que Porto Alegre é uma só. O projeto foi aprovado lá no Ministério das Cidades, é um projeto nacional, que nós queremos que Porto Alegre seja a vanguarda, mas a Lomba foi a primeira e nós temos a obrigação de seguir este processo para que amplie para toda a Cidade de Porto Alegre. Sou parceira, Seu Jorge, com o senhor e com a Restinga, com a Pitinga, que agora é um bairro. E aqui temos entidade, empreendedores, técnicos e a comunidade para avançarmos no processo que já está tarde, porque temos que avançar para toda a nossa querida Porto Alegre. **O SR. JOÃO MARCELO LOPES DA FONSECA – Atenção Hospitalar e Urgência SMS:** Eu acho que é isto, nós temos que entender a Lomba do Pinheiro, esta Região 07 como um exemplo a seguir, para que as comunidades fiquem organizadas e militem para que outras operações urbanas consorciadas, aos moldes da Lomba, possam acontecer no território. Eu acho que é isso, é ver o sucesso desta experiência para que a gente possa estar conseguindo entre gestão, técnicos e comunidade construir outras experiências de sucesso. (Manifestação fora do microfone). **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** O que tu estás colocando agora é o mesmo que colocaram em 2014, mas dou parabéns, a Lomba precisa ser empregada, está atrasado isto. Só gostaria que olhassem com carinho não só uma região, porque têm outras comunidades precisando de um olhar. A Lomba está em um processo adiantado, mas poderia começar a ver outros bairros. Não sou contra a Lomba, tem que avançar, mas estou sentado aqui e preciso defender a região da Grande Cruzeiro, Glória, Belém Velho. Para que eu represento a Região 5? Para ficar olhando? Não, eu tenho que vir discutir para que o conselho fale por Porto Alegre. Olha a orla, a orla está linda, aí a nossa região parada! Aí frustra quando chego no Rincão e o pessoal fala: “Não, nós não queremos saber de vocês, vocês não fazem nada por nós”. Não, Secretário, tem que tirar comissão para discutir os bairros de Porto Alegre. Muitas coisas ficaram no ar, se olhar as atas vai ver os meus pedidos aqui. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu queria encerrar aqui a apresentação do João e passar para as inscrições, depois passarmos para a eleição. Paulo Jorge, a sua indignação tem seu grau de procedência e está posta está registrada. Só que há uma legislação vigente que temos que respeitar, se for mudar a legislação, se for mudar mandato, se vai ter outros conselheiros de outras regiões, isto não está na pauta agora. Nós temos que seguir o que está na pauta, o que

não impede que a gente abra uma agenda para fazer correções e assim por diante. Isto é soma de territorialidade de Porto Alegre, a gente tem o fator bairro, temos região de OP, temos região de planejamento. Então, quer dizer, isto não conversa um com o outro e geram essas diferenças, mas temos que pensar de forma coletiva, saber que a pauta agora é esta. Eu vou sugerir o encaminhamento, porque eu estava lendo a pauta do assunto, que é a apresentação e a indicação dos membros. Então, vamos indicar os membros e depois a gente abre a rodada, aí já emenda com a manifestação dos conselheiros. Então, vamos encaminhar a votação e depois abrimos para a rodada, onde todos vão poder falar. Vamos retomar que quem vota são as entidades. **O SR. JOÃO MARCELO LOPES DA FONSECA – Atenção Hospitalar e Urgência SMS:** Cada um escolhe uma entidade, as três entidades mais votadas estarão eleitas. Tem que ver quais entidades querem participar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** As entidades são ABES, ACESSO, ÁREA, CAU, IAB, SAERGS, SENGE, SINDUSCON e SOCECON. Receio que poderemos ter um acordo ou querem fazer votação? **O SR. JOÃO MARCELO LOPES DA FONSECA – Atenção Hospitalar e Urgência SMS:** O Saffer perguntou na reunião passada se poderia haver uma composição de entidades. Não, não pode, são três entidades, não são seis entidades. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu acho que pode ter entidade que não quer participar. Então, faço a sugestão de vermos quais entidades querem participar e que dê uns 5 minutos para a entidade justificar porque quer participar. Não sei se o snehor entendeu. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu entendi, só fiz uma pergunta anterior se há consenso, porque todo mundo já se conversou. Tem consenso? **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Sobre o processo de fato, como que se dá o processo eleitoral? Tem algumas coisa escrita ou tem alguma experiência recente que podemos ter como modelo? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós vamos ver quais são as entidades que se habilitam ou se retiram do processo. Se sobrar três está resolvida a votação. Eu percebi que já houve diálogo. Então, fiz a pergunta. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** As entidades conversaram um pouco antes da reunião, mas não foi concluído porque iniciou a reunião. Pelo que vimos tem três entidades que se colocariam à disposição. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A ÁREA se manifestou que não tem conhecimento. Então, pergunto, ABES se habilita? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Presidente, eu entendi a pergunta do conselheiro, é se existe algum histórico, se já foi feito isto alguma vez, como de fato já foi feito das entidades se reunirem ali fora e trazerem uma proposta. Inclusive, já teve uma reunião que aconteceu ali fora e esqueceram que eu era entidade também, não me chamaram, mas foram lá fora e fizeram a votação. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Hoje foi o Sérgio que ficou de fora. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Não, ele estava ali fora. Então, a minha proposta é dar 5 minutos de intervalo, que as entidades possam ir ali fora conversar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, até 20h05min fica suspensa a reunião. **INTERVALO**.

Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS: Nós fizemos um término do nosso encontro. Esses dias eu até estava conversando com um amigo sobre consenso e entendimento, o entendimento talvez não pressuponha somente maioria, não de maneira absoluta, mas encaminhamos por maioria a IAB, SAERGS e ABES. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A ACESSO concorda? **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Sim, estamos de acordo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A ÁREA? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Sim. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O CAU, o Vinícius já se manifestou. O SENGE. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** De acordo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O SINDUSCON. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu gostaria de falar sobre o peito. Boa noite. Eu ponderei para a comissão que se reuniu ali fora que a Operação Consorciada Lomba do Pinheiro foi idealizada para ter um tripé entre a comunidade, o governo e aqueles que vão empreender na região. Eu fiz parte do primeiro comitê que conseguimos eleger, como SINDIMOVEIS, tenho experiência como conselheiro de região também, tenho também uma visão bastante particular sobre a Operação Consorciada Lomba do Pinheiro. Até tenho algumas reflexões de porque ela até hoje não funcionou. Então, ponderei para a comissão que eu achava que o SINDUSCON teria que participar desta comissão, até porque eu seria como representante um porta voz do comitê junto ao sindicato, que em última análise é quem vai trazer os empreendimentos, é quem vai dar as contrapartidas. Os grandes interessados, depois da comunidade, são os empresários. E o poder público fica no meio tentando fazer com que as partes se entendam, vamos dizer assim, porque, na verdade, o poder público está representado até pela própria legislação, a legislação da Lomba do Pinheiro. Então, foi com esta intenção que eu disse, Maristela, que os empreendedores tinham que ter representação, mas a maioria achou que não, que não precisa os empreendedores estarem representados. Eu respeito a posição, respeito, mas acho uma pena que vocês não tenham decidido por esta questão, porque eu acho que o SINDUSCON teria muitas contribuições a fazer para que esta operação consorciada saísse realmente do papel. Eu já havia dado para o Diaran, o outro representante da região, quando ele reclamava que não chegavam as contrapartidas, que até hoje não se conseguiu fazer nada com esta operação consorciada. Diga-se de passagem, os diagnósticos foram feitos em 2000, pelo sendo do IBGE, em 2003 foi feito um senso participativo, em 2004 que realmente se condensou todas as informações. Ou seja, faz 15 anos este diagnóstico, que se conseguiu formatar em lei em 2009, que até 2019, porque certamente não vai acontecer nada em alguns meses, até 2019 a operação consorciada não funcionou. Então, alguma coisa deveria ser feita. Eu tinha dito para a representante da região que deveria, realmente, se encontrar de novo com o poder público e se encontrar de novo com os empreendedores, para ver o que poderia ser feito para dar certo. E o meu intuito de me oferecer para fazer parte desta comissão era neste sentido. Então, eu termino a minha fala e aceito a escolha de como foi feita a escolha, pela maioria, democraticamente. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. SOCECON, concorda? **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Concordamos sim. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**

Sustentabilidade - SMAMS: Então, estão escolhidos, é a IAB, SAERGS e ABES como representantes das entidades do CMDUA no Conselho da Operação Urbana Consorciada da Lomba do Pinheiro. Passo para as manifestações.

APROVADA a representação de entidades para a Operação Urbana Consociada Lomba do Pinheiro: Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS; Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS e Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS.

Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP: primeiramente, parabéns a todos que fizeram esta eleição e vão compor a Lomba do Futuro. Eu acho que é uma falha também do decreto, da forma da legislação, eu acho que tem que atender as três partes, que é a parte ambiental, urbanística e o empreendedor. No meu entender a lei consorciada deveria ter este apanhado e abranger todas as partes. Então, eu acho que é uma questão que dá para se trabalhar, caso venha a ter uma nova resolução, uma nova proposta de decreto, de se readequar neste ponto, porque eu acho que quem perde não é o conselho, é a cidade. Em relação à Lomba, eu já venho trabalhando há certo tempo dentro desta questão, tem muita informação em relação à Lomba do Pinheiro e vejo que é um grande problema a delimitação da macrozona 10. É algo que foi apontado aqui, pega parte da Região Belém Velho, pega parte da Região Restinga, essas regiões se sentem prejudicadas. Por exemplo, tem um terreno 4305 na Restinga, pega metade do terreno dentro da macrozona 10, outra metade dentro da Região de Planejamento 08. Então, para tramitar uma situação desta fica muito difícil. A questão toda, analisando no todo, é que a macrozona 10 deveria ser delimitada pelas vias, que hoje ela tem uma série de linhas imaginárias, que é algo que dá confusão, Maristela. Se fosse pela Estrada do Rincão ficaria mais fácil de definir. Então, vocês pegam uma parte da macrozona 10, que sai da Estrada do Rincão e vai dar na Antônio Borges. Não tem nada a ver, é uma linha imaginária. Então, dá muita confusão, daqui a pouquinho pode cortar mais uma vez terrenos pelo meio, que vão tramitar muitas vezes com projetos. Então, é uma questão que deve se pensar, acredito que a equipe da SMDE está preocupada com esta situação e vai achar uma solução para trazer para este comitê, para poder trabalhar de forma que venha atender os anseios das comunidades. Seria esta a minha colocação. Obrigado. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Não, apenas queria fazer uma consideração. Eu acho que estão muito bem definidas as três entidades, porque temos duas entidades que representam os arquitetos urbanistas, com uma longa atuação nesta área. Nós temos a ABES. Não entendo, Dal Molin, que seja necessária a participação direta do SINDUSCON neste comitê. Cabe to à prefeitura, a seus técnicos, quanto a este comitê, criar condições para que os empreendedores realizem aquilo que a prefeitura entendeu que é desejo daquela comunidade, aquilo que a prefeitura entendeu que é necessidade daquela comunidade. Criar os atrativos, criar, talvez seja isto que está faltando. Nós já temos um longuíssimo tempo de operação do comitê e poucas realizações. Isto sempre com a participação do SINDUSCON. Se até agora muito pouco foi realizado, muito pouco foi realizado porque os incorporadores, os empresários não tiveram interesse maior na área. Não depende da participação deles no comitê, depende de técnicos, de comitê, de comunidade, todos juntos criarem os atrativos para que o setor privado vá investir nesta área. E eu não acho que é por dentro do comitê que o setor privado vai criar os atrativos. Não é bem isto. E se criar, vai criar apenas para realizar os seus negócios, os seus lucros, quando o que se trata aqui é de desenvolver uma área da cidade, desenvolver para a cidade. Nesta linha eu acho que

escolhemos muito bem e muita coisa ainda vai cair neste conselho para ser discutido, onde o SINDUSCON está representado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria fazer um comentário sobre essa questão das divisas que tanto se falou aqui. Como já disse, trabalhei por um período muito longo na prefeitura e, invariavelmente, para não dizer sempre, sempre que se trata de dividas, de demarcação das antigas unidades territoriais, seja o que for, os bairros... Um trabalho muito sério que foi feito sobre os bairros, sempre termina em conflitos das comunidades. É muito difícil fazer um trabalho em uma área territorial de Porto Alegre com essas divisas, esses limites que, às vezes, beneficiam alguns e não beneficiam os outros, que tenha um cosenso, é quase impossível. Então, na verdade, não é um grande problema, porque o momento em que uma região começa a se desenvolver, as regiões contíguas passam também a captar aqueles investimentos, e, provavelmente, as próprias legislações se estendam. A crítica que foi feita e está correta é que não se fez mais, quando eu digo que não se fez mais, eu era prefeitura. Agora, também não quero fazer o mea culpa, porque as dificuldades que se teve para implantar este projeto da Lomba na época, as pessoas iam com carro próprio fazer reunião na Lomba do Pinheiro. Então, não quero fazer choradeira de ex-técnico, mas é o Brasil, é o Rio Grande do Sul, é Porto Alegre que funciona assim. Se foi feita só a Lomba é por causa das condições na época, a comunidade era mais organizada e a Lomba estava sofrendo um processo de extensão muito rápido, que não tinha tanto na época, em outras regiões. Paulo, quando tu falaste da Gloria, que tem igreja, tem estrutura, eu também moro lá, eu defendo a Glória, mas é impossível, quiçá, pudéssemos fazer o que era uma ideia lá no inicio do planejamento, dividir a cidade em regiões e cada região ter um núcleo de planejamento, com um grupo de arquitetos que tratavam daquela região. Hoje é impossível em função do número de funcionários. Eu concordo, Dal Molin, que seria importante, eu acho que nós, a sociedade, temos que quebrar um pouco esses limites que tem entre a comunidade, o investidor, mas, de qualquer forma, foi uma composição que se fez, existe esta possibilidade de compor com a suplência, não sei se vai ser possível ou não. Não é um titular e um suplente? Não vamos votar aqui o suplente, as indicações depois serão feitas. Só para encerrar o que o Sérgio falou, queria justificar porque nos indicamos para esta vaga. Nós fizemos uma consulta, a Cléia Oliveira, que para quem não conhece é a pessoa que começou e fez tudo na Lomba. Ela se dedicou, não vou fazer uma propaganda dela, mas ela dedicou sua vida ao trabalho na Lomba, nosso que terminou se mudando para a Lomba. Ela tinha um sítio lá, mas hoje mora lá, vendou o que tinha aqui, hoje tem só um apartamento. Ela tinha muita resistência, ela se aposentou, teve uma doença muito grave, está se recuperando, mas aceitou este desafio. Independente da entidade, eu não teria dúvida em dizer que a pessoa que talvez hoje mais possa contribuir... Eu acho que o João chegou a trabalhar com ela, na época. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, por favor, tempo. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** A Sociedade de Economia concorda com a nomeação dessas três entidades que representam profissionais do Rio Grande do Sul, que têm demonstrado bastante comprometimento com as questões do Conselho Municipal. E nós acreditamos que o SINDUSCON tem um enorme protagonismo na cidade há muitos anos, tem uma participação efetiva como empreendedor, representante dos empreendedores. Portanto, neste momento a Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul acha mais adequada esta nominata SAERGS, IAB e ABES. Eu acho que foi uma escolha importante e oportuna para o momento. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu acho que foi uma escolha importante, mais do que uma escolha das entidades,

mas a possibilidade da continuação a este trabalho, que eu acho muito significativo. Se nós conseguimos desenvolver algo mais significativo, mais concreto na Lomba, eu acho que pode servir para a cidade como um todo, como experiência, como laboratório de trabalho. Eu acho importantíssimo a gente tentar, por isso é tão séria esta questão, por isso fico contente que se tenha feito a eleição da forma que foi feita. Dal Molin, horas tu vais estar certamente participando, mas neste momento eu acho que foi uma conjunção possível de ser feita. Eu fiquei muito satisfeita com isso e espero que a gente consiga implementar isto na cidade, que isto venha a servir de possibilidade, inclusive, de experimentação do pensamento sobre a cidade, que é uma coisa que estamos precisando muito aqui. **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Para aqueles que não me conhecem, eu sou o Júlio, estou substituindo a colega Claudete Simas, pela ACESSO. Então, só gostaria de fazer uma fala breve, até porque tem muitas pessoas que querem contribuir aqui com esta escolha. Foi uma escolha importante feita hoje e saudar esta nova composição do conselho, também lembrar que estão presentes aqui a Jane, a Maristela, o Nunes também, que são os representantes do setor comunitário. Agora também precisamos pensar, como o colega falou, de termos boas representações da prefeitura, que seria o próximo passo, que é a prefeitura fazer boas indicações. Então, é saudar este passo final que está sendo dado, esses últimos passos para esta nova composição do comitê. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu lembro que no final do ano passado, em relação á discussão que o Paulo e a Kelly nos propunham, um pouco antes do processo eleitoral iniciar, passou por este conselho uma proposta de revisão dos limites das regiões, que o conselho, exatamente porque estava em cima do processo eleitoral, e era: hoje eu voto aqui, amanhã eu voto ali; o conselho resolveu votar contra a alteração. Eu acho que, realmente, nós não podemos ter uma base para a gestão planejamento urbano, outra base para outra base, para cada coisa que vamos decidir ter uma base geográfica. Isto às vezes me espanta, algumas coisas que a gente tem que ir na bibliografia buscar um pouquinho de erros que a humanidade faz. Tem um cara lá, um velho chamado Maquiavel, que diz que a melhor coisa é dividir para governar. Então, isto ele falou em 1.400 e até hoje nós não aprendemos, nós vamos decidir uma base geográfica para decidir uma coisa e divide a população, que é a melhor maneira de se governar. Então, eu acho que nós temos que decidir em um passo seguinte esta questão de resolver esta base geográfica. O que importa é o morador da Pitinga, ele se sente mais morador da Restinga ou da Lomba. Ele é quem tem que dizer, é isto que nós temos que captar com a população e refazer esta divisão das regiões. A questão da participação da ABES, eu acho que eu e o Dal Molin participamos de reuniões diferentes ali fora. Foi colocado bem claro que assim como houve entre a ÁREA e o Sindicato, a suplência vai ser discutida depois, nós podemos fazer composições. Nós temos sócios que são do SINDUSCON, do Sindicato dos Arquitetos, que são sócios do IAB, que são sócios da ABES, tem pessoas que são sócias da ABES que também são filiadas ao SINDUSCON. Então, não houve a exclusão de ninguém. Cada vez que vai haver uma votação aqui – “Ah, eu fui excluído”; aí vem trazer para o microfone. Eu já fui excluído “n” vezes aqui e não vim trazer para o microfone – “Ah, eu fui excluído, não vou participar”. A conversa ali fora foi bem ao contrário, temos estas três entidades e estamos abertos para a composição. Acho que a Lomba do Pinheiro é um dos nossos centros de preocupação na questão ambiental. Então, a participação da ABES, a questão saneamento, onde vemos aqueles arroios lá rodando com a própria barragem que foi abandonada pelo DMAE porque não tem mais condições de captar água para abastecer a população, acho que esta discussão até hoje não foi devidamente discutida e levada na região. Eu acho que nós temos que levar a

discussão ambiental para a região. **Kelly Ramos da Silva (2ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** Eu estou chegando agora, não sei nada, mas estou com muita vontade de aprender. Isto me dá uma vantagem, porque eu não estou no círculo vicioso de coisas que aconteceram, de coisas que foram empurrando e eu estou com vontade de discutir. Eu acho que precisamos sim discutir a reforma da lei e este é o local apropriado, pelo menos este é o meu ponto de vista. Este conselho tem que discutir a reforma da lei, porque a Região 08 não pode ser prejudicada da forma que está sendo prejudicada com este empreendimento, que é este que estamos discutindo. De fato, este empreendimento que vai para a Pitinga, que é o que levantou esta grande discussão entre Lomba do Pinheiro e Restinga, porque é um empreendimento que despeja milhares de pessoas, mais de 4 mil pessoas dentro da Pitinga, onde de contrapartida vai ser construído um posto de saúde na Vila Esmeralda, sendo que a Pitinga não tem posto de saúde, usa o Posto de Saúde Vila Castelo da Restinga. Então, precisamos discutir sim a reforma da lei, até para vermos os limites. A gente precisa, urgentemente, rever os limites, as delimitações de áreas, porque não podemos continuar trancando o empreendimento, como o colega Emerson já citou, por causa da área. Então, precisamos fazer isto e a Região 08 tem vontade de fazer isto com urgência. Obrigada. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vai falar só um pela região, ou a Jane, ou a Maristela. Peço a compreensão. **Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Eu vou me colocar junto com a Kelly, porque sou nova no Plano Diretor e sei bem pouco. O que me chamou bastante atenção durante todas estas horas que estamos discutindo, que pelas minhas contas ficamos por 19 anos para aprovar uma lei, esta consorciada da Lomba do Pinheiro, mas pelo o que parece nada foi feito na Lomba do Pinheiro nestes 19 anos, o que não é verdade. A Lomba do Pinheiro modificou completamente a sua face nestes 19 anos ou mais, as construções estão lá, as pessoas estão lá morando, as coisas estão acontecendo e a lei continua sendo discutida como se nada houvesse no Pinheiro. Parece que estão esperando a lei para construir alguma coisa, para dar contrapartida ou alguma coisa parecida. Então, fico abismada, porque parece que o que se fala aqui não é o que acontece na região, não é a mesma cidade que estamos vivendo, é uma coisa diferente, um troço abstrato. Eu fico completamente ignorante na situação, porque quem conheceu a Lomba do Pinheiro há 10, 15 anos atrás sabe que hoje é outra Lomba do Pinheiro. Tem prédio para tudo que é lado, tem empreendimento imobiliário de luxo para tudo que é lado. Então, vocês me desculpem, mas eu não sei o que vocês estão discutindo aqui, não sei mesmo. Eu estou todo este tempo aqui escutando e continuo sem saber, porque está se discutindo uma coisa que a lei ainda vai ser aprovada, vai ser colocada em execução de um troço que já existe. Eu gostaria de ser esclarecida a respeito disto. **Geisa Tamara Bugs (1ª Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Apenas queria contribuir com esta questão do limite, da inclusão das regiões 05 e 08. Eu acho que esta é uma discussão muito pertinente, a reivindicação de vocês é válida, é importante. Eu acho que esta é uma questão que deveria ser discutida durante a revisão do Plano Diretor, estas questões de delimitação das áreas, seja ela por limites administrativos, como é no caso dos bairros, ou seja ela na divisão de zonas, como é no caso da aplicação do regime urbanístico. Eu acho que o momento oportuno está dado agora, que é durante a revisão do Plano Diretor. Então, essas coisas tem que ser discutidas durante a revisão do Plano Diretor. Esta é minha opinião. Obrigada. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite. Eu só gostaria de parabenizar a escolha das três entidades que, com certeza, vão representar muito bem esta nova região. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:**

Realmente, é uma grande oportunidade e entendo a vontade política das coisas acontecerem. Eu vejo muito que nós temos que nos preocupar com o que a comunidade realmente vai querer. E eu entendo que a participação das entidades vai ser até no nível de dar um assessoramento técnico na sua participação junto com a comunidade. Então, eu vejo que as coisas estão bem encaminhadas, torcer para que tudo agora ande de forma bem dinâmica. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu também quero dar os parabéns pela eleição, pela escolha. Concordo com o Hermes, são pessoas competentes que vão fazer um bom trabalho, mas não posso deixar de falar sobre o que falou o não Conselheiro da ABES, o Darci Campani, quando diz que teve duas reuniões diferentes, como se eu estivesse me sentindo excluído e que, então, agora não vou participar. Eu acho que tu exageraste, Darci. Eu acho que não falei isto em nenhum momento, não me senti excluído e nem disse que não vou participar. As pessoas que me conhecem sabem que eu tenho muito mais anos de conselho do que talvez muitos aqui dentro. Se eu estou aqui de novo, se saí de uma entidade para a outra, é porque alguém reconheceu em mim alguma forma de contribuição para melhorar a cidade, desde quando fui conselheiro de região também. Acho que neste caso talvez tu tenhas razão, eu como pessoa física tenho muito a contribuir, mas quando eu estava me posicionando ali fora e aqui dentro, estava fazendo em nome de uma entidade e não na minha pessoa física. Eu não vou ficar nenhum pouco chateado se eu for excluído ou se não participar. Agora, ficaria muito chateado se eu não pudesse contribuir com a minha cidade como pessoa física, nisto eu ficaria muito chateado. A minha fala foi no sentido de que achava muito mais construtivo para a comunidade a presença da minha entidade naquele comitê. Se a maioria achou que não eu respeito e aceito. Esta pessoa que tu viste ali fora, aí eu vou dizer, não era eu que disse que – “Ah, fui excluído e não vou participar”. Não sei quem tu viste ali que fez esta colocação, porque em nenhum momento. Se alguém quiser se manifestar por ter visto alguém brabo ali, dizendo que não vai participar porque foi excluído, quero que se manifeste agora. Darci, fica o meu alerta, nas reuniões do conselho do ano passado, onde sempre dava alguma confusão era com a tua pessoa, porque tu estavas sendo distorcendo os fatos. Então, agora foi uma situação que aconteceu ali, que eu acho que mereço um pouco mais de respeito, porque em nenhum momento fui desta forma teatral como tu me descreveste. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Mas eu não falei. Pega a gravação e vamos ver. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Já aconteceu outras vezes aqui no conselho, tem até o Conselheiro Chico aqui, que tu te manifestas e depois não assume. Então, vou terminando aqui minha fala e volto a parabenizar a comissão eleita. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, nós tivemos uma apresentação pela Arquiteta Ada, há umas duas reuniões, onde ela apresentava diretrizes de discussão para realizar o Plano Diretor. Em uma delas foi colocado este problema que ocorre e hoje é concreto, precisa ser melhor planificado, da questão que relaciona a macrozona 10 com o desenho de bairro, com o desenho de região de planejamento. Evidente, há maneiras e as pessoas estão resolvendo isto, mas o ideal, o correto, seria que não houvesse a sobreposição das regiões. Nós tivemos uma eleição, o Campani falou, que na véspera da eleição, por uma preocupação do Presidente, foi colocada a discussão dos bairros, que a gente fizesse certa adequação. Nós fizemos uma análise e tinha tanto problema que era melhor deixar do jeito que estava. Não que nós não concordássemos que deveria ser modificado. Aí nós identificamos, mapeamos, deve estar até os nossos riscos nesses mapas, onde estavam os problemas que poderiam acontecer. Não surgiram em nível de criar algum conflito com a eleição, mas até poderiam de certa

forma se pegasse algumas situações que estavam exatamente na Lomba com a região do Belém velho. Ou seja, é um tema para a revisão do planejamento, a revisão do Plano Diretor, como disse a colega do IAB. É uma oportunidade de resolver isto que está acontecendo. Eu quero fazer outra observação a respeito da representatividade de qualquer fórum que queira representar os interesses da sociedade, que é pluralista e deve ter todos os elementos, todos os representantes, todos os setores nesses fóruns, discussões que decidem a vida das pessoas. Infelizmente, ficou na conta do CMDUA esta distribuição da representação na Lomba, que também considero uma distorção e eu acho que deveria na oportunidade ser alterado, porque eu acho inadmissível que os representantes do empresariado, que realmente tem alta importância, porque são os que promovem do ponto de vista financeiro essas melhorias propostas tanto pelo poder público, quanto pelos outros órgãos de controle, e não estão representados neste Fórum de discussão. Então, lamento que tu ficaste na conta do CMDUA e o CMDUA não contemplou com todo o direito que tinha, porque a eleição foi legítima e dentro daquilo que estava previsto na lei do consórcio da Lomba. Era isto, Presidente, e obrigado. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Presidente, o próximo passo em relação à criação do fundo, nós vamos ter que chamar uma reunião no comitê? Nós temos a questão de uma contrapartida que está vindo, nós temos prazos, mas neste meio tempo temos que trabalhar essas questões. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Maristela e demais conselheiros, Conselheira Jane, hoje o João Marcelo e a Patrícia representam a SMDE, vão esclarecer vocês. O nosso papel aqui na reunião de hoje, independente dos pontos de vista e não vou expressar meu ponto de vista aqui, procurei conduzir os trabalhos, porque tivemos um momento muito importante que conseguimos avançar, é definir os conselheiros. Em relação ao andamento da Operação Urbana Consorciada, não é neste fórum aqui. Então, cabe ao executivo, no qual eu me incluo, mas não é ao CMDUA. Então, é o executivo, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a SMAMS, o DEMHAB, Secretaria da fazenda, enfim, tem uma agenda que talvez estejamos atrasados uns 20 anos, mas antes tarde do que nunca. Senhores, eu agradeço a presença de todos, está encerrada a reunião. Obrigado. **ITEM 4: Término (Às 21h15min).**

O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.

Maurício Fernandes	**Aline Brum de Lima**
Presidente	*Secretária Executiva*

Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2018, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2777/2018

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, com a abertura dos trabalhos de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, sob coordenação de Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6** e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Denise Calvet Pinto (2ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Alexandre Cavagni (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Cláudia Remião Franciosi (Titular), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Júlio Picon Alt (1º Suplente), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**: Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Kelly Ramos da Silva (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**.. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação das Atas 2775 e 2776; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h28min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Então, abrindo esta reunião ordinária. **2. Votação das Atas 2775 e 2776.** Votação das Atas. Alguma consideração? **Aline Brum, Secretária Executiva:** A nossa taquígrafa mandou um e-mail. Desculpa, esqueci de avisar o Secretário, mas eu enviei o email a vocês explicando que ela teve um problema no equipamento e não conseguiu concluir a 2776 para votarmos as duas. Então, vamos deixar a 2776 para a próxima reunião. **Maurício Fernandes, Presidente e**

Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Então, em votação a Ata 2775. A Ata 2776 não está em discussão. Então, fazendo o processo de votação por aclamação. Quem tem alguma objeção à aprovação da ata, por favor, que se manifeste. Os favoráveis permaneçam como estão. Como três abstenções: do Mark da SOSECON, do Felisberto da RGP. 01 justificando que não estava na reunião e da ACESSO. **APROVADA A ATA 2775**. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos e a todas. Eu queria justificar a ausência da RGP. 01 nas duas últimas reuniões. Eu foi por motivo de trabalho e o conselheiro suplente se encontra viajando. A Gláucia é advogada da ocupação Mirabeau, está envolvida na questão e por isso não comparecemos. Muito obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Fica registra a justificativa. Antes de entrar na Ordem do Dia, gostaria d emergência manifestar, porque estou impossibilitado de permanecer na reunião em função de compromisso pessoal, familiar. Eu tive a oportunidade de conversar com alguns conselheiros, os que eu não conversei peço escusas, foi por falta de oportunidade. Então, é um compromisso, minha família e vou ter que me ausentar da condução dos trabalhos. Eu não quero que isto, absolutamente, cause prejuízo na condução dos nossos trabalhos aqui. Vou propor aos senhores uma forma de escolha da pessoa *ad hoc*, só para a reunião, que faça a condução dos trabalhos. Nós poderíamos ter vários critérios de escolha, mas acredito que como é só para conduzir os trabalhos de hoje não precisamos alongar muito este ponto de pauta extra. Eu vou sugerir que o Conselheiro Gomes presida, porque na gestão passada o conselheiro Gomes presidiu este conselho por quase um ano. Então, é uma pessoa que tem a experiência, é *ad hoc* para o dia de hoje. Seria uma forma de reconhecimento e cortesia pelo serviço que prestou aqui, mas respeito de alguém tiver outra sugestão. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite. Eu acho oportuno que venha este assunto. Nenhuma restrição que o Gomes conduza, mas a necessidade, Secretário de cumprirmos o regimento interno, que teve tanto estresse no início desta gestão, que fizéssemos um encaminhamento para escolher os vice-presidentes. Nós temos que sair com este compromisso de quando será escolhido, como será escolhido. Senão um dia é o Gomes, outro dia sei lá quem vai ser. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A minha intervenção vai no mesmo sentido. Em uma reunião anterior foi levantada a questão do regimento, hoje eu não sei o que está valendo, porque nós temos um regimento interno antigo, houve uma liminar que derrubou algumas coisas. Realmente, a questão do vice o decreto não mudava, não tem o mínimo porque não pautarmos a escolha dos vices. Como não temos vice o secretário está fazendo a pauta com a secretaria do conselho e não há a participação das entidades e nem das RGPs para formular a pauta. Então, vai ficar difícil. Quanto ao Gomes também, muito antes pelo contrário, por toda a experiência dele que presida esta reunião. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado pela manifestação e compreensão. Vamos pautar sim a eleição do vice. Eu aproveito o ensejo para justificar, como esta pauta está muito densa, hoje optamos por não pautar o regimento, mas a proposta do regimento muda o critério de eleição dos vices. Então, a ideia era votar o regimento primeiro. O regimento na proposta inicial era para ter sido votado há bastante tempo, como o próprio conselho pediu mais prazo, não tem nenhum motivo para não conceder o prazo e foi ficando este tema também. A votação pode e deve ocorrer sem problema algum. Só faço esta ressalva de votarmos o regimento primeiro. Acredito que a gente possa fazer uma reunião, inclusive, extraordinária, porque o

processo do regimento, esta presidência está devendo de apresentação aos senhores e definirmos conjuntamente a metodologia. Então, precisamos de reunião só para isto. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** Presidente, sugiro colocar em votação a indicação do Gomes presidir a reunião hoje. Se alguém for contrário que se manifeste. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está bem. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Senhor Presidente, nós temos um regimento que fala em eleição de vice. Então, o senhor está tomando uma posição monocrática de adotar a eleição depois da eleição. Esta é uma decisão monocrática sua. Eu acho que o conselho aqui gostaria de palpitar se nós vamos primeiro votar um ou esperar votar o regimento. Não tem nenhuma implicação votarmos um novo vice. Enquanto nós não temos os dois vices, que é o que está no estatuto, infelizmente, o senhor fica, monocraticamente, decidindo as pautas sem a devida assessoria dos vices, conforme o regimento de hoje. Concordo que votarmos a substituição, mas que na próxima reunião se vote a questão dos vices. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está acolhido, não tem problema nisso, a gente faz este encaminhamento. Então, por aclamação, em votação a proposta que o Conselho Gomes assuma *ad hoc* a reunião de hoje. Quem for contrário que se manifeste. Abstenções? Então, aprovado, com uma atenção do SENGE. Agradeço a compreensão do conselho e convido o Conselheiro Gomes a assumir os trabalhos. **APROVADO PARA PRESIDIR A REUNIÃO O SR. LUIZ ANTÔNIO MARQUES GOMES (TITULAR), REGIÃO DE GESTÃO DE PLANEJAMENTO SEIS – RGP. 6 (*AD HOC*)**. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, boa noite. Vamos direto à Ordem do Dia. **3. Ordem do Dia.** Eu tenho uma sugestão de inversão de pauta, há três projetos que serão apresentados e há uma particularidade entre dois projetos, que serão apresentados pelo mesmo escritório de arquitetura. Para ficar mais leve, digamos assim, sugiro que se apresente primeiro o projeto de viabilidade do Zaffari, da Ary Tarrago com a Protásio Alves, será apresentado pelas arquitetas Fernanda e Ana Paula. Depois teremos outro da Cristiano Kraemer, que vai ser apresentado pelo Arquiteto Jayro. Ele pode entrar, dar uma folga para as arquitetas, apresenta o projeto, depois a Fernanda e a Ana Paula voltam. Podemos passar assim? Então, é o **3.05. EXPEDIENTE: 002.30288.00.1. INTERESSADO: Zaffari. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. Protásio Alves, 7472. RELATOR: RGP. 03**. **Fernanda Bruch, arquiteta do empreendedor:** Boa noite a todos. Estou aqui representando o Arquiteto José de Barro Lima para apresentar o projeto do Zaffari na Ary Tarrago, esquina Protásio Alves. A proposta do projeto é a implantação de um shopping, um hipermercado e também algumas torres de serviços. (Imagens áreas do local, apresentação de slides, plantas e croquis). Este projeto já foi objeto de análise, tanto de EVU quanto deste conselho. no parecer emitido de aprovação do projeto foi solicitada uma maior inteiração para os pedestres junto à fachada da diretrizes 2703. É esta modificação que estamos apresentando a vocês. Foi inserido no interior da quadra uma área de respiro, para trazer tanto luz e fazer a conexão com a praça que está do outro lado da quadra. Aqui (slide) mostra o hipermercado posicionado, o shopping se desenvolvendo ao longo da Ary Tarrago, área de cinemas no canto e algumas torres voltadas para serviço, pontuadas nas esquinas. Esta seria a planta do nível principal, que é o nível que tem esta praça no centro da quadra, onde vai se desenvolver toda essa dinâmica de praça, priorizando o pedestre. Infelizmente não vou conseguir apresentar a vocês um videozinho, a internet não ajudou. Era esta a nossa apresentação. (Manifestação fora do microfone). As

torres são todas para atividades de serviço. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Vou abrir para manifestações. Este projeto retornou. Existem diferenças grandes de abordagem para outra abordagem. Eu não me recordo, não sei se tem mais algum colega conselheiro de 2016 que lembre se as torres eram residenciais. **Fernanda Bruch, arquiteta do empreendedor:** Não existiam tores no projeto anterior. Existia o shopping, o hipermercado, os cinemas, tudo, só não tinha as torres. O projeto ocupava mais área, era mais espalhado. Em termos de área não houve grandes modificações na área, mas é irrisório perto do montante. Se eu não me engano, foram 6.000m² apenas de diferença. A área é muito próxima do que estava, nós tiramos área adensada, em termos de área adensável o projeto está menor. E nós deslocamos algumas áreas antigamente do shopping para as torres. Em termos de vagas é praticamente igual, a diferença é de 04 vagas. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu entendo que não cabe a nós discutirmos o projeto em si do ponto de vista da concepção arquitetônica, a implantação, a não ser algumas questões específicas. Aqui havia uma posição dentro de um grupo de planejamento, a nossa restrição a shoppings, embora esteja na lei, não há também nenhuma entidade que vá se posicionar contra shoppings, esses megaempreendimentos, porque cada um desses megaempreendimentos fecha algumas centenas de pequenos empreendimentos. Isto faz parte da nossa cultura, do nosso modelo de desenvolvimento. Eu acho importante deixar isto registrado. Outra questão é que cabe a nós os aspectos legais. Como este processo está voltando, do ponto de vista de atividades, de acessibilidade, gostaria que a EPTC se pronunciasse, porque esses empreendimentos muito grandes, invariavelmente, causam problemas de fluxo, de trânsito em geral. Outra questão importante são as contrapartidas. Eu acho que aqui no conselho uma das questões mais importantes para nós, para as comunidades, principalmente, para as regiões de planejamento, essas negociações de contrapartidas. Sem querer fugir do assunto, mas aquele outro processo do Country, eu entendo e vou justificar depois, que a negociação foi muito ruim para a prefeitura. Então, isso sim cabe a nós discutirmos. Vamos ver o que está fechado de contrapartidas. Por último, só para registrar, com todo o respeito, Gomes, mas eu lembro quando estavam tratando da Arena do Grêmio aqui no planejamento, o Gabinete do Secretário e se falou: “Isto aqui fica para depois”. Esta história de contrapartida e acertos, isto tem que ser feito e registrado em cartório. Tudo que fica para depois, realmente, fica para depois e este depois nunca chega. Normalmente, quem é prejudicado é a comunidade. Não sou contra o projeto, meu parecer é favorável, mas essas questões têm que ser esclarecidas. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite. Com relação às contrapartidas, eu fui um que pedi vista, junto com o Colega Paulo da RGP. 4, tinha a negociação de uma escola, que foi uma solicitação da conselheira anterior, não me lembro se estava em fase de construção, mas já estava até pronta. Nós tínhamos que verificar, porque é uma das coisas que preocupa também, que é ficar tudo para depois e não termos como fiscalizar, nem como retomar este assunto. Então, só para contribuir com a fala do Hermes. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Vou ao encontro do que o Hermes falou, porque eu conheço bem esta região, tem um fluxo, sempre tem engarrafamento ali e vi aumentar com o projeto do hipermercado. Então, qual é o tratamento com as vias que dão acesso? Segundo, quanto vai gerar de empregos este empreendimento. Fala-se tanto em geração de trabalho, que Porto Alegre precisa gerar emprego. Então, tudo que venha gerar emprego e que seja para qualificar a cidade a RGP. 01 votará a favor. Eu só não entendo porque não se trabalha com projeto habitacional aqui neste empreendimento, só comercial. Nós teríamos uma arrecadação

para o município, o prefeito se queixa que a renda não existe na cidade. Então, o que vem gerar recursos próprios para o município sempre será bem vindo. E a contrapartida para a região, isto é fundamental, porque é uma região que necessita, que tem comunidades que precisam de atendimento ali. Então, os projetos também têm que atender um pouco a região onde se implementa. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite. A dúvida é com relação também à área ambiental, porque esta área tem uma mata que, se eu não me engano, faz parte da Mata Atlântica. E o que vai ficar? Pelo visto não tem nada aí da mata nativa. Eu tenho um amigo que mora na frente, esses dias duas tartarugas foram para a casa dele. É uma área enorme, com um aspecto biológico, tanto de animal quando vegetal, o que vai ser preservada desta área? Pelo visto vai ser toda aproveitada. E como os colegas já falaram, o trânsito. Eu moro na Antônio de Carvalho e sei que aquele pedaço simplesmente tranca a cidade inteira em determinados horários. Com o shopping as pessoas vão se movimentar até ali, como vai funcionar isto? Já havia sido feito um projeto pela comunidade mesmo de uma via, uma travessa da Protásio, sai lá por dentro e sobre acima do Morro do Ipê. Talvez fosse uma contrapartida interessante também. Tem que pensar em uma maneira de desafogar aquilo ali, porque aquilo ali não tem mais condições de trânsito. Às 7 horas aqui tranca e não tem mais condições de ir para lugar nenhum. Outra questão, esta contrapartida que o Jackson falou da escola, já foi feita? Como funciona? Está escrito isto no projeto sobre a contrapartida? Está tudo muito superficial. Eu vou pedir vista deste projeto para poder analisar um pouco mais com a comunidade. A comunidade já está bem atenta quanto a isto. **Rovana Reale (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Boa noite. Respondendo às dúvidas. No EVU anterior foi feito um estudo de mobilidade e foram elencadas algumas medidas mitigadoras. Com a mudança, a alteração deste projeto, como não se alterou o número de vagas no estacionamento, muito pouco se alterou da área, nós mantemos o mesmo estudo, que já estava contemplando todas as nossas questões. Também, na verdade, esta nova proposta é melhor do que a anterior. Tem a questão da permeabilidade do pedestre que para nós é importante que o pedestre em trechos mais curtos e não dê toda a volta na quadra para acessar transporte coletivo, outras partes da cidade. E tem a diversificação dos acessos de veículos. Então, nem todos se concentram no mesmo ponto como estava antes, eles se alternam ao redor do quarteirão tem uma redução das viagens globais, justamente por essa diversificação de acessos. Outros pontos que eles concentraram no estudo de mobilidade são várias reformulações geométricas na Protásio com a Otávio Santos, Protásio com a Antônio de Carvalho, Protásio com a Ary Tarrago, alargamento. Na verdade, está usando o recuo viário e tem a parte da travessia segura dos pedestres, com canteiros semaforizados, parte de pontos de táxi. Eles vão ter que implantar novas paradas de transporte coletivo, do tipo parada segura para o conforto do usuário, travessias seguras. Tem uma série de itens, também tem que atender o Plano Diretor Cicloviário com a execução de ciclovia em local a ser determinado pela EPTC. É isto, na verdade. O estudo se mantém o mesmo, com ganhos para a população local. Era isto. **Fernanda Bruch, arquiteta do empreendedor:** Em relação ao viário a Rovana já respondeu, mas sim, nós melhoramos a proposta, espalhando um pouco os acessos. Diversificando tanto as entradas e saídas, principalmente aos pedestres, que foi o fator determinante para a alteração do projeto. As contramantidas estão mantidas do projeto anterior, que eu não vou saber listar todas agora, mas sim, foram mantidas. Em relação aos empregos, há uma estimativa de 2 mil empregos diretos na área. A área verde tem uma mata nativa sim, mas está sendo preservada, inclusive, em número maior do que o exigido. Residência não está prevista para esta quadra, nas outras quadras têm residências previstas, mas para esta não. **Darci Barnech**

Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: Eu me somo à preocupação da Conselheira Tânia, existe uma discussão sobre a área de Mata Atlantica, que têm os índices de preservação. Já tem pareceres contra, a favor de que esta região é de Mata Atlantica. E me preocupa também, a colega da EPTC fez a defesa, mas não vejo exatamente a questão do trânsito. Se já é algo engarrafado o trânsito vai piorar. A função deste conselho é que a cidade fique melhor, não mais trancada. Nós não podemos tomar a decisão de trancar a cidade. Pena que o nosso secretário não esteja, mas há alguns meses precisei de uma informação nessa questão das medidas de compensação, que a gente não fica sabendo se foram feitas ou não. Essa questão das medidas de compensação a gente não fica sabendo se foram feitas ou não. Tem uma pessoa, se eu não me engano, na procuradoria, que é quem acompanha isso, ela tem uma lista. Seria interessante nós chamarmos ela aqui para perguntar ou deveria ser um arquivo compartilhado entre nós. **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Boa noite. Somente uma dúvida, em relação ás alterações que foram feitas. Qual o projeto que estava tramitando aqui no conselho e quais foram as alterações além da questão da mobilidade? As torres não estavam previstas, isto? **Fernanda Bruch, arquiteta do empreendedor:** Exato. O projeto antes só previa o shopping e o hipermercado, ocupava mais o terreno. Agora o projeto encolheu, porque algumas áreas do shopping foram colocadas na torre. Então, não crescemos em área. Em termos de vagas também não tivemos alteração. **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** É praticamente um novo projeto, por isso que vai passar pelo conselho. Depois vamos pedir vista para analisar melhor. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Eu conheço esta região, relativamente, bem, porque em 2004 aprovei um projeto na esquina em diagonal a esta, na Antônio de Carvalho com a Protásio, de um shopping com um minimercado. Na oportunidade tivemos um termo de referência, que entre outras coisas foi colocado um viaduto, que, inclusive, eu tive que projetar o viaduto também, que era na Antônio de Carvalho passando por baixo da Protásio Laves, seguindo para o lado de cá. Diga-se de passagem, foi por causa desta contrapartida onerosa que o empreendimento não saiu até hoje e nunca vai sair. O terreno está lá, talvez tenha tartaruga, lagartixa, tudo. Todo mundo falou sobre mobilidade e eu gostaria de saber por que em 2004 foi pedido um viaduto na Protásio Alves com a Antônio de Carvalho e este empreendimento que tem um impacto de 200.000 m², o meu empreendimento tinha 64.000 m², mas tinha muito estacionamento. Como que passados 15 anos ou mais não precisa mais ter um viaduto nesta região e as medidas são mais brandas? E falando sobre o que o Darci falou, esta região não tem Mata Atlantica, porque a maioria é de florestamento de pinos. Até foi feito um estudo quando o meu projeto passou, teve que ser feito um projeto de análise, grande parte ali é pinos. Quando fizemos a pesquisa de mercado, a região era bastante carente de um empreendimento de shopping. Então, 15 anos depois a região continua carente, pelo que eu saiba, precisando de empreendimento desse porte. A única coisa que me chama muito atenção é que no meu entendimento, que no plano precisava de um viaduto, foi por isso que acabou não saindo, muito caro, por que 15 anos depois não precisa mais? **Fernando Brentano, (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite. Eu pedi a palavra, porque no ano passado, quando eu era conselheiro, sempre solicitava que distribuíssem aos conselheiros as apresentações dos projetos que iam ajudar muito para que as pessoas chegassem aqui com conhecimento de causa. Como isto não mudou, só estou falando mais uma vez, posso estar chovendo no molhado, mas vocês conselheiros poderiam continuar batendo nesta tecla. Eu acho que ia ajudar a todos os conselheiros receber este material antecipadamente para poder saber do

que se trata e enriquecer as apresentações e discussões aqui no conselho. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, conselheiro. Como eu não tenho mais inscrições para manifestações... Desculpa. O Conselheiro Furtado. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite, conselheiros. Eu estou tentando lembrar, se eu não me engano, eu fui o relator deste EVU em 2016, que realmente havia uma proposta diferenciada, não havia essas torres. Havia poucos pontos de acesso, isso foi levantamento, era mais espalhado o conjunto, a questão da escola também. Se eu não me engano ficou condicionada a questão da escola, foi por solicitação dos conselheiros da época, que se mantivesse a questão da escola. Eu também levantei a questão... Estou tentando lembrar se é Vila Margarida, que tem lá em cima, que também está em um processo de regularização fundiária. Então, é interessante também fazer parte das contrapartidas deste caso. Só para resgatar um pouco desta memória. Dá para ver que a acessibilidade melhorou, existe mais vegetação. Lembrando, desde que seja Mata Atlantica, está garantido pela legislação federal, que mantendo os 30% o restante é possível de compensação vegetal. No licenciamento ambiental, quando deste processo entrar neste procedimento, é necessário todo o levantamento da área. É de praxe, é da lei que tem que ser cumprida em qualquer empreendimento. Obrigado. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** Considerando todas as falas, uma preocupação de ambos, que é a questão da Mata Atlantica, o OP, após o relato, vai pedir vista do processo para verificar as adequações que houve. Também, no interesse do termo de referência e o que ficou comprometido para atender a região do planejamento, para atender a cidade. Nós somos favoráveis ao desenvolvimento da cidade, mas, ao mesmo tempo, também somos favoráveis ao cumprimento do que foi colocado dentro do termo de referência. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Fernanda, queres fazer alguma manifestação final? **Fernanda Bruch, arquiteta do empreendedor:** Só agradecer a presença de vocês. As demais informações que vocês precisarem já estão no processo, porque já passaram por esta análise. Obrigada. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiro Jackson, o relator. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu pedi esta explanação do empreendedor porque havia dúvidas em cima dessas modificações que nós mesmos solicitamos para aprovação do último EVU. Eu localizei aqui o que estávamos questionando na época, com o pedido de vista da região. Se vocês me permitirem, eu vou fazer a leitura de um parágrafo, porque existe uma contrapartida: "Porém, eu como representante e Conselheiro da RGP. 4, reafirmo a este Fórum que seja cumprido o citado nas folhas já citadas acima (70 a 73); ou seja, que este representante que indicará o local a ser construída a escola infantil, Demanda OP 2011-0136, cujo o processo se encontra no setor de obras da SMED, sob o nº 001.026.093.12.0, que indica o local, ou seja, na Rua Pablo Máximo Comito, s/nº, ao lado o Colégio Estadual Porto Alegre, na Vila estrutural Morro Santana. Pedimos ao Relator Furtado que anexe em seu relatório o acordo com a Região de Planejamento 04, que seja escrito e firmado com o empreendedor". No parecer do Colega Furtado foi o adendo dizendo o seguinte: "Na afirmatura do termo de compromisso entre empreendedora e a prefeitura deverá ser levado em conta o parecer de vista da RGP. 04, fl. 79, em 06/12/16". Diante disto o meu parecer vai muito em cima do parecer do Furtado, porque no meu entender as dúvidas que tínhamos, esta questão das torres e a questão da viabilidade da estrutura viária, eu só questionaria a questão dos 30%, que fiquei em dúvida. Então, eu finalizo sendo favorável

ao processo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiro, o seu relato está por escrito? **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Não. Estou finalizando. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tu consegues finalizar até a votação? **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu preciso de 10 minutos. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Então, considere-se o relato, tu apresentas, a gente confirma que tu apresentaste e está aberto manifestações em cima do relato, inclusive os pedidos de vista. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu não quero ser o chato, mas de novo a história do regimento. Vai se lavando, vai se levando, nós combinamos e é o que está no regimento que as votações serão feitas após o relato por escrito. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não tem problema, Hermes. Eu só queria agilizar, a gente fazia isto sem problema algum... **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** É que esta agilização... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Estou acatando... **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** É reincidente isto. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu não sou reincidente, meu amigo! (Falas concomitantes). **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu falo que é reincidente a tentativa de não cumprir o regimento interno. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Não é tentativa, é uma questão de bom sendo... **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Não é bom senso... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Estou te considerando... **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Não é bom senso... Bom senso é votar em cima de um relato escrito. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Voltaremos ao relato no final da sessão. Se atrasar mais 15 dias a gente sabe qual é o motivo. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** É porque não estão cumprindo o regimento interno, só isto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Com=**Com a palavra a Conselheira Lívia... **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** E aí a gente que passa por nós ter bom senso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Isto, Hermes! Por favor, Lívia. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu quero repetir o que o Hermes está dizendo. Nós tivemos na reunião anterior uma leitura de parecer, que não era um parecer. A parecerista simplesmente colocou o seu pensamento e isto é inaceitável. Então, faço minhas as palavras do Hermes. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu ainda continuo preocupado com a questão da mobilidade do entorno. Eu continuo achando que vai piorar o trânsito ali, um empreendimento deste nível vai causar maiores problemas na região não basta ter acesso ao hipermercado, para acessar vão ter que transitar na região. Então, se não tiver mobilidade na região vai engarrafar o entorno. Temos que ter cuidado, porque é uma região que de manhã cedo é impossível, as pessoas ficam mais de uma hora paradas

ali. Eu acho que a EPTC tem que tomar cuidado com isto. Se lá em 2004 precisava de um viaduto, hoje eu acho que precisa de dois. Era isto, temos que ter cuidado com a mobilidade. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** No próximo ponto de expediente, no final o relator conclui o seu relato. Então, vamos para o próximo expediente. Para apresentação o Arquiteto Jayro Amorim. **EXPEDIENTE: 18.0.000041184-8 (SEI). INTERESSADO: Jayro Amorim. Assunto: Resolução – Desgravame de Traçado Viário. LOCAL: Rua Romildo Bolzan, entre Estrada Cristiano Kraemer e Rua Dr. Lauro Miguel Sturm, inserido na MZ 5 UEU 28, Bairro Aberta dos Morros Bairro Campo Novo. RELATOR: ÁREA. ENCAMINHAMENTOS: 1. Relatado em 21/08/2018; 2. Vista à RGP. 01 e 06; 3. Relato de vista em 04/09/2018**. **Jayro Amorim, Arquiteto do empreendimento:** Boa noite a todos. Eu sou o responsável técnico pelo empreendimento na Estrada Cristiano Kraemer. Na verdade, a interessada é a Construtora Morano Incorpe. A empresa, na verdade, é especializada em construções de interesse social. Porto Alegre e Grande Porto Alegre já tem em torno de 2 mil unidades, entre empreendimentos entregues e em construção. Sempre houve uma preocupação com a acessibilidade e dar um caráter agradável às pessoas que estão ali. Aqui (*slide*) são áreas de lazer já construídas. Tem a preocupação com o paisagismo, o pórtico de entrada. Aqui a empresa, primeiro, faz a área social do empreendimento, que possibilita que os compradores usufruam desta área de lazer mesmo antes desta área ser entregue. A pessoa vai lá e já olha o se apartamento ser construído e já pode usufruir da estrutura, que compreende piscina, brinquedoteca, *playground*, salão de festas, academia. É um empreendimento na Cristiano Kraemer, 5.038. São 248 unidades habitacionais, desses são 232 sobrados, 08 casas térreas para portadores de necessidades especiais, mais 08 apartamentos. É o faixa dois do Minha Casa Minha Vida. Área total em torno de 28.000 m², composto de 06 matrículas. É um projeto que já está em tramitação de aprovação de projeto, já passou por etapa de diretriz e já está em etapa de aprovação de projeto. Nós temos atrás uma APP no topo do morro. O nosso pedido principal seria esta diretriz que se chama Romildo Bolzan, que atravessa o terreno. Existem ocupações em toda esta área, a previsão é que venha até aqui embaixo. O que ocasiona? Ela vai repartir esta área em duas, nós não temos previsão de como desocupar isto aqui, o tempo que isto custaria, o custo disto. Inclusive, geraria um custo maior para os moradores aqui da casa, porque tornariam condomínios menores com a mesma infraestrutura que a gente sempre coloca. É um custo de condomínio maior, a mesma infraestrutura para um número menor de unidades. Outra questão, o tempo de desapropriação dessas casas aqui. Como existe esta área de APP atrás, não tem a questão da cidade de expandir para cá. Então, achamos viável o desgravame desta rua em função de conseguir um número maior de unidades para baratear o custo dessas unidades, baratear o custo de condomínio, de infraestrutura, além de possibilitar a ocupação desse vazio urbano aqui, que já estamos tramitando no DEP a conclusão de redes, que acabam largando neste terreno, gerando mosquitos, bicho, rede pública. Aqui é o projeto, a entrada, a avenida que vai se prolongar por toda a extensão do empreendimento. Tem previsão de bicicletário, vagas para visitantes, quadra, salão de festas, brinquedoteca, sala de jogos, fitness e playground, além da piscina adulta e infantil. A gente perde muito espaço em função da topografia do terreno, diminuindo bastante o número de unidades. Frisando, aumenta o custo para esta faixa de renda. Este é o nosso pedido de desgravame desta rua. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Ok? Então, vamos abrir para manifestações. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Primeiro, em relação à área total do empreendimento quanto à questão dos 22.500 m² de máxima de quadra. Em primeira análise a questão da permeabilidade,

nesse sentido dos moradores, próximo quanto tem de distância, aquelas ruas, aí não tem nenhuma permeabilidade. Esta é a grande questão a apontar. Acredito, ponto de vista, uma coisa é eliminar a rua, esta diretriz, outra coisa é analisar a possibilidade de um deslocamento desta rua para que se resolva melhor a questão, por exemplo, de atender a declividade e a questão de quadras, desta impermeabilidade no sentido norte sul dessas quadras, ao sul principalmente. É um condomínio de unidades autônomas, mas com quadra maior do que 22,500m². O mais correto para garantir a estruturação urbana era dividir em dois empreendimentos ou fazer um loteamento, garantindo esta permeabilidade no sentido norte sul entre as quadras. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Só uma colocação, gostaria de lembrar um detalhe, que é importante, hoje nós temos uma lei federal de regularização fundiária, 13.450 e alguma coisa. É a nova lei de regularização fundiária que hoje diz que entre “n”situações as áreas ocupadas têm hoje a possibilidade de serem regularizadas mesmo dentro ou em cima de uma diretriz, até mesmo dentro de um viário. Eu noto o seguinte, o entorno desta área já é toda ocupada. Então, para que este gravame se torne de fato uma via teria que retirar aquelas casas de uma ocupação que já é consolidada, que hoje pela legislação podem ser regularizadas lá. Eu só queria lembrar isto. Eu sou favorável ao desgravame justamente por este ponto. Vai desgravar só dentro do terreno deles, porque para fora não vai poder, porque tem uma regularização fundiária, não vai ter viário lá. O pessoal não vai querer sair de lá. Então, só lembrando desta possibilidade. É uma questão de habitação de interesse social, apesar de que o DEMHAB trabalha só com a faixa 1 e 1,5, mas também está ciente a partir desta parte de habitação de interesse social das outras faixas. Obrigado. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Jayro, quanto tem de cumprimento? Qual a extensão? **Jayro Amorim, Arquiteto do empreendimento:** Tem 200 metros, após, aqui, já tem outra diretriz. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** O teu terreno quanto tem de profundidade? (Manifestação fora do microfone). Tá, são quase 500 metros. A quadra normalmente tem 100 metros. Um dos problemas que nós temos com esses terrenos muito longos e sem acesso é uma questão muito séria, que é a que das dificuldades de acesso de caminhão de bombeiros, de gás, de tudo o que leva os serviços à população. Uma coisa mais série que isto, as mangueiras de bombeiro que temos em Porto Alegre são curtas. Não precisamos nem citar o que aconteceu no Museu do Rio de Janeiro. As mangueiras são curtas e precisamos o máximo possível de cumprimento para acessar o máximo possível. No entorno é tudo habitação de baixa renda. Eu acho que uma solução de projeto poderia ser transferir esta via que está passando por dentro do terreno para uma dessas bordas. E aquele desgravame que vocês estão solicitando, poderia passar naquela área verde, onde tem uma via atravessada, porque não teria problema nenhum de fazer. A via, eventualmente, viria, caminharia na borda e atravessaria. Isto tem um efeito fundamental na questão da preservação e proteção contra incêndio, que é seriíssima, não só para o terreno de vocês, para as unidades de vocês, mas para as unidades do entorno. Eu acho que é possível pensar em uma solução dessas. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu conheço bem esta região, porque a primeira cooperativa habitacional de ocupação se realizou ali, que é a Cooperativa Habitacional Moradores Jardim das Estrelas Ltda. E esta região tem uma característica própria, é uma região que se caracteriza por habitações de pessoas de baixa renda. Ela tem uma característica própria, que são as profundidades. Eu tinha dificuldade para compreender isto no início, mas depois eu aprendi que a gente deve respeitar as características das regiões. Eu concordo com o problema do carro de bombeiros, o gás, a

ambulância, tudo isto tem alguns mecanismos que podem ser atenuados. E aí me ajudem os arquitetos e engenheiros, que é o PPCI dessas unidades que serão feitas. Tudo que for habitacional, que potencialize o acesso de pessoas à moradia, que renda recursos para o município, receita própria, eu vou ser favorável, porque não é admissível que se aprove determinados empreendimentos na cidade e não se regularize comunidades que estão esperando há mais de 20 anos. Então, inicialmente, sou favorável, é fundamental valorizar a identidade da região e ter o cuidado com esta questão da acessibilidade e da mobilidade urbana. Obrigado. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** pelo que eu entendo, ainda não tem o EVU aprovado deste projeto. **Jayro Amorim, Arquiteto do empreendimento:** Não precisa, é CADAP. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** Sim, mas igual, independente de ser CADAP ou qualquer outra coisa. Então, não tem o EVU aprovado. **Jayro Amorim, Arquiteto do empreendimento:** Não, ele não precisa. **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Tudo bem, mas é isto que estou colocando a vocês. A gente sabe que o Minha Casa Minha Vida também tem algumas legislações em relação aos quarteirões, de 200 metros no máximo. Então, já está passando bastante de 200 metros. Então, temos que ver esta questão. Em relação às AAP no fundo eu acho que não tem nada a ver com a matrícula. Tem alguma coisa a ver, está junto à matrícula? **Jayro Amorim, Arquiteto do empreendimento:** Não. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** Não. Então, seriam essas colocações, porque se não tem EVU aprovado pode haver qualquer alteração dentro do processo. (Manifestação fora do microfone). Sim, mas igual, tu podes alterar o desenho do projeto para adequar conforme a sugestão. São essas situações que a gente não entende, quando é um projeto de interesse social, que não é nem faixa dois, tem uma exigência tremenda, quando são outros projetos não têm esta rigidez em relação ao atendimento das diretrizes. Então, nós temos que ter esse entendimento. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Vamos fechar um bloco, vou passar para o Jayro. Depois retomamos. **Jayro Amorim, Arquiteto do empreendimento:** Este é um processo que já passou por diretriz, passou pela Secretaria de Planejamento, que foi favorável ao desgravame. A questão da APP que eu coloquei atrás foi no sentido da interpretação do todo, de que fazer o desgravame da diretriz ajudaria a não expandir a cidade naquele sentido. A questão de incêndio, é feio o PPCI, lógico. As ruas comportam a questão da entrada do caminhão, o pórtico tem mais de 4,5 de altura. A questão de 22.500 metros, esta área é composta por 06 matrículas, a soma das matrículas dá 28 mil, mas o plano determina matrículas separadas. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite. Pelo que eu entendi, o empreendimento tem um acesso por uma via estruturadora da cidade, que é a Juca Batista. Este terreno, a estruturação urbana na região é exatamente como disse o Felisberto, é feira linearmente. Pelo que deu para perceber, aos lados deste terreno estão duas ocupações, que não tem uma via da cidade, quando é uma via consolidada. É um caminho talvez para entrar nessas ocupações. Eu entendo que o empreendedor não é responsável para abrir esta rua e nem realocar as pessoas. No sentido de manter esta diretriz, não se sabe quando que esta diretriz poderia ser implantada, porque necessitaria realocar pessoas, fazer a própria via, o projeto geométrico, para poder tirar as pessoas e

abrir esta rua. Nós não podemos onerar um projeto como este, de interesse social, para que se tenha uma rua se não há viabilidade de executar. Pelo o que eu vejo das exposições da Patrícia, nossa colega do SMDE, sempre diz que hoje em dia não se apega a 200 metros e sim a 400 metros, em relação a quadras. Ela já disse isso. Em relação à entrada de caminhões de bombeiros há regras, eu sei por que já projetei Minha Casa Minha Vida, essas ruas têm que ter um gabarito de 6 metros para a entrada de caminhões, que pelo que eu vejo aqui entra com folga. E aquela área verde que nós vimos, parece que tem uma topografia meio complicada, que não teria como abrir uma rua para cá, mas mesmo que abrisse, lateralmente tem uma área muito densa de vegetação, que talvez seja até de preservação. Talvez seja mais importante aquela área acima de preservação do que esta aqui. Então, eu acho que por não se conseguir implantar esta via, sou favorável que se desgrave, porque o empreendedor não pode resolver o problema do entorno. O poder público está incapaz. Obrigado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** A minha contribuição é na linha do Felisberto e do Rogério. Eu entendo que o ideal seria o (Inaudível) não tenho dúvida disto, mas pela nossa experiência de ter passado pela secretaria, não tenho dúvida. São tudo suposições, eu diria com certeza que nos próximos 50 anos esta diretriz não vai ser aberta. Isto nunca vai ser prioridade, a gente sabe de comunidades que batalham há muito tempo para abrir ou melhorar situações que são infinitamente mais prioritárias. E se for aberta vai acabar prejudicando e comprometendo a regularização desses terrenos. São as contradições que a gente vive na cidade, que de um lado a gente defende que tudo seja feito dentro da melhor técnica, dos melhores parâmetros, mas quando chega a uma situação dessas, eu concordo com o que foi dito pelos colegas, que o que poderia fazer é ficar uma área... Aliás, eu conheço várias situações de Porto Alegre, que ficaria uma área ali gravada e transferida para o poder público, que seria um bem comum. Provavelmente, o próprio condomínio, no caso de dois condomínios, teria o direito da guarda desta área. Ela não tem nem acesso para fazer o que no leito de rua e gravar entre duas ocupações. Ficaria uma área registrada no nome do município, mas que seria de uso da comunidade. Eu acho que seria o máximo que se conseguiria hoje. Na verdade, não vejo sito como uma situação positiva. Por outro lado, e continuando o gravame, é por aí que quero me pautar, embora eu repita que não é uma situação ideal, uma situação não ideal, mas continuando o gravame vai dificultar a regularização dessas ocupações e terrenos contidos. Eu entendo que é razoável dentro da nossa realidade de ocupação desta região da cidade, que é semelhante a muitas outras. Obrigado. **Rovana Reale (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Só quero explicar um pouquinho o histórico deste processo. Tinha este gravame, sempre fomos favoráveis á aprovação dos gravames pela mobilidade, impermeabilidade dos quarteirões. Neste caso específico as nossas diretrizes foram para manter. Quando a gente pede para manter diretriz a gente solicita que separem o condomínio. Ficaram aqui das estruturas, uma guarita na parte da frente, uma na parte de trás, foi a nossa solicitação, mas na comissão a Patrícia explicou o que aconteceria neste ponto específico, a questão das desapropriações, que não aconteceriam provavelmente. Outra questão importante, que no lado direito não existe nenhum topo de morro, não existe possibilidade de conexão e nunca vai se desenvolver a região ali. Então, não haveria esta mobilidade com outros setores da cidade, seria uma rua única e exclusiva para este bloco, onde as pessoas seriam desapropriadas. Não justificaria manter isto em prol de uma mobilidade que não vai existir. Então, neste ponto específico a EPTC concordou. Também parafraseando o Rafael, que quando o somatório de matriculas é maior que o quarteirão de 22.500, a gente também concorda que deveria ser lidado como loteamento. A EPTC também, só que tem uma lei, o Plano Diretor tem um artigo que diz

que não. Então, a gente também tem que acatar isto. Neste caso estamos de acordo. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu já me posicionei no outro processo, que também foi de desgravame, um pouco mais ao sul da cidade, que para ir e voltar do mesmo ponto ia levar uma hora circulando para poder fazer o trajeto, tendo em vista que cortaram o gravame que seria a circulação daquela quadra. Foi justificado, mas eu acho que isto prejudica a circulação da cidade. Em momento nenhum foi dito que seria em cargo do empreendimento fazer a desocupação das casas. Não sei porque isto foi levantado, porque não foi em momento nenhum dito que eles teriam como contrapartida desapropriar. Não! Para nós é um pouco estranho, eu sou empresário, eu comprei um terreno, neste terreno tem um desgravame, aí eu vou operar um projeto, levando em consideração que não existe o gravame. Então, pessoal, vamos para casa! Para que Plano Diretor? Eu vou lá, compro, vou ali na Câmara, peço para um vereador, transformo a área rural em área urbana, venho aqui e transformo uma área com gravame sem gravame. Para que Plano Diretor? A questão da desapropriação é um problema futuro da prefeitura. A prefeitura tem que garantir que esta cidade vai circular, nós temos que circular nesta cidade. Nós estamos aqui a cada semana fazendo desgravame de um trecho da cidade. Então, que cidade vai ser esta? Então, eu não sou contra neste caso, e, Felisberto, sinto muito, vou discordar completamente da tua intervenção. O trabalhador mora onde o capital determina que ele vai morar. Eu sei que tu sabes melhor do que eu. Então, querer dizer que lá na Zona Sul esses terrenos compridos são uma cultura da zona sul, não. O trabalhador foi submetido a ir morar lá e caminha 500 meros para poder com chegar na beira do teu loteamento, enquanto que na cidade formal não, na cidade formal é bem menos. Então, vamos cuidar, porque nós podemos defender uma determinada visão de sociedade, não absorver o que nos é imposto por outra visão de sociedade e a gente passa a dizer que isto é cultura. Então, vamos com calma. Eu estou falando enquanto pessoa, enquanto ser que vive nesta cidade e quer esta cidade melhor. Então, não tenho como votar contra, eu vou me abster. Quem deveria dar uma alternativa não é o empreendimento, quem tem que viabilizar a cidade é a Secretaria do Planejamento, a SMURB, não sei qual é, alguma secretaria tem que viabilizar. No outro projeto eu propus uma alternativa e não foi aceito. Então, se o corpo técnico da prefeitura não nos dá alternativa ficamos sem alternativa. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, conselheiro. O Felisberto quer fazer um repique. Um minuto, Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero discordar do Campani, que a cultura é feita pelas pessoas, não é a nossa visão de mundo que dá cultura para as pessoas, as pessoas constroem sua cultura. Independente do capital, ter capital ou não ter capital. Nós temos que respeitar a identidade da construção coletiva da comunidade. Neste aspecto, eu sou cooperativista e conheço aquela região, trabalhei lá, passei 2 anos subido e descendo morro, aprendi muito com eles. Lá eles construíram sua identidade, respeitando suas origens. Eu concordo que há exploração do capital. Agora, há uma cultura sim que a gente tem que respeitar a forma como ocupam uma área, como constroem a sua cultura nessa ocupação. Não podemos construir uma cidade igual, a cidade é diversificada, é construída com diferença e nós temos que aprender a trabalhar com as diferenças. Obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu acho que está tendo algum equívoco. Se estivéssemos falando de uma terra arrasada é uma coisa, mas nós estamos falando de uma intervenção. Qualquer regularização fundiária vai ter necessariamente ajustes, por questões ambientais, por questões urbanísticas. Isto deve ser dosado sim, isto é lógico. Agora, quando a gente fala, chutando, menos de 5% da área de moradores sendo atingido... E 5% eu estou

exagerando para não ter chance de errar. Então, são ajustes naturais de qualquer processo de regularização fundiária, onde nós estamos falando também de qualificação urbana. Nós temos que respeitar sempre o direito à terra e o direito à cidade. E o direito à cidade não é simplesmente garantir a questão fundiária. Nós temos que garantir o acesso à cidade e aos serviços. Tem que se adequar à responsabilidade? Obviamente, mas, também, não podemos manter situações onde pode trazer um prejuízo por gerações. Depois que estruturou uma cidade, desestruturar e fazer uma nova é muito difícil. **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A lei que foi citada, a Lei nº 13465, que é o novo marco de terras no Brasil, é uma lei amplamente contestada, inclusive, pela Procuradoria Geral da República e outras organizações. É a lei vigente, em que pesem as contestações e orientações, notas técnicas, enfim. Em relação à rua, parece que tem ocupações consolidadas no local. Em vista da concentração urbana, se nessas matrículas tem alguma área que tenha ocupação consolidada dentro das matrículas que vocês estão querendo implementar o Minha Casa Minha Vida II. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, eu sou da região onde está acontecendo esta demanda. Eu fiz visita ao local e conversei com algumas pessoas da região sobre o que vinha acontecendo. Eu não estou focando na diretriz como está aparecendo ali, porque a diretriz é mais estruturadora daquela área. A diretriz não atende, não prejudica o empreendimento em pauta. Ela pega até a terceira rua de baixo, vem articular este canto de cidade que vai ficar um canto isolado com ruas com destaque. Isso em qualquer lugar não contribui com articulação urbana, a gente pode estar muito dividido entre a questão urbana e a questão social. Nós estamos falando de um empreendimento que está se submetendo a um financiamento com dinheiro público e tudo mais, vai ser colocado no mercado. À frente desse empreendimento, eu conheço outro empreendimento que tem, que teve que fazer uma série de concessões em função de diretrizes que não foram mudadas. Então, o projeto hoje não vai poder ser votado, porque não tem o relato por escrito. Ficou bem claro e não vamos nos desgastar quanto a isto. Eu vou fazer uma reunião com a Região 06, com os delegados, provavelmente na semana que vem. Eu passo a palavra ao Fernando. **Fernando Brentano, (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu vim para a reunião, estudei o processo rapidamente, mas conheço muito bem esta região. Eu moro há 600 metros dali, conheço mesmo. O Sérgio me disse que fez o relato, mas não está escrito, realmente, não pode ser votado. O relato dele é favorável. Antes eu quero falar minha posição enquanto conselheiro, independente da posição do titular. Eu acho que estamos à frente de uma situação que tem que ser mais debatida e mais compreendida com o conselho, que é esta questão de fazer desgrave e não respeitar essas distâncias muito grandes. Ali eu vou ter um caso de 500 metros, que a pessoa tem que sair reto em direção à cidade, outro é 350, outro 400, não tem circulação transversal. Existe circulação transversal de pedestre, não está consagrada, vai acabar sendo obstruída, ela existe, quem for lá vai ver que existem vários caminhos e as pessoas usam. Então, este canto vai ficar todo focado na direção da Juca Batista e a Cristiano Kraemer está se tornando uma rua com muito empreendimento. Bem em frente aquilo ali vai ter coisas comerciais, a tendência é isto. Eu acho que tem que pensar a cidade para frente. O Hermes pode ter razão, que vão demorar 50 anos para fazer a questão da rua, do desgravame, mas daqui 50 anos isto vai ser absolutamente necessário. Eu fico pensando assim, pensem na Sertório e Assis Brasil, foi tudo feito nesse sentido e olha o problema que dá para a cidade até hoje. Agora a cidade se consolidou, aquela região melhorou a sua característica urbana, já não é o que foi há muitos anos atrás. Só que este fato de ter ruas paralelas com muita distância é um transtorno para a cidade. Eu acho que nós temos que

pensar nisto agora, enquanto estamos discutindo este assunto. A minha posição pessoal é bem diferente do conselheiro que é o titular, não vai ser votado, graças a Deus vou sair desta sinuca de bico. Só não queria deixar de dizer que a cidade tem que priorizar essas situações, mesmo que sejam pessoas de uma característica social que justificasse isto, eu penso nesse sentido ao contrário, para esta situação de classe social que temos que criar uma cidade com mais qualidade, mas para ter mais qualidade tem que ter ruas. É isto. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Questão de esclarecimento. Gomes, desculpa falar isto, tu estás presidindo interinamente. Na reunião que isto foi distribuído tu não estavas na presidência. Então, voltando ao que o Hermes bateu na tecla, como que um processo sem parecer do parecerista foi distribuído para vista? Não pode, é o parecer do parecerista, depois dele lido neste plenário que se pede vista. Estamos fazendo o Jackão sofrer aqui com o parecer dele para podermos votar. Então, não poderia nem ter passado este processo. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Darci, não estamos fazendo vista. A posição da Região 06 é de pedir vista, mas só vou poder pedir quando tiver o relato. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Mas já foi dado vista. Inclusive, está escrito aqui que não cabe vista. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Foi equivocado. (Falas concomitantes). Mais alguma consideração? Ok, então. Vamos para as considerações finais. **Jayro Amorim, Arquiteto do empreendimento:** Quero agradecer à oportunidade de apresentar o projeto. Eu concordo com algumas colocações expostas aqui, vou tentar resolver um problema que existe, é concreto. Entendo a colocação, mas é um topo de morro que a cidade não consegue se expandir para aquele ponto. Também tentar resolver esta questão de regularização, porque as duas áreas que são lindeiras ao terreno são matriculas únicas, que tem várias ocupações irregulares. Então, como vamos resolver, podendo dar moradia para 248 pessoas ou deixar o espaço reservado? Não tem como dividir um condomínio ao meio. A ideia foi tentar resolver este problema local. Queria agradecer pela oportunidade. **ADIADO O EXPEDIENTE 18.0.000041184-8**. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Agradecemos a presença de vocês. Conselheiros o processo anterior, o Conselheiro Jackson pode ler o relato? **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** O relato está pronto. A comunidade apresentou algumas questões, dúvidas. Então, fica a dúvida, por mim passo para ela para esclarecimentos, antes de qualquer coisa, porque tem uma creche envolvida e ela quer consultar com a comunidade. A dúvida é: leio meu parecer antes ou esperamos para a próxima semana? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Questão de Ordem. Eu aproveito a solicitação da Conselheira Tânia e a manifestação do Conselheiro Jackson para questionar, porque sou novo aqui no conselho. De que forma vem sendo atendido o art. 44 do Plano Diretor, que ala que além da participação global da comunidade na gestão do planejamento urbano, o qual se dá por meio do CMDUA, fica assegurada a participação comunitária em nível regional e local? Está no §1º: “Para garantir a gestão democrática da cidade deverão ser utilizados entre outros os seguintes instrumentos: inciso I - representações em órgãos colegiados de política urbana; II – divulgação de informações sobre empreendimentos e atividades; III – debates, consultas e audiências públicas”. Depois seguem outras. No §2º fala: “Para os projetos especiais de impacto urbano fica assegurada a divulgação referida no inciso II do §1º deste artigo”. Quer dizer, todos os processos que chegam aqui, até onde eu sei, chegam aqui sem a devida divulgação. Então, não há a devida divulgação ao público, além

do CMDUA, como fala o *caput* do artigo. Quanto à questão dos instrumentos no inciso III, ou seja, debates, consultas e audiências públicas deste artigo serão utilizados nos projetos especiais de impacto urbano de segundo e terceiro grau. Eu acredito que estamos falando de um que se encaixe neste segundo. Então, ele se encaixa em ambos artigos. Então, de que forma o CMDUA vem tratando frente á solicitação da conselheira? O que eu recomendaria à conselheira é que além de um debate junto ao próprio fórum, que o fórum tomasse para si este compromisso de atender o disposto. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Então, eu acredito que o ideal seria mandar ele para diligência. É isto, Presidente? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Acredito que não. Pelo que eu entendi esta publicização pode ser promovida pela conselheira com os delegados da região. Então, leia teu parecer e fica aberto a pedidos de vista. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** O meu detalhe é também regimental. Se vai para vista tem 15 dias para fazer a tal de audiência pública. A gente pode também não respeitar o regimento novamente. E para diligência vai para a SMED para saber se a escola foi feita ou não. (Falas concomitantes). **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Então, vamos lá. (**Leitura do Parecer nº 002. 330288.00.1**). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Está aberto a pedidos de vista, se assim os conselheiros entenderem necessário. Então, pedido de vista à conselheira da região, do OP e ACESSO. Mais alguém? **PEDIDO DE VISTA À RGP. 4, ORÇAMENTO PARTICIPATIVO E ACESSO**. Podemos passar para o próximo ponto? Vamos à próxima apresentação. Novamente a Arquiteta Fernanda. **EXPEDIENTE: 002.302078.00.9. INTERESSADO Fundo de Investimento Imobiliário Phorbis. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. das Indústrias, 1395. RELATOR: RGP. 04. Fernanda Bruch, arquiteta do empreendedor:** Eu vou apresentar um projeto localizado junto à Av. das Indústrias, em frente à área do aeroporto, são 09 quadras, sendo que duas delas destinadas à praça. Esta é uma vista aérea do local. Já tem um loteamento entregue no ano de 2013. Vou mostrar fotos do loteamento como está hoje (*Slides*). A população prevista para este projeto é equivalente a 40% dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul, previsão de 40 mil pessoas, ocupando as 07 quadras, com uma força econômica equivalente à Cidade de Lajeado. Estamos falando do projeto de um conjunto, não se trata de um projeto para um terreno, exclusivamente. Este conjunto vai ocupar as 07 quadras com, aproximadamente, 40 edificações. O projeto todo foi pensado segundo o conceito de vier, trabalhar e morar, utilizando espaços projetados, atuando conjuntamente. A sustentabilidade está presente no projeto, não só pela busca da eficiência das edificações, como também pela qualidade de vida do usuário. É um projeto que contempla uma hierarquia viária, separando carro, transporte público, bicicletas e pedestre. Outro ponto importante é a centralidade da área, de fácil acesso, tanto à Grande Porto Alegre, quanto ao centro da nossa cidade. Esta é a implantação aprovada no EVU, as 07 quadras e as 02 praças. Ao longo da Av. Benjamim Eckert se propõe um parque linear, com o nível do passeio, com uma área reservada aos pedestres. Por isso as edificações estão todas afastadas, a prioridade é o pedestre. As edificações residenciais estão projetadas sempre longe da avenida principal, gerando um maior conforto acústico e também uma preservação da atividade residencial, que está sendo proposta para essas quadras. Nas quadras iniciais a atividade principal seria tanto de comércio e serviço, residencial só nas quadras secundárias. Um ponto importante do projeto é a passarela elevada, que faria a interligação dessas quadras, podendo deixar o trânsito mais fluído também para os pedestres transitarem por cima. (*Slides* das quadras, fachadas e acesso à

passarela). As contrapartidas já estabelecidas para este projeto passam pela adequação, a qualificação das praças e equipamentos urbanos que já existem no local. A execução da ciclovia, construção de escola e posto de saúde, locais a serem indicados pelas secretarias, além de obras de drenagem que estão listadas no parecer. Alguns números do projeto, o tempo de instalação total seria de 15 anos. O investidor da área ficaria com 50% do projeto, ele tem este interesse. A população total prevista é de 40 mil pessoas e área total construída estimada de 816.000 m². **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, manifestações? **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Gostaria de só algumas informações. A altura das torres e sobre o afastamento das edificações, talvez pelo ruído e etc., mas já tem ruído demais do aeroporto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** As respostas serão em bloco. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** O custo da obra é uma das perguntas. Também, quantas unidades? Ela vai causar um impacto na região impressionante, que hoje tem uma característica e vai se transformar em outra. Penso assim, qual a contrapartida no entorno daquelas comunidades que necessitam de atendimento, de regularização, de escolas. É uma obra fantástica, vai ter impacto na cidade, vai gerar emprego, 40 mil pessoas, não sei quantas pessoas, mas terá uma arrecadação para o município. Também o custo de infraestrutura que vai ocasionar. Esta região suporta este tipo de empreendimento? Gostei dos aspectos de arborização ali, os parques, passarelas, mas a pergunta é se esta região comporta este empreendimento. São essas preocupações e a RGP. 01 vai pedir vista. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tem uma informação muito importante, este processo tramita desde 2002 e foi aprovado como um projeto de loteamento industrial. Teve LP emitida em 2006, LI em 2010, em 2013 foi entregue para a prefeitura todas as obras de infraestrutura pertinentes. Outro detalhe, tem uma previsão de 11% do custo em contrapartidas já listadas. Em 2016 os empreendedores solicitaram atividade residencial, que não era permitido. Então, esta é a finalidade principal do EVU, é permitir a atividade residencial, que antes era industrial. Continuando, Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite. Nós também vamos pedir vista. Eu acho que de acordo com o tamanho do empreendimento as contrapartidas também devem ser compatíveis com o número de pessoas que vão ali circular. Deixo como sugestão, acredito que, posto de saúde tenha que ser dois a viabilidade de uma UPA. As escolas ou creches, se for creche teria que ser mais do que uma, porque cada creche atende até 120 crianças. Temos que ver também que tipo de comércio vai, porque certamente vai ter um atrativo de outras pessoas de fora. Então, por isso o pedido de vista. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Uma observação, no entorno vai ter vias em volta, mas como vai funcionar o trânsito? Ali já é terrível, quem estuda na ULBRA ou trabalha em Canoas, sabe que tem um horário que aquilo ali não anda. Imagina com 40 mil pessoas, como vai funcionar? Pensaram em outro acesso? Porque antes tinha, o aeroporto fechou aquele acesso que tinha, não tem mais. Seria algo a pensar, porque é uma Cidade de Lajeado em um espaço onde hoje o trânsito é inviável. (Falas concomitantes). Sim, mas tudo vai desembocar ali naquela avenida, na Av. dos Estados. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu dou parabéns ao projeto. Porto Alegre tem que crescer, tem que se desenvolver, eu acho que este projeto vem a calhar. Ali é a entrada da cidade, o meu sentimento é ter aquelas vilas ali ao lado, uns relaxados, eles não cuidam da cidade. Eu passei por ali e um dia tive que parar o carro, porque é tanto lixo que eles

produzem que aquele local ficou podre. Pena que vai ter dois mundos ali, o mundo maravilhoso que vocês estão colocando aqui e o outro mundo ao lado, que vocês vão ter que discutir isso. A contrapartida seria discutir aquele outro mundo ali, ou tirar dali, ou (Inaudível) educação ambiental para o pessoal. Então, eu dou parabéns pela maravilha deste projeto. Vai dar uma visão de crescimento para a cidade. **Fernanda Bruch, arquiteta do empreendedor:** Bom, a questão do trânsito, vou mostrar as fotos do local. Só quero reforçar que o loteamento hoje existe lá, foi entregue para a comunidade no ano de 2013, pensado para se rum loteamento industrial. Então, as ruas, a largura das ruas e tudo mais foi pensado para isto. O empreendimento por si só já vai ser um revitalizador da área, que hoje não está muito diferente das fotos que estão sendo mostradas aqui, não tem nada nas quadras em si. Isto somado ás contrapartidas que já estão estabelecidas quanto a um posto de saúde de 1.500 m², mais uma escola, mais contrapartidas também relacionadas ao trânsito. As quadras em si já têm uma facilitação neste sentido. A altura das torre está dentro do Plano Diretor, com exceção da torre que está sendo proposta na quadra G, que estamos pedindo que seja igual ás demais, não mais alta. A permissão é de 42 metros de altura. Não sei se respondi a todos. (Falas concomitantes). Já está sendo respeitado o cone de aproximação. O valor da obra é de R$ 1,5 Bilhões. Eu não tenho o número total das unidades divididas por uso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Temos os outros inscritos. Conselheiro Gilberto. Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu fiquei só com uma dúvida. Em relação ao tempo de entrega do empreendimento, 15 anos, como vão ser entregues, por tapas u global? E quais seriam as primeiras em caso de etapas? Eu acredito que houve algum estudo de interesse do público. Pelo valor do investimento, de repente pode o próprio empreendedor abandonar o projeto no meio do caminho. Então, se há este estudo e a entrega do empreendimento. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu acho que vocês não tem como responder as minhas questões, eu te queria trazer para a discussão do plano, porque é mais o modelo que se quer. É a mesma questão que eu levantei em relação ao Zaffari. O Plano Diretor quando foi feito tem diretrizes de crescimento e eu fico com pena, não é crítica aos colegas, mas se abandonou a questão do planejamento urbano. Ou seja, nós temos estudos que a cidade deveria crescer mais concentrada, isto interfere no custo da cidade. Esses grandes empreendimentos afastados terminam mais tarde trazendo um custo para o município, porque vai ter que ter transporte urbano, uma série de serviços. Cria uma polarização, assim como foi a Restinga, criando polarizações que terminam tendo um custo direto para a cidade. A cidade foi pensada no Plano Diretor para ter setores de crescimento. Não foi pensado nesta área como industrial por nada, justamente pela posição geográfica dela. Tudo bem, isto pode mudar, mas nós estamos perdendo a discussão da essência do Plano Diretor. Hoje a gente vê que a cidade cresce onde o empreendedor quer fazer a cidade crescer. Presidente, por favor, vou ter que retomar, mas estas reuniões de 4 horas não dá mais, as pessoas estão saindo, estão exaustas e vou voltar a insistir que sejam reuniões semanais e com uma duração menor. É humanamente impossível que as pessoas fiquem com este nível de atenção por 4 horas. Voltando, quero concordo com a questão do Paulo Jorge, realmente estamos criando uma cidade de dois mundos, estamos fazendo ilhas isoladas. Nós não vamos entrar na concepção do projeto em si, tudo isto está ótimo, mas estamos criando ilhas isoladas que vão trazer um custo grande para manutenção da cidade. Não é aqui que vamos resolver, mas é aqui que temos que levantar esta questão. (Falas concomitantes). Sobre as contrapartidas, o que tu falaste é mitigação do sistema viário, é uma exigência para o próprio empreendimento, a drenagem também é uma

exigência, contrapartida é a quilo que tu vais dar para a sociedade em função do grande empreendimento. As ciclovias é uma qualificação do empreendimento, é para ele mesmo. A questão do tempo elas não têm como responder, porque pode levar até 50 anos, dependendo da situação econômica do país. Eu sei que tem um estudo de viabilidade, mas não tem como responder. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** No que pese a qualidade visual e técnica, ainda que se possa questionar a densidade de ocupação, como algo que realmente possa vir a trazer esta prioridade ao pedestre, porque são distâncias grandes a percorrer, mas tem ali algumas questões que a gente vem apontando em alguns empreendimentos. Por exemplo, a Rossi no Jardim do Salso, a qualidade aqui é muito maior, porque tem o uso misto, o uso comercial junto à rua. Então, neste sentido a qualidade do projeto. Com tudo, tem a questão do shopping, é grande, vamos colocar em 15 anos uma cidade maior do que 40% das cidades do interior. Não entendo porque a CAUGE não solicitou um estudo ambiental nesta etapa pela escala do empreendimento, uma coisa é o projeto e aqui estão sendo apontadas várias questões que pouco se relacionou ao projeto, mas a escala de impacto que vai proporcionar. Serão 40 mil novos moradores em uma região sem ter um estudo de impacto ambiental! Este é um caso de EIA RIMA completinho. Lembro como está parada a questão do estudo de impacto de vizinhança. É um absurdo uma regulamentação aguardar quase 20 anos nesta cidade. Não é uma questão do projeto, é uma questão de podermos analisar com o devido fundamento técnico e nem como os técnicos da CAUGE tiveram respaldo técnico para avaliar o impacto. Por isso que vemos as contrapartidas como benefícios ao próprio empreendimento, com pouco para a região, porque não se avaliou o impacto para fora. Isto não está presente na análise da CAUGE. Não é reprovar o projeto, mas rever os trâmites. Sugiro utilizarmos o art. 4º, com uma audiência pública, mas o mais correto ainda uma diligência questionando a CAUGE, por que um projeto deste chega aqui sem EIA RIMA. **Fernanda Bruch, arquiteta do empreendedor:** Bom, isto que estamos apresentando é o *master plant*, que estamos tramitando. O projeto depois será objeto EVU quadra por quadra com o projeto efetivamente desenvolvido. Não que não serão estas as ideias, estas são as ideia sempre o todo, mas um projeto deste terá que ser avaliado quadra por quadra. Agora estamos requerendo o uso residencial e a ideia como um todo, para o próximo momento submeter à CAUGE. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** parabéns pela apresentação. Eu concordo com o Hermes sobre a cidade que estamos criando, que são realmente feudos. O Rafael também fez uma fala interessante, sobre o artigo. Esta questão da CAUGE, cabe salientar que na última gesto pedimos muito que recebêssemos as pautas da CAUGE para sentar lá e discutir as contrapartidas. Este investimento de 15 anos também acho impossível, não procede, cai na vala comum das contrapartidas que a gente não consegue cobrar nunca mais, porque se perdem. O meu voto é favorável. Se eu fosse investidor iria investir em Alvorada, que é mais rápido e menos burocrático, ou Canoas. É parte do jogo, vivemos em um mundo capitalista. Esta era minha colaboração. **Fernando Brentano, (1º Suplente), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Fernanda, o que tu queres é a liberação da planta para que possa ser uso misto? Troca de regime urbanístico. Então, não estamos avaliando EVU. São 15 anos toda a aprovação? (Falas concomitantes). Bom... Então, tá, a pauta não é EVU. **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Iniciando na questão do número de pessoas, quando se coloca 40 mil pessoas parece que dá um impacto, mas dessas 40 mil pessoal qual o percentual que vai residir e quantas serão para uso de trabalho? Em relação às fases do empreendimento, quantas fases durante 15 anos? E a partir de que momento vai

se iniciar a questão das contrapartidas? Qual o percentual que este empreendimento está disponibilizando ao município e desses equipamentos públicos de algum vai ser produzido pelo empreendedor como contrapartida real. Em relação à pauta dos empreendimentos, eu acho que nós temos que trabalhar esta pauta dos grandes empreendimentos na cidade, porque não tem uma discussão sobre o planejamento da cidade. Virão muitos outros, não será apenas este. Nós estamos aqui para melhorar a cidade de Porto Alegre e para também colocar a nossa posição em relação a melhorar o trâmite dos processos neste conselho. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu tenho dois inscritos, mas queria colocar algo. Estamos no limite da nossa reunião e temos mais processos a serem relatados. Eu entendo que esses processos devem ser apresentados por quem mais tem autoridade, que são seus autores. Esta vinda para apresentar o projeto aqui estoura o nosso prazo. Nós estamos trabalhando com uma limitação muito grande, reunião de 15 em 15 dias, e vamos discutir isto temática. Eu estou cansado, estou vendo todos cansados aqui. Então, por isso estou colocando, vamos ver quem vai presidir a próxima reunião, que somente a partir daí podemos contar o primeiro prazo, porque se a apresentação é para esclarecer, é para esclarecer a todos e para emitir o parecer frente ao processo. Então, não podemos nos atrelar à questão desse prazo corrido. Então, como Presidente deste conselho, sugiro e encaminho que comece a contar o prazo, se assim for o entender dos demais, agora. Então, a Conselheira Tânia vai levar o processo e relatar na próxima reunião, onde nós poderemos pedir vista ao processo, que terá mais 15 dias. Isto eu falo para reforçar que devemos voltar a nos reunir semanalmente com reuniões mais produtivas. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Realmente, está todo mundo cansado. Eu proponho a suspensão desta reunião e convocação para a continuação desta reunião na terça-feira que vem. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu concordo, mas submeto ao conselho. Quem concorda, por favor, que se manifeste. **APROVADA A SUSPENSÃO DA REUNIÃO COM CONTINUIDADE DA PAUTA NA PROXIMA SEMANA.** Então, continua na semana que vem. Acatamos a sugestão de suspensão desta reunião, com continuidade desta discussão na próximo terça-feira, com término as 20h30min.

**** Suspensão da reunião às 21h45min.***

O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.

975
976 _____ _____
977 **Maurício Fernandes** **Aline Brum de Lima**
978 *Presidente* *Secretária Executiva*
979 *Relatora*
980
981
982
983
984 **Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2018, ... retificações:**

ATA ORDINÁRIA Nº 2777/2018

(*Continuação da reunião de 18/09/2018*)

Aos vinte cinco dias do mês de setembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito – GRUPO**; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Denise Calvet Pinto (2ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Alexandre Cavagni (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Cláudia Remião Franciosi (Titular), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Emílio Merino Dominguez (2º Suplente), **Conselho de Arquitetura e Urbanismo do RS – CAU/RS**; Geisa Tamara Bugs (1ª Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Sérgio Koren (1º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil - SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**: Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular) e Jane Eliane Ferreira Brochado (1ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Kelly Ramos da Silva (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**.. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2776; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h40min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Muito boa noite a todos. Dando início com um pequeno atraso, justificado pelo trânsito, dia chuvoso. Temos que pautar o plano de mobilidade urbana, que está em avanço na cidade e este conselho, inclusive, já deliberou que vamos pautar oportunamente. Era para hoje, mas tendo em vista os acontecimentos da reunião passada,

a pauta foi repicada para esta reunião, como convocação extraordinária para a continuidade dos processos que não foram deliberados na semana passada. Vamos para a votação da ata. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só por detalhamento burocrático, não sei se vai ter alguma repercussão concreta no final, mas estado reunião não é uma nova reunião. Fui eu que apresentei a proposta, por isso que tenho que apresentá-la novamente, o Gomes também tem o mesmo entendimento. A reunião da semana passada foi suspensa e continuaria hoje, até às 20h30min. Então, não estamos em uma nova reunião. Se na pauta da reunião passada estava esta ata incluída podemos votar sem problema nenhum. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu não conheço o termo "suspensão da reunião", aí vou me socorrer ao Gomes, que estava presidindo a reunião e tem a mais absoluta e total autoridade de dizer o que foi decidido. O que tu decidires tem que ser mantido e respeitado, eu não vou desmanchar o que foi deliberado na reunião passada, porque eu não estava. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Mas o termo "suspensão", na outra reunião nós suspendemos a reunião para fazer o acerto da eleição dos representantes. Isto está em ata. Então, o termo "suspensão de reunião", pelo menos em outros momentos houve. Só a questão da ata e encerrar ou não, se a ata da reunião passada encerrou não encerrou. Se não encerrou continua hoje. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O entender que colocamos em votação, Secretário, era de haver uma continuidade da discussão de um projeto que estávamos tratando, muito complexo, aquele da Phorbis. Nós comentamos que fase á demora exaustiva das reuniões de 4 horas estavam se tornando improdutivas. Então, estabelecemos um teto de trabalhar até no máximo às 20h30min, discutindo este processo, abrir espaço para fazer a discussão de encaminhamento dessas questões internas que estamos relevando. É a questão que, investimento, caracterizou a reunião de eu estar presidindo *ad doc*, por não termos os vices presidentes e precisava ser encaminhado neste sentido. O entendimento que veio, e eu fiquei surpreso também quando recebi a pauta, mas quero submeter ao plenário o que é meu entendimento. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** É continuar onde parou. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É a conclusão da discussão daquele processo e tinha duas pessoas inscritas. Foi suspenso pela exaustão da discussão que ali estava. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** As pessoas abriram mão das suas inscrições naquele momento entendo que hoje seria a sequência. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu gostaria de ter sido comunicado disto, porque estou caindo de gaiato aqui nesta história. Vocês me perdoem a condução. Uma suspensão por 5 minutos é normal, mas suspender de uma semana para a outra eu confesso que acho um pouco inusitado. Não que não possa acontecer, mas nunca imaginei isto. Gomes, estava na tua condução, eu peço que tu prossigas conforme foi deliberado. Eu não faria isto, não se suspende uma sessão após dias. Seria o caso de encerrar e recomeçar de onde parou. Eu não sei como conduzir. Como tu conduziste a reunião eu vou manter, mas quero entender. Então, vou pedir para suspender, mas é por 5 minutos, para eu conversar com a Aline, porque estou perdido aqui. **(Suspensão da reunião por 5 minutos)**. Após os esclarecimentos vamos continuar. Agradeço, Gomes, aos esclarecimentos, Campani, Sérgio. Então, não votaremos nenhuma ata. O item 3.03 não foi relatado, que foi apresentado pelo empreendedor. E temos duas inscrições em aberto, que são da

apresentação. As inscrições que o Gomes me passou é do Campani e do Adroaldo. Depois o 3.03, que é a continuidade da discussão que ficou em aberto. O 3.01 o Felisberto vai relatar, o 3.02 o Sério vai se manifestar, depois seguimos a pauta até o horário que o conselho entender cabível. Então, a discussão neste momento é do 3.03, onde o Campani estava inscrito e estamos dando continuidade. **CONTINUAÇÃO: EXPEDIENTE 002.302078.00.9. INTERESSADO Fundo de Investimento Imobiliário Phorbis. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. das Indústrias, 1395. RELATOR: RGP. 04. Encaminhamento: 1. Apresentado pelo empreendedor em 18/09/2018. Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A minha dúvida, que foi um dos dados levantados, não foi dado na apresentação isto, falava-se em 11% de investimentos que o empreendedor ia fazer ao município. Não sei qual a base financeira para calcular esses 11%. Fizemos um cálculo por cima, eram 40 mil pessoas envolvidas, seria um bairro novo na Cidade de Porto Alegre. Não se calcula mais 04 pessoas por residência, tem sido 03, daria uns 10 mil imóveis. Talvez o preço dos imóveis em Porto Alegre, não sei se eu estou muito defasado, mas apartamentos naquela região, no padrão que estava sendo jeito, R$ 800 mil, mas que sejam R$ 700 mil... (Falas concomitantes). Mais baixo? Tá, R$ 350 mil... Então, R$ 400 mil multiplicados por 10 mil são R$ 4 bilhões o que vai ser gerado ali de recursos para o empreendedor pela venda. Eu não sei se esses 11% foi calculado, mais contrapartidas e medidas compensatórias que seriam feitas na região. O Adroaldo tem me cobrado, porque nós temos um estudo feito na Universidade Federal de Ciência da Saúde, em termos de qualidade do ar, ali é a região mais poluída de Porto Alegre. A pesquisa não conseguiu detectar a origem, porque tem duas possibilidades, uma eu acho muito remota, que é o antigo lixão do Humaitá, a liberação de H2S, mas também há outro caso concreto, que é a subida e descida dos aviões. Ali é uma área sensível, originalmente é (Inaudível) do Gravataí. Para colocarmos aquela região sob forma de habitação a METROPLAN gastou agora alguns milhões de reais dos estudos feitos das áreas de cheias do Sinos e do Gravataí. Então, temos estudos e cada vez que a gente aperta o Rio Gravataí, água é água, a física já definiu, dois corpos não ocupam o mesmo lugar. Então, a água é um corpo. Por mais que possa parecer fluido, é um corpo, se empurrar ele para algum lado vai estourar em outro lugar. Então, o pensar a zona norte de Porto Alegre, a várzea do Gravataí, nós temos que pensar um pouquinho mais delicadamente, porque esta água vai estourar. Quem se lembra, há uns 3 ou 4 anos estourou na FIERGS, porque romperam o dique, a FIERGS acabou perdendo uma série de computadores lá. Para concluir, objetivamente, é uma área conflagrada, hoje sou usuário do aeroporto de Porto Alegre, não sei se é um privilégio ou não, mas existe uma pressão muito grande pela saída do aeroporto dali. Onde colocar 40 mil pessoas teremos mais 40 mil pessoas. Então, quando a gente pensa a cidade como um todo e não um empreendimento isolado, não sei se é o melhor local para um empreendimento de 40 mil pessoas, sendo que o EVU foi aprovado para o uso industrial, agora está sendo votada a troca do uso para residencial. Eu acho uma área mais adequada para o uso industrial. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Continuando as inscrições da semana passada. Faltam o Adroaldo e o Felisberto. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, em relação ao processo, eu disse que pediria vista, é o que estou lembrando que ficou pendente. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu entendo, indo na mesma linha do Campani, acho que é uma área que necessitaria de um exame mais detalhado, tendo em vista que é uma área que deve ter sido aterro, também a questão da drenagem e a questão do em torno. O que eu vejo hoje

como um problema sério é a qualificação de determinados bairros em prejuízo das comunidades que habitam ali. Ao invés de trabalharmos com a qualificação do bairro para os antigos moradores, qualificam para um novo contingente de pessoas que venham morar ali. A gente esquece os moradores que estão ali há anos sem a melhoria e a qualidade de vida necessária e às vezes sendo expulsa dali por esses empreendimentos. Então, eu vejo que a cidade tem que ser inclusiva e não excludente. No momento em que exclui as pessoas torna-se uma cidade desumana. Não temos que ver somente a questão econômica, também a questão humana. Aí são comunidades que estão afastadas dos (Inaudível) de moradia. Teve uma senhora que morou ali há 50 anos, construiu a sua vida, vai morar em outra região, onde ela não conhece ninguém, não tem nem as preferências dela. Então, tem que ver o lado humano também. Quando vemos que uma das brigas que temos na cidade é a qualificação, é a regularização fundiária, vemos empreendimentos entrando na área em que muitas vezes a gente precisa fazer a regularização fundiária, que não é feita e se viabiliza um projeto. Aí as comunidades há anos lutam para regularizar o seu local de moradia não consegue por grandes óbices jurídicos, urbanísticos, ambientais. De repente a gente vê que para um megaprojeto é viável, que se torna possível. Eu lembro o que um amigo me disse: “Felisberto, o problema não é a questão técnica e sim de quanto vai custar para fazermos a obra de urbanização ou de qualidade”. Cada vez me conformo mais de que este amigo tinha razão. Quem tem dinheiro constrói, quem não tem padece e fica à mercê de uma decisão política ou de um governo que tenha viés para fazer as obras necessárias. Então, isto me deixa muito triste, no sentido de que a gente deixa de atender as comunidades que lutam há anos para regularizar e não conseguem, mas, de repente, um empreendimento com grana vai lá e consegue oferecendo migalhas ou contrapartidas para a comunidade aceitar como melhoria da qualidade de vida dela. Era isto. Eu sou contra este tipo de empreendimento enquanto não tiver uma análise da regularização fundiária de Porto Alegre, que são mais de 300 vilas que precisam ser regularizadas, urbanizadas e qualificadas, mas a prefeitura sempre alega que não tem dinheiro. Era isto e obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheiro. Então, está encerrada a continuidade, já que foi suspensa a sessão, continuamos de onde parou e seguimos. Vamos aproveitar, Felisberto, o processo 3.01 que está com o senhor, com a palavra, por gentileza. **3. Ordem do Dia. 3.01. EXPEDIENTE: 17.0000027243-4 (SEI). INTERESSADO: Patrício Rodrigues Ferreira. ASSUNTO: Resolução – Gravame de Tração Viário e Cadastramento de Logradouro. LOCAL: Rua Alonso da Fonseca Coelho com 12,50 metros de largura, entre a Av. Bento Gonçalves e a diretriz 6.057, e cadastramento do referido trecho com largura média de 7,50 metros e extensão aproximada de 132 metros a partir da Av. Bento Gonçalves em direção ao sul. RELATOR: RGP. 01 (Cabe pedido de Vista). Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É o meu primeiro parecer, espero que eu consiga que haja aprovação. Este aqui é o caso, que no meu pronunciamento anterior estava tratando. É uma comunidade que está lá e necessita do gravame para regularizar e melhorar a qualidade de vida deles. (Leitura do parecer). Inclusive, já há parecer favorável da PGM. CONCLUSÃO: “Portanto, o meu voto é favorável ao gravame do traçado viário e o cadastramento do trecho pretendido, que tal atitude vai de encontro do anseio dos moradores, bem como vai qualificar a vida das pessoas e a mobilidade urbana. É o parecer”. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em discussão o primeiro parecer do nobre Conselheiro Felisberto. Lembrando que é um processo de gravame, geralmente as discussões de gravames são de minutas. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:**

A RGP. 5 pede vista. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, vista para a Região 5. Alguma discussão? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Esclarecimento. Podemos ver esta folha da resolução para podermos entender? Ou dizer o número da rua para a gente tentar ver do que é o gravame. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está certo. Vamos ligar o computador. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Em que altura fica isto? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Perto da Lomba do Sabão. É bem na encosta. (Manifestações fora do microfone) **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É um acesso e a ideia é transformar em rua oficial. É isto que estamos conversando aqui. O conselheiro Sérgio está esclarecido. E o senhor mantém a vista, Conselheiro Paulo Jorge? **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Não. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, coloco em votação por aclamação, como tem sido praxe nos gravames e desgravames. Então, quem for contrário que se manifeste. Alguma abstenção? Duas abstenções, da UFRGS e da SMIM. Então, aprovado por maioria o Processo 3.01. **APROVADO COM 02 ABSTENÇÕES O PARECER DO RELATOR FAVORÁVEL AO GRAVAME DE TRAÇÃO VIÁRIO E CADASTRAMENTO DE LOGRADOURO**. O processo 3.02, que cabe um esclarecimento, vou pedir ao Conselheiro Sérgio, nós conversamos previamente, porque foi apresentado o relatório, foi pedido vista pela RGP. 1 e RGP. 6, foi apresentado pelo empreendedor e agora com a palavra o relator. **3.02. EXPEDIENTE: 18.0.000041184-8 (SEI). INTERESSADO: Jayro Amorim. Assunto: Resolução – Desgravame de Traçado Viário. LOCAL: Rua Romildo Bolzan, entre Estrada Cristiano Kraemer e Rua Dr. Lauro Miguel Sturm, inserido na MZ 5 UEU 28, Bairro Aberta dos Morros Bairro Campo Novo. RELATOR: ÁREA. ENCAMINHAMENTOS: 1. Relatado em 21/08/2018; 2. Vista à RGP. 01 e 06; 3. Relato de vista em 04/09/2018; 4. Apresentado pelo empreendedor em 18/09/2018. (Não cabe pedido de vista)**. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Na verdade, eu não estava na reunião passada, mas acho que é uma coisa que nós estamos acordando e hoje poderíamos formalizar isto, como o Campani disse, está no regimento interno que os relatores têm que apresentar o relato por escrito. Eu fiz um relato verbal, não tinha apresentado por escrito. Quando eu comece a escrever e lendo com mais cuidado algumas informações, surgiram algumas dúvidas. Ontem estive conversando com a Patrícia e não conseguimos tirar as dúvidas em curto prazo para poder apresentar o meu parecer. Então, eu queria encaminhar uma diligência para poder tirar essas dúvidas que surgiram e eu poder fazer o parecer. Eu já escrevi minha diligência, se vocês quiserem posso ler (Leitura da solicitação de diligência). Assim, tem 6 matrículas na minuta da resolução, o topográfico apresenta 4 matrículas e no parecer da CADAP citam os mesmos números que estão no topográfico de 3 matrículas. É porque uma das matrículas é abaixo do módulo e a pessoa não está pedindo redução de regime urbanístico para não ter que fazer o desmembramento. Isto depois eu posso esclarecer no meu relato. Então, não deveria corrigir a resolução, porque tem uma divergência entre as matrículas que estão na resolução, as que estão no topográfico e as que estão no parecer da CADAP. Este é o item 1. No segundo, no parecer que assessorou a diretriz da SMURB na apresentação para a CADAP, que é o órgão UGDU, que é Unidade de Gestão e Desenvolvimento Urbano, está escrito: “Sendo assim informamos que na etapa de EVU poderá desconsiderar o traçado

viário da Rua Romildo Bonzan, conforme diretrizes viárias PDDU em anexo". Na diretriz tem um gravame que começa na Kramer e vai até uma praça lá embaixo. Então, no desenho que ela cita, conforme o anexo, ela não desgravou toda a diretriz e a resolução está desgravando tudo. Então, a meu ver, há uma divergência, o parecer que foi dado à diretriz e a resolução que veio. Então, estou pedindo esclarecimento, ou arruma a diretriz, ou arruma a resolução. O terceiro, também no mesmo parecer da UGDU, cita que as ruas, tanto ao norte do terreno, como ao sul do terreno e a rua projetada aos fundos, que é a Antonio Fonseca da Luz, estão com ocupações irregulares. Eu coloco: "Eu gostaria que esclarecesse melhor o que essas informações justificam o seu parecer favorável ao desgravame". Quarto, eu solicito uma pesquisa de origem deste gravame ao município. Por quê? Porque essas regiões não têm as ruas desenhadas e são ruas que, na verdade, as pessoas começam a criar casas, não tem esta ligação entre essas ruas. Então, queria entender porque foi feito este gravame, em que época e por que. Essas são minhas questões de diligência. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Como são diligências importantes, então, a gente dá um passinho atrás desse processo aqui para deixar ele mais claro, mais apto para votação, que não vai causar nenhum prejuízo a ninguém. Então, o que importa é que o conselheiro esteja tranquilo, maduro, conhecedor do processo para pode fazer a votação. Eu te agradeço, Sérgio. E peço, patrícia, como de praxe, para vocês atenderem isto. **ADIADO – SOLICITAÇÃO DE DILIGÊNCIA**. Então, o **3.04. EXPEDIENTE: 002.216638.00.0. INTERESSADO: Country Club. ASSUNTO: EVU de Parcelamento de Solo. LOCAL: Rua Líbero Badaró, 524. RELATOR: METROPLAN. ENCAMINHAMENTOS: 1. Relatado em 21/08/2018; 2. Vista à RGP. 2, RGP. 6 e ACESSO. (Não cabe pedido de vista)**. É um processo que teve apresentação na semana passada. Este processo foi relatado pela METROPLAN e teve vista às RGP.s 1, 2, 6 e ACESSO. A informação que a secretaria passou foi que a ACESSO não devolveu ainda o processo. Então, ficamos impossibilitados de votar, embora o prazo já foi ultrapassado, mas também entendemos que, certamente, o conselheiro ou conselheira precisa deste prazo e colocamos no bom sendo o encaminhamento. **ADIADO**. O **3.05. EXPEDIENTE: 002.30288.00.1. INTERESSADO: Zaffari. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. Protásio Alves, 7472. RELATOR: RGP. 03. ENCAMINHAMENTOS: 1. Apresentado pelo empreendedor em 18/09/2018; 2. Relatado em 18/09/2018; 3. Vista à RGP. 4, ACESSO, CDH e OP**. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** Eu solicito mais uma semana. Eu já fiz uma análise básica, mas como tive a informação que os outros que pediram vista não tiveram ainda vista ao processo, então, solicito mais uma semana para dar o relato. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, na mesma linha do outro processo vamos deixar para a reunião que vem. **ADIADO**. O próximo processo é o 3.06, o Conselheiro Paulo Jorge é o relator**. EXPEDIENTE: 002.257904.00.9. INTERESSADO: SPU-SMURB. ASSUNTO: Resolução – Gravame de Traçado Viário e Cadastramento de Logradouro. LOCAL: Beco Seis, Vila Alto Erechim, localizado na Macrozona 4, Unidade de Estruturação Urbana (UEU) 034. RELATOR: RGP. 5. (Cabe pedido de vista)**. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Este é um processo de uma escola infantil. No final da Rua Erechim tem uma ocupação irregular. Então, é uma creche infantil e como está em área irregular, acho que a prefeitura está pedindo que para conveniar com a SMED tenha que ter a regularização desta área. É uma escola para a comunidade, que hoje para poder fazer um convênio tem que estar em área regular. Justificativa: "O gravame de

cadastramento do Beco Seis, da Rua Erechim, tem como objetivo viabilizar a ocupação do projeto em construção da educação infantil comunitária, o lote em frente ao referido beco. Segundo o levantamento feito pela unidade de regularização fundiária, o logradouro já se encontra asfaltado e conta com a seguinte infraestrutura: rede de água, esgoto cloacal e rede de iluminação pública". Eu estive lá, falei com a Presidente desta comunidade, é uma área que foi invadida na década de 50 com ocupações, aí criou uma associação de moradores. Agora são mais de 100 casas lá em cima, em uma pedreira, criaram uma creche, criaram um centro comunitário e se tornou uma área violenta também, porque são becos, muitas vezes dá tiroteio. Então, eu coloquei aqui meu relato (Leitura do parecer). Esta creche já tem o convênio com a prefeitura, mas está em uma área irregular. Então, a prefeitura não deu, foi encaminhado pela Procuradoria do Município, teve encaminhamento, tudo normal. Eu analisei, falei com os moradores da volta ali, porque tem uma luta de resistência, que é do movimento negro, em uma ocupação irregular, mas tinha que fazer isso, porque na época a moradia era difícil. Então, como relator eu aprovo, porque é um beco que precisa se integrar com o logradouro público legalizar a creche como situação legal. Só isso. É um beco de 7 a 8 metros, que tem que ser como logradouro público para legalizar isso aí. Não tenho mais detalhes, eu como relator aprovo, porque é preciso atender, são 50 crianças de 0 a 6 anos, mais 40 adolescentes e jovens de 7 a 15 anos. Então, eu aprovo este gravame de traçado viário para regularização. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheiro. Alguém quer se manifestar? Senão encaminho à votação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, esta demanda está na minha região e o Paulo Jorge teve a preocupação de conversar conosco pela emergência que há neste processo, no sentido de vir obter uma melhora significativa pelo cadastramento desse logradouro. Eu não vou pedir vista, sugiro que os demais não peçam vista para que o processo ande o mais rápido possível. Belo trabalho, Paulo Jorge. Parabéns! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mais alguém? Então, vamos fazer a votação por aclamação. Quem é favorável permaneça como está. Abstenções? Aprovado por unanimidade. **APROVADO POR UNANIMIDADE O PARECER DO RELATOR FAVORÁVEL AO GRAVAME DE TRAÇÃO VIÁRIO E CADASTRAMENTO DE LOGRADOURO**. O Item 3.07, relatório pela SMAMS. **EXPEDIENTE: 002.311945.00.9. INTERESSADO: Associação Leopoldina Juvenil. ASSUNTO: Aprovação de EVU. LOCAL: Rua Marques do Herval, 280. RELATOR: SMAMS. (Cabe pedido de vista). Denise Calvet Pinto (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Este processo, na verdade, é da regularização do Leopoldina Juvenil, uma área que já está toda construída, não tem nova construção. É para a regularização, este projeto já foi aprovado e estamos querendo que esta demanda seja concluída para seguir as demais etapas, para que possa ter o licenciamento para o empreendimento do clube. A localização eu acho que todo mundo conhece, o Leopoldina, é bem central na região do Moinhos de Vento. Então, esta área toda já está construída. Eu fiz um relatório, depois vou ler, onde eu dou uma sequência de tópicos, dos condicionantes das secretarias que aprovaram este processo na CAUGE. Aqui é mais para localizar o empreendimento na cidade. Eu coloquei os motivos do EVU, porque foi para a CAUGE para aprovar, os artigos do Plano Diretor, o art. 61, a obrigatoriedade, o art. 100, parágrafo III também, que fala das necessidades para este tipo de empreendimento. O clube tem uma área adensável superior a 5.000m². Não há nenhum impedimento de atividade para aquela região, tem as vagas que estão sendo oferecidas, são 62 e tem 228. Todos os índices estão atendidos. A LP também está atendida, que aqui

tem o link do parecer. Eu coloquei como SMAM porque como está o nome da CAUGE, até para a gente poder se achar. Na SMAM ele prevê que a gente tem que dar sequência, porque para o licenciamento ambiental ele vai ter que começar o processo, não vai poder parar por aí, ele tem que conseguir a carta de educação adequada para a atividade dele para ter a licença de operação, tudo de acordo com o que a legislação prevê. Então, sai daqui a vai para a sequência do processo. A EPTC também colocou como condicionantes a doação de dois módulos de parada segura para serem entregues à Gerência de Mobiliário Urbano. Também se manifestou favorável à aprovação. A SMIM também aprovou, não tem acréscimo nenhum. A EPAC também tem parecer favorável. A SMOV coloca que caso ocorram alterações na geometria das vias deverão ter aprovação. A Saúde não se manifestou no parecer da CAUGE na época, porque não tem parcelamento, então, não tem destinação de áreas públicas. E as próximas etapas que a gente coloca, o empreendedor deve dar sequência ao processo para a etapa de aprovação do projeto, obtenção da carta específica, após requerer licenciamento ambiental para atividades, porque é necessária a apresentação da carta e o alvará dos Bombeiros. Vou ler todo o parecer agora. (Leitura do parecer). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira Denise. Vou abrir para manifestações. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Como este imóvel está na RGP. 1 e tiramos uma normativa, todos processos relacionados com a região o conselheiro pedirá vista. Então, solicito vista do processo. Obrigado. **Geisa Tamara Bugs (1ª Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Fiquei com duas dúvidas. Em algum momento foi afirmado que existem duzentas e tantas vagas que dizem respeito á área a regularizar. Que, então, estariam atendendo o número de vagas necessárias para esta regularizar. No meu entendimento as duzentas e poucas vagas atendem a todo o empreendimento, toda a área construída, não só as áreas a regularizarem, ou não? Então, o número seria maior. **Denise Calvet Pinto (2ª Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** As vagas de estacionamento, elas foram calculadas com base em todo o empreendimento. Eles já têm mais vagas do que está sendo colocado pela legislação. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está esclarecido, o processo vai em vista à RGP. 1. **PEDIDO DE VISTA À RGP. 1.** O Item 3.08, relato pelo IAB. Pode ser, conselheira? **EXPEDIENTE: 002.204727.00.6. INTERESSADO: Locar – Locação de Imóveis Ltda. ASSUNTO: Aprovação de EVU. LOCAL: Av. das Indústrias, 1344. RELATOR: IAB-RS. Geisa Tamara Bugs (1ª Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu fazer a leitura do parecer que foi elaborado pelo Conselheiro Rafael Passos. (Leitura do parecer). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheira. Vou passar para manifestações. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu queria um esclarecimento. Eu não entendo sobre a oportunidade de pedirmos uma audiência pública. Nós temos que tomar um cuidado aqui, colocar primeiro se vamos tomar a decisão de forma coletiva e não de um parecer. O que diz aqui é uma decisão coletiva, não é obrigatório uma audiência pública. Segundo, tomarmos cuidado com esta votação. Eu entendo o que está escrito, mas o preciosismo que estamos tomando aqui da vírgula para uma garagem em uma zona... Eu acho que faltou a apresentação de uma planta para mostrar onde é esta garagem de estacionamento onde já existe. Por que uma audiência pública para este tipo de atividade? Sinceramente, eu acho que é emperrar as coisas de acontecerem na cidade. Eu não vejo lógica nisso, se tiver alguma situação nós vamos pedir, mas para este tipo de atividade, pelo amor de Deus, gente! Isto é um

absurdo! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, há bastante tempo eu tenho acompanhado a posição do Arquiteto Rafael na abordagem, digamos assim, do uso deste artigo do Plano Diretor como instrumento de suprema participação popular. Ele vem falando isso nas palestras que eu tive a oportunidade de escutá-lo na IAB, inclusive, antes dele ser conselheiro. Eu lamento que ele não esteja aqui para enriquecer o debate. E na primeira oportunidade que ele tem de se manifestar em cima de um processo, eu acho que ele está sendo muito coerente e coloca aquilo que é a interpretação que ele acredita. Eu acho bastante oportuno para este conselho, que é um coletivo multidisciplinar, discutir esta interpretação do Rafael, muito mais do que o projeto que está em si sendo discutido, está sendo discutido aqui pela oportunidade e posição do Rafael. É a leitura que ele faz do Plano Diretor, especificamente neste artigo. (Manifestação fora do microfone). Eu também considero ridículo, arquiteto! Ridículo do ponto de vista da abrangência, fazer uma audiência pública em cima deste projeto ridículo, mas nós vamos ter a oportunidade de fazer o debate, talvez colocar uma posição em definitiva deste conselho sobre esta interpretação, que me parece equivocada também. Se nós tomássemos esta linha de abordagem, nós, definitivamente, enterraríamos Porto Alegre, além de tonar as coisas muito mais caras do que já são. O custo de uma audiência pública é enorme e alguém paga, paga o consumidor, porque ninguém bota dinheiro para não cobrar depois, isto faz parte do custo do empreendimento, se for o caso. Uma questão bastante pequena, mas o Rafael está nos dando a oportunidade de discutir naquilo que ele acha, que ele acredita e neste sentido ele é coerente. Então, vamos fazer um debate à altura que merece. **Geisa Tamara Bugs (1ª Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Só queria reforçar que o encaminhamento final do parecer do Rafael diz que ele encaminha o projeto para análise da RGP. 2, a qual vai determinar a forma de divulgação á comunidade, quanto de debate, consulta ou audiência pública. Então, não é necessariamente uma audiência pública, mas sim uma discussão perante a comunidade de apreciação deste projeto, que são outras instâncias participativas. Então, não é uma única instância uma audiência pública. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** A gente solicita vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria divergir um pouco dos colegas que me antecederam. Quando se propõe uma discussão, estamos discutindo a cidade, o que nos leva a ver que cidade estamos criando e qual o ônus que causa a nós cidadãos. Muito bem, o empreendimento está ali, mas que sofre o impacto somos nós, quem sofre o impacto de um mau projeto é a população. Então, quando a gente propõe uma discussão não emperrar a cidade, nós queremos discutir a cidade. Eu acho que este conselho tem que discutir e não só aprovar projeto. O nosso papel é discutir a cidade e não só defender interesses, aqui o interesse tem que ser coletivo e não só do dinheiro. É muito fácil colocar uma garagem, o empreendedor propõe lá e aí? Quem vai pagar somos nós... (Manifestação fora do microfone). Deixa eu colocar, respeita o meu ponto de vista, Sérgio! Eu acho que a manifestação é livre, não precisamos concordar. Eu estou colocando um ponto de vista de cidade, que tem ser respeitado, no mínimo isto. Eu Felisberto, enquanto cidadão, não quero uma cidade só de negócios, eu quero uma cidade para as pessoas. E eu acho que nós temos que respeitar o parecer dos conselheiros, a gente pode divergir, mas tem que respeitar. Este parecer é de um conselheiro de uma entidade, não é um parecer de qualquer pessoa, é de alguém que tem habilidade para dar um parecer e fazer uma análise técnica, que eu apoio integralmente isso. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Bom, a região é quem tem que saber se quer fazer uma audiência pública ou não. Vamos cuidar o que a gente está falando, porque a gente cria um fantasma e diz que

o monstro está ali naquele parecer e não tem monstro nenhum, apenas está encaminhando um pedido de diligência para a região poder se posicionar. Até seria muito bom se todos processos que têm representatividade fossem submetidos a este processo. Sou a favor do parecer, não é um parecer, é um pedido de encaminhamento, uma diligência à RGP. 2. Eu só discordo da pecha de que uma audiência pública é cara. Não, é só ter uma sala, no máximo uma publicação em um jornal de grande circulação e um funcionário para ajudar a tocar a audiência com alguém da secretaria. Então, não vamos criar um monstro. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu reformo a fala do Campani, a proposta é de encaminhar para a região, é quem vai dizer o que acha que deve fazer. Não vejo problema nenhum. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite. Eu também sigo neta linha, mas gostaria de fazer um retrospecto do que foi dito. Eu acho importante que este conselho mantenha as discussões. Não cabe nenhum tipo de cassação de palavra, ou mesmo que no entender de alguns se esteja falando uma bobagem, desde que os assuntos não fujam do que está se discutindo. Eu fiquei com uma dúvida, mas já foi esclarecida. Na verdade, o regime urbanístico está sendo atendido, não tem nenhuma solicitação de alteração de regime ou o que for, ele só veio para a aprovação do conselho em função do número de vagas. É isso, né? Acima de 400 vagas. Pelo que eu percebo está se criando a intenção de um polo ali. A minha provocação vai mais na linha do que o Paulo Jorge colocou, que, na verdade, a gente não discute planejamento urbano no sentido maior da palavra, seguinte estava analisando o processo. não tem como ser contra um processo desse isolado, ele está dentro do regime, vai para a comunidade, a comunidade vai exigir. Tudo bem, eu sou favorável, não tem como ser contra. Quer dizer, existe esta vontade da cidade, do planejamento da cidade, de criar um polo naquela região. Tudo bem, vamos aprovar, não vamos brigar contra o mundo aqui, mas depois não adianta reclamar que Porto Alegre é um problema, que a circulação é um problema, porque não existe sistema de mobilidade que resolva essas situações que são criadas de monstrengos dentro da cidade, além do que eu já falei na última reunião, o custo da cidade. Secretário, tem um trabalho que foi feito há uns anos por um colega nosso que dentro da Macrozona 1, que dentro da Terceira Perimetral se fossem ocupados os imóveis que existem, caberiam quase 30 milhões de habitantes... (Manifestação fora do microfone). Então, façam esse estudo. É verdade. Isto é um estudo técnico. Caberiam quase 20 milhões de habitantes. É só uma constatação, confesso que me sinto impotente para falar outras coisas. Não tem planejamento, não é nenhuma crítica aos colegas, eu já passei por isto, é uma crítica às gestões, a cidade que estamos construindo. É isto, não tem o que se falar. Mais uma coisa, eu me pronunciei contra aquele processo que foi discutido sobre o índice coringa, que foi criado para situações especiais. Eu acho que no momento em que começa a usar o índice, a permuta em qualquer situação, é outro problema do Plano Diretor. Eu acho que a audiência pública vai no mesmo caminho. Eu sou contra audiência pública, é um direito da comunidade, um dever do município, mas que a gente começar a usar esses instrumentos para qualquer tipo de empreendimento, eu acho que é outro tiro no pé. Obrigado. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Na minha visão, deve ser respeitado e aprovado o parecer do relator. Não vamos falar de audiência pública neste caso como um grande evento, é uma consulta que será feita na comunidade. Não é um empreendimento pequeno, é um grande estacionamento, acho que deve ser ouvida a comunidade, eu apoio o parecer do relator. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Este artigo que ele cita, na verdade, é para a própria reformulação do plano ou para qualquer alteração no mapa do Plano Diretor. As regiões por própria

autonomia podem fazer suas audiências, como eu já participei de várias. Eu não leio este artigo de maneira reta, isto é uma questão que vai depender de empreendimentos e alterações que realmente alterem o mapa do Plano Diretor, que é o que vai acontecer nós revisão do Plano Diretor. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Campani, eu até fui ler o parecer, de fato, é diligência, o parecer não fio dado. Ele encaminhou para diligência, não temos nem o que votar aqui. Diligência deve ser respeitada e o Seu Adroaldo já pediu vista. Então, está encaminhado neste sentido. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Não, se não tem parecer não pode ir como vista. Vamos respeitar o regimento, por favor. Ele vai a diligência para a região. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está em diligência, não está em vista. Obrigado, Campani. **SOLICITAÇÃO DE DILIGÊNCIA À RGP. 2**. **4. COMUNICAÇÕES**. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Antes, só porque fui o primeiro a me manifestar, para dizer que nunca fui contrário a nenhuma entidade pedir vista. A região não teve oportunidade de vista porque antes foi encaminhado como pedido diligência. Eu tenho certeza que a região pediria vista, até pediu, pelo Campani e por uma organização não pode pedir vista se não houve parecer. Então, não vamos também levantar um problema grande onde não existe. Eu digo da mesma forma, não existe problema nenhum aqui. O que acontece, não quero que a gente coloque um fantasma onde não existe, é muito simples o que está acontecendo aqui, também não sou ingênuo no seguinte, não precisava dizer para que região que ela tem que pedir vista, não precisa dizer para a região que ela tem que fazer uma audiência pública, a região sabe o que deve fazer. Outra coisa, como já foi dito, tem que respeitar a opinião de todo mundo aqui, a opinião de um para técnico não é melhor do que o senhor relatou e foi um excelente relatório. O seu relato foi excelente, não foi pior do que um parecer técnico. Tem que respeitar todos os pareceres aqui, de uma região igual de uma entidade e de todo mundo aqui. Este empreendimento nós temos que olhar melhor, eu não consegui ver, ele não está junto, ele está de frente para a região, aquela rua da rotula, o outro está lá no fundo... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sérgio, permita-me contribuir. Sabe aquele hotel que tem na rótula, é atrás do hotel. (Falas concomitantes). **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Está todo mundo aqui querendo pensar na cidade para o bem, cada um tem uma posição um pouquinho diferente, mas estamos aqui para construir a cidade que nós queremos. Nós não podemos desviar a atenção do assunto, que é o processo. Então, coloco duas propostas, eu tenho uma dúvida muito grande sobre regularização fundiária, até perguntei para o Furtado. Então, se pudéssemos colocar na pauta, que viesse alguém explicar como funciona. E sobre mobilidade, alguém colocou que teve uma oficina, mas não ocorreu, que iam trazer aqui a questão da mobilidade, o que a WRI está fazendo. Então, pessoal, vamos abrir o coração, as coisas não só assim como são ditas, é a forma como as coisas são ditas que me incomoda. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Tudo isto está pautado, é só uma questão de data e agenda. Senhores, agradeço imensamente a presença de todos vocês e está encerrada a reunião.

ITEM 5: Término às 21h15min.

O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.

_____	_____
Maurício Fernandes	**Aline Brum de Lima**
Presidente	*Secretária Executiva*
	Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2018, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2778/2018

Aos dois dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito – GRUPO**; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Denise Calvet Pinto (2ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Alexandre Cavagni (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Carlos Fernando Simões Filho (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**: Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**: e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Kelly Ramos da Silva (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**.. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Apresentação, defesa, debate e votação da proposta, emendas e substitutivo ao regimento; 3. Eleição dos vice-presidentes; 4. Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h35min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Então, está aberta a reunião. Nós não colocamos aprovação de ata, lembrando que esta é uma reunião extraordinária e não

pautamos a votação de atas. Fica para a próxima reunião. Nós focamos esta reunião para um assunto importante, que é o funcionamento do conselho. Lembrando que o regimento foi apresentado em julho, em agosto foram recebidas as emendas. Então, a ideia é a discussão das propostas. Como constou na pauta a ideia é que a gente faça a defesa ou justificativa das nossas propostas, que a gente debata e delibere sobre a proposta de regimento. Uma coisa importante que quero salientar é que recebemos a emenda 1, do DEMHAB; a emenda 3 da ÁREA e a emenda 4, que é da RGP. 6. As emendas 1, 3 e 4 são sobre a proposta de regimento apresentada pela SMAMS. Ocorre que a emenda 2 modifica a forma de redação, de entendimento, veio na forma de substitutivo, que não é problema isto, só que nos exige que delibere sobre as propostas em análise. Por quê? Porque não podemos... Estou falando hipoteticamente. Nós não podemos aprovar a emenda, que veio da ÁREA, sobre a proposta da SMAMS e não sobre a proposta do substitutivo. Então, temos aí uma questão prejudicial, que é deliberar entre o substitutivo e entre a proposta de regimento. Com isso, as emendas ficam e um segundo plano, porque se a aprovação for de um substitutivo não há (Inaudível) nessas emendas, por questões lógicas ficam prejudicadas. Então, a ideia é apresentar, aí podemos dividir um tempo razoável aqui, o Sérgio é o autor do substitutivo, de apresentar as suas propostas. A proposta de regimento tem um tempo para apresentar, apresentar o substitutivo, a gente faz um debate e delibera sobre isso. Não temos condições de entrar nas emendas agora, porque aprovando o substitutivo ficam prejudicadas as emendas. Então, esta é a forma de conduzir o assunto, de forma que o debate e a participação sejam garantidos, que não haja nenhuma questão prejudicial a nenhuma das propostas. Sérgio, tu como um dos autores, 20 minutos está bom? Lembrando um detalhe, que isto fizemos questão de cuidar lá em 21/08, onde todos os senhores receberam as emendas e na sexta-feira também, ou segunda, mas também foi mandado para todos, que é para garantir o acesso de todos. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Só uma questão anterior. Foi feita uma proposta pela Claudete, que nós também compartilhávamos, acho que a maioria das entidades compartilhava, que era de propor uma metodologia, criar um grupo tripartite, fazer uma análise, porque o nosso entendimento, que fazendo este contraponto entre a substitutiva, a proposta do governo, as propostas, com certeza não vai ser o melhor produto. O melhor produto seria juntar o que tem de bom de todas as propostas, mas para isto teria que ter uma metodologia. Aquilo que é polêmico, antagônico, colocar em uma planilha. Aí sim, se tiver que votar vota. Eu olhei as propostas, tem coisas que na nossa proposta apresentada faltou. Eu acho que colocar, ou uma, ou outra, é o pior caminho, mas se é esta a decisão, se o plenário entende que é isto, tudo bem. Eu lembro que quando apresentou não foi dada uma resposta, não ficou, até me surpreendeu esta pauta, porque não sabíamos que de repente ia ser votado assim. Não sei o que os outros conselheiros pensam também. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu concordo plenamente com a proposta do Sindicato dos Arquitetos. Acho que, realmente, a apresentação hoje seria bom, porque aí a gente já parte de outro patamar de conhecimento, mas eu acho que uma comissão que possa trabalhar, realmente, se a gente for um contra o outro, aí o que for derrotado vai ser entendido que poderia apresentar várias emendas dos pontos que seriam interessante manter. Então, ao invés de entrar nesta disputa de um contra o outro, faz a apresentação dos dois, a gente cria uma comissão, dá um tempo, que também não pode ser muito longo, para que se tente trazer ao plenário uma síntese dos dois projetos, porque realmente tem algumas coisas que pode ser que tenha que votar um contra o outro, mas não tem porque tirar algumas propostas que são boas também simplesmente porque um venceu e o outro foi derrotado.

Então, a proposta do Sindicato dos Arquitetos é boa. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O que podemos fazer? A ideia é fazer uma deliberação para andar, todas as reuniões têm sido pautas que precisamos definir isso, até para definir os vices, enfim. E podem ver que não pautamos nenhum processo, justamente porque isto tem sido pauta, efetivamente. A proposta é fazer essas apresentações, o debate e votar. Conhecimento todos vocês tiveram a oportunidade de ler e analisar. Lembrando que o regimento não é estanque. Se o plenário entender fazer novas alterações no que foi aprovado, seja lá o que for, não há nenhum problema, pode ser alterado a qualquer momento. Eu tenho como postura deliberar nas coisas, andar e não ficar em discussões muito longas. Nós estamos em outubro, isto foi apresentado em julho, eu mesmo sofri algumas críticas no sentido disto ainda estar indefinido. Como é uma questão regimental, nós podemos daqui a pouco até deliberar sobre isto, fazer uma votação. A nossa proposta é encerrar esta discussão, garantindo que todos se manifestem. A proposta do Hermes também, é uma proposta justa. É o caso também de daqui a pouco, como qualquer processo que entra no conselho, passar por algum relator, como qualquer processo. Eu entendo que não há necessidade de mais delongas nisto, mas não quero impor nenhuma situação, quero deixar isto bem claro. A proposta é de fazer a apresentação, e não estou nem falando em emenda, porque chegaram mais conselheiros aí, não estou nem falando em emenda, estou falando em apresentar as duas propostas, a proposta da SMAMS e a proposta do substitutivo, até porque não dá para falar em emenda, porque daqui a pouco a proposta da SMAMS não passa, aí as emendas fica prejudicadas. Então, uma sugestão de encaminhamento, a gente faz as apresentações, ao final a gente delibera da melhor forma, ressalvando que já colocamos como pauta única, justamente porque o conselho tem as suas tarefas, suas atribuições e esta questão do regimento eu mesmo estava me cobrando e sendo cobrado para a gente resolver. Lembrando que o regimento é uma forma de funcionamento, não vai impedir o conselho de atuar, muito antes pelo contrário, é só para trazer uma regra desta gestão, porque é praxe que cada gestão renovar. Pode ser 20 minutos? A apresentação é livre. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Uma dúvida é para o Hermes e outra para o senhor. Primeiro colocaram que íamos escolher como se fosse a espinha dorsal, que aí iríamos analisando. Então, vamos supor que tivesse uma ou outra que estivéssemos analisando, teríamos ainda a oportunidade, porque na discussão podemos ter outro entendimento. Nós fizemos emendas, mas poderíamos estar passando em determinado item e fazendo contribuições, ou se este item... Quero dizer, como seria esta metodologia, a gente poderia destacar alguma coisa, mesmo não tendo uma emenda? Se não tivermos uma espinha dorsal não temos como fazer. É isto, como vamos comparar um com o outro. Apesar de estar em ordem, com algumas coisas diferentes, mas elas se comunicam em determinado momento. Então, é isto que não consigo entender. Se tivesse essa comissão, porque nós temos que ter esta espinha dorsal. Então, é isto que não entendo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Qual a situação? É incomparável uma proposta com a outra. Nós não vamos aprovar o regimento agora. O que estou dizendo é o seguinte, é sobre qual base que vamos discutir, porque a proposta da SMAMS pegou o atual regimento e, respeitando posturas em contrário, buscou o aprimoramento. As propostas apresentadas são outra matriz. Para discutir emenda e destaque temos que sabre sobre o que. É quase que uma questão de ordem para a gente continuar a discussão, vamos ter que decidir, chega o momento que temos que votar, não adianta! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** A nossa ideia, eu acho que foi a Claudete que propôs, era

que se formasse um grupo pequeno, paritário, com a comunidade, entidades, a prefeitura, para fazer esta compatibilização. Eu até já vou falar da proposta. Posso? (Manifestação fora do microfone). Esta proposta de regimento, na verdade, é uma composição que iniciou apresentar de discussões, entre algumas entidades, conselheiros. Então, quem subscreve é o SAERGS, SENGE, SOCECON, RGP. 1, mas feita a partir de uma coletivo, que foi via Whats se agregando. Basicamente, o que eu diria, no meu entendimento está mais completa, mais clara, mas, basicamente, o que difere da proposta da SMAMS, que esse substitutivo privilegia as decisões do colegiado, ou seja, todas as decisões maiores são tomadas pelo conjunto dos conselheiros. O nosso entendimento, a proposta anterior, essa apresentada, ela privilegia as decisões a partir do Presidente do conselho. Então, qualquer dúvida o presidente decide, qualquer dúvida o colegiado decide. Isto de fundo seria a maior diferença, o resto são complementações, tipo assim: atribuições, competências legais e atribuições do conselho. A composição é lei, o que está em lei não se discute. Nas competências legais do conselho existe uma série de complementações. Na verdade, só complementações que dão uma maior autonomia para o colegiado, no sentido de convocar, estimular a discussão interna, a convocação de técnicos, de pessoas de fora, etc., para tratar das questões pertinentes ao desenvolvimento urbano. Eu vou tentar ser rápido e pedir que as pessoas que participaram complementem. Então, ele tem uma estrutura diferente da apresentada inicialmente, que no nosso entendimento está mais organizado, começa pelo Cap. I – Da natureza, competências; Cap. II – Da estrutura e organização do conselho (não difere do que está proposto). Tem um parágrafo único, que foi acrescentado: “Quando comparecer a sessões do conselho, o prefeito municipal será seu presidente de honra”. São questões que ninguém vai discordar, mas que são agregadas e que não existiam no regimento anterior, que privilegia e valoriza a autoridade do prefeito dentro do conselho. Depois, no capítulo da presidência, vice-presidência e suas competências. Na ausência do presidente existe uma introdução de incisos novos. É praticamente consenso o que tem. Estou tentado colocar as situações diferenciadas. Tem o Cap. III – Dos atos do conselho. Aqui introduz a moção. Também fala no art. 20 sobre a recomendação. Também fala do funcionamento do conselho: “O funcionamento será através de um calendário de pautas previamente acordadas com os conselheiros em plenário”. Este é aquele tipo de coisa que faz a diferença, a pauta em plenário. O Cap. V - Das sessões do plenário. Aqui fala em ser realizada uma vez por semana, segundo o cronograma fixado pelo plenário no início de cada mês. São essas diferenças pequenas que privilegiam sempre a decisão do colegiado. Da distribuição dos processos não tem novidade. No Cap. IX – Do procedimento para apreciação de proposta de estudos ou projetos urbanos prioritários. O prazo é o mesmo, o tempo de explanação também. Depois fala da qualificação. Basicamente é isto. O que se pretende é que seja mais completo, mais organizado, a estrutura dele. E como diferença de fundo é este “privilegiamento”, digamos assim, que o colegiado tenha mais poder de encaminhamentos, de decisões, de convocar técnicos e organizar seu próprio trabalho. São questões que a gente propõe e vai para discussão. O importante é esta estrutura que tenta ser mais completa, detalhar mais. E aumentar, não são as competências, mas, por exemplo, a moção, hoje não sei se o conselho faz moção, mas está explicito no regimento que ele pode fazer uma moção, uma recomendação, coisas deste tipo. Não sei se alguém quer se pronunciar. O Brum está me chamando atenção aqui sobre a escolha dos vice-presidentes, que mantém o que tem hoje, no regimento em funcionamento, não na proposta do governo. Secretaria, eu acho que após as apresentações a cada 7 manifestações a respostas, para não se perder. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É apenas apresentação, Presidente? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário**

Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Sim, apenas apresentação. Depois vamos abrir para todo mundo. O Armando vocês já conhecem, é da Procuradoria, é quem nos acessou a fazer a proposta. Ele vai fazer a apresentação da proposta. São 20 minutos como foi feito para as duas. **Armando Domingues, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Boa noite a todos. Eu vou iniciar a justificativa da proposta feita para a alteração do regimento interno, defendendo uma posição, que até a conselheira me perguntou se eu tinha feito alguma análise jurídica. Sim, eu realmente fiz uma análise, não está no processo, eu sou obrigado a dar ao conselho o direito seu de debater, tanto uma minuta quanto a outra. Então, a análise jurídica da PGM só pode ser feita depois que o conselho concluir um texto. Por isso não teria como eu fazer uma análise pura e simples de uma proposta que ainda não existe. Eu sou obrigado, enquanto procurador, reconhecer que o conselho deve seguir uma base para aí sim fazer os seus debates. O substitutivo apresentado se assemelha muito em algumas coisas ao regimento anterior. Essas coisas que deram o ensejo àquilo que fosse alterado, porque algumas coisas estão com lacunas. Outras há uma orientação no regimento, mas que fica imperfeito. Outras questões dizem respeito à própria legalidade. Eu só vou argumentar um ponto que sou obrigado a fazer a vocês hoje. O substitutivo apresentado, quando trata das competências, desculpe, mas é ilegal, ele estende atribuição do conselho. O regimento, hierarquicamente, não pode afrontar uma lei complementar, e a lei complementar, o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano tem um artigo preciso do que se trata de competência. Não dá para misturar competências com atribuição, porque estamos falando da mesma coisa. Então, este artigo, principalmente, vai gerar debate jurídico, por extrapolar a competência definida em lei. Em relação ao projeto apresentado, na realidade, buscou-se fazer com que o conselho tivesse um regramento mais conciso, para não trancar. É o que eu falei das lacunas, tem muitas lacunas que acabam gerando debates, que não tem porque vocês deixarem dedar atenção ao processo que estão examinando, que estão debatendo, que é o interesse da cidade, para discutir questões menores, que só estão sendo discutidas porque não estão contempladas no regimento interno. Então, vou começar pelo art. 20, que realmente houve uma omissão, o inciso 15º: “Julgar os recursos dos empreendedores, as decisões das comissões”; tem que constar, ele conta no Plano PPDUA. O Plano Diretor prevê esta competência, deve ter sido no cola e copia, deve ter saído. No parágrafo único do art. 2º, isto é um princípio constitucional, é uma determinação legal que as deliberações do conselho devem ser fundamentadas com a indicação de fatos, fundamentos técnicos e jurídicos. O ato administrativo e as decisões do conselho são um ato administrativo, eles têm que ser muito bem fundamentados, porque estamos tratando de matérias complexas e mais razão ainda para a fundamentação. Eu só fiz uma comparação entre o atual regimento interno que vige a proposta feita pela secretaria. Então, no quadro da direita vai ter as alterações em relação ao regimento atual, que está na coluna da esquerda. Aquilo que não consta neste trabalho porque não foi alterado pela proposta. Então, vamos ao art. 4º (Leitura). O inciso IV do art. 5º está *sub judice*. Então, temos que aguardar uma decisão judicial, foi interposto recurso, não foi por mim, foi por uma colega da Procuradoria. Não sei se houve alguma alteração da decisão que foi prolatada pelo Juiz de 1º grau. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Este material foi enviado para nós, este? **Armando Domingues, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Não. Este que está sendo projetado eu trouxe agora. Pode ser juntado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Mas ficou combinado de ser enviado. **Armando Domingues, Procuradoria Geral do Município – PGM:** É que eu trouxe hoje. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos**

Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: A gente combina e é sempre a mesma coisa. **Armando Domingues, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Independente de que haja combinação, como eu trouxe hoje... **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Era para ser, justamente para não causar este constrangimento. **Armando Domingues, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Justamente por isso que eu coloquei... (Falas concomitantes). **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Para que combinar se as coisas são feitas diferentes... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Só um pouquinho, Seu Hermes! Só um pouquinho. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu não sei se sou eu que estou incomodado ou se é... (Falas concomitantes). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Deixem eu me manifestar, por gentileza! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Patrícia, foi combinado uma coisa, eu também quero ouvir, mas o problema é que a gente podendo ler em casa, assim como todos... (Falas concomitantes). **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Fala no microfone!!! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Deixa eu me manifestar. O que acontece? O regimento foi enviado, não tem descumprimento de nada. A proposta de regimento foi enviada, a proposta de substitutivo foi enviada. O senhor apresentou a proposta e agora o Armando está apresentando a proposta dele. Se ele fez esta tabela, é ele quem está apresentando, gente! O conteúdo disto foi disponibilizado. Agora, por favor! É uma questão de conteúdo. Então, a gente para de projetar e ele vai falar a mesma coisa como o senhor falou, é a mesma coisa. Não vamos tergiversar o foco. Por favor, eu faço este apelo. Dá para parar de projetar e ele vai falar da mesma forma que o senhor fez. Eu não quero ser desrespeitoso, por favor, mas daqui a pouco o senhor quando fez a apresentação fez em cima de uma tabela e nem por isso eu disse: “Para tudo porque tem que me dar esta tabela!” É isso, é uma apresentação que ele está fazendo. É simples, eu peço um pouco de paciência, porque o objetivo aqui não é polêmica. Eu acho que nós temos uma função pública, mas parece que tudo se polemiza, gente!!! O regimento atual não é ruim, a gente entende que ele precisa ser aprimorado e os pontos de aprimoramento estão sendo apresentados aqui. **Armando Domingues, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Então, voltamos. Repetindo, é só uma comparação e o quadro foi feito para facilitar a apresentação aqui, porque é maçante, porque estamos tratando de artigos de lei. Então, a intenção do datashow foi para facilitar a leitura. A questão do art. 4º, quando fala da votação dos vice-presidentes, o que se pensou na eleição de vice-presidentes é porque os vice-presidentes são do conselho e não de cada segmento, por isso fazer uma votação geral entre o conselho. No art. 5º é a questão da competência, que eu já falei que a competência é limitada também à lei. Qual foi a alteração que deu aqui? No inciso 5º, o regimento e a proposta colocam: “Ao presidente e aos vice-presidentes do CMDUA compete”. Há um equívoco no atual regimento, porque a competência não é comum, do jeito que está escrito a competência do presidente e dos vices, quando, na realidade, a competência é do presidente e os vices têm a competência do presidente quando o substitui. Se a competência for de três qual vai decidir? Não há uma hierarquia entre presidente e vices, sendo que cada vice-presidente é vice durante um ano. Então, a redação é inadequada, porque a competência é do presidente. E por que na proposta foi retirada a questão da delegação da representação? Porque a delegação de representação

está cotida no texto, no teor do decreto quando fala que o titular pode delegar sua representação. Então, significa que isto já existia, já existe no regimento atual. No inciso IV, novamente, a gente segue aqueles princípios que normalmente são utilizados em assembleias, na Câmara de Vereadores, onde a decisão sobre Questão de Ordem é do presidente, senão cada Questão de Ordem gera debates maiores, mesmo que o processo que esteja sendo objeto de deliberação. E por que se colocou aqui "providenciar diligências aprovadas em plenário"? Porque é o plenário que tem a competência para decidir a questão de diligências. Havia uma diferença entre uma diligência solicitada por um de vocês, enquanto conselheiros, e uma diligência solicitada pelo relator. Não, as diligências são submetidas ao plenário e o plenário decide se acata ou não. "fixar o tempo das manifestações em plenário, garantindo a participação dos conselheiros", também é uma questão de organização, e o regimento trata sobre a organização e funcionamento do conselho para que haja uma celeridade no próprio andamento das sessões. Não tem porque o conselho perder 30 minutos para discutir se vai ser dado 5, 10 ou 50 minutos, porque vocês já têm um padrão de funcionamento, vocês sabem o tempo que é normalmente dado para manifestações. Então, a competência fica com o presidente. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Não sei, mas não deveria ser ao presidente e aos vice-presidentes no exercício da presidência? **Armando Domingues, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Tem o artigo ali à frente, que diz que o vice-presidente substitui o presidente nos seus impedimentos. Então, ao substituí-lo a competência do vice passa a ser a competência do presidente: "O vice passa a ter a competência do presidente". É mais fácil ter uma dúvida por colocar "ao presidente e aos vice-presidentes compete", do que simplesmente dizer que a competência é do presidente, quando o vice substitui é o presidente. Então, ele tem toda a competência. Afinal, se não um decide de um jeito, o outro do outro e o outro de outro. A competência é de quem? Então, vamos lá. Art. 6º, no caput se inseriu a expressão: "...realizadas como *múnus* público". O múnus público é um direito e dever, vocês representam porque aqui dentro deste conselho, então, vocês têm direitos e deveres perante a comunidade. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O múnus quer dizer isto? Nós não conhecíamos o irmão ainda. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Uma questão de esclarecimento. É sobre um artigo que já passou. A delegação do presidente não está *sub judice*? **Armando Domingues, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Está, mas isto vai ser depois. (Continuando). Sobre a substituição de conselheiro. Se aumentou o prazo onde vocês chegam 15, 20 minutos antes, não tem condições, ou se durante a sessão acontecer alguma coisa, se o suplente está aqui, não tem porque a entidade, a região, deixar de ter o representante durante a sessão. O titular se afastou por alguma impossibilidade, até na hora, se o suplente estiver presente pode continuar, é para garantir a participação. No art. 6º, § 6º, 7º e 8º, é conceituação do que são conselheiros, o que são entidades e o que é participante. É uma conceituação legal. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Por que se somos todos conselheiros? (Falas concomitantes). **Armando Domingues, Procuradoria Geral do Município – PGM:** Então, o art. 7º, ele manteve as cinco sessões para perda e se acrescentou a questão de se vierem a descumprir os atos de postura e ética da administração pública, do interesse público. Até porque hoje tem a perda do cargo em função de nós comparecer. Agora, por exemplo, eu conselheiro no meio de uma sessão olho para a cara do Dr. Rogério e resolvo baixar o nível, no regimento não há previsão nenhuma para uma punição. Eu resolvo agredir a soco o Rogério, então, tem agora uma previsão. Nós acrescentamos a

competência no art. 9º, a secretaria executiva de orientar os conselheiros. No art. 10 colocamos que os pedidos de diligência devem ser vinculados a pautas tratadas e têm que ser autorizados pelo plenário. Os artigos 11 e 13 são questões conceituais, o que é parecer e que o é pedido de Quando de Ordem. No art. 14 vem uma organização de funcionamento da sessão. O art. 15 está *sub judice*. As sessões são públicas e isto não muda. Só alteramos ali: "Será retirada a fala do conselheiro participante que se referir a qualquer assunto que não tenha pertinência com o fato, objeto ou motivo pelo pedido de intervenção. Havendo tumulto ou conflito a sessão será suspensa por determinação da presidência". Isto acontece em qualquer lugar. O art. 18 fica igual ao atual. Tem questões procedimentais que não tinham muita clareza no regimento: "A documentação, por ventura, anexada aos processos deverá ser formalizada nos autos e revisada pela secretaria". Antes era só formalizada. No § 4º já funcionava assim, mas pela distribuição ficou com o relator de determinada área, só que a matéria tem muita influência em outra área. Então, pode haver a relatoria conjunta. O 19 repete. O 20 tem uma alteração, que até a justificativa prévia mantém o texto. De repente há uma matéria de muito interesse, que o conselho leva mais 15 dias, mais não sei quantos dias. Então, pode ser determinado um novo relator para acelerar o andamento do processo, se não é caso de urgência vocês decidem pela prorrogação do prazo. Art. 25, só há uma mudança no parágrafo único, que ao invés de dois temas passam a ser um. No inciso II do regimento atual o prazo para inclusão de propostas de 15, estender para 30 dias. Cada conselheiro disporá de um tempo de até 20 minutos para apresentação, se reduz a 10, até porque vão ser muitos projetos, muitas propostas. O art. 31, fala em "deverá" e pode criar uma obrigatoriedade do gestor ter despesas e isto só um projeto de lei de iniciativa do executivo pode fazer. Então, se substituiu o "deverá" por "poderá". Eu acredito que está sendo providenciado isto para vocês. Então, tirando algumas questões que podem gerar controvérsia, decisões entre vocês, a maior parte delas diz respeito a procedimento. O procedimento que tem no atual regimento está incompleto, algumas vezes equivocado e com lacunas que geram discussões inúteis que poderiam estar disciplinadas no regimento, que vocês teriam o tempo necessário para discutir daqueles projetos que são de interesse do Município de Porto Alegre. Então, esta proposta de regimento é completamente antagônica ao substitutivo, não tem como amarrar. Até tinha as outras três emendas, a 2, 3 e 4, que são emendas ao projeto apresentado pela secretaria, elas têm muitas coisas que devem ser levadas em consideração para complementação. Eu acho que nos debates mais alguma coisa pode ser feita. A intenção da alteração do regimento é organizar o funcionamento do conselho. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Armando. Esta proposta foi feita em cima do regimento atual, por isso deu para fazer uma comparação. E nós temos as emendas: 1 que altera um dispositivo, a emenda 3 que alteram 6 dispositivos e a emenda 4 que altera... Gomes, eu estava olhando tua redação, tu pegaste o texto e fez a alteração no próprio, né? Eu contei 15, daria para dizer como 15 emendas. Então, temos 22 emendas que serão discutidas. A questão era saber sob qual base que continuaremos a discutir, destacar, fazer todas as alterações, até porque o substitutivo não tem emenda. Vou passar a palavra, vamos considerar o tempo de praxe de 3 minutos. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** Dentro do comparativo do atual regimento interno e das propostas apresentadas pela secretaria, o conteúdo em si não altera tanto, mas o grande impasse que temos é em relação ao decreto, porque toda a justificativa de alteração, da discussão junto ao conselho foi com base no decreto. Baseou-se por alguns pontos principais, os horários de funcionamento, tem também outros pontos

que foram abordados por este conselho. Acredito que na aprovação deste regimento só vai ter valia a partir da situação do decreto ter condições de atender o conselho. Hoje nós temos uma situação que está no Ministério Público, uma discussão judicial e sem alteração do decreto a gente pode até fazer um esforço e mudar, mas não tem nada legitimado para contemplar o nosso regimento interno. Então, seria esta a minha colocação. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu acho que é o art. 18, § 2º que fala dos processos, da composição do processo e entrega do processo ao conselheiro, do retorno. Eu acho que ali nós temos que adaptar ao processo eletrônico, ao SEI... (Manifestação fora do microfone). Não, estou falando em relação à apresentada pelo Armando. Eu não sei, acho que tem uma emenda para isto, Gomes, não tenho certeza, mas acho que tem que adaptar ao processo eletrônico. Inclusive, nós até já discutimos aqui, informalmente, da necessidade de todos os conselheiros terem conhecimento via SEI de todos os processos pautados. Quer dizer, vai ser pautado na próxima sessão, tem que estar lá no SEI disponível para todos os conselheiros fazerem um pré-exame do processo. Então, eu acho que a gente tem que colocar dentro do regimento também, atualizar esta parte. Outra coisa que me preocupa é a eleição dos vice-presidentes, e, que a proposta do governo inclui os representantes designados pelo governo aqui nesta eleição. Eu entendo que tanto os representantes das regiões de planejamento, quanto os representantes das entidades, eles passaram por um processo eletivo na escolha das entidades, foi feito aqui dentro, nas regiões de planejamento por votação direta lá. Então, parece que a o sistema anterior estava perfeito, entidades e regiões de planejamento escolhem seus vice-presidentes, cada um vota em um vice-presidente. Era assim que estava disposto. Eu penso que o processo começa a ficar deturpado. Nada contra os meus colegas aí, mas começa a ficar deturpado quando tu colocas alguém que está designado pelo governo para defender propostas de governo aqui dentro, para colocar um vice-presidente que vai fica por um ano talvez exercendo a função de presidente. Ora, o governo já tem o presidente, o governo já tem seus representantes neste plenário. Agora vamos deixar as entidades e as regiões de planejamento constituir seus vice-presidentes. Eu acho que isto é importante. No mais, no art. 15, que se refere aos horários de sessões, que já está sub judice, nós já fizemos uma ampla defesa disto aqui. Boa parte de nós que não fazemos parte da Prefeitura de Porto Alegre, atuamos no setor privado, alguns nas suas entidades e não tem condições de fazer a reunião durante o dia, fazer reunião durante o dia é querer que as pessoas não venham ou mandem substitutos, coisa desse tipo. As reuniões têm que ser à noite, porque à noite é o horário que não estou trabalhando, que o Saffer não está trabalhando, que o Hermes não está no sindicato, que o Campani não está na universidade. É o horário que o Hermes não está no trabalho dele e não está no sindicato, corrigindo. Desculpe. Então, o problema do horário nós temos que resolver aqui, fora desta disputa judicial, vamos manter como está, está em paz agora, eu acho que deve continuar assim. E quanto aos servidores, que é necessário que estejam aqui, bom isto é um problema da administração e este é um ônus da administração, eu defendo que se pague ao trabalhador as horas extras que ele merece por estar aqui. É isto. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Assim, eu entendi que vínhamos hoje discutir, embora a pauta diga que é apresentação, mas como foi colocado de formar um grupo, alguma coisa assim. Nós gostaríamos de ter podido ter feito uma planilha comparativa, mas tudo bem. As questões que o Brum colocou, algumas eu anotei, mas o que me preocupa mais, além deste método que eu achei que ficou prejudicado, eu vejo que tem muitos pontos em comum, poderíamos fazer algo melhor, mas se o entendimento é outro, né... Mas o que me preocupa são essas questões... Eu não consegui anotar o artigo, por isso

que eu insisti que seria bom se tivesse recebido antes, entendi que tu terminaste hoje, não deu, às vezes a gente não consegue. Assim, quando fala em postura e ética, até existe uma legislação federal que tu podes processar uma pessoa por falta de ética e postura, mas quando se empodera a pessoa do presidente, que pode ser o senhor ou qualquer um aqui que vá ser um vice, ele vai julgar o que é postura e ética, o que é conflito e tumulto, eu fico muito preocupado, porque isto é um traço do autoritarismo, que é o que a gente vem brigando desde o início aqui. Claro, no momento em que houver um tumulto que não der para conduzir a sessão, o presidente por obrigado tem esta autoridade de cancelar a sessão. Agora, quando fica explicito assim o tumulto, quantos tumultos nós já tivemos aqui desde o início? O que é ético? Ético para mim é subverter uma informação, ocultar uma informação, distorcer um informação, não é ético para mim. Falta de ética não é eu vir aqui e levantar a voz, usar eu e vários conselheiros, a sua capacidade ou falta de capacidade, de ser uma porta e receber várias ofensas no processo, no procedimento, e ficar quieto. Então, isto me preocupa muito. Outra coisa, no art. 20, são menos importantes, mas quando fala em “sessão imediata” pressupõe que as sessões sejam de 15 em 15 dias, que é o prazo, mas temos feito sessões extraordinárias a cada semana. Então, só para constar. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Bom, tendo conhecido a emenda 2, esta que foi apresentada pelo Conselheiro Hermes, eu acho que esta proposta foi feita dentro de um entendimento de respeito aos conselheiros, e de respeito ao debate, e ao conhecimento do plenário aqui dentro do conselho. Eu percebo que a emenda 4, que foi apresentada pelo procurador, é uma emenda mais restritiva e punitiva, buscando sentar-se sobre a questão da legalidade... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mark, só pela ordem, o que foi apresentado foi a proposta, a emenda 4 é da RGP. 6, que nem foi mencionada. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** A proposta, então. Esta proposta que foi apresentada pelo Procurador Geral do Município. Eu senti o espírito desta proposição muito restritivo e punitivo. Eu acho que há vários itens que podem ser aperfeiçoados. Eu vejo na proposta do art. 13, inciso XI, que fala na distribuição de documentos aos conselheiros, mencionando 2 dias, eu gostaria, por exemplo, de incluir na qualificação desses dias, incluir 2 dias uteis, porque nós conselheiros estamos recebendo documentos na sexta-feira à noite, depois das 19 ou 20 horas... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Perdão. Qual o artigo? Porque eu quero acompanhar, **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** É o art. 11, da proposta da emenda 2... (Manifestação fora do microfone). Não, não, eu estou fazendo um comentário neste momento. É aquele substitutivo que se fez, ali tem o art. 13 com esta referência dos 2 dias. Então, a sugestão, no caso de aperfeiçoamento, que nós tivéssemos a possibilidade de 2 dias uteis para poder ter a percepção. Isto teria mais sentido, favoreceria o trabalho dos conselheiros e o resultado da nossa atividade aqui no CMDUA. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Secretário, Questão de Ordem. Isso de passar para todos se manifestarem, eu acho que nós vamos perder um pouquinho de tempo, porque no fim estamos analisando algumas coisas que é quase como se estivéssemos passando o regimento, aquele escolhido. Então, eu queria comentar para o Sérgio, para o Hermes e para o Mark, que fizeram a proposta, eu até concordo um pouco com o Hermes, que eles poderiam ter apresentado a proposta com uma planilha. Eu pergunto aos três, porque eu não vejo nem com comissão e não estou conseguindo enxergar agora, porque vamos ficar nesta de – qual é a espinha dorsal? Se vocês não poderiam, e é isto que eu quero ver se o presidente

concorda, mantendo o espírito global, que tu disseste, da participação maior, ou, o espírito da emenda de vocês, dentro da espinha dorsal do regimento anterior. Está uma salada de frutas. Não sei se vocês estão entendendo. Tu mesmo disseste que um complementa o outro! Então, não entendo. Se o secretário e o plenário permitissem... Está difícil a gente chegar a um acordo! Então, eu acho que vocês foram um pouco prejudicados, se for uma questão de apresentação do trabalho de vocês para a gente poder entender do antigo para o de vocês. Tu vais ver que no momento que fizer isto vai ser difícil de comparar, porque tem ordens diferentes, é tudo diferente. Então, a minha proposta, se o secretário abrisse e hoje não ficarmos votando um o outro, pegar a espinha do regimento anterior, dentro do espírito que vocês estão querendo, e fazer as propostas, acrescendo outras coisas. Eu acho difícil. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em nenhum momento eu vou restringir a fala dos senhores, porque estamos em um conselho. Então, Sérgio, a tua manifestação antecipou... (Manifestação fora do microfone). Não, por favor, não há nenhum problema nisso. O que eu quero que entendam é assim, foram feitas as apresentações e todos vão se manifestar. Eu não vou dizer para alguém não se manifestar. Está respeitos a tua proposta, não há nenhum problema nisso, mas eu nosso posso impedir que alguém se manifeste. O primeiro ponto é o seguinte, tenho certeza que todos leram as propostas, todos sabem do que se trata, não posso deduzir que ninguém sabe do que se trata. E a responsabilidade de um conselheiro é assumir posicionamentos e votar, não existe como não votar alguma coisa que está na pauta, nós temos que avançar. Então, todos vão se manifestar. Vou aproveitar e fazer a rodada, depois vai pela ordem. Emerson, tu falaste do decreto, o decreto está *sub judice*, está no tribunal. Eu não gostaria, é um desejo, eu posso ser vencido, mas eu não gostaria de trazer uma discussão judicial aqui para dentro. Então, tudo que se refere o decreto está em aberto, daqui a pouco muda a decisão, muda de novo. É uma discussão judicial, sendo que isso se refere a três pontos, ao horário, a suplência de presidente e deliberação de extraordinária. Então, esses três pontos estão *sub judice*, tudo o que a gente votar aqui pode ser alterado depois, enfim, a gente não pode parar de olhar as outras coisas por causa disto. É o meu posicionamento. Sérgio, em relação ao processo eletrônico, tu tens razão, é uma tendência, isto está acontecendo em todo o mundo, não é só no Brasil, não é só na prefeitura. O que consta do processo eletrônico tenho certeza, não sei se foi emenda ou objeto das 22 emendas apresentadas, mas isto é um aperfeiçoamento, é algo que dá para interpretar quando o processo é distribuído, aí troca distribuído por habilitado, enfim. Eu acho que é um aperfeiçoamento, mas hoje ainda temos muito processo em papel. Então, nós temos que conseguir interpretar das duas formas. A eleição dos vices é objeto de emenda, acho que até são duas emendas, está em aberto. O horário é a questão do decreto. Hermes, eu fui na redação tu usaste a palavra “ética”. Por favor, não há aqui na redação comissão de ética do presidente, não diz isto. É isto que eu estou buscando aqui, não diz. Eu usei o termo “comissão” de propósito para dizer que o presidente vai se transformar em uma comissão. Não é transformar em comissão, não é isto que está escrito. Vamos traduzir as preocupações no texto, não vamos imaginar coisas. O que está escrito aqui? É o 16: “Será retirada a fala do conselheiro ou cidadão que se referir a qualquer assunto que não tenha pertinências com o fato ou objeto que motivou o pedido de intervenção”. Isto que eu acabei de ler é o atual regimento. Isto já está assim há muitos anos. O que se propõe? “Havendo tumulto ou conflitos diversos a sessão será suspensa por determinação do Presidente”. (Falas concomitantes). É isto que está escrito. Mark, os dois dias também não são, porque todo prazo para o com, se eu não me engano, é de duas semanas, que já está no atual regimento e se mantém. São duas semanas, não se fala em dois dias. (Falas concomitantes). Por favor, alguns já falaram e

outros ainda querem falar. Então, por favor. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Direitos iguais, secretário. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Nós temos que ter a paridade do secretário. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Claudete, deixa eu te explicar uma coisa. O Conselheiro Hermes pediu encaminhamento de que a cada sete conselheiros a gente fizesse a rodada. O que acontece? Foram feitos questionamentos sobre a proposta, há obrigação de se responder, principalmente nesses pontos que não era o que estava escrito. Campani, por gentileza. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Mas se é rodada, Secretário, na réplica tem que ser os dois a falarem, um pela proposta da secretaria e outro pela proposta das entidades. Se só secretaria fala fica também só um respondendo. Eu acho que dá para casar as duas propostas, existem uns quatro itens aí que são polêmicas, são diversos, estão em polos opostos aí. E o resto agrega, eu não vejo porque excluir algumas coisas que a proposta da prefeitura melhora no atual regimento interno, e excluir algumas coisas que as entidades também melhoram na proposta do regimento interno, excluir um ou outro. Inclusive, eu acho que poderíamos fazer uma comissão da prefeitura, das entidades e de todos que apresentaram emendas para tentar chegar a uma única proposta para este conselho. Eu acho que é... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Mas é o que nós estamos propondo fazer. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu acho que é perfeitamente factível de se conseguir isto. Lógico, listando que em tal ponto tem divergência. Eu já participei de muitos conselhos nesta cidade e em nenhum deles precisa constar que em caso de tumulto o presidente pode suspender a sessão. Isto é um preciosismo que as pessoas tem que cumprir a ética, que não pode um agredir ao outro, isto é um dos procedimentos. Nós nesta sala estamos subordinados à legislação brasileira, nós não estamos fora da civilidade ou do trato com os outros, o respeito está na lei, não precisa o nosso regimento interno dizer que pode se submeter a uma comissão de ética ou algum procedimento, ser excluído do conselho. Se não me engano é isto que fala, em exclusão do conselho não só por faltas, mas também por problemas de falta de ética. É um preciosismo, a nossa procuradoria quis mostrar trabalho e mostrou, mas acho que é despiciendo e completamente desnecessário reforçar aspectos que podem ser mal interpretados. Ao contrário do que ajudar mais atrapalham. A questão do ordenamento dos processos na pauta, lembremo-nos, nós já tivemos aqui neste estado e nesta prefeitura secretários presos pela acusação de estarem adulterando a ordem dos processos nos conselhos, nos procedimentos. Então, o processo está maduro, está pronto para vir para o conselho, ele é o próximo. Tem uma lista de processos e é nesta lista de processos que vamos escolher o que a gente vai tratar antes ou depois, a lista é a lista. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Campani, pela ordem, eu queria que tu esclarecesses mais. Tu estás dizendo que a gente altera a lista? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Não, não, eu não disse isto. Eu estou entendo que em uma das propostas, que é o caso da proposta de alguma emenda aí, fala de estar a lista disposta de processos aptos a votar, de escolhermos quais vão entrar na pauta ou não. Até nem sei se é do governo ou de algumas das emendas. Foi levantada esta possibilidade. Não, não se faz isto. Agora, para concluir, aí sim eu acho que está na proposta do governo. Ler é uma coisa, alguém apresentando, às vezes a gente se destaca e o debate destaca determinados itens. Para mim, objetivamente, se eu sou representante de uma região e o processo é da minha região, eu

tenho que me dar como impedido de ser o relator. E a redação como está proposta pela prefeitura induz a isto lá no inciso III ou IV, do artigo que fala da questão da ordem. Se eu fosse da região, se tem algo que afete ao saneamento da cidade, prerrogativa do parecer de vista. Agora, já tivemos um colega da EPTC, da gestão passada, dando parecer em cima de parecer da EPTC. Eu acho que fica algo meio viciado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Bom, parecer que temos duas propostas, conceitualmente, bastante distintas, como já foi colocado por outros aqui. Eu quero lembrar que este conselho, até 1979, elege seu presidente, até 1979 o secretário era mais um conselheiro, não necessariamente o conselho do conselho. É curioso, aí podemos discutir se isto dava problema de trabalho, mas neste período este conselho elaborou dois planos diretores, analisou muitos processos e elaborou um código de edificações. Por que estou colocando isto? Porque há duas propostas bastante distintas no sentido da autonomia e do poder que tem o pleno deste conselho. Por um lado, uma proposta que amplia ou pelo menos mantém em boa parte essas premissas, por outra uma que busca concentrar não necessariamente em uma câmara diretiva, que no meu ponto de vista deveria ser criado e não uma presidência em si. Algumas eu vou apontar, outras fica difícil apontar no tempo que resta. Sobre alguns aspectos principais, primeiro, sobre forma, ficamos aguardando todo este período desde a primeira proposição, para haver uma análise técnica das emendas. Não houve esta análise técnica, a não ser por um apontamento mais genérico por parte do procurador, dentre os quais um apontamento geral de que haveria algumas competências na emenda 2, que teria ilegalidade. Pergunto se foi analisado simplesmente com base do Plano Diretor ou na lei 661 dos conselhos? Na verdade, as competências e atribuições estão embasadas na lei do Plano Diretor e na Lei nº 661, que é a lei de todos os conselhos. Por exemplo, alguns aspectos que falam de fiscalização, etc., estão na 661/2010. Sobre a fundamentação técnica e jurídica dos atos administrativos, eu pergunto: se é técnico, como pode não técnico fazer um parecer? Isto não é uma comissão, é um conselho. Portanto, não tem caráter técnico, eminentemente, mas tem caráter técnico e político, com todo o arcabouço legal de qualquer conselho e do nosso município também garante a ele essas premissas, sob pena de algum não técnico ou não jurista poder vir a ser enquadrado por exercício ilegal da profissão. Assim, sobre a questão da eleição, ser eleito pelo pleno do conselho os dois vice-presidentes, a alegação é que a votação estrita reduz a democracia. Eu tenho vários outros dispositivos que me parecem reduzir o caráter democrático do conselho, esse é o único que eu discordo, porque garante autonomia do conceito tripartite que tem este conselho. Nós temos, então, um secretário, que é o presidente, que está representando o setor governamental. Portanto, aos vice-presidentes fica garantida esta proporcionalidade também na representação da presidente e vice-presidência. Portanto, ela só pode ser garantida se houver autonomia na eleição de cada um dos segmentos. Delegação de representação, está confusa a questão quando será de fato os vice-presidentes a cumprirem a representação do secretário ou o delegado biônico. Eu falo “biônico” porque qualquer um pode vir a representar o secretário dentro deste pleno, nós não sabemos quem pode entrar amanhã por esta porta para representar o secretário. Desculpa, mas da forma como consta é assim que dá para fazer a leitura. (Sinalização de tempo esgotado). Sobre a questão de participante se identificar e PPCI. No horário em que ocorrem as reuniões o edifício tem muito menos pessoas aqui do no horário de funcionamento normal dele. Então, não faz sentido, não consigo compreender. E por que 72 horas antes se a decisão se dará no pleno? No impedimento de fazer o parecer tem que informar 72 horas antes se a decisão se dará no pleno. Sinto carência da regulação dos Fóruns Regionais de Planejamento nesta questão. Sobre o art. 7º, § 3º, a postura ética, óbvio, nós estamos investidos de cargo

público, então, todos os princípios legais e éticos temos que responder. O que divergimos é sobre a forma de decisão, o presidente que abre esta comissão, ele que escolhe esta comissão e só no fim das contas que o pleno vai decidir a forma de julgamento dessa infração do conselheiro. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Já dobrou teu tempo. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Então, por fim, na oportunidade deste debate nós temos alguns aspectos bastante fundamentais *sub judice*, que querendo ou não está *sub judice*, este conselho vive no mundo e o mundo tem um poder judiciário. Sobre a questão das diligências, diligência é um ato que deve ser garantido ao relator de qualquer processo, seja em conselhos, seja no Poder legislativo ou Executivo, está se tirando a autonomia do relator sobre dar diligência. Eu participo de alguns conselhos, acabei de sair do Conselho Estadual de Cultura, onde lá a diligência é autonomia do relator, assim como é no poder judiciário também. Concluindo, eu reforço e pergunto se esta é a oportunidade de fato? E sinto carência da análise técnica, devidamente descrita, das emendas. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** O que me impressiona é o viés autoritário que este país, que esta cidade e este estado está assumindo, a dificuldade que temos de tratar com a democracia, com a participação e a discussão dos nossos problemas, também com a convergência das nossas diferenças. Nós queremos ter razão ou estarmos certos sempre? Eu prefiro ser verdadeiro. Então, eu entendo que desde o início, este modesto conselheiro da RGP. 1 propôs que a gente aceitasse todas as emendas, substitutivos e constituísse uma comissão para discutir com a Procuradoria junto, para dar o apoio legal, e que a gente trouxesse para o conselho as propostas que havia igualdade, que poderiam ser aprovadas e passar à discussão daquela que tivessem divergências. Nada disto foi feito. Então, nós perdemos tempo. E outra coisa, nem sempre o que *sub judice* não é passível de acordos. Então, não haveria a mediação, a conciliação da justiça do trabalho, conciliação no Foro Central, na justiça federal? Eu não estou entendendo mais, ou nós estamos sendo muito legalistas. Os conselhos foram criados para constituir alternativas com o governo. Nós podemos ter divergências na forma como o governo propõe as suas coisas, mas aqui no conselho nós temos um papel de discutir os problemas da cidade, cada conselheiro sabe da sua responsabilidade. A questão ética, moral, eu nunca vou ofender ninguém, por mais que eu divirja, a gente tem que aprender a respeitar a diversidade, o contraditório, isto faz a democracia e avança. O regimento interno não pode ser um campo de batalha, tem que ser a convergência dos nossos consensos. Nós temos que discutir várias coisas. Por exemplo, o OP nos ensinou que sempre é melhor ter uma coordenação do que um presidente. Lá nós temos uma coordenação que dirige os trabalhos, a pauta é indicada pelo colegiado, por isso que o OP é referência internacional. E não é uma lei, não é uma lei!!! É respeitado exatamente porque existe a participação, existe a divergência, existe a discussão. Então, eu entendo que nós temos que ter a maturidade de constituir uma comissão, ver o que tem no regimento de igualdade e que a gente pode trazer para este conselho o que tem divergência. Esta é a minha proposta. E a Claudete, que eu acho que vai falar depois de mim, fez um comparativo. Entendeste? Com muita propriedade. A planilha que o Procurador do Município fez nós poderíamos ter feito também com a comissão. Então, eu quero propor, com todo o respeito a este conselho, que se constitui a comissão para trazer na próxima reunião uma proposta onde abranja todos os interesses e apontando onde estão as divergências. Esta é minha proposta. Obrigado! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Pois, então, eu não vou entrar no mérito das propostas apresentadas, até porque nós estamos a recém discutindo o procedimento. Eu tenho uma dificuldade em

entender procedimentos, porque foram suspensos os encaminhamentos, porque a PGM faria, na verdade, um parecer. E eu... (Manifestação fora do microfone). Não, o Secretário colocou, Armando! Desculpa, não foste tu, mas o Secretário nos colocou, está em ata, que a PGM estaria fazendo um parecer das emendas. Eu tenho aqui, encaminhado pela Aline, emendas 1, 2, 3 e 4. Na ocasião em que foram recebidas o Secretário colocou que não haveria substitutivo, todas seriam colocadas como emendas. Hoje eu me surpreendo, porque mudamos de posicionamento mais uma vez, temos um substitutivo, voltou o substitutivo, não é mais emenda. Então, fica difícil a gente coordenar e encaminhar quando não temos um procedimento adequado. Eu fiz um compilado e não há nenhuma dificuldade, os pontos que têm entre as emendas são pontuais, mas no resto se assemelham muito. Eu coloquei todas as emendas e faço um pontuado de cada uma, no que se assemelham e no que divergem. É isto que se propôs e se discutiu muito aqui, mas não foi feito, facilitaria o nosso trabalho e este desgaste que estamos tendo. É pegar cada uma delas e dizer assim: o Gomes disse isso, o Furtado disse isso, o SAERGS disse isso e a AREA apresentou isso. O que elas se assemelham, o que divergem e o que é bom para este conselho. Eu acho que o procedimento é este. Eu até recordo da colocação do Secretário que nós não poderíamos fazer um grupo e fazer esta proposta, porque nós estaríamos cerceando a participação de todos. Eu até coloquei na ocasião que muito pelo contrário, nós estávamos era otimizando a forma de apresentar o trabalho. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu reitero a fala da Claudete. Eu acho que o procedimento para fazer a discussão deste regimento deveria ser com base no regimento original, discutindo artigo por artigo. Eu não consigo entender uma metodologia mais caótica do que esta que está sendo apresentada. É impossível fazermos senso do que está se discutindo se não tivermos o regimento base para discutir em cima. Os conselheiros podem se organizar em grupos, individualmente, por entidade, enfim, da forma que quiserem para trazerem suas contribuições, mas é necessário, por um procedimento, por uma metodologia, que não existe nesta que está sendo apresentada. Eu nunca vi na minha vida!!! E é impossível fazermos senso da coisa toda sem a coisa toda. Isto não tem o menor sentido! Então, eu peço, por favor, um pouco de bom senso nisto. Eu estou falando isto, porque há 30 anos sou professora e nunca vi na minha vida fazerem uma discussão deste tipo! Se tu queres alterar uma lei, um artigo, um texto, tu tens que ter o texto original como base. Como tu discutes a coisa assim!? Isto é completamente fora, é caótico!!! Ninguém consegue fazer senso do todo, é impossível! **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu posso falar de novo? (Manifestações fora do microfone: “Pode”). De novo, um pouco do que a Claudete a Lívia falaram, é isto que estou falando, também estou um pouco confuso. Eu lembro que antes de todo mundo entregar, até o Felisberto disse: “Ah, nós vamos entregar um substitutivo”; depois apareceu que eram só três entidade, mas eu soube que houve a participação de várias outras entidades, apesar de só três terem assinado. Então, Claudete, por que o grupo não apresentou a sequência do regimento interno para simplificar? Eu também fiz o que tu fizeste, eu olhei todos e tentei fazer este comparativo entre todas as emendas. O que é da 8ª é a 5ª da outra, o que é a 11ª é a 6ª da outra. E por que o grupo não apresentou já como a espinha dorsal? E o que a Lívia propõe é que siga isto. Quero entender por que não foi feito desta forma. Por que não seguiram a sequencia mantendo a sequência? Não é mudar nada, mas simplificaria a sequencia de análise. É só isto! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Já que eu estou sendo questionada. É só fazer um cotejo entre as propostas. É muito simples! Eu fiz o cotejo de todas elas, coloquei em vermelho... **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da**

Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP: Vamos garantir a fala do conselheiro! (Falas concomitantes). **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Ele me direcionou a palavra e eu estou respondendo a ele, Secretário. Ele está me perguntando e eu estou respondendo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas a resposta todo mundo já sabe. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Já sabe? **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Presidente, alguns são novos, eu e o Paulo Jorge estamos aqui há 6 anos. Todo mundo recebeu os artigos. Não vou fazer defesa de governo, vou falar bem sério, bem honesto como sempre participei. Todo mundo recebeu tudo: calendário, a proposta, o atual regimento. Eu fiz a leitura, fiz as comparações que todos fizeram, apresentei uma emenda por parte do DEMHAB, estudei o assunto, fiz as diferenciações, o que acho interessante do regimento para a cidade e fiz o meu levantamento, vou defender a emenda quando chegar no momento. Sou professor, sou biólogo e o que eu noto é o seguinte, há determinação da mesa diretiva, tempo de fala, ninguém respeita o tempo de fala, um fala lá, outro grita lá. Nas minhas aulas, gritou lá, já sai! Isto que eu sou, extremamente, democrático, aberto à discussão, a ouvir as pessoas, mas existem regras. Se não tivermos regras, como a própria constituição, boa ou ruim, não existe comando, não existe nada. É lei, gente! A (Inaudível) está aí? Está dizendo que vai vir a III Guerra Mundial e espero que venha, porque o que estraga o planeta é o ser humano. Mas assim, acho que as discussões de ética são importantes, tem toda uma legislação para isto, mas isto é de Fórum íntimo, é de cada pessoa. E quando a gente está conversando e falando, né, sempre dá problema. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu estou lhe ouvindo! **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Aliás, quem é o cidadão ao seu lado? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** É um delegado da região. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** É... Aqui nesta mesa somente os titulares, né, gente! Então, são regras. Pode estar lá na assistência, se pedir a palavra será aprovado por este conjunto. Sim, o conselheiro pode falar, o representante, põe para o plenário, que vai aprovar ou não e ele terá o prazo para falar. Nós temos que nos regrar, tem que haver regras. Tem uma proposta do governo, da SMAMS, apresentada, se o procurador está apresentando o trabalho ou não da Procuradoria, fez um resumo para a sua apresentação, mas já tinham sido entregues os tópicos, todo mundo recebeu. Então, há explosões, é fase, é inerente do ser humano, mas nós temos que regrar. É franqueada a discussão e a palavra a todos, mas dentro dos tempos. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** E o seu tempo está acabando. (Risos). **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Exato! E eu encerro por aqui. Obrigado! **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, Presidente, foi proposta uma revisão do regimento interno e colocado um calendário de discussão, uma pauta. Digamos, todos os passos que seriam dados, e estamos vivenciando um deles, foram colocados em pauta, foram escritos e distribuídos. Eu percebo, no decorrer da discussão, que poucas pessoas levaram, digamos assim, com a devida importância a proposta que o executivo estava apresentando de alteração, porque apareceram frente a tantas cabeças iluminadas aqui poucas alterações. Então, este substitutivo... E substitutivo não tem necessariamente que obedecer ao esqueleto do original, e eu tive esta dificuldade, porque eu li e estudei, Lívia. Eu tive esta

dificuldade que o Sérgio também estava falando, de fazer aquele comparativo, que seria uma maravilha quando tu vais defender uma tese em um congresso ou coisa parecida, que tu numeres até as linhas e vai batendo tranquilo. Mas não e esta a proposta! Não era! O substitutivo tem a liberdade de substituir. Eu li e procurei identificar onde estavam as diferenças entre a proposta. O que nós temos hoje, e são três coisas importantes, o que está valendo, que é a proposta que o governo apresenta, vamos chamar de governo, executivo, a SMAMS, e a proposta que o substitutivo apresenta. Não é difícil de identificar essas diferenças e não são muitas. Eu peguei um eixo de recuperar as coisas que eu acredito, porque funcionam bem neste conselho, porque funcionaram bem neste conselho nos últimos 2 anos ou 2 anos e meio que estou aqui. Eu fui não pelo substitutivo, fui para as emendas, trabalhei as emendas e aí sim, em cima da proposta da SMAMS fui apontando certas coisas como um eixo importante. E qual era o meu eixo? Recuperar coisas elementares que todo mundo concorda aqui: dia de funcionamento, horário de funcionamento, eleição com a autonomia do segmento. Apesar de também entender que poderia ter um entendimento, imagino que o secretário também tenha pensado nisso, que, na verdade, o vice vai trabalhar com tudo, o vice não é de um ou outro setor quando está na presidência; mas é um argumento que eu acho que poderia ser levado se alguém viesse a defender aqui. Na minha emenda, e vai aparecer nas minhas emendas, o retorno e autonomia dos setores. Então, a questão de funcionamento, horário, eleição, alguns elementos de autonomia do conselho, que eu acho que estaria saindo, mas o próprio procurador reconheceu. Alguns dos artigos lá adiante, em que nós somos a instância última de recurso. Então, conselheiros, eu entendi isto e acho que esta emenda, e vou me posicionar sobre o substitutivo, este substitutivo eu resumo onde eu não concordo com ele. Eu resumo lá no art. 27, que diz que a tomada de decisão expressada no art. 27, onde determina que as deliberações só poderão ser feitas com 2/3 dos votos. Ou seja, de certa forma dá bem na linha dos novos conselheiros que aqui entraram. E cada um que tem a sua linha que assuma, uma linha de dificultar os empreendimentos na Cidade de Porto Alegre. Ou seja, dificulta qualquer decisão, qualquer discussão que venha para cá, desde a nossa convivência em cima deste ou aquele regimento interno, como qualquer coisa e estamos vendo isto nas discussões do dia a dia. É uma posição, eu respeito... (Sinalização de tempo esgotado). Eu tenho a minha posição e acredito no processo, porque foi proposto, foi claro, foi límpido, está escrito e acho que nós temos condições de fazer a votação, e devemos fazer a votação, de aceitar ou não o substitutivo. Obrigado! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Gente, assim, quando fomos analisar as emendas recebidas e nos deparamos com o substitutivo... Ah, e eu dei direito de voz para o Paulo Jorge, que não falou. Mas já que estou com a fala aqui, vou falar. Alguns chegaram atrasados e eu falei no início, sinto-me obrigado a repetir. Quando fomos analisar as emendas... Por que qual é o processo natural? Tu tens o texto. E aí, Conselheira Lívia, eu não acho adequada a sua postura quando coloca que está desorganizado. Eu registro isto e respeito o seu posicionamento, mas sou obrigado a registrar. Então, é um texto base e recebemos as emendas. Só para se ter uma ideia, a proposta de alteração pega 19 itens, 19 artigos do regimento, só as emendas, a proposta de alteração, pega 22, só 15 é a emenda do Gomes, que mantém, como ele defendeu aqui. Hoje nós não vamos entrar em emendas, mesmo que a proposta da SMAMS passe, nem temos condições de entrar em emendas hoje, mas quando se tem uma proposta e tem emendas, aí tem o processo de votar cada item que está alterando. O foi colocado aqui, e eu disse no início, é que há um substitutivo onde não dialoga com a proposta. Então, este conselho tem que tomar uma deliberação sobre qual base que vai continuar a discussão. É disto que estamos falando. O Paulo Jorge não falou

ainda e o colega da SMRI. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu nem ia falar. Eu não fiz emenda, li todo regimento, analisei, eu ia fazer uma emenda, mas venceu o prazo. Presidente, a mesa deveria impulsionar ao conselho, trazendo todo o processo para a discussão aqui na pauta, um acompanhamento. Eu acho que foi um erro da mesa, da presidência ou da secretária colocar para cada conselheiro e podermos discutir. Ele apresentou e se criou a polêmica. Seria fácil se tivesse colocado o acompanhamento das mudanças de conceitos que se apresentou para podemos falar, discutir e analisar. Agora, quem não acrescentou emenda que se cale! Entendeu? Está todo mundo querendo discutir. Que se cale e depois vai analisar e votar! Tiveram tempo, eu tive tempo, não tenho nem o que falar. Eu li, foi avisado, foi apresentado. Agora, a mesa deveria ter colocado para os conselheiros para cada um olhar e analisar. Agora, não adianta não ter apresentado emenda e depois querer fazer discussão. Não adianta, está ali! Regra é regra, tem que ter horário para terminar! Eu acho assim, começa às 18h30min e termina às 22, 21 horas!? Tem que ter horário! Vai ter que ter regra aqui dentro! Cada um apresenta para si, são as suas vantagens, cabe a nós decidirmos sim ou não. É analisar, organizar, se quiser dar um tempo e pedir para sair, a votação vai ser pesada, se o governo tiver que ser vencido vai ser vencido! O que foi apresentado eu não tenho condições de acompanhar, a minha dificuldade agora é não acompanhar para a votação. Então, não vou votar, porque eu não vi e não tenho condições de votar. O que ele apresentou eu não vou conseguir assimilar. Obrigado! **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Cinco segundo, porque houve uma acusação grave quanto os novos conselheiros a recém empossados. (Falas concomitantes). Só quero fazer uma pergunta para ficar no ar: qual foi o último projeto que este conselho reprovou, que passou por aqui? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É o Carlos agora. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero direito de resposta! **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu também quero, Secretário. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, depois, um minuto para o Felisberto e um para a Lívia e encerramos as discussões. **Carlos Fernando Simões Filho (2º Suplente), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Eu não me comuniquei com a minha titular da SMRI, que é a Cláudia Remião, e é a segunda vez que venho aqui no CMDUA. Eu estava lendo atentamente o regimento, também escutamos as propostas dos colegas conselheiros, não tenho divergência do que foi apresentado, mas fico pensando nesses dois encontros em que estive aqui. Aquele art. 6º no nosso regimento interno atual, sem essas modificações propostas, mesmo que não venham a ser aprovadas: “Instalar comissões para assessoramentos técnicos compostos por integrantes do CMDUA”. Já que elas não vêm sendo vivenciadas de forma mensal pelo CMDUA, se isto não estaria acarretando este tipo de plenária, onde assuntos que não estão devidamente incorporados, introjetados, minimamente consensuados por membros não governamentais e governamentais, não nos geram este tipo de incômodo. Eu trago isto porque, embora tenha vindo aqui duas vezes, estou com 15 anos de Conselho da Criança e mais ou menos um tempo parecido de Conselho do Idoso. Nós temos comissões nos dois conselhos e fazemos estudos antes de chegar na plenária, quando chega, já chega harmonizado pela sociedade civil com o poder público. Vejam, são dois conselhos que a sociedade civil tem maioria absoluta, 14 a 07 no Conselho da Criança e 10 a 07 no Conselho do Idoso. Nem por isso o poder público perde em todas as pautas nas plenárias, mesmo envolvendo o dinheiro livre dos dois fundos. O Paulo Jorge conhece este assunto, o Felisberto também,

que é uma vivência parecida com o que tem nos bastidores do OP. Eu não pude encaminhar nada, mas vejo que isto faz falta. Se eu pudesse ter vindo aqui outras vezes teria sugerido como alteração que este art. 6º fosse ampliado e as nossas comissões seriam uma Comissão de Políticas Públicas Integradas, uma Comissão de Investimentos Programados e Projetos Especiais de Empreendimento e uma Comissão de Solo. No art. 10 até o 15º, todos esses artigos do nosso regimento, para mim, seriam subitens do item VI – instalar comissões para o assessoramento técnico do CMDUA. Também vi que há dois erros de redação. (Sinalização de tempo esgotado). Para encerrar, no 5º está SMPG – Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão. No seguinte também, é SMPG e não GP. E no 7º eu sugeriria que a SMRI pudesse ser citada, porque estado parte de relações institucionais diz respeito a ter edificações nos territórios e uma articulação com a sociedade, aí são os CRIPs, que têm uma relação com o Orçamento Participativo também já histórica, antes com a Secretaria de Governo. No art. 8º do regimento eu acho que está faltando a SMPG e a Fazenda serem vinculadas. E no 9º a SMAMS, porque diz respeito à temática da Secretaria de origem que trata desses assuntos. Peço desculpa por não ter encaminhado nada, eu não sabia que viria hoje, a minha titular foi chamada pelo Vice-Prefeito Gustavo Paim, por isto estou aqui, mas estas seriam as nossa sugestões. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Lívia e Felisberto, eu peço a compreensão para serem bem objetivos. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Sim. Presidente, eu só quero esclarecer em relação ao que o senhor disse, que eu falei que estava desorganizado. Eu não disse que estava desorganizado, eu disse que estava caótico, significando com isto difícil de compreender. Tem muita diferença entre estar desorganizado e estar caótico! Existe uma organização, mas ele é difícil de compreender. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Quando eu entrei neste conselho entrei representando a minha região e o fórum que me elegeu, eu não sou representante dos meus interesses. E quando eu vim para este conselho vi para discutir a cidade para todos e não só para os negócios, não só para os meus interesses. E eu desafio qual a região de planejamento que fez mais reunião e discussão com os seus delegados que a RGP. 1 e que comunicou a secretaria deste conselho! Eu quero que informe quais regiões fizeram reunião com seus delegados e discutiram seus projetos com seus delegados! Desafio isto!!! Então, não estou para atrapalhar o progresso desta cidade. Agora, quero também resolver os problemas que estado cidade há anos e não se resolve!!! Então, não estou aqui para agradar ou para ser eleito vice-presidente, estou aqui para contribuir com a minha cidade e representar aquele que me elegeram, os 310 votos que recebi lá na quinta-feira da Semana Santa. É isto e obrigado! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ninguém dúvida da sua representatividade, Conselheiro. E como eu tenho dito sempre, sempre aqui, cada conselheiro tem o seu poder legítimo de estar aqui e tem toda a nossa homenagem, nossa honra. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não foi para o senhor, Secretário. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas é a minha importância. Gente, deixe eu me manifestar de forma muito rápida, antes de encaminhar, que é o seguinte: alguns pontos no substitutivo nos coloca em um certo grau de dificuldade de compreensão. Eu vou citar dois itens, um deles é a proposta de 2/3, imaginem 2/3 para tudo. Nenhum parlamento do mundo tem isto, gente! Outra coisa é trazer o projeto especial de 1º grau para cá, o Plano Diretor é bem claro, o projeto especial é depende 2º grau que vem para cá. Trazer de 1º extrapola as competências. Assim, a proposta para conseguirmos fazer um

encaminhamento deste assunto de regimento é tomarmos a decisão sobre qual base vamos seguir. Não tem nenhum problema seguir sobre a proposta de substitutivo, mas o fato é que temos que encaminhar sobre qual base nós vamos seguir e ver se vamos analisar as emendas ou não. Então, este é o encaminhamento, este é posicionamento que se põe e vamos encaminhar para votação isto aí. Tá? **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Desculpa, Secretário, mas me parece que houve outra proposta de encaminhamento, que acredito que caberia pôr para votação anteriormente, até mesmo a votação da criação da comissão. Se ficar criada uma comissão pode se colocar a debate dentro desta comissão a possibilidade de se trabalhar sem que se exclua qualquer proposta antes de ser debatido dentro da comissão. Esta proposta foi colocada por mais de um conselheiro, aliás, não só nesta sessão de hoje, mas em várias sessões anteriores em que pedíamos que pudéssemos discutir a forma antes. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Só uma coisa, o objetivo é que todos participem. Quando se faz uma comissão está dizendo o seguinte: pega aqui 2, 3, 4 , 5, 7, não sei quem e decidam por mim. Eu respeito quem pensa diferente e peço o respeito. Esta reunião que nós estamos tendo é uma grande comissão, estamos encaminhando assim. No dia 24/07 foi distribuído, estamos no dia 02/10, a entrega das emendas, inclusive, foi prorrogada por mais um mês e a participação *on*. Então, estou bem tranquilo quanto a isto. A pergunta que eu colocou e não há nenhum problema em criar alguma comissão, mas eu acho, absolutamente, desnecessária, porque a participação foi garantida. Então, a posição da Presidência é neste sentido, da absoluta desnecessidade da criação de criar comissão, mas como há uma proposta e há a questão regimental, não quero que pairem dúvidas, eu vou colocar em votação se vamos fazer uma comissão e esta comissão poderia avaliar o que nós poderíamos votar. Então, sem problema nenhum vou encaminhar este pedido de votação. Eu respeito o posicionamento e por isso encaminho. Entendo ser desnecessário, mas não há problema nenhum nisso. Alguém tem outro encaminhamento? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Secretário, Presidente, eu também não vejo a necessidade de criar uma comissão, até em respeito a todos os prazos que foram colocados para todo mundo aqui no conselho. E de certa forma eu me sinto até prejudicado, porque eu estudei, eu fiz as leituras, eu fiz proposta, agora vão criar uma comissão porque tudo que eu fiz até agora não tinha, digamos assim... Eu fiz de bobo, porque me adiantei, porque não precisa, a gente cria uma comissão, protelamos mais um pouco, levamos por mais um tempo! Uma prática que a gente tem vivenciado, inclusive, aqui dentro do conselho. Sou contra a criação da comissão! Já faço a minha declaração de voto, que vou votar contra a criação de comissão para esta matéria. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu vi que o Felisberto e o Sérgio, que são favoráveis à comissão, pediram a palavra. Como o Gomes fez uma defesa, vou passar a palavra para um de vocês para fazer a defesa da comissão. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Só quero colocar o seguinte, que os prazos que foram colocados não foram demandados por nós, foram colocados pelo Presidente do conselho, inclusive, em determinado momento alegando a dificuldade do Armando, da Procuradoria, de analisar as questões. O Maurício me classificou como favorável à comissão. Já vou declarar meu voto, mas assim, nós aproximamos na discussão de hoje e não são tantos pontos divergentes. Eu acho que é um trabalho de grupo que tem que ser feito agora com a assessoria do Armando, porque tem aspectos legais aí, com umas duas, três pessoas e apresentar um substitutivo final que já contemplem esses aspectos levantados hoje. Eu acho que é isto que deve ser feito,

Secretário. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado! Vamos para a votação... (Falas concomitantes). Mas vamos votar, Rafael. Desculpa, nem sei o que vocês estão conversando, mas vamos para frente, gente! Então, eu vou colocar em votação a criação da comissão. Como é praxe deste conselho, a comissão é tripartite, isto é tranquilo depois, não está em discussão a formação da comissão, mas a proposta é criar uma comissão para fazer o relatório. Em sendo aprovada esta comissão, este material do regimento interno vai para esta comissão. Em não sendo aprovada esta comissão vamos votar a proposta da SMAMS ou a proposta de substitutivo para seguir para frente. Até porque o encaminhamento de emenda, na proposta do executivo, nem vamos chegar na pauta hoje. Tá? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Tem uma terceira proposta, Secretário. Não sendo aprovado o grupo de trabalho, a base que tem que ser apresentada para discutir todas as emendas tem que ser o regimento atual e com elas ser feito um cotejo. É isto! Eu acho que todos os conselheiros, inclusive, o Gomes, manifestaram que entre elas não há divergência. Então, não tem porque escolher a base entre a proposta da secretaria ou o substitutivo, que havia sido declarado inexistente (Inaudível, manifestação fora do microfone). E eu tenho uma terceira proposta: grupo de trabalho, regimento atual e aí pode ser a proposta que o Secretário quer, que é: ou vamos escolher o regimento, ou o substitutivo da secretaria. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Claudete, não faz sentido isto, porque a proposta... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Presidente, se faz sentido ou não é a minha proposta! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, eu sei que é sua, porque a senhora que falou! A proposta de regimento do município já foi apresentada na base do regimento atual, tanto que foi apresentado aqui o regimento atual e a comparação. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretaria, é muito diferente do que estamos fazendo aqui. Nós não temos a capacidade nenhuma de conseguir identificar os pontos divergentes nesta leitura aleatória de propostas... (Falas concomitantes). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Claudete, se respeita o seu posicionamento, mas não é todo mundo que pensa assim. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Bom, estou colocando a proposição para ser apreciada, os colegas podem dizer se ela é procedente ou não. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, a proposta é se vamos abrir uma comissão para o regimento ou se vamos votar entre a proposta da SMAMS para continuar a discussão do regimento, ou a proposta do substitutivo para continuar. Então, eu peço que quem é FAVORÁVEL À COMISSÃO que se manifeste. (Contagem de votos = 09 votos). Quem é contrário à comissão, por favor. (Contagem de votos = 11 votos). Então, ganhou a proposta de seguir a votação. **REPROVADA A CRIAÇÃO DE COMISSÃO**. O que eu vou colocar em votação agora é a manutenção da discussão pela proposta da SMAMS ou pelo substitutivo. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu insisto em uma terceira proposta, que seja feito um cotejo. E eu acho que deve ser colocada, mesmo que seja vencido, tem que ser colocada e apreciada. É o meu direito e o meu posicionamento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Pega o microfone, por favor. Claudete, em um minuto tu consegues defender? Pode ser? Eu estou com dificuldade de entender, aí fale no microfone para ficar gravado na ata, por favor. **Claudete Aires Simas (Titular),**

Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: A terceira ou segunda proposta, a proposta é assim, como o Armando fez o cotejo com o regimento atual, a proposta é fazer um cotejo do regimento atual com todas as emendas apresentadas, identificando cada uma. Eu já fiz um cotejo. O que é um cotejo? É fazer um paralelo em cada artigo onde elas se assemelham e onde divergem. Não é ficar baseado apenas em uma proposta. É analisar o conjunto de tudo que foi apresentado do que melhor se aproveita a este conselho e que facilita o entendimento de todos que aqui vão votar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Claudete, tu chegaste um pouquinho depois do horário, foi apresentado aqui o trabalho... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Presidente, esta é a minha proposta! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Pois é, mas foi apresentado. O período de discussão já passou. Pô! Seria alterar o processo agora, já são 21 horas, seria alterar uma coisa que seguinte encaminhou às 19 horas. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Foi apresentado, mas eu não vi o Furtado defender a emenda dele, eu não vi o Gomes defender a emenda dele, eu não vi o Sérgio. Então, assim, eu tinha quatro emendas e elas não foram. Então, a paridade está ferida aqui. Eu insisto na proposta que seja colocada, ela pode até ser vencida. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Claudete, que bom que agora eu consegui entender. Nós não analisamos as emendas... (Manifestação fora do microfone). Claudete, escute, por favor. É importante! Eu estava com dificuldade de lhe entender, porque eu quero encaminhar contemplando todos os interesses aqui. Como vamos falar de emendas 4, 3 e 1 se essas emendas foram para a proposta de alteração do regimento? Se a gente aprovar o substitutivo isto está prejudicado. Então, não vai ter discussão isto aqui agora, a discussão é depois. Eu expliquei bem, é uma Questão de Ordem que deve ser esclarecida sobre qual base vamos enfrentar. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Esclareço que o Presidente está se atendo, na verdade, nos artigos, seja 1º ou 3º, eu estou me atendo no mérito das questões colocadas, é fazer o cotejo no mérito de cada artigo, no que se assemelham e no que divergem, com base no regimento atual. (Falas concomitantes). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas quando a gente foi ler era um substitutivo , gente!!! Para!!! Eu achei que fosse uma emenda. (Falas concomitantes). Pela tua lógica, Claudete, o substitutivo não deveria ser aceito, mas não, a gente quer contemplar tudo. Se veio um substitutivo a gente analisou, trouxe à debate, é isto! (Falas concomitantes). Eu preciso encaminhar... **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Aí eu vou ao encontro do que o Hermes falou, há um grande problema se discutirmos o regimento antes de chegar a um consenso a respeito do decreto. O regimento se baseia no decreto que está sendo contestado na justiça e tem a liminar. Ou a gente chega a um denominador comum sobre aqueles problemas, ou vamos ficar com mais uma polemica em relação ao regimento... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está registrado. Não era a pauta, mas tudo bem... **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, não é uma questão de pauta, eu quero ter o direito de me expressar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** E o senhor está tendo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu não quero que me interrompa, porque estou com certa idade e tenho dificuldade no raciocínio. Entende? (Risos). Então, peço *vênia* ao Presidente,

que permita ao conselheiro. Peço escusas se estou abusando! Assim, se o caso está *sub judice* nós não podemos discutir o regimento. *Data vênia*. Eu não queria colocar isto em pauta agora, mas nós temos um problema que o Emerson levantou desde o início. É isto. Nós tentamos constituir uma comissão, mas alguns acham que a sua emenda é importante. Não, nós temos que construir um regimento que contemple a todos e não a minha visão!!! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Seja qual for o regimento aprovado isto não se encerra. Então, vamos fazer a votação entre a proposta da SMAMS ou o substitutivo. A partir dito nós podemos falar das outras emendas, senão fica prejudicado e não tem como falar. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Presidente, novamente, se nós fizermos esta votação nunca mais teremos como referência o regimento original. Não é possível fazer uma votação nesses termos. É por isto que eu falei que é caótico, eu não disse que é desorganizado. Nós precisamos ter o regimento base para nos referirmos a ele, não tem como partir de uma terceira coisa para discutir uma quarta coisa!!! Desculpa se eu falo desta maneira! Eu não estou furiosa e nem estou sendo mal educada, nem antiética, eu simplesmente fico intensa, porque não entendo a dificuldade de se compreender isto!!! Como vamos alterar um regimento ou o que quer que fosse a coisa, se a referência não é a coisa!? Isto é uma lógica! Eu peço, por favor, que as pessoas compreendam isto! Não é possível se discutir uma coisa que se quer alterar se a coisa que se quer alterar não é referência. Isto não existe!!! **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** O que eu entendi? Nós temos dois modelos no momento, temos um substitutivo, um regimento original com algumas propostas de alteração e temos que escolher entre os dois modelos, porque eles não se identificam e não se compilam perante os artigos, a sequência dos artigos. Outro ponto, em relação às emendas, quem apresentou foi a comissão que apresentou o substitutivo, o Chico, o Furtado e o Sérgio. Eu acho que essas pessoas não estão sendo prejudicadas nós questão das emendas, só que temos que escolher o modelo, se vamos seguir o substitutivo ou vamos seguir o regimento interno atual com as alterações propostas pelo governo, para depois discutir a questão das emendas. Então, não vão ser barradas as emendas, só que o substitutivo não fecha com os artigos do regimento atual. Então, é isto, temos dois modelos, temos que escolher um modelo a seguir. Obrigado! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Não são dois modelos, nós temos o regimento original, uma proposta de alteração que o procurador apresentou e as emendas. Secretário, quando nós insistimos lá no início para fazer uma comissão tripartite, com o apoio dos técnicos e da PGM era no sentido de conciliar, porque é uma prática que sempre se fez. (Falas concomitantes). Tudo bem! Ainda há tempo, sempre há tempo... (Falas concomitantes). Não, nós não chegamos a um acordo! (Falas concomitantes). Então, só para completar, quando foi falado que eu não fiz porque não quis. Sinceramente, eu não esperava este tipo de... (Falas concomitantes). Tudo bem, é este o processo, o processo é retaliação, é enfretamento, é tudo que a gente viu lá no começo. E depois vem falar em ética!? Tudo bem, vamos votar isto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, só uma questão que o Emerson falou. A votação foi em duas etapas bem claras, a primeira o substitutivo, porque se o substitutivo passar as emendas não terão mais validade, porque são em cima do projeto apresentado pela secretaria. Ok? Que é baseado no atual regimento. Ok? (Falas concomitantes). **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Eu quero reforçar o seguinte, o encaminhamento dado há algumas

reuniões pelo senhor, Presidente, é que haveria uma análise técnica de todas as emendas. Esta análise técnica que foi anunciada aqui não foi apresentada e agora vem com uma tese de que há um substitutivo anômalo, quando, na verdade, ainda que haja artigos que sobem ou descem, a estrutura utilizada é a mesma. Ou seja, o que está se fazendo aqui, e quero que fique registrado, porque esta decisão já está tomada, porque ninguém aqui é ingênuo. Certo? Quero que fique muito bem registrado o que eu estou dizendo. Nós estamos falando de decisão tomada. Agora, que fique registrado aqui que o que estão fazendo aqui é uma manobra para que permaneça na mesa apenas o regimento atual, a proposta do governo e uma proposta mais estruturada, com base no regimento atual, que vem proposta por três entidades, que seja retirada de plano e não possa ser discutida cotejando, como é a proposta, entre regimento inicial, proposta de governo e proposta terceira de grande emenda. Há possibilidade de serem cotejadas, porque não estamos falando de nenhum extraterrestre que pousou neste substitutivo. Se há um ou outro ponto que está sendo utilizado aqui como forma demagógica para derrubar esta proposta de emenda, só que ninguém é tonto! E que fique registrado aqui. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Rafael, eu não posso deixar passar estes termos que o senhor usa, como “manobra”, a gente nega, veementemente, fica na sua conta aí. Vamos encaminhar. Fala agora o Felisberto e o Campani e vamos para a votação. Pode ser um minuto? Obrigado! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero contestar que ninguém fez o tema de casa. Nós fizemos o tema de casa, o substitutivo foi o tema de casa, analisamos o regimento de cabo a rabo. E esta proposta está sendo desrespeitada, não é!? Está sendo desrespeitada dizendo que não fizemos o tema de casa. Nós não apresentamos uma emendinha! Nós analisamos o regimento e foi apresentado por três entidades, não foi por uma pessoa, por um iluminado. Foi pelo conjunto de discussão e de aprovação nos entes que apresentaram. Então, tem que ter o mínimo de respeito. Nós não aceitamos, a RGP. 1 não aceita que sejamos tratados como se não tivéssemos feito o tema de casa. Fizemos sim, levamos à discussão no nosso fórum e discutimos com nossos delegados, trazemos a decisão do nosso fórum, não é a posição do Felisberto, porque lá tem as entidades que subscrevem este substitutivo. Então, o mínimo de respeito que exigirmos é que seja cotejado sim, que seja analisado como uma proposta de alteração e ordenar artigo é a coisa mais simples do mundo. Certo? Pelo amor de Deus!!! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está registrado e não há dúvida do trabalho. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Foi dito que aprovado o substitutivo as emendas saem da pauta. Eu acho que não tem nada a ver esta informação. Seja o que for aprovado, as emendas são ideias, não estou fazendo emenda ao artigo “x” ou ao artigo “y”, eu estou tendo ideias. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Tu estás falando uma coisa que não é verdade, eu fiz todo o artigo. Ok? Tem 15 emendas aqui só dos artigos! **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Senhor Secretário, é regulamentar... (Manifestação fora do microfone). É que para alguns é agressivo, para outros não é! Então, o senhor enquanto Secretário tem que providenciar que o ambiente todo seja... Eu estou encaminhando ao senhor uma Questão de Encaminhamento. Então, o senhor tem que conduzir neutramente, com que a minha palavra seja respeitada. O meu entendimento, que eu pediria a sua posição para o entendimento do plenário, é que aqui todos querem o melhor para o regimento, não tem ninguém querendo postergar, porque nós temos um regimento em vigor. Se levarmos 2, 3 anos para votar este regimento não tem problema,

ninguém está postergando nada, porque o regimento está em vigor, o conselho está funcionando. Então, esta constante agressão de que existem alguns que querem postergar tudo, né, se o senhor não tomar pulso desta situação, realmente, vai parecer que existem dois lados aqui dentro e não existem, existem vários lados aqui dentro. Assim como o Felisberto está dizendo, que representa dos votos que ele trouxe aqui. Então, aqui estamos defendendo ideias, assim como se o documento substitutivo for aprovado, aqueles pontos que a prefeitura está apresentando na sua proposta também vão ter que entrar para o regimento enquanto emendas. A questão específica do tumulto na reunião está lá como uma proposta, se a proposta alternativa for aprovada, esta depois vai ter que ser apresentada como forma de emenda, porque ela não pode simplesmente desaparecer. Esta é a minha preocupação, porque tem riquezas nas suas propostas. Se desaparecer porque uma ganhou e a outra perdeu, vamos perder a riqueza desta discussão. Então, eu acho que todas as emendas, independente da proposta vencedora, estão na mesa, mesmo a proposta que for derrotada, todos seus conteúdos são interessantes serem trazidos para o regimento interno e deverão ser garantidos sob forma de emenda. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não tem problema de ser garantido no novo processo, que poderá se iniciar amanhã ou depois. Estamos no meio de um processo que tem emendas sobre artigos específicos, senão, fazer emenda por ideia fica muito difícil. O regimento não é estanque, pode ser alterado a qualquer momento. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, por gentileza, eu quero propor, já que eu fiz uma proposta... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Já encerrou, Claudete! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não me interessa! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Como não interessa!? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Nós estamos em discussão ainda, não encerrou! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não! Já encerrou! As duas últimas falas foram do Felisberto e do Campani. Tem um dia que tem que acabar! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, quero propor de apresentar o que é um cotejo no telão, apresentando todas as propostas para que a minha proposta seja avaliada também. Eu tenho aqui um cotejo que eu quero apresentar no telão a todos os conselheiros. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Assim, Claudete, nós estamos no processo de votação, depois da votação fazemos isto. Tá? Então, temos duas propostas que temos que votar. Então, é encaminhamento de votação. Temos a votação por proposta original da SMAMS, para a continuidade e análise, aí chegar nas emendas 1, 3 e 4, que nem chegamos ainda, depois vai ter destaque e todo o processo de votação. Então, a proposta da SMAMS ou a proposta do substitutivo, que recebeu o número de emenda 2, que é do SENGE, SAERGS e SOCECON. Então, a proposta original, vou assim chamar, a inicial, e o substitutivo. Alguém quer definir ordem? **Coclaidete** Eu quero que a terceira proposta, e vou insistir neste ponto, que seja apreciada, que é o regimento atual com base no cotejo. Ela não pode ser tomada como base exclusivamente na decisão da presidência. Nós temos um conselho e o conselho tem que versar sobre isto. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Questão de Ordem. (Falas concomitantes). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Pô, nós estamos em processo de votação!!! **Sérgio Luiz**

Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS: (Manifestação fora do microfone)... então, deve ser analisado como emenda e não... (Aplausos). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Para, Gomes! Para, para, para... (Falas concomitantes). **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Foi recebida como emenda e foi transmutada nesta sessão para substitutivo!!! (Falas concomitantes). **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero que conste em ata a ironia feita ao conselheiro pelo Conselheiro Gomes!!! Que conste em ata!!! (Falas concomitantes). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Gente! (Falas concomitantes). Gomes, Sérgio, por favor... **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Tu não respeitaste a minha palavra! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não respeitou mesmo!!! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Por favor! Nós estamos em um processo de votação, os pontos estão sendo revisados, eu vou colocar em votação. Então, quem é favorável ao substitutivo, por favor, levante o braço. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Quero que conste em ata o nome das entidades. (Contagem de votos = 08 votos). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos dizer aqui: SENGE, AERGS, SOCECON, ABES, RGP. 1, UFRGS e IAB. Quem é favorável à proposta original? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Qual original, a do regimento atual? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A proposta que está em discussão. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** É um absurdo! Os funcionários têm que votar o que o governo manda!!! (Contagem de votos = 12 votos). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sérgio, tu foste servidor a vida inteira. Por favor, vamos respeitar! **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Fui servidor a vida inteira e sei que aqueles servidores que estão aqui no conselho não vão votar contra uma proposta do governo nunca! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vamos respeitar! Continuo, abstenções? (Contagem de abstenções = 02 abstenções). (Falas concomitantes). **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A ACESSO quer que fique consignado em ata que a proposta apresentada pela conselheira de se basear a alteração de um regimento com base no próprio regimento foi excluída de apresentação e discussão neste conselho. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está registrado. São 21h15min, seguimos a pauta ou encerramos? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Qual vai ser o próximo passo? Só isto. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** O princípio do contraditório e ampla defesa foi ferida neste conselho, porque uma emenda foi transformada no ato em substitutivo. Depois ela voltou a ser emenda somente nesta sessão, ou seja, não foi propiciada com que os pares pudessem, efetivamente, defender suas propostas. Foram excluídas coisas muito importantes, inclusive, o horário de atuação deste conselho e restrição de horário de 3 horas para não ficarmos varando a noite em discussões infrutíferas, porque não foi colocada a votação. **Maurício Fernandes,**

Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Está registrado, conselheira. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** E elas serão as propostas de emendas colocadas como Destaque. E eu vou trazer o cotejo na próxima sessão. (Falas concomitantes e conselheiros se retirando). **ITEM 5: Término às 21h30min.**

O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.

_____	_____
Maurício Fernandes	**Aline Brum de Lima**
Presidente	*Secretária Executiva*
	Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2018, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2779/2018

Aos dezesseis dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião ordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito – GRUPO**; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Alexandre Cavagni (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; e Cláudia Remião Franciosi (Titular), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Cláudia Maria Pereira Laydner (2ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Jeanice Dias Roamos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**: e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Kelly Ramos da Silva (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**.. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação das Atas 2776 e 2777 (Parte I, de 18/09/2018); 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h30min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Muito boa tarde a todos. Sejam bem-vindos a nossa reunião ordinária do CMDUA. O Item **2. Votação das Atas 2776 e 2777 (Parte I, de 18/09/2018)**. Então, vou colocar em votação, como é de praxe, por aclamação, estas atas. Quem é favorável permaneça como está. Abstenções? Dez abstenções. **APROVADAS AS ATAS 1776 E 2777 (PARTE I) SEM RETIFICAÇÕES**.

Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1: QUESTÃO DE ORDEM. Boa tarde a todos e a todas. Primeiro, Secretário, não é meu nome pessoal, mas da reunião que tivemos ontem com os delegados. Eles pediram, os delegados, que eu fizesse uma Questão de Ordem e perguntasse como fica a questão dos vice-presidentes em relação às regiões e às entidades. Segundo, a questão do regimento interno, tendo em vista que paramos e a região entende que deveríamos dar continuidade na discussão do regimento interno. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. Eu peço escusas por não ter feito esta menção na abertura, nós pautamos esses dois tens na reunião passada como pauta única. Em função do acúmulo de processos que esta cidade tem que deliberar, e quando digo "a cidade" é porque este conselho não é formado por servidores públicos. Então, fizemos uma pauta só com os processos e na próxima reunião a gente continua o debate da reunião passada. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, só para complementar. Eu acho muito complicado isto, a cada reunião tem uma nova pauta. Nós temos que ter uma agenda: o regimento interno vai ser discutido em tal reunião, os vices em tal. Cada vez é uma surpresa e não sabemos o que vai vir. Não é uma crítica, mas já foi dito aqui, não é um é todo interessante de se trabalhar. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** QUESTÃO DE ORDEM. É sobre um processo que não vai a votação hoje, que é o último, o 3.8, que está em diligência, que o IAB foi o relator. Eu quero combinar o seguinte, é um processo que quando entrar em pauta eu gostaria de não participar do processo. Como o relator do IAB falou, o responsável do processo, o responsável técnico é um arquiteto do interior, que é conhecido do meu sócio. Então, meu sócio deu algumas orientações sobre requerimentos, processo, como tramitar, por ele ser do interior. O meu sócio não é o responsável técnico, eu não sou o responsável técnico também, mas não gostaria de estar participando quando este processo entrasse em pauta. Por isso eu disse que era uma Questão de Ordem, porque não gostaria de trazer o meu suplente, não sabemos se hoje vai entrar ou não, ou quando ele vai entrar. Como eu participo, acho mais producente a pessoa ser sempre a mesma na sequência das questões. Então, não gostaria de deixar de vir nas sessões. Então, eu gostaria de vir, quando este processo entrar em pauta que eu me retirasse, registrado em ata que não estarei participando. Desta forma, eu não prejudicaria o quorum e eu ficaria lá ao fundo como ouvinte. Então, só deixar claro que quando ele entrar não gostaria de estar participando. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheiro. A fala do Conselheiro Sérgio me lembrou, vocês devem ter visto na pauta, é para aprimorar as reuniões, no sentido de ter previsibilidade. Tem muitos processos que estão na Ordem do Dia, mas, de fato, não estão aptos à votação. Então, fizemos uma divisão, são processo que ainda não estão aptos à votação. Com isto eles continuam na Ordem do Dia, mas ficando claro que não estão aptos. Vamos para a **3. Ordem do Dia. ITEM 3.01. EXPEDIENTE: 002.302078.00.9. INTERESSADO: Fundo de Investimento Imobiliário Phorbis. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. das Indústrias, 1395. RELATOR: RGP. 4 (distribuído em 07/08/2018). PRAZO PARA RELATÓRIO: 21/08/2018. ENCAMINHAMENTOS: 1. Apresentado pelo empreendedor em 18/08/2018. Cabe pedido de vista. ADIADO.** A Região 4 está ausente. Vamos pular este processo, então. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: QUESTÃO DE ORDEM.** Como fica a questão deste processo que o prazo do relato seria hoje, os 15 dias, e ele não é relatado? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Assim, eu

tenho a expectativa que a conselheira ainda venha na reunião, talvez esteja atrasada. Quando eu disse “pular” talvez não tenha ficado claro, mas a gente volta nele ainda na sessão. Em não havendo a deliberação, e este prazo está muito extrapolado, a gente conta com a responsabilidade e o bom senso de todos os conselheiros. Como a representação da Região 4 não está eu me sinto compelido a evitar discussões sobre este processo pela ausência da relatoria. Tão logo chegue vamos conversa para que apresente o seu relatório. O regimento interno prevê que se troque de relatoria, mas isto não tem sido uma prática aqui no conselho. Eu acredito que isto deva se resolver com o trabalho a ser executado de competência da relatoria. O **ITEM 3.02**. **EXPEDIENTE: 002.216638.00.0. INTERESSADO: Country Club. ASSUNTO: EVU de parcelamento do solo. LOCAL: Rua Líbero Badaró, 524. RELATOR: METROPLAN. ENCAMINHAMENTOS: 1. Apresentado pelo empreendedor em 21/08/2018; 2. Relatado em 21/08/2018; 3. Vista à RGP. 1, RGP. 2, RGP. 6 e ACESSO, em 27/08/2018. Não cabe pedido de vista.** Pergunto, podemos ter a manifestação sobre este processo? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. A relatora não se encontra presente, nós temos nesta informação da pauta que o relato do parecer Del teria sido feito dia 21/08/2018. Neste dia não foi efetuado o relato, vamos recordar, que houve aquela discussão se ela teria feito o relato ou não. Então, não seria mais prudente aguardar a relatora, ela fazer o relato formalmente e nós apresentarmos? Eu tenho um parecer de vista a apresentar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu posso ler o relatório, porque está no processo. Se observarmos, foi feita a relatoria e era a primeira vez que a conselheira da METROPLAN estava na reunião e ela é suplente, inclusive. Então, ela fez o relato verbal e entramos em discussão se o relato verbal valia, suspendemos a análise naquele momento e foi juntado o relatório escrito. Então, consta o relatório. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, não apenas a questão da leitura, mas vou fazer algumas ponderações e talvez fique prejudicada pela ausência da relatora. Eu tenho várias considerações, tem coisas que eu não conheço, tenho dúvidas e gostaria de colocar. A relatora é a pessoa apta, até por isso denominada relatora, que poderia auxiliar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É uma situação inusitada. A conselheira da METROPLAN nos mandou uma mensagem, dizendo que por um problema familiar de última hora, relativamente grave, não pode se fazer presente. Este processo já está, assim como o outro, bem atrasado. Eu pediria que as entidades que pediram vista se manifestassem, até para vermos conjuntamente qual o nível de prejuízo que a ausência da relatora pode gerar ou não. Talvez o que seja da tua preocupação, Claudete, que é a minha também, daqui a pouco o plenário não tem. Então, se puder se manifestar para a gente tentar avançar, se não der, paciência, enfim, mas vamos tentar avançar, por favor. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu tenho um parecer que fiz e vou juntar por escrito nos autos. Se possível, eu gostaria que fosse colocado no sistema o mapa daquela área do Country para a gente poder conversar sobre ele. Até pergunto, Presidente, se a RGP. 2 não tem nenhuma manifestação, já que tem prioridade por ser da região dela? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Todos conselheiros que pediram vista poderão se manifestar. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não, só por uma questão de prioridade, como a vista prioritária era dele, se ele quer se manifestar, primeiramente, ou se eu posso. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É importante colocar que foi vista

conjunta, o que não existe no regimento, mas é praxe deste conselho... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não foi vista conjunta, Secretário. Foi vista individual. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Só existe uma vista. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite. Está bem estranha a nossa vista, porque acredito que cada conselheiro vai apresentar um relatório próximo, porque todos fizeram visita no local, olhando a comunidade. Cada um tem o seu ponto de vista e vamos ter que apresentar. Na verdade, eu já trouxe o meu relatório de vista, no momento que for oportuno quero apresentar. Então, se tiver que ser hoje, Presidente, não tem problema. (Manifestação fora do microfone). Não vai ser adiado? Não tem problema. Este relatório é assim, é um processo interessante, bem complexo, tem que ter muito cuidado. Estou trazendo para o conselho o que já conhecemos pelo relato, pela importância que tem esta abertura do prolongamento da Rua Anita Garibaldi, mas nos traz esta estranheza a forma como foi esta transformação ou a forma como houve esta transformação da compensação, um acordo que não é praxe, principalmente dos conselheiros de regiões, que é fazer aplicação de qualquer tipo de contrapartida em outras regiões que não seja a que se origina o empreendimento. Então, queria ler rapidinho e colocar à apreciação do conselho. (LEITURA DO PARECER NA ÍNTEGRA). Então, aqui eu trago a sugestão, pelo menos que parte deste valor seja aplicado na RGP. 2, que é o local que origina este recurso, até porque é um recurso muito alto em equipamentos sociais comunitários, em saúde, educação infantil, habitação e outros, conforme a comunidade indicar. A SMAMS traz no seu parecer, no título “Quanto a equipamentos de lazer”, já está nos autos do processo, posso ler depois todo o artigo. É quanto ao impacto dos futuros empreendimentos sobre a rede de EAS da Secretaria de Saúde. A nossa sugestão é com condicionante, que já é do próprio parecer da CAUGE, do termo de compromisso. E que todo e qualquer valor que seja aplicado na RGP. 2, que é também a região de origem, em equipamentos comunitários como saúde, educação infantil, habitação e outros, onde a comunidade indicar. Então, este é o nosso parecer. Se quiserem que eu leia a cláusula 2 do termo de compromisso... Eu acho que seria importante, é rapidinho. É assim: “Para o cumprimento das restrições e condições estabelecidas pelo promitente, o compromissário compromete-se a atender todas as exigências mitigatórias e compensatórias decorrentes do parcelamento do solo e as obrigações neste termo acordado. Parágrafo único – O compromissário fica ciente e obrigado a informar aos comparadores das áreas que forem parceladas que esta doação antecipada refere-se, exclusivamente, à aprovação do parcelamento do solo, podendo o município definir outras medidas mitigadoras ou compensatórias quanto à avaliação dos impactos dos empreendimentos que forem executadas em cada área”. Então, hoje estamos aprovando, é o que eu entendo e apoio o relatório da relatora, que é o parcelamento do solo para abertura o prolongamento da Anita Garibaldi. As quatro áreas que estão aqui sendo propostas a este parcelamento, quando tiver que receber melhorias ou obras, tem que ser trazido para o conselho para que a gente possa novamente discutir as contrapartidas. É uma área de valor imensurável hoje. Então, não é justo que as pessoas vão duplicar os seus lucros, suas riquezas e não aplicar em nada para a comunidade. Porto Alegre precisa na área da habitação, aí sim, mesmo que não seja naquela região, mas em uma região vizinha. Nós estamos hoje em uma região totalmente habitada e chega um empreendimento desta monta sem nenhuma proposta de melhoria e qualificação, principalmente para o morador local. Era isto. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A primeira coisa a chamar atenção é que quando foi apresentado o projeto foi colocada a questão, não nestas palavras, mas

dando o entendimento de que era a solução dos problemas o prolongamento da Anita, que estaria sendo feita uma doação antecipada pelo proponente. Aí me chama atenção que quando eu dou algo, eu recebo algo em troca, mas não estou recebendo pouco, estou recebendo muito, estou recebendo pedaços de cidade, porque TCP não deixa de ser pedaços de cidade. Então, além de uma doação nós temos uma questão de desapropriação dessa área. Então, nós temos que considerar esses dois pontos relevantes. Eu vou fazer um histórico, porque ele é muito singular, na verdade, e ele teve muitas divergências, tanto quanto da secretaria, como da procuradoria, que eu acho que eles cabem. Eu não tenho como analisar uma etapa, que é o EVU de parcelamento, sem analisar anteriormente se as etapas anteriores estavam corretas e adequadas. Então, dando uma lida vou colocando algumas questões. **(Leitura do parecer na íntegra conter comentários da requerente da vista durante a leitura)**. **PARECER DE VISTA:** Requerente: PORTO ALEGRE COUNTRY CLUBE (PCC). Objeto: PEDIDO DE DESMEMBRAMENTO. Nº EXPEDIENTE: 2.216. 638-00.0. (Leitura do parecer na íntegra e comentários inseridos): “Antes de adentrarmos na análise do mérito do presente pedido pertinente historiar os pedidos anteriores correlacionados a referida matrícula objeto do presente pedido de EVU de parcelamento. Assim cumpre dispor que antes do presente requerimento de EVU de parcelamento foi efetuado pedido de fracionamento e etapa de diretrizes para parcelamento do solo. Conforme segue. Destacamos, em especial, os Pareceres e Notas Técnicas nº 134 e 157 da Procuradoria, referidos pela relatora deste expediente. FRACIONAMENTO (pedido efetuado em 19/05/2016): Pedido de remembramento de 07 (sete) imóveis com fracionamento de 02 (dois) imóveis. Indeferido (29/08/2016)”. Na verdade, ele queria um remembramento e um fracionamento de duas áreas. Então, se pegarmos a área do Country, eu tenho um olhar lá no cantinho direito, o pedido de fracionamento que diria respeito apenas aquele cantinho direito daquela área. Esta área não é composta apenas de matrículas do Country, é composta também de matrículas de outra propriedade, que é da RGN Empreendimentos. Aí a minha primeira pergunta: como eu posso desmembrar algo que não tinha acesso à rua? Então, entendo que foram juntadas essas matrículas desse outro proprietário para poder fazer este pedido de desmembramento e remembramento. Mas como eu vou desmembrar algo que eu não remembrei ainda? Na verdade, este pedido foi indeferido com as justificativas: “1º) com base no art. 152 do PDDUA em virtude de ser área Especial de interesse institucional sem regime definido, visto a proposta implicar em agravamento do traçado, do regime urbanístico e dos equipamentos urbanos e comunitários da UEU. A gleba apresenta gravame de área especial de Interesse Institucional sem regime definido. A partir do fracionamento, e posterior definição de regime urbanístico para os lotes gerados com regime, sem ter previamente destinado áreas públicas ao Município”. Então, eu queria fazer este fracionamento, porque no fracionamento, e o pessoal que é mais antigo e é da área técnica pode me auxiliar nas questões, não impõe esta obrigação, na verdade, de ser feita esta doação. Foi indeferido ainda: “2º) com base no art.149 §4 da LC 434/99, necessidade de Projeto Especial de Impacto Urbano; 3º) necessidade de solicitação de diretrizes a CAUGE (Comissão de Análise Urbanística e Gerenciamento) face a ausência de regime urbanístico. Deste indeferimento foi efetuado pelo requerente pedido de reconsideração, bem como pedido de abertura de novo expediente para tramitação do fracionamento em autos apartados o que restou também indeferido”. Este recurso de indeferimento, na verdade, foi promovido em 27/08/2016, que objetivava o acolhimento do pedido na modalidade, como era requerido. Então, era na modalidade de fracionamento e requeria também esta reconsideração à incorporação do regime urbanístico, equivalente à área a ser remembrada. Ou seja, qual a área a ser remembrada? Então, estou falando da área do

Country, mais as matrículas, que são 7 matrículas de 300m cada uma, pertencentes à RGN. Tenho que ressaltar que assim como o Country tem, se eu não me engano, mais de 50 hectares, isto não chega a 2 hectares. É esta porçãozinha que tem no cantinho. Assim começa o expediente. Eu entendo que o expediente único é feito e a lei rege exatamente para que as etapas sejam acompanhadas e que se tenha o histórico das matrículas. Até pelas questões de obrigatoriedade de doação e outros procedimentos. Este pedido de reconsiderado foi encaminhado ao secretário, que determinou pela continuidade da análise do pedido como fracionamento, que deveria ser analisado por meio de projeto de primeiro grau. Então, tínhamos um parecer no primeiro momento, da comissão que disse que não poderia tramitar desta forma. E o secretário, em grau de recurso, entendeu que poderia tramitar sim como fracionamento. Além disso, ele dispôs quanto à possibilidade de tramitação dos pedidos em separado, visto que o pedido de desmembramento das outras três áreas, sendo que a área afeta ao fracionamento deveria se sujeitar ao processamento da Comissão Técnica de Análise e Aprovação de Parcelamento do Solo e a área restante deveria ocorreu junto CAUGE. Então, eu tive um encaminhamento de procedimento diferente, o procedimento das outras três áreas, eu estou dizendo que a CAUGE analisaria e este pedido de fracionamento deveria tramitar na Comissão Técnica de Fracionamento. "O entendimento do Secretário foi adotado com base em estudo (manifestação Jurídica 188/2016, datada de 24/10/2016) que não levou em consideração o agravamento do regime urbanístico uma vez que não houve, por exemplo, no estudo apresentado, consulta a outros órgãos e empresas do Município, tais como, a EPTC, consoante referido na Nota Técnica 157/2017 da PGM – PUMA". Então, eu estou puxando este histórico lá de traz, porque quando eu começo com a nulidade de algumas etapas não tenho como analisar as outras sem verificar o que aconteceu lá atrás. Na verdade, o entendimento da comissão inicial era, este todo maior que vocês estão enxergando que vem de lá é uma área institucional e assim tem que ser tratado. E o entendimento do secretário foi – não, este pedacinho que tem no canto e estado junção dessas áreas de propriedade de outra titularidade, eles me fazem descaracterizar o todo. Em outras palavras, de forma mais leiga, eu diria que seria colocar uma gota de água no azeite e dizer que o azeite deixa de ser azeite por causa desta gota de água. Então, na verdade, o entendimento pelo fracionamento foi considerado tendo em vista a agregação dessas outras matrículas, o que eu entendo indevido. Desde já eu coloco também, eu entendo a impropriedade deste recurso ter sido remetido, esta reconsideração ter sido submetida ao secretário, embora tenha a lei, um decreto que prevê que a o secretário tem a competência de se manifestar sobre os recursos, ela tem uma exceção, que quando existe uma lei prevendo quem vai dispor sobre esses recursos, ele não tem competência. E no caso aqui, a impropriedade do recurso interposto, decidido pelo secretário, ele deveria ter sido direcionado ao CMDUA: "Cabe desde já discorrer sobre a impropriedade do recurso interposto ter sido interposto e decidido pelo Secretário, uma vez que, s.m.j., deveria ter sido direcionado ao CMDUA, conforme art. 38, inciso I, § único da LC 434/99". É quem teria competência para analisar a reconsideração. Então, tem um primeiro vício lá na minha origem. Faço uma consideração aqui também: "Ademais, o encaminhamento dos pedidos, em autos apartados, conforme asseverado pelo Secretário, corresponde verdadeira afronta o disposto no art. 135 § 2º do PDDUA vez que o parcelamento do solo deve abranger os imóveis em sua totalidade, em expediente único, observada a ordem cronológica, encerrando-se uma fase para após abertura/andamento de outra". Então, eu tinha uma incoerência, a tramitação ou encaminhamento em altos apartados, eu querendo fazer ao mesmo tempo o desmembramento de três áreas e depois o fracionamento de um área em separado. "Em relação às 3 (três) partes de extensão da gleba, objeto de pedido de parcelamento

(desmembramento) cumpre que foi aberto expediente - SEI 17.0.0000013560 para tramitação de projeto de lei para fins de definição do regime urbanístico, chamando a atenção que a minuta do projeto de lei para fins de regime urbanístico trata a questão como loteamento, cabendo a indagação de pôr qual o motivo o pedido de parcelamento aqui esta foi efetuado e esta analisado na modalidade de desmembramento?" E aí os técnicos podem me auxiliar, porque eu sei que o parcelamento do solo pode ser em fracionamento, desmembramento e loteamento. Então, eu tive um encaminhamento como fracionamento, outra parte como desmembramento e a análise do projeto de lei, a minuta, que trata como loteamento e o encaminhamento é desmembramento. Então, eu tenho uma divergência de procedimentos aqui. "Não obstante, considerada a tramitação referida/definida pelo Secretário, via fracionamento, chama a atenção também não haver qualquer aprovação de EVU, cuja tramitação deveria se dar na CTAAPS, consoante interpretação dada ao art. 73 §1º do PDDUA. 3". Isto, nós estamos recém no pedido que eu estou historiando o pedido de fracionamento. A par disto, desta irregularidade desta consideração do recurso, no meu entendimento, salvo melhor juízo, que não era competência do secretário, mas competência deste conselho e deste plenário, foi efetuado o pedido de diretrizes de desmembramento ou fracionamento. "Efetuado pedido de diretrizes para parcelamento do solo, em face das manifestações da SMURB (Secretário) a CAUGE suspendeu a tramitação da análise consoante Parecer 138/2016. E, conforme deliberação datada de 15/02/2017, a teor da Informação 002/2017, manifestou-se que analisaria o pedido das diretrizes de forma conjunta referente as QUATRO áreas objeto de pedido de desmembramento. Contudo, face a Informação 002/2017 da CAUGE o Secretario da SMURB determinou que o procedimento deveria continuar como Projeto Especial encaminhando o expediente para a CTAAPS". Então, eu tenho uma questão que eu considero uma anomalia procedimental, porque se em um primeiro momento o próprio secretário diz que deveriam esses diretrizes serem analisadas pela CAUGE, quando a CAUGE diz – eu vou analisar no conjunto; ele volta atrás e diz – Não, CAUGE, não és mais tu! Agora é a CTAAPS quem deve fazer. Parece que eu estou procurando um juiz para o entendimento de uma causa. "Diante de tal manifestação do Secretário, a CAUGE conforme Informação 038/2017 (alterada/rasurada para PARECER) datada de 19/04/2017, suspendeu a tramitação da etapa para fins de encaminhamento a CTAAPS. Dado o conflito de entendimentos a CTAAPS encaminhou o expediente para análise da PGM - PUMA (Procuradoria de Urbanismo e Meio Ambiente do Município) vide Parecer 044/2017. A PGM dada a consulta efetuada emitiu as Notas Técnicas 134/2017 e 157/2017. A nota técnica 134/2017, emitida em 01/07/2017, opinou pelo indeferimento do pedido na modalidade de fracionamento efetuado pelo PCC e RGN Empreendimentos Imobiliários. A nota técnica 157/2017, emitida em 06/07/2017, ratificou o entendimento da nota anterior (134) opinando pelo indeferimento do pedido na modalidade de fracionamento, salientando que a permissão pelo Município de parcelar o solo na área do PCC deveria ser analisada pelos órgãos públicos conjuntamente. Refere, ainda, a Nota Técnica 157/2017 que uma das formas para solucionar o problema viário da região seria a ligação da Anita Garibaldi com a Túlio de Rose, chamando a atenção quando a divergência de informação apresentada neste Conselho, em que o prolongamento da Anita terminaria junto a Av. João Wallig". Então, eu não sei o real prolongamento, onde terminaria este prolongamento. "Referida Nota Técnica dispõe ainda quanto a importância de ser verificado os atos constitutivos do proprietário da área a fim de ser analisada a legitimidade/poderes do requerente para fins de efetuar o pedido de parcelamento da área em nome do clube. Tal situação, contudo, parece não ter sido observada, visto que nos expedientes analisados inexiste qualquer documento referente aos atos constitutivos do requerente". Por exemplo, não consigo ver

eu entrando no judiciário para fazer um pedido em nome do Jackson sem ter a devida procuração e sem estar devidamente apta para tanto, mas não visualizei nem quando da formalização do termo de compromisso, não tem os atos constitutivos. “Manifestou-se também a PGM- PUMA nesta Nota (157) a indevida aplicação do caso como incurso no art. 152, inciso I do PDDUA ratificando o teor da nota anterior 134/2017 dispondo quanto a impossibilidade de o pedido de desmembramento ser enquadrado nas disposições do art. 149, § 3º e 4º do plano diretor, devendo, por tratar-se de situação especial, incidir a previsão dos artigos 73 e 74 do PDDUA dado tratar-se de uma área especial de interesse institucional. Retornando o expediente a CTAAPS esta devolveu-o a CAUGE, vide Parecer 074/2017”. Nesse posicionamento da CTAAPS, que mais uma vez indeferiu os pedidos e encaminhamentos, foi efetuado novo pedido de reconsideração. “Do entendimento da CTAAPS, o requerente, Porto Alegre Country Club - PCC efetuou novo pedido de reconsideração em 21/07/2017, com a informação de ter sido efetuada uma carta compromisso de doação excedente sobre a parcela de área do fracionamento, juntada em anexo, ratificando o pedido de que fosse revisto o PARECER 74/2017”. Ou seja, eu tenho uma carta de intenção, não consigo visualizar como que o município possa atuar e proceder com cartas de intenções. “Referida carta compromisso reafirmou o interesse do PCC numa tramitação prioritária do pedido de fracionamento, responsabilizando-se em fazer uma doação excedente correspondente a percentual a ser fixado sobre a parcela do fracionamento”. Então, ele diz na intenção dele – Não, vamos tramitar aquelas três áreas como desmembramento, tu permaneces a minha como fracionamento, e isto tem implicações jurídicas e legais, mas eu me disponho mesmo assim, mesmo tramitando eu vou fazer uma doação desta área. Só que eu não posso considerar apenas a doação, porque o procedimento de um fracionamento é muito diferente do procedimento de análise de um loteamento ou desmembramento. “Havia disposição na ocasião de encaminhamento do expediente novamente para PGM, contudo sobreveio pedido de retirada do processo de pauta. Recebido o processo pela PGM – PUMA foi o mesmo enviado para o Secretário da SMDE para fins de manifestação. Por meio do ofício 00194/2017, datado de14/08/2017, o Secretario da SMDE com fulcro no art. 13, inciso I, II e III do Decreto 19.741/2017 solicitou o pedido de prioridade de tramitação do empreendimento em todas as etapas do processo até sua conclusão”. É a primeira vez que ouvi falar dentro do expediente a questão de empreendimento, porque nós estávamos tratando de parcelamento e aqui mesmo eu ouvi falar que – não, empreendimento é outra questão. Dado a isso foi criado por um decreto, não sei se do ano passado ou este ano, que uma comissão analisaria as questões de prioridade da cidade, esta comissão, eu entendo que não basta eu pedir, não sou eu quem decide, não é o secretário quem decide, isto deveria ter passado pela comissão e um relatório esclarecendo porque do motivo da prioridade da tramitação. Com tudo, isto não existe nos altos, eu não sei por que, mas tem apenas o pedido, eu não tenho o parecer, nem relatório de comissão determinando ou justificando, motivando o que ressaltamos muito que as decisões têm que ser motivadas, motivando qual o fundamento para a prioridade de tramitação desse expediente. “Em vista do respectivo ofício, entendeu o Procurador da PGM – PUMA, em 17/08/2018, que a discussão sobre o enquadramento como fracionamento ou desmembramento teria perdido o seu objeto considerada a carta de intenção de doação, manifestando, por conseguinte concordância quanto ao prosseguimento prioritário do expediente de fracionamento requerido, bem como ao desmembramento das outras três extremidades”. Então, com base em um argumento que não é o jurídico e nem técnico, por causa de um pedido de prioridade, entendo que não preciso mais discutir se isto é desmembramento ou fracionamento – Vamos continuar, eu abro mão. Perdeu o objeto. Este foi o meu entendimento, a meu ver, do secretário.

"Retornado os autos a CTAAPS por meio do PARECER 094/2017, datado de 24/08/2017 foi o mesmo encaminhado a PGM para vista. Em reunião realizada no Gabinete da PGM, conforme manifestação datada de 04/09/2017, a qual deixa de identificar nominalmente as partes presentes, tendo em vista a informação recebida do requerente (PCC) que o mesmo faria um pedido de desmembramento das 4 (quatro) áreas, com tramitação na CAUGE, recebeu documentação"... Que eu não sei qual é, porque também não consta no expediente... "encaminhando para o protocolo, para fins de posterior análise prioritária por determinação do Secretário da SMDE. A CTAAPS, em reunião realizada em 14/09/20017, diante do requerimento datado de 31/08/2017, referente ao pedido de diretrizes, protocolado em 25/07/2016, encerrou a tramitação naquela Comissão conforme Parecer 100/2017, remetendo o expediente a CAUGE". Ou seja, encerrei a tramitação, não vi uma discussão, não vi um parecer final, não vi uma nota e encerrei a discussão. "Datado de 28/08/2017, sobrevém pedido de ajuste pelo PCC, referente a "área 2", segmentando-a em "Área 2A e 2B", solicitando a emissão de diretrizes". Ou seja, eu tive uma inovação dentro do processo, porque eu fiz uma alteração, aí não sei, os técnicos podem me dizer, qual a implicação legal desta inovação, desta alteração dentro de um pedido que já estava em tramitação. Eu tinha um pedido de diretrizes, eu alterei este pedido e continua o encaminhamento. "Referido processo foi encaminhado a arquiteta Patrícia para análise e emissão de diretrizes. A Arq. Patrícia, Supervisora da SMDE, em ofício dirigido a SMURB, datado de 17/10/2017, apresentou análise de diretrizes baseada no art. 3º do art. 149 da LC 434/99, conforme se denota da manifestação acostada. Na análise apresentada a mesma sugere algumas etapas, contudo verifica-se não foi observado, por exemplo, o disposto na nota técnica 157/2017 (fl. 257) que afastava a aplicação do art. 149 do PDDUA". Então, esta sugestão e encaminhamento dela tem base a algo que já tinha sido dito, que não deveria ser analisado com base naquele entendimento, naquele art. 149. "Destaca-se ainda que entre as etapas estabelecidas flagrante a violação ao decreto nº 17.254/2011, posto que dispõe/sugere a condução de etapas em paralelo a tramitação do parcelamento do solo, violando a ordem cronológica dos requerimentos que pressupõem a conclusão de uma etapa para início de outra. Chama a atenção, ainda, o fato de que a mesma dispõe quanto a possibilidade de aprovação do parcelamento do solo independente da tramitação da Lei Complementar, desconsiderando, por certo, os efeitos jurídicos e legais no caso de não aprovação da referida Lei, visto que o Legislativo não pode restar subordinado/condicionado a aprovação do parcelamento". Qual é o efeito disto? Como eu posso aprovar algo que depende de uma lei e esta lei não foi ainda apreciada? Qual o efeito se não foi apreciada? Ou será que nós temos a certeza de como vai decidir a Câmara de Vereadores? Nós podemos condicionar a Câmara de Vereadores ao que vai ser decidido? "Em 18/10/2017, sobreveio PARECER 149/2017 da CAUGE que emitiu as diretrizes requeridas". Desse pedido de diretrizes foi feito novo pedido de reconsideração: "Consoante pedido datado de 21/11/2017 foi requerido pelo proprietário a revisão das diretrizes emitidas pela CAUGE no Parecer 149/2017 requerendo a exclusão da exigência do estudo de mobilidade urbana, a alteração do regime urbanístico definido para área fracionada. Ofertou ainda pedido de não encaminhamento de projeto de lei da área objeto de fracionamento para fins de definição de regime urbanístico e postulou a alteração do regime urbanístico da área 01 para fins de que fosse estendido a mesma o regime de entorno. Por fim, ratificou o pedido de abertura de novo processo para tramitação do fracionamento em separado, a partir da assinatura do termo de compromisso quanto a área de doação acordada. Por ordem do Procurador Adjunto para Assuntos de Domínio Público, em 06/12/2017, foi encaminhado o expediente a PGM – PUMA para fins de minutar o Termo de Compromisso de acordo com a Manifestação Conjunta da SMDE/SMAMS/PGM,

datada de 01/12/2017 que autorizou a análise do pedido de parcelamento do solo na modalidade de fracionamento junto a CTAAPS". Mais uma vez, isto é fracionamento ou não é fracionamento? É desmembramento? É loteamento? O que é isto? Eu tenho um entendimento que vai ou um entendimento que vem? "Por meio da Nota Técnica 321/2017, datada de 07/12/2017, foi encaminhada a Minuta do Termo de Compromisso, sendo destacado que a tramitação definida na CTAAPS, de acordo com a manifestação conjunta SMDE/SMAMS/PGM autorizando o parcelamento do solo das áreas especiais antes da definição do regime, tratava-se de entendimento contrário/não coerente ao disposto no art. 73 §1º do PDDUA, eis que um EVU de parcelamento do solo com uso e edificação proposto, após a análise de seus impactos e características passa a ser a representação do regime urbanístico aceito pelo Município, tendo em vista tratar-se de uma área Especial que ainda não teve lei específica para a definição de seu regime". Então, eu tenho mais uma vez um parecer técnico da procuradoria dizendo – Este entidade não é coerente é contrário ao que determina o Plano Diretor. "Opondo-se aos entendimentos técnicos anteriores exarados nos expedientes quanto à impossibilidade de tramitação na modalidade de fracionamento, sobrevém nota técnica 177/2017 autorizando a tramitação prioritária do pedido de fracionamento nos termos do art. 152, inciso I, letra "c" invocando como base a manifestação conjunta da SMDE/PGM/SMAMS fls. 289/290 ou 291/292, conforme NT 321/2017". Então, as secretarias, na verdade, estão fazendo uma manifestação e no meu olhar jurídico estão se sobrepondo ao que diz a própria lei. "Retornado o expediente a PGM – PUMA foi expedida nova Nota Técnica 46/2018, em 29/01/2018, com encaminhamento da minuta do Termo de Compromisso a ser firmado, sendo enfatizado, mais uma vez, por aquela Procuradoria quanto a necessidade de verificação da documentação regular da área imóvel, bem como dos atos constitutivos da entidade/proprietária/requerente". Parecer que tem uma comissão que faz uma análise dos requerimentos, eu não consigo ver outro cidadão encaminhando o pedido na secretaria sem que cumpra inicialmente com todos os documentos iniciais. Nós temos aqui uma etapa e quanto aos documentos a procuradoria está dizendo que não foram juntados. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Claudete, uma pergunta. Nós já estamos com 30 minutos da tua fala. Tu tens previsão de mais quanto tempo? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Até terminar, Secretário. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, é isto que eu estou perguntando. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Não sei, quando terminar nós saberemos. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas são 5, 10, 15 minutos? Em respeito ao conselho. Não tem como prever? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Mais 20 minutos. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado! **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** "O procurador adjunto do município não vislumbrando nenhum óbice a assinatura do respectivo termo de compromisso, conforme Nota Técnica 177/2017, salientou que as condicionantes, referente a competência do presidente, bem como matrícula atualizada seriam averiguadas no momento de assinatura do respectivo termo. Em 20 de janeiro de 2018 foi assinado entre as partes termo de compromisso registrado sob nº 66.210, sem que, contudo, tenham sido aportados aos autos a documentação supra mencionada (atos constitutivos e matrícula atualizada). Em continuidade ao processo de fracionamento nos moldes da manifestação conjunta conforme pactuado no termo de

compromisso ficou acertado que o projeto de doação da área seria efetivado em momento posterior, a partir da aprovação do processo geométrico, salientando-se que a partir da nova matrícula da área fracionada deveria ser aberto novo processo no qual deveriam tramitar as etapas subsequentes ao parcelamento, desvinculando-se do presente expediente, mais uma vez em grave ofensa ao disposto no art. 135, § 2º do PDDUA., sendo os autos encaminhado a CTAAPS". Deste pedido de reconsideração de diretrizes, eu não tenho uma decisão formal, nenhum parecer de qual foi o entendimento. Foi reconsiderado o pedido de diretriz? Ela vai precisar apresentar plano de mobilidade, não vi precisar apresentar nada? Não tem uma decisão do processo. A par disto eu dou continuidade, eu mudo de etapa, eu não tenho uma decisão e continuo em um novo pedido, faço novo requerimento, porque são etapas, na verdade, dentro do procedimento único. Então, eu faço um novo pedido, aí é o pedido que nós, ora analisamos, que é um pedido de parcelamento de EVU. Aí eu refiro: "Sem que se tenha sido vislumbrado nos autos a decisão formal, por órgão/pessoa competente, referente ao pedido de reconsideração de diretrizes efetuado pelo PCC verifica-se o prosseguimento o expediente com a tramitação do pedido de EVU de parcelamento. Dentre as primeiras manifestações do respectivo expediente encontramos a Ata de nº 004/2018, datada de 15/11/2018 (data ainda não alcançada)". Nós não estamos em novembro de 2018. Tem alguns documentos que parece que vêm do "ministério do ar", eles entram e saem do "ministério do ar", porque eu não consigo ter um acompanhamento, talvez seja um mal hábito ou um mal costume meu, porque no judiciário toda vez que se junta um documento a gente tem uma referência. E aqui tem uns documentos que entram e saem do processo e a gente não consegue ter um acompanhamento. Então, chama atenção esta ata, na verdade, a 004/2018, com data de novembro, pode ser um erro material, como chamamos no Direito, ou seja, uma data futura, cujo teor revogava todas as disposições anteriores, inclusive, o Termo de Compromisso pactuado. Este termo, Adroaldo, que tu falaste e citaste, ele foi revogado. Esta ata diz que ele foi revogado e não existe mais. Então, este termo que tu falaste no teu parecer não existe mais, ele foi revogado. E a justificativa para a revogação é exatamente: "A par da incerteza e considerado sem ter sido considerada a revogação do Termo de Compromisso foi emitido Parecer 111/2018, pela CAUGE, datado de 18/07/2018 e complementado pelo Parecer 119/2018, datado de 25/07/2018, sendo aprovado o EVU de parcelamento do solo". Então, a CAUGE, sem levar em consideração que este termo de compromisso foi revogado, fez todo um parecer com base em um termo de compromisso que não existe, ele foi revogado. "Termo de Compromisso foi revogado, pois *gritante* a incerteza jurídica face a doação antecipada, referente ao desmembramento, estar sendo realizada sem a definição do regime urbanístico, bem como levado em consideração, na ocasião, que o Clube teria interesse de parcelar outras áreas da matrícula". Que áreas além dessas quatro? Nós vamos recortar, vamos descaracterizar toda esta área de interesse institucional? Vamos fazer por pedacinhos? Eu posso fazer isto? Isto que fiz aqui é só o histórico, na verdade, deste expediente, onde, ora tenho um encaminhamento e determino que tem que ser em uma comissão, ora quando a decisão vem e parece que não foi favorável eu mudo o entendimento e encaminho para outra comissão. Ou seja, eu não tenho certeza nenhuma das formas dos procedimentos. "O desenvolvimento dos expedientes administrativos devem observar o princípio da obediência à forma dos procedimentos. Em primeiro lugar deve ser observada a previsão de ritos e formas simples, suficientes para propiciar um grau de certeza, segurança, respeito e isonomia, ao direito dos sujeitos e ao contraditório e a ampla defesa". Então, eu tenho que saber qual é o rito, como vai funcionar, eu não posso mudar os ritos e procedimentos. "Conforme artigo 2º, parágrafo único, incisos VIII, IX e XII o formalismo dos expedientes administrativos

transparece, também, de forma implícita na Lei Federal n.º 9.784/99, que dispõe: Art. 2º A Administração Pública obedecerá, dentre outros, aos princípios da legalidade, finalidade, motivação, razoabilidade, proporcionalidade, moralidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, interesse público e eficiência. Parágrafo único. Nos processos administrativos serão observados, entre outros, os critérios de: (...) VIII – observância das formalidades essenciais à garantia dos direitos dos administrados; IX – adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados; XII – interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada a aplicação retroativa de nova interpretação; (...) A esse respeito, portanto, para atender ao interesse público, bem como proteger os direitos dos particulares deve ser aplicado o princípio da razoabilidade e da proporcionalidade em relação às formas, construído em respeito aos seus procedimentos e normas. Deste modo devem os expedientes, em especial, observar uma sucessão ordenada de atos dentro de modelos previstos legalmente, composto de um conjunto regulador de atos concatenados que dizem respeito à forma, à sequência, ao lugar e à oportunidade com que se desenvolveram, porque toda dinâmica de processamento deve estar legalmente em consonância para que se tenha efetivamente um processo válido". Se eu não tiver a observância disto não tenho um processo válido. Isto não é só aqui, não é só por ser administrativo, é juridicamente em aqui lugar. E me chama atenção, na verdade: "Transcrito na capa dos expedientes temos o decreto nº 17.254, de 2 de setembro de 2011 que trata das normas gerais para a formação e tramitação dos processos administrativos, mas **e**m que pese referido decreto venha transcrito na capa parece que nenhum efeito exerce, posto as irregularidades constatadas no presente caso havendo flagrante violação aos procedimentos necessários a um expediente transparente, seguro e válido". Isto pode ser usual a vocês e pode ser comum, mas para mim parece muito estranho, porque eu venho do meio jurídico, onde a gente tem uma segurança jurídica, uma formalidade. Eu nunca tinha visto isto na minha vida: "O expediente único encontra-se eivado de páginas recortadas em sua numeração, páginas com numeração a lápis, páginas com diversas numerações chegando a coexistirem 03 (três) numerações em uma mesma página. Observa-se, ainda, a existência de rasuras, como pode ser exemplificado por meio da INFORMAÇÃO 038/2017, alterada/rasurada para PARECER (pag. 224 (?) ou 237 (?)). Presente também, contrariedade ao disposto no art. 11 do referido decreto que dispõe quanto a necessidade de indicação nas manifestações de autoria, cargo/função, órgão e matrícula, data e assinatura. Não se observa, também, de certa forma com o devido encerramento de uma etapa/pedido, para ingresso abertura/pedido de outra etapa, sobrepondo-se em determinados momentos os pedidos (fracionamento/desmembramento/remembramento) de maneira irregular". Tem alguns procedimentos que a gente não sabe quem se responsabilizou. Quem assinou? Quem foi o responsável? Pode ser que seja aquela tramitação do dia a dia, que o pessoal esteja acostumado a fazer, mas, juridicamente, isto tem implicações, isto tem efeitos. "Não se afere ainda, no expediente, sequer a legitimidade/competência do requerente para fins de andamento e formalização do pedido de parcelamento efetuado, eis que ausente apresentação dos atos constitutivos da entidade capaz de infirmar e confirmar a legitimidade do representante do PCC. Não se trata aqui de questionar a idoneidade do postulante, contudo, ao poder público não cabe fazer compromissos, nem abrir expedientes sem a devida observância ao princípio da legalidade e da isonomia. Fato este, aliás, ressaltado em mais de uma oportunidade pela Procuradoria – PGM – UMA. O princípio do formalismo moderado ou do bom senso, como dizem alguns, não há de ser invocado para sanar nulidades ou para escusar o cumprimento da lei". Eu não posso utilizar o bom senso

para aplicar em uma situação divergente que a lei determina. “No caso, os fatos evidenciados fragilizam e comprometem a segurança jurídica do expediente administrativo in tela. Ademais, não poderia o informalismo/bom senso servir de pretexto para a existência de um processo administrativo mal estruturado e pessimamente constituído, em que não se obedece à ordenação, à cronologia ou procedimentos mínimos devidos aplicáveis ao caso. Asseverar contrário, significa deixar imperar o desleixo no processo administrativo que se apresenta faltando folhas, com folhas não numeradas e rubricadas, com a juntada ou desentranhamento de documentos sem o competente termo, com rasuras, declarações apócrifas, com informações oferecidas por agentes incompetentes, ou anotados sem as cautelas devidas. Processo administrativo que assim se apresente, certamente, não assegura o mínimo da certeza jurídica à sua conclusão, nem garante a credibilidade que dele se espera. Em suma, não tem nenhuma valia. A ilustre procuradora do Município Dra. Vanesca Buzellato Prestes, em sua obra Corrupções Urbanísticas. Da ausência de diferenciação entre o Direito e a Política no Brasil, Editora Fórum, 2018, dispõe que em consonância com os Tratados Internacionais de combate à corrupção o setor do urbanismo é apontado como um dos setores vulneráveis e que precisa ser monitorado, em especial, nas contratações urbanísticas que tem amplo espectro de concertação. Enfatizando, ainda, a necessidade de separação entre o lícito/ilícito (sistema do direito) do bom e do mal (sistema da moral), do é prioridade/não é prioridade (sistema político) de modo que as licenças e autorizações do Poder Público precisam seguir procedimentos, cuja observância geram consequências, e se há um regime jurídico que senão observado, gera ilegalidades”. Então, eu tenho três sistemas, um sistema do direito, um sistema da moral e um sistema político, um não pode se sobrepor ao outro, são etapas diversas, são sistemas diferentes e eu devo analisar. Não é porque é prioritário que eu não devo observar a legalidade. “Cumpre ressaltar que anterior ao pedido de EVU de Parcelamento de Solo foi requerido o fracionamento de parte da área, havendo diversas manifestações técnicas que declaram a impossibilidade de tramitação de parte da área na condição de fracionamento por tratar-se de área institucional sem regime definido. Em todo o expediente o que se vê é a tramitação atípica e irregular com pedido e apreciação concomitante de fracionamento e desmembramento, a par de todas as ponderações técnicas apresentadas. A insegurança jurídica que pende sobre o presente expediente, por todo o exposto, é extremamente grave e impede a aprovação desta etapa requerida (EVU), posto que eivada de vícios, ilegalidades e nulidades procedimentais ocorrentes nas etapas anteriores. O termo de compromisso com doação da área, além de inexistente quando da apresentação neste Conselho, bem como de quando da apreciação pela CAUGE, é mais uma demonstração de irregularidade do caráter procedimental do expediente. Consoante, informação colhida nos meios de comunicação referido Termo teria sido assinado somente após emissão do Parecer da CAUGE e da apresentação no CDMUA”. Semana passada, ou no início do mês de outubro, ou seja, foi feita toda uma nossa com base em um termo de compromisso que foi revogado e semana passada foi firmado novo termo de compromisso que não passou por apreciação dos técnicos desta casa. “Essa inversão procedimental impede que o expediente seja apreciado tal como posto. Se o termo de compromisso anterior foi revogado dado a insegurança jurídica existente, pertinente a indagação de o que teria mudado em relação ao presente Termo de Compromisso firmado em início de outubro, cujo teor sequer é conhecido? O expediente não pode ser analisado, unicamente, a partir do prisma de que de que não trará prejuízos à municipalidade, posto que houve uma doação. Os expedientes devem tramitar e ser analisados de acordo como melhor atenderem ao fim público, a teor da Lei 790/2016, art. 2º inciso XII. Portanto, não cabe apenas a consideração quanto a doação de cunho obrigatório prevista em lei, mas a análise de

outras mitigações necessárias e decorrentes do parcelamento do solo requerido em sua integralidade, dado tratar-se de Área de Interesse Institucional". Então, aquilo que nós vimos quando da apresentação – Ah, (Inaudível); a doação, na verdade, decorre de uma imposição da lei, eu não tenho um bom samaritano, eu tenho uma aplicação da lei que diz que tem que doar, só que não basta esta doação, a lei também diz que eu tenho que analisar este parcelamento, considerando que aquele todo lá é uma área de interesse institucional e com isto preciso verificar a questão se é necessário ou não outras mitigações. Eu não falo em contrapartida, porque é uma questão lá dos empreendimentos, mas cadê as outras mitigações? Eu não tenho, porque a forma *sui generis* que tramitou este expediente, ora é fracionamento, ora não é, entendimento vai, entendimento volta. "Paralelamente a este expediente cumpre destacar a existência de dois outros expedientes: SEI -017.0.000001356 para definição do regime urbanístico e SEI 18.0.00007712-0 que dispõe sobre Minuta de Lei Complementar, uma vez que necessário regular a entrega de índices construtivos que poderão ser aplicados em todas as Macrozonas, sobre os quais não se tem conhecimento do seu andamento ou conteúdo. Não obstante, da análise dos autos em que pese o pedido de EVU sobre desmembramento e fracionamento de terreno, com doação de parte da área proporcional a área destacada cumulada com desapropriação com pagamento em TCP não se verifica no expediente qualquer laudo de avaliação da área, cuja avaliação não se trata de mera faculdade, mas decorre, s.m.j, de obrigação legal". Como eu posso desapropriar uma área se não tenho avaliação desta área. Nós estamos dando pedacinhos de cidade. Então, é aquela história – Ah, a prefeitura não tem dinheiro para pagar e desapropriar. Não, ela não tem dinheiro, mas pode dar pedaços de cidade e os empreendedores gostam muito disto, tanto que estão aqui pedindo, né. "Por todo o exposto, sugere-se o indeferimento do pedido, bem como encaminhamento do expediente aos órgãos competentes para apuração e análise das irregularidades apontadas". **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Concluindo, registro o tempo de 45 minutos. Obrigado. Felisberto, qual a tua previsão de tempo de fala? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** São 5 minutos. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Gomes, tu pediste vista também. Vai querer se manifestar? Quanto tempo, mais ou menos? Dois minutos. Então, por favor. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu endosso, integralmente, o parecer da ACESSO, porque ela primeiro analisou, depois eu tive uma vista conjunta, como ela faz parte da RGP. 1, passamos a trabalhar na análise do processo. Chama atenção que não existe o tal do termo de compromisso. Pasmem, semana passada se faz um ato na Prefeitura, no Salão Nobre, para assinar o tal termo de compromisso. Que estranho? Todo o processo aqui tramitou baseado no termo de compromisso, só que o termo de compromisso aqui foi indeferido pela PGM. Foi revogado. Segundo aspecto, aí é questão política. A gente vê, quando se trata de um projeto de comunidade de baixa renda, há uma exigência, há uma fiscalização imensa, quando vem um parecer que atende interesse de determinados grupos é prioridade. E a regularização fundiária neste município? E a habitação que é prioridade há anos? É prioridade realmente? Não está em nenhum dos projetos do decreto a prioridade em habitação de interesse social. Temos irregularidades, as pessoas são cobradas, as pessoas têm o IPTU, mas não tem retorno de regularização da sua área. Então, é interessante como os interessantes se sobrepõem ao interesse da cidade. Este prolongamento era uma exigência do Iguatemi, quando se ampliou o Iguatemi a exigência era que fizesse o prolongamento da Anita e cair na Túlio De Rose. Mas não, o Country não pode perder parte do seu espaço de lazer para favorecer a

cidade! Então, vamos desviar e sai na João Wallig. (Manifestação fora do microfone). Não é a mesma coisa, Adroaldo! Desculpe, mas não é a mesma coisa! O custo da obra para desvio obriga a desapropriação. Chega da cidade ter que pagar para quem ganha com ela. Chega! Começa a ter que dar a as contrapartidas para a cidade, não só o lucro, não só o trabalho, como muito bem enfoca ele, são obras que beneficiem a todos. Esta é a minha visão de cidade, cidade inclusiva e cidade democrática, que permita os desiguais serem iguais e não uma meritocracia se beneficiando dos seus interesses do seu poder econômico. Aí é questão política, viu, Rogério Dal Molin. A questão da moral e da ética não vou entrar em detalhe, porque cada um tem os seus critérios de avaliação do que é moral e o que é ético. O direito tem que obedecer a formalidade e legalidade. Este expediente não obedeceu as formalidades. Pasmem, rasuras sem indicação de páginas! É grave o que aconteceu aqui! Então, a RGP. 1 sugere o indeferimento do expediente por estas razões políticas, éticas e jurídicas. Sugere que seja verificada a responsabilidade de cada um que emitiu seu parecer aqui dentro ou sua opinião. É isto que sugere a RGP. 1. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, a convite do Conselheiro Adroaldo, da região em questão, fizemos uma visita ao local e nos reunimos na Creche Boa Vista. Procuramos traçar algumas diretrizes do que estaria acontecendo em relação do que aqui é tratado como parcelamento. Eu, particularmente, não vi nenhuma irregularidade ou ilegalidade processual do ponto de vista dos trâmites das questões urbanísticas, pelo crivo do Plano Diretor, porque eu venho trabalhando há vários e vários anos aqui na prefeitura, mais de 33 anos militando nesta área. Eu fiquei extremamente chocado com a abordagem advocatícia da colega Claudete, que se tivesse um pouco mais de respeito com as pessoas que têm aqui, que não têm este conhecimento profundo para entender a sua prolixa manifestação, talvez dotado de toda a sua inteligência poderia tornar mais agradável esta contestação. Não estou contestando a sua posição, estou contestando a sua forma arrogante de tratar com os conselheiros que estão aqui sentados. Nós nunca vimos uma manifestação deste tipo... (Manifestação fora do microfone). Nós nunca vimos uma manifestação deste tipo! Eu estou falando! (Manifestação fora do microfone). Estou falando! Estou falando! Depois eu vou-lhe ouvir, Conselheiro Hermes e os demais! Quando eu falo isto estou pedindo para que s pessoas consigam se libertar dos seus, digamos, altos conhecimentos, porque aqui é um conselho leigo. Se eu soubesse desta profundidade traria um advogado como meu assistente para entender esta complexidade dos seus argumentos. Então, fica o meu protesto e eu concordo com o processo pelo EVU do parcelamento de solo. Somente uma reclamação, Secretário, precisava estar aqui hoje a Patrícia, porque ela em 5 minutos desmontaria a maioria dos argumentos aqui apresentados. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu vou acolher a manifestação originária da Claudete e vou retirar de pauta este processo para que os pontos sejam esclarecidos. **EXPEDIENTE 002.216638.00.0 RETIRADO DE PAUTA**. Eu não vou reacender discussão. (Manifestação fora do microfone). Eu também me considerei ofendido da conselheira usar 50 minutos do tempo. Usou e respeito, eu respeito... (Manifestação fora do microfone). Claudete, eu peço a gentileza, vamos avançar. Eu não vou acender discussão aqui. A gente tem uma pauta para se manifestar. (Manifestação fora do microfone). Bom, se não for Questão de Ordem eu vou cassar a palavra. (Manifestação fora do microfone). Só um minuto, gente! Eu estou presidindo e peço respeito! A palavra vai ser dada a quem pediu Questão de Ordem. A pauta deste processo já acabou, este processo não está mais em pauta. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** QUESTÃO DE ORDEM. Bom, realmente primeiro lugar quero dizer que me senti absolutamente

constrangida com a manifestação do Conselheiro Gomes em relação ao parecer da Conselheira Claudete. Isto não é forma de se comportar. Eu acho que ele devi se retratar em relação às palavras que utilizou. Eu não entendo que a fala da Conselheira Claudete tenha tido qualquer tipo de forma desrespeitosa para este conselho. Ao contrário, acho que a complexidade deste processo foi muito bem contextualizado por ela. E a minha Questão de Ordem é no sentido de solicitar ao Senhor Secretário, Presidente do Conselho, que se tome um tempo para se discutir esta questão. Eu acho que deveria ser distribuído aos conselheiros o parecer da Conselheira Claudete, porque traz de maneira contundente várias questões sérias, como o termo de compromisso, que precisa ser examinado com mais tempo e mais tranquilidade para que a gente garanta a seriedade deste conselho. Então, a minha Questão de Ordem é esta, que seja distribuído o parecer da Conselheira Claudete, que a gente tenha tempo de ler e discutir este processo sob este olhar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Já peço a Conselheira Claudete que envie para a Secretaria por email para ser distribuído a todos conselheiros, por gentileza. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu endosso plenamente o parecer da Conselheira Claudete, em primeiro lugar. (Manifestação fora do microfone). Tudo bem, na Questão de Ordem. Eu acho, Presidente do Conselho Maurício, que não tem como prosseguir trabalhando neste conselho da maneira como estão sendo feitas algumas manifestações como a do Gomes. Eu respeitei o longo parecer da Conselheira Claudete porque entendi que ele precisava ser lido neste conselho. reconheci no conteúdo do parecer expedientes únicos que acompanham, na época em que aqui trabalhavam... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A Questão de Ordem, Conselheiro! **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu chego lá. Foram 41 anos aqui e eu conheço a desordem que são estes expedientes únicos. A Questão de Ordem é: distribua-se o parecer da conselheira a todos. Já determinou. A Questão de Ordem é a seguinte: que as manifestações sejam feitas com a cortesia, com a educação, com a ética que este conselho merece. Nós não podemos continuar com expressões, com manifestações do nível da que o Conselheiro Gomes fez. Precisamos corrigir isto aqui dentro, do contrário nós não vamos honrar a longa história deste conselho e a forma como as coisas devem ser tratadas neste nível. Se foram trazidos conceitos técnicos na manifestação da conselheira, eles são essenciais à questão e todos nós que estamos aqui não precisamos trazer um advogado, como disse o Conselheiro Gomes. Nós precisamos ter o mínimo de conhecimento da matéria urbanística e se não tivermos iremos sim consultar funcionários da prefeitura, técnicos no mercado. A Questão de Ordem é a s: vamos distribuir isto e aguardar que todos leiam para uma próxima sessão, aí sim a gente discute. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Isto já foi deferido. Eu peço que se alguém for pedir Questão de Ordem sobre isto, já está superado. Lembrando que todos os processos são públicos, todos conselheiros têm pleno acesso, qualquer cidadão tem pleno acesso, isto jamais era tolhido. Conselheiro Felisberto, Questão de Ordem? Então, por favor, Conselheiro Hermes. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu vou tentar ser o mais rápido possível, mas não posso deixar, isto é uma Questão de Ordem, a questão da ética e comportamento dentro deste conselho. Isto é uma Questão de Ordem. Eu considero que o colega Luiz Gomes fez um assédio moral... (Manifestação fora do microfone). Eu sei! Isto é uma tentativa de inibir. Já foi colocado aqui dentro deste conselho de forma unanime que

cada um traz a sua contribuição, o seu conhecimento. Este conselho é plural, nós não precisamos ter uma linguagem da vila e não precisamos ter uma linguagem do castelo, cada um traz... (Manifestação fora do microfone). Eu vou explicar, Paulo, não precisa te ofender. Cada um traz a sua sabedoria. Eu mesmo disse isto, a representante da ACESSO é uma advogada e traz as questões de direito. Os arquitetos urbanistas trazem as questões da arquitetura urbanística, o pessoal da comunidade trás as questões dos seus representados e, brilhantemente, eu tenho dito isto, nós temos que respeitar. Agora, querer cortar uma palavra, inibir para que outras pessoas usem do seu conhecimento específico para demonstrar uma imoralidade, porque este processo é uma imoralidade! Eu já sabia, já tinha denúncia, está cheio de irregularidades, e é neste tipo de processo... Eu quero que fique gravado. É neste tipo de processo que ocorre todas as corrupções dentro da estrutura pública. É processo não numerado, isto está apontado por uma auditoria do Tribunal de Contas dentro da própria prefeitura, que penalizou, inclusive, várias profissionais. Sempre ocorre desta forma. Primeiro, não numera; segundo, rasuras; aí vai o receituário. Quero também protestar a atitude da representante técnica do interessado, que ficou fazendo carinhas de um desdenho de um parecer brilhante. Deveria ter a dignidade de ouvir pelo menos para levar para o teu patrão. (Manifestação fora do microfone). Para finalizar a minha Questão de Ordem... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Hermes, se o senhor me permitir, sugiro que conclua a sua fala, porque está se exaltando e para defender... **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Não, não estou me exaltado, é a minha forma de falar. Estou tranquilo! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas para defender o seu posicionamento contra o assédio o senhor está assediando. Então, por gentileza, por me importar e gostar do senhor, estou vendo que o senhor está se exaltando... **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Estou fazendo uma observação do fato ocorrido. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor falou em corrupção, falou que alguém tem que prestar contas para patrão aqui. Isto também pode ser interpretado errado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu peço desculpas se alguém entendeu mal, mas o meu encaminhamento é que este processo seja enviado para a PGM para apurar irregularidades. Obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** QUESTÃO DE ORDEM. Boa tarde. Eu queria citar que ficou complicado porque não entendi quando a Conselheira Claudete cita o Secretário. Eu queria saber, porque levanta várias causas e deixa muito complicada a questão do Secretário que está sentado à mesa. Muita coisa cita que o processo está mexido, não sei o que mais. Eu já tinha citado antes de criar uma comissão aqui dentro para ficar claro esse tipo de coisa, ou seja, vai ser retirado de pauta, mas vai para onde? Precisa ter um levantamento de dados dos processos e que uma comissão interna daqui faça a discussão. Digamos, uma comissão tripartite para levantar os dados, porque fica muito difícil levantar suspeita aqui dentro. Fica ruim levantar suspeita sobre a pessoa do representante da mesa, que é o secretário, dizendo que está manipulando os processos aqui dentro, aí o processo é retirado e volta para onde? É para ser passado na marra, então? Então, fica muito sério quando cita que o representante da mesa está manipulando os processos. Aí eu me sinto também complicado aqui dentro, porque eu não vim para ficar aqui sentado fazendo papel de palhaço e com um manual de projetos aqui dentro. Obrigado. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três –**

RGP. 3: QUESTÃO DE ORDEM. Olha só, Colega Hermes, chama atenção a sua colocação com respeito à linguagem de vila. Na sua primeira fala neste conselho já chegou agredindo a todos nós, dizendo que o senhor é mal educado. Está gravado isto. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Questão de Ordem, conselheiro. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Perdão, Presidente! Só que vamos parar com esta hipocrisia aqui dentro! É muito fácil você cobrar alguma coisa e ficar por isto mesmo! E não adianta você gritar, espernear e se exaltar, como o secretário disse, porque aqui ninguém tem medo do senhor, pelo menos eu não. Eu considerei as questões que a Conselheira Claudete levantou, são importantíssimas, especialmente na questão da numeração de páginas do processo, porque isto é uma coisa que eu levantei lá atrás quando assumi a primeira vez aqui no conselho. Então, era só isto. Está ok? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu quero colocar assim, nós do Orçamento Participativo aprendemos uma coisa: respeitar para ser respeitado. Nós lá divergimos, mas não ofendemos ninguém, nós temos isto como norma. Estranha, e mesmo os eruditos que têm no conselho, ou não eruditos que tem, nós aprendemos uns com os outros. Então, ter a humildade de saber levar o conhecimento e não querer ser o douto, a gente tem que prender a ouvir o contraditório, aprender a ouvir aquilo que nós não queremos ouvir. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Qual é a Questão de Ordem? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Calma que eu vou chegar lá! A primeira Questão de Ordem é que os processos, eu já levantei, o Paulo Jorge levantou muito bem, que tenha uma comissão que examine os processos que entram aqui para que a gente possa ter o controle, o conhecimento e a numeração. Este processo não tem numeração! Permite qualquer coisa! Eu não estou dizendo, Paulo Jorge, e não está se questionando a idoneidade do secretário, até porque tem vários secretários que se manifestam aqui, não é só o secretário da SMAMS. Tem a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, tem o pessoal da PGM. Agora, rasurar e ficar por isso mesmo, não aparecer isto no parecer de quem faz o relatório!? Isto é grave! Outra Questão de Ordem. Secretário, que o senhor controle, quando um conselheiro estiver se manifestando contra outro conselheiro que o senhor tome a sua posição como presidente e não permita isto. Este é o papel de quem coordena e quem é o presidente de um conselho. Obrigado! **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** QUESTÃO DE ORDEM. Secretário, é o seguinte, não pode uma manifestação demorar 50 minutos, quase 1 hora. Então, a pessoa que achar que vai demorar 1 hora para fazer alguma contestação, que mande, primeiramente, para todo mundo, para a gente ficar ciente. Não tem como ficarmos 1 hora escutando só um parecer de uma vista. Então, não é possível assim. Em relação ao decoro, eu entendi, mas também não vou entrar no mérito, entendi o que ele falou sobre a arrogância e tal, porque é um tempo demasiado e com muitas ilações na fala, dizendo que teria corrupção, que teriam várias ilicitudes. Então, quer fazer uma acusação jurídica e tal, faça lá nos méis legais. Assim, quando o colega falou sobre a parte urbanística, eu acho assim, o EVU é um ato da política de urbanismo. Eu acho que a colega deve ser uma ótima advogada, mas também precisaria se socorrer das outras pessoas, até do próprio Hermes, quando da parte urbanística, porque a gente sabe que uma área institucional não tem regime urbanístico, é uma área institucional, é uma área que tem igrejas, universidades, Palácio do Governo, lá é uma área institucional, são áreas de referência na cidade. Então, no momento em que vais mexer com uma área institucional, não é como uma área residencial, outra área que tu

tenhas definido que tem que ter doação de praça, escola, essas coisas. Uma área institucional não precisaria doar nada, por isto deu toda esta celeuma que foi para a PGM, para ver se a área institucional tinha que doar ou não, se tem que fracionar ou não. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Qual é a Questão de Ordem? **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** A Questão de Ordem é que não pode demorar tanto tempo assim para fazer uma manifestação. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** QUESTÃO DE ORDEM. Presidente, eu preciso esclarecer algumas coisas, que para mim é uma Questão de Ordem. Eu acho que vista deve ser utilizada no mesmo período para todos. Por exemplo, este pedido de vista foi feito no dia 27/08. Eu encerrei o meu relatório de vista no dia 18/09 e devolvi o processo para a secretaria. O que aconteceu do dia 18/09 para cá eu não sou obrigado a saber. Os colegas que estão ainda em poder do processo deveriam ter a obrigação de atualizar os outros colegas de vista. Eu fico agradecido da Claudete trazer estes dados, mas fico prejudicado. A gente faz um relatório mínimo e de um termo de compromisso inexistente, anulado, mas se foi anulado depois do dia 18/09, acho que o erro está acontecendo internamente, porque aí os colegas estão nos dando, como se diz no linguajar, uma rasteira. Então, que o pedido de vista seja utilizado ao mesmo tempo para todos pedidos de vista. **Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), Gabinete do Prefeito – GP:** QUESTÃO DE ORDEM. Primeiramente, Secretário, gostaria de me somar a sua decisão de suspender a tramitação do processo e recolher para esclarecimentos, em relação ás dúvidas suscitadas pela Conselheira Claudete. Muito embora por ser colega advogado da oitiva do seu relato, recolhi apenas apontamentos formais. Então, não tive muita preocupação com o mérito do processo, porque, afinal de contas, o que cabe a nós é apreciar e aferir a legalidade, obviamente, e apreciar o mérito do projeto, que é uma das prerrogativas do conselho. Eu fiquei satisfeito com a sua decisão, porém, impõem-se algumas Questões de Ordem, a primeira delas, acho que o Colega Felisberto falou muito bem, o Conselheiro Adroaldo referiu com mestria aqui. Registro que a posição que o Gomes externou, para quem convive no meio jurídico, obviamente, ele não teve a intenção de ofender, foi apenas uma colocação de que o excesso de tempo acaba desgastando o conselho, as pessoas também têm seu tempo limitado. Então, foi neste sentido que eu absorvi, não vi nenhuma intenção de ofender ninguém, muito menos na manifestação do Conselheiro Hermes em relação à presença de uma representante da empresa, não sei quem é, mas acho que a intenção foi – Vamos manter o respeito para que sejam respeitados. Eu acho que neste sentido ele também se fez ouvir e muito bom. O que eu acho preocupante, Conselheiro Hermes, se o senhor tem conhecimento de algum ato de corrupção tem que declarar e apontar para que nós fiquemos mais tranquilos em decidir. Então, se tem vamos formalizar e encaminhar para a Polícia Civil, Policia Federal, para quem tem que ser e que sejam responsabilizados, porque eu não estou sabendo e não posso votar uma coisa que um colega conselheiro, uma pessoa que tem minha confiança aqui internamente está dizendo que tem atos de corrupção. Então, eu acho que é uma Questão de Ordem. A segunda Questão de Ordem, a colega suscitou vários pontos de possíveis ilicitudes, informalidades no processo, quebra da formalidade, vamos dizer assim. Eu acharia, até por segurança, é isto que estou sentindo, que para que pudéssemos deliberar teria que vir um relatório da PGM quanto á legalidade deste processo, um parecer final, um parecer final da secretaria aqui, que a Patrícia hoje, infelizmente, não veio e poderia esclarecer a todos nós. Eu fiquei muito confuso, uma hora era parcelamento. Eu não sei qual a diferença, não é a minha área, ficou muito embaralhado isso e eu não sei o que estamos votando. Então, gostaria de ter

uma manifestação da secretaria, um relatório: está em votação um EVU, que é isto, isto e isto, as implicações são tais e tais. Obviamente, com um relatório conclusivo da SMAMS, que é a secretaria titular ancorada aqui, os processos tramitam aqui. Então, que depois desta manifestação seja dado conhecimento à PGM e que a PGM se manifeste conclusivamente, se é lícito ou ilícito o processo, a SMDE da mesma forma e a SMAMS faça a sua manifestação final, que poderia ser um histórico para sabermos o que vamos votar. O conselho, o governo e a sociedade não pode tolerar nenhum tipo de corrupção, não interessa de que lado é, mas eu me somaria nesta função, de solicitarmos um relatório conclusivo. Essas são as Questões de Ordem. **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** QUESTÃO DE ORDEM. Em razão da difamação deste processo, ficou uma situação muito ruim para este conselho, porque a forma que foi relatado atingiu a estrutura que aprovou este processo, toda a estrutura. Eu acho que foi bem colocada a questão do representante do Gabinete do Prefeito de fazer uma análise jurídica e legal deste processo. Nós não podemos mais difamar funcionários, secretarias, departamentos, sem ter provas reis de que é verídico. Não pode ao vento e ao léu levantar suspeitas de alguém sem ter provas de que isto é verídico. Então, eu gostaria que todos os conselheiros tivessem cuidado no que falam para depois não precisarem responder juridicamente perante algum meio legal. Obrigado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O que eu disse e repito, ao contrário, eu venho aqui como representante do Sindicato dos Arquitetos e para defender os funcionários, não só os arquitetos, até porque tenho uma história aqui dentro. Eu disse que estas irregularidades (e isto está gravado) apontadas, formais, como tu bem disseste, muito boa a tua colocação, eu te parabenizo, Caciano... Que estas irregularidades apontadas, a falta de numeração, a rasura, etc., etc. e etc., são as condições ideais para se praticar a corrupção e isto é fato, isto foi arrolado em uma investigação do Ministério Público aqui dentro e tem, inclusive... (Manifestação fora do microfone). Não, é só isto! Foram afastadas. Eu coloquei (Ata de 24/07/2018) que o meu xará, um engenheiro chamado Hermes, até hoje eu pago o pato pelo nome semelhante... (Manifestação fora do microfone). Não, quero deixar bem claro, porque não aceito este tipo de insinuação de que está se acusando alguém para me colocar contra funcionário. Ao contrário, o meu papel aqui dentro sempre foi de defender funcionário. Depois que acontecem as coisas o primeiro a sofrer a difamação é o prefeito, aí até ele explicar que não tem nada a ver com o pato. Obrigado pelas considerações. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Senhores, assim, qualquer repartição pública pode numerar as folhas. Eu peço, Aline, que a secretaria aqui do conselho numere as folhas do processo. Certamente, isto é um erro que não pode se manter, mas é um erro bem comum, porque cada um junta uma página, vai juntando outra e assim vai. Não vou repetir aqui, o Conselheiro Hermes já se retratou, esclareceu a forma, que também me causou bastante preocupação as palavras fortes. Eu acho que estamos em uma fase no Brasil de lutar contra a corrupção, ninguém mais tolera corrupção. Então, que bom que o senhor esclareceu, não me surpreende isto, porque, certamente, o senhor não quis acusar ninguém aqui, mas foram palavras fortes e o senhor já se manifestou. Paulo Jorge, eu quero te dizer, embora tenha ficado comprovado que o relato foi extremamente analítico, o que também não me surpreende dada a dedicação que todos conselheiros têm, mas em nenhum momento se referiu a este secretário que vos fala. Eu acredito que isto poderia ficar melhor esclarecido no relato, porque foi citado, eu contei, aproximadamente 15 vezes, mas não em relação a mim, mesmo que de maneira muito enfática foi repetido várias vezes. Então, é importante que a analiticidade que se coloca

seja feita para todos os lados e não que gere dúvidas como a que o conselheiro levantou dúvidas aqui em relação a este secretário. De qualquer forma, o processo voltará para a pauta com esta manifestação da secretaria competente para aprovação. E aqui quero fazer um registro, que a secretaria está aqui representada, a Conselheira Simone Madeira, que é suplente. Então, até conversamos através da Aline, a Simone não conhece todo o processo, o que fica prejudica qualquer esclarecimento. Não tem problema nenhum, mas vamos pedir a manifestação da PGM e do Desenvolvimento Econômico. O **ITEM 3.03. EXPEDIENTE: 002.330288.00.1. INTERESSADO: Zaffari. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. Protásio Alves, 7472. RELATOR: RGP. 3. ENCAMINHAMENTOS: 1. Apresentação pelo empreendedor em 18/09/2018; 2. Relatado em 18/09/2018; 3. Vista à RGP. 4, ACESSO, CDH e OP, em 18/09/2018. PRAZO RELATO DE VISTA: 03/10/2018. Não cabe pedido de vista**. (Manifestação fora do microfone). O prazo já terminou. Este é um ponto, não vamos mais poder dar vista conjunta, porque a vista não são 15 dias para cada um. Isto é histórico neste conselho, existe uma vista só. (Manifestação fora do microfone). É uma vista só, conselheira. Então, peço que este processo seja devolvido na próxima reunião. Vista é uma só, o regimento não nos permite mais, está dando problema. **EXPEDIENTE 002.330288.00.1 ADIADO. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** QUESTÃO DE ORDEM. Não dá para o senhor aproveitar a oportunidade da questão da vista que não está no regimento, a sugestão é deixar acordado como vai ser o nosso procedimento. O senhor já disse várias vezes, mas nós podemos hoje talvez combinar como vai se dar esta vista, nós vínhamos fazendo a vista, mas não está no regimento, a vista conjunta, onde tentava se marcar um horário. A minha sugestão é definirmos como será esta vista conjunta. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Bem colocado, até porque nós temos próximos processos na pauta que cabem vista. Assim, em princípio o regimento não é muito claro nisto, mas é um pedido de vista. Então, não existe mais de um pedido de vista. Aí se convencionou o pedido de vista conjunta para possibilitar que diferentes conselheiros pudessem analisar. Existe uma convenção do plenário, uma questão de costume de fazer estado único pedido de vista de forma conjunta. Por favor, Emerson. **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Eu peço, acompanhando a solicitação do Adroaldo, que toda vista seja feita no mesmo dia, porque isto atrapalha no período de votação, porque às vezes passam 15 dias e a pessoa não lembra mais do que foi tratado sobre a vista, não tem informações mais precisas, que é diferente quando faz a vista e faz o relato, tudo no mesmo dia quase, mas a vista demora um pouquinho mais. Para a gente ter uma noção do que realmente está sendo votado. Este processo o OP pediu vista também e em um diferente eu fiz a análise deste processo, tirei fotos para não perder tempo, porque é muita informação, e entregue aqui na secretaria para a RGP. 4 levar, que já vem a algum tempo não comparecendo nas reuniões, prejudicando algumas pautas dos nossos processos. Então, isto eu quero que deixe identificado nesta ata, que uma região não pode prejudicar os processos. Hoje, se nós tivéssemos a vista da ACESSO, somente a RGP. 4 não teria apresentado a sua vista, que prejudicaria mais uma vez o processo. Então, temos que ter o cuidado, não somente comentando sobre esta região de planejamento, mas todos que estão aqui, para nós termos uma celeridade nas aprovações. A cidade precisa do nosso apoio e esforço para aprovar o desenvolvimento. Então, nós temos que fazer também um pouquinho de esforço para não ficar com o processo 15 dias. E também agora quero e referir a ACESSO, que ficou com o projeto da Melnick um bom tempo e mais uma vez está prendendo o projeto do Zaffari. Então, seria esta a minha colocação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular),**

Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Primeira coisa, eu acho que prioridade de vista para o conselheiro da região o qual está submetido o fenômeno em análise. Segundo, se há vista de mais de um conselheiro que fique aqui à disposição na sala do conselho para os conselheiros virem analisar. Eu tenho feito isto, a Aline é prova disto, eu venho aqui e olho. E a terceira coisa, está difícil, mas acontece, digamos, o Paulo, o fulano, Kelly, tem três. Como vamos fazer? Vamos vir junto? Ou pega como o Emerson fez, pega segunda e traz sexta-feira pré-feriado, mas combinado. Esta coisa de assumir a nossa responsabilidade sobre tal. Então, enquanto não houver uma decisão sobre isto que o processo não sai daqui, fique aqui. (Manifestação fora do microfone). Tranquilo, tu pegas no final de semana. Claro, é tranquilo, é o que estou falando, é das pessoas se entenderem e o processo ficar durante a semana aqui. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A proposta do Gomes contempla bem. Assim, o regimento é uma vista, eu não acho adequado isto, eu acho que qualquer conselheiro que queira se inteirar tem absolutamente esta garantia, mas o regimento diz isto. No que a gente pode contribuiu? Quando o processo for eletrônico não há problema, o acesso fica aberto e simultâneo. Quando o processo for físico, como o Gomes colocou, mas contribuindo, Conselheira Lívia, com a sua peculiaridade e justificável, o processo sendo físico não vai sair da secretaria, à exceção de sexta meio dia até segunda meio dia, que daí pode sair para contemplar quem não tem horário. Isto tudo combinado com a secretaria. Podemos encaminhar assim e este assunto a gente supera? Temos o consenso? Como estipulamos aqui uma vista conjunta acho que fica superado. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**: Desculpa, eu não quero virar o do contra, mas em um processo desta complexidade, este processo que eu peguei para relatar é um processo muito simples, beleza. Agora, de uma complexidade dessas, vai ter que ir no computador, talvez ir falar com pessoas que estão em outra secretaria, mostrar o processo. É impossível fazer uma análise séria aqui, a não ser que tu sejas funcionário e tenha a disponibilidade de estar aqui. Eu respeito, só quero colocar esta questão. **Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), Gabinete do Prefeito – GP:** Eu acho que a proposição do secretário abarca várias possibilidades, só colocamos esta referência do Conselheiro Hermes, nos casos de extrema complexidade, onde o conselheiro justifica que quer prorrogação, submete ao presidente a prorrogação. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É importante não tratarmos a exceção como regra, senão nunca vamos ter o consenso e eu estou buscando o consenso. Óbvio, eu tenho tido a postura de jamais tolher o acesso a processo. Pelo amor de Deus! **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** QUESTÃO DE ORDEM. Boa noite. Eu fiquei só observado e gostaria de falar há algum tempo. Presidente, nós precisamos organizar, ter um procedimento aqui dentro. Não pode ser admissível que uma pessoa fale 2 minutos e a Conselheira Claudete em um relatório de vista falar 55 minutos. Tem que haver uma dosagem, todos têm que ter direito a voz, é fundamental, todos que quiserem tem que se manifestar, mas nós temos que ter um regramento de tempo e este tempo tem que ser aceito e acatado por todos. Se tu tens 5 minutos para falar, você fala em 5 minutos, depois em outra rodada pede, mas tem que ter este regramento. Está acontecendo que as pessoas pegam a palavra e falam, falam, falam, o outro já grita lá e tudo mais. Tem que haver um regramento. Esta questão de vista, sou deste conselho há um bom tempo, toda vez que dá problema em uma vista conjunta que tinha um prazo regulamentar de 15 dias, chega-se aqui: “Não tive condições de fazer”. Coloca-se, como diz no regimento, que o presidente pode decidir e nós, de praxe, podemos colocar em votação. Em nenhum momento nós recusamos. O colega com pediu prazo,

mais 15 dias, porque não teve condições de fazer, foi votado e nunca foi negado. O problema é que vista conjunta, que realmente não existe, é no prazo de 15 dias. Se todos pedirem vista conjuntamente, eles têm que fazer no prazo de 15 dias. Tem que manter os procedimentos, senão vamos ficar neste bate boca e não vencemos a pauta. Como o Conselheiro Hermes falou, se é um caso muito difícil, chega antes neste conselho: realmente, é muito complexo e nós precisamos de mais tempo para análise. Pronto, mas nós precisamos ter um procedimento, quem quer a palavra tem "x" minutos para falar. Depois se quiser réplica, tréplica, fica à consideração da presidência, mas tem que ter organização, procedimento, senão vai ser isto que vimos hoje, aliás, estamos vendo há várias reuniões. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheiro. Nós ficamos 2h15min em um processo, temos uma pauta a vencer. Avoco a compreensão de todos, façamos um esforço concentrado para avançar. O **ITEM 3.04. EXPEDIENTE: 002.311945.00.0. INTERESSADO: Associação Leopoldina Juvenil. ASSUNTO: Aprovação de EVU. LOCAL: Rua Marques do Herval, 280. RELATOR: SMAMS. ENCAMINHAMENTOS: 1. Relatado em 25/09/2018; 2. Vista à RGP. 1, em 25/09/2018. PRAZO RELATO DE VISTA: 09/10/2018. Não cabe pedido de vista**. (Manifestação fora do microfone). Conselheiro Felisberto, como só o senhor pediu vista, se quiser levar o processo não tem problema. Só para reforçar. **EXPEDIENTE 002.311945.00.0 ADIADO.** O **ITEM 3.05. EXPEDIENTE: 002.050189.17.4. INTERESSADO: Carolina Tavares Lopes. ASSUNTO: Resolução – Alteração do Regime de Atividade de GA 01 (Área predominantemente residencial) para 05 (Mista 02). LOCAL: Av. Oscar Pereira, entre a Av. Eng. Ludolfo Bohel e Rua Casca Alpina. RELATOR: SAERGS. PRAZO PARA RELATÓRIO: 02/10/2018. Cabe pedido de vista**. Vai relatar? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu vou tentar ser rápido, uns 5 minutos. Antes quero pedir desculpas para a arquiteta que está lá ouvindo toda esta reunião do conselho, é que isto realmente faz parte de um processo democrático, porque são várias ideologias, várias grupos, várias representações e a gente tenta se entender. Trata-se, na verdade, de uma solicitação de alteração no grupamento de atividades, de grupamento G1 para agrupamento G5, que é zona mista. Eu vou ler um parecer, que, na verdade, é uma resolução, a gente assina uma resolução. Vou aproveitar e ler. A região é na Oscar Pereira, para quem conhece, é perto do Divina Providência, Motel dos Alpes, o Super Três que é logo em seguida. Isto aqui são algumas fotos que demonstram este trecho da Oscar Pereira, que é uma via arterial, já está alterada. Eu faço uma *meã* culpa, porque quando foi feito o plano, este trecho, o plano de 79, aquela região era quase de rururbana, por isso foi pensado em um grupamento 01, mas só pelo fato de ser a Oscar Pereira não teria sentido ser o grupamento 01, que é prioritariamente residencial, com algumas atividades permitidas. Então, só isto já justificaria. Tem um posto de abastecimento em construção, que eu acredito que esteja parado, porque não conseguiu aprovar, pelo grupamento de atividades. Acredito, não sei. Também tem ao lado do posto os imóveis lindeiros, residências, depois tem ao lado do Motel dos Alpes residências e uma pet, oficinas mecânicas. É tudo neste trecho próximo a 4000, 3990. Então, vou ler para não perder tempo. (Leitura do parecer na íntegra). Não sei se vocês estão se localizando, mas é este trecho, que vai ser estendido o regime de atividades. Eu considero extremamente tranquilo, acho até que e uma falha... Não é falha, na verdade, os planos são feitos, depois de 20, 30 anos tem que ir se adequando, como não tem a capacidade de se adiantar termina que essas adequações são feitas a partir de pedido das comunidades, dos interessados, dos requerentes. Era isto, secretário. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**

Sustentabilidade - SMAMS: Obrigado, ficou bem claro para mim. (Manifestação fora do microfone). Vista a RGP. 05. Alguém mais pede vista? Então, só a RGP. 5. **PEDIDO DE VISTA AO EXPEDIENTE 002.050189.17.4 À RGP. 5.** O **ITEM 3.06. EXPEDIENTE: 002.288613.00.8. INTERESSADO: TB Empreendimentos Imobiliários Ltda. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. Protásio Alves, 10085. RELATOR: SMDE. PRAZO PARA RELATÓRIO: 02/10/2018. Cabe pedido de vista. Simone Machado Madeira (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu fiz uma apresentação, eu me preocupei em imprimir isto a vocês, por causa da dificuldade. Na 4ª folha está a cópia do meu relatório. Vou explicar e depois vou ler a decisão. Este projeto é um EVU, fica na Protásio Alves, 10085. Aqui fica a Antônio de Carvalho, a Bento Gonçalves, o campus da UFRGS, o Morro Santana. Perto do terreno é a Manoel Elias, vai em direção à Viamão, fica neste vazio. É uma etapa de EVU de parcelamento de solo, porque o empreendedor quer fazer um loteamento neste terreno. Ele é caracterizado como projeto especial de 2º grau, em função do art. 61. Isto foi uma questão que me preocupei em colocar em várias observações minhas, de lincar com o respaldo de artigo de lei do Plano Diretor. Então, ele é configurado como Projeto Especial de 2º Grau, em função do art. 61, inciso I e anexo 11.2, que fala sobre o parcelamento de solo, porque o empreendedor tinha a intenção de fazer um loteamento com ocupação em toda esta área aqui, que corresponde a 68% da metragem do terreno, é uma área de APAN – Área de Preservação de Ambiente Natural. Então, esta era a intenção dele e por isso que o processo entrou na CAUGE. Agora vou falar um pouquinho sobre matemática, porque é importante vocês entenderem como ocorreu a doação de área pública. O terreno total tem 359.000m², não vu falar os quebrados para não cansar. A área de APAN tem 245.000², equivalente a 68% do terreno. E a área, efetivamente, que ele poderia adensar corresponde a 113.000m², 31% do terreno. Nestas (slide) manchas verdes são APPs. ela é caracterizada como uma região de significativa importância ambiental. Isto foi uma análise da SMAMS e isso definiu as decisões das secretarias. Aqui é a área que, efetivamente, ele conseguiu lotear. Dentro desta área que ele teria para o loteamento tem uma APP, que corresponde a 5,6% da área. Então, efetivamente, ele está adensando 93.000m², de um terreno de 359.000m² está adensando 93.000m². Agora vou falar sobre a doação de área pública. Uma vez que ele tem um significativo comprometimento do terreno dele com uma APAN que a SMAMS considerou que é uma área de preservação e não de conservação, a área do loteamento de 113.000, subtraindo os 20.000 da APP, sobraram 93.000 para ele adensar. Então, respaldadas no artigo do Plano Diretor, o 138 e o 61 do Plano Diretor, foi flexibilizada a doação de área pública. O anexo 8.1 do Plano Diretor diz que a doção de área pública tem que ser de 20% da área do loteamento. Neste caso ela foi flexibilizada pelo significativo comprometimento da gleba dele com uma APAN, que vai ser completamente preservada. Então, efetivamente, neste projeto ele está doando 11,52% de área pública. Esta questão da preservação desta APAN determinou o conceito e a análise ao longo dos 3 anos deste projeto, que foi protocolado em 2015 e aprovado em julho de 2018. Ao longo de 3 anos foram 12 comparecimentos da CAUGE e o empreendedor apresentou 8 versões. Eu tenho as versões se vocês quiserem. No primeiro momento ele apresentava nesta área de preservação o empreendimento, um empreendimento de condomínio de unidades autônomas, depois apresentou um empreendimento com torres, mas a SMAMS determinou que seria de preservação. O art. 88 do Plano Diretor define que as APANs terão uso e ocupação disciplinados por meio de regime urbanístico próprio, podendo ser classificadas como preservação permanente de conservação ou corredores ecológicos. No caso a SMAMS, considerando todas estas características, que são declividade, habitat de floresta, campo nativo, espécies vegetais a preservar em risco de

extinção, eles determinaram que esta área deveria ser de preservação e não de conservação com ocupação, com a possibilidade de ocupação. Este processo que a Aline me entregou é o processo mãe, porque existem sempre os processos filhotes que tramitam paralelamente. Cada secretaria tem o seu processo, se quiserem consultar pode pegar no processo filhote da SMAMS. A SMAMS entendeu que a área não é compatível com transformações urbanas e não admite zoneamento interno de uso, pois as suas características formam um ecossistema de importância no ambiente natural da cidade. Eu resolvido colocar esta observação, porque tenho percebi alguns questionamentos sobre o EIA RIMA, enfim, eu falei com os técnicos, porque eles solicitam todos os estudos ambientais pertinentes. A exigência de EIA RIMA está descrita nesta lei federal, no decreto e nas resoluções do CONAMA. Então, tem um rol de empreendimentos obrigatórios, que geralmente são empreendimentos de grande impacto, como aeroporto, aterro sanitário, enfim, loteamentos com mais de um milhão de metros quadrados. Então, quando esses empreendimentos não estão listados na lei federal não é solicitado EIA RIMA, porém são solicitados outros estudos pertinentes, o órgão da prefeitura faz a solicitação. Este projeto, no momento em que foi definido que aquela área de APAN era de preservação e não de conservação, com uma proposta de ocupação, no caso pelo empreendedor, isto começou a definir o rumo do projeto. Então, o projeto, especificamente, ateve-se a esta parte, a este setor, que é a pontinha do terreno (slide). Na SMDE analisamos estas questões listadas, entre outras questões, mas as principais foram estas aqui listadas, onde foi flexibilizada a doação de área pública, conforme eu já falei para vocês, permitida por lei, em função do comprometimento da gleba com a APAN, foi feita a flexibilização do padrão das áreas das quadras A e C (slide). A quadra A é maior do que diz no Plano Diretor, que diz que ela deve ter 22.500m², porque ela tem uma APP aqui. Isto o Plano Diretor flexibiliza e no meu relatório vou citar o artigo. A APAN vai fazer parte da quadra C, não vai ficar um lote gravado, vai fazer parte da quadra C do lote 1, que vai lá para atrás. Também alteramos a divisão da subunidade. Não sei se vocês percebem que tem um traçado (slide), que flexibilizamos, tem uma rede de alta tensão, flexibilizamos para ela vir junto à rede de alta tensão. Aqui tem uma diretriz, o perfil viário dela é de 17,50 metros e este aqui é de 15 metros. Está posto também no processo que os lotes vão ter área mínima de 600, na realidade, a área dos lotes está bem maior do que isto. E a atividade residencial que ele pretende implantar aqui é atividade familiar, unifamiliar e multifamiliar, é um residencial. Este é um resumo de todas as questões verificadas na CAUGE e de todas as secretarias. Eu coloquei as principais considerações. A Secretaria Municipal da Cultura disse que esta gleba está inserida em meio a dois sítios arqueológicos e quando a SMAMS emitir licença ambiental que este processo tem que ter a anuência do IPHAN. Eu não vou falar as áreas, não precisa, mas ela é circundada por vias, porque nas etapas o empreendedor queria colocar sempre junto da APP, nos cantinhos, mas uma das questões que a SMAMS sempre verifica e solicita ao empreendedor é que as praças sejam circundadas por vias. Neste caso, como esta área tem muita vegetação em extinção e a preservar. Então, ela ficou justamente sobre esta área, ela tem uma expressiva massa vegetal, onde resultou a praça neste local onde tem mais vegetação. O DMAE não tinha como trazer abastecimento de água para este local. Então, o empreendedor vai ter que fazer uma estação de bombeamento de água aqui, que vai levar aqui para cima, vai ter um reservatório de água. É tudo por conta do requerente. Vai até o ponto mais alto do empreendimento e dali vai distribuir para esta gleba. Está prevista a doação de duas áreas para o DMAE, que é uma estação de bombeamento de água, a execução do reservatório de água. A questão do esgoto também não tem até ali, então, vai se dar todo por fossa séptica coletiva nos lotes privados e vai ter que ser ligado ao sistema de drenagem fluvial, enquanto o DMAE não

fizer, mas vai ser por fosse séptica coletiva o tratamento do esgoto. Este é o lote para educação, este lote tem fácil acesso à avenida, está próximo e tem a metragem quadrada suficiente também. Estes lotes públicos também tiveram várias localizações ao longo das versões e esta aqui é a versão final. O térreo vai ser entregue limpo e cercado. Como vai se dar a questão da drenagem? Dentro de cada lote o empreendedor vai ter que fazer o reservatório de detenção, isto tudo com o acompanhamento do DEP quando ele for aprovar o projeto dentro dos lotes. Para o sistema viário está doando um lote para execução do reservatório de detenção para drenagem do sistema viário no interior desta gleba. A saúde também ganhou um terreno, tem a suficiência necessária de metragem quadrada para execução de uma atividade de saúde, está próximo da avenida, porque em outras versões estava mais afastado. Acho que era isto. Tem algumas questões da EPTC, mas é o que sempre acontece em todos os loteamentos, que são execuções do sistema viário, execução do alargamento da Protásio Alves, tem um alargamento que ele vai ter que executar na via, um acesso protegido, porque é uma questão que a EPTC também colocou. Também vai ter que executar conjuntos de paradas para o transporte coletivo. Agora vou ler meu parecer. (Leitura do parecer na íntegra). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Alguém tem pedido de vista? RGP. 3, 6, O, UFRGS. Ele é um processo físico, já temos o acordo de ficar aqui à disposição de segunda a sexta, a Lívia que fez a reivindicação já fica garantido. A Conselheira Lívia quer se manifestar. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Simone, em primeiro lugar quero dar os parabéns pelo teu parecer, porque é o tipo de parecer que a gente precisa ter, a gente consegue entender o suficiente para fazer perguntas. É claro, preciso e esclarecedor. Eu acho que é este o tipo de parecer que a gente precisa para poder fazer perguntas, que é o papel que nos cabe aqui. Então, parabéns! Eu fiquei com algumas dúvidas ainda, a primeira questão, este EVU tem estudo de solo? Porque a proposta de fossa séptica, temos um problema aí dependendo do tipo de solo que temos. Esta fossa é feita pelo condomínio, pelo empreendedor? Quem vai fazer a manutenção? A questão também que me deixou um pouco questionando, esta área é tão preciosa, com terrenos grandes, mas aí fala de unidades habitacionais multifamiliares. Isso significa edifícios? Eu acho que a gente precisa ver isto, porque se tem um solo rochoso, com uma grande declividade, possa séptica, eu não sei. Outra coisa que achei importante de considerarmos, talvez a nossa aprovação aqui para este projeto precisaria vir acompanhado da anuência do IPHAN por causa desta questão de sitio arqueológico. Preocupa-me grandemente o fato de que há uma intenção de instituir na região a unidade de conservação refúgio da vida silvestre no Morro Santana. Esta quantidade possível de edificações, inclusive, multifamiliares, parece-me que tenderia a provocar um desconforto nesta promoção. Outra coisa, aquela área que tem ali (slide), é uma quadra do loteamento? A APP está dentro da quadra, qual a proteção que tem aqui para a quadra? Olha só, a APAN passa, o que tem de proteção nesta APP? (Manifestação fora do microfone). É APP, queria saber qual o tipo de proteção que tem para isto aqui. Bom, não sei se tu vais responder agora, mas de qualquer jeito eu peço vista. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Nesses casos em que o requerente quer uma expansão da cidade, os custos, o impacto, a estação de bombeamento e a caixa d'água, ele que vi arcar com tudo? (Manifestação fora do microfone). Era só para tirar esta dúvida. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A minha pergunta vai na linha da Lívia, em relação a ser um estudo geológico do solo. Quantos lotes e se vai ter edificação qual a altura das edificações? A declividade do terreno eu não entendi, eu ainda não me localizei

bem onde é o terreno, qual a declividade. E uma coisa que me chamou atenção é a altura dos lotes, 600m, é 20x30? 10x60? Qual é a testada mínima? E se há um estudo de impacto ambiental. Isto não ficou claro para mim. **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Eu tenho acompanhado alguns processos que tem APP, sempre é solicitado pela SMAMS que seja preservado a APP através de condomínios, que seja responsável pela APP. Não sei se é o caso aqui, que vai ser por condomínio, vai se ruma coisa extra do que está sendo apontado muitas vezes pela SMAMS. A questão também de via pública colada na APP, tem algumas situações também que a gente vem acompanhando que não vem sendo aceito pela SMAMS, inclusive, recomendam que as vias públicas não fiquem próximas e nem os equipamentos públicos. Sempre tem a barreira de um condomínio que fique responsável, aí vem a preocupação da Lívia, do cercamento e a proteção desta APP. Se foi acordado desta forma é um avanço, porque todos os processos que venho acompanhando, eles sempre pedem para criar uma barreira entre a APP e a via, que seja de preferência condomínio para a preservação das APPs. Dentro do processo que venho acompanhando também do Zaffari, que não teve como fazer hoje o relato de vista, lá tem uma Resolução nº 037/2017 sobre o Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira, que substitui a 028/2017, que suspende todo e qualquer contrapartida do município para empreendimentos. Então, o que estamos colocando aqui, se vai haver algum investimento do município, vai ser todo do empreendedor, porque este decreto permite isto, não há recurso financeiro para portar dentro de qualquer empreendimento privado. Então, só essas colocações para deixar bem claro. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A questão da APP, Emerson e Lívia, pessoalmente, eu tenho o entendimento há muitos anos que APP para se manter preservada tem que ser privada. O processo de invasão de áreas é muito eficiente em áreas mais periféricas, onde, efetivamente, o que acontecia em um passado não tão distante, qualquer loteador pega uma APP e coloca como paca, doa para o poder público e acha que está fazendo uma grande coisa. Então, quando se coloca APP de fundo de lote, não que seja para ocupação, muito pelo contrário, vai ter uma matrícula, porque é um mito achar que a APP tem que ser pública, APP privada tem mais efetividade, porque se acontecer qualquer coisa ali se cobra do proprietário. Então, por exemplo, se tem um lote de 10x30, este lote pode ser 10x60 e 30 ser a APP, de forma tranquila e não significa murar, porque sempre se trabalha com gradio, inclusive, elevado do chão para animais rasteiros poderem transitar. Então, isto que o Emerson colocou de condomínio, como existe uma característica nas grandes cidades de cada vez mais ter condomínio, por questão de segurança e tudo que isto significa, essas áreas de preservação ficando dentro do condomínio, o condomínio fica obrigado a proteger aquilo ali. A Simone falou em preservação e conservação, o que existe? A unidade de conservação tem um grau de proteção e de intocabilidade mais elevado. Em relação à preservação pode haver várias intervenções na APP, isto o Código Florestal coloca e, inclusive, pequenos ajardinamentos, tem alguns limites, algumas coisas assim, ruas, APP. Enfim, APP não é uma área intocável, assim como a APAN não é, a gente confunde APAN com APP, mas o fato é que para nós é muito importante que as APPs sejam privadas em um condomínio ou loteamento, não que fique de costas, onde aquela ocupação urbana fique de costas, meio que abandonando a área. O Germânia é um exemplo disto, onde foi integrado a preservação integral da APP e realizando a ocupação entrópica através do parque. Aquele foi um projeto de conciliação bem interessante. O que temos que refletir é sobre a questão do esgoto, é feita a estação de bombeamento e todo, mas tem que ver porque não foi feito uma ETI, porque hoje elas são baratas. Então, tem que analisar isto. Nós estamos sem

nenhum arroio limpo na cidade e tudo fruto de contaminação de esgoto. A fossa é uma solução legal e viável, mas o grau de eficiência de tratamento do esgoto é de 50%. Então, temos que ponderar e observar isto, sem mencionar também, ratificando o que disse a Conselheira Lívia, a ausência de manutenção. Inclusive, nós estamos licenciando esses caminhões que sugam e é difícil ter um controle até do destino para isso, é bem complicado. A CORSAN tem em seu plano as fossas em todas as cidades do interior, debates muito sobre isto, porque a fossa pode se ruma solução individual, mas precisamos refletir se nas expansões urbanas uma pequena ETI é uma tecnologia que está bem presente. Vários loteadores já estão apresentando projetos com essas micro-ETIs com este grau de eficiência que passa de 90%. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Simone, li na flexibilização de doação, tu disseste que ficou 11,52 da área da gleba. Que área de gleba é esta? Eu não achei esta conta para entender como que chegaram em 11% e sobre que gleba. E a flexibilização quando se dá, não que sejam 20 sobre alguma coisa, tu defines uma área, isto que eu queria entender, como que é dada esta flexibilização, se mantém 20% sobre determinada área ou esta área deu “x” e tu vais ver quanto por centro que deu sobre a área da gleba? Como vocês definem isto? (Manifestação fora do microfone). Essas áreas para o DEP, para o DMAE, são áreas a mais ou estão dentro da área definida como doação? (Manifestação fora do microfone). Para doação. E as quadras, isto é uma quadra e está outra que vai lá para trás. Também olhei os lotes, existem três lotes nesta quadra... Então, tem quatro a cinco lotes. Realmente, então, por que não uma ETI? **Simone Machado Madeira (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Algumas perguntas eu não vou conseguir responder, mas trago depois a resposta. Em relação à fossa séptica, não sou do DMAE, não sei por que seguiram com esta diretriz, mas vamos levantar isto com eles. Eu acho que não ficou claro, este é um projeto de loteamento, não tem edificação ainda, depois, o loteamento vai ser protocolado da CTAPPS, onde vão determinar lotes que serão hipotecados em nome do município. Por isso que não tem termo de compromisso. E os termos de compromisso são feitos depois que o processo é homologado pelo prefeito. Quantos processos de EVU da CAUGE entram, quando são shoppings e torres, aí sim existem as medidas mitigatórias e compensatórias, aí tem termo de compromisso. Neste caso, como tem garantia hipotecaria, não tem termo de compromisso. Eu coloquei no parecer. Então, neste caso não tem edificações ainda, os lotes são relativamente grandes, o menor tem 2.900m², o maior deve ter 7.000 ou 9.000. Então, não tenho como responder sobre a altura desses edifícios, porque isto vai ser analisado quando o projeto for protocolado. Tem o regime urbanístico, eu não coloquei no processo porque achei que ia ficar muita coisa, mas se quiserem eu posso trazer. O que ele tem que respeitar? Vocês estão vendo esta faixa de 60m? Aqui tem que repeitar os lotes com, no mínimo, 50m² e testada de 15, no interior ele pode fazer até lotes de 150 com testada de 5, se eu não me engano. Porém, ele declarou que não vai fazer lotes menores do que 600m². Ela está desocupada, não tem nada. Aqui está se aprovando um loteamento sem edificação, que vai ser outra etapa. (Manifestação fora do microfone). Eu acredito que não. O que tem ao lado eu não sei, gente! A via próxima à APP, aqui existe uma diretriz que existe uma expressiva massa vegetal a preservar, a SMAMS queria muito que isto fosse preservado. Então, para que esta quadra não ficasse com este tamanho teve que se ponderar a colocação no projeto de uma via para fazer a ligação, delimitar a área da praça. Enfim, a gente não consegue ter o projeto perfeito que tenda todas as questões. Então, a via ficou próxima à APP, mas foram resolvidas muitas outras questões. Eu não sei dos estudos da SMAMS, está no processo filhote, já fora, solicitados, se vocês quiserem podemos trazer. (Manifestação fora do microfone). Mas eu falei que não precisa de EIA

RIMA. O Gabriel trouxe as diretrizes da SMAMS, são três folhas, enfim, tem questões de movimentação de terra, drenagem, terraplanagem e por aí vai. São questões de fauna, flora, enfim, quem quiser está aqui. Os recursos são todos do empreendedor, a execução das bombas, do reservatório superior, ele só não vai executar a creche e o equipamento de saúde, mas doa o lote. Eu acho que era isto. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, os pedidos de vista: **PEDIDO DE VISTA AO EXPEDIENTE: 002.288613.00.8 À UFRGS, RGP. 3, RGP. 6 e OP.** Encerramos a nossa pauta. **4. Comunicações**. Algum informe no período de comunicação? Então, antes de encerrar, o que vocês acham de uma pauta extraordinária para tratarmos o Plano de Mobilidade Urbana? (Manifestação fora do microfone). Pode ser? Ok. O regimento interno tem que ser na ordinária e como pauta única. Mais alguma manifestação? Agradeço profundamente a presença de todos. Muito obrigado. **ITEM 5: Término às 22h30min.**

O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.

_____	_____
Maurício Fernandes	**Aline Brum de Lima**
Presidente	*Secretária Executiva*
	Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia 27/10/2018, com retificações do Sr. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:

Linha 794: inibis por inibir;

Linha 798: umerado por numerado; etsá por está;

Linha 799: dnetro por dentro;

Linha 967: elas por pelas;

Linha 272: custo por custos;

Linha 1273: caída por caixa.

ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2780/2018

Aos vinte três dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito – GRUPO**; Fernanda Garcia (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - **METROPLAN**; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; e Alexandre Cavagni (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Koren (1º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**: e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**.. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Plano de Mobilidade Urbana; 3. Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h30min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Muito boa tarde a todos. Sejam bem-vindos a nossa reunião extraordinária do CMDUA. Hoje nós temos na pauta os trabalhos, os estudos que estão sendo desenvolvidos em relação ao plano de mobilidade urbana. Justificaram ausência três conselheiros, devidamente registrado. Registro a presença do Diretor Técnico da EPTC, o Marcelo Hansen, e a Vânia Abreu, que vai fazer a apresentação. Sejam bem vindas. A Marcela da SMRI está aqui, que participa também, trouxe uma convidada, que é a Anne. A Anne está fazendo uma pesquisa em Porto Alegre, é da Universidade de Copenhagen. Seja bem-vinda! Então, vou passar a palavra de pronto

para a Vânia, a ideia é ser uns 15, 20 minutos, depois abrimos para manifestações. **Vânia Cristina de Abreu, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Boa noite a todos. Eu agradeço a presença de todos. Nós montamos uma apresentação breve para mostrar a situação atual do desenvolvimento do plano de mobilidade. Também gostaríamos de ouvir todos vocês sobre algumas observações, em desafios, até mesmo aspectos positivos da mobilidade em Porto Alegre. O plano de mobilidade passou a ser obrigatório em 2012 com a aprovação da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Então, essa lei estabelecia um prazo, onde os municípios teriam até 2015 para desenvolver os seus planos de mobilidade. Em 2015 Porto Alegre desenvolveu um relatório do plano de mobilidade, que foi apresentado em audiência pública e apresentado na Câmara de Vereadores. Em 2017 ele retornou para o município para atualizações, desde, então, a prefeitura vem trabalhando nesse processo de atualização e revisão desse desenvolvimento. No início de 2018 foi montado um plano de trabalho, que conta com a SMIM, o plano de mobilidade é um projeto estruturante da SMIM, da EPTC, da SMAMS e da SMDE. Todas essas secretarias estão participando de uma comissão técnica, que está elaborando todos os estudos para o plano de mobilidade. O objetivo é ter, além de qualificar o processo de planejamento que já existe na Cidade de Porto Alegre, o planejamento da mobilidade, o objetivo final é ter um documento que reúne um plano de ações de curto, médio e longo prazo para qualificar a mobilidade urbana. Além disso, esse plano de ação também vai virar um projeto de lei para ser aprovado na Câmara de Vereadores. Então, este é o nosso trabalho que está sendo desenvolvido pela comissão técnica. Além disso, desde o final de 2017 Porto Alegre conta com o apoio da ONG WRI, que desenvolveu junto ao Ministério Público das Cidades uma metodologia chamada Sete Passos, que auxilia os municípios na elaboração dos seus planos. De modo geral, os produtos previstos para o plano de mobilidade estão resumidos nesta lâmina. Na primeira linha, que são os documentos de preparação para a elaboração do plano, são três documentos, primeiro foi realizado um levantamento de informações preliminares, que seria tudo o que já existe no município que vai nos auxiliar a elaborar o plano de mobilidade. O segundo documento é a questão do plano de trabalho com o que esta comissão técnica vai desenvolver os trabalhos para chegar no produto final. E o terceiro produtos do grupo dos preliminares é um plano de comunicação e diálogos com a sociedade, porque uma das premissas é ter a participação da sociedade para construir junto esta leitura de como a sociedade compreende, como que ela verifica a questão da mobilidade urbana. Na segunda linha tem os produtos que compõem o plano de mobilidade. É, basicamente, o diagnóstico, que seria o primeiro produto do plano; o prognóstico de cenários futuros, que é pensar como vai ser a mobilidade no futuro; e o terceiro relatório, que é o conjunto de propostas e plano de ação. Finalmente, ali, um plano de ação. Na última linha tem o projeto de lei, que todo este documento vai ser transformada em uma minuta de projeto de lei para regrar, fazer todos os regramentos necessários para a aplicação do plano de mobilidade. O cronograma que está sendo adotado neste projeto conta com um teto, um limite que é estabelecido pela política nacional de mobilidade urbana, que o plano deve estar elaborado até abril de 2019. Então, nós temos ali a meta 2019, que é ter o projeto entregue na Câmara de Vereadores. Neste ano nós concluímos os relatórios preliminares e também estamos elaborando atualmente, estamos na fase de conclusão do diagnóstico. Nós até trouxemos algumas informações preliminares, que já foram levantadas no diagnóstico, que é composto por uma parte de uma leitura técnica, que seriam as informações existentes nos órgãos e nas secretarias, também uma leitura da sociedade, que são informações coletadas nas diversas atividades e uniões que são feitas. Os elementos principais do diagnóstico da mobilidade urbana são formados pelos modais que compõem a mobilidade.

Na primeira linha seriam os modos não motorizados de transporte a pé e o transporte por bicicleta. Na segunda linha tem os modos coletivos que são os itens em verde, o coletivo e o seletivo, porque em Porto Alegre nós temos, além do transporte por ônibus, que é a base do nosso transporte coletivo, nós temos também o transporte seletivo por lotação e temos o transporte seletivo hidroviário. É uma linha que vai do centro até o Barra Shopping. Nós temos também toda a parte do transporte individual, que está dividido entre o individual particular e o individual por taxi e aplicativo. Neste momento a mobilidade precisa considerar essa diferenciação, porque o volume de viagens e deslocamentos que são realizados por transporte por aplicativo vem crescendo a cada ano e já passa a configurar alguma mudança, até mesmo nesta distribuição dos modais. Então, todos esses elementos, que são os principais do diagnóstico da mobilidade, eles também são avaliados em função da interface metropolitana, porque a mobilidade em Porto Alegre não pode ser avaliada de forma isolada em relação à região metropolitana. Outro aspecto relevante é a questão da ocupação do espaço urbano e do próprio Plano Diretor. Então, dentro da equipe da comissão técnica nós temos representante que estão trabalhando no desenvolvimento da atualização do Plano Diretor. E o plano de mobilidade está sendo elaborado com base no Plano Diretor existente. O que a comissão técnica vem apontando são elementos que podem contribuir no momento da revisão do Plano Diretor, porque o Plano Diretor e mobilidade são elementos que estão diretamente relacionados. A questão do transporte a pé é a base de toda mobilidade urbana. Nós temos alguns estudos que demonstram que nos municípios do porte de Porto Alegre, em função da dimensão do volume de pessoas, aproximadamente, 35%, 36% de todos os deslocamentos realizados diariamente são realizados pelo modo a pé. Então, nós temos uma estimativa, aproximadamente 1 milhão de deslocamentos, ou um pouco menos, são realizados pelo modo a pé. Nós temos alguns elementos técnicos que favorecem o deslocamento a pé em algumas regiões da cidade, que seria a própria ocupação urbana, a questão da atividade econômica e tem regiões que favorecem o deslocamento a pé. Também temos alguns elementos que dificultam o deslocamento a pé, que seria a questão das calçadas, a infraestrutura necessária, a questão da segurança, a facilidade de travessias e acessibilidade. Então, todos esses elementos estão sendo levantados para consolidar o diagnóstico desse modal. Em relação ao transporte por bicicleta, esse mapa mostra nas linhas em branco o sistema viário, as linhas em cinza representam a rede cicloviária gravada, que são os 400 km. E as linhas mais grossas representam a rede cicloviária implantada. Então, Porto Alegre conta com 46 km de ciclovia, com 40 pontos de estações Bike POA e 400 bicicletas. Nós temos dados do uso dessas bicicletas compartilhadas e o aumento do uso é visível. Nós vemos nas ruas, mas os números do Bike POA também refletem essa informação, principalmente o uso durante a semana, que são deslocamentos mais curtos dos que ocorrem aos finais de semana. O outro modal é o transporte coletivo e seletivo, nós temos em Porto Alegre nas linhas de transporte coletivo aproximadamente 340 linhas, contando as transversais também. Todos os bairros possuem pelo menos uma linha que leva até o centro e alguns bairros têm o atendimento transversal. Na região metropolitana nós temos uma grande cobertura, principalmente no eixo leste, que é Viamão, e o norte/nordeste, que e Alvorada, Cachoeirinha, Gravataí. No sistema ônibus de Porto Alegre são transportados diariamente 880, 900 mil passageiros/dia pelos diversos modos de pagamento. Dentro desse percentual nós temos uma parcela de isentos, de estudantes. Nós temos o transporte seletivo, que são aproximadamente 75 mil deslocamentos por dia, bem menor que o sistema ônibus, mas que também ajuda nessa composição. E o transporte individual motorizado. Nós temos também o transporte por aplicativo, que fizemos um levantamento junto ao DETRAN, nos últimos anos teve um

aumento de aproximadamente 200% nas pessoas que se dirigiam até o DETRAN para solicitar o registro de atividade comercial na carteira. Então, esta é a nossa realidade hoje na mobilidade, é um fenômeno que tem mudado a forma como as pessoas se deslocam. Outro aspecto importante relatar, que a EPTC vem registrando ao longo dos últimos anos, é uma redução do número de acidentes e de mortes no trânsito. Então, isso por diversos fatores, desde os diversos projetos que a EPTC desenvolve para auxiliar na segurança viária, uma é a questão viária de bicicletas, que ajuda a reduzir a velocidade, também o transporte por aplicativo. Não é um dado, mas é mais um elemento que pode também estar contribuindo, porque a pessoa não precisa dirigir, ela pode usar um aplicativo, pode pagar um preço bem mais baixo, também pode refletir nessa segurança viária. O último elemento, no último mês Porto Alegre teve a questão da área azul, que vai ter o funcionamento de uma nova empresa que vai fazer o gerenciamento de 4.200 vagas de estacionamento da área azul. Esse levantamento que eu trouxe são algumas informações mais técnicas para consolidar o diagnóstico na mobilidade. Para consolidar a leitura da mobilidade foram preparadas outras atividades que envolvem tanto a parte de comunicação, a parte do diálogo com a sociedade e a parte de relacionamento com a sociedade. A parte de comunicação, o plano de mobilidade conta com um site na página da prefeitura, onde constam informações gerais a respeito do projeto. Nesta página serão disponibilizados os produtos que serão desenvolvidos para o plano, que a sociedade vai poder consultar para fazer a leitura e a contribuição. Além disso, temos na etapa dos diálogos com a sociedade, em julho nós tivemos o primeiro seminário, que foi realizado no auditório da UFRGS, agora em novembro está prevista a organização de um segundo seminário. Nós também estamos realizando algumas reuniões com a sociedade, como esta, para levantar alguns grupos mais específicos. Também estamos realizando com a parceria da SMRI algumas oficinas com outros conselhos e com as regiões do Orçamento Participativo. Nós temos pesquisas e consultas públicas, uma delas foi concluída no final de setembro, que foi desenvolvida com o apoio da SMRI, que é a consulta do OP Virtual, onde a população teve a oportunidade de apontar, votar e fazer a seleção de algumas informações que contribuem para a mobilidade urbana. Está prevista a estruturação de um grupo de acompanhamento desse processo de desenvolvimento. Para finalizar, isto aqui é um panorama geral que está sendo adotado para o desenvolvimento do plano. Os itens iniciais são aqueles relatórios, o plano de trabalho e o plano de comunicação, que são documentos que já foram concluídos. Nós temos ali os itens de participação da sociedade, com oficinas, a questão das reuniões, da pesquisa de satisfação, consulta pública. Depois nós temos o diagnóstico final, com a leitura técnica do diagnóstico e mais a leitura da sociedade. E finalizando, tem os diversos passos a serem cumpridos no último item com o projeto de lei da mobilidade urbana em Porto Alegre. Essas eram algumas informações preliminares que a comissão técnica trabalhou. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Agradeço pela apresentação. Vamos fazer uma rodada de manifestações, vamos começar por aqui onde o microfone está mais perto. A cada duas ou três manifestações a Vânia ou o Marcelo, até mesmo a Rovana, podem responder. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Boa noite. Eu queria uma informação, a obrigação disto que eu queria entender, se é para substituir alguma coisa que estão no próprio plano. E se vocês já podem compartilhar algum diagnóstico, por curiosidade, porque eu tenho muita curiosidade em saber qual é a análise. Então, se puder compartilhar conosco algum dos diagnósticos. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa noite, conselheiros. Que Deus abençoe a reunião de hoje. A minha pergunta é sobre o projeto de lei de mobilidade urbana, eu não vi nenhum conselheiro indicado para participar

desta comissão de discussão. No ano passado foi falado pelo Secretário Sabino, mas não vi a indicação de nenhum conselheiro, porque eu acho que o Plano Diretor tem que participar. Segundo, a frota renovada já foi discutida em outro governo, pergunto se a EPTC continua fiscalizando, porque eu vejo vários ônibus da (Inaudível) muito ruim de andar. Várias ônibus da Carris têm ar-condicionado, porque são fiscalizados e cumprem a legislação. Então, a EPTC está fiscalizando esta frota renovada? Tem uns ônibus que são uns cacos velhos, que para idoso é para dar acidente a reveria. Terceiro, no ano passado esteve aqui um pessoal que esteve em Barcelona vendo um modelo de gestão, colocando sobre o horário de transporte. O Prefeito falou que ia colocar nas paradas carregador para celular, mas por que não colocar em Porto Alegre os horários de ônibus, no Centro, Rua da Praia, saída de transporte da Salgado Filho? E por que na Borges de Medeiros não tiram aqueles lotações dali? A situação da população, por exemplo, Salgado Filho no final da tarde, descendo a Borges com transporte ali dentro é um rico para as pessoas de acidente. Tem que tomar cuidado, porque os lotações tomaram conta da rua. Então, eu não vejo ninguém daqui, nosso, dentro dessa discussão. Trazer pronto não dá. Se vocês trouxeram para a gente discutir e colaborar com alguma coisa eu concordo. Agora, se está pronto é colocar goela abaixo. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Primeiro, eu queria saber se discutiram nas comunidades. Não se pergunta para as pessoas que utilizam o transporte coletivo ou que utilizam a cidade, a discussão sobre como elas gostariam que fosse o transporte coletivo, a mobilidade urbana. Normalmente, a gente vê a discussão feita só por técnicos e, normalmente, não são só técnicos. As pessoas conhecem a sua região, sabem qual o melhor trajeto, a melhor alternativa. Então, eu pergunto, eu vi que tem a questão das regiões do Orçamento Participativo, não sei se serão dois a dois ou uma por uma, aí seriam 17. E se houve uma discussão na Temática de circulação, Transporte e Mobilidade Urbana do OP também. A segunda questão, fundamental, é uma pergunta que o meu irmão fez lá no IAB e vou reproduzi-lá aqui, o meu irmão Luiz Antonio, que no primeiro momento eu não concordava muito, mas a partir do momento que ele me colocou comecei a pensar. Hoje são 8 mil vagas de funcionários públicos no centro da cidade. Então, se tirássemos esses veículos e tivesse um transporte coletivo eficiente nós diminuiríamos os engarrafamentos, os problemas. Claro, eu entendo o problema dos funcionários, mas isso é o excesso de automóveis na cidade que poderia ser visibilizado se tivesse melhores condições da frota. O Paulo Jorge já falou dessa nova frota, que muitos ônibus são para lá de sucateados. Outra coisa que eu vejo, por que trocar as cores dos taxis, não entendi muito bem, qual o custo que isso implica para os taxistas, qual a melhoria disso no transporte coletivo? E obrigar os caras a usar uniforme!? Pô, pelo amor de Deus! UBER não tem nenhum controle, os taxistas terão controle total? Então, como fica o UBER? Claro, eu uso muito taxi e conversei com um taxista, ele me disse: “Nós teremos 2 aos para mudar a cor do táxi”. Olha o custo disso! O que isso tem de importância para a Cidade de Porto Alegre? Nenhuma! Eu acho que isso é um ônus para os taxistas que já têm dificuldade. Por último, quando será discutido com a região do Centro, e desde já faço o convite para irem à nossa reunião, dia 29, no IAB, gostaria que fossem explanar isto aos delegados da RGP. 1. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, esta questão dos taxis é da Câmara de Vereadores, o Poder Executivo não tinha interesse em mudar a cor. Eu sou contra, porque o vermelho é uma marca da cidade. Então, eu acho que a gente perde muito com isso. Os argumentos trazidos dizem respeito à economia, porque os taxistas quando comprarem carro branco coloca só a faixa. Esse é o argumento. Esta questão de cor o Prefeito vetou, mas a Câmara de Vereadores derrubou o veto. Eu lamento, acho que

a cidade perde com isso, mas nós temos que respeitar a deliberação do parlamento. O taxista que quiser manter o vermelho ibérico pode ficar na classe, em termos meus, é classe executiva, não sei. É classe executiva que chama? Então, está bem. Vamos para as respostas e depois a segunda rodada. **Vânia Cristina de Abreu, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Eu anotei algumas coisas para responder. Por que é necessário um projeto de lei para o plano de mobilidade? Isto é uma exigência da lei da Política Nacional de Mobilidade Urbana, os municípios devem cumprir. Então, deve ser transformado em lei e ser votado na Câmara de Vereadores. O ministério das Cidades reconhece um estudo da mobilidade como sendo um elemento suficiente para mostrar que os municípios estão trabalhando no processo de planejamento da mobilidade. O meu entendimento é que mais do que uma lei, acho muito bom que os municípios qualifiquem o seu processo de planejamento. A questão do compartilhamento de estudos que estão sendo elaborados e da necessidade de ouvir, incluir o Conselho do Plano Diretor dentro do processo, eu acho que esta reunião aqui pode e deve se ruma primeira apresentação de outras que podem e devem acontecer ao longo do processo. Nós estamos neste momento na etapa de diagnóstico. Eu acho que a partir da consolidação do diagnóstico nós podemos disponibilizar, e este é o objetivo, cada uma das etapas do trabalho, o produto final em uma audiência pública. Então, vai ser disponibilizado para a sociedade. A questão de disponibilização de horários de ônibus, as paradas de lotações no centro da cidade, isso tudo nos ajuda a ter uma visão da leitura da sociedade sobre o processo. Perguntaram sobre a participação na comunidade, quando vai ser na Região Centro e outras regiões, nós estamos consolidando esse calendário, com o apoio da SMRI, que já tem toda esta expertise de fazer as reuniões do OP. A questão da fiscalização da frota de ônibus, a EPTC faz o processo de fiscalização juto às operadoras. É um desafio, a EPTC vem emitindo multas. Todo o transporte coletivo está em uma situação bastante crítica do processo de viabilização do modelo, porque nós temos uma situação de ter uma disponibilidade contínua do transporte. Nós temos ônibus à noite, aos finais de semana. Se pensarmos e analisarmos a curva da oferta do processo coletivo, ou seja, todos os horários que são ofertados para a sociedade e o volume de passageiros, o passageiro do transporte coletivo vem reduzindo a cada ano, mas o horário se mantém bastante estável em todo este período, o que gera um ponto de desequilíbrio para a composição desse custo. (Manifestação fora do microfone). Sim, nós temos dois conselheiros... Temos até mais conselheiros, temos a Rovana, o Gabriel. Eles também podem trazer as informações da evolução dos trabalhos da comissão. (Manifestação fora do microfone). **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Primeiro, Paulo, só um esclarecimento, o pessoal pode ter ido a Barcelona olhar, não é ter o horário do ônibus, o que acontece hoje em um país um pouquinho mais desenvolvido, está na parada do ônibus e dizer que o teu o ônibus passara daqui 1 minuto, 30 segundo. Hoje um veículo ter um GPS é a coisa mais natural, o preço de um GPS é algo banal. A tua parada de ônibus fica conectada com o GPS do ônibus e tu ficas sabendo se o ônibus vai chegar ou não. Isto é nos países que se preocupam com qualidade de transporte. E é uma tecnologia barata, não é tão complicado de fazer. Então, hoje tu estás na parada e sabe que vão passar dois ônibus que tu podes pegar, qual vai chegar antes, o horário. No Rio tem isso, então, não estamos tão atrasados. Vou insistir em uma pergunta, tu deste a resposta, mas porque às vezes é detalhe técnico. Eu acompanho a lei de saneamento, de meio ambiente, que lá diz que tem que ter um plano também, mas não fixa que deve ser sob forma de lei, pode ser sob forma de decreto e sob forma de resolução. Então, esta na lei que tem que ser lei ou a lei diz que deve ter um plano? O ser lei cria uma burocracia às vezes desnecessária. Eu tenho trabalhado no plano municipal de

saneamento, que o ideal é uma participação mais da população com as suas representações nos conselhos municipais e que o plano e saneamento seja uma resolução do Conselho Municipal de Saneamento, de Meio Ambiente, ou seja, conselho municipal que faça o debate daquela questão. Se não precisa ser lei, poderia ser uma alternativa, aí sim, realmente, entro no que o Paulo e o Felisberto estavam falando, como se dá essa articulação entre Plano Diretor e plano de mobilidade de um município? Eu entendo que deveria ser um capítulo do Plano Diretor e não uma lei separada. Eu acho que isso seria pensar, modernamente, o planejamento de uma cidade. Então, criar outra comissão de acompanhamento do plano, que não seja uma comissão deste conselho, eu acho que é criar mais uma coisa para não se conectar com a cidade, para se conectar com algumas pessoas que vão estar lá sentadas e nós aqui discutindo a cidade e a mobilidade sendo discutida em outro local. Então, eu acho que esse casamento seria muito interessante fazer para que se tenha realmente uma cidade pensada na sua integralidade. A referência é o Ministério das Cidades, mas não temos uma secretaria das cidades nos municípios. A experiência é ao contrário, as secretarias de gestão do município deveriam nascer nas cidades, no estado e depois criar o município, mas teve a inversão, primeiro se criou o ministério. Então, essa articulação eu acho que deve ser mais íntima. Não dá para colocar habitação em um local e transporte em outro. Tu transportas quem? As pessoas que moram em algum lugar. Então, fica uma secretaria fazendo política de habitação, outra fazendo política de transporte e outra tentando planejar a cidades sem se conversarem, por mais que tenha o corpo técnico. Então, não há esta articulação. Eu bateria a favor da ideia do Felisberto de fazer essas discussões nas regiões. A ABES tem assento em duas RGPs., seria muito interessante se a discussão fosse para elas, porque algumas não estão se reunindo e seria pauta para voltarem a se reunir. Eu peço desculpas, cheguei atrasado, mas tu estavas falando do UBER, vocês dever ter a estatística de acidentes com motoristas do Sistema UBER. O UBER hoje tem duas conotações, um determinado setor da sociedade fala como a modernização da economia pela uberlização e outro setor diz que a pauperização da economia vem pela uberlização. A minha sensação é que o cara do UBER é um cara tremendamente explorado pelos valores que se paga, por toda relação de trabalho que tem. Pode ser que os números provam ao contrário, mas para mim o número de acidentes com UBER deveria aumentar em relação a outras categorias, como os taxistas, porque uma coisa é tu dirigires tendo alguma garantia e outra coisa é não ter garantia nenhuma, teu estado de estresse deve ser bem maior. Obrigado! **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Eu vu tocar mais na questão do transporte coletivo mesmo, principalmente na reorganização dos terminais de ônibus do centro, que é um grande problema que nós temos, que abrange centenas d elinhas não só de Porto Alegre, mas da grande região metropolitana. Em relação à reorganização, o plano prevê uma reorganização desses terminais, inclusive, de criação de uma rodoviária que vá atender a região metropolitana, algo parecido? Em relação ao fundo que atende que atende as ciclovias, o Orçamento Participativo previu 5 milhões para atender o plano cicloviário, está gravado no orçamento, dentro de um levantamentos de 274 milhões, 5 milhões seria para o plano cicloviário. Desses recursos, quais os investimentos que já foram atendidos dentro do plano cicloviário até os dias de hoje, desde que surgiu? Como vai se trabalhar junto ao plano a qualidade das nossas vias? Porto Alegre hoje está totalmente esburacada, tudo que é lugar tem um buraco. Então, como que o plano vai atender a melhoria da qualidade da pavimentação? Porque é um acúmulo de carros, de ônibus e a pavimentação vai se desgastando, né. O Projeto dos Portais que existia de não trazer todas as linhas de ônibus para o centro da cidade, como está sendo trabalhado para

ter mais acessibilidade? Em relação ao metrô, Porto Alegre ainda pensa em trazer o metro, para que um dia o metrô saia do papel? O transporte fluvial, que seria uma alternativa para a zona sul, como está sendo pensado, porque vai até o shopping, não poderia ser estendido para outros pontos da zona sul? Para finalizar, atendendo os passos que esta empresa que está trabalhando junto trouxe, qual o diagnóstico que a EPTC tem hoje, real, para a Cidade de Porto Alegre em relação aos 7 passos? Seria isto. Obrigado. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Eu moro na Érico Veríssimo, ali passam 15 ônibus, até um ano atrás tu ficavas 5 minutos na parada e vinha ônibus, agora ficamos de 15 a 20 minutos esperando. E quem fiscaliza a fiscalização? Eu lembro que no trajeto até o Centro tinha fiscais, agora não se vê um fiscal das linhas de ônibus. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite a todos. Eu gostaria de ir na linha que o Conselheiro Emerson foi. Como Porto Alegre não é estanque, eu não ouvi a respeito do modal ferroviário, que vem da região metropolitana, o aeromóvel, outros modais. E a questão do aquaviário, realmente, é inicial, acho muito importante. Sigo também na questão dos modais, nos governos passados havia uma ideia de criação dos modais para que esses transportes coletivos não chegassem tanto dentro do centro da cidade. Nós temos o nosso monitoramento de ar, tem dias que o centro é irrespirável, dependendo da questão climática. Tu tens uma inversão do monóxido de carbono e tem dias que não tem como respirar. Então, o que está sendo feito neste sentido de trazer outros modais? Tu falaste do hidroviário, mas ele é interessante para a zona sul, seria importante lembrar outro modal necessário. Obrigado. **Vânia Cristina de Abreu, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** A questão da necessidade de ser lei ou decreto, este aspecto da regulamentação, da parte legal do plano de mobilidade vai ser discutido em tem momento, até com a assessoria jurídica da PGM. Realmente, não obriga que tenha ser lei, tem outros municípios que não utilizam uma lei para o seu plano de mobilidade. Por exemplo, o cicloviário é uma lei complementar no Plano Diretor, são características que Porto Alegre tem e não precisaríamos do apoio da PGM para definir qual a melhor estratégia para Porto Alegre em relação ao seu plano de mobilidade. Em relação à estatística de acidente, nós temos o cadastro de acidente, mas não vai entrar nesta informação se é um transporte por aplicativo ou um veículo comum sendo utilizado, porque não tem este detalhamento. O que nós sabemos é que nos últimos anos o total de acidentes reduziu, o número de mortes passou de 170 mortes/ano e no ano passado foram 90 mortes/ano. É um cadastro geral, mas talvez nesse processo seja uma informação a acrescentar. Eu anoto e agradeço a informação. Em relação aos outros itens do transporte coletivo, do plano de pavimentação, o Projeto Portais, como isto vai ser incorporado no plano de mobilidade? O plano de mobilidade tem o objetivo de ter um instrumento com um conjunto de ações de curto, médio e longo prazo, que vão qualificar a mobilidade. O plano de mobilidade em si não vai trazer necessariamente mais recursos, ele pode ser uma ferramenta para gerenciar melhor esses recursos, para auxiliar e qualidade ficar o processo de planejamento. A SMIM já faz um planejamento de qualidade da pavimentação das vias, para melhorar este planejamento das ações. E a questão do transporte coletivo, da regularização dos terminais no centro, o plano também faz essa avaliação geral e estão previstas para uma avaliação mais ampla, que seria a reorganização da rede de transporte alguma consultoria, um apoio externo. Então, Porto Alegre conta com um recurso da CAF para fazer estudos de mobilidade no centro Histórico. Esses recursos podem e devem ser utilizados para qualificar projetos específicos. O plano de mobilidade está sendo realizado com os recursos do município, são técnicos do município, mas é uma oportunidade de compreender os problemas da mobilidade, que fica mais fácil para utilizar os recursos para

contratar os projetos específicos. Foram citados outros modais, mas foi no objetivo de tentar tornar a apresentação bem enxuta, nós não colocamos o capítulo da interfase metropolitana, porque o transporte hidroviário, que atende do Centro ao Barra, mas é uma linha metropolitana que também faz esse atendimento urbano. O metrô também está neste capítulo da interface metropolitana. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Boa noite. Eu começaria perguntando se todos receberam o questionário, eu soube que alguns não receberam. E me parece que se a estratégia estabelecida pela comissão, a partir de uma proposição da Secretaria Municipal de Relações Institucionais é levar os conselhos, parece interessante do ponto de vista de arrecadar propostas, sugestões do ponto de vista de outras políticas que são afetadas, bem ou mal, pela questão da mobilidade, saúde, educação, cultura, tudo isso para as pessoas acessarem precisa da mobilidade. Parece que deve haver abordagens distintas em relação a conselhos que são muito mais afins e que têm competência muito maior para tal, coordenação o CMDUA e como o COMTU. Aí perguntas tão amplas, como as colocadas no questionário, parecem incipientes para instâncias como esta do nosso conselho. Ainda sim nossas respostas serão encaminhadas, estão aqui, não vou ler porque já estão por escrito. Qual o caráter deste momento, a apresentação ao CMDU, ou seja, estamos no uso das atribuições deste conselho de deliberar sobre metodologias, sobre propostas de como deve ser daqui para frente este processo ou é uma simples consulta? Se o processo é de deliberação eu me coaduno às propostas dos colegas de serem utilizados os fóruns regionais, mas também audiências públicas regionais para a parte de diagnóstico. Quer dizer, são os usuários do transporte público, são os usuários da cidade que vão nos dar as respostas. Cabe utilizar um software, mas ainda ver que perguntas fazer é fundamental quando se usa formas indiretas de participação. É fundamental que se utilize os princípios e as diretrizes previstas na estratégia de mobilidade prevista no Plano Diretor, como princípios e diretrizes fundamentais do plano de mobilidade. Já está ali estabelecido dentro de um processo que já vem andando. Dessa forma se agrega a questão do planejamento mais amplo para este (Inaudível) setorial. Mais ainda, pergunto: como vai ser tratadas as questões das perimetrais, das centralidades? Porto Alegre é uma cidade que se tornou cara e a mobilidade de Porto Alegre se tornou cara em Porto Alegre também. E não só por uma questão do custo da passagem. Ela se tornou cara pela forma da sua estruturação urbana, ela se tornou cara por uma cidade que não respeitou seu Plano Diretor como diretriz, uma cidade que era para ser concentrada se tornou uma cidade espalhada, com vazios urbanos que nunca se viu. Por outro lado, um superadensamento de áreas que não poderiam ser superadensadas levaram a um (Inaudível) que não se resolve. E a solução de aplicativos, onde já está há mais tempo em outros lugares, está mostrando impactos negativos no tráfego. Então, é uma falta solução, porque jamais vai tapar a lacuna do transporte coletivo. Algumas políticas que foram implementadas nos últimos tempos, como a restrição da segunda passagem, impedem uma política que há muito tempo se coloca, que é a questão dos centros de transferência e de se retirar o transporte coletivo do centro. Como vamos reduzir o transporte e trabalhar com essa questão de indireta, o cara poder usar dois ou três...? Eu fui a Curitiba e o cara me disse que eu teria que pegar 5 ônibus. Bom, eu me arrepiei! A minha referência é Porto Alegre, mas cheguei lá e peguei 5 ônibus em um tempo que aqui talvez eu não pegasse um e só paguei uma passagem. Então, temos que pensar nisso e pensar em políticas implementadas, decisões que estão sendo tomadas estão impactando nisso. A questão da gestão anterior ter feito o edital anteriormente a um plano da licitação é terrível. Ainda mais que não previa que poderia haver alterações em função do planejamento. Quer dizer, agora se fizermos um planejamento e dissermos: “Vamos usar a Terceira Perimetral

porque está lá ociosa”... E não é por falta de necessidade, é por falta de incentivo, falta de se utilizar ela. Nós temos perimetrais, não somos uma cidade circular como é Curitiba, a estrutura é outra, mas nós estamos neste círculo e nunca nos aproveitamos dele. E qualquer plano precisa prever de onde virão os seus recursos para a implementação. Nós aqui temos tratado de contrapartidas, que a grandessíssima parte dela só abre mais um furo do cinto, só cria mais via. Quando vamos colocar os recursos dessas contrapartidas e do solo criado para o transporte coletivo? Está aqui a solução. Agora, nós não podemos extinguir o Fundourb, nós temos que fazer do Fundo de Desenvolvimento Urbano um fundo para todos os planos setoriais e alimentá-lo corretamente, não desviar, não no sentido do ilícito, mas não utilizá-lo para outras funções. E aí nós precisamos de uma matriz das contrapartidas no setor na mobilidade urbana. Nós aqui vamos no caso a caso, que pode levar a diversos problemas de diversas ordens. Nós não podemos, nós temos que evitar problemas. A questão do Centro Histórico, fico contente, eu não sabia deste recurso do CAF. Eu acho que é uma necessidade levar para a RGP. 1 este debate, porque nós precisamos retirar esta quantidade de carro que está no Centro, mas precisa de uma mudança de cultura de toda a população, inclusive, do empreendedor que qualquer debate que se propõe aqui de retirar carro da frente do comércio os caras não compreender, é um pensamento raso, de quem não conhece as políticas e as propostas. A gente pode e deve utilizar modais mais leves, os próprios lotações. Nós não precisamos reinventar a roda, como este modal de integração que vai levar as pessoas para o centro. Agora, nós não podemos fazer centro de (Inaudível), como era a proposta dos Portais, que a maioria tirava espaços públicos de lazer para transformar em centros de transferência com muitos ônibus. Nós não podemos fazer isso. A nossa cidade carece de lazer assim como carece de mobilidade, não dá para destapar os pés para tapar o pescoço. Então, para esta etapa de diagnóstico fica a proposta de que em cada uma das etapas se façam audiências públicas regionais. A questão de ter a estratégia de mobilidade urbana como fundamental e que a gente pense a estruturação urbana em conjunto com a mobilidade. E a matriz de contrapartidas é um dos pontos centrais. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Boa noite. Eu gostei muito da apresentação, embora eu esteja envolvida com este trabalho, porque eu trabalho com planejamento urbano na universidade, eu não tinha noção de algumas informações, tipo, este crescimento da frota de 58% neste período, o número de passageiros/dia, que é extremamente complicado para uma cidade com a conformação de Porto Alegre, com este centro excêntrico. Eu tenho algumas perguntas que se referem à questão dos objetivos do plano. Por que a gente sai fazendo um plano? Tudo bem, o plano federal determina que cidades a partir de 20 mil habitantes têm que ter um plano, etc. e etc., e se tiver o plano pode requerer determinados tipos de financiamentos para investir e tal. Tudo bem, isto é dado. O que este plano que nós temos que criar objetiva? Quais são os objetivos do plano? Então, a gente precisa partir de determinados objetivos devem estar vinculados ao Plano Diretor, por óbvio. Então, quais são os objetivos do plano que está se desenvolvendo e queria saber algumas questões sobre: se a prefeitura já requereu o financiamento federal pelo Programa Avança Cidades, se requereu qual a quantidade? Se não requereu por que não? Eu gostaria de saber em relação à sustentabilidade, em relação à frota, se pensa ou já pensou, se não pensou por que não sobre que tipo de veículo se pensa que Porto Alegre deveria requerer, enfim, em relação à sustentabilidade, ao combustível, que tipo, eu acho isso bem importante. Isso vai influenciar em questões ao preço da passagem a longo prazo, assim como vai ter outras determinações em outras questões, como a poluição do ar, o silêncio, enfim. Eu acho que essas questões amplas precisariam ser trazidas para a gente conseguir entender melhor os objetivos do plano, porque, certamente, não é apenas

de cumprir a determinação do Governo Federal e ter um plano para poder recuperar financiamento. Então, eu acho que essas questões poderiam ser trazidas e me parece que são significativas. **Vânia Cristina de Abreu, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** As questões que foram entregues aos conselheiros para fazer um levantamento, nós tivemos alguns retornos dos questionários, de outros conselhos que já fizemos a apresentação e o objetivo era fazer um levantamento bastante preliminar dessa percepção dos principais elementos, dos desafios e até das expectativas em relação à mobilidade. Eu acho que devemos fazer outras intervenções, mas é uma questão que pode ser simples, mas é muito importante para esta fase de levantamentos sobre os principais fatores que interferem na mobilidade. A questão da necessidade de incluir nos fóruns a questão do diagnóstico, nós estamos com o apoio da WRI montando uma estratégia de como será esta dinâmica nos próximos fóruns, que são as regiões do Orçamento Participativo. A ideia é levar alguma informação do diagnóstico, mas também já usar este momento para fazer uma avaliação do plano de ação, qual a priorização que a população estabelece em relação às ações que devem ser adotada sempre qualificar a mobilidade. Uma observação que deve ser feita é que no Plano Diretor de Porto Alegre de 99 já conta uma estratégia de mobilidade urbana, estabelece algumas diretrizes de transporte. Eu acho que este é o objetivo, buscar um caminho de sustentabilidade e para isso precisa encontrar uma solução para a questão do transporte coletivo, que é o estruturador na cidade. Porto Alegre está inserido dentro do contexto do Brasil, o Governo Federal estava planejando uma meta de combustível, de não utilizar mais veículos a combustão em 2060, outros países falam em 2020... (Falas concomitantes). É... Porto Alegre está inserido dentro desse contexto, outros países com metas audaciosas para 2020, 2025, de não comercializar carros a combustão, em um plano de mobilidade em um país como este vai estar inserido dentro dessa realidade. É para a gente ter uma noção. Então, os desafios são grandes. **Rovana Reale (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Eu posso responder também. Rafael, a questão do espalhamento urbano é uma questão que nos preocupa muito, é muito discutido nas nossas reuniões. O problema é que o transporte vai atrás da demanda, no momento que a demanda está lá a EPTC tem atender esta população. Tudo isso aumenta a rodagem, a tarifa, a criação de novas linhas. O Plano Diretor não incentiva a ocupação de determinadas áreas, só que isso é transformado em AEIS, todo mundo sabe, vai para a Câmara e vai sendo ocupado onde não é para ocupar. A questão das contrapartidas, é por isso que a gente quer elaborar esse plano com a melhor qualidade possível e com a participação de vocês, porque as contrapartidas nada mais são do que precisa fazer em torno do que é a mobilidade que a população espera. Então, esse plano vai nos ajudar a direcionar o investimento, que por vezes pode parecer meio perdido, porque não temos o disciplinamento para isso. E não é somente o questionário, como eu já comentei antes, foi feita uma oficina, a primeira era para o conselho, mas por questão de dia e horário dificultou muito, enfim, só a IAB estava lá, não houve participação. Este era o momento para uma conversa mais ampla para a contribuição do diagnóstico, para ideias que serão contempladas no plano de ação. O que estamos fazendo é tentar chegar até vocês de outras formas. **Vânia Cristina de Abreu, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Teve uma pergunta sobre as verbas do Programa Avançar, o Município de Porto Alegre solicitou verbas para a realização de uma pesquisa de origem e destino, que é um instrumento que nos ajudaria a compreender um pouco mais a mobilidade urbana. A última pesquisa é de 2003, então, é necessário fazer uma nova pesquisa. O recurso necessário para um processo de planejamento tradicional para fazer um modelo e simulação de deslocamento na cidade, é um investimento alto, são 4 milhões,

para esta pesquisa de origem e destino, que é o elemento básico para o levantamento. Em função do alto custo ainda não conseguimos. Existem alternativas, Recife já utiliza, mas é tudo muito novo. Então, ficamos um longo período sem saber como se comporta a cidade. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu não sei, alguns conselheiros não receberam o convite, não quero dizer que não tenham sido convidados, não sei qual foi a forma, mas esta omissão foi por falta de comunicação, mas tudo bem. Bom, eu iniciando parabenizando pelo fato de tu seres funcionária do quadro, eu sou ex-funcionário da prefeitura e não tenho nenhum preconceito quanto ao cargo em comissão, não tenho mesmo, mas eu acho que um trabalho dessa magnitude tem que ser coordenado, tem que estar no seio, porque o cargo em comissão, como está dizendo, ele é passageiro e atende a um momento específico. O funcionário tem suas ideologias, mas vai ter que responder pelo resto da vida pelo o que fez de bem e o que fez de ruim. Nesses trabalhos um CC pode coordenar, atende interesse que às vezes não são os interesses da coletividade e desaparece, ninguém sabe. Boa ideia do governo, não só no sentido de valorizar, mas do comprometimento. Vou mas focar no principal que eu acho importante, porque é ruim ficar para falar por último porque acaba se repetindo. Nós, na verdade, somos conselheiros do Plano Diretor, a nossa tarefa é fazer um aconselhamento nesse sentido, foi uma apresentação da metodologia, muito complexa, que não temos condições de pegar essas metodologias, muito embora elas se repitam. Foi bem colocado e bem exposto, mas o que me preocupa é a filosofia do plano de mobilidade. E eu não estou falando da metodologia política. Eu trabalhei a vida inteira no planejamento e todo mundo, todo Brasil, com quem eu falo dessa área, não existe solução para a mobilidade nas cidades como Porto Alegre e a maioria das cidades do mundo se não houver uma radicalização no sentido de incentivar o transporte coletivo. Eu vejo, não por culpa deste governo, mas a gente termina incentivando, por mais que se queira o transporte individual. A gente faz asfaltamento por pressão da classe que anda de carro, sei lá. Eu acho que este é o nosso grande erro. Todas essas tentativas de tentar de certa fora achar alternativas acabam nessa falta de privilegiamento do transporte coletivo. Se tivesse o que foi dito, lá na parada ter que vai passar um ônibus dali 5 minutos, com um ônibus com qualidade, o que para mim é o cerne da questão. Não quero ser pessimista, mas o resto tudo a gente vai fazendo. Outra questão é este descasamento dos planos específicos, tem o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, o Plano Diretor de Acessibilidade, o Plano de Resíduos Sólidos. É um descasamento, embora tu deixasses bem claro que tem colegas de outras secretarias, mas este casamento não formal, um casamento real. Por exemplo, tem umas situações que passaram nesse plano, quando se discutiu um processo da Phorbis, que é um mega investimento lá próximo ao aeroporto, alguns conselheiros foram extremamente críticos, porque no nosso Plano Diretor tem diretrizes e aquela região não está nas diretrizes, aquilo lá não era para ser ocupado agora, talvez há uns 50 anos. Está previsto com 40 mil pessoas em um investimento que já tem toda a questão do acesso da cidade, que é a saída da cidade, nós vamos misturar com uma comunidade afastadas das áreas mais densas, que vai gerar serviço, necessidade de mobilidade. Se for população de classe alta é pior ainda, porque todo mundo vai andar de automóvel. Entende? Isto aqui é visto pela maioria dos conselheiros como uma coisa ótima para a cidade, a cidade está se desenvolvendo. Não é crítica, eu sou sindicalista, eu defendo os funcionários da prefeitura e os colegas, mas os próprios funcionários que são representantes são favoráveis porque é a lei de mercado, vai trazer emprego, vai trazer dinheiro. E a outra questão que eu quero trazer também é um exemplo, é em relação a um projeto que está tramitando também, é do Country Club, que eles têm uma operação que o plano foi pensado, a reserva de índice, que é exatamente isso. A região que esgotou o

índice, se eles não querem aplicar que não apliquem, o problema é deles, a cidade é assim. Se eu comprar um terreno em uma área que tem um canal embaixo e é uma área não construída, o problema é meu, eu comprei este terreno e não vou poder construir. Se eu comprar um terreno em uma reserva, que metade da área é de reserva, APP, seja o que for, é uma reserva. Se eu comprar um topo de morro é um topo de morro, vou lá ver os pássaros, mas não é para construir. Em todo o mundo é assim, mas aqui a gente sempre dá um jeitinho. Quer dizer, tem uma situação que vai ser por uma negociação, que parece importante para a prefeitura, mas vai se dar um jeito de pegar esse índice que era para estar esgotado na região e vai transferir para outra região que vai densificar. Não estou criticando ninguém, quero dizer que a gente não consegue entender que o Plano Diretor tem um motivo, as coisas têm um motivo. Então, a gente trabalha como o mercado, vamos construir bastante porque vai trazer emprego, só que se não deixar construir vai construir em outro lugar. Eu lembro quando tivemos uma briga, era o Clube do Cinema, que no fim foi o Guion, era um terreno na Auxiliadora, que é uma rua estreita que termina na Vinte Quatro, lá em cima, queriam fazer um cinema, fomos contra, brigamos e brigamos, não tinha viabilidade, acessibilidade principalmente. Assim, eles nos esculacharam, porque éramos contra a cultura, éramos contra isso e aquilo. Aí surgiu no meio da dificuldade a possibilidade de fazer o Cine Guion ali no Olaria. Os caras vieram nos agradecer aqui por não termos deixado, porque lá investir e não ia dar. Então, às vezes dizer “não” é melhor do que a gente ser bonzinho e querer atender de qualquer forma. Isso é planejamento, mas a gente não consegue aplicar. Só uma dúvida, como é o contrato de parceria com a WRI? Eu até conheço, eu me dou bem com a Lívia da WRI, eles são uma ONG, né, mas é uma coisa meio obscura. Isto é mais a título de curiosidade. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu começo parabenizando o conselho por trazer este ponto para a nossa pauta, em particular para a Engenheira Vânia que nos trouxe os elementos qualificados sobre a cidade, sobre a mobilidade urbana, porque este conselho precisa de informações para operar, para pensar, para elaborar. Eu começo dizendo que este plano, a discussão que nós fizemos entre os colegas economistas centra a preocupação do plano de mobilidade na questão do transporte coletivo de massa, na questão do transporte coletivo usando ônibus em Porto Alegre. Uma informação que nós não dispúnhamos era o número de 880 mil viagens/dia, que é uma informação crucial para discutir o que é o principal e o que é o acessório. Eu estou discutindo transporte coletivo por ônibus. Eu não posso contrapor que tenha 40 bicicletas, não posso discutir investimento em ciclovias, não posso discutir mesmo a questão hidroviária, que é importante. Eu teria que habilitar esta hidrovia para inúmeros pontos da cidade, para viabilizar este modal aí. Então, a primeira coisa dentro deste conselho que eu creio que nós temos que frisar é transporte coletivo, é o foco, é a atenção, o resto para mim é perfumaria. Outra coisa, a questão central fica na melhoria do transporte coletivo, nós temos perspectiva de discutir isso em Porto Alegre, melhoria do transporte coletivo, isto está no horizonte da cidade ou não se fala disso? Ou nós vamos resolver com táxi, com UBER, que é uma barbaridade! São soluções individuais precárias que não tem sentido de serem implantadas na cidade. São soluções marginais. Então, transporte coletivo, questão de frota, no transporte coletivo também entra o nosso Trensurb, que também precisaria estar articulado com isto. Além do problema do transporte coletivo que precisa ser melhorado, a questão do combustível, os motores, tudo isso deveria estar presente. Como economista é algo importante, muito importante, para mim é colocar a questão da redução do valor dessa nossa tarifa, porque R$ 4,30 para a população... Nós temos que discutir dentro de linhas de financiamento, que é a questão do subsídio. Eu acho muito importante trazer a discussão do subsídio dentro desse valor, aí

entra gratuidades, todos esses valores que precisam ser de debate coletivo para podermos avançar. O transporte coletivo de Porto Alegre termina, mais ou menos, às 20 oras, a cidade funciona toda noite e o transporte termina às 20 horas, tem um ônibus às 22 horas, quem sair correndo e pegar, pegou, quem não pegou se lixou. Não faz sentido isso. Então, Porto Alegre também tem que ter uma oferta. Eu acho estranho, nós vamos a outros locais do país e temos transporte na madrugada, tranquilo, seguro, barato. Não é um valor que ataca a população, não, tu vais para casa às 2 horas da manhã pagando R$ 50,00, R$ 100,00. Isto é um assalto! É um absurdo! Isto é uma sacanagem contra a população! Então, nós temos que ter um aumento de oferta de transporte coletivo. Isso tem que ser considerado no horizonte do nosso plano de mobilidade urbana, porque não pode ser apenas das 8 às 18 horas, isto não é mobilidade urbana, não faz o menor sentido. Outra coisa fundamental, se nós estamos discutindo transporte coletivo como eixo orientador, fundamental de um plano de mobilidade urbana para Porto Alegre, não podemos continuar estimulando o transporte individual como se fosse uma normalidade. Eu vou onde eu quero com o meu automóvel, eu preciso de área de estacionamento, eu preciso disso e daquilo. Não, nós temos que ter uma discussão e desestimular o transporte em carro individual. Eu acho muito importante para que possamos continuar discutindo que tenhamos acesso a alguns documentos e relatórios, que são talvez de uso comum das secretarias e desta área governamental do nosso conselho, mas que nós que estamos fora deste eixo institucional restrito também possamos ter acesso a essas informações. Seria muito importante, gostaria muito, Eng. Vânia, de poder receber alguma parcela desses documentos e relatórios de estudos para que pudéssemos ler sobre a nossa cidade. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu também quero me manifestar. Quero colocar alguns pontos, esses dias saiu na imprensa de mudar a rodoviária e tal. A rodoviária do jeito que está o Plano Diretor permite, é o local dela, mas nós temos o pensamento, aí pedi para a Aline projetar um mapa aqui atrás. Ali é a Avenida dos Estados, o aeroporto e a Estação Aeroporto do Trensurb, ali é a sede da Trensurb, ao lado de quem vai para Canoas, lado esquerdo, tem um espaço da antiga rede ferroviária, não é nem do Trensurb e a rede ferroviária tem a sede administrativa em Curitiba, algo assim. Este é um local que eu acho que a cidade deve debater, não para substituir a rodoviária existente, mas para trazer outra rodoviária, muito provavelmente metropolitana, aí a atual rodoviária pode ficar com o interestadual ou até do interior, mas a gente refletir sobre a viabilidade urbanística de colocar a rodoviária ali, porque tem o aeroporto, o Trensurb para vir ao Centro. E o Trensurb tem uma passagem altamente subsidiada, tem um valor que é ínfimo em relação aos custos e nós estamos falando de integração. Então, isso poderia sim tirar ônibus do Centro. Isso que o Rafael falou é muito importante, fazer transbordo com o cidadão pode ser penoso, mas pode ser muito prazeroso se funcionar, se tiver de 2 em 2 minutos, como tem nos locais bem planejados do mundo inteiro, em locais e estações confortáveis, enfim. Então, este ponto da rodoviária, não sei se o grupo está discutindo isso, mas eu proporia para a discussão, porque temos um vazio urbano, de uma área pública que está simplesmente junto ao aeroporto. Tem o aeromóvel para levar para o aeroporto, o Trensurb. Há um pensamento de fazer junto ao DC Navegantes, mas acho que não é em termos de planejamento urbano, é necessidade de empreendimento. Eu acho que a gente tem que olhar em termos de planejamento urbano. Foi falado muito da horizontalização da cidade, eu também vejo isso como algo altamente predador para qualquer análise de mobilidade, quando se escolheu fazer a Restinga há muitos anos, anos 70, né, certamente não fizeram o cálculo do que isso representa para o transporte coletivo, para a mobilidade. E esse problema, eu já falei antes, mas é preciso que a gente reflita e considere este mito

da verticalização da cidade. A verticalização não é algo negativo para a cidade se bem analisado, porque falar em prédio alto parece um tabu nesta cidade. Eu acho que a gente tem que discutir isso, porque prédio baixo significou a horizontalização, horizontalização significa avanço sobre áreas verdes, significa ônibus andar mais, significa rede de esgoto mais longe, abastecimento de água mais longe. E a AEIS é um problema, acho que foi dito aqui, é uma solução que às vezes cria algo no meio de nada, sem infraestrutura nenhuma e isso é quase que enganar aquelas pessoas para dizer que o problema está resolvido. Então, a gente tem que olhar a cidade como um todo. É um apelo que eu faço. Não existem soluções únicas em termos de mobilidade, precisa ter é integração. Ah, vamos investir tudo no ônibus, ou tudo no aplicativo, ou tudo na bicicleta, não existe isso, gente! O segredo está em integrar, inclusive o hidroviário. No Brasil a gente usa hidrovia e ferrovia muito mal, a gente não usa isso. Outra questão que eu não sei se o grupo está discutindo, é a tributação para veículo no Centro da cidade, todas as grandes cidades estão pensando nisso e deve ser pautado nesta cidade. Esses dias foi falado em uma lei para baixar preço de estacionamento no Centro, enfim, é um tema que eu acho que precisa ser debatido. Então, era isso, Vânia, e passo a palavra pra ti. **Vânia Cristina de Abreu, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Eu agradeço a contribuição, eu acho que tem muitos pontos que estamos anotando, que também vão ter que voltar para a comissão técnica para repensar. Só para retomar algumas questões, essa questão de fazer o planejamento com a cidade constituída, nós não vamos inventar uma nova cidade, a cidade já está aí com todos os seus aspectos positivos e negativos. Então, o que podemos fazer nesse processo de planejamento é pensar como gostaríamos que a cidade fosse no futuro, penando nos mecanismos e ações que podem ser feitas para alcançar este futuro. Falou-se da importância do transporte coletivo, sim, é o elemento estruturador. Também se entende que uma cidade com uma boa mobilidade é uma cidade que as pessoas percorrem, utilizam todos os modais. E que bom quando as pessoas podem escolher os modais. Eu anotei a sugestão da nova rodoviária e outros pontos, pedágio urbano, para a discussão interna na comissão técnica. **Marcela, Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Na verdade, queria fazer uma pergunta, aí o Seu Felisberto já responde. Queria verificar se é um encaminhamento do conselho a gente fazer uma nova oficina de participação social do PMU, o COMTU e o CMDUA? Digamos, chamar de novo. (Manifestação fora do microfone). **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Posso falar? Não é sobre o que estamos falando. Quero convidar todo mundo, porque estamos fazendo um seminário na Faculdade de Arquitetura, que vai acontecer amanhã, manhã e tarde, quinta manhã e tarde. Amanhã vem um professor chamado Fábio Gonçalves, que vem tratar sobre espaços públicos abertos e a economia urbana. À tarde teremos uma palestra sobre a cidade, os corpos e a vida. Na quinta-feira pela manhã teremos a Anelise Staingleder falando sobre a legislação e a sustentabilidade. Na quinta-feira à tarde nós teremos o economista e psicanalista Enéas de Sousa, que vai falar sobre cidade, tecnologia, economia e subjetividade. Então, a gente quer convidar todo mundo, porque são palestras complementares e superinteressantes. É no auditório, pela manhã começa às 9 horas e à tarde começas às 14 horas. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria complementar a minha primeira fala e fazer uma colocação que a Tânia me pediu, que é a questão da fluidez e segurança da mobilidade urbana. É importante ter fluidez e penso que os corredores é uma grande medida de fluidez do trânsito. Eu acho que esta é uma política que deve ser implementada. O que entendo é que nos corredores a manutenção é precária. Então, seria uma alternativa para a fluidez e segurança do transito. E a alternativa que a SMT fez de nas horas de pique usar as laterais

das grandes avenidas também é uma medida muito positiva e de manhã cedo também para dar fluidez. Eu acho que isso também estimula o não uso do automóvel. Quando a gente fala que as populações e o transporte vão para onde não deveria ser, eu acho que é uma colocação errônea, eu acho que o transporte vai para onde há necessidade, onde existem as pessoas. O que talvez a gente tenha que mudar é a concepção da questão econômica, desenvolver alternativas econômicas nas regiões para que não haja tanta necessidade do uso do automóvel e do ônibus. Agora, dizer que as regiões mais afastadas desta cidade não têm direito a ônibus, eu acho que é algo perigoso. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** APARTE. Eu não ouvi aqui ninguém falar que alguém não tem direito a ônibus. Ao contrário, justamente para atender é que é feito isso. Só para registrar. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** A companheira da EPTC falou sobre a questão... Talvez eu tenha entendido mal e ela pode explicar. Quando ela falou das AEIS e as AEIS são Áreas Especiais de Interesse Social, envolvem pessoas de baixa renda e que necessitam do transporte coletivo. Então, eu queria que esclarecesse para não ficar um mal entendido, porque eu defendo as AEIS, sou de uma temática no Orçamento Participativo que trata da habitação, organização da cidade e desenvolvimento urbano e ambiental, junto com o companheiro Emerson. Eu sempre advoguei para as cooperativas, que construíram alternativas, inclusive, próximo de uma área que está com dificuldade de regularização tem um baita empreendimento do Zaffari, que é na Juca Batista. E a comunidade que mora lá há 800 metros não pode ser regularizada porque existe o tal do arroio, aí inventaram uma diretriz quando se pediu uma DM. Então, essas retrospectivas históricas é importante a gente fazer. Eu defendo muito a população e a regularização fundiária. Terceiro, quinta-feira nós da ONG Resistência Participativa Despertar Coletivo com a Azug, que é do Parque Farroupilha, estaremos propiciando o lançamento do livro do Cesar Busatto, que é a Revolução Cidadã. Já confirmaram presença o Fortunati, Gustavo Paim, Mello, Raul Pont e a Miriam, atual companheira do Busatto. Então, convido a todos. Vai ser na Casa dos Conselhos, vai ser uma bela oportunidade de conhecer um livro escrito por alguém que embora não era do meu partido, mas compactuávamos com muitas ideias do Orçamento Participativo e da participação cidadã nesta cidade. Então, estão todos convidados, às 19 horas, na Casa dos Conselhos. Obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Bom, eu acho que foi falado, mas não tem nenhum encaminhamento concreto em relação à discussão nas regiões do planejamento. O pessoal que está fazendo as oficinas. O OP discute investimentos na cidade e tem que fazer as oficinas com o OP, mas tem que entender as estruturas. O Conselho do Plano Diretor discute planejamento. Então, fazer com o OP nas regiões é outro viés, não é o viés de planejamento. Então, nós temos eleitos nas regiões, em várias, acho que na Lomba do Pinheiro tem mais de 100 pessoas eleitas como representantes da comunidade junto ao Plano Diretor, que têm que fazer esta discussão de planejamento, plano de mobilidade é planejamento. Então, tem que ter essas oficinas nas regiões de planejamento. O Plano Nacional de Saneamento é um decreto. O que fizemos para que o Plano nacional de Saneamento fosse mais representativo? E eu discordo que vá ser com a PGM, a PGM vai te dar um parecer jurídico e tu não precisas de um parecer jurídico, precisa de um parecer do que é melhor para a Cidade de Porto Alegre do ponto de vista político. O Plano nacional de Saneamento é um decreto, eu faço parte do GT, eu fazia porque, infelizmente, o Governo Federal não gosta muito de reunião e de representações, então, destituiu o GT que acompanha o plano. O plano está funcionando, em 2016 nós avaliamos todo o plano. Por que ele tem representatividade? Porque é um decreto e foi aprovado por três

conselhos nacionais: Conselho Nacional das Cidades, Conselho Nacional do Meio Ambiente e Conselho Nacional da Saúde. Então, a gente consegue em uma estrutura, que não precisa ser lei, a lei enrijece, leva para uma casa política, às vezes com outro viés, com outras intenções essa discussão e ela vai equiparar o Plano Diretor de Porto Alegre com uma lei de mobilidade. E a mobilidade tem que estar dentro do plano, as diretrizes aqui dentro. Então, tem que ser tipo uma subsessão, uma resolução que pode ser aprovada aqui pelo conselho, também pelo COMTU. E esses conselhos aprovando, formalmente, seria um decreto. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas tudo depende do conteúdo, se tiver qualquer obrigação para particular tem que ser lei. Então, fazer algo programático que não vincule ninguém pode ser decreto. No momento que entra acessibilidade, que tem obrigações em lei, se o plano de mobilidade abraçar isso tem que ser lei, as ciclovias. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Já vou-lhe responder. Nós fomos responsáveis, pela UFRGS, pelo Plano Nacional de Resíduos Sólidos de Novo Hamburgo. Primeiro, a minha visão de plano, se tiver alguma coisa no plano que não tenha de onde vai sair o dinheiro, esquece, vai ser mais um papel na gaveta! Tem que ter um fundo, quem vai pagar a conta. Quando não tem quem paga, não tem valores, não tem de onde sai, não vai funcionar. Então, se não tem dinheiro para bancar não funciona. No Plano Municipal de Saneamento, que fizemos uma parte específica de resíduos sólidos, o último capítulo é desenvolvimento institucional. No desenvolvimento institucional estão as necessidades que nós apontamos de alteração da legislação de Novo Hamburgo para que o plano pudesse ser plenamente atendido. Então, é lógico, o plano tem que ter a sua repercussão legal. Nós lá colocamos que o Plano Diretor de Novo Hamburgo tem que ser alterado porque falta isso, isso e isso. Então, realmente, tem que ter essa preocupação, mas a parte institucional tem que estar dentro do plano. Então, como que a gente começou o plano? Primeira coisa, diretriz, porque lá não é um plano novo, é uma revisão do plano anterior. Nós fomos revisar o plano anterior e o diagnóstico tem coisas que a gente acha que, pô, como que os caras não fizeram o diagnóstico desse item? Por quê? Porque foram discutir diretrizes lá no quatro capitulo do plano. A própria lei já fala em diretriz, a própria diretriz já vai influenciar no diagnóstico, porque se é diretriz tenho que diagnosticar se aquela diretriz está sendo atendida ou não. Agora, se eu faço depois as diretrizes, não vou saber se estão sendo atendidas ou não. Aí tem que ter plano por plano, senão vamos ter ais um documento para ficar em uma gaveta, tem que ter exatamente o que tem que fazer, quais os planos, os projetos e como via ser viabilizado economicamente. A questão financeira para o Plano Nacional de Saneamento, inclusive, está na lei, é obrigado ter a questão financeira, se não tiver a questão financeira o município vai ter um plano incompleto, senão não resolve. **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Na verdade, eu queria só colocar em relação as AEIS, que foi comentado que seria um problema na questão da mobilidade. Na verdade, as AEIS atendem o Plano Diretor no art. 176 a 178, se eu não me engano... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** APARTE. Emerson, só para não ficar um mal entendido. Não são AEIS, é a horizontalização da cidade. Então, pega o Terra Ville, é um problema de urbanização distante do centro, que, inevitavelmente, faz levar estrutura para lá. É nesse sentido, não vamos ficar com a impressão de AEIS, é horizontalização da cidade. **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Secretário, eu respeito a sua opinião, mas assim, nós não podemos deixar passar, porque as AEIS têm um papel

fundamental. Então, nós podemos colocar a culpa nas AEIS pela falta de infraestrutura da cidade, não podemos colocar esta culpa nas AEIS. A questão toda é a falta de infraestrutura, se o governo municipal não consegue atender toda a estrutura da Cidade, dar atendimento em transporte, em saneamento, não é culpadas AEIS. As AEIS têm papel fundamental, que é organizar a regularização fundiária e atender novas habitações, de forma que vá garantir pelo menos um percentual dentro dessas áreas. Agora, se o município aprova projetos habitacionais dentro de um espaço que não tem infraestrutura, as AEIS não são culpadas, as AEIS é uma lei complementar, para complementar o atendimento da cidade, para pessoas que menos condições. Nós não podemos confundir com a falta de infraestrutura. Não podemos discriminar as AEIS. Eu já ouvi outros comentários e outros locais também em relação a isso e me manifestei, não vou deixar de me manifestar aqui. **Rovana Reale (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Só para responder ao Emerson e ao Felisberto. Existem diversos tipos de AEIS, o que eu estou falando e que a gente sempre comenta em termos de mobilidade são as AEIS que são criadas para a execução de empreendimentos em áreas que não existem nada. A questão da regularização fundiária é superválida, todas as AEIS são válidas, sim, eles têm que ser regularizados, mas não é este o caso. Agora, quando tu pegas um empreendimento e coloca em uma área que está desocupada e coloca toda esta população em uma região superlonge do Centro da cidade, justamente a população que mais carece de transporte público, é esse tipo de AEIS que a gente quer trazer mias para as áreas centrais. É a coisas do zero, não são as já existentes, é isso que acaba horizontalizando a cidade. Justamente a população que mais vai ter que ficar 2 horas dentro de um ônibus e é isto que não queremos. E eu sou representante da EPTC na CADAP, que trata justamente desse tipo de habitação. A gente vê isso toda a semana, empreendimentos que poderiam ser colocados em regiões bem mais estruturadas, sendo colocadas lá no final da zona sul, prejudicando toda essa população. Então, só para deixar claro que existem vários tipos de AEIS e eu estou falando daquela que não existe hoje. (Manifestação fora do microfone). **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** A questão econômica pode ser resolvida com planejamento, com instrumentos já previstos no Plano Diretor, que podem sim controlar o preço do solo urbano, mas não há interesse para que isso ocorra. Há interesse político, historicamente, não é uma crítica a uma administração ou outra, não há, enquanto não houver isso talvez esteja entre os temas centrais da diferença e da injustiça social que a gente vive nas nossas cidades. É a questão de solo urbano. Aí a gente vai para outras questões que a gente tenta resolver, porque não consegue atacar o problema. Eu só gostaria de fazer uma correção conceitual, horizontalidade e verticalidade é diferente do que talvez estejamos tratando aqui, que é densidade versos uma cidade espraiada, uma cidade concentrada versos uma cidade espraiada. Existe cidade vertical com baixíssima densidade e existe cidade horizontal com alta densidade. Então, por exemplo, a gente pega o bairro Santana, ali é um bairro vertical? Não é, alta densidade. Então, parece que aqui em Porto Alegre o que a gente precisa é retomar o papel de dizer assim e, infelizmente, reconhecer que não se soube atuar com a liberdade que foi dada a partir do plano de 99. Talvez nós tínhamos que voltar a uma restrição sim e dizer, até para que a gente possa de fato alinhar e otimizar o uso dos recursos públicos junto com os privados e dizer assim: “Vamos ocupar, prioritariamente, aqui”. Aí é um instrumento que cai de maduro, que não precisa nem de lei, porque a lei já autoriza a fazer, que são as áreas urbanísticas para (Inaudível) prioritária. E elas podem, por exemplo, virem a garantir investimentos para o plano de mobilidade, mas precisamos otimizar os recursos porque já são parcos, seja do privado ou do público, todos são escassos. Agora, se a gente começa, o cara a mercê do

mercado, das ações individuais, constrói aqui, constrói lá, coordenação que o público consegue planejar e gerir os seus recursos? Não consegue! Então, assim, para resumir porque estamos todos cansados, nem toda inovação é boa e nem tudo que é velho é ruim. Quantos milhares de anos têm um prato? Tem uma mesa? Tem uma cadeira? Elas se redesenham, mas é a mesma coisa, o princípio é o mesmo. Parece que a gente não ataca o coração nesta questão da mobilidade, do transporte coletivo, que é o seguinte, e não estou nem falando do tempo de espera, sentei no ônibus e saí do ônibus, enquanto esse tempo não for menor que do carro... Isso é o coração da coisa. Vamos a Europa lá, qualquer cidade, prefiro pegar um ônibus a pegar um caro, porque vai demorar menos. E eu estou falando do tempo, nem estou falando do tempo de espera. Então, é uma questão de incentivar, mas aí temos que fazer o quê? Não podemos, por exemplo, dar prioridade a obras que vão dar prioridade ao carro, que estão fora da matriz e do planejamento, como foi feito durante a Copa e depois da Copa. Então, nós temos que seguir o que é planejado. Isso é um problema do Brasil, a gente planeja e não faz, aí põe a culpa no planejamento. Para concluir, sim, o OP não tem atribuições de planejamento, então, deve constar nos fóruns regionais. Não vou sugerir que seja exclusivamente nos fóruns regionais, porque nós temos fóruns com 5 delegados, né. Então, precisa ser complementado sim com a OAB, acho interessante, mas vamos legitimar os fóruns com espaços de planejamento, conforme a nossa lei determina. Vamos cumprir o planejado, vamos cumprir a lei, nesse sentido estrito. Queria pedir também para disponibilizar aos conselheiros na íntegra, para a gente passar para as regiões e seus delegados. Também as entidades passarem, eu como representante passar para a minha entidade, embora eu já tenha feito um debate público. Até agradeço a presença. No momento é isto. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, agradeço a Vânia, Marcelo, pela apresentação. O tema não se esgota, não acaba aqui. E este conselho assim que quiser voltar no tema é tranquilo, é só organizarmos. Muito obrigado pela presença de todos. **Término às 21h15min.**

O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.

Maurício Fernandes	**Aline Brum de Lima**
Presidente	*Secretária Executiva*
	Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2018, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2781/2018

Aos trinta dias do mês de outubro de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito – GRUPO**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Alexandre Cavagni (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; Carlos Fernando Simões Filho (2º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Jussara Kalil Pires (1ª Suplente), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Geisa Tamara Bugs (1ª Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Sérgio Ramos Gonzales (1º Suplente), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Laura Elisa Machado (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Kelly Ramos (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2777 (Parte II – 25/09/2018); 3. Ordem do Dia; 4. Debate e Votação das Emendas 1, 3 e 4, e da proposta de regimento; 5. Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h04min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Muito boa tarde, Senhores Conselheiros. Sejam todos bem-vindos para a nossa reunião ordinária do CMDUA. Vamos votar a Ata: **ITEM 2: Votação da Ata 2777 (Parte II – 25/09/2018).** Todos receberam a ata.

Como é de praxe a gente costuma votar por aclamação a ata, depois a gente abre para eventuais abstenções. Então, alguma observação em relação à ata? Então, quem é a favor da aprovação da ata, por favor, permaneça como está. Abstenções? (Contagem de abstenções = 06 votos: SMAMS, SMDE, ACESSO, RGP. 4, SAERGS e RGP. 1). **APROVADA A ATA 2777 – PARTE II)**. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Boa noite a todos e a todas. A minha Questão de Ordem é mais uma indagação, sobre como fica a questão da eleição dos vice-presidentes, se há uma previsão de data para que a gente possa fazer. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, este que vos fala já se manifestou em mais de uma oportunidade, está na pauta, inclusive, na de hoje, o regimento e os processos. Eu vou aproveitar a sua manifestação para fazer um esclarecimento aqui. Esses quatro processos que colocamos na pauta são os processos mais antigos dentro deste conselho, o mais antigo de 07/08 e o mais recente o 3.03 e 3.04, que são de 18/09. Nós colocamos na pauta porque são processos que estão há muito tempo dentro do conselho e como temos uma análise cronológica é importante isso. E a eleição dos vices está nesta pauta, no item 5. No item 4, vamos tentar avançar o que for possível no item 3 da Ordem do Dia. A nossa pretensão é conseguir entrar no item 4. Inclusive, as emendas ao regimento nós analisamos previamente, há uma sugestão de acordo aqui com os autores. Então, a ideia é que seja algo bem tranquilo para aprovar pelo menos grande parte disso. Claudete, por favor. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. Uma questão o Felisberto já trouxe, que é a questão da escolha dos vice-presidentes. Nós estamos desde o dia 18/09, que foi determinado e ficou bem definido na Ata 2777, que na próxima reunião seria feita a escolha dos vice-presidentes. Nós já passamos cinco reuniões e ainda não escolhemos os vice-presidentes. Eu encaminhei, inclusive, um email para esta secretaria, não tive resposta, que também diz respeito à pauta do dia, que eu gostaria que fosse esclarecido. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, está na pauta. Durante várias oportunidades não conseguimos chegar neste ponto de pauta, mas está pautado. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** O questionamento é, Secretário, por que o último ponto de pauta? Por que não priorizar a questão? Nós já tivemos aqui que delegar a competência, contrariedade à determinação judicial por nós não termos escolhido nossos vice-presidentes. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não é o último ponto, é o penúltimo, mas está pautado. Eu não vejo prejuízo nenhum, mas ele está pautado. É isso. O Item 3.01... **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Desculpa. Eu fiz outros questionamentos por e-mail e gostaria de respostas que dizem respeito à Ordem do Dia e também à votação do regimento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está certo. Será respondido por e-mail. Por favor, Caciano. **Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), Gabinete do Prefeito – GP:** Presidente, eu acho que em relação á pauta da eleição dos vice-presidentes ser o penúltimo item, eu acho que está correto, porque tem uma emenda que pode mudar a questão da eleição. Eu acho que primeiro temos que votar emenda, enfim, para dizer qual é o rito, qual é a forma. Eu acho que está correto, não tem nada demais. Então, só para ajudar com os colegas. Como tem uma emenda e o regimento vai ser votado antes das emendas, eu acho que está correto, na ordem lógica. Se nós podemos alterar o regimento e pode alterar a forma de eleger o vice, então, mais prudente e correto é eleger o regimento, depois fazer a eleição. **Luiz**

Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6: Presidente, alguns conselheiros conversaram no sentido de abreviar a reunião de hoje em função do jogo do Grêmio que está mobilizando bastante um setor importante da sociedade e o show que tem aqui na frente, no Beira Rio. Então, a sugestão seria de fazermos uma reunião hoje só com os itens 4 e 5, aí faríamos uma reunião nós terça-feira próxima para discutir os processos atrasados. Digamos assim, nós não atropelaríamos esta discussão que é importante do regimento, que, dificilmente, teria como discutir regimento e processos para terminar no máximo às 20h30min. Sugestão ao conselho. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Com razão, Conselheiro. O que eu vou colocar é quanto a nossa preocupação, é que os dois processos mais antigos que estavam em carga deste conselho sequer foram relatados ainda, ambos cabem pedido de vista, muito provavelmente haverão de ter pedido de vista. Pelo menos temos que passar, porque esta é a preocupação, porque há probabilidade de vista e aí o processo vai para mais prazo. Então, tentando compor a proposta, pelo menos que esses dois sejam relatados. Se tiver vista e seja relatado e vai para vista. De fato, vamos tentar manter às 20h30min. Não vejo nenhum problema, se os demais concordarem. Mais alguma manifestação? **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria de fazer uma ponderação da manifestação do Conselheiro Caciano. A ordem normal das coisas significa posse e eleição, que já passamos há 5 meses. Então, dizer que nós temos que escolher os vice-presidentes depois da alteração do regimento é uma inversão da ordem dos procedimentos, como costuma acontecer aqui. Em relação à proposta do Conselheiro Gomes, eu entendo que ela não pode proceder. Então, sugiro que a gente fique apenas na Ordem do Dia, nos processos de pauta. Eu entendo que os questionamentos efetuados por e-mail, que exigem e demandam uma resposta desta Secretaria são prejudiciais a qualquer avaliação e julgamento que aqui for feito. Primeiro, pende esclarecimento, porque há uma proposta que não foi colocada em votação. Então, eu escolho a proposta que eu quero colocar à votação. Segundo, tem um parecer da Procuradoria que não foi nos dado vista. Terceiro, estamos desde 23 de julho colocando na discussão o regimento, do qual a gente não teve nenhum calendário, nunca foi colocado nenhum calendário, nenhuma proposta de metodologia. Eu fiz algumas sugestões e não tive uma resposta. O secretário disse que vai mandar por e-mail. Então, vou aguardar que encaminhem por e-mail e entendo que seja prejudicial qualquer discussão no dia de hoje, sob pena de nulidade. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu faço das palavras da Claudete as minhas. Nós não podemos, conforme o interesse que venha à tona votar as emendas regimento. Por quê? Porque houve uma liminar que deveria ter sido cumprida, mas não foi cumprida. Então, há uma desobediência por parte do Secretário, do Presidente deste Conselho. A liminar foi clara, que mantivesse a eleição dos vice-presidentes, independente de alteração de regimento, de qualquer outra medida que fosse tomada. Então, eu reitero as palavras da Claudete. E acho assim, Secretário, com todo o respeito que o senhor merece, mas não é a resposta que o senhor deveria ter dado para a Claudete, dizendo que mandará por e-mail. Ela mandou um e-mail porque fez várias vezes ponderações dentro deste conselho e o senhor sempre protelou. Então, eu acho que não é uma resposta. Eu acho que nós temos que respeitar os conselheiros. Obrigado! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** É, as minhas ponderações também são nesse sentido. Quando se apresentou aquela emenda ou substitutivo, ora se chama substituto, ora se chama emenda, houve um compromisso de uma avaliação da Procuradoria. A Procuradoria quando esteve aqui, o Procurador Armando, disse que havia algumas ilegalidades. Não lembro se foi exatamente

este o termo, mas era neste sentido. Então, ficou por isso. Secretário, parece que estamos querendo sempre ser do contra, mas está muito difícil. Sabemos que há este processo, que não é fácil de conduzir, mas sempre tem um "pega ratão". Esta questão está clara no regimento, que deveriam ser escolhidos os vice-presidentes, mas se enrolou, enrolou e agora vamos fazer uma mudança de estatuto, que é exatamente para alterar a forma de escolher os vice-presidentes. Ninguém é bobo aqui! Eu acho que nós temos que ser mais claros, mais objetivos, mais honestos as colocações. Se a intenção é esta, então, tudo bem, mas tem que ser claro isso. Nós não estamos aqui para dificultar, mas, também, não queremos fazer papel de palhaços. Claramente, o que está colocado é isto: vamos primeiro alterar o regimento, altera a forma de escolha dos vice-presidentes e tudo bem, ficamos entre amigos. O que eu queria, objetivamente, era que houvesse uma posição por escrito da PGM. O Procurador Armando chegou e disse que tinha algumas ilegalidades. Então, quais são essas ilegalidades? Isso é importante, porque foi a partir dessa afirmação dele que se desconstituiu aquela emenda ou substitutivo, seja o que for. Eu acho que não é sério a gente se dar ao trabalho de pesquisar, de fazer as entidades. E uma simples palavra do Procurador, por mais eminência que ele seja – Ah, tem algumas ilegalidades! Tudo bem, tira porque tem algumas ilegalidades. Olha, faz alguns meses que ele ficou de apresentar um parecer de quais são as ilegalidades. Só isso! Obrigado! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Felisberto, em relação ao que a Conselheira Claudete colocou, eu não li o e-mail, eu não posso responder, é por isso. Aí eu falo para a Conselheira Claudete, assim, em nenhum momento há interesse de causar dúvida ou desrespeito a qualquer conselheiro aqui. Se pareceu isso eu peço desculpas, não é o objetivo, não é em absoluto a forma adequada que eu quero imprimir na condução dos trabalhos. Então, desculpa se pareceu dessa forma. Eu não li o e-mail, eu não tenho como responder. Em relação ao que o Conselheiro Hermes coloca, o Armando se manifestou aqui e o substitutivo foi votado, eu não tenho como ressuscitar este ponto, mas ele fez aqui, ele participou, inclusive, das reuniões. (Manifestação fora do microfone). Sim, ele pontuou aqui, ele leu todo o trabalho aqui. Eu acho que isto é uma pauta vencida. Eu gostaria de que isso não fosse ressuscitado. A eleição dos vices está pautada. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** Bem, eu acho que nós estamos voltando ao assunto do substitutivo, eu acho que já passou, foi votado. Então, não tem mais o que discutir, já foi explicado porque não entrou, porque não conferia com a sequência do regimento interno. Este é o principal ponto. Outra questão também, em relação a esta votação, Secretário, eu acho que aqui a gente está visualizando isto, que quanto mais se discute mais se cria problema. Então, nós temos que colocar em votação como vai ser feita esta Ordem do Dia, em razão de que há pessoas com outros compromissos após às 20h30min, para não abrir uma discussão e procurar pelo em ovo, né. A situação é esta, até porque estamos perdendo tempo discutindo aqui. O melhor é colocar em votação, quem concorda com a ordem de tal forma e quem não concorda. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Esclarecimento sobre o e-mail. Eu encaminhei para os colegas que eu tinha o e-mail. Na verdade, a questão da votação da emenda e do substitutivo, eu acho que nós não temos (Inaudível – Falha microfone), nós temos, na verdade, é ausência de discussão, nós temos imposição nesta casa, discussão não se tem aqui. Há uma diferença muito grande entre a gente discutir métodos, propostas e nós impormos. Foi feita uma votação para a escolha de uma base de discussão, isso difere muito de uma proposta de exclusão de emenda sem discussão. Independente de votação, por mais que seja votado, há questões

que, juridicamente, mesmo com a votação não se sobrepõe à legalidade. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, houve uma proposta objetiva do Conselheiro Gomes de pularmos a Ordem do Dia. Tem uma proposta de pelo menos os dois primeiros processos, que são processos que não tiveram... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu aderi à sua proposta para votarmos os dois e retirrei a minha proposta. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, este é o apelo que a presidência faz. Em relação às emendas, no ponto de pauta das emendas todo o debate será garantido. Neste ponto de pauta poderemos, inclusive, sem antecipar o ponto de pauta, a gente pode, inclusive, validar essa metodologia aí. O primeiro relator é o Sérgio. **ITEM 3: Ordem do Dia; 3.01. EXPEDIENTE: SEI 18.0.000041184-8. INTERESSADO: Jayro Amorim. ASSUNTO: Resolução – Desgravame de Traçado Viário. LOCAL: Rua Romildo Bolzan, entre Estrada Cristiano Kraemer e Rua Dr. Lauro Miguel Sturm, inserido na MZ 5 UEU 28. Bairro Aberta Morros e Bairro Campo Novo. RELATOR AREA. Encaminhamentos: 1. Apresentado pelo empreendedor em 18/09/2018. CABE PEDIDO DE VISTA. Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Vocês se lembram? Este é um processo que eu pedi diligência. Então, vou mostrar a vocês quais foram as respostas da diligência. A minha primeira pergunta era sobre a minuta da resolução, que estavam inscritas seis matrículas da 3ª zona, o topográfico mostrava quatro matrículas e o parecer da CADAP falava sobre três matriculas. Então, há uma resposta, eles fazem um levantamento, que no início tinha realmente cinco, no topográfico comenta que realmente tinha quatro. Depois, nas diretrizes ela tinha três. Na minuta da resolução, que é isto, a minha outra pergunta, que a minuta fala este número aqui e não nessas três aqui e a planta tem três. Não sei se aí vai aparecer a resposta (slide). A conclusão, então, é que primeiro há uma correção de um dígito de uma das matrículas, que consta na atual matrícula de resolução. Considerando as novas informações extraídas do sistema da CADAP, quanto à utilização de somente três matrículas no projeto arquitetônico, após etapa de aprovação: “Informamos que será necessário corrigir a minuta de resolução”. Então, mais ou menos, aquilo que eu tinha visto, eu estava em dúvida e eles vão arrumar a minuta de resolução. A Patrícia está me dizendo, como é um AEI eu não fico com processo, eu imaginei que já estaria aqui no processo a nova minuta. A Patrícia está dizendo que estão fazendo, mas isso não impede de eu terminar o meu relato, porque este é um relato formal do processo, porque é uma exclusão de traçado viário. Eu vou lembrar onde é para podermos votar, se não tiver vista. Então, esta é a primeira resposta, tem um erro na minuta. Depois eu perguntei, porque existia no parecer da UGDU, que passa essa informação para a CADAP poder sustentar ou não o desgravame desta resolução, onde eu colocava o seguinte, que eu colocava o seguinte: “Sendo assim, informamos que a etapa de EVU poderá desconsiderar o traçado viário da Rua Milton Bolzan, conforme diretriz viária do PDDU em anexo”. A diretriz não gravava totalmente, que é da Cristiano Kraemer até a praça lá embaixo. Depois do desgravame veio desgravando toda ela. Então, no meu pedido de diligência lembro que mostre estas duas imagens, as divergências que eu não estava entendendo porque tinha esse anexo. Essas diretrizes são as que eu comentei, que eu achava que era só um trecho e no fim eles aumentaram o desgravame. Depois eles fazem um anexo, uma resolução: “... confeccionada e inserida no processo eletrônico, substituindo para a devida necessidade das entidades representadas ao conselho”. Eles estão relatando que já tinha vindo uma minuta e depois corrigiram essa minuta, porque não estavam com a situação que estamos hoje com novas entidades do conselho. Então, foram

feitas duas minutas, antes com as entidades antigas e outras com a composição atual do conselho. E a conclusão é: “Considerando a análise do desgravame de traçado viário da Romildo Bolzan, protocolado pelo empreendedor, conforme arrazoado, com a exposição dos motivos de 10/10/2017, geram diretrizes viárias com parecer favorável por esta Unidade de Gestão de Desenvolvimento Urbano na SMURB em 09/01/2018. Limitavam-se ao terreno objeto do futuro empreendimento”. Então, eles só estavam focados no empreendimento. “Entretanto, ao longo da confecção da presente minuta foi necessário que a proposta do desenho da minuta, fl. 2, fosse alterada com a extensão para maior”. Então, esta era a minha dúvida. Na opinião deles: “O previsto inicialmente, devido á presença de ocupação irregular ao sul e ao norte desse imóvel, o qual ocorre a efetivação através da execução desse traçado viário projetado. Seria necessário desapropriações, conforme parecer da Secretaria Municipal da Fazenda. O empreendedor fica ciente do conteúdo da Resolução nº 037 do Comitê de Gestão Orçamentária e Financeira da Prefeitura de Porto Alegre, que trata da suspensão de desembolsos financeiros para (Inaudível) o Município para custear desapropriações. Apesar de terem sido observadas na análise inicial, não constaram no anexo diretrizes várias. Sendo assim, informo que a atual Planta II da minuta está correta, tendo sido finalizada e inserido no presente processo eletrônico, com atualizações necessárias com base no acima exposto”. O primeiro questionamento que eu tinha, e eu concordo com eles, era uma diretriz inicial, porque eles estavam olhando. Como ouve uma troca de várias informações foram corrigidos e aumentaram a proposta de desgravame, que é o que estamos tratando aqui. Outra pergunta que eu fazia, queria saber qual é a origem das resoluções de gravame na época, por que foram gravadas? Então, aqui está a pesquisa de origem, a solicitante, que é a Arquiteta Ana Paula passou para este setor que já havia comentado. Eles mandaram duas resoluções, comentaram, que estavam anexas a este aqui, eu pedi as duas resoluções que vou mostrar para vocês entenderem. Agora vocês vão se lembrar de qual processo que estou falando. Veio para o conselho na época a inclusão do traçado em 21/07/1979, um acesso denominado Beco Biazetto, na extensão de 436, situado na Estrada Cristiano Kraemer, em processo de regularização pelo art. 2º, da Lei Complementar nº 140/86. Simultaneamente, inclusão da rua projetada com início na Estrada Cristiano Kraemer, até o Beco Biazetto, em ampliação da área urbana de ocupação intensiva. Observação: “Para fins de regularização das edificações com frente ao beco, conforme art. 5º, § 3º da Lei Complementar nº 140, fica estabelecido o prazo de 180 dias, a contar da data do registro do loteamento devidamente regularizado o oficio imobiliário competente ou da publicação do respectivo edital de chamamento”. Posso mostrar as plantas agora. Bom, a justificativa: “Justifica-se a inclusão do acesso existente (Beco Biazetto) como sistema viário proposto pelo PPDDU, fase o mesmo atender plenamente os requisitos constantes na Lei Complementar nº 140/86 quanto à possibilidade de regularização. Fica previsto o gabarito de 12 metros para o respectivo beco. A inclusão da via transversal entre a Estrada Cristiano Kraemer e o Beco Biazetto visa diminuir a fase do quarteirão, buscando uma estrutura viária mais adequada ao local. Encaminhamos a ampliação da área de ocupação intensiva, TR-43 e TSI-63, para que sejam abrangidas a áreas de ocupação já consagradas”. Esta é a situação atual (slide), a Kraemer, a Batista e o lote. Agora a Planta II, que é ali que está acontecendo o processo, que estão pedindo na Planta II a eliminação. A resolução que eu li, a justificativa, era a inclusão disso aqui, que agora o processo é retirada. Só para vocês verem como estava a região na época, é a quantidade de habitações. É interessante olhar este aéreo. Tem a segunda resolução, que é a origem, em 27/09/1995: “Aprova o prolongamento das diretrizes 6340 e 3641, a partir do Beco Biazetto, conforme configurado na Planta II anexa”. Justificativa: “A presente alteração é

consequência de viabilidade de loteamento, aprovado em gleba localizada na Av. Juca Batista, 2512 e 2546. O prolongamento das diretrizes projetadas possibilitará a integração do novo loteamento com a malha viária prevista pelo traçado do Plano Diretor". Agora vamos ver as plantas (slide). Esta era a situação do gravame anterior. Aqui é o prolongamento delas até o loteamento aprovado. Hoje o que tem é isto aqui gravador e o que estamos tratando é o desgravame disso aí. Então, eram as respostas e vou ler meu parecer. (Leitura do parecer do relator). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, está relatado. A Patrícia vai fazer uma manifestação, até porque a SMDE que aprovou. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Só fazer uma retificação. O Sérgio falou sobre questões de desapropriação, não cabe, neste caso não haverá desapropriação. O imóvel vai ficar só atingido pelo gravame de traçado. (Manifestação fora do microfone). Mesmo permanecendo gravado não vai alterar. O único impacto é que ele vai ter que modificar o projeto, mas ele não vai ter obrigação nenhuma de executar este traçado. Só para deixar bem claro. Então, este traçado não vai ser executado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Alguém vai pedir vista deste processo? **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Com a questão da diligência foi identificado que precisa fazer uma retificação na minuta. Nós já encaminhamos para a Procuradoria. Eu acho que poderia ter o pedido de vista, mas saibam que talvez tenhamos esta alteraçãozinha no documento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Patrícia, gostaríamos que tu nos explicasse qual vai ser a alteração, porque os processos têm que vir redondos, aptos. Então, gostaria de entender melhor, senão a gente recolhe o processo, quando tiver isto encaminhamos para vista. O que não pode é o conselheiro ter a vista e depois mudar alguma coisa. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Não tem alteração no conteúdo, é a questão da retirada do gravame daquela primeira diretriz ali. A questão é a forma, porque a gente fez uma correção. Eu posso encaminhar a minuta que foi encaminhada, mas como a PGM não viu a forma ainda... Mas o conteúdo é isto mesmo. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** É o número das matrículas que vai alterar, não o conteúdo, o conceito do gravame. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Só alertando, seria importante colocar por causa da vista, é a situação das ocupações hoje, porque é bem diferente do que está aí. Todos os processos de ocupação passam por processo de regularização fundiária e a gente olha especificamente. Então, sempre acaba acontecendo, quando tem esse tipo de gravame a gente sempre acaba ajustando, porque a regularização fundiária é a prioridade. Eu só peço que vocês tenham este olhar nessa questão. Sempre que tramitar esse tipo de processo, que é o que tem ali para regularização fundiária, a gente tem que ter este olhar mais aprofundado. Então, sempre quando tramita regularização a gente acaba desgravando e gravando de outra forma. No caso, a gleba que eu achei que deveria ser corrigido o encaminhamento, é que a gleba que foi objeto, na verdade, só está ali no meio, foi por uma coincidência. Na verdade, não vai fazer diferença nenhuma para o empreendedor, só que vai alterar o projeto. A questão que mais impacta é a situação daquelas pessoas que estão ali. Será que por uma questão mais teórica, vamos dizer assim, vale a pena a gente abrir mão desta questão do gravame e passar a olhar realmente no processo de regularização fundiária, que é o que a gente faz? Era só isso. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mantém a

vista ou aguarda a questão da PGM? (Manifestação fora do microfone). Vamos pegar o microfone. O que a Conselheira Patrícia colocou que está na PGM alguma alteração, que não é de mérito, é de matrícula, formalidade, questões burocráticas, se o conselheiro se sente apto a fazer sua vista, senão a gente espera. A questão é se a diretriz saiu ou não saiu. É isso, isso não muda. É nesse sentido, porque se não se sentir à vontade a gente distribui para a vista. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Por uma questão de prudência deveríamos aguardar a alteração da PGM. Patrícia, só para adiantar, como é na minha região eu visitei a área. Eu acho que vai gerar debate na hora da vista, tem outros conselheiros aqui que conhecem a região. Então, por prudência eu vou aguardar esta correção da PGM. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, este processo vai ficar na secretaria do conselho até estar apto. O processo sai da pauta e voltará para a pauta quando estiver completo. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa noite a todos. Só duas colocações rápidas, da importância desse projeto de análise deste conselho. Primeira coisa é o projeto em si, o Minha Casa Minha Vida, Habitação de Interesse Social faixa II. Falamos tanto e agora chegou um projeto importante para Habitação de Interesse Social. Segundo, regularização fundiária, também o questionamento que está em análise em todos os centros de governo, que é de interesse do prefeito deste governo, da regularização fundiária, todo o entorno desse imóvel tem ocupação consolidada há mais de 20 anos. E pela Lei Federal nº 13465, de regularização fundiária, a regularização não tem esta questão de chegar lá e desapropriar, a regularização fundiária ai acontecer em cima desse gravame. A lei permite esse tipo de ação. Então, essas pessoas não tem que ser removidas dali. Se mantiveram este gravame, vai ficar só do interior do imóvel, porque de um lado vai estar a regularização fundiária e do outro também. Então, é bom lembrar da importância de dois fatores fundamentais para a Habitação de Interesse Social, o Programa Minha Casa Minha Vida faixa II e o programa a de regularização fundiária. Obrigado. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Três questões. Questão um, se o parecer foi realizado em cima de um processo, o Conselheiro Sérgio fez o seu parecer em cima de um processo. Isto tem que retornar para ele se alguma coisa vai ser colocado para ele. Dois, como é um programa do Minha Casa Minha Vida significa que as quadras devem ter 200 metros, isto é uma coisa legal. Portanto, não vejo porque a gente passar por cima disso. Apesar da defesa do Conselheiro Furtado, não tem porque não se considerar isso, mesmo porque tem soluções projetuais que podem ser feitas em cima daquilo ali, que é só repensar. Não tem razão nenhuma para se ter um cumprimento desses. É uma questão de segurança. Eu afirmo isso com toda a segurança, é uma questão de segurança. Não tem mangueira de bombeiro que passe nesse comprimento! É uma irresponsabilidade não se fazer isso. Três, não tem nenhum envolvimento com regularização fundiária nisso aí. Então, não vejo porque foi trazida a questão da regularização fundiária. É uma alteração de gravame de traçado para viabilizar o projeto, que não é bom! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu sempre digo que antes da gente se posicionar contra a realidade a gente deve conhecer como as pessoas se movimentam nessas áreas irregulares ou ocupações. É muito fácil a gente falar com a nossa visão aqui de técnico ou de pessoas, mas as pessoas já têm a sua realidade sedimentada. Lá tem o Jardim das Estrelas, tem o Beco do Rossatto, eles já têm uma realidade vivida e nunca aconteceu nenhum desastre. Em relação a incêndio não há problema dos bombeiros subirem, estão pavimentadas as vias. Tem pessoas lá esperando há 24 anos para regularizar a área, que é o caso do Jardim das Estrelas. Área comprada, paga, com todo equipamento lá, só não

conseguem regularizar seus lotes. Imagina se essa via, esse traçado for dar continuidade. O gravame que me preocupa é o lá de cima também, o debaixo não tem nenhuma importância fundamental para a vida das pessoas. eu posso dizer conhecendo a realidade há mais de 20 anos, conhecendo as pessoas que moram lá, que vivem lá. E o Beco do Rossatto ou Rossetto, porque são três becos ali, eles têm uma realidade já vivida há mais de 20 anos. E um projeto que vai atender, claro, se tiver condições, a minha preocupação é que esse gravame fique e prejudique as outras comunidades. Essa é a minha preocupação porque a gente sabe – ah, tem um gravame aqui, vamos dar continuidade ao gravame. Aí vai atingir as outras comunidades, que já estão lá com a sua vida, acostumadas, garantidas há muitos anos, esperando a regularização fundiária, com área matriculada no nome de cooperativa, que é a Cooperativa Habitacional Jardim das Estrelas. A comunidade do Beco do Rossatto também e deve estar esperando a sua regularização fundiária. Foi muito bem levantado pela Patrícia. Então, o importante para aquelas comunidades é a sua garantia de permanência lá. Era isso e obrigado! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Pessoal, o processo nem está mais na pauta. Faço este apelo. **Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), Gabinete do Prefeito – GP:** Presidente, eu gostaria, independente de não estar em debate, colocar, sobre-elevar, eu acho que nós temos na prefeitura órgãos que fazem determinados controles. Por exemplo, o controle da legalidade que foi suscitado pela Conselheira Lívia. Se há parecer favorável da PGM, acredito que o conselho tem que superar essas questões, muito embora tenha advogados aqui, eu também sou, mas eu procuro não adentrar neste mérito para não tornar a discussão como algo que eu possa achar que está certo, estar errado, porque este conselho é plural. Então, eu me somo com o conselheiro do DEMHAB e com as palavras do Conselheiro Felisberto. Se há uma questão de regularização, se há uma situação consolidada. É importante que o conselho tenha essa sensibilidade de colocar as questões da cidade acima dessas discussões que estão superadas pelos órgãos técnicos. Eu acho que o mérito do conselho se eleva no momento em que a gente define se vamos regularizar, se vamos levar mais tranquilidade para aquelas pessoas, se estão dentro das condições da lei, que a PGM provavelmente certificou que sim. É importante este relato do Conselheiro Sérgio, que foi minucioso, detalhado, esclarecedor. Então, quero fazer um apelo que a gente analise, que a gente vá ao mérito, porque essas pessoas estão lá há 24 anos. É isto que deve pesar para nós, essas questões menores que já estão definidas estão superadas. São essas as questões, Senhor Presidente. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira Claudete, a senhora já se manifestou. Eu estou fazendo um apelo. A manifestação do seu processo, que não está na pauta, ela vai ocorrer quando o processo estiver na pauta. (Manifestação fora do microfone). Não é cercear, tanto que quem levantou a mão aqui eu estou passando a palavra. Então, isso não é cercear. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Secretário, nós estamos cerceando o debate, a palavra, desde que nós tomamos posse neste conselho. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É o seu ponto de vista e eu respeito. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Que está registrado e não tive resposta, Secretário. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu só quero reafirmar uma questão que várias vezes tem sido colocada aqui e eu acho que a gente precisa esclarecer. A questão técnica não se contrapõe à questão política. Se a questão política se contrapuser à questão técnica, nós estamos criando um inferno para nós mesmos. Ou a gente tem uma solução técnica que é técnica,

ou a gente faz uma solução política. Eu estou falando de uma questão técnica e a questão técnica, nela está embutida a solução social. Não dá para a gente separar porque é técnico, porque é social. Eu acho que a gente tem que parar com essa divisão, porque não tem cabimento isso. A gente contempla na solução técnica a solução social, senão é uma monstruosidade. O que a gente faz aqui? Nós só damos soluções políticas para as coisas? Tudo o que a gente falou... Olha aí o que o Conselheiro Sérgio falou, foi uma solução política ou foi um parecer técnico? E por que é técnico se contrapõe ao social? Eu acho que temos que refletir sobre isso. E eu fico, realmente, constrangida quando se fala isso: "Ah, vocês os técnicos!" Como assim? A solução técnica tem embutida nela a questão social, ou ela é uma falácia! **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Só quero esclarecer, porque eu li e não consegui explicar algumas coisas. Eu concordo um pouco com a Lívia. Eu não acho que isto seja um parecer técnico. Nós também estivemos na região, olhamos, tentamos harmonizar. Se eu não me engano, tem 480 metros e no outro sentido 360 metros. Eliminar este e deixar este, é aquilo que eu disse, lá tem mato e aqui está muito mais ocupado, que nesse gravame onde está o empreendimento existe uma ocupação aqui e aqui (slide). Eu queria entender o que tem a ver isto aqui com a regularização fundiária, que aí eu não consigo entender, porque é um gravame. Na teoria, o que aconteceu? Eu mostrei as resoluções antigas, não tinha toda esta ocupação. Com a deficiência de controle as pessoas foram edificando sobre um gravame. A justificativa do gravame eram aquelas que eu disse, é o tamanho da quadra, viabilizar o loteamento. Eu, se fosse o caso, até retiraria esse gravame, mas não tirava este aqui, que é uma avenida que está em crescimento, a Kraemer, e manteria essa ligação, eliminando essa quara de 300 e poucos metros. O que eu esqueci de mostrar é a proposta que está na CADAP dependendo da aprovação aqui da resolução. Se houver a resolução, é esse o processo dele. O gravame vai existir, ele só não pode edificar nessa região, que teria a rua para um futuro, se houvesse a desapropriação, ligar com este lado e ligar com o lado de lá. Só está preservando um gravame, ou seja, aqui ele não pode construir. Eu queria entender o que tem a ver com a regularização fundiária isso aí. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Caro Caciano, eu fiquei preocupado até com a tua colocação, eu até estava vendo aqui as atribuições. Esses conselheiros formam uma pluralidade, se nós não vamos questionar e fiscalizar um parecer da PGM, um parecer de um colega... Então, não tem sentido! Vamos embora daqui! Com todo respeito, com toda a humildade, eu não ia falar, mas já que está aí, eu fui presidente do conselho na época deste processo. Assim, eu tinha e continuo tendo a humildade de entender que o poder público e o servidor público, o cargo em comissão erra e erra muito. Então, se a gente vem aqui para não questionar porque tem um parecer da PGM, e eu coloco a PGM no mesmo status do parecer de um arquiteto. Quer dizer, a PGM tenta fazer um fechamento da questão legal, mas os arquitetos e os engenheiros, os técnicos em geral, eles também fazem uma avaliação do ponto de vista legal urbanístico, que na maioria das vezes a PGM nem saca sobre questões assim... Não vou falar aqui, mas várias questões. O entendimento da PGM é mais do ponto de vista da aplicação pura da lei. Agora, do ponto de vista da legislação urbanística como um todo, a gente sabe que deixa a desejar. Não é demérito à PGM, não entenda assim, mas são coisas muito complexas. Então, eu só queria colocar isso. Isso preocupa, porque se o entendimento do governo é este... Pô! É mais ou menos o que está acontecendo aqui, cada vez que se fala uma coisa séria... E eu fiquei chocado, aquele parecer que a colega Claudete leu, um parecer que podem discordar, mas excelente, competente e foi levado como chacota. Sobre este processo em especial, eu até vou me isentar, como eu presidi essa sessão, substituindo o secretário, mas eu queria fazer um

histórico. Naquela época o entendimento que se tinha era que nós deveríamos cumprir o que a lei dizia, e tem milhares de resoluções demarcando o traçado viário, que por vários motivos, principalmente pela questão econômica, urbanística, não foram abertas, mas era um parâmetro de lei. Eu não sei, eu gostaria até de avançar nessa discussão, mas é complicado. Aí sim tem a questão legal do parâmetro, de lei e a questão real, mas assim, sempre o legal fica em um segundo plano quando o interesse econômico é maior. É como tu mesmo disseste, eles vão ficar mais 30 anos e não vão fazer a regularização, mas para tirar um traçado viário que é para beneficiar uma comunidade na época, nem tinha tanta ocupação, a gente tira fácil. Agora, para botar qualquer coisa que vai beneficiar, se for para inserir uma demarcação de um traçado para beneficiar essa comunidade, avo ser 30 anos. Eu vou me abster, porque não sei o que eu escrevi esse processo que passou. Obrigado. **Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu queria prestar um esclarecimento para que todos fiquem em harmonia. Assim, a Lívia acabou de comentar das questões das decisões políticas. Todos os processos que passam neste conselho, inclusive, as resoluções, são encaminhadas por colegas técnicos, principalmente arquitetos. Eles têm as razões deles, eu entendo as razões do Sérgio, são válidas, assim como entendo as razões da colega que fez a análise. Gostaria que vocês mantivessem o respeito, assim como vocês pedem respeito, respeitem os nossos colegas técnicos que estão aqui. São colegas do município, concursados, que estão tentando fazer o melhor, tudo dentro da legalidade. Eu ouço acusações que às vezes não fazem sentidos, porque são técnicos. Nessa questão sobre a regularização fundiária, a gente precisa fazer as apresentações dos nossos procedimentos, porque assim, o licenciamento urbanístico é bem complexo, nem tudo é atendido nesta etapa. Existe uma sequência lógica das coisas. Então, eu acho extremamente importante que se dê andamento nos cursos para todo mundo ter conhecimento. Claro, estamos à disposição para esclarecer como é para o processo de licenciamento. Quanto á questão da desapropriação, hoje nós temos o marco legal, que é a lei da REURB, que fala que as pessoas são regularizadas como estão, onde nós podemos tirar elas é na parte de áreas de risco, as demais, a preferência máxima é que elas fiquem onde estão. Este é o intuito da lei, uma lei federal, que... (Manifestação fora do microfone). É isso. **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** primeiro, quero ir ao encontro do posicionamento da Arquiteta Lívia, também não desconsiderando tudo que foi dito pelos colegas do município, dos técnicos, enfim, mas são pontos de vista diferentes, não é só na sociologia, na filosofia que nós temos pontos de vista diferentes. Claro, eu não sou da área, né, mas tem sim conceituação de cidade, de atendimento, de princípios, tem de interesses. Então, não é uma acusação, é algo que é colocado na vida. Então, desconsiderar porque é funcionário da PGM será um pré-conceito. Também desconsiderar os colegas técnicos que aqui estão, mais o ponto de vista político que nós temos também não é. Fico tranquila em relação à questão da regularização, porque sei que isso é um direito assegurado. Então, vou no entender que a Arquiteta Lívia colocou, em consideração às questões do que está estabelecido nas normas do Minha Casa Minha Vida. E sim, talvez seja um pouco de exagero, até por se preocupar com questões como a dos bombeiros, essas coisas, porque para algumas pessoas realmente o importante é fazer o empreendimento, depois ir embora e a gente que vai ter que lutar. Só esta consideração. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Mesmo uma decisão técnica é política, não há nada sem política. Tem política, tem ideologia, tem pensamento de cidade, mas também tem que se ouvir as pessoas que estão morando ali. Eu demorei a perceber, mas percebi sendo advogado há mais de 27 anos de regularização fundiária e lutando para a comunidade permanecer no seu lugar. Eu fui

conselheiro da Temática de Habitação, Organização da Cidade e Desenvolvimento Ambiental do Orçamento Participativo. Então, eu vejo assim, a gente tem que ter uma consideração com as comunidades. Entendo a preocupação com a segurança, é evidente, mas nós também temos que nos preocupar porque esta é uma diretriz hoje, tem outras diretrizes na cidade (Inaudível – falha no microfone). Toda decisão técnica é política sim. (Falas concomitantes). **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Conselheiros, agradeço às diversas contribuições, que vão enriquecer muito o parecer de vista. Eu queria me somar ao pessoal que não vê problema entre a posição técnica e a posição política, porque não são excludentes. A gente sempre toma uma posição, seja técnica ou política, no caso de um planejamento urbano, que é o que estamos discutindo. Eu estive duas vezes na região, conversei com algumas pessoas, coloquei em discussão no FROP, pedi a liderança que conversassem com as pessoas exatamente daquela região. Então, agradeço às diversas contribuições e peço, se possível, que a gente possa passar para o outro processo, que também é importante. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu peço desculpas, o microfone parou de funcionar, eu não sei o que houve. Claudete, tu estavas inscrita. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu agradeço, Secretário. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Então, o processo 3.01 continua com o relator Sérgio, quando vier da PGM o relator terá a possibilidade de manter ou retificar a seu critério. **PROCESSO FICA EM CARGA AO RELATOR, AGUARDANDO AJUSTES DA PGM**. O item **3.02**. **EXPEDIENTE: 002.302078.00.9. INTERESSADO: Fundo de Investimento Phorbis. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. das Indústrias, 1395. RELATOR RGP. 4 (distribuído em 07/08/2018). ENCAMINHAMENTOS: 1. Apresentado pelo empreendedor em 18/09/2018. CABE PEDIDO DE VISTA.** A Tânia vai relatar para a gente. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Boa noite a todos. O que eu fiz? Fiz um resumo dos tópicos mais relevantes dentro deste projeto, que é enorme e com certeza vários colegas vão pedir vista. Eu não vou me prolonga, porque o projeto já foi apresentado aqui. (Leitura de levantamento). Eu fiz um resumo do que achava mais interessante, é o meu primeiro parecer. Eu peguei tudo que achei interessante, o que causou dúvida. Vocês querem saber qual o meu parecer? A gente tem que dar, né. Assim, eu tenho muita dúvida de coisas que ficaram em aberto e eu não posso dizer que sou a favor. Realmente, é um empreendimento maravilhoso, o lugar é muito lindo, mas tem muitas coisas que devem ser analisadas. Tenho certeza que os colegas vão pedir vista e analisar com outros olhos. Eu não posso dizer que aprovo, porque ainda estou muito em dúvida em relação a muitas coisas. Posso dar meu parecer depois? Não, meu parecer não é favorável porque ficaram muitas coisas em dúvida, mesmo lendo o projeto, não sei se é viável ou não, se vão fazer. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. Se tu não se sente segura em dar o parecer acho que ele pode ser designado para outro relator. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Muito bem. Então, tá. (Falas concomitantes). Realmente, eu não me sinto confiante para dar uma resposta. Então, devolvo o processo para ser redistribuído. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É um processo bem complexo, não se preocupe, é assim mesmo que a coisa funciona. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. Presidente, eu acho que o parecer dela, conclusivo ou não, com as dúvidas, deve ser anexado nos autos. **Maurício Fernandes, Presidente e**

Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: O processo vem para cá completo. Então, o processo vai ser redistribuído na ordem**. PROCESSO REDISTRIBUÍDO PARA ANÁLISE E RELATO**. Agora vamos entrar no item 4, que é a votação das emendas e continuar a análise do regimento. **4. Debate e Votação das Emendas 1, 3 e 4, e da proposta de regimento.** Vamos começar a discutir, inclusive, a questão metodológica do regimento, lembrando que fizemos um acordo no início da reunião de ir até às 20h30min. A ideia do regimento eu vou colocar da seguinte forma. Todos receberam o espelho, que coloca as três emendas que não analisamos, somente depois de analisadas que vamos poder votar ou não o regimento, com emendas ou sem emendas. Nós fizemos uma espécie de destaque, até porque elas foram apresentadas de forma diferentes. Temos cada item em análise e na coluna da esquerda colocamos uma numeração com o objetivo de pautar uma organização para a votação. Por exemplo, o item 2 diz para votar junto com o 10, porque trata da mesma questão, devem ser analisadas juntas. A proposta é que o responsável pela emenda faça a defesa e outro colega que não entender favorável faça uma defesa de rejeição, aí vamos votando. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**: QUESTÃO DE ORDEM. Na última reunião que nós discutimos sobre o regimento, ficou no ar, porque começamos discutir no final da reunião a questão de se trabalharíamos a discussão do regimento a partir do regimento original. Isso ficou no ar e a gente não teve uma resposta. Como isso está de forma difícil de ser lida, eu gostaria de ter uma resposta meio explícita – Não vamos ler a partir do original! Vamos ler a partir do original! É para eu entender perfeitamente isso, porque para mim fica difícil. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na reunião, isso consta em ata, foi dito que o regimento apresentado pela secretaria foi feito em cima do original, foi pego da original, o vigente e feitas adequações que julgam cabíveis em cima da mesma ordem, tudo em cima da original. Então, como é um projeto de alteração de regimento, as emendas foram apresentadas sobre o projeto de alteração do regimento. Este processo está para nós muito tranquilo. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Secretário, eu entendo isso, entendo esta solução, mas não entendo isso como procedimento. Então, se a gente não vai trabalhar em cima do regimento original, eu quero deixar bem claro o meu desacordo com esse encaminhamento, porque eu não consigo de maneira alguma entender como que a gente pode discutir sem referência. No meu entendimento deveria estar projetado o original para a gente poder fazer a discussão. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Junto com a convocação foi enviado o regimento original e a proposta que segue exatamente a mesma condução. E a gente pode projetar aqui sem problema nenhum. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu trouxe uma manifestação por e-mail, onde eu considero prejudicial a qualquer encaminhamento que seja aqui feito enquanto não respondido. O que se tem aqui é uma vergonha, uma contradição, porque foi colocado que seria votada uma base para a discussão, porque a emenda apresentada pelo SAERGS não correspondia aos artigos que nós tínhamos. Aí eu pego a primeira coisa que diz aqui, assim: “Art. 4º deve ser votado junto com a emenda nº 13”. Ou seja, aquele argumento que servia para uma justificativa agora não serve para outra. E a base de discussão, ou seja, eu acabei com a própria base, porque estou votando agora trechos. Só que antes disso eu coloco que nós temos que ter uma metodologia. Eu acho que a falda da Patrícia foi muito boa no sentido de que precisamos conhecer os fluxogramas, os procedimentos e as competências. Não tem como eu discutir regimento se eu não discutir o funcionamento da casa. Então, isso é primordial e

antecede qualquer discussão de regimento. No e-mail, Secretário, quando o senhor tiver oportunidade de ler, que eu acho prejudicial que tenhamos qualquer continuidade aqui, sugiro, por exemplo, que o último regimento, que se levou um ano discutindo dentro da casa, este aqui não conseguimos discutir nem o cronograma, porque a gente não discute, apresentar não é discussão. O senhor indicar e mandar pela pauta não é discussão. Então, eu sugeri que pegassem as atas anteriores, que foi fruto de muitas discussão interna, de muita gente que já tinha muita propriedade, que seja repassada para cada conselheiro para a gente ter uma base de onde partir a discussão, porque vamos entender como é o regimento atual para entender o que precisamos mudar ou não. Eu coloquei no e-mail que não há regimento que subexista quando a gente não tem, na verdade, regras. A gente pode mudar o que quiser e vai continuar discutindo a mesma coisa se a gente não tem aqui o direito de fala e nem o direito de avaliação. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheira, o direito de fala a senhora acabou de exercer. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Uma em cinquenta. Eu posso contar nas atas em que eu peço e não consigo a fala. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Todas as pessoas que pedem recebem o direito de voz, inclusive, nós ficamos mais de uma hora discutindo um processo que, em tese, não precisaríamos e foi garantido que todos que quisessem se manifestassem. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, sugiro que a gente suspenda a reunião, porque não há condições os emocionais, porque tem pessoas que querem ver o jogo e querem ir no show do Roger Walters. Então, em respeito a isto, em respeito ao clima que a cidade está vivendo, solicito que a gente tenha esta compreensão. Já que não discutimos há tanto tempo o regimento, que a gente tenha pelo menos um ato de humanidade e de grandeza, para que a gente possa atender os anseios das pessoas. E eu como gremista estou lhe pedindo isso. (Risos). Segundo, quero ir ao encontro das palavras da Claudete. Secretário, desde o início propusemos que tivesse uma comissão de sistematização para que a gente pudesse sistematizar todas as colocações. O regimento não era do nosso agrado. Então, modificamos todo o regimento. Claro que a sequência numérica é uma questão adequação. E aqui está a prova, a Claudete sacou muito bem. Entende, Secretário? Desculpa, mas nós estamos perdendo tempo por queda de braço desnecessário. Vamos sentar e ver os pontos de divergência. Nós estamos aqui para construir um conselho democrático, participativo e inclusivo e não queda de braço de quem tem razão e quem não tem. Era isso. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Assim, relembrando, foi apresentada uma proposta de alteração que a maioria absoluta repete os artigos e alguns modificam. A proposta aqui levantada de fazer uma comparação entre o regimento atual e a proposta de alteração, inclusive, já foi feita, não está aqui agora e não quero que isso cause prejuízo de interpretação. A gente pode trazer para o momento de votação. Quatro propostas de alteração foram feitas, uma nós já votamos, que era uma alteração completa, que se aquela alteração fosse aprovada, essas alterações que estão faltando nós deliberarmos, para aí sim deliberar que vamos aprovar ou não o regimento. Esta questão aqui é só emenda. A gente precisa ter noção de processo de alteração. Então, essas emendas 1, 3 e 4 só entraram na pauta porque o substitutivo foi rejeitado. (Manifestação fora do microfone). Eu estou com a palavra, conselheira. A senhora diz que não fala, mas continua falando mesmo quando eu estou com a palavra, conselheira. (Manifestação fora do microfone). O processo de emendas 1, 3 e 4 é o que falta neste estágio para a gente deliberar. Se for rejeitado tudo isso aqui, a gente vai á votação da proposta concreta,

formal, com calendário já vencido, e não há problema nisso, se nós vamos mudar o regimento. Isto aqui não é votação de regimento, é de emenda á proposta do regimento. Se essas emendas forem rejeitadas, aí vamos votar o regimento, a proposta de alteração do regimento. Se essas emendas forem aprovadas, a gente vai votar igual a proposta de regimento, nos artigos em que a emenda está aqui com essa redação. É essa a pauta. Nós temos uma proposta concreta do Conselheiro Felisberto, que é de encerrar a reunião. Eu vou colocar em votação, em mantendo até às 20h30min a gente avança na ordem do que temos pauta. Então, em votação, quem é favorável a encerrar a reunião que se manifeste. (Contagem de votos = 18 votos). Está encerra a reunião. **Término da reunião às 20 horas.**

O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.

_____	_____
Maurício Fernandes	**Aline Brum de Lima**
Presidente	*Secretária Executiva*
	Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2018, ... retificações:

ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2782/2018

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS:** Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Alexandre Cavagni (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; Cláudia Remião Franciosi (Titular), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Jorge Diogo de Jesus (2º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Geraldo da Rocha Ozio (2º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Pedro Sérgio Correa da Silva (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2778; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h30min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Boa tarde, Senhores Conselheiros. Sejam todos bem-vindos. Daremos início á reunião extraordinária do CMDUA. Esta reunião nós convocamos porque temos processos que estão há algum tempo neste conselho e é importante que a gente delibere. Nós faremos a votação da Ata: **ITEM 2: Votação da Ata 2778.** Há alguma manifestação em relação à ata? (Manifestação fora do microfone). Isto

não tem previsão regimental, conselheira. A senhora pode se abster. Então, eu vou colocar em votação não votar ou votar a ata. Então, quem é contrário a votar a Ata 2778? (Contagem de votos = 08 votos). Quem se abstém? (Contagem de abstenções = 05 abstenções). **ADIADA A VOTAÇÃO DA ATA 2778**. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria endossar o que recebemos através de e-mail, a questão de que a gente falasse no microfone para não haver qualquer problema de questionamento daquilo que não constar na ata. Quero me solidarizar à taquigrafa Patrícia. Eu acho que nós temos que ter cuidado para evitar que depois a gente tenha qualquer divergência na ata. Outra questão, Secretário, a nossa eleição dos vices fica para a próxima de novo? Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro Felisberto. De fato, é muito importante esta colocação, questão no microfone. Como esta é uma reunião extraordinária nós optamos por limpar a pauta dos processos que estão pendentes. A pauta continuará na semana que vem, a mesma pauta de eleição e regimento. Conselheira Claudete, a sua manifestação. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu até nem ia falar no momento, mas como foi trazida à tona a questão da taquigrafia e das falas fora do microfone. Eu gostaria de ponderar três aspectos e eu acho muito importante, porque ela retrata bem a colocação da taquigrafa, que são três situações que são vivenciadas aqui no nosso conselho. Primeiro, a gente pode dispor à respeito da estrutura. Então, a gente tem que perguntar por que temos falar fora do microfone. Nós não temos microfones que funcionem e não temos microfones hábeis, perto de cada um para falar. Então, se eu vou questionar se a fala deve ser registrada ou não, nós temos que avaliar os motivos que levam a isso. Segunda questão, em relação ao ser ouvido, eu tenho que respeitar uma norma quando essa norma é respeitada. Então, eu entendo que quando não é propiciado o ouvir e o falar o contraditório, ouvir também dispõe a questão de encaminhamentos, é justo e necessário que as falas sejam feitas e registradas fora do microfone, neste sentido foi bem clara e bem precisa a colocação da taquigrafa que sem essas falas que são feitas fora do microfone não se têm a coerência do que aqui está sendo feito. Terceira questão colocada por ela da dificuldade de fazer as atas por serem muito extensas, ela remonta lá do nosso início de constituição do conselho, que a gente já denunciava aqui da questão de serem impróprias sessões muito extensas e nós temos assim repetido. Tanto é imprópria a questão dos horários que nós temos feito uma extraordinária a cada semana. Então, quer dizer, nós mudamos por um decreto, dissemos que ela tinha que ser quinzenal por ser mais produtiva, tinha que ser em um período de 4 horas, mas de forma contraditória nós realizamos toda semana. Já deixo o registro que esta sessão está sendo feita também contrária a uma decisão liminar. Por quê? Porque tem uma decisão liminar que diz que as reuniões extraordinárias devem ser combinadas com o plenário. E nós temos uma diferença muito grande entre mandar convocação e combinar com o plenário e combinar, inclusive, a pauta. Obrigada. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Quero também reforçar a questão da fala no microfone, mas tem que ter estrutura para falar no microfone. Na ata que está para aprovação tem uma fala minha que está completamente desconexa porque a pessoa que falou antes de mim falou fora do microfone eu respondi à pessoa que estava falando antes de mim fora do microfone. Então, a fala da pessoa antes de mim não está registrada na ata. Então, a minha fala fica desconexa. E outro ponto que a colega Claudete também levanta, fica o nosso protesto, já que está sendo taquigrafado e já que eu estou falando no microfone, que, realmente, o Secretário diz: “Nós decidimos”. Ele está decidindo a pauta, ele está decidindo que isto é uma reunião extraordinária. Não só contra à determinação

judicial em vigor, como o próprio regimento interno, que hoje nós temos um regimento interno, ele está em vigor e o regimento interno diz que tem que ser eleitos os vices. Nós estamos há 3, 4 meses nos reunindo sem eleger os vices. Eu acreditei na palavra do Senhor Secretário, porque em uma reunião, e eu não vou atrás da ata porque eu tenho mais o que fazer, eu levantei esta questão, nós temos regimento, nós temos que votar e ficou de se votar na reunião seguinte, até hoje não se votou. Esta se esperando votar a alteração do regimento para daí votar os vices, que tinha sido acertado, que foi minha intervenção naquela reunião, que nós temos regimento, tem que ser cumprido e a eleição dos vices teria que ter sido feita na primeira reunião após a nossa aposse. Não precisa ficar esperando. A não eleição dos vices é antirregimental. Nós estamos transgredindo o nosso regimento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sobre o microfone ficou bem claro, é importante falar no microfone. O microfone com fio está sempre à disposição. Então, se falhar, óbvio, ninguém sabota microfone. Nós temos problemas, a prefeitura tem problemas, nós estamos trabalhando com o projeto para melhorar este ambiente aqui. A prefeitura está em situação falimentar e este processo não é como a gente quer. Em relação á fala no microfone é importante, se o sem fio não funcionar tem o microfone com fio aqui. Não há prejuízo em relação a isso. A eleição dos vices está pautada e nós não estamos conseguindo chegar na pauta e esta é uma responsabilidade coletiva, não é uma responsabilidade da presidência. Em relação á convocação de extraordinária, a orientação que eu tenho da Procuradoria é que a decisão coloca além do presidente o plenário. É isso que diz a decisão. Então, não há nenhuma contrariedade ao decreto nesse sentido. Avançando no trabalho, vamos para o **ITEM 3: Ordem do Dia; 3.01. EXPEDIENTE: 002.330288.00.1. INTERESSADO: Zaffari. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. Protásio Alves, 7472. RELATOR: RGP. 3. ENCAMINHAMENTOS: 1. Apresentado pelo empreendedor em 18/09/2018; 2. Relatado em 18/09/2018; 3. Vista à RGP. 04, ACESSO CDH e OP em 18/09/2018. NÃO CABE PEDIDO DE VISTA.** Temos manifestação de vista? **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Senhor Presidente, eu gostaria de ter um pouco mais de tempo neste processo. Nós vamos nos reunir na semana com os delegados e algumas pessoas da região. Foi bem polemico este empreendimento. Então, gostaria de mais uma semana. Só agora que conseguimos reunião as pessoas e vamos nos reunir novamente. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós estamos com o tempo bem estourado, mas tem sido praxe desta gestão sermos condescendentes com os pedidos, principalmente aos novos conselheiros. Tendo a fazer esta prorrogação. Seriam duas semanas, porque na semana que vem a ideia é concluir o regimento. Não tem previsão no regimento, aí eu gostaria de ouvir uma ou duas manifestações do plenário. (Inaudível). **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Na verdade, eu acredito que a conselheira está tentando uma chance de ouvir a comunidade, de ter mais representatividade no voto dela. Então, eu acho que poderíamos dar este prazo de uma semana. Não vejo problema nisso. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP:** Eu cheguei a fazer o parecer de vista, está pronto, mas eu queria ver com a ACESSO e a RGP. 4, já sabendo que não foi feito o parecer de vista. Então, vamos aguardar, porque não é interessante fazer um relato agora, aí abre discussão, depois faz outro, no final a gente perde um tempo podendo aproveitar para discuti outros processos. Fico no aguardo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria que a gente levasse em consideração essa questão de projetos nas regiões dos conselheiros. Eu mesmo tenho o

Leopoldina Juvenil e por mais que eu convoque o quorum tem sido mínimo. Então, esta é a posição deste conselheiro, é não votar de acordo só com a minha vontade e sim levar quando se trata de projeto na região. Então, quero reforçar, porque pedirei o mesmo prazo de mais uma semana. Obrigado. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Se a Conselheira Tânia solicitou ais uma semana de prazo nós concordamos com a sua solicitação e espero que o plenário possa acatar este pedido. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mais alguma manifestação? Pelo regimento nós temos o processo que o prazo de vista findou em 03/10, nós temos uma manifestação expressa da conselheira pedindo prorrogação de prazo, o regimento não me autoriza a fazer essa prorrogação por conta própria. Então, eu vu colocar em votação, com o objetivo de prorrogar este item 3.01, passando para a próxima pauta, que pode ser na semana que vem ou na outra. Então, vou colocar em votação se retiramos da pauta ou. Então, Item 3.01, quem é favorável a retirar de pauta este processo, que significa a prorrogação, por favor? (Contagem de votos = 16 votos). Está prorrogado, é a maioria absoluta. **EXPEDIENTE: 002.330288.00 PRORROGADO O PRAZO. Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu agradeço aos colegas pelo prazo a mais, pela prorrogação. Obrigada a todos. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**: Declaração de Voto. Colegas, como eu tinha falado inúmeras vezes sobre a questão de regras, né, Paulo Jorge, nós que somos antigos aqui, o Campani e outros colegas, prazo eu entendo que os conselheiros tenham que chamar os representantes das regiões, isso é fundamental. Isso fala por si só, mas isto tem que ser feito e viabilizado dentro dos prazos regimentais que nós temos. Toda vez que se pede mais prazo, além daquele tempo, sempre foi referendado pelo conjunto dos conselheiros. Ou seja, o prazo findou, o conselheiro faz a solicitação, é aprovado pelo conjunto dos conselheiros, não é a presidência que dá este prazo, como bem foi feito aqui. Foi colocado em votação e concedido mais um prazo para o conselheiro. Eu acho que nós temos que seguir regimentalmente os prazos. Eu sei das dificuldades, com o governo é a mesma coisa, marca as reuniões que aparece meia dúzia de gato pingado, aí se tenta para outro. Tem que trazer a responsabilidade das comunidades também e isso é função dos conselheiros e delegados. Era só isso. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: 3.02. EXPEDIENTE: 002.311945.00.9. INTERESSADO: Associação Leopoldina Juvenil. ASSUNTO: Aprovação de EVU. LOCAL: Rua Marques do Herval, 280. RELATOR: SMAMS. ENCAMINHAMENTOS: 1. Relatado em 25/09/2018; 2. Vista à RGP. 01 25/09/2018. PRAZO DE VISTA: 09/10/2018. NÃO CABE PEDIDO DE VISTA.** Conselheiro Felisberto, o senhor pediu vista. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Presidente, o mesmo argumento que a Tânia usou, a minha região também está tendo problema para se reunir. Como este é um EVU, que é da região, eu preciso ouvir os delegados e não tenho conseguido reunir os delegados por vários motivos. A Aline é prova disso, porque todas as convocações que eu faço são enviadas para a secretaria do CMDUA. Na última apareceram 04 delegados. Então, peço mais uma semana para que eu possa reunir o Fórum da região. Há todo um cuidado por parte do poder público com aquela área, eu quero ter um cuidado maior também e levar aos meus delegados e delegadas. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Assim, desculpa te citar Tânia, mas já vamos comentar o atraso desse processo. O que acontece? Se muito começar a fazer o que está acontecendo e pedir prazo, agora o Felisberto pediu outro prazo, é de 09/10, faz um mês.

O que eu vou fazer? Eu vou pedir um prazo também. Aí se torna o quê? Fim de processo! Tem um regimento, tem que ser cumprido, bem ou mal tem que ser. Tem os vices (suplentes), se vocês não conseguem se reunir vocês têm a obrigação de sentar e ver o processo. O que não pode é começar a acumular processo em cima de processo. Aí eu não vou correr mais. Da última vez corri e fiz, está aqui. Então, vamos correr mais. Entendeu, Felisberto? Nada contra, mas senão vai acontecer como aconteceu uma vez aqui dentro, o que acumulou de processos aqui dentro. Uma vez o cara foi viajar esqueceu do processo, aí o outro também. Então, para não deixar acontecer isso aí. Como tu também pediste, vai chegar a minha vez e eu vou pedir também. Não tem mais prazo, acabou. Tudo bem, vocês estão alegando que o regimento não está sendo cumprido, concordo. Tem erro aqui dentro, concordo, mas por causa disso não vamos criar o caos! Obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Este conselho já teve uma secretária que ajudava os conselheiros das regiões para fazer as articulações, chamar reuniões. Esta pessoa foi exonerada e não foi nomeado ninguém para a mesma função. Então, é completamente diferente, Furtado, chamar uma reunião de servidores públicos, recebendo salário para ir em uma reunião e não ir o servidor público ou o CC na reunião, é completamente diferente. Lá na comunidade, voluntários, chamar uma reunião à noite e as pessoas irem à reunião... Eu tenho acompanhado, às vezes vou lá no IAB e vejo a RGP. 1 se reunir vejo o empenho do Felisberto para fazer essas reuniões. Então, é diferente. Inclusive, eu acho que a gente tem que levar isso em consideração na hora que estivermos votando o regimento interno. Os processos, olhem os processos, tem processos que ficam anos na mão de um investidor que não tem interesse de fazer investimento. Tem um processo que passou a pouco aqui, 3 anos, venceu o prazo e ele entrou para poder usar a legislação anterior e se beneficiar de uma coisa que estava na legislação já vencida. Aí não tem problema, aí é o investidor, ele tem esse direito. Se a comunidade quer mais uma semana para poder discutir, sempre é dado, mas sempre vem essa choradeira de que está atrasado. Paulo Jorge, desculpa, mas eu não me lembro em nenhum momento de ter acumulado vários processos aqui. O que tu falaste é real, teve um processo que o relator viajou e não relatou, atrasou o relato, mas foi um processo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, se a comunidade não vai na reunião não é a secretária do conselho que vai carregar as pessoas para ir para a reunião. Eu tenho que me manifestar nesse sentido, porque o apoio é dado e a recíproca também é verdadeira, tem muitos conselheiros que pedem vista e não fazem nada, não olham o processo. E nem por isso a gente vai cobrar nesse sentido. Então, a responsabilidade compartilhada nesse sentido é preciso ser assumida por cada elo dessa grande corrente que é a sociedade e a gente vive. Nós estamos à disposição, assim como outras secretarias, e já demos prova disto várias vezes, explicando processos e esclarecendo dúvidas às vezes até em plenária. Respeito seu ponto de vista, o senhor está na sua manifestação e o seu exercício de posicionamento é garantido, não há dúvida. Assim, da mesma forma, exerço o meu aqui. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Com relação aos prazos, como atrapalha o andamento das questões, porque o fato de receber o pedido de uma reunião extraordinária na sexta-feira, extraordinária, que não estava previsto, atrapalha essa programação das comunidades se reunirem, porque ela poderia muito bem ter se reunido esta semana e não teria que ter pedido prazo, porque o previsto, regimentalmente, e se tivesse sido combinado previamente as pautas e as extraordinárias, isso poderia acontecer. Só que não acontece porque não temos esse encaminhamento. Com relação à manifestação do Campani e em relação à secretaria, eu pergunto: a secretaria não é

responsável pelos fóruns também, pela chamada? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O prazo venceu dia 9, gente. É isso. Em relação aos fóruns eu não tenho resposta para te dar agora. Senhores, nós temos um precedente, então, vou colocar em votação por aclamação quem é favorável a retirar de pauta para deliberar na próxima reunião o item 3.02 da pauta, quem é favorável a retirar de pauta que permaneça como está. Quem é contrário? Então, Aprovado por unanimidade. **EXPEDIENTE: 002.311945.00.9 PRORROGADO O PRAZO.** Faço aqui o meu registro, o meu mais profundo respeito ao trabalho gratuito que é feito pelos conselheiros, mas faço também o registro da responsabilidade que isso impõe. O Item **3.03. EXPEDIENTE: 002.050189.17.4. INTERESSADO: Carolina Tavares Rocha. ASSUNTO: Resolução – Alteração do Regime de Atividades de GA 01 (Área predominantemente residencial) para 05 (Mista 2). LOCAL: Av. Professor Oscar pereira, entre a Av. Eng. Ludolfo Bohel e Rua Casca Alpina. RELATOR: SAERGS. ENCAMINHAMENTOS: 1. Relatado em 16/10/2018; 2. Vista à RGP. 05 em 16/10/2018. PRAZO RELATO DE VISTA: 30/10/2018. NÃO CABE PEDIDO DE VISTA.** Por favor, Paulo Jorge, qual a situação? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu não estava vendo o Conselheiro Hermes, do Sindicato. Se o Sindicato não está aqui para encaminhar a votação como parecerista, a votação também não pode ser realizada. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Campani, o relatório já foi dado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Solicito que consulte o regimento, neste conselho nunca foi votado qualquer parecer sem o relator ou seu suplente no conselho. (Manifestação fora do microfone). Concordo plenamente, está na convocação, mas, infelizmente, o regimento está que não pode votar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Senhores, vamos discutir esta questão aí. O regimento, não sei cada vírgula, cada letra, eu acredito que ele seja omisso nesse ponto e peço ajuda aos conselheiros, que se tiver alguma previsão não vai se furtar a cumprir. O relatório do conselheiro e registro aqui que o Conselheiro Hermes justificou a sua ausência, mandou um email, está aqui na minha frente, impresso, ele é favorável. Eu acredito que se fosse contrário, até em respeito, enfim, mas ele é favorável. Eu faço o apelo para ver se a gente, se o regimento não nos proibir, evidente, aí não poderemos continuar a análise, visto que o voto é favorável expresso. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Corroborando com o que coloca o Campani, na verdade, eu entendo que o parecer não supre a necessidade da presença do relator, até porque se houver qualquer necessidade de esclarecimento, a melhor pessoa a dar os esclarecimentos é a pessoa que examinou os autos. Então, entendo que fica prejudicado qualquer encaminhamento se o relator não se faz presente. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** O me parecer é favorável. Eu fiz o meu parecer. Pessoal, é um processo de alteração de regime, G1 para G5. A Região Glória tem mãos de 200 anos, aí tem altos e baixos. Tem ali uma parte da Glória que é de alto crescimento, que vem subindo até o Hospital Divina Providência. É a Monsenhor Veras, vai indo, pega Belém, tem a Capitão Padilha, tem um motel ali, depois tem a Vila Cascata á esquerda, depois tem a Graciliano à direita. Lá em cima tem o hospital e depois a 1º de Maio. Está lá a situação de uma desocupação, para baixo começa a regularização fundiária. Depois tem a Rua Belém, o pessoal ali está em crescimento, é favorável. Depois tem um supermercado ao lado desse Motel dos Alpes. Então, querem mudar de G1 para G5 para não ser mais uma área dormitório e sim uma área de

empreendimentos de alto interesse. É uma coisa importante, porque precisa ter emprego ali, tem que dar emprego para esse pessoal. O pessoal sai de lá para trabalhar fora. O que acontece? O fluxo de carro aumenta, o trânsito parado, não existe emprego nos bairros para dar para a população. Então, eu sou favorável, tem que tirar esse processo da prefeitura de engessar. Entendeu? Tem que crescer, desenvolver a cidade, dar emprego, supermercado, shopping, tem que botar emprego. Sem emprego dá assalto, dá banditismo, dá o tráfico. No momento que tem emprego... Eu mesmo tenho uma ONG que trabalha com adolescentes de 15 anos, não tem emprego! Quer dizer, vão para onde? Vão ficar na Vila? Quer dizer, fica no meio do tráfico. Tiraram as carroças, acabou (Inaudível), hoje eles estão na sinaleira, vendem bergamota, tudo da favela. O que é isso aí? Emprego informal. E por que essa situação? Vem lá atrás do negro, quando o negro foi expulso das fazendas, dos escravocratas. Botaram os negros para onde? Botaram para rua, sem direito a nada, foram morar nos guetos, vivendo de porcaria. Isso perpetua até hoje. Hoje continua a mesma coisa, só mudou o modo de ser. Então, pessoal, fiz todo esse parecer, gostei de passar de G1 a G5. Então, o parecer é favorável, um supermercado lá vai dar emprego. Outra coisa, eu queria propor uma comissão aqui dentro para tratar das contrapartidas sociais, porque nós não discutimos aqui dentro. Nós votamos e vamos embora, depois fica parado. Passou por aqui, em 2015, o processo da Multiplan, dando contrapartida para Região Glória/Cruzeiro/Cristal. Até hoje não saiu nada do papel. Nada! Nada! Estão lá os prédios, o Barra Shopping, muito riquíssimo, mas cadê a contrapartida que tinham que dar para a região? Nada! Então, queria que fosse crida uma comissão para acompanhar essas contrapartidas sociais. Então, meu parecer é favorável, deverá aumentar a região com mais produção, com supermercado, minimarcados, vai crescer bastante. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. Eu vou colocar em votação uma Questão de Ordem, o relator está ausente, nós podemos deliberar ou não deliberar, como aconteceu nos dois processos anteriores. Lembrando que o relatório foi favorável. Então, vou colocar em deliberação se vamos votar ou não. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu me lembro de várias vezes não ter sido votado por o relator não estar presente, mas agora, consultando o regimento interno, realmente, era um hábito e não uma questão regimental. É o art. 22. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** "Art. 22, § 3º - Ausente o relator por duas sessões consecutivas o presidente designará novo relator, providenciando a entrega do processo". Penso que esse caso se aplica quando não é apresentado o relatório, neste caso já estava em pedido de vista. Vamos votar esta Questão de Ordem. Quem é favorável votarmos o processo nesta sessão, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 16 votos). Temos maioria absoluta. Antes de votarmos o processo alguém quer se manifestar? Então, vamos votar o Processo 3.03 a pauta, o relator da SAERGS justificou a ausência, mandou um e-mail e registrou que os suplentes também não poderiam estar presentes. É o relatório favorável. Se o relatório fosse contrário a situação seria diferente. O pedido de vista da RGP. 5 também é responsável e é uma alteração de regime de atividade de GA 01 para GA 05, que é a mista. Então, quem é favorável á aprovação do item 3.03 da pauta, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 18 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos = 01 voto). Abstenções? (Contagem de abstenções = 03 abstenções). **APROVADA A RESOLUÇÃO DE ALTERAÇÃO DO REGIME DE ATIVIDADE DE GA 01 PARA GA 05**. **3.04. EXPEDIENTE: 002.288613.00.8. INTERESSADO: TB Empreendimentos Imobiliários Ltda. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. Protásio Alves, 10085. RELATOR: SMDE. ENCAMINHAMENTOS: 1. Relatado em 16/10/2018; 2. Vista à RGP. 3, RGP. 6,**

OP E UFRGS em 16/109/2018. Prazo relato de vista: 30/10/2018. NÃO CABE PEDIDO DE VISTA. Passo aos conselheiros que pediram vista. Quem pode falar primeiro? **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu não consegui ter vista ao processo por assuntos pessoais. Não pude comparecer na secretaria. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, nós tivemos dois precedentes nesta reunião e prorrogamos prazo. A pergunta que lhe faço é se faz o mesmo requerimento ou não? **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Olha, Presidente, podemos colocar em votação sim, já que não houve prazo de vista dos demais também, não tem porque este ser diferente. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Gomes, que também pediu vista. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Também tive dificuldade em ter acesso ao processo. Eu estive aqui duas vezes. Eu tinha uma sugestão de reunir quem pudesse, marcar uma hora e vir fazer esta avaliação. Eu gostaria de fazer isso e peço a prorrogação. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, vamos colocar em votação a retirada deste processo da pauta. Então, quem é favorável permaneça como está. Aprovado por unanimidade retirar de pauta o 3.04. **EXPEDIENTE: 002.288613.00.8 PRORROGADO O PRAZO.** Por favor, Conselheiro Gabriel. **Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**: Eu gostaria de acrescentar que quando a Arquiteta Simone fez a apresentação do processo do item 3.04 teve alguns questionamentos sobre os estudos ambientais e não estavam todos presentes no processo mãe. Então, eu desarquivei o filhote, que a gente chama, do processo da SMAMS e está disponível com a Aline caso vocês queiram fazer a consulta do que foi feito de estudos ambientais. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Gabriel. Bem colocado isso. O Item **3.05. EXPEDIENTE: 002.204727.00.6. INTERESSADO: Locar – Locação de Imóveis Ltda. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. das Indústrias, 1344. RELATOR: IAB/RS. ENCAMINHAMENTOS: 1. Diligência à RGP. 2 em 25/09/2018. PRAZO PARA RELATÓRIO: 6/11/2018. CABE PEDIDO DE VISTA.** O IAB está ausente ou estou enganado? O IAB está ausente e foi em diligência para a RPG. 2. Conselheiro Adroaldo. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, eu vou fazer a leitura do que originou a visita deste Conselheiro na região e na comunidade onde vai acontecer esta obra do estacionamento. (Manifestação fora do microfone). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Quando alguém estiver com a palavra tem que deixar terminar, senão eu vejo como desrespeito. Este processo é aquele que o IAB ao invés de relatar ou no prazo do seu relato, nós entendemos que ele converteu em diligência. É uma diligência inusitada, sem muito precedente, mas o conselheiro da região acatou isso e vem a se manifestar. Agora nós temos que ouvir o conselheiro. O processo não está relatado ainda. Já que foi interrompido eu vou passar. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu estou com um entendimento um pouquinho diferente,a te gostaria de esclarecimento. Pela maneira que está sendo colocado, se nós houve relato e o IAB não está para fazer o relato, como que ele vai fazer em nome do IAB o relato de diligência? Ele tem direito a fazer depois como vista, mas agora temos uma diligência que o relator é quem apresenta a diligência, até onde eu sei, ou convocar um membro do governo, um técnico e tal, para fazer um relato de

vista, algum esclarecimento de vista. Eu acho que não é o caso, não é o momento ainda da manifestação. Como diligência a manifestação não é do Adroaldo. É o meu entendimento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Como eu falei, é um caso inusitado e quero compartilhar essa decisão com os senhores. Assim, o conselheiro vai se manifestar da forma que ele bem entender, eu não vou impedir o conselheiro de se manifestar. Se ele quiser se manifestar da forma que bem entender, ele vai se manifestar. Então, eu acho que não cabe vetar o conselheiro. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Não tem nada de inusitado. Concordo com o Gomes, tomar o mesmo procedimento que se fosse diligência para um órgão público. Diligência é uma solicitação do relator, ele pede diligência, o processo volta para o relator, aí o relator vai fazer o seu relato. Então, se hoje está voltando a diligência ao relator, hoje o relator vai pegar de volta esse processo e vai poder fazer seu parecer na próxima reunião. Nenhum órgão público aqui em nenhuma vez deu relato de diligência. Não existe na nossa praxe, vou começar a me restringir nesse caso, que às vezes é a praxe e às vezes é o regimento escrito. A praxe sempre foi que a diligência não tem relato. Não estamos cerceando a palavra do conselheiro, porque aqui não está falando como conselheiro, estaria falando como diligente e como diligente nunca se abriu fala, era uma informação ao relator, o relator é quem deve receber e processar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Adroaldo, então, o senhor se manifeste como quiser. Se quiser relatar relate, mas lembramos que é diligência e que o processo retornará ao relator para emitir o relatório. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Na verdade, o conselheiro fez um relatório do processo no dia 25/09/2018 e no final ele faz um encaminhamento que diz o seguinte: “Encaminhamento do processo para análise e reunião do Fórum da Região de Planejamento 2, o qual determinará a forma, tanto de divulgação à comunidade, quanto de debate, consulta ou audiência pública, a fim de decidir pela aprovação ou não do projeto. Após retornará ao CMDUA para nova apresentação, considerando eventuais encaminhamentos oriundos de processo deflagrados pelo Fórum da região”. Então, gostaria de dizer que a gente acatou, estive na comunidade, fizemos reunião lá na associação de moradores do bairro, fiz uma reunião no Fórum de delegados, trouxe a ata, que anexei ao processo. Colegas, se essa moda pegar do conselheiro relator transferir talvez uma tarefa, onde o próprio relator deveria ir até o local para fazer a averiguação e trazer sua sugestão, vai ficar muito cômodo. No pedido de vista, naturalmente, a gente faria isto aqui. Eu considero esses relatórios que eu trouxe como resultado da vista, porque tem propostas aqui da própria comunidade. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Este processo tem mais um agravante. E, Conselheiro Campani, eu usei o termo “inusitado” porque não é praxe passar para outro conselheiro. Foi somente por este motivo. Ele tem mais um agravante que é a ausência do relator aqui. Então, não vamos votar nada aqui, vamos encaminhar este processo para o IAB. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu entendo a boa intenção do colega conselheiro relator do processo, até porque é uma premissa minha, na minha região, todo o processo que peço vista convoco uma reunião para discutir com qualquer um dos delegados que comparecer, mas me parece uma interferência do relator em cima do conselheiro regional. Pelo o que o Adroaldo acabou de ler, está repassando realmente esta tarefa e obrigação para que ele como conselheiro regional faça. Então, seria mais fácil, como o Adroaldo colocou, já está vindo com o pedido de vista pronto, antes do voto do relato. Eu vejo desta maneira, gostando ou

não algumas pessoas aqui. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu entendo diversamente, o IAB propôs que a região avaliasse também este empreendimento. É o mesmo que nós fazemos, que a Tânia quer fazer na região dela, mesmo que tenha vindo um parecer favorável a região pode vir aqui dizer que é contrária ao empreendimento. Então, a região toma para si a questão do empreendimento. Então, o que eu entendi, ele quer ouvir a região. Claro, ele poderia ter marcado com o Adroaldo, convocar o Fórum e ir lá. Aí estou de acordo contigo, Jack. Quero entender que ele quer dar uma dinâmica de que a região tenha conhecimento do que está sendo proposta. Eu acho isso muito importante, porque a região toma impacto e nós estamos vendo na RGP. 6 a manifestação contra aquele empreendimento na beira do rio. Inclusive, domingo vai ter uma manifestação sobre o empreendimento da Maiojama. A Região Centro também vai fazer uma manifestação, porque é contrária a diversos empreendimentos. Então, a cidadania quer ter o direito de discutir, porque ela sofre o impacto. Este é o meu ponto de vista. Obrigado! **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Presidente, no meu entendimento esta diligência deveria voltar, anexar ao processo e o relator tomar uma posição, depois sim abrir para a questão de vista. Não tem porque, se é uma diligência anexa, o relator vai fazer o relato e aí abre para vista. Obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Isto foi bem debatido no dia que foi aprovado. O relator não está pedindo se a região é a favor e faça o parecer de vista. O relator está pedindo, pela característica do projeto, segundo a Lei Complementar nº 434, art. 44, § 1º, inciso 2º, que por ser enquadrado como (Inaudível), deve ser realizado consultas e audiências públicas. O que ele está perguntando é se a região quer fazer debate ou não. É isto que ele está perguntando. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Mas já fez. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Só para contribuir na colocação do Campani, na Ata 2777, do dia 18/09, linha 414 e 415 fica bem claro qual é o pedido: "Determinar a forma de divulgação na comunidade, se vai ser por debate, consulta ou audiência". Ele não pediu para fazer, ele mandou perguntar, com base no Plano Diretor, que diz que tem que ter instâncias participativas e mandou perguntar, está bem clara a colocação. Eu não estava nesta sessão, mas eu costumo ler as atas quando me são encaminhadas antecipadamente. Aqui está bem claro, ele não queria que fizesse uma audiência, ele mandou perguntar se a comunidade quer debate, consulta ou audiência pública. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, o processo será encaminhado para o relator para as providências cabíveis, sendo que o relator é o IAB. **EXPEDIENTE: 002.204727.00.6 RETORNA AO RELATOR IAB/RS. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O Felisberto mencionou a RGP. 6 sobre uma situação que está acontecendo lá, que é o Loteamento Ipanema... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Gomes, eu posso lhe fazer um pedido. Está programado falarmos nas comunicações sobre isso. Então, lhe convido para deixar para depois. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Pode ser, eu me manifesto lá. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Item **3.06. EXPEDIENTE: SEI 16.0.000017107-0. INTERESSADO: Rodrigo Moreira Milano. ASSUNTO: Gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro. LOCAL: Rua dos Canudos, localizada na MZ 08 UEU 014. RELATOR: CAU-RS. PRAZO PARA RELATÓRIO: 06/11/2018.**

CABE PEDIDO DE VISTA. Este Não foi relatado ainda, o CAU está na reunião. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Como nós somos marinheiros de primeira viagem, tanto eu como o Arquiteto Vinicius, que é o titular, nós queremos fazer este parecer juntos. Então, não fizemos até agora e pretendemos fazer na próxima oportunidade. Obrigada! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, fica retirado de pauta, porque neste caso, inclusive, o prazo era hoje, ele sequer foi relatado, diferente dos outros, que são de vista. **3.07. EXPEDIENTE: SEI 16.0.000023952-2. INTERESSADO: SMS. ASSUNTO: Gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro. LOCAL: Rua Alexandre Camaquã, localizada na MZ 10 UEU 002. RELATOR: RGP. 6. PRAZO PARA RELATÓRIO: 06/11/2018. CABE PEDIDO DE VISTA.** Conselheiro Gomes, vai relatar? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Vou. Conselheiros, este processo trata de um gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro, localizado na Região 7, Lomba do Pinheiro. Trata-se de uma rua pequena que existe lá há algum temp. Esta rua deve ter uns 80 metros. Qual é a finalidade desse processo vir para nós? O cadastramento deste logradouro tem a finalidade de viabilizar a aprovação do projeto e execução da Unidade de Saúde Família Esmeralda. Pena que a representante não está aqui para nos falar da importância que tem esta unidade de saúde para a região. E a maneira de viabilizar as aprovações, os licenciamentos em função da unidade de saúde e ter um logradouro cadastrado. Então, é muito simples, é um logradouro que vai ter, aproximadamente, 12 metros. Ele consegue se viabilizar com 12,5m de largura e atinge, mais ou menos, 80 metros. Existe há muitos anos, vou mostrar algumas fotos. Essas páginas são as próprias do processo eletrônico. Percebe-se que há uma organizar mínima urbana. Inclusive, a rua é pavimentada, sem esgoto cloacal. DMAE, é parte de esgoto cloacal, esgoto bem limpo, desobstruído. É muito simples o processo, este conselheiro é favorável ao gravame e ao cadastramento desse logradouro. Era o que tínhamos. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Realmente, um processo bem simples. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Quero parabenizar o Gomes pelo relato, porque conheço bem esta região, fui advogado de um usucapião ali e a importância que tem o posto de saúde para esta comunidade. Eu acho importante a aprovação, quero endossar as palavras do Gomes. A comunidade vai ser beneficiada. Havia um conselheiro que morava nessa rua, Gomes. Por isso que eu quis me manifestar sobre isso, era o Gil Goulart, morava exatamente atrás do posto. Por muitos anos brigamos por este posto de saúde na Vila Triângulo Esmeralda. Então, isso é importante para a região, é um gravame que vai beneficiar a comunidade, é um posto de saúde, vai dar acesso às pessoas ao posto. É diferente de us processo de gravame, que acabam prejudicando as comunidades. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Antes da votação, alguém quer se manifestar? Então, vamos colocar em votação o processo 3.07. Quem é favorável, por favor, que se manifeste. Aprovado por unanimidade. **EXPEDIENTE: SEI 16.0.000023952-2 APROVADO POR UNANIMIDADE O GRAVAME VIÁRIO E CADASTRAMENTO DE LOGRADOURO**. O **3.08. EXPEDIENTE: SEI 16.0.000000877-6. INTERESSADO: Arquiteto Paulo Gustavo Menna Barreto. ASSUNTO: Inclusão de traçado viário e cadastramento de logradouro. LOCAL: Beco do Armando, localizada na MZ 008 UEU 050. RELATOR: SMIM. PRAZO PARA RELATÓRIO: 06/11/2018. CABE PEDIDO DE VISTA.** O Conselheiro Cavagni, da SMIM, obrigado por ter vindo. Ele faz o pedido para retirar de pauta. A Aline acabou de falar com ele. Então, assim como o ponto 3.06, como não foi

relatado ainda, uso a faculdade que lhe confere para retirar de pauta e postergar. **EXPEDIENTE: SEI 16.0.000000877-6 RETIRADO DE PAUTA-ADIADO. ITEM 4. Comunicações.** Em comunicação, tenho dois assuntos e vou inserir o terceiro agora, que são os processos que estão na Ordem do Dia, mas não estão aptos à votação. É para todos os conselheiros saberem que o conselho tem que deliberar sobre isso, mas por algum motivo não é possível deliberar na reunião. Alguns conselheiros vieram me procurar, dizendo que isto acaba confundindo. Então, a gente vai voltar a como era antes, os processos que não estão aptos. Foi uma tentativa de aperfeiçoar, que restou frustrada, mas nunca vamos deixar pauta sem que apareçam os processos que estão sob análise deste conselho. Outro ponto de comunicação que quero colocar é do processo da Maiojama, denominado Loteamento Ipanema. Esse processo, inclusive, tem nota oficial da prefeitura. Como aqui foi colocado por dois conselheiros eu me sinto na obrigação de trazer para vocês informações primárias de como o governo, a prefeitura, a secretaria se manifesta neste ponto. No ano d e1996 a FEPAM concedeu a licença de instalação do loteamento. No ano de 1997, se não me falha a memória, no Governo Raul Pont, foi aprovado nesta casa o loteamento. E no ano de 2000 foi ajuizado pelo Ministério Público uma ação civil pública, que perdurou até 2011. No ano de 2011, lá no Supremo Tribunal Federal foi transitado em julgado, o processo terminou com algumas conclusões. Primeiro... É até difícil falar isso, que não existe mata atlântica ali, todo mundo sabe que sim, mas judicialmente ficou decidido que não se aplica nenhuma legislação de mata atlântica ali. E que seja indutado o arroio, o Arroio Espírito Santo. E que não se exija, porque já tinha LI, que não se exija Eia Rima. Este processo quando entrei na secretaria estava na pauta da secretaria com parecer da PGM orientando a secretaria a licenciar. Nós emitimos um termo de referência renovando todos os estudos, tem mais de um volume inteiro só dos estudos, esses estudos foram todos atualizados. No dia 30 de abril este estudo foi apresentado para a secretaria, que vistoriou o local, emitiu parecer que os estudos estavam a contento em relação ao termo de referência, onde envolve fauna, flora, meio físico, biótico, etc. E a análise desse processo é uma análise *sui generis*, específica, porque é uma licença ambiental que é obrigada a conceder. Todos os processos de licenciamento, toda a possibilidade de negar está presente, neste não está presente porque como a licença estava em vigor quando questionado judicialmente, a decisão restabeleceu aquela licença. Lembrando que o loteamento já está incorporado, com matrícula individualizada, com rua já pública. Previamente á emissão da licença, nós na secretaria fizemos questão de fazer uma reunião na comunidade, onde dois conselheiros aqui presentes foram na reunião. Tinha, aproximadamente, 50 pessoas, em uma igreja do bairro, onde o empreendedor apresentou, eu apresentei mais ou menos o que estou falando aqui aos senhores. Ouvimos diversas perguntas, esclarecimentos. O processo está em fase de revisão da licença de instalação do loteamento. As quadras estão na CAUGE aguardando a emissão da licença do loteamento. Com a emissão da licença do loteamento dará reinício á análise das quadras, também já foi tudo aprovado naquela época. Então, este é o relato, a palavra está aberta aos senhores. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, o que eu ia relatar, muito do seu relato contempla, que houve toda essa questão, que eu fiquei sabendo na reunião convocada pela SMAMS, fiquei sabendo do história do Loteamento Ipanema, que eu não tinha conhecimento. Toda essa história da questão jurídica que houve, o tempo todo que demorou e tal, essa audiência pública que o município convocou, tinha um sentido de informar a comunidade de que o processo estava a reiniciar em função dos fatos relatados. Percebeu-se na reunião, claramente, que o público todo que estava lá eram pessoas que historicamente estavam envolvidas nesse processo. Algumas estavam lá quando no início

quando começou a contestação, aí eles relataram como foi o início dessa luta, das manifestações públicas, passeatas, várias manifestações, a busca do Ministério Público. O Ministério Público promoveu essa ação, que ao longo dos anos foi sendo julgada, até... Eu não me lembrava o ano, 2011 que o presidente falou, onde foi dada a sentença máxima pelo STF, que deu esse direito só empreendedor de tocar o empreendimento, que já é um empreendimento com toda a questão cartorial resolvida. Existe incorporação, existem as matrículas dos quarteirões, etc. e tal. Percebe-se pelas redes sociais uma parcela da zona sul sinalizando novamente da mesma maneira. Inclusive, teve uma manifestação no domingo, às 16 horas, no sentido de tentar inibir o empreendimento. Eu não estou nem discutindo o que é processo, não vou discutir o que não é processo, Felisberto. Então, se eu achar interessante vir para cá, vou avaliar se vou convocar ou não a região, até porque nós estamos com enorme dificuldade de fazer as convocações, estou sem apoio, a secretaria não tem mais a Ruth que fazia isso, mas se transformar em um processo importante poderemos convocar e discutir, mas não vou colocar a região a discutir uma coisa que não está em processo. é um movimento que está iniciando, é um direito das pessoas, alguns amigos estão indo lá e me ligam. Eu não fui porque estava em outra atividade que eu achei mais importante, senão teria ido lá para ver como está acontecendo as coisas. O que temos? Um movimento livre, social, não sei o que vai dar, mas estou curioso também, porque nesse tempo que está parado o empreendimento, eu andei de carro pelas ruas lá, a gente até fica assim, poxa, isto é uma mata fechada, fora o riacho, os próprios manifestantes disseram que o riacho está podre, porque ele vem com contribuições do Espírito Santo, vem descendo. Provavelmente o lugar mais puro que tem aquele riacho é exatamente ali onde entra esse terreno, porque ali tem mata nativa, mata virgem, não está ocupada, está bem preservada. Então, vou observar o movimento como morador da região que sou, para ver onde vai dar esse desfecho. E tenho uma enorme curiosidade, Presidente, de saber o que acontece com um caso deste que foi julgado e rejulgado, se tem como abrir novamente o processo, que é o que a comunidade vai querer. As pessoas que a gente têm conversado no particular, parece que eles querem fazer o mesmo caminho, o Ministério Público, nova ação e tal. E como fica com quase todas as instâncias judiciais que já s manifestaram sobre esse caso. Era isso e obrigado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** O problema é que a gente tem certa esquizofrenia, aqui eu sou conselheiro pela ABES, mas sou delegado da Região 6 e a esquizofrenia está em, a SMAMS, que é a presidência deste conselho, a gente tem que começar a ver como que nos relacionamos, porque a SMAMS também é presidente deste conselho e eu sou delegado da região. Houve a reunião e eu fiquei sabendo pela comunidade um dia antes da reunião, não pela SMAMS, não por este conselho. E é isso que alguns delegados de regiões, o que alguns conselheiros de regiões estão reivindicando que a secretaria tem que dizer. Os delegados, os fóruns regionais fazem parte da legislação. A secretaria não pode se omitir de regiões que não têm exatamente tido reunião dos seus fóruns. Faz parte da legislação, a legislação não está sendo cumprida, se fala tanto aqui em estatuto, tem que cumprir a legislação, qualquer coisa que se afaste da legislação é abominado, mas a legislação não está sendo cumprida, não sei quais os fóruns estão se reunindo. O meu Fórum não está se reunindo e teve reunião na região, eu como delegado da região não fui convocado e acho que deveria de ser convocado pela SMAMS, já que foi uma reunião chamada pela SMAMS e eu sou delegado da região. Depois tem o período de comunicação geral? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós estamos em comunicação. Todos os conselheiros, não estou falando em delegado, todos os conselheiros receberam o e-mail,

foi enviado para todos os conselheiros sobre essa reunião, não foi uma audiência pública, a reunião com a comunidade foi enviada para todos os conselheiros do COMAM e do CMDUA. Se não receberam é problema de informática, alguma coisa aí. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Conselheiro da região. Eu como conselheiro não recebi. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiros do conselho, vocês que estão aqui. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu não recebi e lembro ao secretário, o conselho não se esgota em si, nós temos os fóruns regionais que estão sob a as tutela e o senhor não tem ajudado o mínimo para que os fóruns regionais se efetivem. Lembrando que o senhor era conselheiro suplente deste conselho. Nós tínhamos uma funcionária designada só para este serviço de apoio, mas o senhor já fez a sua percepção sobre o assunto, mas continua a questão de que a pessoa existia, o senhor estava neste conselho coordenação suplente da OAB. Então, sabe que existia a pessoa, esta pessoa foi demitida, não foi nomeado ninguém para cumprir esta função. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu vou me ater ao assunto do empreendimento da Maiojama. Eu só entendo, independente de questões jurídicas que possam ter havido, não havia legislação á época, que fala do estudo de impacto de vizinhança. Então, eu acho que esse deve ser o enfoque novo. Eu lembro que há um arroio, como o Gomes falou, e houve uma discussão no primeiro momento à distância para poder fazer o loteamento. Era de 30, ou 15, ou 7 metros. Parece que ali foi determinado 7 metros com a canalização do arroio. Eu não tenho conhecimento total desse processo, eu tenho visto os comentários que tem no meio do arroio para um lado e para o outro. Há vários arroios na cidade que sofrem do mesmo problema e muitas comunidades de regularização fundiária passarão por isso, no Cristal tem uma, na PGP. 6 tem outra, que é na Dorival Castilho Machado e assim vai. Então, se vale para a Maiojama a lei e a canalização que beneficie ao empreendimento, também que valha para as comunidades que estão há anos esperando a regularização e a resolução dos seus problemas. Era isso que eu queria colocar. Eu acho que tem que ouvir a região sim, nem sempre uma decisão judicial é a mais correta, apesar de que nós temos a coisa julgada, que tem de repente um bom advogado. Quero dizer que o advogado desse grupo é um ex-ministro da corte, Athos Gusmão de Carneiro, um ex-ministro dessa corte. E a gente sabe como funcionam determinadas legislações neste país. Eu sou advogado há 44 anos, não sou advogado neófito ou novo nisso. E a gente sabe o compadrio de algumas decisões beneficiam determinadas corporações. Então, não estou levantando nenhuma suspeita, estou apenas fazendo uma colocação. Eu estou mais preocupado não é nem tanto com o empreendimento da Maiojama, por mim que ela faça o empreendimento que quiser, eu estou preocupado é com as mais de 300 comunidades que esperam a regularização fundiária. As pessoas sofrem com diretriz e cima de diretriz, não se respeita a construção das casas das pessoas, não se respeita a identidade dos barros, em troca de um pseudoemprego, que depois que acaba a obra acaba o emprego. Vejam o caso da Arena, que está lá, e os empregos são onde? E muitas vezes a mão de obra que é colocada lá nem daqui é, vem de fora. Eu fui conselheiro da Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental, eu organizava, convocada as reuniões. Então, não faz a menor diferença se a secretaria não me dá apoio, eu faço a convocação dos meus delegados, mas isto é uma atitude minha. O regimento é omisso quanto aos fóruns regionais de planejamento, já falei isso e reitero. O nosso regimento continua omisso. Aí teve um douto procurador da PGM que disse que não era preciso. *Data vênia*, salvo melhor juízo, nem sempre a interpretação das leis é a mais correta e não é por se

rum procurador da PGM que eu não vou contestar. O parecer dele é omisso em relação aos fóruns regionais. Nós temos que discutir isso, Secretário, porque os fóruns sofrem um problema de convocação, sofrem com problema de reunião. Se depender dos conselheiros, alguns se reúnem, se não tiver com delegados também não tem como se reunir. Aí entendo a questão do Paulo Jorge e outras regiões que têm problema de delegados. Eu entendo que seja importante, que a secretaria esteja atenta a este problema. Obrigado. **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Eu tive uma convocação, mandaram por whats, não me recordo quem mandou, foi um convite, até um recorte de jornal, não sei se saiu no DOPA ou em algum jornal de bairro. Participei também da reunião. Na verdade, a favor do projeto eram só os técnicos do projeto e proprietários, porque a plenária toda era contrária à proposta, pelas manifestações que a gente pode observar. É uma questão de análise, como foi comentado aqui, é uma questão de muito trabalho para aqueles que são contrários à proposta, porque vão ter que retirar uma situação já consolidada, transitado e julgado, como se fala no Direito. Então, não é uma função e uma tratativa muito simples. Claro, eu também sou, além de morador, delegado da Região de Planejamento 6, e tenho total interesse em estar informado sobre esses assuntos, até porque esse não vai ser o primeiro e nem o último grande empreendimento a se instalar em Porto Alegre. Então, nós temos que ter este olhar sim, tentar manter as bases legais, respeitar o meio ambiente, mas também temos que trabalhar com o crescimento e desenvolvimento da cidade. Então, dentro desta colocação, em relação a este manifesto que teve no domingo, eu recebi pelas redes sociais a informação, não foi convocado. Alguns amigos que colocaram no Facebook e eu pude ver. Então, não foi uma chamada exclusiva para conselheiros, para delegados, foi uma situação de mídia social mesmo, onde alguns ficaram informados e outros não. Então, não podemos também culpar totalmente a secretaria em relação a esta chamada para tratar sobre este assunto. É importante colocar que todo assunto que for tratado em relação ao desenvolvimento urbano e ambiental da cidade, que chegue a este conselho, que seja repassado. Isso eu acho que é bem-vindo para a informação de todos, para que não haja essas manifestações de que uns sabem e outros não sabem. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheiros. Ainda estamos em comunicações, vou levantar outro ponto aqui. Os senhores receberam pelo e-mail um parecer pela procuradoria, que é referente ao Item 3.11 da pauta, que é o processo do Country Club, que foi relatado pela METROPLAN, teve pedido de vista, como foram levantadas várias dúvidas foi encaminhado para a PGM, que respondeu, os senhores receberam o parecer e vai para a próxima reunião para deliberação desse processo. É por isso que fizemos esta pauta separada, porque este parecer da PGM veio ontem, no final do dia. Então, não íamos enviar a vocês e já colocar em votação, mas estará apto à votação na próxima reunião. Alguém mais quer se manifestar em comunicações? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para notificar o conselho, semana passada a Jussara veio me substituindo, porque eu estava em um Congresso Interamericano de Vigilância Sanitária Ambiental, que a ABES é o capítulo brasileiro, é a entidade brasileira que representa essa entidade, que pega todo o continente e pela segunda vez fomos eleitos vice-presidente de planejamento financeiro desta entidade. Então, só para colocar aos colegas esta nossa manutenção na atividade que reúne todo o continente. Também convidar para maio do ano que vem, teremos um congresso específico na área de resíduos sólidos, que congrega todo o continente americano na Cidade de Assumpção, que não está tão longe, até dá para ir ali participar desse seminário. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de**

Planejamento Dois – RGP. 2: Presidente, quero fazer um registro, este conselheiro juntamente com o conselheiro da RGP 1, o Conselheiro Felisberto, nós fomos convidados pela Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Foi uma espécie de debate, uma explanação no dia 31/10/2018, sobre o 4º distrito, um diálogo entre atores sociais e conhecimento sobre o território. Então, as professoras do curso de arquitetura, a Professora Elenise Campos, a Professora Vanessa Marques, socióloga, a Geógrafa Lucimar Siqueira, a Professora Anelise Costa. Também esteve presente lá nos apoiando a Conselheira Claudete do ACESSO. Naquela ocasião falamos mais como comunidade do que como conselheiro. Eu achei interessante, as pessoas estão interessadas em conhecer melhor as regiões para contribuírem e pouco material nós temos, pelo menos eu da Região 2, porque o material que conhecemos é dos grupos de trabalho da prefeitura. Então, eu gostaria de deixar como sugestão de trazer um grupo de trabalho desses que estão discutindo o 4º Distrito, trazer ao conselho para que todos os conselheiros se atualizem como proposta das regiões 1 e 2, mas que possam também instigar conselheiros das suas regiões conheçam os projetos que a prefeitura guarda para si, discute com empreendedores. Então, eu acho importante. Seria isso, esse registro que eu acho importante. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Completando o que o Adroaldo falou, para nós como pessoas e cidadãos de Porto Alegre, quando somos convidados nos sentimos muito feliz, porque por mais que muitas vezes a gente não tenha o conhecimento suficiente e técnico, a gente tem uma parte de ter vivido na cidade e conhecer o que foi a cidade. É importante que a plateia não era só de pessoas com idade, eram pessoas jovens. O que eu noto é que a memória dessa cidade está se perdendo. Eu me lembro que havia na Secretaria Municipal da Cultura a memória dos bairros e que era um belo empreendimento, tinha livros sobre a memória dos bairros. O 4º Distrito é composto por vários bairros e tem uma história rica de comércio, de indústria. Quem conheceu o 4º Distrito na década de 60 a 70 sabe bem a pujança daqueles bairros. Hoje é uma decadência e tem comunidades, como a Vila Flores, que a partir da sua criatividade da economia criativa, do tal empreendedorismo, da inovação. Eles tentam recuperar a identidade dos bairros. Isso é importantíssimo, porque tem pessoas que ainda acreditam no potencial e na pujança da comunidade. E nós não podemos deixar de valorizar e de fomentar isso nos bairros. Sempre que eu puder vou falar na questão da identidade dos bairros, porque é importante a gente ter na memória. Não pode em nome da modernidade descaracterizar a história dessas comunidades. Eu vou continuar sempre defendendo isso como uma posição de cidade. Não é o progresso que vai descaracterizar uma cidade. Eu posso ser chamado de atrasado para alguns, mas para quem viveu a pujança de determinado bairro, como Belém Novo e ver como está hoje, pessoal, é uma decadência total. Quem conheceu Belém Novo lembra do Restaurante do Poleto, era um restaurante que dava gosto ir lá, hoje completamente destruído, não se aproveita, não há memória da cidade. Na Restinga é a mesma coisa, no Lami também. Eu penso que isto é fundamental. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Até não ia falar, mas como a gente fala muito aqui no conselho em modernização, queria sugerir uma leitura que está sendo divulgada na Feira do Livro, é bem interessante, fala muito deste conselho, que é a cidade e a modernização. Quem tiver a oportunidade, já que nós, constantemente, trazemos a discussão, e deixo como sugestão para este conselheiro, que seja chamada esta pessoa para nos falar um pouco da cidade modernização. É o Milton Cruz. (Manifestação fora do microfone). Não sabia disso! Então, trabalhou nesta secretaria, o que ele diz aqui tem muita propriedade. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Senhores, sem mais manifestações? Então, agradeço a presença de todos. Hoje tínhamos

uma pauta longa e estamos fazendo a reunião em um serviço de tempo bem razoável, o que demonstra que é possível passar todas as mensagens de uma forma objetiva, sintética e sem prejudicar em nenhum momento o conteúdo e a manifestação de todos. Obrigado! **Término às 20h30min.**

O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.

Maurício Fernandes	**Aline Brum de Lima**
Presidente	*Secretária Executiva*
	Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2018, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2783/2018

Aos treze dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Alexandre Cavagni (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; Cláudia Remião Franciosi (Titular), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Júlio Picon Alt (1º Suplente), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2778; 3. Debate e votação das emendas 1, 3 e 4, e da proposta do regimento; 4. Eleição dos vice-presidentes; 5. Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Sejam todos bem-vindos à reunião do conselho, reunião 2783, dia 13/11. Temos a missão de encerrar, pelo menos esta é a nossa expectativa, encerrar a discussão do regimento, que desde julho estamos com esta pauta. Então, não colocamos os processos para avançar neste item. Então: **2. Votação da**

Ata 2778. Alguma consideração? Quem é favorável á aprovação da ata permaneça como está. Ata aprovada! **ATA APROVADA POR UNANIMIDADE**. Senhores, sobre o regimento nós entregamos para vocês, até fizemos questão de imprimir, nós entregamos um espelho, que tem a missão e o propósito de facilitar a compreensão. Então, qual é a proposta que eu gostaria de validar como metodologia de trabalho? É o seguinte: a emenda 1, 3 e 4 á proposta do regimento nós precisamos votar. Este foi o espelho que a presidência enviou a vocês, iv, com uma ordem numérica para facilitar o trabalho e também será projetado. Vamos votar cada item deste e a cada item vamos fazer uma discussão, onde o proponente, que são o DEMHAB, ASBEA e RGP. 6, o proponente defende, alguém contrário contesta e a gente vota, com 01 minuto de manifestação. Votadas as emendas 1, 3 e 4, que faltam, aí sim vamos votar a proposta de regimento. Com a aprovação de qualquer item da emenda a proposta de regimento, por óbvio, será alterada. Depois da votação das emendas a gente faz uma votação de aprovação ou rejeição do regimento, lembrando que esta votação tem que ser por maioria absoluta do conselho, por força da Lei Complementar nº 661. Validamos esta metodologia? Alguém é contrário? **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Primeiramente, dizer que sim, a gente gostaria de apreciar o regimento o mais rápido possível. No entanto, apresentamos algumas propostas, que não são essas que estão colocadas aqui, propostas de emendas, igualmente válidas como essas apresentadas pelas entidades. Nós vimos que na mesa elas não constam e nos causa espanto. Quais são as regras? As regras são as apresentadas pela presidência e cabe aos conselheiros seguirem as regras que a presidência apresenta ou a gente pode apreciar, enfim, qual o poder do conselho em relação a sua própria normativa? Então, é essa a preocupação que a ACESSO levanta e gostaria que constasse em ata. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Júlio, cabe esclarecer, os senhores receberam, está na mesa, o calendário de trabalho, no dia 27/07 foi feita a apresentação da proposta e a definição de um prazo para o recebimento das emendas, que foi dia 21/08. Iniciamos a discussão em outubro e estamos com a intenção de concluir. Então, o prazo para as emendas já foi superado, inclusive, já votamos o substitutivo, foi derrotado no plenário. Então, recebeu o número de emenda 2, um substitutivo que mudava a forma de entendimento, por isso ficou prejudicial, se fosse aprovado o substitutivo à emenda 1, 3 e 4 cairiam. Então, esta metodologia de nossa parte está clara. Eu vou colocar em votação a nossa proposta de validação dessa metodologia de votação das emendas, da 1, 3 e 4 para que se faça a votação do regimento, lembrando que a redação se tornará definitiva caso alguma emenda altere o regimento. A proposta de regimento. Temos consenso? **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Vou pedir desculpas, mas não, não tem consenso. A gente acredita esta forma como está sendo apreciada pelo secretário é uma forma equivocada e que vamos acabar fazendo uma eleição meio que, digamos, não sei se é o termo exato, mas uma eleição a cabresto, vamos escolher quem a gente acha que deve ser escolhido para seguir a normativa anterior do nosso regimento. Então, são essas as preocupações em relação à democracia interna do conselho. Então, pedimos apreciação, pedimos que se registre em ata o nosso dissenso. Depois vamos ver. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu solicitaria que o Conselheiro Júlio retirasse o termo “a cabresto”. Eu não estou a cabresto de ninguém, este procedimento foi claro, teve um calendário de trabalho com a ciência de todo mundo. A primeira fase da votação foi votada, que foi a questão do substituto. Então, este termo me agride enquanto conselheiro da Região 6. Peço que retire este termo chulo, tosco e inconsequente. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no**

Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Eu queria esclarecer que nós vamos participar dessa votação, mas gostaria de deixar registrado em ata, com muito constrangimento do processo, como eu já falei em outras vezes. Eu fui ler a ata, esta que aprovamos hoje, onde está dito que as razões da votação ou não aceitação da emenda que apresentamos é porque nós havia uma correspondência com esse substituto que foi apresentado pela secretaria. Também o nosso procurador geral diz que é obrigado a dar ao conselho o direito seu de debater tanto uma minuta quanto a outra. Ele reconhece isso, mas depois, por um subterfúgio do discurso diz: "Por isso teria que eu fazer uma análise pura e simples da proposta que ainda não existe". Para encerrar, só queria deixar o nosso constrangimento. Eu não vou usar as palavras que foram usadas, mas quero dizer que é uma forma, como já foi dito por vários colegas, a gente trabalhou 40 anos em planejamento, eu nunca vi uma proposta de regimento, seja do que for, ser conduzida desta forma. Tudo bem, e uma novidade, a gente aceita, foi votado pela maioria, mas do ponto de vista da tática, do ponto de vista da dinâmica... Eu não sei qual o termo poderia usar para não ser ofensivo, mas foi uma jogada para fazer com que alguns itens fossem acrescentados, outros não e não foi feita nem a análise de uma proposta, que a gente considera ainda a mais completa. Tudo bem. Obrigado! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos ou boa tarde. Eu também me sinto constrangido e entendo que a votação do regimento adquiriu uma dinâmica que não é a usual. Normalmente, quando a gente apresenta um substitutivo, o fato dele não apresentar a numeração correta, pode ser renumerado. É simples, basta ter uma comissão de sistematização, como eu tinha proposto, que não foi acatado, ficou sob o controle do presidente, exclusivamente, a decisão se acata ou não, aí submete ao plenário e não propicia uma ampla discussão e que a gente poderia debater o regimento, democratizar este conselho, mas tudo isto está sendo evitado. Eu lamento isso, venho de um conselho que o regimento é discutido, tem uma comissão de sistematização, é referência no mundo inteiro como participação. Lá não há nenhuma decisão sem passar pelo crivo dos conselheiros e lá só conselheiros propõem, se não está com a numeração correta pode se renumerar, que é a coisa mais elementar. Isto não é justificativa para não aceitar a proposta das três entidades. Eu quero lamentar, vou me abster de toda votação, não concordo com a dinâmica, meu voto é contrário que tudo que está aqui. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu respeito o posicionamento dos senhores. Contudo, registro que todas as deliberações são tomadas pelo plenário, notadamente, da emenda 2, que já foi apreciada no mérito pelo plenário. Vou botar em votação a metodologia, a gente aprova ou rejeita a emenda 1, aprova ou rejeita a emenda 3 e a 4, destacado cada item. Depois sim que vamos votar ou rejeitar a proposta de regimento após as emendas. Quem é favorável a esta metodologia, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 12 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos = 03 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 04 abstenções). **APROVADA A METODOLOGIA**. Então, a emenda 1 é de autoria do Conselheiro Furtado. O senhor quer se manifestar? **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa tarde a todos. O DEMHAB apresentou a emenda 1, que diz o seguinte: "Os conselheiros poderão até o início das sessões apresentar junto à secretaria executiva declaração de voto em processos pautados por escrito, que deverá ser lido pelo presidente durante a votação e computado, independentemente, da presença do conselheiro". A justificativa dada, a emenda visa inserir uma garantia aos conselheiros em uma eventualidade que impeça o seu comparecimento, para que possam manifestar sua posição mediante a apresentação da declaração de voto por escrito em um processo que esteja pautado no conselho. Apesar

de termos o conselheiro titular e os suplentes, sempre há situações de imprevisto, que poderia apresentar um voto por escrito, como é utilizado em alguns conselhos, alguns fora do Brasil, no mundo inteiro. O voto por escrito é válido e tem que ser apresentado antes do início de cada sessão do processo pautado. Isto é para uma eventualidade. Esta é a defesa. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Alguém é contrário? Eu proponho que seja 2 minutos para as manifestações contrárias. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu só queria esclarecer que dependendo do esclarecimento eu posso mudar de posição. Tu citastes que conselhos do mundo inteiro usam isso. É um voto por procuração. Cita 3 conselhos, por favor. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Senhor Hermes, eu não acho adequado isso. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Como assim, Secretário? Ele justifica e isto aqui continua seno uma brincadeira? Ele faz uma justificativa em cima de uma verdade, que não é bem verdade. É muito simples, cita três conselhos. Isso é voto por procuração, não existe. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em nenhum momento é voto por procuração, a sua premissa está equivocada. É o voto do próprio conselheiro... (Manifestação fora do microfone). Eu não quero empenhar discussão aqui no conselho, mas é que a sua premissa, respeitosamente, está equivocada. O senhor faça a sua manifestação. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu pedi esclarecimentos. Se me disseres uma entidade confiável eu até mudo de ideia. (Manifestação fora do microfone). Isso o senhor considera um absurdo? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Sérgio Brum, são os dois que pediram a palavra. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, eu estou pedindo um esclarecimento que é anterior. O senhor tenta atropelar todos os processos de discussão! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Senhor, Hermes, o senhor usou as palavras: tática, jogada, brincadeira. Não é a forma que a gente conduz! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Então, como que o senhor quer que eu diga? O nosso Conselheiro José Furtado fez um questionamento questionável, eu gostaria, com toda a gentileza de solicitar que ele esclareça exatamente o que diz dizer ou quais os conselhos no mundo inteiro que usam esta tática de voto por procuração. Para isto nós temos o 2º e 3º suplentes. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu registro que o Supremo Tribunal Federal usa este tipo de colocação, que eles chamam de julgamento virtual, é bem comum. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu gostaria de considerar em relação à defesa que o presidente do conselho está fazendo, que não entendo adequada, entendo que o seu papel não é de defender esta proposta. Segundo, entendo que o conselho se reúne em data e horário certo, por convocação, tem o titular, os suplentes e esses devem, necessariamente, articularem-se. O meu segundo suplente não é do SENGE, mas a gente tem uma articulação. Na última reunião eu não pude estar aqui e o Geraldo veio no meu lugar e sei como ele atuou nessa reunião, porque depois conversou comigo. Então, não vejo nenhuma razão para que a gente virtualize este conselho. No momento em que eu colocar esta declaração de voto, que pode vir na mão de um terceiro para cá, eu estou implantando um conselho virtual. O melhor seria não ter mais reunião do conselho, fazer

via internet. Se é por declaração de voto eu deixo lá na internet e em certo momento a secretária reúne os votos de todos e faz a votação. Não é por aí! Nós estamos tratando de um conselho que se reúne, de conselheiros que sustentam seus votos com argumentação e eu me sentiria totalmente desconsiderado indo para uma votação neste conselho com 5, 6 votos feitos por declaração aqui dentro. Eu me sentiria muito desautorizado em vir aqui e votar contra votos por declaração. Eu acho que nós temos que vir aqui, temos que sustentar as nossas teses. Se há algum entendimento com aqueles conselheiros que eu entendo que são servidores da administração, se há algum impedimento em vir na reunião do conselho, sempre vai poder conversar com o suplente ou com o segundo suplente para vir aqui. Então, não vejo razão para fazermos esta abertura, vejo como inadequada esta emenda. Obrigado! **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** QUESTÃO DE ORDEM. Queria apontar para fazer destaque, fazer a leitura de todas as emendas e apontar o destaque, depois abrir a discussão. Até para a gente dar mais dinamismo, senão abre uma discussão aqui, ali e não vai dar efetividade, resultado, né. Então, faz toda a leitura, fazemos os destaques e depois abre para fazer a defesa ou para ser contrário. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu acho o seguinte, vamos ler tudo, dar os destaques e depois discutir. Presidente, tem que dar prazo, falou uma, duas vezes, não pode fazer cinco, seis vezes para o mesmo destaque. Uma defesa, uma réplica e vai para votação. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu proponho que a gente tenha uma síntese para que a gente possa seguir essa síntese, discuta tema a tema, vote tema a tema. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu coloco em votação para passar toda a ordem das emendas e vamos escolhendo destaques. Então, quem é favorável à proposta do Conselheiro Emerson, por favor, que se manifeste... (Manifestação fora do microfone). O Conselheiro Gomes coloca se esse destaque seria da emenda. Eu acredito... (Manifestação fora do microfone). Essas emendas 3 e 4 mexem em vários artigos, para facilitar nós fizemos uma ordem por item. Ela não muda o texto, só bota em cada item um artigo corespondente, que tem um tratamento específico na proposta. Por exemplo, a ordem dois da emenda 3 insere o inciso 15. Colocamos aqui: “Item 2 votar junto com a emenda 10”. Por quê? Porque a emenda 10 do Gomes diz respeito à mesma coisa. Então, a gente fez essa pontuação, essa ordem, por artigos. O item 3 da ordem é só referente ao inciso,porque ele altera só o inciso. Então, procuramos facilitar isto aqui. Alguma dúvida? Então, coloco em votação quem é favorável à proposta do Conselheiro Emerson, para que a gente avance na leitura das emendas e, se assim entender o plenário, que sejam feitos os destaques para aí sim discutir. Quem é favorável, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 13 votos). Quem é contrário à proposta do Conselheiro Emerson? (Contagem de votos = 08 votos). Quem se abstém? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADO ANALISAR AS EMENDAS**. Vou propor outra proposta de análise, em cima da aprovação do Conselheiro Emerson, ao invés de destacar toda a emenda a gente destacaria só a numeração da ordem estratificada da emenda. Por quê? Porque de repente é interesse de discutir um dos artigos da emenda e não toda a emenda. É nesse sentido. Entenderam? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Primeiramente, peço desculpas pelo atraso. Durante a semana eu mandei para a secretaria do conselho, gostaria de saber como foi entendida, porque na emenda 2, na pauta foi retorado. Então, como está a questão da emenda 2, que pelo menos na pauta foi retirada. A emenda foi recebida pela secretaria como emenda, todo debate que foi entendido como substitutivo e

todo debate foi no sentido de que queremos o melhor regimento para este conselho. Existem alguns itens que estão na proposta da emenda 2, que foi assim catalogada, que foi assim cadastrada, que foi assim registrada na secretaria. Existem algumas coisas que não foram debatidas, na reunião passada que se falou de regimento se fez uma abordagem geral, mas alguns itens estavam lá e podem perfeitamente... Não sei por que as pessoas já estão apresentando resistência? Podem perfeitamente se encaixar e nós sairmos desta discussão com melhor regimento possível para este conselho. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. A emenda 2 foi rejeitada pelo plenário, o senhor está falando do substitutivo, já foi analisado o mérito no plenário. Foi rejeitado, se eu não me engano, na reunião de 02/10. Nós aprovamos a metodologia de aprovação do regimento desta reunião em plenário também, já foi votado. Registro o que já falei para alguns conselheiros, individualmente, não tem nenhum problema da gente ter no futuro uma nova proposta de alteração do regimento, recuperando pontos que o senhor destaca. Por enquanto isso já foi afastado pelo plenário. Eu vou colocar esta proposta da presidência, de ao invés de destacarmos toda a emenda que a gente destaque só o item da ordem da emenda. Alguém tem dúvida? **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Secretário, na verdade, é verdade ou contra, ninguém vai poder fazer emenda dentro da emenda. É a favor ou contra a proposta, senão não dá, se mudar uma vírgula mudou o texto. Então, tem que ser na íntegra, ou aprova ou reprova. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, eu não me fiz claro. O que quis dizer, como funcionaram as emendas? A emenda 3 alterou 4 artigos. A proposta, um destaque da emenda vai trazer 4 artigos à destaque e a minha proposta é que o destaque seja feito só com a ordem, que é da planilha o item específico. Hipoteticamente, se eu não concordar com a inclusão de alteração do inciso XV, eu não preciso destacar toda a emenda 3. Eu destaco o item 2 da emenda 3. É isso que estou dizendo. Está claro isso, senhores? Não há sentido destacar toda a emenda, a gente destaca o item. Então, coloco em votação que o destaque não vai destacar toda a emenda, vai se dar na nossa metodologia sobre o item, que é esta colona da esquerda... **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para registro da ata, que está sendo transcrita aí perfeitamente. Eu nunca votei assim em nenhuma alteração de regimento, de todos que eu já participei. Normalmente, qual a proposta original? Art. 1, não tem alteração, vota-se em bloco os que não têm alteração, depois o artigo, se tem alteração vota os artigos que tem alteração. Eu nunca votei desta maneira, mas só para registro, não vou incomodar ninguém aqui, deve ter outros experts em votação de regimento interno aqui, que deve ter outra maneira. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Está registrado. Então, a emenda 1 já foi analisada, inclusive, esclarecida. A emenda 3, do Sérgio... Tu queres fazer a manifestação? Pode ser? E no data show vai sendo acompanhado. Como já foi discutido, efetivamente, não deliberamos, houve a discussão. Então, a emenda 1 proposta pelo DEMHAB, quem é favorável á aprovação da emenda 1, por favor, levante o braço. (Contagem de votos = 12 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos = 09 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADA A EMENDA 01**. Quando votarmos o regimento vale com este texto aqui. Sérgio, por favor. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Primeiro, na proposta tem a retirada no art. 2º o item 15. Então, a nossa proposta é que volte ao original do primeiro regimento, que é: “Julgar recurso dos empreendedores, as decisões

das comissões". É nós parte que trata das competências, é sobre o que compete ao conselho. No regimento atual existia e a proposta do governo era de retirada disso. Então, esse é um item para voltar ao original. No art. 4º, que trata sobre a presidência, a nossa proposta é voltar ao regimento atual, que é sobre a forma de votação na escolha dos vices: "As entidades não governamentais votarão, exclusivamente, para o (Inaudível) cargo de vice-presidente, eleitos pelas entidades governamentais e os representantes das comunidades votarão exclusivamente para o preenchimento de cargos de vice, eleitos pelos representantes das comunidades". A proposta do governo é o texto de minuta: "Os conselheiros votarão para o preenchimento das vagas de vice-presidente, elegendo por maioria os respectivos representantes das entidades não governamentais e representantes de regiões de planejamento". Então, esta é uma alteração. A primeira é igual ao regimento atual, o segundo item também voltar ao regimento atual. O 4º, que é o art. 5º, trata do que compete ao presidente. Então, a proposta da minuta do regimento diz: "Providenciar diligências aprovadas pelo plenário". Se eu não me engano eu volto para como está no regimento atual. Foi retirado o item: "Instalar comissões de assessoramento técnico". A minha proposta é que volte o item que está: "Comissões de assessoramento técnico". Do item 5, aquele que o texto de minuta trata, no regimento atual não tem horário, se eu não me engano. Na proposta propõe quinzenal das 14 às 18 horas. Aqui a proposta é que seja semanal, das 18 às 20h30min. O 6º, tem dois aspectos, porque no 6ª é sobre um aspecto já existente tanto no regimento atual, aí houve uma alteração na minuta proposta, a 6B sim é alguma proposta nova que não existe no regimento atual e nem na minuta. É no art. 17, eu vou ler o atual: "Art. 17 - Anunciada a apreciação de um processo se fará à exposição da matéria pelo Relator, passando-se à discussão e à posterior votação, se for o caso. Parágrafo Único - No curso da discussão é facultado, por uma única vez, pedir vistas do processo, devendo o Conselheiro que solicitou as vistas devolvê-lo no prazo máximo de sete (7) dias corridos, ou reconhecida a necessidade de prazo maior, este será definido pelo Presidente do Conselho". Na minuta também propõe os 7 dias corridos, mas a minha proposta é que não seja 7 dias corridos. Se for aprovado semanal, proponho que sejam 7 dias podendo pedir prorrogação para votação. Senão for aprovado proponho que seja de 15 em 15 dias, ou seja, sempre que tiver a sessão. A pessoa teria que trazer o seu relato quando tiver a sessão ordinária e não extraordinária. E também a votação do plenário para prorrogação seria um critério de maioria simples. O 6B, o que estou propondo é: "Anunciada a apreciação de um processo se fará à exposição da matéria pelo Relator, passando-se à discussão e à posterior votação, se for o caso". No retorno da vista, hoje a pessoa faz um relato, passa muito tempo, a pessoa pede prorrogação e a gente vai depois relatar a vista, já entra em votação, mas às vezes a gente não lembra do que está se tratando. Então, a proposta é que no retorno da vista que se faça um relato sucinto, que mostre uma imagem, que mostre o que estamos falando para o entendimento do processo antes da votação. O 7º era um erro de grafia, só isso. O 18º ainda é sobre a forma, o regimento atual tem a forma de expressão em cima de uma ordem pré-estabelecida ali, que não lembro se é por ordem alfabética ou das entidades, não lembro como é feita a distribuição dos processos. A minuta propõe o seguinte: "Preferencialmente será analisado por conselheiros que tiverem processos em suas Regiões de Gestão de Planejamento, em havendo o impacto significativo, podendo uma entidade requerer a relatoria Conjunta com o Mesmo, este processo terá andamento prioritário por ser matéria afeta a Região de Gestão de Planejamento". Proponho retirar esta ideia da minuta, deixar como está o regimento, porque se deixar vai de encontro ao critério de rodízio. A região tem prioridade na vista. Um sobrepõe o outro. A proposta é retirar esta proposta de minuta do governo. Era isto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**

Dando continuidade à ordem de análise, chamada de emenda 4 da RGP.6: O CMDUA, instituído pela Lei Complementar nº 434 de 1º de dezembro de 1999, com organização e estrutura definidos pelo Decreto nº 20.013 de 15 de junho de 2018 é o órgão de integração do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento". Na proposta eu faço uma observação em relação ao decreto que estaria regendo o conselho, que é este novo, a observação seria no sentido de o que for contemplado nessa minuta vai receber a devida correção no próximo decreto. Nós tínhamos conversando com a procuradoria, ele acaba não tendo efeito prático. Segundo informação da procuradoria isto está resolvido. Tu vais destacar depois. Secretário, na reformulação quando fizemos a primeira avaliação que foi feita do procurador, tenho quase certeza que eu tinha retirado esta emenda, em função da explicação dada pelo procurador. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu registro que as emendas chegaram a este relatório fruto das atas do conselho. o senhor como único postulante da emenda, ou o senhor retira a emenda, ou mantém. Fique à vontade. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu retiro, Secretário. A 10ª, vide a emenda 2, que recupera a competência do conselho ao julgar os recursos dos empreendedores, as decisões a que se refere o inciso I e parágrafo único do art. 38... É a mesma emenda 2 do Sérgio. Como ela não tem efeito, como já vai ser debatida, não faz diferença. Então, eu retiro por uma questão operacional. Ela exatamente a 2. A 11: "Art. 2º, Parágrafo Único – As deliberações do CMDUA deverão ser fundamentadas, com indicação dos fatos e fundamentos técnicos e jurídicos". Eu peço para retirar o termo "jurídico", que entendo que por ser um conselho leigo não cabe a nós fazermos uma análise jurídica das matérias que aqui discutimos. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Esta emenda é item 11, tem destaque de: SAERGS, RGP. 1, 5, 3 e IAB. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O item 12, Presidente, também feito aos comentários que eu li na planilha que eu recebi do procurador, eu concordei e retire também. Como não consta aqui estou retirando. É questão secundária e a explicação da procuradoria me contempla. Item 13: "Os conselheiros votarão para preenchimento das vagas de vice-presidentes". Ela é exatamente a mesma emenda 3. Então, não tem necessidade de estar aqui. Retiro, não tem a necessidade de fazer a mesma discussão. A 14, vide emenda 4: "providenciar diligências aprovadas pelo plenário e instalar comissões de assessoramento técnico". Ficou igual a tua, Sérgio. Eu tinha retirado esta. Retiramos porque não tem a necessidade de fazer a mesma discussão. A 15A: "Perderão os mandatos os representantes das Entidades ou Regiões de Gestão do Planejamento que, por 5 (cinco) sessões, deixarem de comparecer às reuniões do Conselho, sem justificativa, ou vierem a descumprir os atos de postura e Ética da Administração Pública e Interesse Público". Eu sugiro por 3 sessões sem as devidas justificativas. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, o 15A era tudo o mesmo artigo, o que está é só do caput. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** 15B: "§ 1º - Quando estas faltas atingirem 2 (duas) sessões, o fato deverá ser comunicado às entidades representadas pelos Conselheiros faltantes, alertando–as sobre a situação e suas consequências". A 15C: "Em se concretizando as faltas nos limites previstos neste artigo, será demandado às respectivas entidades representadas que indiquem novos representantes para completarem os seus mandatos. No caso dos Conselheiros das Regiões de Planejamento, com a promoção de novas eleições". **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Quem destaca?

SAERGS... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A 15B: “Em havendo infração de postura e ética ou aos princípios contidos no Caput deste artigo bem como aos princípios da administração pública (legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e impessoalidade) ou ao princípio infraconstitucional do interesse público, o Conselheiro ou a Entidade será responsabilizado por seus atos, apurados por Comissão de apuração de falta constituída por determinação do Presidente do CMDUA, composta por um membro de cada segmento, Conselheiro das Regiões, Conselheiro das Entidades Governamentais e Conselheiros das Entidades Não Governamentais, podendo receber a penalidade de Advertência, Suspensão ou Exclusão do Conselho”. Eu estou incluindo a participação nesta comissão de apuração de todos os setores aqui que têm assento, governamental, não governamental e regiões. A 16, vide emenda 5, é igual a do Sérgio, eu retiro. E o horário está *sub judice*. A 17, vide emenda 6: “Anunciada a apreciação de um processo se fará à exposição da matéria pelo Relator, passando-se à discussão e à posterior votação, se for o caso. Parágrafo Único - No curso da discussão é facultado, por uma única vez, pedir vistas do processo, devendo o Conselheiro que solicitou as vistas devolvê-lo no prazo máximo de sete (7) dias corridos, ou reconhecida a necessidade de prazo maior, este será definido pelo Presidente do Conselho”. Eu coloco o plenário como definidor desse recurso dos prazos. Eu vou deixar em aberto, se alguém quiser fazer destaque. (Manifestação fora do microfone). Está sendo anotado cada destaque após a leitura. A 18: “O prazo para o encaminhamento das propostas de estudos ou projetos urbanos prioritários, pelos Conselheiros, ao CMDUA, deverá ser até primeiro dia útil do mês de julho”. Isto aqui tem no regimento proposta e nós anterior. A minha proposta, face ao nosso aprendizado, em função de um período que se deu a eleição, é que se mude para a seguinte forma: “O prazo para o encaminhamento das propostas de estudos ou projetos urbanos prioritários, pelos Conselheiros, ao CMDUA, deverá ser até primeiro dia útil do mês de julho, ou no primeiro mês após a aprovação do Regimento Interno se estiver em discussão”. Aí pega a dinâmica do funcionamento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Destaque no item 18: SAERGS, RGP.1 e ACESSO. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A 19: “A revisão do Regimento Interno deverá ser aprovada pela maioria absoluta de seus membros, por iniciativa da Presidência”. A proposta: “A revisão do Regimento Interno deverá ser aprovada pela maioria simples de seus membros, por iniciativa da Presidência”. Houve uma questão de conceituação, Presidente, do que seria a maioria simples, maioria absoluta e eu retiro. Obrigado, conselheiros! **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Só destacar as emendas 3 e 4. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na emenda 3, item 2, é o mesmo do item 10, que foi retirado pelo autor da emenda. Então, o item 2, como ninguém destacou, considera-se aprovado. Item 3 diz respeito em relação a quem vota dos vices. Por que apresentamos a proposta de que o plenário vota nos vices e não só o segmento? Porque, primeiro, a vaga é do segmento, não se altera isso. Tem uma vaga das entidades e uma das RGPs e isso não se altera. Como funciona hoje? Só as entidades votam nas entidades e só as regiões votam nas regiões de planejamento. Nós propomos que seja o plenário a votar, porque entendemos que o vice é do conselho, não é só do segmento. Este é o nosso ponto. A ACESSO fez um destaque. **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Pois, então, só colocar que a ACESSO valoriza muito estar neste conselho, é uma organização com mais de 25 anos, já conhecíamos o conselho, valoramos as regiões de planejamento. Então, eu acho que pela forma como o processo

está ocorrendo (Inaudível/falha microfone). Vamos para as emendas, em relação à emenda 3, que faz uma alteração em relação ao preenchimento das vagas. Tradicionalmente, o acordo que se tinha nas gestões passadas era que as entidades escolhiam entre seus pares o vice-presidente e as regiões escolhiam seu vice-presidente. A criação do vice-presidente é importante porque consegue dar um diálogo, uma representatividade e possibilidade maior de negociação entre todos. Este é um conselho tripartite, pois bem, estamos defendendo que se mantenha esta forma do regimento anterior, achando que é a mais condizente com as necessidades do conselho. salientamos que já temos um presidente eleito e não há discussão, é a pessoa mais capaz para estar à frente, um presidente escolhido pelo executivo. Então, gostaríamos de escolher os nossos representantes, as entidades, eu falo por uma entidade e gostaria de escolher entre meus pares o meu representante. Não é demérito algum aos demais conselheiros, só gostaríamos de fazer a escolha entre nós. Em relação à emenda 4... Só a 3? Está bem! Obrigado! **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Júlio, o que tu estás dizendo é a mesma coisa que estou propondo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ele está defendendo. Eu fiz o destaque para rejeitar a emenda e ele fez para aprovar. Então, vamos à votação. É a votação de quem vota nos vices. Repito, a vaga dos vices ninguém mexe, é quem vota nos vices. Temos que colocar em votação a emenda. Em votação a emenda, item 3, quem é favorável se manifeste. (Contagem de votos = 14 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos = 07 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADA A EMENDA ITEM 3**. Destaque á emenda 4, ACESSO. **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Em relação à emenda 4, que é o art. 5º da proposta do regimento antigo e novo. No art. 5º inicia, mas não está no nosso resumo, desta tabela em mãos, mas está nesta aqui da horizontal. Aqui diz que no art. 5º, ao presidente e vice-presidentes compete, aí a gente só faz o destaque nesse sentido, para a proposta de alteração coloca que só compete o presidente e não aos vice-presidentes. É a mesma argumentação, que é muito importante os vice-presidentes de entidades e das regiões, é muito importante que eles também tenham competências paralelas ao presidente. É somente isso. (Manifestação fora do microfone). Então, se não vai mudar para nós está tudo ok. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A emenda 3 não alterou o caput do 5º, alterou o incido 6 do art. 5º. O inciso VI do art. 5º só muda para fazer constar e instalar comissões de assessoramento, que, inclusive, o governo deu acordo nisso, era para constar mesmo. Infelizmente, precluiu outra discussão. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Só para explicar, porque o procurador já disse, o presidente não estando quem assume é o vice, se o vice assume a presidência tem as mesmas competências que o presidente. Entendeu, Júlio? **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Entendi perfeitamente... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ninguém fez emenda neste ponto e podemos alterar o regimento no futuro, mas neste ponto se reabrirmos discussão não vamos concluir o processo. Em relação ao item 4 de instalar comissões de assessoramento técnico, era objeto da emenda do Gomes, deveria constar mesmo e na nossa proposta não constou. Então, como foi destacado u vou botar em votação e defendo a aprovação, porque foi uma falha que assumimos aqui não constar. E no caput do vice, o vice vai substituir o presidente sempre. Então, em votação o item 4. Quem é favorável á aprovação da emenda item 4, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 21 votos). Contrários? (Contagem de votos

= 01 voto). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADA A EMENDA ITEM 4**. Destaque do item 5. O que acontece? Esta questão do horário, a proposta de alteração do regimento segue o decreto, que está *sub judice*. Em votando a proposta de ficar das 18 às 20 horas, se o decreto restabelecer o regimento vai contrariar o decreto. A proposta original contraria uma medida liminar, que é transitória, que pode cair ou ser definitiva, que aí o decreto vai ter que ser alterado e o regimento se adequar ao decreto. Então, nós mantemos a proposta de deixar segundo o decreto, porque é uma situação temporária, que pode levar anos, mas é temporária. **Armando, Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre:** O horário do funcionamento do conselho está sendo determinado por uma ordem judicial. Então, não adianta, por exemplo, vamos supor que a maioria votasse pela aprovação de todas as terças, quinzenalmente, das 14 às 18 horas, não teria valor nenhum, porque hoje há uma ordem emanada do poder judiciário, que deve ser cumprida. Aprovar agora qualquer alteração é temerário. Quem vai decidir é o judiciário, não são mais os conselheiros, nem o executivo, porque o que está em discussão é o decreto, não o regimento interno. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu vou fazer uma Questão de Ordem. Nós aprovamos antes que teria duas falas de 2 minutos para se manifestar em relação à emenda. Depois, mudamos a metodologia de fazer por destaque e não combinamos como seria essa discussão. Eu não me sinto confortável de destacar uma emenda e depois todo o plenário de manifestar sobre isso. Eu acredito que quem destacou é quem tem que se manifestar. Enfim, quero compartilhar para que não pareça que eu estou vetando manifestações. Eu acho que quem destacou é quem deve se manifestar. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Com a máxima vênia quero discordar, tendo em vista que sempre a soberania de um conselho é do conselho, independente da ordem de um decreto ou decisão judicial. No momento em que há um acordo deste plenário, a própria entidade pode aportar aos altos entrar com uma petição dizendo qual o horário... (Manifestação fora do microfone). Pode! A liminar é aclara, de que deve manter o horário que permita o comparecimento das pessoas, não é questão das 14 ou 16 horas, é que permita a participação dos conselheiros. A RGP. 1 entende que nós podemos votar, discordando da observação do douto procurador do município e do presidente deste conselho. Esta é a minha posição e eu quero que conste em ata. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu entendo o seguinte, uma vez votado isto aqui vamos ter um novo regimento impresso e redigido. Então, senão votarmos isto também não fica a proposta da minuta. Quero ver se ele volta, como está sub judice, se fica como estão regimento atual, que não existe horário. Se não poder ser votado, não pode ser alterado, volta como está hoje. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Entendi. É interessante. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Nós temos aqui uns 03 advogados, dois pareceres diferentes. O Direito é um pouquinho menos preciso que a engenharia, menos ainda que a biologia, a biologia talvez seja mais precisa do que o direito e a engenharia. Então, vamos ter 04 advogados, provavelmente 04 pareceres diferentes. Sérgio, o meu entendimento do que está valendo hoje, apesar de que não li, seu que o Felisberto leu o despacho do juiz, nem o regimento atual e nem o decreto, porque houve um decreto que revogou o regimento e há uma decisão judicial que diz que tem que ser no horário que agrade a todas as partes, que permita a reunião e participação de todos. Então, o que está em prática valendo, a reunião tem que ser no horário que todo mundo possa vir. Eu acho que o presidente de forma correta está conduzindo, no sentido de que o acordado era que falava só os destaques,

mas agora estamos na situação que não estamos discutindo destaque, estamos discutindo se pode ou não votar este item. Então, neste sentido vai a minha intervenção. O Brasil hoje tem toda uma corrente jurídica, nobre Procurado do Município, se estiver nos ouvindo?! Que discute profundamente as falhas na legislação, que no final um órgão que não poderia estar legislando, chamado judiciário, acaba legislando por causa da falha na legislação. Então, o nosso STF, ao invés de interpretar a constituição, ele fala da constituição como quer. Se nós não votarmos não vamos estar expressando qual é a nossa vontade política, que tem que ser dúvida pelo Senhor Prefeito, que na sua sensibilidade deve revogar o decreto nesse artigo. Esse regimento é um novo decreto, tem que ser formalizado sob alguma forma, que eu saiba sempre foi sob forma de decreto. Então, um novo regimento interno sob forma de novo decreto estará colocando um novo elemento em julgamento. Realmente, as entidades que moveram a ação pode procurar o Ministério Público, podem dizer que este item não tem que ser questionado. Não podemos pecar por omissão. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu acho que a gente pode construir uma solução de uma manutenção neste ponto do atual regimento. Estou propondo uma subemenda de plenário. O atual regimento não tem horário, se o plenário entender que a gente pode deixar como é o atual regimento, que não tem o horário. Então, onde consta das 14 às 18 horas ou das 18 às 20h30min, seria excluir isso. O texto não perde o sentido e a gente só tira a questão do horário. A gente pode discutir o horário, mas seria desnecessário. A gente não precisa aceitar isso, mas seria esta a proposta. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** QUANDO DE ORDEM. Eu sugiro que a gente retome esta discussão no final, porque está na minha emenda e do colega. Eu me sinto confortável com as interpretações jurídicas, que são diferentes, são de dois profissionais respeitados, um advogado militante e um procurador do município. Eu tenho uma preocupação muito grande em relação ao viés político, que pelo viés político sou pela democracia. O que der depois, nos ditames jurídicos, aí a gente vê o que acontece. Mas por que não ter a vontade do plenário registrado sobre isso? Então, eu deixaria para o final. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em votação a Questão de Ordem de transferir o item 5 para o final da reunião. (Manifestação fora do microfone). É só ordem de votação. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria mais uma vez registrar a falha no método, porque agora ficou bem claro que não pode acrescentar, não pode tirar. Agora, nesta excepcionalidade, nós vamos alterar uma das propostas. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas não é isso, isso não é Questão de Ordem! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu peço que fique registrado... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor está analisando o mérito, a Questão de Ordem é em relação... Nem se entrou nessa discussão, a questão é passar para o final das análises. **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. A intenção não é complicar, mas a forma como foi estabelecida essa discussão, automaticamente, gera isso pelo próprio método pouco ortodoxo que estamos estabelecendo aqui. Nós levantamos uma Questão de Ordem, da qual estava com a explicação da ÁREA, eu entendi, mas ainda estava uma questão que nós gostaríamos que fosse apreciada para votação, que era justamente na emenda anterior a esta. Nós estávamos solicitando que não fosse retirado o vice-presidente, do art. 5º. Agora na emenda subsequente há uma Questão de Ordem, que igualmente não foi votada pelo

método que o senhor está defendendo aqui, anteriormente. Agora nós temos que alterar o nosso entendimento, que foi defendido pelo secretário, por vontade do secretário. Este conselho tem que funcionar com a opinião dos conselheiros, das regiões de planejamento, da prefeitura. A gente sente muito pelas decisões estarem sendo tomadas dessa forma. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está registrado. Gente, Questão de ordem não é discurso, estamos no meio de uma votação. Júlio, a situação anterior é totalmente diferente, porque a emenda que tu trouxeste não estava destacada. (Manifestação fora do microfone)... **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A emenda é qualquer alteração! Se eu (Inaudível/falha no microfone/discussões paralelas) o vice-presidente pelo presidente é uma alteração. Isso se chama menta, que é qualquer alteração. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Os autores das emendas, tanto o Sérgio como eu, retiramos a emenda, se o presidente concordar em retirar. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** *Data vênia*, não é o presidente quem tem a concordar. Ou votamos o texto original, ou votamos a emenda que consta no regimento proposto ou votamos a emenda que apresentaram. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheiro. A RGP. 6 retirou os itens 9, 10, 12, 13, 14, 16 e 19. O horário da reunião está destacado por mim no item 5, de autoria da ASBEA. E a emenda item 16, o Gomes á retirou, porque estava contemplada no item 5. Então, ficando a emenda 3 da ASBEA no item 5. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** O entendimento é se pode ou não pode. Eu acho que vota e ela fica de alguma forma pendente ao parecer que está na justiça. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu vou colocar em votação o item 5 para o final da análise do regimento. Quem é favorável? (Contagem de votos = 09 votos). Contrários? (Contagem de votos = 10 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 02 abstenções). **REPROVADA A PROPOSTA DE TRATAR O ITEM 5 NO FINAL**. Então, vamos discutir. Eu vou propor que este art. 15 da proposta, em conjunto ali, a gente excluir ele, a gente tira ele, o governo não apresenta proposta com horário, ou seja, hoje não tem horário, a gente mantém assim, mas para isso eu preciso que a emenda 5 também seja retirada. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Nós já decidimos que íamos trabalhar em relação a esta minuta. Está vencido. Nós já decidimos que o que viria à votação era o texto da minuta do regimento e o texto da emenda. Isto também é matéria vencida. Nós já fizemos a negativa de alterar o texto da emenda que está em votação. Então, agora não podemos alterar esta. Nós vamos votar o que está aqui, é a ordem, esta foi a decisão tomada. Agora, há um conflito com o horário. Temos vários advogados aqui, então, que nos orientem, mas eu entendo que um decreto se sobrepõe a um regimento interno, o regimento está abaixo do decreto, assim como o decreto está abaixo da lei ordinária. Se derrubado na justiça o decreto o prefeito irá ter que reeditar o decreto com a correção que a justiça determinar. Por extensão o regimento será adaptado, quer dizer, a justiça derruba o decreto que o prefeito promulgou. Muda o horário, o regimento vai ter que mudar, se ele não decreto que as reuniões serão das 15 até a 1 da madrugada do dia seguinte. O prefeito vai ter que botar isso no decreto e nós vamos ter que botar isso no regimento para atender o decreto. Então, isso para mim dá a liberdade que a gente voto aqui a emenda do jeito que está e vamos esperar a manifestação da justiça e o regimento se modificará na oportunidade. Por enquanto, sem problemas. **Armando, procuradoria Geral do Município de Porto Alegre:** Sérgio, o que vai decidir, na realidade, não é a vontade do prefeito e nem a vontade do

conselho, o que vai decidir é o juiz. Então, se hoje aprovarmos algo que é contra o decreto, juridicamente, tu não estás aprovando nada, até porque o regimento vai ser submetido à PGM. Esta aprovação vai ser indeferida tendo em vista a contrariedade ao decreto, que só está suspenso. Então, não vale nem a pena discutir isso, vale somente por uma questão política, não jurídica, porque o efeito é nulo. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Tu colocaste muito bem, é uma vontade política deste conselho de que as reuniões ocorram das 18 às 20h30min. Então, eu acho que vale a pena votar para registrar esta vontade política. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está claro, conselheiro. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Assim, eu quero mais uma vez discordar do nobre procurador do município, porque a partir da vigência do novo código de processo civil estabeleceu audiência de conciliação, que é exatamente para as partes chegarem a um termo de consenso. Tem mais uma coisa, hoje existem mediações de conflitos, é uma determinação também legal. Então, todos os processos podem sofrer, desde que uma parte peça a audiência. O Ministério Público também pode estabelecer o TAC, que é o Termo de Ajustamento de Conduta. Data vênia, eu acho muito estranho o que está ocorrendo aqui hoje. Então, quero deixar bem claro, o Felisberto enquanto advogado. Acho muito estranho não se procurar a resolução dos conflitos e estabelecer um conflito para ver quebra de braço. Nós estamos propondo que este conselho, com o seu poder deliberativo que tem vote e se posicione, diga ao prefeito o que este conselho pretende. Obrigado! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Felisberto, eu respeito as suas colocações, mas nego, veementemente, a partir do momento que a gente tira um assunto depende entro do conselho e leva para um juiz estamos abrindo mão de toda esta agenda de mediação que o senhor tão bonito falou. **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Em razão da pauta ser polêmica e a questão do decreto sempre foi um ponto de discordância dentro deste conselho, eu acho que a melhor forma para não agride a questão jurídica e nem a questão política é retirar as duas propostas até sair uma situação mais cômoda para o nosso conselho. Vai acontecer isso, uns a favor, uns contra e vamos entrar em atrito, não resolvendo nada da forma legal. Então, solicito que retirem e volte para a discussão em outro momento, quando tivermos o resultado de toda esta ação. Obrigado. **Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), Gabinete do Prefeito – GP:** Boa noite. Eu acho que a fala do Conselheiro Emerson é a mais razoável neste momento. Até conversei com o Conselheiro Felisberto, se não daria para flexibilizar o horário, nem às 14, mas também não ser às 18 horas. Um meio termo para não chegarmos tarde em casa, eu tenho filhos pequenos e sair daqui às 22 horas é um dia a menos que convivo com eles.eu acredito que podemos construir uma emenda de alteração do regimento, que pode ser a qualquer momento. Então, não teria nenhum prejuízo votar ou retirar as emendas e construirmos um novo texto. Não vamos discutir mais, senão vamos ficar patinando. **Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN:** Eu acredito que a proposta do Emerson é a mais razoável, mas só quero deixar uma coisa que existe dentro da METROPLAN, todos os conselhos da região metropolitana, nós participamos de todos os conselhos e a grande maioria funciona no horário comercial. Então, não é uma coisa fora do normal, a grande maioria, vou repassar para vocês o horário dos nossos conselhos. Tanto que eu não faço parte do parcelamento de solo, que são essas pessoas que fazem parte do parcelamento do solo que vão aos conselhos. Eu faço parte, sou assessora da diretoria, ninguém quis participar do conselho de Porto Alegre

porque ele fica fora do horário comercial. Então, eu sou a única pessoa que participa, eu não tenho substituto. A minha colega que veio me substituir, que faz parte do parcelamento de solo está com câncer terminal, não tem como me substituir mais. O outro está só por uma questão de obrigação no papel, porque não vai comparecer. Então, não é algo fora do normal esse horário. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu vou fazer a proposta de retirada no seguinte sentido, a nossa vontade está expressa nas atas, que mais de uma vez já manifestamos. As nossas vontades estão expressas. Se eu retirar e o governo retirar, só tem que ficar aquela adaptação, Maurício, sobre o que eu comentei, não pode ficar uma lacuna que não existe a forma de se reunir... (Manifestação fora do microfone). Sim, mas não ficou claro isso aqui. Tem que ficar claro, porque tem dois 15, aí o 15 vai ser o 16 e depois vai seguir. O 15 atual da proposta... Tem que ficar... (Falas concomitantes). Se o governo retirar eu fico com a opção de ficar com o que não tem horário, porque isso vai estar no decreto e não, necessariamente o que está no decreto tem que estar no regimento. Está claro, a nossa vontade está expressa. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu retiro, vamos avançar. Retiro e fica igual ao 14. (Falas concomitantes). Este assunto já está vencido. Vamos para o item 8, destaque da Conselheira Maristela. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** QUESTÃO DE ORDEM. Presidente, convida o procurador para sentar a seu Aldo, fica feio ficar batendo boca sem microfone, com os conselheiros sentados. Eu estou incomodado com isso. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu acho que ficar batendo boca também não é adequado á ética deste conselho, Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Serginho! **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu acho que tu tens que respeitar os conselheiros! “Batendo boca” não são termos. Nenhum de nós está aqui brincar! **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Com licença! Muito obrigada! Sobre o destaque do item 7, fala sobre a questão do “Preferencialmente será analisado por conselheiros que tiverem processos em uma região de gestão”. É a proposta e estão solicitando que seja retirado? É isso? Eu solicito a manutenção desta emenda. Quando iniciamos no processo, é recorrente que os novos conselheiros não estejam apropriados, qualificados tecnicamente para fazer o processo. Eu não acho louvável que tenhamos apenas a vista e depois virmos aqui como seres incompetentes. Até porque discutimos sobre a assessoria técnica. Diz o seguinte, “preferencialmente”, ele não diz “obrigatoriamente”. Então, justifico, quando é na região nós podemos ser os relatores, porque os pares que aqui estão, principalmente os técnicos, nós vamos nos socorrer deles, dos setores técnicos da prefeitura para também nos qualificarmos, não apenas como utilitários que a comunidade está participando. Chega, eu estou aqui para aprender e também para ensinar. Então, há esta necessidade de nos capacitarmos para sermos os relatores desses processos. Peço aos conselheiros que a gente mantenha esta emenda. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Como eu que fiz a proposta, só justificar, porque todos os processos vão ser de alguma região, isso significa que só as regiões vão relatar. Entenderam? (Falas concomitantes). Mas se o “preferencialmente” virar rotina vamos perder, aí vamos começar a escolher. Não estamos tirando a possibilidade da região, ao contrário, quando tem vista a prioridade é da região. Eu estou defendendo a minha retirada disso. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em votação a emenda 8, que retira um parágrafo que diz que preferencialmente vai ser analisado por conselheiros que tiverem processos em suas

regiões de planejamento. A proposta é retirar esse parágrafo. (Falas concomitantes). Estamos em processo de votação, gente! (Falas concomitantes). Nossa proposta do governo diz que preferencialmente os processos serão para a região de planejamento. A emenda retira isso, deixando tudo igual, como está nos outros artigos. Se aprovar emenda vai contrário á defesa da Maristela, se aprovar a emenda retira este parágrafo. Então, quem votar á favor da emenda retira o parágrafo e vota contra a defesa da Maristela. Entenderam? Então, em votação o item 8, quem é favorável à emenda, para retirar o parágrafo, que se manifeste. (Contagem de votos = 20 votos). Contrários à emenda? (Contagem de votos = 02 votos). Abstenções? (Contagem de votos = 02 votos). **APROVADA A EMENDA ITEM 08**. O próximo destaque é o item 11, teve pelo SAERGS, RGP. 5, 3 e 1, IAB. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O meu destaque era em relação à emenda, mas entendo que o entendimento técnico e jurídico não podem ser diferenciados. Se o técnico disser que não tem água para fazer um loteamento, que não vai ter água, isso tem o mesmo impedimento de uma questão jurídica. Ou tira o técnico jurídico, ou deixa os dois, não pode ter essa diferenciação. Este é o meu entendimento? O correto seria fundamentos com indicação de fatos e fundamentos. Este conselho não é técnico e não é jurídico, se houver alguma ilegalidade técnica ou jurídica para isso que o prefeito tem o poder de homologar ou não aos pareceres do conselho. Ou tem que deixar técnico e jurídico, a lei obriga se não tiver alimentação de água, se estiver abaixo da cota, que é uma questão técnica, também jurídica... Não existe esta diferenciação. É isto que quero fazer entender. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu vou na mesma linha do Hermes. Entendo que mesmo que não sejamos técnicos muitas vezes temos que dar uma opinião técnica. Eu sou pela manutenção como está. Era só isso e obrigado. **Geisa Tamara Bugs (1ª Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** O entendimento do IAB é pela manutenção dos termos, uma vez que há muitas decisões dos projetos aprovados aqui que tem questões jurídicas, além das questões técnicas e de cidadania, da população em geral. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu vou no mesmo sentido dos colegas, porque eu acho q não são só fundamentos técnicos que a gente utiliza nos relatos, mas temos que ter algum embasamento jurídico, senão lá na frente nós vamos ter algum problema e responder por isso. Então, sou pela manutenção do texto, contrário á emenda. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu mantenho o texto. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. O Gomes é o autor da emenda. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A preocupação foi baseada na experiência que temos aqui de 2 anos e meio, em que este conselho leigo é submetido a opiniões e votações que não temos a profundidade da percepção jurídica. Então, nós confiamos no que vem do governo para cá. Já ficamos em dúvida várias vezes. Então, não queria deixar esta responsabilidade da questão jurídica, que é muito mais pesada e muito diferente da questão técnica, porque a questão técnica qualquer cidadão tem uma percepção, mas vimos hoje o embate jurídico que se deu entre os doutos que aqui nos dão o prazer da convivência. Foi nesse sentido de desonerar essa obrigação. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, em votação o item 11, a proposta original está projetada. Quem é favorável à emenda, ou seja, para excluir o termo jurídico, que se manifeste. (Contagem de votos = 06 votos). Contrários à emenda? (Contagem de votos = 14 votos). Abstenções? (Contagem de votos = 02 votos). **REJEITADA A EMENDA ITEM 11**. **Darci Barnech Campani (Titular),**

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: DECLARAÇÃO DE VOTO. Este órgão não é técnico e nem jurídico, estado é um órgão democrático e de construção da cidade. O parecer técnico e jurídico vem da CAUGE. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Item 15A destacado pela SAERGS. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu vou defender que perderão seus mandatos, que seja por 5 sessões, ainda mais que está sub judice essa questão do horário, se for à tarde muitos conselheiros não poderão participar. Não custa na da fazer uma justificativa, mas como não está expresso de repente eu faço uma justificativa por telefone e não consta. Defendo que sejam 5 sessões, a não ser haja no regimento como que se justifica, se é por email e etc. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu coloquei esta questão do número de faltas em função de que tu tens um titular e dois suplentes, falta 5 vezes ao conselho... É sequência, eu acho um exagero. (Manifestação fora do microfone). Presidente, esclareça, porque na minha interpretação são 5 faltas emendadas. (Falas concomitantes). Faz assim, Presidente, eu retiro a proposta. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu vou suspender a reunião por 5 minutos, porque esta retirada retira outros parágrafos aqui. Então, fica retirada a proposta. (Falas concomitantes). **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** O 15C resolve o problema que existe no regimento atual e na proposta do governo, onde as entidades são penalizadas, ma s regiões não têm como, porque são eleitas em plenárias das regiões. A proposta do Gomes resolve, porque aí estará sendo criado o mecanismo para resolver, que é a nova eleição. Não tem como pedir para as RGPs para indicar novo membro. A questão de nova eleição corrige um erro no regimento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu vou suspender a reunião. Vamos dar uma lida. (Pausa por 5 minutos). Gomes, por favor. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Face a discussão e esclarecimento, eu retiro a emenda 15A e 15B, mantendo as emendas 15C e 15D. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vou colocar em votação. A votação de aprovação da emenda significa inserir esse dispositivo 15C. Então, quem é favorável à emenda? (Contagem de votos = 20 votos). Contrários? (Contagem de votos = 01 voto). Abstenções? (Contagem de votos = 02 abstenções). **APROVADA A EMENDA**. Agora a 15D. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** O nosso posicionamento não é contra a emenda e nem contra a redação original, o destaque é porque entendemos que este texto não tem que estar no regimento. Questão de ética, de moral, já tem legislação e colocar essas expressões nos traz um viés autoritário. A legislação já abriga isso, não precisamos colocar isso. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Antes de falarmos em ética tem que se eleger uma comissão, porque muitos conselheiros já infringiram a ética aqui ofendendo conselheiros aqui. Então, sou contrário. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A proposta foi no sentido de garantir a participação de todos os setores, que não ficasse só com o presidente, mas de todos. Eu sustento a emenda. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em votação a emenda item 15D. Quem é governo? (Contagem de votos = 17 votos). Contrários? (Contagem de votos = 05 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 02 abstenções. **APROVADA A**

EMENDA. O item 17 foi destacado pela ABES e RGP. 1, que altera um ponto específico, que está na projeção. Estou com uma dúvida, Gomes. Esta emenda é a mesma da 6A? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Foi retirada. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, foi erro meu. O item 17 foi retirado, porque a emenda 6A já foi aprovada sem destaque. Emenda item 18, destaque da RGP 1 e ACESSO. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Sou favorável a esta emenda, porque este conselho já começou com 6 meses a menos e tínhamos prazo para apresentar projetos por regiões. Então, parabéns a quem encaminhou esta emenda. Obrigado. **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Estou de acordo com a proposta, no entanto temos outras vezes alterações. Era isso que eu gostaria de esclarecer, porque também alteram outras coisas, enfim, vamos votar também? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Este item 18 prega sobre a aprovação do regimento. Então, depois vamos votar o regimento e encerrar. A única coisa que falta a gente votar é o item 18 e mais nenhum. Então, em votação a emenda 18, quem é favorável? (Contagem de votos = 24 votos). **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Agora vamos votar o regimento interno, redação alterada, fizemos diversas alterações e por uma formalidade temos que aprovar o regimento. Alguma dúvida? Então, quem é favorável à aprovação do regimento que se manifeste. (Contagem de votos = 21 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de votos = 03 votos). **APROVADO O REGIMENTO INTERNO**. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu votei favorável porque me curvo à decisão da maioria. Ainda ficamos insatisfeitos por não ter sido acolhido o nosso substitutivo, mas foi um aprendizado a todos nós. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós temos mais um ponto de pauta, que é a eleição dos vice-presidentes. **4. Eleição dos vice-presidentes**. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Presidente, eu sugiro que a gente suspenda em 5 minutos para nós escolhermos entre os nossos pares. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, está suspensa por 5 minutos. (Pausa por 5 minutos). Eu peço que algum conselheiro das entidades manifeste a escolha da vice-presidência representando as entidades. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** A votação não foi unânime, só o SINDUSCON se absteve e o resto pela votação pelo SAERGS**. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Parabéns, Conselheiro Hermes. (Aplausos). Peço que algum conselheiro se manifeste pelas regiões. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**: A nossa definição foi pelo colega Luiz Gomes como nosso representante. (Aplausos). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu parabenizo os dois vice-presidentes, que tenhamos uma boa gestão aqui na secretaria. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Presidente, quero dizer que fui derrotado, mas é um processo de construção coletiva. Não fui candidato de mim mesmo, fui candidato de 310 delegados e delegadas da região, e entidade, que propuseram meu nome e me orgulho muito. O que for em prol da cidade tem meu apoio. Parabéns aos eleitos. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado a todos, encerramos a reunião.
Término ás 22 horas.

O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.

_____	_____
Maurício Fernandes	**Aline Brum de Lima**
Presidente	*Secretária Executiva*
	Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2018, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2784/2018

Aos vinte dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Gabriel Zunazzi Dornelles (1º Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Alexandre Cavagni (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; Cláudia Remião Franciosi (Titular), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Júlio Picon Alt (1º Suplente), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2778; 3. Debate e votação das emendas 1, 3 e 4, e da proposta do regimento; 4. Eleição dos vice-presidentes; 5. Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h10min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Sejam todos bem-vindos à reunião do conselho, reunião 2783, dia 13/11. Temos a missão de encerrar, pelo menos esta é a nossa expectativa, encerrar a discussão do regimento, que desde julho estamos com esta pauta. Então, não colocamos os processos para avançar neste item. Então: **2. Votação da**

Ata 2778. Alguma consideração? Quem é favorável á aprovação da ata permaneça como está. Ata aprovada! **ATA APROVADA POR UNANIMIDADE**. Senhores, sobre o regimento nós entregamos para vocês, até fizemos questão de imprimir, nós entregamos um espelho, que tem a missão e o propósito de facilitar a compreensão. Então, qual é a proposta que eu gostaria de validar como metodologia de trabalho? É o seguinte: a emenda 1, 3 e 4 á proposta do regimento nós precisamos votar. Este foi o espelho que a presidência enviou a vocês, iv, com uma ordem numérica para facilitar o trabalho e também será projetado. Vamos votar cada item deste e a cada item vamos fazer uma discussão, onde o proponente, que são o DEMHAB, ASBEA e RGP. 6, o proponente defende, alguém contrário contesta e a gente vota, com 01 minuto de manifestação. Votadas as emendas 1, 3 e 4, que faltam, aí sim vamos votar a proposta de regimento. Com a aprovação de qualquer item da emenda a proposta de regimento, por óbvio, será alterada. Depois da votação das emendas a gente faz uma votação de aprovação ou rejeição do regimento, lembrando que esta votação tem que ser por maioria absoluta do conselho, por força da Lei Complementar nº 661. Validamos esta metodologia? Alguém é contrário? **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Primeiramente, dizer que sim, a gente gostaria de apreciar o regimento o mais rápido possível. No entanto, apresentamos algumas propostas, que não são essas que estão colocadas aqui, propostas de emendas, igualmente válidas como essas apresentadas pelas entidades. Nós vimos que na mesa elas não constam e nos causa espanto. Quais são as regras? As regras são as apresentadas pela presidência e cabe aos conselheiros seguirem as regras que a presidência apresenta ou a gente pode apreciar, enfim, qual o poder do conselho em relação a sua própria normativa? Então, é essa a preocupação que a ACESSO levanta e gostaria que constasse em ata. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Júlio, cabe esclarecer, os senhores receberam, está na mesa, o calendário de trabalho, no dia 27/07 foi feita a apresentação da proposta e a definição de um prazo para o recebimento das emendas, que foi dia 21/08. Iniciamos a discussão em outubro e estamos com a intenção de concluir. Então, o prazo para as emendas já foi superado, inclusive, já votamos o substitutivo, foi derrotado no plenário. Então, recebeu o número de emenda 2, um substitutivo que mudava a forma de entendimento, por isso ficou prejudicial, se fosse aprovado o substitutivo à emenda 1, 3 e 4 cairiam. Então, esta metodologia de nossa parte está clara. Eu vou colocar em votação a nossa proposta de validação dessa metodologia de votação das emendas, da 1, 3 e 4 para que se faça a votação do regimento, lembrando que a redação se tornará definitiva caso alguma emenda altere o regimento. A proposta de regimento. Temos consenso? **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Vou pedir desculpas, mas não, não tem consenso. A gente acredita esta forma como está sendo apreciada pelo secretário é uma forma equivocada e que vamos acabar fazendo uma eleição meio que, digamos, não sei se é o termo exato, mas uma eleição a cabresto, vamos escolher quem a gente acha que deve ser escolhido para seguir a normativa anterior do nosso regimento. Então, são essas as preocupações em relação à democracia interna do conselho. Então, pedimos apreciação, pedimos que se registre em ata o nosso dissenso. Depois vamos ver. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu solicitaria que o Conselheiro Júlio retirasse o termo “a cabresto”. Eu não estou a cabresto de ninguém, este procedimento foi claro, teve um calendário de trabalho com a ciência de todo mundo. A primeira fase da votação foi votada, que foi a questão do substituto. Então, este termo me agride enquanto conselheiro da Região 6. Peço que retire este termo chulo, tosco e inconsequente. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no**

Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS: Eu queria esclarecer que nós vamos participar dessa votação, mas gostaria de deixar registrado em ata, com muito constrangimento do processo, como eu já falei em outras vezes. Eu fui ler a ata, esta que aprovamos hoje, onde está dito que as razões da votação ou não aceitação da emenda que apresentamos é porque nós havia uma correspondência com esse substituto que foi apresentado pela secretaria. Também o nosso procurador geral diz que é obrigado a dar ao conselho o direito seu de debater tanto uma minuta quanto a outra. Ele reconhece isso, mas depois, por um subterfúgio do discurso diz: "Por isso teria que eu fazer uma análise pura e simples da proposta que ainda não existe". Para encerrar, só queria deixar o nosso constrangimento. Eu não vou usar as palavras que foram usadas, mas quero dizer que é uma forma, como já foi dito por vários colegas, a gente trabalhou 40 anos em planejamento, eu nunca vi uma proposta de regimento, seja do que for, ser conduzida desta forma. Tudo bem, e uma novidade, a gente aceita, foi votado pela maioria, mas do ponto de vista da tática, do ponto de vista da dinâmica... Eu não sei qual o termo poderia usar para não ser ofensivo, mas foi uma jogada para fazer com que alguns itens fossem acrescentados, outros não e não foi feita nem a análise de uma proposta, que a gente considera ainda a mais completa. Tudo bem. Obrigado! **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Boa noite a todos ou boa tarde. Eu também me sinto constrangido e entendo que a votação do regimento adquiriu uma dinâmica que não é a usual. Normalmente, quando a gente apresenta um substitutivo, o fato dele não apresentar a numeração correta, pode ser renumerado. É simples, basta ter uma comissão de sistematização, como eu tinha proposto, que não foi acatado, ficou sob o controle do presidente, exclusivamente, a decisão se acata ou não, aí submete ao plenário e não propicia uma ampla discussão e que a gente poderia debater o regimento, democratizar este conselho, mas tudo isto está sendo evitado. Eu lamento isso, venho de um conselho que o regimento é discutido, tem uma comissão de sistematização, é referência no mundo inteiro como participação. Lá não há nenhuma decisão sem passar pelo crivo dos conselheiros e lá só conselheiros propõem, se não está com a numeração correta pode se renumerar, que é a coisa mais elementar. Isto não é justificativa para não aceitar a proposta das três entidades. Eu quero lamentar, vou me abster de toda votação, não concordo com a dinâmica, meu voto é contrário que tudo que está aqui. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu respeito o posicionamento dos senhores. Contudo, registro que todas as deliberações são tomadas pelo plenário, notadamente, da emenda 2, que já foi apreciada no mérito pelo plenário. Vou botar em votação a metodologia, a gente aprova ou rejeita a emenda 1, aprova ou rejeita a emenda 3 e a 4, destacado cada item. Depois sim que vamos votar ou rejeitar a proposta de regimento após as emendas. Quem é favorável a esta metodologia, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 12 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos = 03 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 04 abstenções). **APROVADA A METODOLOGIA**. Então, a emenda 1 é de autoria do Conselheiro Furtado. O senhor quer se manifestar? **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa tarde a todos. O DEMHAB apresentou a emenda 1, que diz o seguinte: "Os conselheiros poderão até o início das sessões apresentar junto à secretaria executiva declaração de voto em processos pautados por escrito, que deverá ser lido pelo presidente durante a votação e computado, independentemente, da presença do conselheiro". A justificativa dada, a emenda visa inserir uma garantia aos conselheiros em uma eventualidade que impeça o seu comparecimento, para que possam manifestar sua posição mediante a apresentação da declaração de voto por escrito em um processo que esteja pautado no conselho. Apesar

de termos o conselheiro titular e os suplentes, sempre há situações de imprevisto, que poderia apresentar um voto por escrito, como é utilizado em alguns conselhos, alguns fora do Brasil, no mundo inteiro. O voto por escrito é válido e tem que ser apresentado antes do início de cada sessão do processo pautado. Isto é para uma eventualidade. Esta é a defesa. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Alguém é contrário? Eu proponho que seja 2 minutos para as manifestações contrárias. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu só queria esclarecer que dependendo do esclarecimento eu posso mudar de posição. Tu citastes que conselhos do mundo inteiro usam isso. É um voto por procuração. Cita 3 conselhos, por favor. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Senhor Hermes, eu não acho adequado isso. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Como assim, Secretário? Ele justifica e isto aqui continua seno uma brincadeira? Ele faz uma justificativa em cima de uma verdade, que não é bem verdade. É muito simples, cita três conselhos. Isso é voto por procuração, não existe. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em nenhum momento é voto por procuração, a sua premissa está equivocada. É o voto do próprio conselheiro... (Manifestação fora do microfone). Eu não quero empenhar discussão aqui no conselho, mas é que a sua premissa, respeitosamente, está equivocada. O senhor faça a sua manifestação. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu pedi esclarecimentos. Se me disseres uma entidade confiável eu até mudo de ideia. (Manifestação fora do microfone). Isso o senhor considera um absurdo? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Sérgio Brum, são os dois que pediram a palavra. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, eu estou pedindo um esclarecimento que é anterior. O senhor tenta atropelar todos os processos de discussão! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Senhor, Hermes, o senhor usou as palavras: tática, jogada, brincadeira. Não é a forma que a gente conduz! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Então, como que o senhor quer que eu diga? O nosso Conselheiro José Furtado fez um questionamento questionável, eu gostaria, com toda a gentileza de solicitar que ele esclareça exatamente o que diz dizer ou quais os conselhos no mundo inteiro que usam esta tática de voto por procuração. Para isto nós temos o 2º e 3º suplentes. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu registro que o Supremo Tribunal Federal usa este tipo de colocação, que eles chamam de julgamento virtual, é bem comum. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu gostaria de considerar em relação à defesa que o presidente do conselho está fazendo, que não entendo adequada, entendo que o seu papel não é de defender esta proposta. Segundo, entendo que o conselho se reúne em data e horário certo, por convocação, tem o titular, os suplentes e esses devem, necessariamente, articularem-se. O meu segundo suplente não é do SENGE, mas a gente tem uma articulação. Na última reunião eu não pude estar aqui e o Geraldo veio no meu lugar e sei como ele atuou nessa reunião, porque depois conversou comigo. Então, não vejo nenhuma razão para que a gente virtualize este conselho. No momento em que eu colocar esta declaração de voto, que pode vir na mão de um terceiro para cá, eu estou implantando um conselho virtual. O melhor seria não ter mais reunião do conselho, fazer

via internet. Se é por declaração de voto eu deixo lá na internet e em certo momento a secretária reúne os votos de todos e faz a votação. Não é por aí! Nós estamos tratando de um conselho que se reúne, de conselheiros que sustentam seus votos com argumentação e eu me sentiria totalmente desconsiderado indo para uma votação neste conselho com 5, 6 votos feitos por declaração aqui dentro. Eu me sentiria muito desautorizado em vir aqui e votar contra votos por declaração. Eu acho que nós temos que vir aqui, temos que sustentar as nossas teses. Se há algum entendimento com aqueles conselheiros que eu entendo que são servidores da administração, se há algum impedimento em vir na reunião do conselho, sempre vai poder conversar com o suplente ou com o segundo suplente para vir aqui. Então, não vejo razão para fazermos esta abertura, vejo como inadequada esta emenda. Obrigado! **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** QUESTÃO DE ORDEM. Queria apontar para fazer destaque, fazer a leitura de todas as emendas e apontar o destaque, depois abrir a discussão. Até para a gente dar mais dinamismo, senão abre uma discussão aqui, ali e não vai dar efetividade, resultado, né. Então, faz toda a leitura, fazemos os destaques e depois abre para fazer a defesa ou para ser contrário. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu acho o seguinte, vamos ler tudo, dar os destaques e depois discutir. Presidente, tem que dar prazo, falou uma, duas vezes, não pode fazer cinco, seis vezes para o mesmo destaque. Uma defesa, uma réplica e vai para votação. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu proponho que a gente tenha uma síntese para que a gente possa seguir essa síntese, discuta tema a tema, vote tema a tema. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu coloco em votação para passar toda a ordem das emendas e vamos escolhendo destaques. Então, quem é favorável à proposta do Conselheiro Emerson, por favor, que se manifeste... (Manifestação fora do microfone). O Conselheiro Gomes coloca se esse destaque seria da emenda. Eu acredito... (Manifestação fora do microfone). Essas emendas 3 e 4 mexem em vários artigos, para facilitar nós fizemos uma ordem por item. Ela não muda o texto, só bota em cada item um artigo corespondente, que tem um tratamento específico na proposta. Por exemplo, a ordem dois da emenda 3 insere o inciso 15. Colocamos aqui: “Item 2 votar junto com a emenda 10”. Por quê? Porque a emenda 10 do Gomes diz respeito à mesma coisa. Então, a gente fez essa pontuação, essa ordem, por artigos. O item 3 da ordem é só referente ao inciso,porque ele altera só o inciso. Então, procuramos facilitar isto aqui. Alguma dúvida? Então, coloco em votação quem é favorável à proposta do Conselheiro Emerson, para que a gente avance na leitura das emendas e, se assim entender o plenário, que sejam feitos os destaques para aí sim discutir. Quem é favorável, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 13 votos). Quem é contrário à proposta do Conselheiro Emerson? (Contagem de votos = 08 votos). Quem se abstém? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADO ANALISAR AS EMENDAS**. Vou propor outra proposta de análise, em cima da aprovação do Conselheiro Emerson, ao invés de destacar toda a emenda a gente destacaria só a numeração da ordem estratificada da emenda. Por quê? Porque de repente é interesse de discutir um dos artigos da emenda e não toda a emenda. É nesse sentido. Entenderam? **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Primeiramente, peço desculpas pelo atraso. Durante a semana eu mandei para a secretaria do conselho, gostaria de saber como foi entendida, porque na emenda 2, na pauta foi retorado. Então, como está a questão da emenda 2, que pelo menos na pauta foi retirada. A emenda foi recebida pela secretaria como emenda, todo debate que foi entendido como substitutivo e

todo debate foi no sentido de que queremos o melhor regimento para este conselho. Existem alguns itens que estão na proposta da emenda 2, que foi assim catalogada, que foi assim cadastrada, que foi assim registrada na secretaria. Existem algumas coisas que não foram debatidas, na reunião passada que se falou de regimento se fez uma abordagem geral, mas alguns itens estavam lá e podem perfeitamente... Não sei por que as pessoas já estão apresentando resistência? Podem perfeitamente se encaixar e nós sairmos desta discussão com melhor regimento possível para este conselho. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Conselheiro. A emenda 2 foi rejeitada pelo plenário, o senhor está falando do substitutivo, já foi analisado o mérito no plenário. Foi rejeitado, se eu não me engano, na reunião de 02/10. Nós aprovamos a metodologia de aprovação do regimento desta reunião em plenário também, já foi votado. Registro o que já falei para alguns conselheiros, individualmente, não tem nenhum problema da gente ter no futuro uma nova proposta de alteração do regimento, recuperando pontos que o senhor destaca. Por enquanto isso já foi afastado pelo plenário. Eu vou colocar esta proposta da presidência, de ao invés de destacarmos toda a emenda que a gente destaque só o item da ordem da emenda. Alguém tem dúvida? **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Secretário, na verdade, é verdade ou contra, ninguém vai poder fazer emenda dentro da emenda. É a favor ou contra a proposta, senão não dá, se mudar uma vírgula mudou o texto. Então, tem que ser na íntegra, ou aprova ou reprova. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sim, eu não me fiz claro. O que quis dizer, como funcionaram as emendas? A emenda 3 alterou 4 artigos. A proposta, um destaque da emenda vai trazer 4 artigos à destaque e a minha proposta é que o destaque seja feito só com a ordem, que é da planilha o item específico. Hipoteticamente, se eu não concordar com a inclusão de alteração do inciso XV, eu não preciso destacar toda a emenda 3. Eu destaco o item 2 da emenda 3. É isso que estou dizendo. Está claro isso, senhores? Não há sentido destacar toda a emenda, a gente destaca o item. Então, coloco em votação que o destaque não vai destacar toda a emenda, vai se dar na nossa metodologia sobre o item, que é esta colona da esquerda... **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para registro da ata, que está sendo transcrita aí perfeitamente. Eu nunca votei assim em nenhuma alteração de regimento, de todos que eu já participei. Normalmente, qual a proposta original? Art. 1, não tem alteração, vota-se em bloco os que não têm alteração, depois o artigo, se tem alteração vota os artigos que tem alteração. Eu nunca votei desta maneira, mas só para registro, não vou incomodar ninguém aqui, deve ter outros experts em votação de regimento interno aqui, que deve ter outra maneira. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Está registrado. Então, a emenda 1 já foi analisada, inclusive, esclarecida. A emenda 3, do Sérgio... Tu queres fazer a manifestação? Pode ser? E no data show vai sendo acompanhado. Como já foi discutido, efetivamente, não deliberamos, houve a discussão. Então, a emenda 1 proposta pelo DEMHAB, quem é favorável á aprovação da emenda 1, por favor, levante o braço. (Contagem de votos = 12 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos = 09 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADA A EMENDA 01**. Quando votarmos o regimento vale com este texto aqui. Sérgio, por favor. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Primeiro, na proposta tem a retirada no art. 2º o item 15. Então, a nossa proposta é que volte ao original do primeiro regimento, que é: “Julgar recurso dos empreendedores, as decisões

das comissões". É nós parte que trata das competências, é sobre o que compete ao conselho. No regimento atual existia e a proposta do governo era de retirada disso. Então, esse é um item para voltar ao original. No art. 4º, que trata sobre a presidência, a nossa proposta é voltar ao regimento atual, que é sobre a forma de votação na escolha dos vices: "As entidades não governamentais votarão, exclusivamente, para o (Inaudível) cargo de vice-presidente, eleitos pelas entidades governamentais e os representantes das comunidades votarão exclusivamente para o preenchimento de cargos de vice, eleitos pelos representantes das comunidades". A proposta do governo é o texto de minuta: "Os conselheiros votarão para o preenchimento das vagas de vice-presidente, elegendo por maioria os respectivos representantes das entidades não governamentais e representantes de regiões de planejamento". Então, esta é uma alteração. A primeira é igual ao regimento atual, o segundo item também voltar ao regimento atual. O 4º, que é o art. 5º, trata do que compete ao presidente. Então, a proposta da minuta do regimento diz: "Providenciar diligências aprovadas pelo plenário". Se eu não me engano eu volto para como está no regimento atual. Foi retirado o item: "Instalar comissões de assessoramento técnico". A minha proposta é que volte o item que está: "Comissões de assessoramento técnico". Do item 5, aquele que o texto de minuta trata, no regimento atual não tem horário, se eu não me engano. Na proposta propõe quinzenal das 14 às 18 horas. Aqui a proposta é que seja semanal, das 18 às 20h30min. O 6º, tem dois aspectos, porque no 6ª é sobre um aspecto já existente tanto no regimento atual, aí houve uma alteração na minuta proposta, a 6B sim é alguma proposta nova que não existe no regimento atual e nem na minuta. É no art. 17, eu vou ler o atual: "Art. 17 - Anunciada a apreciação de um processo se fará à exposição da matéria pelo Relator, passando-se à discussão e à posterior votação, se for o caso. Parágrafo Único - No curso da discussão é facultado, por uma única vez, pedir vistas do processo, devendo o Conselheiro que solicitou as vistas devolvê-lo no prazo máximo de sete (7) dias corridos, ou reconhecida a necessidade de prazo maior, este será definido pelo Presidente do Conselho". Na minuta também propõe os 7 dias corridos, mas a minha proposta é que não seja 7 dias corridos. Se for aprovado semanal, proponho que sejam 7 dias podendo pedir prorrogação para votação. Senão for aprovado proponho que seja de 15 em 15 dias, ou seja, sempre que tiver a sessão. A pessoa teria que trazer o seu relato quando tiver a sessão ordinária e não extraordinária. E também a votação do plenário para prorrogação seria um critério de maioria simples. O 6B, o que estou propondo é: "Anunciada a apreciação de um processo se fará à exposição da matéria pelo Relator, passando-se à discussão e à posterior votação, se for o caso". No retorno da vista, hoje a pessoa faz um relato, passa muito tempo, a pessoa pede prorrogação e a gente vai depois relatar a vista, já entra em votação, mas às vezes a gente não lembra do que está se tratando. Então, a proposta é que no retorno da vista que se faça um relato sucinto, que mostre uma imagem, que mostre o que estamos falando para o entendimento do processo antes da votação. O 7º era um erro de grafia, só isso. O 18º ainda é sobre a forma, o regimento atual tem a forma de expressão em cima de uma ordem pré-estabelecida ali, que não lembro se é por ordem alfabética ou das entidades, não lembro como é feita a distribuição dos processos. A minuta propõe o seguinte: "Preferencialmente será analisado por conselheiros que tiverem processos em suas Regiões de Gestão de Planejamento, em havendo o impacto significativo, podendo uma entidade requerer a relatoria Conjunta com o Mesmo, este processo terá andamento prioritário por ser matéria afeta a Região de Gestão de Planejamento". Proponho retirar esta ideia da minuta, deixar como está o regimento, porque se deixar vai de encontro ao critério de rodízio. A região tem prioridade na vista. Um sobrepõe o outro. A proposta é retirar esta proposta de minuta do governo. Era isto. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:**

Dando continuidade à ordem de análise, chamada de emenda 4 da RGP.6: O CMDUA, instituído pela Lei Complementar nº 434 de 1º de dezembro de 1999, com organização e estrutura definidos pelo Decreto nº 20.013 de 15 de junho de 2018 é o órgão de integração do Sistema Municipal de Gestão do Planejamento". Na proposta eu faço uma observação em relação ao decreto que estaria regendo o conselho, que é este novo, a observação seria no sentido de o que for contemplado nessa minuta vai receber a devida correção no próximo decreto. Nós tínhamos conversando com a procuradoria, ele acaba não tendo efeito prático. Segundo informação da procuradoria isto está resolvido. Tu vais destacar depois. Secretário, na reformulação quando fizemos a primeira avaliação que foi feita do procurador, tenho quase certeza que eu tinha retirado esta emenda, em função da explicação dada pelo procurador. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu registro que as emendas chegaram a este relatório fruto das atas do conselho. o senhor como único postulante da emenda, ou o senhor retira a emenda, ou mantém. Fique à vontade. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu retiro, Secretário. A 10ª, vide a emenda 2, que recupera a competência do conselho ao julgar os recursos dos empreendedores, as decisões a que se refere o inciso I e parágrafo único do art. 38... É a mesma emenda 2 do Sérgio. Como ela não tem efeito, como já vai ser debatida, não faz diferença. Então, eu retiro por uma questão operacional. Ela exatamente a 2. A 11: "Art. 2º, Parágrafo Único – As deliberações do CMDUA deverão ser fundamentadas, com indicação dos fatos e fundamentos técnicos e jurídicos". Eu peço para retirar o termo "jurídico", que entendo que por ser um conselho leigo não cabe a nós fazermos uma análise jurídica das matérias que aqui discutimos. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Esta emenda é item 11, tem destaque de: SAERGS, RGP. 1, 5, 3 e IAB. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** O item 12, Presidente, também feito aos comentários que eu li na planilha que eu recebi do procurador, eu concordei e retire também. Como não consta aqui estou retirando. É questão secundária e a explicação da procuradoria me contempla. Item 13: "Os conselheiros votarão para preenchimento das vagas de vice-presidentes". Ela é exatamente a mesma emenda 3. Então, não tem necessidade de estar aqui. Retiro, não tem a necessidade de fazer a mesma discussão. A 14, vide emenda 4: "providenciar diligências aprovadas pelo plenário e instalar comissões de assessoramento técnico". Ficou igual a tua, Sérgio. Eu tinha retirado esta. Retiramos porque não tem a necessidade de fazer a mesma discussão. A 15A: "Perderão os mandatos os representantes das Entidades ou Regiões de Gestão do Planejamento que, por 5 (cinco) sessões, deixarem de comparecer às reuniões do Conselho, sem justificativa, ou vierem a descumprir os atos de postura e Ética da Administração Pública e Interesse Público". Eu sugiro por 3 sessões sem as devidas justificativas. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, o 15A era tudo o mesmo artigo, o que está é só do caput. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** 15B: "§ 1º - Quando estas faltas atingirem 2 (duas) sessões, o fato deverá ser comunicado às entidades representadas pelos Conselheiros faltantes, alertando–as sobre a situação e suas consequências". A 15C: "Em se concretizando as faltas nos limites previstos neste artigo, será demandado às respectivas entidades representadas que indiquem novos representantes para completarem os seus mandatos. No caso dos Conselheiros das Regiões de Planejamento, com a promoção de novas eleições". **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Quem destaca?

SAERGS... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A 15B: “Em havendo infração de postura e ética ou aos princípios contidos no Caput deste artigo bem como aos princípios da administração pública (legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e impessoalidade) ou ao princípio infraconstitucional do interesse público, o Conselheiro ou a Entidade será responsabilizado por seus atos, apurados por Comissão de apuração de falta constituída por determinação do Presidente do CMDUA, composta por um membro de cada segmento, Conselheiro das Regiões, Conselheiro das Entidades Governamentais e Conselheiros das Entidades Não Governamentais, podendo receber a penalidade de Advertência, Suspensão ou Exclusão do Conselho”. Eu estou incluindo a participação nesta comissão de apuração de todos os setores aqui que têm assento, governamental, não governamental e regiões. A 16, vide emenda 5, é igual a do Sérgio, eu retiro. E o horário está *sub judice*. A 17, vide emenda 6: “Anunciada a apreciação de um processo se fará à exposição da matéria pelo Relator, passando-se à discussão e à posterior votação, se for o caso. Parágrafo Único - No curso da discussão é facultado, por uma única vez, pedir vistas do processo, devendo o Conselheiro que solicitou as vistas devolvê-lo no prazo máximo de sete (7) dias corridos, ou reconhecida a necessidade de prazo maior, este será definido pelo Presidente do Conselho”. Eu coloco o plenário como definidor desse recurso dos prazos. Eu vou deixar em aberto, se alguém quiser fazer destaque. (Manifestação fora do microfone). Está sendo anotado cada destaque após a leitura. A 18: “O prazo para o encaminhamento das propostas de estudos ou projetos urbanos prioritários, pelos Conselheiros, ao CMDUA, deverá ser até primeiro dia útil do mês de julho”. Isto aqui tem no regimento proposta e nós anterior. A minha proposta, face ao nosso aprendizado, em função de um período que se deu a eleição, é que se mude para a seguinte forma: “O prazo para o encaminhamento das propostas de estudos ou projetos urbanos prioritários, pelos Conselheiros, ao CMDUA, deverá ser até primeiro dia útil do mês de julho, ou no primeiro mês após a aprovação do Regimento Interno se estiver em discussão”. Aí pega a dinâmica do funcionamento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Destaque no item 18: SAERGS, RGP.1 e ACESSO. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A 19: “A revisão do Regimento Interno deverá ser aprovada pela maioria absoluta de seus membros, por iniciativa da Presidência”. A proposta: “A revisão do Regimento Interno deverá ser aprovada pela maioria simples de seus membros, por iniciativa da Presidência”. Houve uma questão de conceituação, Presidente, do que seria a maioria simples, maioria absoluta e eu retiro. Obrigado, conselheiros! **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Só destacar as emendas 3 e 4. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na emenda 3, item 2, é o mesmo do item 10, que foi retirado pelo autor da emenda. Então, o item 2, como ninguém destacou, considera-se aprovado. Item 3 diz respeito em relação a quem vota dos vices. Por que apresentamos a proposta de que o plenário vota nos vices e não só o segmento? Porque, primeiro, a vaga é do segmento, não se altera isso. Tem uma vaga das entidades e uma das RGPs e isso não se altera. Como funciona hoje? Só as entidades votam nas entidades e só as regiões votam nas regiões de planejamento. Nós propomos que seja o plenário a votar, porque entendemos que o vice é do conselho, não é só do segmento. Este é o nosso ponto. A ACESSO fez um destaque. **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Pois, então, só colocar que a ACESSO valoriza muito estar neste conselho, é uma organização com mais de 25 anos, já conhecíamos o conselho, valoramos as regiões de planejamento. Então, eu acho que pela forma como o processo

está ocorrendo (Inaudível/falha microfone). Vamos para as emendas, em relação à emenda 3, que faz uma alteração em relação ao preenchimento das vagas. Tradicionalmente, o acordo que se tinha nas gestões passadas era que as entidades escolhiam entre seus pares o vice-presidente e as regiões escolhiam seu vice-presidente. A criação do vice-presidente é importante porque consegue dar um diálogo, uma representatividade e possibilidade maior de negociação entre todos. Este é um conselho tripartite, pois bem, estamos defendendo que se mantenha esta forma do regimento anterior, achando que é a mais condizente com as necessidades do conselho. salientamos que já temos um presidente eleito e não há discussão, é a pessoa mais capaz para estar à frente, um presidente escolhido pelo executivo. Então, gostaríamos de escolher os nossos representantes, as entidades, eu falo por uma entidade e gostaria de escolher entre meus pares o meu representante. Não é demérito algum aos demais conselheiros, só gostaríamos de fazer a escolha entre nós. Em relação à emenda 4... Só a 3? Está bem! Obrigado! **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Júlio, o que tu estás dizendo é a mesma coisa que estou propondo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ele está defendendo. Eu fiz o destaque para rejeitar a emenda e ele fez para aprovar. Então, vamos à votação. É a votação de quem vota nos vices. Repito, a vaga dos vices ninguém mexe, é quem vota nos vices. Temos que colocar em votação a emenda. Em votação a emenda, item 3, quem é favorável se manifeste. (Contagem de votos = 14 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos = 07 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADA A EMENDA ITEM 3**. Destaque á emenda 4, ACESSO. **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Em relação à emenda 4, que é o art. 5º da proposta do regimento antigo e novo. No art. 5º inicia, mas não está no nosso resumo, desta tabela em mãos, mas está nesta aqui da horizontal. Aqui diz que no art. 5º, ao presidente e vice-presidentes compete, aí a gente só faz o destaque nesse sentido, para a proposta de alteração coloca que só compete o presidente e não aos vice-presidentes. É a mesma argumentação, que é muito importante os vice-presidentes de entidades e das regiões, é muito importante que eles também tenham competências paralelas ao presidente. É somente isso. (Manifestação fora do microfone). Então, se não vai mudar para nós está tudo ok. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A emenda 3 não alterou o caput do 5º, alterou o incido 6 do art. 5º. O inciso VI do art. 5º só muda para fazer constar e instalar comissões de assessoramento, que, inclusive, o governo deu acordo nisso, era para constar mesmo. Infelizmente, precluiu outra discussão. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Só para explicar, porque o procurador já disse, o presidente não estando quem assume é o vice, se o vice assume a presidência tem as mesmas competências que o presidente. Entendeu, Júlio? **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Entendi perfeitamente... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ninguém fez emenda neste ponto e podemos alterar o regimento no futuro, mas neste ponto se reabrirmos discussão não vamos concluir o processo. Em relação ao item 4 de instalar comissões de assessoramento técnico, era objeto da emenda do Gomes, deveria constar mesmo e na nossa proposta não constou. Então, como foi destacado u vou botar em votação e defendo a aprovação, porque foi uma falha que assumimos aqui não constar. E no caput do vice, o vice vai substituir o presidente sempre. Então, em votação o item 4. Quem é favorável á aprovação da emenda item 4, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 21 votos). Contrários? (Contagem de votos

= 01 voto). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADA A EMENDA ITEM 4**. Destaque do item 5. O que acontece? Esta questão do horário, a proposta de alteração do regimento segue o decreto, que está *sub judice*. Em votando a proposta de ficar das 18 às 20 horas, se o decreto restabelecer o regimento vai contrariar o decreto. A proposta original contraria uma medida liminar, que é transitória, que pode cair ou ser definitiva, que aí o decreto vai ter que ser alterado e o regimento se adequar ao decreto. Então, nós mantemos a proposta de deixar segundo o decreto, porque é uma situação temporária, que pode levar anos, mas é temporária. **Armando, Procuradoria Geral do Município de Porto Alegre:** O horário do funcionamento do conselho está sendo determinado por uma ordem judicial. Então, não adianta, por exemplo, vamos supor que a maioria votasse pela aprovação de todas as terças, quinzenalmente, das 14 às 18 horas, não teria valor nenhum, porque hoje há uma ordem emanada do poder judiciário, que deve ser cumprida. Aprovar agora qualquer alteração é temerário. Quem vai decidir é o judiciário, não são mais os conselheiros, nem o executivo, porque o que está em discussão é o decreto, não o regimento interno. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu vou fazer uma Questão de Ordem. Nós aprovamos antes que teria duas falas de 2 minutos para se manifestar em relação à emenda. Depois, mudamos a metodologia de fazer por destaque e não combinamos como seria essa discussão. Eu não me sinto confortável de destacar uma emenda e depois todo o plenário de manifestar sobre isso. Eu acredito que quem destacou é quem tem que se manifestar. Enfim, quero compartilhar para que não pareça que eu estou vetando manifestações. Eu acho que quem destacou é quem deve se manifestar. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Com a máxima vênia quero discordar, tendo em vista que sempre a soberania de um conselho é do conselho, independente da ordem de um decreto ou decisão judicial. No momento em que há um acordo deste plenário, a própria entidade pode aportar aos altos entrar com uma petição dizendo qual o horário... (Manifestação fora do microfone). Pode! A liminar é aclara, de que deve manter o horário que permita o comparecimento das pessoas, não é questão das 14 ou 16 horas, é que permita a participação dos conselheiros. A RGP. 1 entende que nós podemos votar, discordando da observação do douto procurador do município e do presidente deste conselho. Esta é a minha posição e eu quero que conste em ata. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu entendo o seguinte, uma vez votado isto aqui vamos ter um novo regimento impresso e redigido. Então, senão votarmos isto também não fica a proposta da minuta. Quero ver se ele volta, como está sub judice, se fica como estão regimento atual, que não existe horário. Se não poder ser votado, não pode ser alterado, volta como está hoje. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Entendi. É interessante. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Nós temos aqui uns 03 advogados, dois pareceres diferentes. O Direito é um pouquinho menos preciso que a engenharia, menos ainda que a biologia, a biologia talvez seja mais precisa do que o direito e a engenharia. Então, vamos ter 04 advogados, provavelmente 04 pareceres diferentes. Sérgio, o meu entendimento do que está valendo hoje, apesar de que não li, seu que o Felisberto leu o despacho do juiz, nem o regimento atual e nem o decreto, porque houve um decreto que revogou o regimento e há uma decisão judicial que diz que tem que ser no horário que agrade a todas as partes, que permita a reunião e participação de todos. Então, o que está em prática valendo, a reunião tem que ser no horário que todo mundo possa vir. Eu acho que o presidente de forma correta está conduzindo, no sentido de que o acordado era que falava só os destaques,

mas agora estamos na situação que não estamos discutindo destaque, estamos discutindo se pode ou não votar este item. Então, neste sentido vai a minha intervenção. O Brasil hoje tem toda uma corrente jurídica, nobre Procurado do Município, se estiver nos ouvindo?! Que discute profundamente as falhas na legislação, que no final um órgão que não poderia estar legislando, chamado judiciário, acaba legislando por causa da falha na legislação. Então, o nosso STF, ao invés de interpretar a constituição, ele fala da constituição como quer. Se nós não votarmos não vamos estar expressando qual é a nossa vontade política, que tem que ser dúvida pelo Senhor Prefeito, que na sua sensibilidade deve revogar o decreto nesse artigo. Esse regimento é um novo decreto, tem que ser formalizado sob alguma forma, que eu saiba sempre foi sob forma de decreto. Então, um novo regimento interno sob forma de novo decreto estará colocando um novo elemento em julgamento. Realmente, as entidades que moveram a ação pode procurar o Ministério Público, podem dizer que este item não tem que ser questionado. Não podemos pecar por omissão. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu acho que a gente pode construir uma solução de uma manutenção neste ponto do atual regimento. Estou propondo uma subemenda de plenário. O atual regimento não tem horário, se o plenário entender que a gente pode deixar como é o atual regimento, que não tem o horário. Então, onde consta das 14 às 18 horas ou das 18 às 20h30min, seria excluir isso. O texto não perde o sentido e a gente só tira a questão do horário. A gente pode discutir o horário, mas seria desnecessário. A gente não precisa aceitar isso, mas seria esta a proposta. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** QUANDO DE ORDEM. Eu sugiro que a gente retome esta discussão no final, porque está na minha emenda e do colega. Eu me sinto confortável com as interpretações jurídicas, que são diferentes, são de dois profissionais respeitados, um advogado militante e um procurador do município. Eu tenho uma preocupação muito grande em relação ao viés político, que pelo viés político sou pela democracia. O que der depois, nos ditames jurídicos, aí a gente vê o que acontece. Mas por que não ter a vontade do plenário registrado sobre isso? Então, eu deixaria para o final. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em votação a Questão de Ordem de transferir o item 5 para o final da reunião. (Manifestação fora do microfone). É só ordem de votação. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria mais uma vez registrar a falha no método, porque agora ficou bem claro que não pode acrescentar, não pode tirar. Agora, nesta excepcionalidade, nós vamos alterar uma das propostas. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas não é isso, isso não é Questão de Ordem! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu peço que fique registrado... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O senhor está analisando o mérito, a Questão de Ordem é em relação... Nem se entrou nessa discussão, a questão é passar para o final das análises. **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. A intenção não é complicar, mas a forma como foi estabelecida essa discussão, automaticamente, gera isso pelo próprio método pouco ortodoxo que estamos estabelecendo aqui. Nós levantamos uma Questão de Ordem, da qual estava com a explicação da ÁREA, eu entendi, mas ainda estava uma questão que nós gostaríamos que fosse apreciada para votação, que era justamente na emenda anterior a esta. Nós estávamos solicitando que não fosse retirado o vice-presidente, do art. 5º. Agora na emenda subsequente há uma Questão de Ordem, que igualmente não foi votada pelo

método que o senhor está defendendo aqui, anteriormente. Agora nós temos que alterar o nosso entendimento, que foi defendido pelo secretário, por vontade do secretário. Este conselho tem que funcionar com a opinião dos conselheiros, das regiões de planejamento, da prefeitura. A gente sente muito pelas decisões estarem sendo tomadas dessa forma. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está registrado. Gente, Questão de ordem não é discurso, estamos no meio de uma votação. Júlio, a situação anterior é totalmente diferente, porque a emenda que tu trouxeste não estava destacada. (Manifestação fora do microfone)... **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** A emenda é qualquer alteração! Se eu (Inaudível/falha no microfone/discussões paralelas) o vice-presidente pelo presidente é uma alteração. Isso se chama menta, que é qualquer alteração. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Os autores das emendas, tanto o Sérgio como eu, retiramos a emenda, se o presidente concordar em retirar. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** *Data vênia*, não é o presidente quem tem a concordar. Ou votamos o texto original, ou votamos a emenda que consta no regimento proposto ou votamos a emenda que apresentaram. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheiro. A RGP. 6 retirou os itens 9, 10, 12, 13, 14, 16 e 19. O horário da reunião está destacado por mim no item 5, de autoria da ASBEA. E a emenda item 16, o Gomes á retirou, porque estava contemplada no item 5. Então, ficando a emenda 3 da ASBEA no item 5. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** O entendimento é se pode ou não pode. Eu acho que vota e ela fica de alguma forma pendente ao parecer que está na justiça. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu vou colocar em votação o item 5 para o final da análise do regimento. Quem é favorável? (Contagem de votos = 09 votos). Contrários? (Contagem de votos = 10 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 02 abstenções). **REPROVADA A PROPOSTA DE TRATAR O ITEM 5 NO FINAL**. Então, vamos discutir. Eu vou propor que este art. 15 da proposta, em conjunto ali, a gente excluir ele, a gente tira ele, o governo não apresenta proposta com horário, ou seja, hoje não tem horário, a gente mantém assim, mas para isso eu preciso que a emenda 5 também seja retirada. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Nós já decidimos que íamos trabalhar em relação a esta minuta. Está vencido. Nós já decidimos que o que viria à votação era o texto da minuta do regimento e o texto da emenda. Isto também é matéria vencida. Nós já fizemos a negativa de alterar o texto da emenda que está em votação. Então, agora não podemos alterar esta. Nós vamos votar o que está aqui, é a ordem, esta foi a decisão tomada. Agora, há um conflito com o horário. Temos vários advogados aqui, então, que nos orientem, mas eu entendo que um decreto se sobrepõe a um regimento interno, o regimento está abaixo do decreto, assim como o decreto está abaixo da lei ordinária. Se derrubado na justiça o decreto o prefeito irá ter que reeditar o decreto com a correção que a justiça determinar. Por extensão o regimento será adaptado, quer dizer, a justiça derruba o decreto que o prefeito promulgou. Muda o horário, o regimento vai ter que mudar, se ele não decreto que as reuniões serão das 15 até a 1 da madrugada do dia seguinte. O prefeito vai ter que botar isso no decreto e nós vamos ter que botar isso no regimento para atender o decreto. Então, isso para mim dá a liberdade que a gente voto aqui a emenda do jeito que está e vamos esperar a manifestação da justiça e o regimento se modificará na oportunidade. Por enquanto, sem problemas. **Armando, procuradoria Geral do Município de Porto Alegre:** Sérgio, o que vai decidir, na realidade, não é a vontade do prefeito e nem a vontade do

conselho, o que vai decidir é o juiz. Então, se hoje aprovarmos algo que é contra o decreto, juridicamente, tu não estás aprovando nada, até porque o regimento vai ser submetido à PGM. Esta aprovação vai ser indeferida tendo em vista a contrariedade ao decreto, que só está suspenso. Então, não vale nem a pena discutir isso, vale somente por uma questão política, não jurídica, porque o efeito é nulo. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Tu colocaste muito bem, é uma vontade política deste conselho de que as reuniões ocorram das 18 às 20h30min. Então, eu acho que vale a pena votar para registrar esta vontade política. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está claro, conselheiro. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Assim, eu quero mais uma vez discordar do nobre procurador do município, porque a partir da vigência do novo código de processo civil estabeleceu audiência de conciliação, que é exatamente para as partes chegarem a um termo de consenso. Tem mais uma coisa, hoje existem mediações de conflitos, é uma determinação também legal. Então, todos os processos podem sofrer, desde que uma parte peça a audiência. O Ministério Público também pode estabelecer o TAC, que é o Termo de Ajustamento de Conduta. Data vênia, eu acho muito estranho o que está ocorrendo aqui hoje. Então, quero deixar bem claro, o Felisberto enquanto advogado. Acho muito estranho não se procurar a resolução dos conflitos e estabelecer um conflito para ver quebra de braço. Nós estamos propondo que este conselho, com o seu poder deliberativo que tem vote e se posicione, diga ao prefeito o que este conselho pretende. Obrigado! **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Felisberto, eu respeito as suas colocações, mas nego, veementemente, a partir do momento que a gente tira um assunto depende entro do conselho e leva para um juiz estamos abrindo mão de toda esta agenda de mediação que o senhor tão bonito falou. **Conselheiro Emerson Gonçalves dos Santos (Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental):** Em razão da pauta ser polêmica e a questão do decreto sempre foi um ponto de discordância dentro deste conselho, eu acho que a melhor forma para não agride a questão jurídica e nem a questão política é retirar as duas propostas até sair uma situação mais cômoda para o nosso conselho. Vai acontecer isso, uns a favor, uns contra e vamos entrar em atrito, não resolvendo nada da forma legal. Então, solicito que retirem e volte para a discussão em outro momento, quando tivermos o resultado de toda esta ação. Obrigado. **Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), Gabinete do Prefeito – GP:** Boa noite. Eu acho que a fala do Conselheiro Emerson é a mais razoável neste momento. Até conversei com o Conselheiro Felisberto, se não daria para flexibilizar o horário, nem às 14, mas também não ser às 18 horas. Um meio termo para não chegarmos tarde em casa, eu tenho filhos pequenos e sair daqui às 22 horas é um dia a menos que convivo com eles.eu acredito que podemos construir uma emenda de alteração do regimento, que pode ser a qualquer momento. Então, não teria nenhum prejuízo votar ou retirar as emendas e construirmos um novo texto. Não vamos discutir mais, senão vamos ficar patinando. **Fernanda Garcia Hochwart (Titular), Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional - METROPLAN:** Eu acredito que a proposta do Emerson é a mais razoável, mas só quero deixar uma coisa que existe dentro da METROPLAN, todos os conselhos da região metropolitana, nós participamos de todos os conselhos e a grande maioria funciona no horário comercial. Então, não é uma coisa fora do normal, a grande maioria, vou repassar para vocês o horário dos nossos conselhos. Tanto que eu não faço parte do parcelamento de solo, que são essas pessoas que fazem parte do parcelamento do solo que vão aos conselhos. Eu faço parte, sou assessora da diretoria, ninguém quis participar do conselho de Porto Alegre

porque ele fica fora do horário comercial. Então, eu sou a única pessoa que participa, eu não tenho substituto. A minha colega que veio me substituir, que faz parte do parcelamento de solo está com câncer terminal, não tem como me substituir mais. O outro está só por uma questão de obrigação no papel, porque não vai comparecer. Então, não é algo fora do normal esse horário. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu vou fazer a proposta de retirada no seguinte sentido, a nossa vontade está expressa nas atas, que mais de uma vez já manifestamos. As nossas vontades estão expressas. Se eu retirar e o governo retirar, só tem que ficar aquela adaptação, Maurício, sobre o que eu comentei, não pode ficar uma lacuna que não existe a forma de se reunir... (Manifestação fora do microfone). Sim, mas não ficou claro isso aqui. Tem que ficar claro, porque tem dois 15, aí o 15 vai ser o 16 e depois vai seguir. O 15 atual da proposta... Tem que ficar... (Falas concomitantes). Se o governo retirar eu fico com a opção de ficar com o que não tem horário, porque isso vai estar no decreto e não, necessariamente o que está no decreto tem que estar no regimento. Está claro, a nossa vontade está expressa. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu retiro, vamos avançar. Retiro e fica igual ao 14. (Falas concomitantes). Este assunto já está vencido. Vamos para o item 8, destaque da Conselheira Maristela. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** QUESTÃO DE ORDEM. Presidente, convida o procurador para sentar a seu Aldo, fica feio ficar batendo boca sem microfone, com os conselheiros sentados. Eu estou incomodado com isso. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu acho que ficar batendo boca também não é adequado á ética deste conselho, Gomes. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Obrigado, Serginho! **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu acho que tu tens que respeitar os conselheiros! “Batendo boca” não são termos. Nenhum de nós está aqui brincar! **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Com licença! Muito obrigada! Sobre o destaque do item 7, fala sobre a questão do “Preferencialmente será analisado por conselheiros que tiverem processos em uma região de gestão”. É a proposta e estão solicitando que seja retirado? É isso? Eu solicito a manutenção desta emenda. Quando iniciamos no processo, é recorrente que os novos conselheiros não estejam apropriados, qualificados tecnicamente para fazer o processo. Eu não acho louvável que tenhamos apenas a vista e depois virmos aqui como seres incompetentes. Até porque discutimos sobre a assessoria técnica. Diz o seguinte, “preferencialmente”, ele não diz “obrigatoriamente”. Então, justifico, quando é na região nós podemos ser os relatores, porque os pares que aqui estão, principalmente os técnicos, nós vamos nos socorrer deles, dos setores técnicos da prefeitura para também nos qualificarmos, não apenas como utilitários que a comunidade está participando. Chega, eu estou aqui para aprender e também para ensinar. Então, há esta necessidade de nos capacitarmos para sermos os relatores desses processos. Peço aos conselheiros que a gente mantenha esta emenda. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Como eu que fiz a proposta, só justificar, porque todos os processos vão ser de alguma região, isso significa que só as regiões vão relatar. Entenderam? (Falas concomitantes). Mas se o “preferencialmente” virar rotina vamos perder, aí vamos começar a escolher. Não estamos tirando a possibilidade da região, ao contrário, quando tem vista a prioridade é da região. Eu estou defendendo a minha retirada disso. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em votação a emenda 8, que retira um parágrafo que diz que preferencialmente vai ser analisado por conselheiros que tiverem processos em suas

regiões de planejamento. A proposta é retirar esse parágrafo. (Falas concomitantes). Estamos em processo de votação, gente! (Falas concomitantes). Nossa proposta do governo diz que preferencialmente os processos serão para a região de planejamento. A emenda retira isso, deixando tudo igual, como está nos outros artigos. Se aprovar emenda vai contrário á defesa da Maristela, se aprovar a emenda retira este parágrafo. Então, quem votar á favor da emenda retira o parágrafo e vota contra a defesa da Maristela. Entenderam? Então, em votação o item 8, quem é favorável à emenda, para retirar o parágrafo, que se manifeste. (Contagem de votos = 20 votos). Contrários à emenda? (Contagem de votos = 02 votos). Abstenções? (Contagem de votos = 02 votos). **APROVADA A EMENDA ITEM 08**. O próximo destaque é o item 11, teve pelo SAERGS, RGP. 5, 3 e 1, IAB. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O meu destaque era em relação à emenda, mas entendo que o entendimento técnico e jurídico não podem ser diferenciados. Se o técnico disser que não tem água para fazer um loteamento, que não vai ter água, isso tem o mesmo impedimento de uma questão jurídica. Ou tira o técnico jurídico, ou deixa os dois, não pode ter essa diferenciação. Este é o meu entendimento? O correto seria fundamentos com indicação de fatos e fundamentos. Este conselho não é técnico e não é jurídico, se houver alguma ilegalidade técnica ou jurídica para isso que o prefeito tem o poder de homologar ou não aos pareceres do conselho. Ou tem que deixar técnico e jurídico, a lei obriga se não tiver alimentação de água, se estiver abaixo da cota, que é uma questão técnica, também jurídica... Não existe esta diferenciação. É isto que quero fazer entender. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu vou na mesma linha do Hermes. Entendo que mesmo que não sejamos técnicos muitas vezes temos que dar uma opinião técnica. Eu sou pela manutenção como está. Era só isso e obrigado. **Geisa Tamara Bugs (1ª Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** O entendimento do IAB é pela manutenção dos termos, uma vez que há muitas decisões dos projetos aprovados aqui que tem questões jurídicas, além das questões técnicas e de cidadania, da população em geral. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu vou no mesmo sentido dos colegas, porque eu acho q não são só fundamentos técnicos que a gente utiliza nos relatos, mas temos que ter algum embasamento jurídico, senão lá na frente nós vamos ter algum problema e responder por isso. Então, sou pela manutenção do texto, contrário á emenda. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu mantenho o texto. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. O Gomes é o autor da emenda. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A preocupação foi baseada na experiência que temos aqui de 2 anos e meio, em que este conselho leigo é submetido a opiniões e votações que não temos a profundidade da percepção jurídica. Então, nós confiamos no que vem do governo para cá. Já ficamos em dúvida várias vezes. Então, não queria deixar esta responsabilidade da questão jurídica, que é muito mais pesada e muito diferente da questão técnica, porque a questão técnica qualquer cidadão tem uma percepção, mas vimos hoje o embate jurídico que se deu entre os doutos que aqui nos dão o prazer da convivência. Foi nesse sentido de desonerar essa obrigação. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, em votação o item 11, a proposta original está projetada. Quem é favorável à emenda, ou seja, para excluir o termo jurídico, que se manifeste. (Contagem de votos = 06 votos). Contrários à emenda? (Contagem de votos = 14 votos). Abstenções? (Contagem de votos = 02 votos). **REJEITADA A EMENDA ITEM 11**. **Darci Barnech Campani (Titular),**

Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS: DECLARAÇÃO DE VOTO. Este órgão não é técnico e nem jurídico, estado é um órgão democrático e de construção da cidade. O parecer técnico e jurídico vem da CAUGE. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Item 15A destacado pela SAERGS. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu vou defender que perderão seus mandatos, que seja por 5 sessões, ainda mais que está sub judice essa questão do horário, se for à tarde muitos conselheiros não poderão participar. Não custa na da fazer uma justificativa, mas como não está expresso de repente eu faço uma justificativa por telefone e não consta. Defendo que sejam 5 sessões, a não ser haja no regimento como que se justifica, se é por email e etc. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu coloquei esta questão do número de faltas em função de que tu tens um titular e dois suplentes, falta 5 vezes ao conselho... É sequência, eu acho um exagero. (Manifestação fora do microfone). Presidente, esclareça, porque na minha interpretação são 5 faltas emendadas. (Falas concomitantes). Faz assim, Presidente, eu retiro a proposta. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu vou suspender a reunião por 5 minutos, porque esta retirada retira outros parágrafos aqui. Então, fica retirada a proposta. (Falas concomitantes). **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** O 15C resolve o problema que existe no regimento atual e na proposta do governo, onde as entidades são penalizadas, ma s regiões não têm como, porque são eleitas em plenárias das regiões. A proposta do Gomes resolve, porque aí estará sendo criado o mecanismo para resolver, que é a nova eleição. Não tem como pedir para as RGPs para indicar novo membro. A questão de nova eleição corrige um erro no regimento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu vou suspender a reunião. Vamos dar uma lida. (Pausa por 5 minutos). Gomes, por favor. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Face a discussão e esclarecimento, eu retiro a emenda 15A e 15B, mantendo as emendas 15C e 15D. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vou colocar em votação. A votação de aprovação da emenda significa inserir esse dispositivo 15C. Então, quem é favorável à emenda? (Contagem de votos = 20 votos). Contrários? (Contagem de votos = 01 voto). Abstenções? (Contagem de votos = 02 abstenções). **APROVADA A EMENDA**. Agora a 15D. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** O nosso posicionamento não é contra a emenda e nem contra a redação original, o destaque é porque entendemos que este texto não tem que estar no regimento. Questão de ética, de moral, já tem legislação e colocar essas expressões nos traz um viés autoritário. A legislação já abriga isso, não precisamos colocar isso. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Antes de falarmos em ética tem que se eleger uma comissão, porque muitos conselheiros já infringiram a ética aqui ofendendo conselheiros aqui. Então, sou contrário. Obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** A proposta foi no sentido de garantir a participação de todos os setores, que não ficasse só com o presidente, mas de todos. Eu sustento a emenda. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em votação a emenda item 15D. Quem é governo? (Contagem de votos = 17 votos). Contrários? (Contagem de votos = 05 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 02 abstenções. **APROVADA A**

EMENDA. O item 17 foi destacado pela ABES e RGP. 1, que altera um ponto específico, que está na projeção. Estou com uma dúvida, Gomes. Esta emenda é a mesma da 6A? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Foi retirada. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, foi erro meu. O item 17 foi retirado, porque a emenda 6A já foi aprovada sem destaque. Emenda item 18, destaque da RGP 1 e ACESSO. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Sou favorável a esta emenda, porque este conselho já começou com 6 meses a menos e tínhamos prazo para apresentar projetos por regiões. Então, parabéns a quem encaminhou esta emenda. Obrigado. **Júlio Picon Alt (1º Suplente), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Estou de acordo com a proposta, no entanto temos outras vezes alterações. Era isso que eu gostaria de esclarecer, porque também alteram outras coisas, enfim, vamos votar também? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Este item 18 prega sobre a aprovação do regimento. Então, depois vamos votar o regimento e encerrar. A única coisa que falta a gente votar é o item 18 e mais nenhum. Então, em votação a emenda 18, quem é favorável? (Contagem de votos = 24 votos). **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Agora vamos votar o regimento interno, redação alterada, fizemos diversas alterações e por uma formalidade temos que aprovar o regimento. Alguma dúvida? Então, quem é favorável à aprovação do regimento que se manifeste. (Contagem de votos = 21 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de votos = 03 votos). **APROVADO O REGIMENTO INTERNO**. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu votei favorável porque me curvo à decisão da maioria. Ainda ficamos insatisfeitos por não ter sido acolhido o nosso substitutivo, mas foi um aprendizado a todos nós. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Nós temos mais um ponto de pauta, que é a eleição dos vice-presidentes. **4. Eleição dos vice-presidentes**. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Presidente, eu sugiro que a gente suspenda em 5 minutos para nós escolhermos entre os nossos pares. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, está suspensa por 5 minutos. (Pausa por 5 minutos). Eu peço que algum conselheiro das entidades manifeste a escolha da vice-presidência representando as entidades. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** A votação não foi unânime, só o SINDUSCON se absteve e o resto pela votação pelo SAERGS**. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Parabéns, Conselheiro Hermes. (Aplausos). Peço que algum conselheiro se manifeste pelas regiões. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**: A nossa definição foi pelo colega Luiz Gomes como nosso representante. (Aplausos). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu parabenizo os dois vice-presidentes, que tenhamos uma boa gestão aqui na secretaria. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Presidente, quero dizer que fui derrotado, mas é um processo de construção coletiva. Não fui candidato de mim mesmo, fui candidato de 310 delegados e delegadas da região, e entidade, que propuseram meu nome e me orgulho muito. O que for em prol da cidade tem meu apoio. Parabéns aos eleitos. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado a todos, encerramos a reunião.
Término ás 22 horas.

O áudio desta sessão encontra-se disponível na Secretaria Executiva.

_____	_____
Maurício Fernandes	**Aline Brum de Lima**
Presidente	*Secretária Executiva*
	Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2018, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2785/2018

Aos vinte sete dias do mês de novembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Alexandre Cavagni (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; Er Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Vinícius Vieira de Souza (Titular), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Kelly Ramos da Silva (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2779; 3. Curso de Capacitação – Módulo I; 3.01. Solo Criado e Transferência de Potencial Construtivo (TPC) – Utilização dos Índices Construtivos (Palestrante: Arquiteto Cláudio Paiva – SMDE); 3.02. Licenciamento Ambiental em Porto Alegre (Palestrante: Engenheiro Agrônomo Paulo Jardim – Equipe de Licenciamento Ambiental – SMAMS); 4. Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Vice-Presidente deu início aos trabalhos às 18h30min. **1. Abertura. Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**: Pessoal, vamos dar início a nossa Reunião do Conselho 2785. Inicialmente, quero agradecer, na qualidade de presidente interino, tentar manter no máximo de qualidade e bom senso. Hoje a nossa pauta é mais tranquila. **2. Votação da Ata 2779.** Esta ata já havia sido apresentada, foi postergada. Eu enviei algumas alterações de correção de parte da ata, o que coube nas minhas intervenções. Alguma observação em relação a esta ata? Então, em processo de votação a Ata 2779, de

16/10/2018. Quem é a favor permaneça como está. Contra? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 00 abstenções). **APROVADO POR UNANIMIDADE ATA 2779**. **4. COMUNICAÇÕES.** Alguma comunicação? Eu pulei o item 3 e passei para Comunicações. Todo mundo concorda? Pode ser? (Aprovado por consenso). **Simone Machado Madeira (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Eu só estou comunicando que amanhã vou formalizar a solicitação de dispensa de suplente da Conselheira Arquiteta Patrícia, em função do acúmulo de funções que temos na nossa unidade. Ela está bem prejudicada no sentido do trabalho que a gente está executando, está muito difícil e, enfim, está ficando inviável. Além da Unidade de Regularização Fundiária também trabalho no PSE, são muitos processos. Enfim, queria comunicar que caso eu não volte... Acho que era isso. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O Darci estava inscrito. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Somente um aspecto. A Conselheira Simone falou de substituições no conselho de representação da prefeitura, é uma coisa que a gente tem entendido que a prefeitura tinha que dar uma olhada um pouquinho melhor. Na UFRGS, quando alguém participa de uma instância inferior, aí o processo é votado lá e vem para a votação do conselho universitário, a pessoa está impedida de votar no conselho universitário. O que a gente tem notado constantemente nesta representação, e não é de agora, é algo histórico da prefeitura, que a CAUGE é constituída por várias pessoas que estão aqui neste conselho. Então, as pessoas têm dois votos no mesmo processo. Digamos assim, juridicamente, não é o mais correto possível, tendo em vista de que se alguém já votou não pode votar de novo no nosso processo. Então, nessa reconsideração da representação da prefeitura, que vai ser no caso da Patrícia, que seja também avaliado com a PGM como fica uma pessoa votando dois processos ou o mesmo processo duas vezes. É só um pedido de atenção nesse tema. **Simone Machado Madeira (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Só esclarecendo, Darci. Na CAUGE não tem votação, os processos não são votados. **Rovana Reale (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Na verdade, na CAUGE cada secretaria dá as suas diretrizes, não tem votação. Quando há uma contradição em alguns pareceres, tem a gestão que define. A gestão, não somos nós. Eu também sou representante na CAUGE. É a que define qual é o ponto que vai ser cumprido, mas não há votação, são dadas as diretrizes gerais de cada competência. Uma vantagem de ser representante da CAUGE é que a gente conhece o processo do início ao fim e a gente pode ajudar no entendimento dele, porque muitas vezes vem para o conselheiro e o conselheiro não participou daquilo tudo, o que gera a dúvida, porque são assuntos bem complexos. Então, a gente consegue auxiliar no decorrer. **Simone Machado Madeira (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Complementando. Eu não faço parte da CAUGE e cada processo que eu relatei aqui, fiquei uma semana lendo e preparando o material. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Mais alguma questão? Então, podemos passar para o Item 3, que é o Curso de capacitação Modulo I? Eu gostaria de fazer um comentário, assim, meu, até peço desculpas, a gente acaba sempre assumindo um papel, mas eu acho muito pretensioso, eu até estava falando com o Arquiteto Cláudio, em uma meia reunião faria. Não é um curso, o nome é meio pretensioso, mas vamos lá, o Cláudio Paiva vai fazer uma apresentação do Módulo I. **3. Curso de Capacitação – Módulo I; 3.01. Solo Criado e Transferência de Potencial Construtivo (TPC) – Utilização dos Índices Construtivos (Palestrante: Arquiteto Cláudio Paiva – SMDE). Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Boa noite, pessoal. Primeiramente quero

saudar o presidente e os demais conselheiros, algumas pessoas eu já conheço. É sempre um prazer voltar a este conselho que eu admiro tanto. Eu acho legal a gente ver as pessoas. Então, quero saudar este conselho que eu admiro o trabalho de vocês, é um órgão, é um mecanismo de participação superforte, que tem que ser valorizado, tem que ser cada vez mais participativo e ativo nesta cidade, no desenvolvimento desta cidade. Então, quero deixar a minha admiração por todos vocês pela coragem e pelo desprendimento de tempo de vocês para virem aqui discutir a cidade. Como o Hermes falou, meu nome é Cláudio Paiva, até esta semana eu era coordenador de recurso para desenvolvimento urbano, que tem no seu guarda chuva a unidade de desapropriação e reserva de índice, que é a UDRE. É uma unidade que existe dentro desta prefeitura há 40 anos, que trabalha com índices construtivos, com solo criado e TPC. E esta minha apresentação tem um tom mai didático, mais simplista até, tem algumas informações que eu julgo interessantes para as pessoas que analisam os processos, para o entendimento do Plano Diretor como um todo. Então, eu peço licença aos meus colegas arquitetos se eu estiver sendo muito simplista, apresentar mesmo tempo peço um pouco de paciência para o pessoal se eu falar algumas coisas técnicas que vocês não entenderem. A primeira coisa é sobre o Estatuto da Cidade, que é a Lei nº 10.257/2001, que fala muito sobre o nosso papel, o papel do conselho, o próprio solo criado, a utilização de índice construtivo, o que acontece com os valores que eu adquiro, que eu vendo esse solo criado, como eu posso utilizar isso. A necessidade de planejar a cidade, organizar a cidade, organizar a cidade através de um Plano Diretor, o próprio papel do conselho. Então, o Estatuto da Cidade é uma lei muito importante para nós que pensamos a cidade. Em relação a isso, a gente tem bem presente a questão do Plano Diretor, que é o documento básico do ordenamento territorial, ou seja, é o instrumento que eu vou utilizar para organizar a minha cidade, desenvolver a minha cidade. A gente chega nessa questão do Plano Diretor como um instrumento de organizar da cidade, que disciplina o parcelamento e uso do solo, ocupação do solo, através do zoneamento ambiental, um plurianual, gestão orçamentária participativa e diretrizes orçamentárias, orçamento anual e etc. Porto Alegre teve alguns planos, em 99 teve um Plano Diretor. O primeiro Plano Diretor que se preocupou com o desenvolvimento urbano da cidade foi em 79, que foi a Lei nº 43/79. E o segundo Plano Diretor aconteceu em 99. Então, o Plano Diretor acontece de 20 em 20 anos, de 10 em 10 anos tem uma revisão. Então, o nosso Plano Diretor que está hoje em vigor é o de 99, com uma revisão que aconteceu em 2010. Aí a gente se pergunta: o terceiro Plano Diretor que tem este caráter de desenvolvimento urbano e ambiental, que vai ser para 2020, como será que a gente quer ele? Como vai sair esse Plano Diretor? Eu acredito que virão as pessoas responsáveis pelo Plano Diretor, se já não vieram, para explicar as ideias e a gente poder contribuir com esse desenvolvimento da cidade, com essa legislação. Eu peguei este mapa para título ilustrativo (slide), mas não é o melhor mapa que nós temos aqui na prefeitura para exemplificar as macrozonas da cidade. Teoricamente, nós temos 10 macrozonas, na prática temos 9. Uma das macrozonas, a macrozona 6 se transformou em macrozona 10. E cada parte da cidade é caracterizada, por exemplo, existe a macrozona 1 que tem características fortes de patrimônio histórico, se a gente for para a zona sul temos uma característica de zona mais rural. Então, cada área da cidade tem as suas características e, principalmente, uma questão de densidade. Isto que eu estou falando para vocês se chama modelo espacial da cidade, que é o conjunto das diretrizes do desenvolvimento urbano, expresso através das representações espaciais consubstanciais nas estratégicas. Isso é definido pelo Plano Diretor, mas resumindo ele define todo o território de Porto Alegre, estimulando a ocupação do solo, a preservação do patrimônio e ambiental. No § 2º do Plano Diretor a gente tem os princípios básicos desse modelo espacial. Um deles, por

exemplo, é a descentralização das atividades; ou seja, a ideia da centralidade, de centro, começa a ser modificada. A gente tem uma política de criar vários centros para que haja um crescimento por igual na cidade, digamos assim, a miscigenação de ocupação do uso de solo. Por exemplo, misturar residências com comércios, enfim, para que a área fique mais ativa, menos perigosa e etc. Então, são características desse modelo espacial que se pensou para a Cidade de Porto Alegre através daquele Plano Diretor. Então, aqui temos uma vista aérea da cidade (slide), para mostrar a vocês como acontece na macrozona 1, por exemplo. A macrozona 1 é esta área grande, que vai desde o Lago Guaíba, desce pela Sertório, pega toda a III Perimetral, D. Pedro, Carlos Gomes, descendo até a Ipiranga, onde margeia esta lateral aqui. Eu tenho o seguinte, a macrozona 1 é formada por várias UEUs, Unidades de Estruturação Urbana, que são formadas por vários quarteirões. Por exemplo, estes UEU é embaixo daquela área da Ipiranga, onde tem o Shopping Ipiranga, a Rua Barão do Amazonas, a Protásio Alves e aquele pedacinho da III Perimetral. Então, essas UEUs têm características próprias, densidades próprias. Por exemplo, naquela linha azul ao as ruas que formam os quarteirões, por lotes, aí vamos dar uma olhadinha naquele lote ali. Uma definição importante neste caso do índice construtivo é a questão da densificação ou da densidade. Densificação é a quantidade de pessoas que poderão morar e trabalhar naquele local, isso vai definir a quantidade de área construída que eu vou poder colocar naquele quarteirão. E o cálculo da densidade tem muito a ver com o custo dessa infraestrutura. Então, quanto mais gente que usufruir daquela rede de esgoto, daquela rede elétrica, do transporte público, mais barato vai ser para a cidade. Então, é muito interessante que a cidade intensifique determinadas áreas, até para o custo dessa implantação diminuir. Lá no art. 50 a gente tem os 3 itens básicos que definem como eu posso ocupar o meu lote. Nós temos ali um índice chamado taxa de ocupação. Na verdade, chama-se “regime urbanístico” e nós temos 3 características, a taxa de ocupação, a atividade e o índice de aproveitamento. A taxa de ocupação é quanto que a pessoa pode construir dentro daquele terreno, qual a porcentagem do terreno. A atividade é o tipo de atividade que aquela zona comporta. Então, isso vai me dar as características da atividade. E o índice de aproveitamento é justamente o controle de densidade de pessoas que vão querer morar e trabalhar naquela área. Essas informações a gente pega na internet, o que a gente chama DMWeb, a gente entra na página da prefeitura. Além dessas informações nós temos as informações da atividade para saber qual o tipo de atividade vou poder colocar naquele terreno, o aproveitamento, que é o índice que vai me dizer quanto eu posso construir nesse terreno e a taxa de ocupação que vai me informar qual a altura dessa edificação, quanto a edificação pode preencher aquele terreno. Hoje a gente só vai falar sobre o aproveitamento. Aqui é a densidade, que fala quantas pessoas, quantas economias eu posso colocar naquele quarteirão, naquela área. Depois a atividade, a volumetria, que é a taxa de ocupação, que fala sobre a altura e o quanto a construção vai poder ocupar no terreno, e o aproveitamento, que é o que interessa para nós. Nesse exemplo o aproveitamento é o índice 13, que se eu clicar vai me levar para outra tabela. Lembrando que o índice de aproveitamento é a quantidade de área que posso construir no meu térreo, relacionada ao número de pessoas que vão morar ou trabalhar naquele local. É importante dizer que o índice de aproveitamento tem a ver com áreas adensáveis, que são áreas em que eu trabalho, em que eu vivo dentro de uma edificação. Então, quando eu vou computar e um projeto as áreas adensáveis vou considerar a sala, um conjunto comercial, uma loja, são áreas que eu vivo ou trabalho. Quando eu vou computar as áreas não adensáveis, são áreas que eu uso como suporte, são áreas condominiais, as circulações, as escadas, o hall, salas de apoio, salão de festa, sacada e terraço. E nós temos também as áreas isentas, que são as garagens, estacionamentos e também são considerados os

imóveis tombados da cidade. Voltando na tabela do índice de aproveitamento nós vimos que naquele terreno eu tinha um índice de aproveitamento 13, se eu entrar na tabela do Plano Diretor vou ver que ali tenho no índice de aproveitamento 1.6, que quer dizer o seguinte: se eu tivesse um terreno como aquele que vimos, se eu tivesse um terreno de 10x30 eu teria um terreno de 300m². Para eu poder construir neste terreno aplicaria o índice de aproveitamento do código 13, que seria o 1.6. Então, eu faria o 1.6 vezes 300, eu teria 480m² de área adensável. Em cima disso a lei diz o seguinte: que eu posso receber, que eu posso construir em cimas desses 480m² que eu fiz mais 50% de área não adensável como apoio para a minha construção. Então, em cima desses 480m² eu tenho direito a mais 240m, que eu utilizaria como área não adensável. Então, imaginem, eu tenho uma área que eu tinha direto para construir de 480m², mais 50% de área não adensável para apoio. E se eu quisesse poderia colocar estacionamento, que seriam consideradas áreas isentas. Então, esse empreendimento que eu fiz aqui, eu utilizei três tipos de áreas, o meu projeto ficou com 420m²... (Manifestação fora do microfone). Oi? Não, 1920! Só para vocês entenderem, muitas vezes a gente vê um empreendimento de 40.000m² de área construída, mas nem todas as áreas vão ser adensáveis. Eu tenho área de estacionamento, reias não adensáveis que são de apoio e mais as áreas que realmente vão contribuir com a densidade daquele local. Tem o seguinte, eu tenho outra situação, ao lado daquele índice que por lei eu tenho o direito de construir no meu terreno, também tenho a opção de utilizar índices que eu posso acrescer na minha construção através de aquisição de índices externos da minha construção. Eu poderia adquirir índices de solo criado, que são índices vendidos pela prefeitura, ou tenho índices de TPC, que são índices provenientes com origem, por exemplo, em alargamentos viários que eu poderia utilizar no meu terreno, que a gente vai falar mais a frente sobre isso. Esse limite de índice a mais que eu posso construir seria três vezes a área do meu terreno, área adensável. Então, assim, nós temos o índice básico, que é 1.6, e o índice máximo neste caso seria 3, com a compra de índices externos. A densificação urbana é controlada através de índices de aproveitamento privado e estoques construtivos públicos. O índice de aproveitamento privado é aquele que a gente viu de 1.6, os estoques construtivos públicos são os índices que eu posso comprar externamente. Esses dois termos estão no Plano Diretor por isso que eu acho interessante a gente colocar aqui para vocês a diferença dos dois. No art. 66 diz que o município promoverá o monitoramento da densificação através de patamares máximos de densidade por macrozona e UEU, com o objetivo de atender a demanda e racionalizar os cursos de produção, manutenção dos equipamentos urbanos e comunitários de forma a garantir o desenvolvimento urbano sustentável. Além de termos o sistema próprio que faz o registro da utilização dos índices dos empreendimentos, semestralmente, a UDRE divulga a listagem dos saldos dos quarteirões que poderão ser adquiridos, saldos de índices que poderão ser comprados através de solo criado ou de TPC e poderão ser utilizados naquele quarteirão. Como eu disse a vocês, nós temos dois tipos de índices construtivos. Vamos falar da TPC, que é a Transferência de Potencial Construtivo, que pela prefeitura é feita por dois tipos de órgãos, um é a MDE, a UDRE, que faz a transferência de potencial construtivo de áreas atingidas pelo recuo viário que são utilizados no próprio terreno. Por exemplo, para quem tem mais de 30 anos conheceu a D. Pedro II com o alinhamento, antes do alargamento da Perimetral. Então, a gente sabe que tinha uma frente muito grande, que essa área era atingida pelo alargamento viário, teve um trecho do terreno que foi atingido pelo alargamento viário. E essa desapropriação feita pela prefeitura foi paga por índice construtivo. O que acontece é o seguinte: quando esta TPC é transferido para o proprietário e este proprietário vai utilizar dentro do empreendimento, este trabalho é feito pela UDRE. Quando eu tenho uma avenida que eu tenho que fazer um

alargamento viário e que, por exemplo, na Voluntários da Pátria, por causa da Copa, e eu não tenho previsão de utilização dentro do terreno, e a prefeitura precisa fazer a obra, esta TPC é feita pela Fazenda. Esta desapropriação aconteceu na época da Copa, a Fazenda fez muitas TPCs, também tem um programa, ou um projeto, digamos assim, sempre que existem as contrapartida. A gente estava falando antes das contrapartidas, o Zaffari às vezes tem que executar uma rua. Por exemplo, aconteceu também na UNISINOS da Nilo, que para liberar a construção tiveram que pedir o alargamento da Nilo. Então, esta desapropriação dos vizinhos, a parte que a prefeitura pediu para alargar, como forma de indenização a prefeitura pagou as pessoas por esta desapropriação através do índice construtivo, de TPC que a gente chama. Outra característica interessante é o seguinte, quando nós fazemos uma TPC para ser utilizada no próprio terreno, só pode ser utilizada dentro da mesma macrozona. Quando a Fazenda faz uma TPC, geralmente a gente chama de “índice coringa”, essa TPC pode circular em qualquer parte da cidade. Quando eu falo de solo criado são índices construtivos vendidos pela prefeitura. O solo criado é a possibilidade do proprietário construir mais do que estabelecido pelo índice de aproveitamento básico. Por exemplo, eu tinha 1.6, que é o meu índice básico, mas posso chegar até 3 vezes a área do meu terreno comprando o índice construtivo ou de solo criado, ou utilizando o TPC de outro terreno. Então, por exemplo, naquele exemplo, eu tinha um índice básico de 1.6, tinha uma área adensável de 480, mais 50% de área não adensável, 240. Ainda tinha uma área isenta, que era o meu estacionamento, lá no exemplo o meu índice de aproveitamento máximo era 3, então, eu teria o índice de aproveitamento máximo 3. Eu tinha a área do meu terreno de 300m, vezes 3, posso construir 900m² de área adensável. Eu traria a diferença dos 480 para 900m, junto com isso também aumentou a minha área não adensável de 450m, que significam 50% da área adensável. Existem quatro tipo de solo criado, o solo criado adensável de pequeno adensamento, que é o solo criado até 300m², vendidos aqui na UDRE, que a gente chama de índice de balcão. Existem os índices de médio adensamento, que é de 300,01 até 1000m², que é vendido por leilão, em princípio pela Fazenda. Existe o índice de grande adensamento, solo criado de grande adensamento, que é a partir de 1000m², também vendidos por leilão pela Fazenda. E o solo não adensável, que não existe limite para ser vendido, se a pessoa precisar comprar 5m compra, se precisar comprar 10.000m também pode, dentro da sua proposta, dentro do seu projeto ela pode comprar diretamente conosco no balcão da UDRE. O destino dos valores do solo criado, o solo criado de pequeno adensamento e os índices não adensáveis também, pela legislação 85% desses valores vão para o DEMHAB para fomentar a assistência de construções populares para fundo de habitação. E 15% desses recursos deveriam retornar para a secretaria através do Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano. O que acontece? Quando fizeram a legislação do fundo não consideraram o estatuto da cidade, que diz que todos os recursos provenientes do solo criado tem que ser utilizados na cidade de forma principalmente em habitação popular. Então, quando fizeram o decreto que estabeleceu esse fundo, o pessoal fez uma descrição equivocada da utilização desses índices. Então, hoje 100% dos valores do solo criado de pequeno adensamento e não adensável vão para o DEMHAB. Anualmente a gente vende em torno de R$ 20 a 25 milhões de solo criado adensado e não adensado que vão para o DEMHAB. (Manifestações fora do microfone). Falou em dinheiro já deu polêmica! Para onde vão os valores arrecadados nos leilões do médio e grande adensamento? Os últimos leilões que aconteceram respeitaram um decreto de e2015 e os valores foram para o FUNPROMOB, que era um fundo que arrecadava fundos para as obras da copa. Como os leilões pararam em 2015, eu acho, né, muitos recursos para as obras da copa cessaram, por isso que muitas obras pararam também. Depois de 2016

entraram na justiça para pararem com os leiloes, inclusive, acho que foi o conselho aqui que entrou. (Manifestação fora do microfone). Não? Ah, foi uma entidade que entrou? Bom, isso é legal deixar claro para os conselheiros saberem por que pararam os leilões. (Manifestação fora do microfone). Tabela de valores? Pessoal, os valores do FUNPROMOB, os recursos foram destinados para a implantação de obras de infraestrutura, aquisições e desapropriações, com despesas administrativas e judiciais decorrentes dessas desapropriações, instalações de equipamentos públicos, praças, parques, programas de reassentamentos e etc. Então, esses valores eram muito importantes para a prefeitura, porque eram valores que ajudavam para a implantação das obras relacionadas à copa. Uma característica desse recurso é que podem ser utilizado em qualquer macrozona, é o coringa, como a gente chama, também podem ser vendidos. Ou seja, eu participo do leilão, compro esses índices, guardo no meu bolso, se o meu colega está precisando de índice eu posso vender para ele. Então, são índices que eu posso revender, o que é diferente do índice de pequeno adensamento, que só podia usar naquele terreno e naquele empreendimento que estou fazendo. (Manifestação fora do microfone). Estou terminando. Aqui eu saliento sobre o art. 39, que fala sobre o papel de vocês em relação aos índices construtivos. Coloco ali o inciso X, que é aprovar os estoques de solo criado; aprovar a metodologia para a definição do valor de solo criado, que anualmente a gente faz os cálculos de solo criado e viemos apresentar a metodologia dos valores para serem aprovados no conselho. Este ano não foi terminado ainda o trabalho, está em fase de finalização. Assim que finalizarmos a gente encaminha. Também esta questão de aplicação do solo criado, como é determinado pelo decreto que os valores hoje vão todos para o DEMHAB, então, a gente não tem como destinar para outras finalidades. A não ser que os leiloes retornem e a gente possa direcionar esses valores para outros tipos de trabalho. Fala sobre a questão da aprovação de valores de solo criado, que é apresentado anualmente ao conselho para aprovar. Na verdade, a lei diz que é semestralmente, uma atualização. Na lei de 94 diz que o reajuste é mensal e a reavaliação é semestral. Como essa lei é de uma época de inflação, hoje a gente tem condições de estender de estender este prazo, até porque gerar todo esse trabalho, esta listagem, dura 5, 6 meses. Para vocês entenderem o processo de solicitação de valores, nós da UDRE solicitamos para a Fazenda, este ano solicitamos em janeiro e até agora não ficou pronto. Claro, tivemos vários problemas, problemas com a PROCEMPA de gerar as informações, descobrimos que estavam acontecendo problemas de interface de programas. Então, também fizemos um ajuste positivo nessa questão, que foi deixar mais redondo e mais justo essa questão dos valores. Então, quando vierem os novos valores vão estar aos redondinhos. (Manifestação fora do microfone). Não, não alterou, como agora temos mais informações precisas, a gente consegue dar um valor mais preciso. Eu espero ter sido claro. Essas informações são confusas e extensas, mas fico à disposição de vocês. Muito obrigado. (Aplausos). **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado ao Arquiteto Cláudio Paiva. Vamos abrir uma rodada de questionamentos, porque está prevista outra apresentação. Acho que meia hora. Pode ser uma rodada de questionamentos? Vamos abrir o debate. (Manifestação fora do microfone). Eu peço, Tânia, que passe a tua pergunta para algum conselheiro fazer, para resolver, para a gente não fugir do regimento interno. Só uma informação, hoje estamos com outro método de gravação, só vai ser realmente registrado o que for falado no microfone. Vocês querem fazer uma rodada? Querem inscrições? Vamos fazer inscrições, quem sabe a gente vai indo... Pode ser? Por aqui... Então, pode começar por aqui. **Rovana Reale (2ª Suplente), Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC:** Cláudio, muito boa a apresentação, só uma dúvida a respeito de desapropriação. Tu comentaste

que na D. Pedro, onde não se definiu dar por índice no terreno, ele poderia usar como coringa, não sei se entendi bem. Quando que se define que vai ser desapropriação, que vai se pagar em dinheiro para o proprietário e quando é o TPC? Por exemplo, um prédio já está construído, tu não queres o TPC porque já está construído. Então, pode ser por desapropriação que a Fazenda paga por lote? **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Uma boa pergunta, porque quem define isso, quem diz se pode ou não pagar é a fazenda. Como a prefeitura está muito mal de dinheiro é muito difícil sair esta indenização por dinheiro, na maioria das vezes se paga com índice construtivo, aí a pessoa repassa isso para o mercado financeiro, que muitas vezes pode ganhar muito mais do que o valor que a prefeitura está pagando. Quem decide é a prefeitura. **Simone Machado Madeira (1ª Suplente), Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Na semana passada tivemos a votação do Country, que foi determinado o TPC coringa. Tu podes falar sobre esta questão? **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Essa questão é o seguinte, a UDRE não participa dessa negociação porque não existe um empreendimento que vai ser construído lá e que vai utilizar o índice construtivo. Não é uma aprovação de projeto, é simplesmente um parcelamento do solo, onde se detectou que parte da contribuição do empreendedor é uma doação e a outra parte seria uma permuta com o município para que se fizesse a implantação, o prolongamento da Anita. Como é uma TPC especial, que não é feita por nós, mas para incentivar a utilização em outros pontos da cidade, não só aquele, porque aquela área a gente considera que está muito saturada, poderia se transformar este índice, já que vai ser feita pela fazenda, em um índice coringa, que pode circular por toda a cidade. Para acontecer isso é através de um projeto de lei, só vai ser considerado um índice coringa para que possa ser utilizado me outras macrozonas através de um projeto de elei. Sem isso, se eu correr aquela TPC, vai ser utilizada na mesma macrozona. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** E neste caso como fica o estudo de viabilidade? **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Seria uma segunda etapa, porque não estamos falando do empreendimento, estamos falando de parcelamento de solo. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Tu falaste em TPC especial? **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Só vira uma TPC especial quando for transformada em uma lei para que ela possa ser utilizada em outras macrozonas da cidade. Se não sair esta lei, vai ser feita essa indenização pela prefeitura para que possam utilizar dentro da mesma macrozona. É a macrozona, não do lote de terreno. Quando a gente fala em estudo de viabilidade é quando eles forem fazer um empreendimento vão ter que fazer um estudo de viabilidade, dependendo do porte da construção. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Então, nesse caso específico que a Simone perguntou, esse índice está em um vácuo, assim? **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Não, existe uma proposta entre as partes. Primeiro, porque tem uma área que tem que ser Doda em função do parcelamento do solo e tem outra parte que a prefeitura tem interesse, porque a TPC só sai se a prefeitura tem interesse que aconteça. Neste caso, a prefeitura tem o interesse de fazer a Anita, mas não tem dinheiro para desapropriar. Então, eles têm que pagar com índices. Certo? **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu não entendi como que tu materializas esta TPC? Qual a garantia que tu tens desta materialização? **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** O que é uma TPC? É uma permuta. O proprietário faz uma escritura pública, transferindo aquela área para a prefeitura em troca de índices construtivos. Depois de feita esta escritura é passada a matrícula daquela área atingida para a prefeitura. Então, a prefeitura fica dona daquela área atingida para depois abrir a rua. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento**

Seis – RGP. 6: Parabéns, Cláudio. Se eu não me engano, é a segunda vez que tu vens falar sobre o solo criado. Eu só queria lembrar aos colegas, principalmente aos novos, que em 2016 este conselho criou uma comissão para discutir o solo criado. Esta comissão foi necessária a partir de certo desconforto que os conselheiros tinham em relação à metodologia de se chegar aos valores do solo criado e os custos que estavam se colocando para venda. Nos índices por ocasião dos leilões e também por ocasião das negociações dos índices disponíveis, como de balcão, por exemplo. Foi uma experiência muito boa para todos os conselheiros para um processo de entendimento de como era feito esse cálculo. Essa comissão contratou um consultor através de uma entidade, para tentar contrapor uma metodologia. Talvez foi o ponto mais infeliz da comissão, mas na ausência total e absoluta de subsídios do município para nós, porque o município só colocava contrapartida dele,que era o pessoal da Fazenda. O pessoal da Fazenda tinha uma relação um pouco até indelicada conosco quando vieram apresentar os índices e a metodologia, que causou esse desconforto todo, que a partir daquela apresentação nós fomos formatar essa comissão para tentar entender. Neste período, o município não apresentava a cada 6 meses os valores para serem discutidos, como prevê o Plano Diretor, nós questionávamos essa necessidade que viesse para cá os índices. É o que eu questiono agora e vamos continuar questionando. O município criou outra interpretação, parida na PGM, para acomodar a questão da venda de índice da copa sem passar por aqui, e não passou por aqui, eles afirmavam que não precisava passar por aqui. Até que a entidade buscou o Ministério Público para questionar, mesmo assim a Fazenda colou acho que uns dois leilões, que pelo valor que o leilão entrava no mercado foi um fracasso, teve uma venda insignificante. Era uma coisa que a gente sabia o nome e sobrenome de quem ia comprar, porque era um empresário que precisava de 4.500m. Foi o que aconteceu, mas ficou um vazio. Nós acreditamos que é uma importante fonte de recursos para o município, que se ative a venda de índices, porque o mercado precisa disso. Lamento que o SINDUSCON não está aqui hoje. É um dinheiro que o município precisa. Então, a gente teria que superar essas questões que ficaram, eu achei que com a nova gestão seria dada condições para voltar a discussão conosco da metodologia e das avaliações semestrais por nós aqui no conselho. Mais uma vez quero te cumprimentar pela paciência e pela capacidade de bem colocar o trabalho que vocês vêm fazendo aqui. Obrigado! **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Obrigado pelas considerações. Infelizmente, os valores praticados hoje do solo criado são de 2014. Então, existe uma defasagem muito grande. Como o conselheiro colocou, existiu esta vontade de rever a metodologia, foi contratado um consultor externo, depois apresentamos ao conselho que a metodologia não apresentava o resultado positivo. Ao contrário do conselho que se afastou da Fazenda, nós nos aproximamos para melhorar as nossas relações, até esse entendimento, por isso que conseguimos fazer esse trabalho, que durou um ano, mas apresentou um resultado mais fiel à realidade. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Só a sua colocação de lembrança de que hoje é repassado ao DEMHAB 100% do valor do solo criado de pequeno adensamento, porque antigamente, por uma distorçãozinha na época, de interesse da secretaria para manter os projetos e tudo mais, se pegou parte desses valores, mas depois passou, não sei se foi em 2016 ou 2017, com a modificação da legislação, a ser 100% para a habitação de interesse social. É isso aí. **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Alguns processos chegam para nós querendo saber quanto foi para o DEMHAB, mas, infelizmente, nós não temos este controle. A gente repassa para o DEMHAB, porque pela lei a gente sabe disso. Agora, se vai para um caixa único ou não, a gente não sabe. Em 2016 eu acho que era o Secretário Tonetto, que estava segurando os 15% do fundo a título da gente regularizar a situação do decreto. Como não teve essa

possibilidade, a partir de então foi repassado 100% dos valores ao DEMHAB. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu tenho uma dúvida na questão dos estoques. É de seis em seis meses o estoque, não é? Por exemplo, definir que determinado quarteirão tem 100m de estoque. Então, faço um projeto e uso 100m, outro fulano também faz um projeto e usa os 100m. Como funciona isso? O que garante às duas pessoas, se é até protocolar ou as duas entram e as duas ganham 100m? Outra coisa, eu nunca achei correta esta questão de se eu tenho um terreno ele é atingido e eu posso usar o índice no terreno como uma compensação. O índice já era meu, o terreno já era meu, eu acho que a prefeitura tinha que pagar e eu usar o índice, porque já tinha isso. Não acho o TPC como uma forma de pagar o que já era meu. Então, isso e uma crítica. Então, se eu não quero usar o índice no meu terreno e este terreno, que era da UDRE, eu não quero, o que eu faço com esse índice? Eu não quero usar no meu projeto e fico com este, como ele nós é coringa fico com esse índice, o que eu faço com ele? E eu fui atingido, e a prefeitura não quer me pagar. Neste sentido. **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Quando tenho 100m de saldo do quarteirão, quero usar 100m e outra pessoa quer usar também. Posso utilizar, o que me garante isto é o protocolo. Quando eu entrar com a aprovação do muito projeto ou o meu EVU, e eu tenho 100m² na listagem, vou garantir aqueles 100m que estou utilizando ali. Se for aprovado o projeto, se não for aprovado perdeu. Se de repente na próxima listagem eu protocolocar e está zerado, eu não tenho direito. Agora, se eu tenho 100m, você está usando 100m, os dois têm direito a usar os 100m. O saldo da listagem é referente ao quarteirão, mas a UEU tem uma reserva, digamos assim, e quando acontece do quarteirão não zerar, mas neste caso ele vai ficar menos 100m², vai ficar negativo. Então, ele vai pegar da UEU. A UEU tem um estudo de densificação e os quarteirões também. Então, se eu tenho um quarteirão que é negativado, ele vai pegar da UEU o que está negativado. A pergunta sobre o índice construtivo, infelizmente, a prefeitura hoje não tem condições de pagar em dinheiro, ela vai te dar índice construtivo. Se você tem a TPC feita pela UDRE, que você obrigatoriamente tem que usar no projeto. Agora, se tiver um alargamento viário, onde você vai ter uma área atingida, você vai ter esse índice possivelmente coringa para poder vender para terceiros e utilizar 100% na cidade. Por exemplo, você está construindo e não quer utilizar toda aquela área atingida, você vai utilizar parte dela, isso a gente está revendo na legislação, porque é o seguinte: a legislação te dá apenas o máximo 50% daquela área atingida para você poder vender para terceiros, com a limitação de 100m. Ou seja, se você tem 200m² atingidos, 250m² atingidos, você só pode vender 100 para a Rovana, os 150 você tem que utilizar dentro do terreno. Certo? **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Então, ele não é coringa. **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Por isso que eu disse, quando você utiliza... **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu tenho limite no coringa? **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** São dois tipos, um é feito pela UDRE e outro pela Fazenda, que você vai ter a área atingida total e vai ser coringa. Quando você vai construir ali e quer utilizar parte desse índice, você pode utilizar, mas vai ficar limitado a vender 100m². **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Mas se o meu terreno é em uma rua secundária, é atingido e eu não tenho interesse de usar esse índice no meu terreno, ele tem 300, mas tem o limite de 100, que pode ser transferido, mas eu tenho que fazer um pedido para a prefeitura fazer ele como coringa e fazer uma lei específica para aquele terreninho lá no buraco? **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** A prefeitura que vê se tem interesse em fazer a TPC ou não. A TPC só pode existir quando tem projeto de alargamento de via ou quando você constrói no seu terreno. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de**

Arquitetura - AREA: Fica esperando que algum dia tenham interesse. **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Que tenha interesse ou daqui a pouco muda... **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Não faço escritura, não faço ação e aquele terreno fica comigo. **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Até, então, o terreno vai ser todo teu, porque nada garante que vai ter o alargamento da rua, pode ser que nunca exista. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** É só uma previsão para poder, o dia que fizer, e se eu não usei eu vou poder ser indenizado. Nesse sentido, na questão do Country, porque ele era um coringa, entendo o seguinte, como era uma área de interesse do município e há muitos anos não conseguia, foi como uma barganha. Eu sei que fica u pouco mais flexível esse índice, porque é o mesmo valor se você fosse usar na UEU. Ele tem a questão da equivalência, mas o valor é o mesmo. E também se tem estoque, porque não vai poder colocar em qualquer lugar. Como o município tinha interesse, é a mesma forma de um convencimento e dizer: "Vamos lá, estou te dando isso e eu não tenho que indenizar". Essa é a minha visão. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Foi esclarecedor, eu consegui entender várias coisas que eu não tinha a mínima ideia. Bom, esta verba vai 100% para o DEMHAB. O DEMHAB esteve na minha região conversando com a comunidade, e o que nos falaram? Eles não têm verba nenhuma para a construção de habitação de interesse social. Inclusive, sugeriram que fizéssemos cooperativas, que seria muito mais fácil viabilizar o projeto. E esse dinheiro todo que é arrecadado para onde vai? Quem fiscaliza? É muito dinheiro! **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Bom, como eu disse, não tenho ingerência sobre os valores, mas para você entender, os vereadores Sophia Cavedon e o Moisés Barbosa já entraram duas vezes com solicitações para nós para saber ode foi o dinheiro, como foi utilizado, mas nós encaminhamos para a Fazenda e para o DEMHAB. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** A minha preocupação é o seguinte, o DEMHAB recebesse 100% do solo criado, já pedimos para o DEMHAB vir apresentar onde vai esse dinheiro, onde é aplicado. Nós não sabemos, ficaram de vir aqui várias vezes e até agora não deu este retorno o Furtado. Tem que ser discutido. Outra dúvida, habitações irregulares e Porto Alegre, que também passa pelo Plano Diretor, a área ais concentrada é a Grande Cruzeiro, se eu não me engano, com ais concentração de vilas, mas o DEMHAB não faz questão de regularizar essas moradias. Então, está lá há 20 anos, eu moro há 50 anos lá. Pergunto, dentro desse modelo espacial, que é a Cidade de Porto Alegre, por que essas áreas não são regularizadas? A prefeitura não tem interesse? Prefere deixar uma região de alto índice, que é o Morro Santa Teresa, Vila Gaúcha, Rio Branco, que são vilas com moradias horríveis, as pessoas morando mal; ou seja, perde porque não tem IPTU, não tem nada, está lá morando. Vou te dizer, o maior banditismo que teve é o Minha Casa Minha Vida, porque todas essas pessoas do Minha Casa Minha Vida tinham moradia, porque moram em vila. Eu mesmo poderia morar em um Minha Casa Minha Vida, mas eu tenho casa de dois pisos, uma casa bacana, linda, posso ter um apartamento, porque o DEMHAB não tem controle sobre essa área. Por que isso acontece? Esse modelo espacial é para quê? Uma cidade virtual? Uma cidade bonita? É para um cidadão virtual ou de Porto Alegre? **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** O que eu coloquei ali é para a gente ter uma ideia de como o Plano Diretor foi desenhado, como deveria ser desenvolvido. Não consigo responder essas tuas perguntas, porque não são da minha área, acredito que nem da nossa secretaria. Eu pediria que quando houver a apresentação do Plano Diretor pelo pessoal da SMAMS, que tu pudesses perguntar sobre essas tuas questões de programas sociais e regularização fundiária. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade,**

Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA: Bem, sobre o FMDU tem algumas informações até pelo próprio DEMHAB que o recurso foi utilizado para pagar a folha do último governo antes de sair. Foi a informação de que existia um recurso em torno de R$ 25 milhões, algo assim, que foi tirado do fundo e que a prefeitura está devendo para o fundo. Em relação ao que foi repassado para o fundo nos últimos 10 anos? Qual a média de recursos repassados? Isso é muito importante, porque falar que não existe recurso ou que não está sendo atendido, alguém utilizou o recurso, independente da questão do fundo, algum recurso foi utilizado. Também em relação ao que foi colocado aqui, que quando tem uma diretriz viária que atinge o teu terreno, porque vai ficar congelado, só vai ser atingido quando (Inaudível, falha do microfone)... Vou deixar, porque não tem condições. **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Eu não entendo muito bem emergência ao FMDU, porque o FMDU era um fundo que existiu de 91 a 2000, que era o pai do solo criado, eram índices construtivos diferentes, tinha uma questão se eram índices residências e comerciais. Então, era outra época, outra visão de índice construtivo, que eu nem toquei aqui para não confundir. Nós não temos gerenciamento de como são utilizados os valores. Nós não temos esse poder de auditoria, também não tenho os valores dos últimos 10 anos, tenho dos últimos 4 anos, que são os valores que temos no monitoramento que começou desde 2014, ode conseguimos fazer um sistema, colocando tudo no computador. Então, a média foi em torno de R$ 16 milhões por ano, nos últimos 4 anos. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só registrar que está na legislação, como foi dito pelo Gomes, mas desde que estou aqui o estoque nunca veio, veio só a metodologia uma vez para a nossa análise, quando deu esta questão da comissão e uma das entidades contratar uma consultoria. Eu, particularmente, não tive entendimento que aquela consultoria prestou um bom serviço, para mim teve uma série de falhas, pelo menos se pegar a ata do dia que eles apresentaram aqui, eu apresentei uma série de considerações. Realmente, o conselho aqui está completamente desprestigiado nesse sentido, a legislação não está sendo atendida. Mesmo que vá tudo para o DEMHAB, tem que vir para cá, está na lei, alguns se apegam à lei, mas não cumprem a lei. Tem esta questão do coringa, mas em que legislação está o coringa? Tu lidas com isto diariamente, até parece que tens certa intimidade com o coringa (Risos), com certa naturalidade, mas deve ter algo mais concreto. Alguma que eu participei em termos de discussão de solo criado, que foi lá no Plano Diretor de 99, a gente pensava uma cidade, vai poder ser construída determinada estrutura, determinada quantidade de metros quadrados e para esta quantidade tem uma determinada infraestrutura, porque tu pensas o planejamento da cidade. Então, vai lá o DMAE e coloca uma rede de água, uma rede de esgoto. O DMLU, que na época eu sofria isso, cada loteamento que aparecia, cada quarteirão que se construía trocava totalmente a nossa rotina de coleta, porque tinha que colocar um caminhão a mais para coletar uma zona. Tem loteamentos, tem construções em Porto Alegre que correspondem a uma zona de coleta da Cidade de Porto Alegre. Por exemplo, a Cidade Jardim precisa de mais de um caminhão para coletar, corresponde a mais de uma zona. Então, tu colocas uma infraestrutura por parte do município. Então, espera um pouquinho, não é que o município está dando de mão beijada, que o município não tem custo e cima do solo criado. Se eu ponho coringa, o DMAE foi ali, colocou o cano, o DMLU tem toda uma estrutura, mas de repente este coringa é usado em um bairro que a infraestrutura não vai suportar. Não estou questionando a aplicação, estou pensando em revisão do Plano Diretor, a estrutura do coringa dentro de uma cidade que possa ser planejada. Eu acho que ela arrebenta com qualquer possibilidade de planejamento. Que cano vai colocar o DMAE? Que quantidade de esgoto vai coletar o DMAE se de repente em um canto da cidade aparecem 10 mil moradores ou sei lá qual o índice de pessoas que

pode chegar em um caso extremo. Então, seria uma consideração em termos de visão dessa figura do coringa e o planejamento da cidade. **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Conselheiro, suas colocações são muito importante, mas não sei se vou conseguir responder, porque são “n” informações. Primeiro, em relação ao índice coringa, que é estipulado por lei. Quando aconteceu a terceira perimetral foi feita uma legislação especial para que os índices de desapropriação fossem transformados em coringa. O próprio FUNPROMOB que trabalhou com os índices de desapropriação para as obras da copa também foram através de lei. Então, a mesma coisa a questão do Country, só vai ser coringa depois de uma lei, por isso é específico. A segunda pergunta foi a repeito da utilização desse coringa em determinado ponto da cidade. Bom, para isso existe a listagem de saldo dos quarteirões, que faz esse monitoramento e esse controle do máximo que pode ser construído. A cidade toda quando foi estudada e estipulada essa metodologia de cálculo de saldo dos quarteirões, que passou pelo conselho, que aprovou a metodologia, a gente não mudou a metodologia, a gente simplesmente publica o saldo, por isso que não passa pelo conselho. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Obrigada pela tua presença. Por acaso, eu tenho uma aluna que está estudando solo criado, o solo criado normalmente é considerado um no mundo inteiro, a partir disso é tudo solo criado cobrado. Então, a gente parte de 1.3, 1.5, 2, que é u acima dos índices que acontecem no mundo inteiro. Então, é interessante como a gente adotou o solo criado aqui, que já é um ganho. Então, eu acho que a gente poderia pensar um pouquinho nisso. **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** A aplicação e o estudo do solo criado, Porto Alegre foi pioneira no Brasil. Então, em todos os trabalhos acadêmicos, em todas as referências que a gente vê até fora do país, ressaltam a importância dessa contribuição que Porto Alegre fez em relação ao desenvolvimento da cidade e a utilização desse instrumento. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** É, não tenho muita certeza se é uma coisa muito boa, mas, enfim, é uma novidade. Assistência, quando alguém compra o índice e vende, qual é o controle desse índice vendido que se tem? **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Cada vez que uma pessoa compra tem que registrar essa compra na UDRE. A UDRE funciona como se fosse um banco, você comprou da Simone, vem até a UDRE, faz o registro; ou seja, vou debitar da conta da Simone e vou abrir uma conta para você. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** E se é de leilão? **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** A mesma coisa. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Vai na UDRE registrar? **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Tudo, tudo. Sempre quando você compra um índice, é a mesma coisa a TPC atingida no meu imóvel, eu vou construir dentro do meu térreo, vou registrar aquele índice que eu ganhei em troca da permuta com a prefeitura. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** E em relação aquele exemplo que eu vi ali, do terreno de 40x10, com recuo de jardim, significaria que o proprietário poderia construir 50m²? Isso pode circular? **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Não. De novo, existem dois tipos de TPC, aqui eu tenho um alargamento viário já projetado com orçamento de execução. Então, essa TPC é feita pela Fazenda. Então, é paga. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Tu disseste que o solo criado tem 4 faixas, de pequeno adensamento, de médio, depois de 1000 até 10.000? **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Não, a partir de mil... **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** E é gerenciado pela Fazenda? **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Hoje são os leilões. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio**

Grande do Sul – UFRGS: E o quarto tipo? **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Não adensável. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Tu podes passar para nós esta apresentação? **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Vou conversar com o meu coordenador, de repente eu consigo passar sim. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Ok, obrigada. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Foi muito importante a apresentação do Arquiteto Cláudio Paiva. É a primeira vez que eu escuto com este grau de detalhamento, formação de solo criado em Porto Alegre. E a pergunta que te faço, eu tenho muita dificuldade de discutir s no campo abstrato. Eu gostaria de examinar uma situação concreta em um bairro popular, como nas habitações que há um projeto. E se nós pegássemos um caso, por exemplo, Menino Deus, Bom Fim, nós temos como examinar como que vocês responderam a essas situações nessas regiões? **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Conselheiro, eu não sei qual seria a sua dúvida. Talvez se elaborasse melhor o que o senhor gostaria de saber, eu poderia até indicar alguma situação. Em relação às habitações, quero chamar atenção para uma situação, quando eu falei sobre os índices de aproveitamento, que eu tinha o código conforme a minha DMWeb no site da prefeitura, eu tinha o índice de aproveitamento básico. O seguinte, existe o código 1, que diz que eu não posso comprar solo criado, posso fazer TPC, mas não posso comprar TPC. Geralmente, as áreas residenciais nessas áreas que o senhor colocou, eu não posso comprar solo criado. Assim, outra área que eu teria seria o índice 3, que eu também não posso comprar solo criado e também não posso fazer TPC. Outra área que acontece muito, por exemplo, no Menino Deus, é o código 19, que eu só posso comprar solo criado quando a área é de interesse cultural. Em outras situações eu não posso comprar solo criado, só cultural. **Vinícius Vieira de Souza (Titular), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** Uma solicitação à presidência, que o conselho solicite à SMDE a apresentação na íntegra. Obrigado. **Cláudio Paiva, Arquiteto da SMDE:** Eu não passei na íntegra porque tem muita informação que eu achei que ia confundir vocês. Fico contente que vocês estão pedindo a apresentação. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu participei em 86/87 do grupo que criou o solo criado aqui em Porto Alegre. Na época o Secretário era o Brochado da Rocha e o supervisor era o Moacir Moongen. Só algumas considerações, isto foi antes do estatuto da cidade, inclusive, serviu de subsídio para os estudos do estatuto da cidade, foi a primeira cidade do Brasil, mas a ideia era que fosse um instrumento para arrecadar fundos, mas com limite. A principal ideia da época do solo criado era que o índice fosse 1, que é o que existe nos países desenvolvidos. O índice seria 1 para toda a cidade, que segundo os estudos teóricos é o lógico de uma cidade, a pessoa tem o direito de construir obre o terreno dela uma vez, aquela área toda uma vez. O resto teria que ser um direito adquirido da municipalidade através de uma contrapartida. Não vou me estender porque a apresentação foi muito boa. Temos outra apresentação ainda. A ideia era que esses 15% ficassem para um fundo para readequação, atualização e reaparelhamento do planejamento, isso em 96/97, porque a gente já começava a ver um desgaste da estrutura pública. Assim como tem a PGM, assim como tem a Fazenda, que são as secretarias que têm força política, mas também tem força de estrutura, de pessoal, de equipamentos. Essa é a explicação dos 15%. E outro esclarecimento é que a ideia desse valor do solo criado fosse um plus para a habitação de interesse social, que fosse somado ao interesse, ao orçamento do DEMHAB. Ao longo dos anos, isso começou no governo do Collares, depois passou todo o ciclo do PT, veio no primeiro governo, quando começou a venda de índice houve uma situação que esse dinheiro foi para o caixa único e nunca foi prestado uma

prestação detalhada, embora na prestação de contas apareça o dinheiro do solo criado com uma aplicação para o DEMHAB. Mas aquela informação inicial que fosse um plus, ou seja, com a falta de dinheiro terminavam pegando o dinheiro do solo criado, aplicando em habitação de interesse social, retirando o orçamento próprio do DEMHAB. Isso servia para compensar de certa forma, mais ou menos esta a matemática. Por último, queria alertar, quando eu saí da prefeitura tinha um movimento muito grande para a UDRE, que é uma unidade, mas na prática é uma coordenação, deva virar uma supervisão, ter a força de uma supervisão, pelo novo decreto, há uma semana, fiquei sabendo que vai ser uma unidade. Isso parece, não sei se todos sabem o que significa na prática. Assim, é a perda total de força dentro da pirâmide de hierarquias e uma tendência a se esvaziar, prejudicando o processo. Só este comentário. Eu agradeço. Não sei se temos mais algum comentário, porque temos outra apresentação. Então, podemos passar para o próximo tema? Quero agradecer ao Cláudio. Muito obrigado. (Aplausos). **3.02. Licenciamento Ambiental em Porto Alegre (Palestrante: Engenheiro Agrônomo Paulo Jardim – Equipe de Licenciamento Ambiental – SMAMS). Paulo Jardim, Engenheiro Agrônomo, Equipe de Licenciamento Ambiental – SMAMS:** Boa noite. Eu vou tentar ser bem breve e objetivo, mas a minha apresentação foi enviada para os emails. É uma apresentação simples de noções básicas sobre o licenciamento ambiental. Como vocês sabem o Plano Diretor é urbano ambiental, nós temos basicamente um licenciamento urbanístico e um licenciamento ambiental. Eles se entrelaçam em alguns momentos. Este exemplo (slide) é de empreendimentos sujeitos a estudo de viabilidade urbanística, o EVU, que são os projetos especiais que estão no anexo 11 do Plano Diretor, que tramitam aqui pelo conselho. A primeira etapa é de diretrizes, geralmente são CAUGE. Nessa etapa de diretrizes é possível que o representante da secretaria do órgão ambiental determine que esse empreendimento mereceria um estudo de impacto ambiental e um relatório de e impacto ambiental. Quando o órgão decide que tem que ter EIA RIMA a obrigação é disponibilizar um termo de referência para o empreendedor elaborar o estudo de impacto ambiental. Posteriormente, é realizada uma audiência pública para debater com a sociedade em geral aquela proposta de empreendimento. O CMDUA participa também da elaboração do termo de referência que vai basear aquele estudo de impacto ambiental. Talvez na atual gestão não tenha vindo nenhum ainda, mas vem sempre, é que não tem tido muitos empreendimentos com EIA RIMA. Não é obrigatório, não são todos os empreendimentos que precisam de EIA RIMA. Temos a etapa de aprovação de projeto, que quem aprova hoje é a Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Após a aprovação está em condições de receber uma licença de instalação. Tem a etapa de carta de habitação, onde novamente quem emite é a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com a participação das secretarias que participaram da etapa de aprovação de projeto. Dependendo da atividade tem que receber a licença de operação, serve para indústrias, shoppings, hospitais. Os empreendimentos que não estão sujeitos à etapa de licença de operação, um condomínio, não teria sentido este conceito de licença de operação, aí se aplica o TRA – Termo de Recebimento Ambiental, que atesta que aquelas condicionantes da etapa de instalação foram cumpridas e o empreendimento está adequado do ponto de vista ambiental e apto a receber o Habite-se. O TRA viria antes do Habite-se e a licença de operação posterior ao Habite-se. Este é um resumo do licenciamento urbano ambiental. Tem o licenciamento de empreendimentos não sujeitos a EVU, que não estão no anexo 11 do Plano Diretor, não são projetos especiais, que é um licenciamento ais simples. Com base na DMWeb, que o colega apresentou, que vai dar o regime urbanístico daquele terreno, com base no Plano Diretor, o responsável elabora seu projeto e vai direto para a etapa de aprovação de projeto, onde participam algumas secretarias. Dependendo da

atividade pode requerer a licença prévia. Normalmente as atividades que vão ter licença de operação no futuro, como, por exemplo, uma indústria, hospital, shopping, devem pedir licença prévia antes da aprovação do projeto. Após a aprovação do projeto está em condições de receber a licença de instalação. Se for um empreendimento residencial e não tiver licença de operação vai ter o termo de recebimento ambiental, que seria o parecer do órgão ambiental dizendo que está em condições de receber a carta de habitação. Não são todos empreendimentos que necessitam de licença de instalação. Empreendimentos abaixo de 5000m² de área construída não necessitariam de licença de instalação, desde que a atividade também não seja sujeita à licença de operação. Por exemplo, uma residência unifamiliar de 500m², se não tiver escavação de solo superior a 3m ou aterros, pode ser dispensada. Nós não teríamos capacidade para emitir tantas licenças de instalação quanto os projetos que são aprovados no município diariamente. Nós temos uma diferença do que é licença e o que é licenciamento, licença é o documento, o ato administrativo, o licenciamento é o processo que vai gerar ou não aquela licença, que nada mais é que uma lista de condições de restrições, medidas de controle ambiental. Vamos dar uma acelerada. Outro aspecto importante que as licenças ambientais contemplam é quanto à permeabilidade do solo. Hoje um solo não pode impermeabilizar 100% daquele terreno. Geralmente, isto é visto mais nas etapas de aprovação e da licença de instalação. O objetivo é melhorar a drenagem urbana e a própria ambiência, porque são áreas livres de qualquer intervenção, permeáveis, vegetadas e passiveis de arborização. Ela foi incorporada ao Plano Diretor, mas não me lembro de qual é o artigo. Dependendo o índice de aproveitamento do terreno, ou seja, dependendo da região da cidade o projeto tem que destinar um percentual do terreno como área livre permeável. Sempre é importante ver qual a função ambiental, ainda funciona como função ambiental o Arroio Dilúvio, as margens dele, a gente não deveria deixar construir nenhum prédio aqui onde estamos, por exemplo, ou não tem mais aquela função ambiental e ali tem função de drenagem urbana, outras funções que não sejam as originais? Outra coisa é a reversibilidade dela. É possível recuperar o Arroio Dilúvio na sua forma original? Bom, teríamos que tirar a Av. Ipiranga. Então, não me parece que é viável, mas é irreversível essa situação. Assim como neste caso que eu citei, tem vários outros na cidade, como quem conhece a Av. Professora Paula Soares, Av. Sarandi também, onde o curso d'água acabou se transformando em um canal de drenagem que separa as duas faixas de rolamento de uma via. Quem tem casas, loteamentos aprovados há muitos anos ali, muitas vezes vê: "Pô, estou em APP". E aí a gente tem que fazer uma análise se aquela APP ainda tem aquela função ambiental ou se ela já é uma área urbana consolidada dentro de um projeto que foi regularmente aprovado outrora pelo município. Quanto à fauna, dependendo do empreendimento, não diária que são todos, mas pelo menos os que ainda estão localizados onde tem um ambiente mais próximo ao natural, é necessário que se apresente o laudo daquela fauna silvestre e que esse estudo tenha amostragem de diferentes horários e estações do ano, porque a fauna varia muito de acordo com a época do ano. Por exemplo, existem alguns tipos de peixes que sobrevivem em áreas alagadiças que estão presentes em certas épocas do ano. É por isso que às vezes um estudo desses demora um ano inteiro para ficar pronto, porque precisa ter uma amostragem do ano inteiro. Uma das condicionantes bem frequentes das licenças são as construções de passagem de fauna para que os animais possam ir de em local ao outro, principalmente sobre vias. Existem experientes, o pessoal testa principalmente para macacos, para bugios, que é frequente em Porto Alegre, para conseguir atravessar as vias, ou às vezes te também ali na obra da Severo Dullios, que foram previstas passagens de fauna subterrâneas, porque se vê qual é a fauna mais frequente ali e qual e a medida mais adequada para aquela fauna. Também cabeamento

ecológico para aquela fauna não tomar choque nas redes. É possível que se peça sim a preservação de habitat, principalmente para aquelas espécies ameaçadas. Esses peixes anuais que eu falei são considerados ameaçados. Então, é possível que dentro do projeto de um loteamento, de uma grande área, que: aquela porção, aquele habitat deverá ser preservado, não deverá sofrer intervenção. Resíduos sólidos também é bem importante. Existe uma diferença na etapa de instalação de operação, porque eu vou pedir o plano de gerenciamento dos resíduos para aquela obra, para onde vão levar os resíduos da construção civil. Na etapa de operação eu vou pedir um plano de gerenciamento para aquela atividade. Por exemplo, um hospital tem resíduos hospitalares, tem que fazer um plano de gerenciamento, porque onde ele vai destinar aqueles resíduos hospitalares? Uma oficina mecânica é a mesma coisa, embalagem de óleo usada e etc. É importante que a segregação ocorra desde a origem, com a destinação final correta para um local que tenha licença para receber aquele tipo de resíduo. Esses princípios aqui, normalmente, também vão nas licenças, de redução, reaproveitamento e reciclagem. Nós temos muitos casos em Porto Alegre de solos com passivos ambientais, ou seja, com algum tipo de contaminação. Um caso frequente são terrenos no Humaitá, existia ali um aterro chamado Benópolis, durante muitos anos se levou resíduos sólidos urbanos misturados, às vezes se acha até resíduos hospitalares ali. Então, em alguns terrenos da cidade há lixo enterrado. Então, é proibido aprovar projeto em cima de lixo. Então, é necessário fazer a remediação daquela área. É solicitada essa avaliação preliminar, que vai dar o histórico da área. Dependendo da avaliação é solicitada uma investigação confirmatória, que aí sim é coletar amostras de água e solo, para verificar se há contaminação. A gente não pode permitir a construção em cima de área contaminada, porque é um risco para as pessoas que forem ocupar aquelas edificações. Já aconteceu em São Paulo com algumas explosões, substâncias tóxicas bastante nocivas para a saúde das pessoas. Praças e arborização viária nos loteamentos, parcelamento de solo normalmente ocorre a doação de área para destinação de praças, é quando acontece a abertura de novas vias também, é necessário que se faça a arborização. Isto pode ser a qualificação de praças existentes, como compensação ou mitigação de impactos. Também é uma forma de copensar ou mitigar impactos de alguns empreendimentos. Os projetos podem ou não serem elaborados pela SMAMS, mas é necessário que sejam aprovados pela equipe de arquitetos da Secretaria. Outros condicionantes que às vezes aparecem nas licenças são alguns prazos para atendimento de algum item específico. Por exemplo, a lei Kiss, depois da tragédia da Kiss, hoje principalmente na etapa de licença de operação, nós não emitimos licença de operação sem que tenha o alvará de bombeiros, pelo menos com o comprovante de protocolo do plano de prevenção de incêndios, aí se emite por um ano a licença, renovável por mais um, toda e qualquer atividade que requer licença de operação precisa apresentar alvará de bombeiros. Unidades de conservação, alguns empreendimentos têm que destinar um percentual do valor estimado do investimento para as unidades. Tem a questão do IPHAN, o patrimônio histórico, alguns empreendimentos requerem esta anuência e outras obrigações diversas. A participação do CMDUA, que participa na etapa de termo de referência, que vai nortear o estudo de impacto ambiental, participa da etapa dos EVUs, que vocês estão acostumados. Esta relação urbano ambiental é importante para o licenciamento, principalmente porque a Resolução nº CONAMA nº 237, art. 10, § 1º, diz o seguinte: “No procedimento de licenciamento ambiental deverá constar, obrigatoriamente, a certidão da prefeitura municipal, declarando que o local e o tipo de empreendimento ou atividade estão em conformidade com a legislação aplicável ao uso e ocupação do solo”. Aqui em Porto Alegre esta legislação aplicável ao uso e ocupação do solo é o Plano Diretor. Então, eu não posso emitir uma licença ambiental para uma atividade que esteja

em desconformidade, que não esteja atendendo o Plano Diretor. Isto aqui, na verdade, é um dos fatores que, digamos assim, acaba dificultando a regularização de algumas atividades, principalmente atividade menores, oficinas mecânicas, lavagens de veículos, que às vezes a pessoa coloca uma oficina dentro da sua própria casa. Isto não é permitido pelo Plano Diretor aquela atividade. Então, fica muito difícil a regularização. Para finalizar, o licenciamento ambiental é um reflexo das atividades, por exemplo, tem surgido bastante pedido de licenciamento ambiental para microcervejarias. É uma atividade que está "na moda", muita gente começou a produzir, como no 4º Distrito. No fim das contas, o que o licenciamento ambiental busca é segurança, bem estar, acaba ajudando a evitar alguns conflitos, como no caso do ruído, onde a gente exige que seja tomada uma providência para evitar conflitos, cheiros, odores, enfim. O licenciamento ambiental sozinho é difícil resolver alguma coisa. O ideal é que ele tenha uma atuação sinérgica com outros instrumentos de controle e gestão. Tem algumas informações no site para quem tiver interesse. Nós disponibilizamos um serviço on-line, onde o empreendedor pode encaminhar seu pedido de licença ambiental pela internet, por um email, apresentando uma documentação mínima, pelo menos consegue abrir e dar andamento ao seu processo administrativo, visando a licença ambiental. Este e meu email e a gente fica à disposição. (Aplausos). **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Obrigado, Engenheiro Paulo Agrônomo Paulo Jardim. Eu coloco a palavra à disposição. Vamos iniciar por aqui. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Quero agradecer à apresentação, é importante ouvir este conjunto de informações. Eu acho que este procedimento do conselho de trazer os profissionais das secretarias para conversar conosco sobre as suas áreas de domínio e conhecimento é importante para qualificar o nosso debate aqui. Eu não recordo que nós tenhamos examinado algum aspecto ambiental este ano na nossa pauta de projetos. Eu acho que houve algumas menções no projeto Zaffari, que o empreendedor esteve aqui, falou que não havia ou havia algum vestígio de Mata Atlântica, ou não havia vegetação relevante. Eu lembrei muito dessa discussão pesada que está havendo na zona sul de Porto Alegre, sobre essa área que tem, que foi divulgada dentro das redes, uma área com uma vegetação, com uma certa densidade, inclusive, mencionam que há vida silvestre e tal. Em tese, aquilo ali seria derrubado na marra, porque teria já recebido autorização das instâncias necessárias. É um negócio meio escandaloso do ponto de vista ambiental. Hoje há uma resistência ali feita pela comunidade organizada, que está fazendo movimentos de presença e de apoio. Aparentemente, diante da indiferença da autoridade, do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, como se aqui nós não pudéssemos falar disso. No caso concreto, eu não sei se tu tens alguma informação sobre isso, deves ter. Isto é um conflito aberto na cidade. Aparentemente, há um interesse imobiliário, que não passou, não passará público já passou pelo nosso conselho. Eu não tenho essa informação, só vejo que no momento este é um elemento forte. E se passou pelo nosso conselho, o nosso conselho aprovou por ser um projeto bonito, economicamente adequado, socialmente, ambientalmente perfeito? Não parece ser possível fazer esse tipo de comentário, mas eu agradeço muito pela tua participação. **Paulo Jardim, Engenheiro Agrônomo, Equipe de Licenciamento Ambiental – SMAMS:** Bom, este empreendimento que o conselheiro se referiu começou lá na década de 1990 e na ocasião recebeu até uma licença de instalação da FEPAM, era o órgão estadual que licenciava e aprovou naquela época EVUs. Passou sim pelo conselho aqui, se eu não me engano, no ano 2000. Só que foi protocolada uma ação civil pública contra o empreendimento, acho que o Ministério Público promoveu. Então, ficou mais de uma década tramitando, chegando até o STF, a decisão final foi da Ministra Carmem Lúcia,

que deu ganho de causa para o empreendedor, que ganhou o direito de executar aquele projeto que foi aprovado lá nos anos 90, onde a legislação era outra. Ele ganhou o direito de não aplicar a Lei da Mata Atlântica naquela área. É uma coisa que a decisão do STF assegurou a ele. Também ganhou o direito de canalizar um curso d'água que corre naquela área. Acabaram todas as instâncias, foi para a Procuradoria. O que fazemos agora? Primeiro, o Estado não queria receber de novo a atividade, agora é o município que tem que licenciar. A orientação era – continuem de onde ele parou! Bom, ele tinha uma licença de instalação. Alguém cogitou eles revalidarem a licença de instalação da FEPAM. Aí é impossível, no primeiro momento a gente entendia que eles deveria cumprir todos os ritos, como se estivesse começando agora, passando pelo conselho, certamente; mas essa posição foi vencida, porque decisão judicial não se discute e tem que cumprir. A solução que encontramos foi solicitar uma atualização dos estudos para poder pelo menos calcular qual a compensação para aquela área. Existe uma licença de instalação para o loteamento, que permite a abertura de algumas vias públicas, basicamente uma que liga a parte de cima do terreno até a parte mais baixa, que vai dar para a Av. Guaíba, também a canalização daquele curso d'água. É o que o empreendedor tem de licença do município. Loteamento, como vocês devem saber é o parcelamento com vias públicas em volta das quadras. A ocupação das quadras não foi licenciada. Provavelmente passará por etapas de EVU, acredito que deva tramitar aqui no conselho a ocupação dessas quadras. A preocupação de remoção de toda aquela vegetação, isso não vai acontecer, até porque o que existe hoje é a possibilidade dele abrir as vias e canalizar o curso d'água. Nem o empreendedor tem definido qual será o projeto de ocupação das quadras, que certamente será exigida a preservação do que for mais relevante do ponto de vista ambiental. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu não quero perguntar, mas quero agradecer a esta apresentação para todos nós, porque eu acho que é uma liberação do poder público, dizendo – é assim que a gente tem que trabalhar. Então, para nós aqui no conselho eu acho que é a possibilidade de nós termos isto como uma bandeira, como uma ferramenta a ser empunhada e ser utilizada em cima de cada projeto que a gente avaliar. Então, eu agradeço muito a tua apresentação, porque nos dessa garantia de que isso deve ser empunhado por nós a avaliação de um projeto. Em algumas vezes a gente passa alo largo dessas questões, por pressa ou até por desconhecimento. Eu acho que a partir de agora a gente não vai mais poder ter este tipo de atitude. Nós estamos liberados para questionar a questão ambiental nos processos que passarem por aqui. Então, muito obrigada. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Primeiro, a preocupação, eu sou funcionário público também, vem aqui, faz determinada explanação e Poe o seu ponto de vista daquilo que ele domina, mas como que a gente poderia enquanto conselho, junto com os técnicos da prefeitura ter uma melhor efetividade? Por exemplo, um processo que passou por aqui foi a doação da antiga fábrica da Veg para a prefeitura. Na época a gente questionava se não tinha, o que eu acho difícil, uma indústria que faz transformadores, que tem o manuseio intenso de óleos, que ali não tenha solo contaminado. Eu questionei nessa reunião e disseram que não, que não precisa de laudo de contaminação daquele solo. Então, como que a gente pode se aproximar mais para que alguns questionamentos possam ser respondidos objetivamente? Aqui nós estamos decidindo os rumos da cidade. E para ver a complexidade, eu vi ali na apresentação a questão do Campus do Vale, o Campus do Vale foi licenciado pela FEPAM por questão de uns 100m, o ônibus que sai do Campus do Vale sai passa 100m em Viamão e volta para Porto Alegre. Fiquei com uma dúvida, no caso da UFGRS e da PUC, empreendimentos consolidados, no qual eu, tecnicamente, não consigo entender porque tanto a UFRGS

quanto a PUC tiveram que fazer LP, iam fazer LI e LO para um empreendimento consolidado. Eu estive na audiência pública da PUC, onde um ex-membro aqui do conselho queria que o Prédio 40 da PUC fosse demolido para renaturalizar o arroio que passa debaixo do Prédio 40 da PUC. Então, submeter uma PUC a um processo de licença prévia, licença de instalação e não ir direto... Na época eu que encaminhei pela UFRGS o licenciamento ambiental inicial, foi dito que tinha aspectos na legislação de Porto Alegre que fazia uma diferença em relação à legislação estadual. Tanto é que passamos para a FEPAM, que não exigiu EIA RIMA, foi direto para a LO. Eu acho que era mais ou menos isso. Eu achei interessante, porque na listagem que tem ali de legislações não tem nenhuma resolução COMAM. O COMAM nunca se manifestou sobre essa questão do processo de licenciamento em Porto Alegre. **Paulo Jardim, Engenheiro Agrônomo, Equipe de Licenciamento Ambiental – SMAMS:** Vamos por parte. Bom, como que o conselho poderia participar? Eu fui suplente da SMAM na época, durante duas gestões aqui no conselho, eu lembro que era bem frequente mandarem o processo em diligência para o órgão se manifestar quando o conselheiro tinha alguma dúvida. Então, eu acho que ainda há esta possibilidade quando há uma dúvida. Não sei em que época foi essa indústria, mas hoje, fatalmente, se exigiria uma investigação confirmatória, porque por muito menos a gente solicita, sendo uma indústria certamente se pediria. No passado não se abordava muito isso. Vinha no receituário, nas próprias embalagens de agrotóxico que o destino correto daquelas embalagens era enterrar. Então, é possível que vários pontos do Rio Grande do Sul tenha várias embalagens enterradas, que a gente nem sabe e que estão contaminando o lençol freático. São passivos ambientais que foram acontecendo ao longo dos anos e hoje estão aí, mas não sabemos. Este assunto cresceu de grau de relevância. A questão da etapa da licença, o licenciamento ambiental tem que ser de acordo com a etapa em que se encontra o empreendimento. Então, se o empreendimento já está lá não tem o menor sentido submeter à etapa de licença prévia e de instalação. Ele tem que ir direto para a licença de operação, isso está na legislação. Não sei em que época fizeram isso, mas foi uma interpretação errada. Hoje nós não fazemos, sempre licenciamos de acordo com a etapa em que se encontra o empreendimento. No caso da PUC, se houve alguma etapa de licença prévia é para ampliação, para construir um novo prédio, mas para prédios existentes é licença de operação. A PUC é licenciada pelo município sim. Sobre o conselho municipal, existem sim resoluções, mas face ao advento da resolução do CONSEMA 372 e suas atualizações, essa resolução foi publicada em março de 2018 e já houve atualizações dela, se colou em dúvida se aquelas resoluções do conselho municipal continuavam valendo. E eu até acredito que elas devam ser revalidadas, porque esta CONSEMA é bem abrangente, alterou tudo que as resoluções do conselho municipal entram em conflito com ela não pode. Então, elas devem ser revalidadas, mas sim, há resoluções do conselho municipal sobre licenciamento ambiental e outras tantas matérias. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Eu queria saber o conceito de APAM, porque não é bem clara dentro da legislação, tanto dentro do Plano Diretor, até na Instrução Normativa nº 22/2007. Também a questão do limite de hectares que a SMAMS pode licenciar, qual é o limite máximo? Como é dada a garantia da preservação das APPs quando implantado um empreendimento? A melhor forma de preservar e dar responsabilidade para o empreendedor, através de condomínio ou de lote? Também em relação à Mata Atlântica, porque tem aquele percentual de preservar 30, não sei se suprime por área de equivalência, tem que manter 70 ou 50 a 50, como é dado esse cálculo? **Paulo Jardim, Engenheiro Agrônomo, Equipe de Licenciamento Ambiental – SMAMS:** O conceito de APAM está no Plano Diretor, mas não me lembro na legislação

ambiental se está explicitamente APAM. Esta pergunta deveria ser direcionada mais para a parte da SMAMS, que ficou com o Plano Diretor. Não sei se o plano tem algum conceito obre isso, mas eu sei que tem mais a ver com restrições de uso, né. APAM é permitida em casos de habitação e alguma atividade com algum cunho científico, de pesquisa, não poderia uma indústria. O APAM tem mais a ver com o Plano Diretor e com regime urbanístico, com restrição urbanística ambiental de uso, mas não está presente na legislação ambiental, diferente da APP, que essa sim está no código florestal. Tem o conceito? (Manifestação fora do microfone). Tem muito a ver com o desenvolvimento sustentável esse conceito de APAM, mas me parece mais específico ao Plano Diretor. A preservação das APPs se dá de várias formas, é exigido que seja averbada na matrícula do imóvel a existência e a localização daquela área de preservação permanente. Nós não aprovamos projetos em que não estejam de acordo com a legislação que exige a proteção daquelas APPs. Outras formas de proteção às vezes é o cercamento, às vezes é exigido, a colação de placas indicando que é uma área de preservação. O empreendedor não vai conseguir uma licença de operação se não atender as condicionantes dispostas nas etapas anteriores. Sobre o limite, está estabelecido também na Resolução CONSEMA 372/2018, que estabelece o qé considerada atividade de impacto local para os municípios licenciarem e o que é considerado competência do estado. Algumas dessas atividades, a diferença de competência está no porte. Por exemplo, campus universitário até 20 hectares os município s podem licenciar, acima disso só pode licenciar o município que tiver convênio de delegação de competência firmado junto à FEPAM, caso contrário é a FEPAM quem tem que licenciar. Os condomínios e loteamentos entraram na mesma regra. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Porto Alegre é competente para loteamento com mais de 20 hectares? **Paulo Jardim, Engenheiro Agrônomo, Equipe de Licenciamento Ambiental – SMAMS:** Neste momento estamos sem convênio de delegação de competência vigente. Está em andamento a renovação do convênio. Esta atividade específica de loteamentos e condomínios há uma disposição do atual gestor, do secretário, em obter a delegação plena, ou seja, poder licenciar qualquer porte desse tipo de empreendimento, para moradias. Sobre a Mata Atlântica, tem aquele percentual, quando é primária não pode cortar, mas em Porto Alegre não é bem o caso de primária. Tem estágio avançado, médio e secundário. O estágio avançado o limite é 50%, tem que preservar; médio é 30% e inicial parece que não se aplica, tem alguma regra nesse sentido. Esse empreendimento da zona sul que o conselheiro se referiu, o empreendedor ganhou na justiça o direito de não aplicar a lei da Mata Atlântica, mas se aplicasse seria... Não sei, teria que fazer o cálculo. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Então, podemos encerrar a reunião? Queria agradecer ao Paulo jardim. (Aplausos). Foi muito bom. Obrigado a todos pela paciência. **TÉRMINO: ÀS 22H15MIN.**

_____ _____

Maurício Fernandes

Presidente *Secretária Executiva*

Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2019, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2786/2018

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Caciano Sgorla Ferreira (1º Suplente), **Gabinete do Prefeito – GP**; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Denise Calvet Pinto (2ª Suplente), **Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade – SMAMS**; Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Alexandre Cavagni (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; Cláudia Remião Franciosi (Titular) e Er de Macedo Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Sérgio Saffer (Titular) e Jorge Diogo de Jesus (2º Suplente), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Vinícius Vieira de Souza (Titular), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Sergio Koren (1º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** José Romari Dutra da Fonseca (2º Titular) e Cláudia Piccoli Faganello (2ª Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; Kelly Ramos da Silva (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2780; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h27min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Muito boa tarde a todos, vamos dar início a nossa reunião de nº 2786, reunião com a pauta definida, com a aprovação de alguns processos. Registro a justificativa da Conselheira Claudete Simas que não pode se fazer presente e registro também um agradecimento especial ao meu vice, o Sr. Hermes, que presidiu a sessão passada. Muito obrigado! Eu tive que ir na Câmara de

Vereadores, a um evento, foi a reunião que nós conseguimos agendar os primeiros cursos e o nosso objetivo é fazer mais cursos para todos os conselheiros, conforme amplamente debatido. **2. Votação da Ata 2780.** Quero encaminhar a votação da ata, se alguém tiver alguma manifestação coloque. É a Ata nº 2780, há alguma consideração? (Manifestação fora do microfone). Não receberam? O Conselheiro Mark coloca que não recebeu, alguns outros conselheiros também. Então, fica pendente, fica prejudicado este ponto de pauta, sem problema algum, fica para a próxima reunião. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Mas ela foi enviada? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Foi enviada sim. Sempre é enviada junto com a convocação. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Mas nesta ocasião não foi. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Está registrado, a gente retira, fica prejudicado. Jamais vou querer que aprove uma ata sem conhecimento dos senhores. Pode ficar bem tranquilo. **3. Ordem do Dia.** Eu vou sugerir, e vou justificar a alteração, ainda na primeira folha, para enfrentarmos o item 3.02 ao invés do 3.01, aí a gente faz esta pequena inversão, começando pelo 3.02, em função de que o servidor Patrick, da SMDE veio prontamente a nosso convite esclarecer eventual dúvida, até para liberá-lo, ele não é conselheiro, não tem obrigação de ficar aqui. E eu acho que não prejudica o andamento dos trabalhos, já que seria o segundo ponto de pauta. Temos acordo neste sentido, senhores? Então, este item será relatado pela Secretaria Municipal de Relações Institucionais, a Conselheira Cláudia. **ITEM 3.02. EXPEDIENTE: 002.302078.00.9. INTERESSADO: Fundo de Investimento Imobiliário Phorbis. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. das Indústrias, 1395. RELATOR: SMRI. PRAZO PARA RELATÓRIO: 21/08/2018. ENCAMINHAMENTOS: 1) Apresentado pelo empreendedor em 18/09/2018; 2) Relatado em 30/10/2018 (Parecer não foi conclusivo); 3) Redistribuído para novo relator em 06/11/2018. CABE PEDIDO DE VISTA. Cláudia Remião Franciosi (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Primeiramente, quero agradecer ao Patrick Stefano e a Patrícia, que me apoiaram no entendimento, é a primeira vez que participo do conselho e tenho este desafio de esclarecer sobre este projeto. Eu fiz um relato breve sobre ele, porque todo o processo está muito bem instruído, muito bem orientado, foi de certa forma, para quem está iniciando, ler e estudar o processo, que foi bem orientado, foi prazeroso o aprendizado. Estamos falando de um processo que se inicia em 2002, um loteamento industrial, uma área de 48,6He, que teve uma licença prévia emitida, teve uma licença de instalação. Em 2013 foram entregues obras de implementação ao município. Porém, o presente EVU vai tratar de uma solicitação de loteamento para fins residenciais na mista 5, que está listado no nexo 11.2, fl. 2. E também a adequação de altura; em princípio, nesta Quadra G, de 18m para 52m. Eu vi em outro relato aqui 48m. Então, esta é uma questão que eu gostaria que o Patrick depois também deixar mais claro. Então, o objeto deste EVU é exatamente esta questão de um projeto que tinha todo um desafio industrial e que agora vem e solicita uma questão mista, ser residencial e na Quadra G ter este aumento de altura. O Parecer 115/2018, fls. 44 a 48, vol. II, emitido pela CAUGE, aprova este EVU e deixa muito claro todas as condicionantes para cada um dos órgãos. Então, é bastante detalhado em relação aos pareceres técnicos e todas as condicionantes, tanto para o DEP, DMAE, EPTC, há uma manifestação da PGM, enfim, todos os órgãos foram submetidos e têm seus pareceres e seus condicionantes. E a gente percebe que todas as questões apontadas estão relatadas de forma muito adequada ao que lá está sendo proposto. Então, o que a gente entende é que se essas medidas todas forem atendidas da forma como está ali, há

uma viabilidade de que isso possa acontecer. Para dar andamento ao que foi proposto foi construído um cronograma de referência, listando as principais diretrizes de cada quarteirão que condicionam a implantação. Então, há um cronograma específico, é um projeto em que a gente terá o EVU quadra a quadra, todo um cuidado e um acompanhamento, que foi algo que tanto a Patrícia quanto o Patrick referiram bastante para esta atenção. E no tocante as condições para aprovação e as condições para emissão do Habite-se, estão elencadas junto à manifestação de cada um dos órgãos que assinam este parecer, os quais não vou detalhar, porque este parecer 115 está muito bem orientado, é muito esclarecedor, em uma linguagem muito acessiva. Porém, destaco em um breve relato algumas questões. Conforme o parecer já mencionado 115 os órgãos da prefeitura apontam condicionantes: EPTC, SMAM, Saúde, SMED, SMOV. É o que se traduz como medida antecipatória a áreas institucionais compensatórias a serem destinadas a tais condicionantes junto ao empreendedor Fundo de Investimento Imobiliário Phorbis. O loteamento inicial foi aprovado e licenciado para o uso industrial, o que eu já havia referido. Quanto à mudança do caráter do loteamento, manifestou-se a SMAM: "Considerando a alteração do caráter do loteamento, a nova demanda de equipamento de lazer para todas as faixas etárias deve ser atendida no próprio loteamento. Caso não seja possível atender toda a demanda no local serão indicadas áreas verdes no entorno". Eu destaquei também a condicionante da SMED: "Devido à mudança de natureza do empreendimento de industrial comercial para residencial, surge a necessidade de implantação de equipamentos comunitários de educação infantil, em consequência dos impactos gerados. Nesse sentido, necessita-se de área para implantação de escola infantil, complementando as novas necessidades impostas, em função dos impactos que o empreendimento irá gerar com o incremento populacional. Esses trechos destacados cristalizam a função da administração pública em zelar para o bem comum para a atual e das futuras gerações, cada qual dentro da sua alçada". No mais, o tema foi devidamente enfrentado e debatido nas instâncias competentes das autarquias e secretarias municipais. Por fim, destaco que estando aprovada a proposta com o município, restava versão final do termo der submetida antes de sua assinatura para aprovação das secretarias que se manifestaram com condicionantes. Diante de todo o exposto e considerando o trâmite já firmado entende-se pela inexistência de óbice legal a tramitação da matéria, razão pela qual somos favoráveis pelo deferimento do projeto em consonância com o EVU. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, Cláudia. Alguém vai pedir vista? Então, vou anotar aqui: RGP. 2, UFRGS, SAERGS, RGP. 6, IAB e AREA. Alguém mais? Então, fica suspensa a discussão em virtude da vista. Obrigado. **ITEM 3.01. EXPEDIENTE: 18.0.000041184.8 (SEI). INTERESSADO: Jayro Amorim. ASSUNTO: Resolução – Desgravame de Tração Viário. LOCAL: Rua Romildo Bonzan, entre a Estrada Cristiano Kraemer e Rua Dr. Lauro Miguel Sturm, inserido na MZ 5 UEU 28, Bairro Aberta Morros e Campo Novo. RELATOR: AREA. ENCAMINHAMENTOS: 1) Apresentado pelo empreendedor em 18/09/2018; 2) Pedido de diligência em 25/10/2018; 3) Relatado em 30/10/2018 (Parecer contrário). CABE PEDIDO DE VISTA.** Sérgio, eu peço que tu te manifestes, mas este caso já foi relatado e nós identificamos uma pequena incongruência em relação ao nº da matrícula. Este processo estava na PGM e nós suspendemos a análise dele para que vocês tenham um processo pronto para análise. Como o Sérgio já relatou, lembro que a gente suspendeu, vetou a vista naquele momento porque precisava desse ajuste na PGM em relação a esse gravame, em relação à matrícula específica do gravame. Combinamos que o Sérgio iria ratificar ou não o seu parecer após o processo sofrer este ajuste da PGM. Então, voltou da PGM, por isto está na

pauta. Sérgio, então, se tu manténs ou não o teu relato, aí a gente abre para a vista. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Na diligência que foi detectado este problema da matrícula, Presidente. Eu pedi diligência, a origem do gravame, queria tirar esta dúvida e viram que a dúvida procedia. Então, pediram a retificação da minuta. Foi esta a questão. Como era só uma questão de detalhes, para mim não há nova informação no meu relato. Então, em princípio, em mantenho o meu relato, porque como eu sei que vai ter pedido de vista, eu vou querer ouvir o retorno dessas vista, como já comentaram de eu poder analisar e manter depois o meu parecer. Eu sei que isso não é muito normal, mas eu queria ter esta oportunidade de ouvir as vista e o debate para manter ou não o meu parecer. A gente faz o parecer naquilo que a gente leu sem ter o debate aqui no conselho. Não estou dizendo que vou fazer alguma alteração, é que surgiu esta situação, é a oportunidade de qualquer pessoa que faz o relato, que possa ter essa oportunidade. Furtado, quando vierem os retornos de vista, aquele decreto que tu citaste, continua a minha dúvida que eu não achei no arquivo, eu gostaria de um esclarecimento mais adiante. A Lei Federal nº 13.465, art. 93, gostaria que o Furtado explicasse qual a influência dessa lei na impossibilidade de execução do gravame, caso ele fosse efetivado. Essa lei fala muito sobre vários assuntos de regularização fundiária, mas trata da parte de áreas de marinha, áreas de APPs, mas não entendo se esta área não estando sendo atingida ou área de preservação, onde que ela se encaixa nessa tua visão. O secretário que encaminha se vai ter vista ou não. Não tendo vista gostaria que o Furtado esclarecesse. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Na própria reunião de apresentação de relatório o Conselheiro Gomes já havia se manifestado com o pedido de vista. Então, vai ter vista, mas não vejo nenhum problema do relatório mudar de ideia. Até o momento da votação isso é possível, tranquilo, natural. Então, não vejo nenhum motivo de preocupação nesse sentido. Bom, então, feitas as considerações o processo vai à vista para a RGP. 6. Há outro pedido de vista? Então, vamos à frente. **ITEM 3.03. EXPEDIENTE: 18.0.000064256.4 (SEI). INTERESSADO: SDU/SMDE. ASSUNTO: Atualização da composição do Comitê de Desenvolvimento da Operação Urbana Consorciada da Lomba do Pinheiro – votação de parecer. ENCAMINHAMENTOS: 1) Apresentado pela SMDE em 21/08/2018; 2) Indicação dos representantes da sociedade civil organizada, integrantes do CMDUA, em 11/09/2018.** Esta deliberação do conselho é a atualização da composição do Comitê de Desenvolvimento da Operação Urbana Consorciada da Lomba do Pinheiro. Então, tem um parecer que foi desenvolvido aqui pela secretaria do conselho, que diz o seguinte: “O CMDUA, em reunião realizada em 04/12/2018, indica os seguintes integrantes representantes das entidades governamentais: SMAMS - Glaucia Helen Ribeiro (Titular) e Carlos Augusto Stola (Suplente); SMDE – Patrícia da Silva Tschoepke (Titular) e João Marcelo C. Osório (Suplente; DEMHAB – José Francisco Furtado (Titular) e Raul Saldanha (Suplente). E representantes da comunidade: RPG. 7 Maristela Maffei (Titular) e Jane Eliane Ferreira Brochado (Suplente); Delegado RGP. 7 – Betulino Nunes (Titular) e Luiza Maffei de Sousa (Suplente); Ana Lúcia dos Santos Almeida (Titular) e Acir Luiz Palochi (Suplente). Manifestações, por favor. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Boa tarde a todos. Presidente, só para lembrar que o suplente do DEMHAB não é o Raul, ele foi alterado para a Cristiano Spohr, engenheiro agrônomo. Só esta referência. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu tenho aqui Raul Saldanha. Então, não é? **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** Não. É o Cristiano Spohr. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio**

Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Vamos corrigir isso. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Boa noite. Só para relembrar que a representante das entidades também, se não constou aqui é porque tinha uma representante das entidades do Comitê da Lomba. Eu acho que nós indicamos no início a Cléia Raucher de Oliveira, que é uma arquiteta, ex-funcionária da SPM. Também o Arquiteto Jorge Jesus, que está aqui presente. São três entidades, é que eu estava lembrando. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Isto nós recebemos da SMDE, mas de qualquer maneira o voto das entidades já foi aprovado aqui. De fato, consta aqui a comunidade, deveria constar as entidades também. De qualquer maneira a comunidade e as entidades este conselho já deliberou, falta esta deliberação aqui, mas bem registrado. Então, voltará ao ponto de pauta, vamos fazer essas diligências ainda durante a reunião, com o apoio da Aline. **ITEM 3.04. EXPEDIENTE: 002.330288.00.1.** Está em diligência e continua. Não temos condições de analisar este item. **ITEM 3.05. EXPEDIENTE: 002.288613.00.8. INTERESSADO: TB Empreendimentos Imobiliários Ltda. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. Protásio Alves, 10085. RELATOR: SMDE. ENCAMINHAMENTOS: 1) Relatado em 16/10/2018; 2) Vista à RGP. 3 e 6, OP e UFRGS em 16/10/2018; 3) Relato de vista em 20/11/2018 (OP). NÃO CABE PEDIDO DE VISTA.** O Relator é a SMDE, o Conselheiro Emerson do OP apresentou o relato. Penso que pende o relato dos outros conselheiros que pedira, vista. É isto? É RGP. 3, 6 e UFRGS. Quem pode começar? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu concordo com o relator. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu não vou me manifestar sobre. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Boa noite. Eu acompanho o voto do relator. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** O Conselheiro Emerson foi favorável ao relatório. Então, em discussão o processo, a SMDE é a relatora. A palavra está em aberto para quem quiser discutir ou sanar eventual dúvida. Não havendo manifestações, temos um EVU de aprovação de loteamento, o parecer foi favorável, os conselheiros pediram vista, três conselheiros são favoráveis também, a Conselheira Lívia se absteve de se manifestar pós-vista. Então, em regime de votação, quem é favorável à aprovação deste EVU, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 21 votos). Quem é contrário? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 03 abstenções). **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR**. **ITEM 3.06. EXPEDIENTE: 002.204727.00.6. INTERESSADO: Locar – Locação de Imóveis Ltda. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. das Indústrias, 1344. RELATOR: IAB-RS. ENCAMINHAMENTOS: 1) Diligência à RGP. 2 em 20/11/2018; 2) Relatado em 20/11/2018; 3) Vista à RGP. 2 em 20/11/2018.** Este é aquele do estacionamento perto do aeroporto. O Conselheiro Sérgio já se manifestou, ele se retira voluntariamente da mesa. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, a RGP. 2 pede mais uma semana de prazo para a vista. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É bem recente a vista, justificado aí. Alguém se opõe? Não temos oposição. **APROVADO PRAZO DE VISTA**. **ITEM 3.07. EXPEDIENTE: 16.0.000017107.0 (SEI). INTERESSADO: Rodrigo Moreira Milano. ASSUNTO: Gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro. LOCAL: Rua dos Canudos, localizada na MZ 08 UEU 014. RELATOR: CAU-RS. ENCAMINHAMENTOS: 1) Relatado em 20/10/2018; 2) Vista à ACESSO, RGP. 5 e 7 em 20/11/2018.** A ACESSO está ausente. Se a RGP. 5 e 7 quiserem se manifestar fiquem à vontade, mas como a ACESSO está

ausente eu penso que fica prejudicado este ponto. Querem se manifestar ou aguardar a próxima reunião? Então, próximo prejudicado. **ADIADO**. **ITEM 3.08. EXPEDIENTE: 18.0.000000877.6 (SEI).** O relatório é da SMIM. Conselheiro Cavagni? Mais uma semana. Alguém se opõe? **APROVADO PRAZO DE VISTA**. **ITEM 3.09. EXPEDIENTE: 002.283030.00.2.** Relatório da SENGE também. Então, como já temos precedente nesta reunião, mais uma semana para o conselheiro do SENGE. **APROVADO PRAZO DE VISTA**. Voltamos ao ponto 3.03, Conselheira Maristela. Eu vou encaminhar da seguinte forma, vamos suspender a ordem do dia e vamos entrar no período de comunicações. Se vocês concordarem depois a gente volta, só para deliberar este 3.03, que a Aline vai redigir a nova versão, com isso eu gostara de ler o texto. Então, podemos voltar para a Ordem do Dia, peço para mantermos o *quorum*. A palavra está em aberto para comunicações. **4. COMUNICAÇÕES**. Vou ser o primeiro inscrito, já adianto que nós temos que encaminhar ao DMAE, em função da Lei Complementar nº 749, representantes para o Conselho municipal de Saneamento Básico do Município. Quem compõe? O governo municipal av de secretarias, representando a sociedade civil é um representante do Conselho Deliberativo do DMAE, um representante do Conselho Deliberativo do DMLU, um representante do Conselho do Orçamento Participativo, um representante do CMDUA representando a sociedade civil, um representante do Comitê de Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, um representante do Conselho Municipal CODECON, um representante do COMAM e um representante do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí. Então, estou pautando este assunto, sugerindo que na próxima reunião isto venha para a Ordem do Dia como ponto de deliberação. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Secretário, tem suplentes? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Aqui não consta, mas eu acho que é recomendável enviar suplente. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Presidente, vamos marcar as nossas próximas reuniões? Vamos deixar definido um calendário? Porque este ano não teremos mais reuniões como esta. Teremos a nossa confraternização no dia 18. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A confraternização, o IAB disponibilizou o espaço. Eu acho melhor irmos direto, porque quando era na OAB, era pertinho, fazia a reunião, terminava cedo e dava para ir a pé aqui. Então, vamos fazer direto lá. Eu penso que a gente pode deliberar em mais duas reuniões. Acho que podemos fazer outra agenda de curso este ano ainda, a Aline estava negociando com os servidores. Dá para usarmos a primeira quinzena de dezembro. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Mas nós temos previsões de reuniões em janeiro, fevereiro? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Geralmente se faz o recesso, eu acho que a gente pode fazer um recesso em janeiro, se tiver alguma coisa extraordinária a gente avalia. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Boa tarde. Eu acho que em janeiro o recesso de um mês e uma reunião em fevereiro. O pessoal entra de férias, são dois meses difíceis de fazer reunião. Eu proponho convocar só em fevereiro, mas janeiro recesso. Esta é minha proposta. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Temos acordo nesse sentido? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu gostaria de fazer um contraponto. Este ano nós trabalhamos em janeiro e fevereiro, acho que mais de uma vez em janeiro e uma vez em fevereiro. Eu acho que com os processos que a gente tem fazer uma reunião no dia 11, no dia 18 talvez com expediente ou não. Eu

acho que seria interessante ter pelo menos uma reunião em janeiro, na primeira quinzena, uma em fevereiro na primeira quinzena. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Posso dar meu pitaco? Eu acho que para isto temos o primeiro e o segundo suplente. Não sei, eu vou me colocar no papel de um empreendedor, um engenheiro, o proprietário de algo que quer aprovar. Vai ficar dois meses parado, eu acho que também não. Eu acho que poderia ter um encaminhamento intermediário, ver a pauta como está também. Ou já fica marcado, ou fica um indicativo. Honestamente, eu acho um absurdo parar dois meses. Para isto temos dois suplentes, mas se nenhum dos dois vier é um problema da entidade. Depois falam mal do serviço público, porque ninguém para tanto assim, né. Não pode! Posso fazer uma comunicação agora? Na verdade, é um convite, dia 15/12 é comemorado o dia do arquiteto urbanista, que é a data de nascimento de Oscar Niemayer. O Sindicato dos Arquitetos tradicionalmente faz uma premiação ao arquiteto do ano, mais de e20 anos, que são várias modalidades, é arquiteto do ano setor público, só ano setor privado, homenagem póstuma, jovem arquiteto, assistência técnica habitação de interesse social. Então, vai ser uma confraternização, mas que é aberta ao público, dia 14/12, aqui no Memorial Luiz Carlos Prestes. Estão todos convidados. Quem não conhece o Memorial Luiz Carlos Prestes, é a única obra do Niemayer aqui em Porto Alegre e é muito interessante, além da própria exposição, que tem toda a trajetória, é a história do Brasil, é muito legal. Vai ser às 19 horas, o dia 14/12. Os premiados estão sendo escolhidos pela internet, é voto de todos os arquitetos que quiserem votar pela internet. Na verdade, encerrou a votação ontem. Estão convidados. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A palavra está à disposição, mas o assunto da reunião não está encerrado. Fiquem à vontade. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu fecho com as posições do Hermes e o Chico em relação a esta reunião, porque como empreendedor também a gente fica em uma situação um pouco complicada de justificar na cidade, de dizer – olha, vamos ficar dois meses parados. Eu acho que devemos sair com pelo menos uma reunião por mês, depois a gente vê se tem a necessidade de reunião extraordinária. Eu acho que nós temos esse compromisso com a cidade, eu acho que foi uma no muito difícil em relação a tudo e para evitar esta “burrocracia” que volta e meia a gente enfrenta até nas comunidades. Era isto. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Eu queria, inicialmente, fazer uma comunicação, porque aqui no conselho nós temos alguns que são servidores municipais, são técnicos do município. A Associação de Técnicos de Nível Superior do Município está em período de eleições, termina amanhã, às 17 horas, ainda é possível votar hoje à noite e amanhã. A votação é via internet, pode ser feita pelo celular também. Apenas para sócios da ASTEC, vão votar com uma senha que receberam pelo Correio. Esta é a comunicação. E eu peço que vocês ajudem a divulgar, a gente gostaria de ter o maior número de associados votando. (Manifestação fora do microfone). Sim, eu sou candidato à reeleição na nossa chapa e temos candidatos ao conselho. A nossa força vem dos votos. Então, é importante que o maior número possível de associados se faça presente neste pleito, mesmo sendo chapa única, mas temos os conselheiros também. Quanto ao assunto das próximas reuniões, eu entendo, como o Hermes entende, que nós não podemos deixar as pessoas nos esperando durante um mês inteiro e depois com só uma reunião no mês seguinte. Eu acho que nós devemos manter o calendário de reuniões de acordo com a necessidade, de acordo com os processos que estão em condições de serem analisados pelo conselho. Falou bem o Hermes, o Jackson, eu estou repetindo. Nós temos os suplentes para isso mesmo, se eu tirar minhas férias o meu primeiro suplente deverá estar aqui, se ele não

puder o segundo. Não vamos dar margem para as pessoas dizerem que o conselho se reúne quando quer enquanto eles têm que trabalhar todos os dias para terem como pagar as contas o final do mês. Não é por si, isso a gente não pode deixar rolar. No mais, dia 18 está marcada a comemoração, eu até consulto o Rafael, mas eu acho que seria de bom alvitre, se houver pauta, fazer a reunião do conselho lá no IAB. Em janeiro eu acho que poderíamos ter umas duas reuniões pelo menos para atender os processos. Era isto, obrigado. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Como o Hermes já colocou, dezembro é para os arquitetos, dia 13/12 era o dia do arquiteto até a criação do CAU. Então, como o CAU foi criado, a primeira gestão assumiu no dia 15/12, data do aniversário do Oscar, tem uma agenda para toda esta semana. Então, dia 08 a festa do IAB do Dia do Arquiteto e a premiação de trabalhos de graduação, de faculdades do estado inteiro, que a gente faz há mais de 20 anos. Convido também para alguns eventos do CAU, o III Seminário Regional Sul (Inaudível) que o CAU está fazendo junto com a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. E dia 15/12 a comemoração aí tem eventos do CAU. No site tem toda a programação. No Iberê Camargo e também na área em frente ao Iberê, na orla. E dia 18/12 um debate sobre obras públicas, que o CAU organiza com o SEAP e EZAP, um dia inteiro de atividades. E sobre o recesso, cada um de nós tem 2 suplentes, eu sou um suplente, a gente consegue remanejar isso nos períodos de férias e cada um se alterna. A gente resolve sem parar o trabalho. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para registrar em ata, a questão do Conselho de Saneamento, volto a lamentar, eu já falei neste microfone três vezes sobre esta questão da indicação, então, volta para a pauta sem votarmos novamente. Então, espero que na próxima reunião a gente finalmente vote, lembrando que na gestão passada tinha suplente, a titularidades era da ABES e o suplente era o Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil. Esta representação já ocorreu, hoje o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil não está mais no conselho. Então, fica a indicação de que a ABES gostaria de continuar no conselho, tendo em vista que das entidades presentes é a entidade que atua na área de saneamento. E empresa nós seria interessante. Então, deixar este posicionamento., quanto a recesso, realmente, a gente pode aproveitar o dia 18, sempre teve na reunião de confraternização, na OAB, sempre teve pauta. Então, dia 18, a secretaria do conselho pode ver como está a pauta, se tem ou não processos e lá votamos se vamos fazer o recesso de um mês ou não. Eu, particularmente, não tenho o mínimo objetivo de recesso em janeiro, porque se tiver não vou poder gozar, porque eu trabalho em janeiro, minhas férias são em fevereiro, mas sem problema nenhum, eu acompanharia a maioria. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Só para convidar todo mundo para no sábado, dia 15, para o encerramento do curso de extensão e planejamento urbano, um ano de curso que a gente fez na faculdade de arquitetura para os conselheiros do CMDUA. Estamos terminando agora com a palestra do Professor Roaldo Menegaz. A gente recomenda muito as pessoas a participarem, ele acabou de lançar o atlas ambiental on-line. A gente recomenda muito a fala dele, porque é uma conversa de ponta sobre grandes cidades e a implicação disso em vários âmbitos. Ele faz uma discussão desde a geologia até os automóveis sem motorista. Então, a gente insiste, porque realmente é uma fala muito interessante e formadora. Será às 9 horas na Faculdade de Arquitetura da UFRGS. Estão todos convidados. Obrigada. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu tenho três pontos para falar. Amanhã, às 11h30min, no Salão Nobre do paço Municipal o Professor (Inaudível) da UFRGS vai apresentar o 4º Distrito, o projeto. O prefeito estava nos Estados Unidos, conseguiu recursos públicos, a

Secretaria de relações Institucionais atua muito forte nisso, grande apoio. O que acontece? Ah, mas já não foi feito o Masterplan? O Masterplan teve um custo de 612 mil, um trabalho muito bacana, mas o principal é o supereconômico, para aquilo que urbanisticamente foi desenhado seja viabilizado e efetivamente implementado. Isso custa de R$ 2,5 milhões. O vice-prefeito Paim percorreu o mundo atrás de recursos, ele conseguiu agora, para assinar o contrato foi o prefeito e conseguiu este recurso. A Consultoria Deloit. Então, amanhã vai ter uma pequena solenidade de divulgação desses avanços que a gente conseguiu, porque o plano econômico que vai nos trazer condições, através da obtenção de recursos financeiros. Eu estarei lá, o prefeito, enfim. **Cláudia Remião Franciosi (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** É importante a gente falar que todo esse processo de negociação e da busca desse recurso financeiro, ficou muito inviabilizando por conta da nota que (Inaudível) acabou sendo rebaixada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Porto Alegre mudou o método de análise e Porto Alegre ficou com uma dificuldade de fazer novos empréstimos. Então, todo o reforço que havíamos desenhado para buscar recursos para viabilizar o Masterplan, para começar esse projeto, viabilizou-se. O que houve é o BRDE começou a se demonstrar um parceiro importante, um parceiro que poderia ser aquele que coloca seus créditos à disposição. Então, o Banco Mundial e o BRDE desenham um projeto de resiliência para o sul do Estado. Então, o mais rico nesse processo foi de que além de pensarmos uma operação bancaria e uma possibilidade de entrada de recursos com o parceiro BRDE, isso se estendeu para outros estados. Então, nós só o Rio Grande do Sul será beneficiado com recurso, mas Santa Catarina e Paraná. Então, teremos a possibilidade de que esses três estados, na parceria entre banco mundial e BRDE se beneficiem com projetos de resiliência para as suas cidades e estados. Então, é uma relação ampliada. Isto é visto também pela Fundação Rockfeller, que é por onde nós somos uma das 100 cidades resilientes. Nós temos esse desafio de aumentar a nossa capacidade de resiliência como uma resiliência financeira. Quer dizer, nós estávamos enquanto município travado de algumas operações e conseguimos ampliar. A Câmara de Vereadores também está envolvida nisso, porque sabemos da construção de eleis que vamos precisar fazer para este sonho do Masterplan. Foi muito rico, Lívia, porque semana passada estive na UFRGS, teve um projeto, eu acho que da arquitetura com a sociologia, as professoras Ana e Vanessa, foi muito rico, porque promoveram vários debate secretaria a sociedade civil sobre o 4º Distrito, o último debatedor era o governo. Então, eu e a Arquiteta Ada fomos nesse dialogo, onde teve questões bem pertinentes para que a gente não se equivoque que talvez este primeiro recurso que venha seja um recurso para fazer algumas melhorias de infraestrutura fundamentais para aquele território, diferente do que é a gente operar o Masterplan, que são coisas que vão contribuir para que o processo seja nesses 20 anos de operações, mas precisamos fazer algumas questões enquanto município. Então, tem uma riqueza acontecendo. Só não podemos achar que o governo não está querendo dialogar, mas também precisamos construir que dialogo é este. Então, estamos abrindo alguns diálogos, porque sabemos de alguns caminhos longos que temos para acontecer. Desculpa me estender, mas achei que era importante. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Eu quero só reforçar o pedido que foi solicitado, que eu fiz o encaminhamento, é a prestação de contas das comissões, principalmente da CAUGE e da CADAP para este conselho, até para ter um melhor entendimento dos processos, da forma como chega ao conselho. A CAUGE eu acho que é a que mais apresenta processos aqui, a CADAP também, até porque tem uma legislação que de seis em seis meses teria que prestar informação para este conselho. Eu acho que até o momento nunca ocorreu isso. Eu queria falar sobre a questão da regularização

fundiária, que é um caos nacional, não é só um problema de Porto Alegre. As pessoas que moram nesses lugares irregulares convivem com tráfico de drogas, com falta de infraestrutura principalmente, é um grande problema que muitas vezes o próprio governo não tem uma situação de atendimento. Nessa falta de atendimento o problema cada vez se agrava. E nós não temos ainda uma solução para a regularização fundiária no Brasil. Não é nem a questão de Porto Alegre, é em todos os locais e capitais, onde temos grandes favelões, como no Rio de Janeiro, e aqui não é muito longe. A gente tem favelas no meio da cidade. Em locais impróprios para moradia, que estão aí há mais de 30, 40 anos, até 50 anos na mesma situação. Então, falta sim um programa de estado para fazer este atendimento. E nos arredores da cidade a gente sabe da situação das invasões e das ocupações irregulares, que vai se agravando cada vez mais. Eu sito lugares próximos ao Belém Velho, Lomba do Pinheiro, Restinga, que cada dia aumenta mais o número de famílias ocupando áreas irregularmente, com falta de atendimento, com “gato” de água, “gato” de luz, desmatando muitas vezes Mata Atlântica, mata nativa. Então, este controle ainda é um caos para o município de Porto Alegre e acredito que para quase todas as capitais. E nós temos que ter um olhar diferenciado, até o Furtado se propôs em fazer uma palestra sobre a regularização fundiária. Eu acho que é um tema muito importante para a gente destacar dentro deste conselho, até para quando chegar algum processo da regularização fundiária a gente tenha um olhar diferenciado, com uma visão social de poder atender e achar uma solução para os problemas que a gente enfrenta e Porto Alegre. Então, seria esta a minha preocupação. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A Aline vai responder aqui. Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva:** Emerson, em relação ao balanço das comissões já foi solicitado e as comissões estão no mesmo ritmo, como nós aqui, tentando vencer a pauta. Então, pediram que a gente tenha um pouquinho de calma para que essas apresentações sejam feitas em janeiro. Outra coisa que tu havias me pedido era a pauta da CADAP. Hoje eu recebi a primeira pauta, eu já havia solicitado antes, ainda não estava recebendo. Então, amanhã já vai estar no email de vocês. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** É sobre regularização fundiária, território, etc., mas antes disso, não sei se a Maristela tem contato com a Orquestra Infantil da Lomba, é um dos projetos mais espetaculares que há, o Villa Lobos, com o Thiago Flores. Volta e meia eles aprovam projetos de lei de incentivo, essa tão mal falada. Eu fui conselheiro estadual de cultura e a gente aprovada muitos projetos, abaixo de muitas críticas até da Orquestra e outras que faziam apresentações no Teatro São Pedro, justamente tinha recursos para levar as crianças das comunidades, das vilas, das periferias da Grande Porto Alegre para assistir no Teatro São Pedro, porque isso inverte a lógica de que nós temos que descentralizar a cultura e levar para a cultura para onde eles estão, mas as pessoas precisam ver. A própria arquitetura, por exemplo, do Teatro São Pedro. Não só a arte que vai ser apresentada no palco, mas aquele edifício que raramente eles vão ter oportunidade de entrar sem constrangimento. Isso é outra questão muito complicada, sem o constrangimento, o estranhamento de estar entrando em lugar que não lhe pertence. Assim como a gente às vezes tem um estranhamento de entrar em um lugar, como eu que moro no Centro, tenho estranhamento de entrar em alguns lugares. A gente precisa... E eu uso o Cláudio Acioli, que é um arquiteto na Holanda, do Instituto de Habitação, ele fala que há medidas curativas e há medidas preventivas. A regularização fundiária é uma medida curativa e curar é mais caro, curar dói mais, prevenir dói menos e é mais barato. Curativa por quê? Porque a regularização fundiária, a qualificação urbanística, a gente não pode esquecer, é um grande perigo da atual lei, do atual marco regulatório federal, para a regularização fundiária, ele pode facilitar, fazer tudo correr mais rápido, a

regularização fundiária, dar um título. A regularização fundiária por si só, sem que se qualifique urbanisticamente, vai manter esta terra a um valor tão baixo, que há o interesse que esta terra esteja a um valor tão baixo, para que se possa comprar ela baratinho a um preço que o cara vai comprar onde? Onde conseguir comprar uma terra. Então, este curar é necessário, é mais caro, mas é necessário. Envolve não só a regularização fundiária, mas a qualificação urbanística e a melhoria habitacional, são três aspectos fundamentais que não podem estar separados. Preventivas, aí eu entro para o que eu havia me inscrito antes, que é a questão seguinte, o Masterplan, um dos aspectos mais importantes do Masterplan do 4º Distrito é a questão da habitação de interesse social, principalmente os dispositivos para garantir a terra naquela área, que é uma das grandes áreas hoje, para não dizer a única grande área na área central de Porto Alegre, que nós temos alguma possibilidade de garantir a habitação de interesse social na área central, senão vai restar aos pobres só a periferia. Aí nós vamos continuar com o problema que vivemos no Minha Casa Minha Vida. Por que Minha Casa Minha Vida demora tanto para aprovar? Porque há o conflito ambiental, porque só resta para comprar na lógica do Minha Casa Minha Vida lá onde tem que disputar com arroio, com mata, com tudo. Aí demora anos para aprovar um EIA RIMA. Então, essa é a questão que nós não podemos esquecer nessa questão do Masterplan o estudo econômico. É fundamental! Outra questão é o passivo ambiental, nós estamos tratando de uma área que durante décadas foi de indústria pesada. Então, de que forma vai se envolver na operação urbana a questão de como financiar essa remediação que vai se a rodo e que se a gente trabalhar no caso a caso isso pode inviabilizar, inclusive, os prazos. A gente fala muitas vezes em burocracia, mas são prazos necessários. Então, não adianta querer facilitar a burocracia, reduzir a burocracia e apostar, como disse o Governador eleitor – vamos trabalhar na lógica da confiança. Olha, eu tenho algum caminho nessa questão de aprovação de licenciamento ambiental e a confiança na hora da fiscalização. Está aí a Samarco, a fiscalização que se sugere como o grande braço para reduzir a burocracia, a Samarco está aí para provar que é um problema. Nós vamos confiar, infelizmente, empresário gera empresário, assim como há políticos e há políticos, como arquitetos e arquitetos. Isto é preventivo, é para a gente evitar que haja mais ocupações, etc. Cláudia, então, pergunto, são R$ 2,5 milhões, mas foi colocado que além do recurso público, o Masterplan, vai ter recurso para a revisão do plano e que haveria uma assistência técnica do Banco Mundial. Aí, claro, gostaria que houvesse esse esclarecimento para nós, porque esta é uma informação vinda da imprensa, inclusive, no próprio site da prefeitura, de que forma isso vai ocorrer nos próximos anos. **José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB:** De fato, estou devendo a questão da palestra. Na verdade, não sou eu que vou fazer a palestra, já foi aceito dentro do debate, desde a época, há 3 anos, que os arquitetos da Coordenação de Urbanismo do DEMHAB é que vem apresentar esta palestra aqui dentro do conselho. aí eu lembro o seguinte, a atual lei, a 13.465, de regularização fundiária, é basicamente cartorial, mas o DEMHAB pensa basicamente no urbanismo. A proposta do DEMHAB, a proposta do governo é trazer qualidade de vida para as pessoas dentro de um projeto urbanístico. Isso é bem casado dentro do DEMHAB. Tem as questões que tu falaste, se houve sobra para o Minha Casa Minha Vida, porque é em cima de áreas de APP. Hoje, a partir do art. 64 e 65 do Código Florestal tu podes fazer essas modificações em cima das faixas de APP. Tu podes fazer redução dessa faixa de APP, isso é permitido por lei há discussões, mas hoje é possível. Quero lembrar, não basta só a questão ambiental, basta a questão urbanística, tem que ser levado junto. Foi criada esta lei mais para resolver os problemas da Amazônia lá, mas serviu para todo o país. É muito importante lembrar que hoje tu podes fazer regularização fundiária em cima de um

(Inaudível), em cima de uma praça, em cima de uma APP. E toda vez que isso acontece, somente se os estudos apontarem que há ganhos ambientais para isso. Não se regulariza, por exemplo, em cima de área de risco, a não ser que tu consigas sanar o risco. Quando acontecer a palestra, que vai acontecer a palestra, quem sabe daqui uns 3 anos, virão arquitetos discutir isso dentro do conselho e eu vou vir, se ainda estiver na prefeitura, vou vir para dar pitaco na questão ambiental. Obrigado. **Cláudia Remião Franciosi (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Quanto a essa questão do Plano Diretor, ainda não recebi uma informação clara sobre isso, eu também soube pela matéria, semana passada eu já estive aqui conversando com a Ada, porque há todo um desenho de gestão, cronogramas, datas, do que tem que acontecer e todo um processo mapeado sobre isso. Essas assistências técnicas normal são recursos a fundo perdido, são recursos que o banco tem e que ele aporta. Então, provavelmente, na visita aos Estados Unidos se colocou e também foi acessado ao prefeito alguns desafios, inclusive, em uma possível plataforma alguns sonhos assim de acesso a todos os arquitetos, em um modelo de pensar a cidade de outra forma mais coletiva, enfim. Então, tem algumas coisas muito ricas sendo pensadas sobre essa questão, que, certamente, vai vir para este conselho para a gente debater, porque uma das coisas que eu fico muito feliz de ter sido indicada para estar nesse conselho, apesar de que eu acho bem difícil, é poder estar circulando em vários locais e trazendo a importância e a relevância de ser debatido aqui as questões e de podermos ouvir. O conflito faz parte do processo. agora a gente pode passar por ele de formas diferente, mas vou tentar buscar mais informações e trazer isso com mais clareza também. Simone Machado Madeira (1ª Suplente), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE:** Só para esclarecer, já que o assunto veio da regularização fundiária, eu trabalho na Unidade de Regularização Fundiária, assim, na SMDE os projetos que a gente aprova são provocados, a PGM e o DEMHAB entram na Comissão de Regularização Fundiária protocolando os projetos de regularização fundiária, aí a minha unidade vai analisar, fazer os apontamentos necessários, junto com outras secretarias. Então, só para esclarecer que a URF dentro da SMDE, efetivamente, só age provocada, não existe uma política, ela não cria nada. isso é competência do DEMHAB. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vou solicitar a compreensão de todos para voltarmos à Ordem do Dia, para votarmos aquele item que ficou para traz, o Item **3.03. RETORNA AO ITEM 3.03. EXPEDIENTE: 18.0.000064256.4 (SEI).** Então, das entidades governamentais, o que estava inconsistente na minuta que eu li era a representatividade do DEMHAB, o Furtado, nosso conselheiro aqui, e do Cristiano Spohr. E das entidades não governamentais: SAERGS, titular a Cléia Beatriz de Oliveira, suplente Jorge Diogo de Jesus. A IAB é Virgínia Musel como titular e a suplente Teresa Albano. A ABES, titular Darci Campani e suplente Charles Vigni. Da comunidade já foi lido e das entidades governamentais também, motivo pelo qual ratifico os demais membros. Alguma consideração? Quem é favorável permaneça como está. Os contrários que se manifestem. Abstenções? Duas abstenções, SINDUSCON e da RGP. 03. **APROVADO O PARECER**. Eu tenho uma fala ainda sobre concessão, que é o tema que está na pauta, mas eu proponho a gente fazer uma votação para encaminhar as reuniões de janeiro e fevereiro. Eu filtrei três opções, cada um já defendeu seus posicionamentos. Se alguém tiver outra opção, senão eu faria uma votação entre três possibilidades. Uma opção seria o recesso em janeiro, outra opção seria uma reunião em janeiro e uma reunião em fevereiro, outra opção seria fazer reuniões quinzenais como seria originariamente a nossa ideia. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Posso defender a segunda? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do**

Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Pode. Temos outras propostas? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu defendo a segunda proposta, uma reunião no dia 08 de janeiro e outra em 05 de fevereiro, porque é importante o que vem depois. Fazemos a reunião em janeiro, se houve necessidade de nova reunião o conjunto do conselho delibera. Se tivermos muitos processos deliberamos a nova data. Deixamos uma marcada para fevereiro, tipo o dia 05, com a mesma situação. Seria esta a proposta. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu tinha feito uma proposta de votar o calendário daqui duas semanas, quando tivermos a última reunião, que a secretaria nos trouxesse um balanço de processos em pauta, para ver se há a necessidade ou não. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** bem lembrado, conselheiro. A gente pode votar no dia 18 também. Então, quem quer enfrentar esta discussão agora ou quer enfrentar dia 18? Todos cientes do encaminhamento? Quem quer enfrentar agora que se manifeste. (Contagem de votos = 06 votos). Quem quer enfrentar dia 18? Então, a maioria quer enfrentar dia 18, fica suspensa essa discussão. Eu quero expor em 3 minutos um projeto de lei que está gerando um posicionamento distorcido, é o projeto de lei de concessões de parques e praças. Nós pegamos exemplos de locais onde isso funciona e apresentamos aquilo que a gente julga como a solução para a gestão de parques e praças em Porto Alegre. Os dados de manutenção são absolutamente pesados orçamentariamente para nós do município. Para que tenham uma ideia, os 09 parques custam R$ 5,6 milhões por ano. Por exemplo, a Redenção custa R$ 1,6 milhões/ano, dentro disto a gente gasta R$ 1,5 apenas com folha de pagamento. Então, a gente investe na Redenção R$ 100 mil. Esse investimento é basicamente combustível para as roçadeiras e coisa que o valha. Quando a SMAM foi criada, em 1976, tinha 149 praças e 03 parques, hoje nós temos 649 praças e 09 parques. Nós temos, o que nos alivia muito no orçamento, cerca de 70 áreas adotadas. A adoção foi criada pelo então Prefeito Colares, em 1986, onde em troca de publicidade uma empresa ajuda a cuidar da área. Essa ajuda é voluntária. Então, a gente não pode confundir adoção com concessão. Adoção hoje mais significativa que nós temos é da UBER, que adota o trecho 01 da orla, que tem aproximadamente o mesmo tamanho do Parcão, só que é comprido. Isso custa para a UBER aproximadamente R$ 1 milhão, a UBER não dá dinheiro para o município, ela oferece serviços, ela contrata uma empresa de jardinagem e faz o recolhimento do lixo, manutenção de banheiros, paisagismos e etc. Outra adoção muito importante que temos é o Parcão, que ali representa um alívio aos cofres públicos de aproximadamente R$ 500 mil, adotado por quatro empresas: Zaffari, Panvel, Melnick e Hospital Moinhos de Vento. Então, essas empresas ajudam muito a cuidar do parque. Isso dá R$ 1,5 milhões. Então, os R$ 500 mil restantes, que a gente tem um alívio nos cofres de aproximadamente R$ 2 milhões, eles são diluídos em aproximadamente 68 praças, umas maiores, outras menores. A adoção é voluntária, se amanhã a UBER não quiser mais adotar o município tem que assumir e não tem como manter na qualidade atual, é impossível. Qual é a proposta da concessão? É permitir que o concessionário tenha receita com a área. O adotante não tem receita com a área, é proibido ao adotante auferir receita. Isso seria feito através de um processo licitatório, cujo instrumento jurídico chama-se “concessão”. Isto é feito através de um estudo técnico ambiental econômico de viabilidade, que vai definir dentro de cada espaço, de cada praça, cada parque potencialidades econômicas, onde sem fazer muito esforço a Redenção gera... Eu cito muito a Redenção porque é o principal parque da cidade, a Redenção gera R$ 440 mil de receita ou gerou no ano de e2017, que é o ano fechado que fizemos a contabilidade. Isso nunca foi feito, a secretaria nunca contabilizou

custo de receita de parque e praça. A gente acredita que para fazer receita tem que ter dados. Essa receita provem do aluguel do pedalinho, do aluguel do trenzinho. Quando eu digo “aluguel”é a permissão, é o aluguel doe serviço, e o parque de diversões ali. Isso gera R$ 30 mil/mês. O restante, mais R$ 80 mil é de eventos. Muitos eventos eram liberados com isenção, a gente apertou um a forma de efetivação, onde se o evento não for filantrópico a gente está cobrando. Essa cobrança gera recurso para o fundo, para voltar a ser aplicado no parque. Então, em 2017 foram R$ 80 mil, a gente estima que este ano a Redenção gere mais de R$ 100 mil. Isso é um terço do que precisa para manter a Redenção. De qualquer forma, nós temos a possibilidade de receita, onde, por exemplo, e essa é a grande polêmica que se gerou, por isso o meu esclarecimento para os senhores, é que tem um dispositivo na lei onde a gente permite que em determinadas situações pode haver cobrança, que é para resguardar que o dinheiro do parque de diversões, por exemplo... Não estou dizendo que vai ser a Redenção, estou dando o exemplo, que aquele dinheiro vá para o concessionário. Por exemplo, o Parque Harmonia, nós temo dois grandes alugueis, que é a Casa do Gaúcho e a Churrascaria Galpão Crioulo, aquele dinheiro, em havendo uma concessão, esse recurso que soma uns R$ 60 mil por mês, esse recurso vai para o concessionário para que ele aplique na manutenção do parque. A mesma coisa em relação a eventos. Então, o concessionário pode cobrar pelos eventos. Em hipótese alguma, até porque isso é inconstitucional, haverá cobrança para uso do espaço público, a constituição assegura isso, que o bem do uso comum do povo não pode ter restrição de acesso, isso é impossível, isso não haverá. Então, quando se fala em privatização é uma má interpretação e a gente nega isso veementemente. Em relação às praças, fizemos um levantamento, cruzando dados do IDS – Índice de Desenvolvimento Social, pegamos índices baixos e elencamos em torno de 50 praças na cidade, onde são periféricas, praças que nós entendemos que seriam praças difíceis de concedê-las, porque o concessionário para manter esses espaços a gente vai ter que ter receita. Então, nós fizemos o que se chama de subsídio cruzado, fizemos o estudo onde identificamos 100 praças com potencial de concessão e 50 praças com potencial de subsidio cruzado. Por exemplo, um concessionário que tenha um contrato para fazer a manutenção da Praça da Encol, que tem movimento permanente, quem quiser fazer um evento pode gerar interessados, vai ter que cuidar de uma praça lá na periferia. Por exemplo, lá na Tronco que a gente quer fazer aquela revitalização, quem tem um contrato para cuidar da Encol vai ter que fazer aquela revitalização. É uma forma que temos de trazer mais qualidade, no mínimo mais de um terço das praças. Então, eu uso este espaço para dizer, reforçar que em hipótese alguma a gente aceita o rótulo de privatizar espaços públicos de lazer. Por exemplo, o Anfiteatro Pôr do Sol foi um acordo no município com a RBS, que construiu e usou, tinha aquelas festas de Farroupilha. O Anfiteatro custa mais de R$ 200 mil para a gente revitalizar, ele está desativado, não tem condições de receber pessoas ali para show. Então, a gente aluga colocando um palco na frente. Muitos produtores nos procuram porque querem fazer ali eventos onde tenha, parcialmente, uma espécie de pista vip ali, onde teria um espaço próximo ao palco para cobrar ingresso, mas hoje a legislação não nos deixa tranquilos nesse sentido. Então, a gente não autoriza. A ideia da concessão é isso. Um exemplo positivo é o Araújo Viana, após a concessão tem shows ali no mínimo toda semana, shows de qualidade, com conforto. Eu sei porque moro ali na frente, acompanho movimento. Então, isso é muito positivo. Então, queria fazer esse esclarecimento. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Este assunto é importante para a cidade, é importante que se debata. Eu gostaria de ter elementos inscritos. Eu tenho a minha opinião, mas é um assunto que merece a gente levar para a entidade para discutir. Não sei

se tem algum material que pudesse... Porque tem tanta informação. Se tiver algum projeto, algo mais, porque eu não tenho condições de chegar na minha entidade e reproduzir toda a sua fala. Poderia disponibilizar? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vou providenciar. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu acho que tem um lado positivo e tem o lado negativo. Eu vou fazer o papel de advogado do diabo, porque eu vejo que essas situações sempre terminam elitizando essas áreas. Eu entendo que o poder público não tem condições. Vou pegar o Araújo Viana como exemplo, era um problema, porque chovia, não tinha cobertura, mas hoje quem vai ao Araújo Viana, tem de tudo que é valor, mas quem ia antes não vai mais. Não estou dizendo que não é válida a ideia, estou trazendo uma preocupação. A segunda preocupação que vejo, sem quere comparar, mas vou comparar, é a questão dos postes toponímicos, eu lembro lá no Governo Colares, acho que foi a primeira vez que se fez uma concessão de botar o nomezinho na rua, nos postes, em troca de publicidade. E a ideia era exatamente esta, fazer um cruzamento. Uma empresa põe na Goethe, vai colocar equivalente lá na... Nem é vila, vou dizer na Glória, onde eu moro, até hoje não foi posto. Falta de fiscalização, mas são preocupações com esses cruzamentos. Quando chega no bairro, na vila, não acontece, ou se acontece, acontece com a pior qualidade, mas são preocupações. Eu acho que este assunto merece um debate. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Hermes, a tua preocupação é a nossa, porque o subsídio cruzado se não for fiscalizado não funciona. Por exemplo, no edital dos relógios foi feito duas consultas públicas, que tiveram mais de 100 sugestões da comunidade, de empresas, de interessados. É um processo que precisa passar por um amadurecimento sem sombra de dúvida. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Sobre esta questão do projeto de elei dos espaços, claro que a manchete gera isso, mas estou convicto de que quando criamos leis a gente cria pensando na nossa impressão, mas o que outros podem fazer é se basear nela. Então, se não há esta intenção é melhorar aquele §3º do art. 2º. Quer dizer, a cobrança de ingressos, é a cobrança de ingresso por um serviço e não pelo acesso. Certo? Agora, se está cobrando ingresso para o acesso, aí nem que não seja intenção deste governo, pode ser de um próximo. Se a gente precisa fazer um debate mais maduro, eu até entendo que a justificativa para regime de urgência possa ser a questão financeira, o que nos causa maior estranheza é a questão do regime de urgência, para um debate que exige... É um pouco o que eu ia colocar para a Cláudia, acho que o que mais atrapalha, mais atrasa em tudo que é processo é a falta da informação, eu acho que em todos os segmentos. (Inaudível). Mas é isso, eu acho que é melhorar esse artigo específico e retirar o regime de urgência para que se possa ter um debate mais aprofundado, até na própria Câmara de Vereadores. **José Romari Dutra da Fonseca (2º Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero retomar o assunto das praças, eu sou morador desta cidade, a pé, de bicicleta, de ônibus, de carro, passo por inúmeras praças da cidade e tenho visto algo comum, que são programas de empresas que supostamente tem adotado praças e não há um resquício dessa adoção. São praças com bancos quebrados, gramas com 2 metros de altura, mas a programa da empresa está lá. A prefeitura tem o cadastro dessas empresas que adotam? Tem um controle das vezes que eles fazem a manutenção? Pelo que eu tenho visto não fazem com a frequência que deveriam fazer, a não ser que não existe mais nada contratado e se mantém a programa da empresa. Acho que isso exige um controle. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Rafael, a questão do regime de urgência eu vou

me abster de me manifestar, porque isso é uma agenda política, na questão do assunto. Em relação ao cadastro, José, nós temos 70 praças adotadas, canteiros centrais e rótulas é com a Secretaria de Serviços Urbanos, assim como quando vai adotar um monumento. A nossa secretaria é praça e parque, senão for é com outra secretaria. Nós temos esse contrato, cada passo do contrato, pontualmente tem o que ele precisa fazer. O adotante pode não se dispor a fazer, por exemplo, a manutenção de um (Inaudível). Estamos com problema no lago do Parcão, está assoreado, tem muito lodo e pouca água, mas isso não está no contrato dos adotantes. Em havendo qualquer local onde esteja mal cuidado com propaganda me avisem, mesmo que não seja praça e parque me avisem, porque, efetivamente, está errado e deve ser combatido. Agora, adoção é aquela coisa, se o adotante não quiser mais não podemos obrigar. Nós temos um parque, ali no Humaitá, ali era um lixão, o parque ali nós temos uma proposta de adoção, deve ser mais um parque adotado. Alguém quer fazer alguma manifestação? Então, agradeço pela reunião. Obrigado. **TERMINO ÀS 21H15MIN.**

_____ _____

Maurício Fernandes

Presidente *Secretária Executiva*

Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2019, ... retificações:

ATA ORDINÁRIA Nº 2787/2018

Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Av. Borges de Medeiros, nº 2244 – 6º andar/sala de reuniões, nesta capital, sob a coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Alexandre Cavagni (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM**; Cláudia Remião Franciosi (Titular) e Er de Macedo Martins (1º Suplente), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Sérgio Luiz Brum (Titular) e Geraldo da Rocha Ozio (2º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; Rogério Dal Molin (2º Suplente), **Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Kelly Ramos da Silva (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**; e Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), **Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Orçamento Participativo – HOCDUA/OP**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Votação da Ata 2780; 3. Ordem do Dia; 4. Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h27min. **ITEM 1: Abertura. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Muito boa tarde a todos, dando início a nossa reunião, pauta da Reunião Ordinária nº 2787, de 11/12/2018. Agradeço a presença de todos, sejam bem vindos. **2. Votação da Ata 2780.** Alguma manifestação sobre a ata? Vou colocar em votação por aclamação. Quem é contrário à aprovação da ata que se manifeste, os contrários permaneçam como estão. Abstenções? SMDE e ACESSO.

APROVADA A ATA 2780. **3. Ordem do Dia. ITEM 3.01. EXPEDIENTE: 18.0.000041184.8 (SEI).** Vista à RGP. 06. Conselheiro, por favor. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, nós estamos com uma solicitação de reunião com a comunidade na segunda-feira, onde vai estar pautada a discussão desse empreendimento. Então, peço mais uma reunião para relatar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, eu acho que não há óbice. Eu só registro que este é um empreendimento do Minha Casa Minha Vida. É importante para aquela região e certamente o senhor é profundo sabedor disso, porque é da região. Eu temo só pela nossa questão do recesso. Esse é um dos motivos que eu sou defensor da ideia que a gente faça pelo menos reuniões quinzenais, mas isso vai ser ponto de pauta no dia 18, como combinamos. Está registrado, vamos seguir na pauta. **ITEM 3.02. EXPEDIENTE: 002.302078.00.9**. A SMRI relatou, teve vista conjunta à RPG. 2, 6, UFRGS, IAB, SAERGS e ÁREA. Isso foi na semana passada, eu sei que os colegas se reuniram hoje. Nós temos condições de deliberar? **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, nós tivemos reunião hoje, levei para a comunidade no dia 08, mas ainda não conseguimos superar algumas dúvidas. Então, a gente pede mais uma semana. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, a RGP. 6 também pediu vista e na mesma linha do Conselheiro Adroaldo, a complexidade do projeto traz uma série de elementos para a discussão, como mobilidade, a própria alteração de regime, que tem uma previsão dentro do Plano Diretor, mais os limites da legislação quanto aos condicionantes. Realmente, é um processo que eu comparo em complexidade com aquele que tivemos aqui do Cais do Porto, como o Estaleiro e tal. Então, peço paciência, mas vai demandar, provavelmente, muito mais do que uma semana. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Eu quero retirar o processo na sexta-feira ao meio dia e retorno o processo na segunda-feira ao meio dia. Eu não consegui pegar até agora. De qualquer maneira, também acho que a gente vai precisar de um pouco mais de tempo para terminar esse parecer. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Nós também pedimos vista, algumas pessoas hoje se reuniram para olhar o processo. Provavelmente vai surgir algumas dúvidas, não sei se vai ser tipo diligência. Se tivermos dúvidas vão vir respostas escritas, aí é uma sugestão nossa da ÁREA, que para não ter uma treplica, a sugestão é que quando vieram as repostas, como estava o Patrick aquele dia, se vier de alguma secretaria. Então, que nesse dia tenha representantes para a gente poder ler e fazermos uma conversa para tirar dúvidas. As coisas por escrito são muito estanques e eu não fico satisfeito com a resposta, quero fazer uma treplica e a coisa pode se prolongar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Até podemos convidar o empreendedor para vir aqui, enfim, dar um esclarecimento. Toda a forma que tiver de esclarecimento pode ser feito. Só para lembrar que não é a aprovação do loteamento, é a alteração em relação a uma quadra. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Uma observação. Quando foi feita a apresentação do projeto, foi uma solicitação minha que viesse o empreendedor, eu fiquei bastante decepcionado, porque o empreendedor mandou dois funcionários do seu escritório, não foi o autor que veio, veio a filha dele e uma arquiteta. A gente sentiu a fraqueza na argumentação. Eu tinha estudado o projeto, tanto que quem pegar o projeto vai ver que está cheio de cartões meu separando folhas. Pela complexidade, inclusive pelas várias fases que teve na prefeitura até chegar e da maneira como chegou para nós aqui, realmente, vai bem que venha o autor do projeto e

se dedique um pouco mais a nós com informações. Eu reforço esta solicitação de chamar o empreendedor. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, eu reforço também o pedido. Eu estive aqui na sexta-feira, o processo já havia sido retirado pelo representante da região, que tem prioridade no nosso entendimento. E eu gostaria de justificar este maior tempo, porque eu vou usar um argumento que o Furtado usou. Em qualquer lugar do mundo esse processo demora 2 anos, porque ele não é um processo que está se pedindo o que está dentro da lei. Na verdade, é uma solicitação de alteração de lei e em alguns lugares ou na maioria dos lugares desenvolvidos isso vai ficar em consulta popular por muito tempo. É diferente de outro processo que o requerente pede o que está na lei, está tudo direitinho, de repente fica porque vai de um setor para o outro. É uma situação completamente diferente. Eu queria justificar. E quanto à vinda do requerente, embora eu não conheça detalhes do processo, mas a gente conhece de uma forma geral o pedido, parece que a questão não é legal, mas sim a oportunidade de fazer esse empreendimento desse tamanho. Isso vai contra o que consta no meu ponto de vista no Plano Diretor, contra as diretrizes. A gente termina, para atender a comunidade, criando verdadeiros monstrengos dentro da cidade, mas isso é questão para discutir depois, eu não vou me alongar. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, vamos seguir. **ITEM 3.03. EXPEDIENTE: 002.330288.00.1.** Não retornou de diligência da SMDE. Estamos impossibilitados de pautar o assunto. O **ITEM 3.04. EXPEDIENTE: 002.204727.00.6. INTERESSADO: Locar – Locação de Imóveis Ltda. ASSUNTO: Aprovação de EVU. LOCAL: Av. das Indústrias, 1344. RELATOR: IAB-RS. ENCAMINHAMENTOS: 1) Diligência à RGP. 2, em 25/09/2019; 2) Relatado em 201/11/2019; 3) Vista à RGP. 02, em 20/11/2019**. Conselheiro Adroaldo. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Minha licença durante o processo. O Jorge vai participa. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, a RGP. 2 acompanha o relatório do relator, porque constam as considerações da comunidade onde ele indica a possibilidade do empreendimento acatar a reforma da bomba 6. Então, somos pela aprovar, acompanhando o relatório do relator. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, nós temos o relatório favorável do IAB, parecer favorável da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e parecer favorável da RGP. 2. Registro que quem representa neste momento a ÁREA é o Conselheiro Jorge Diogo de Jesus. Em discussão o processo. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Só uma observação. Para que está me chamando atenção é que determinadas coisas são responsabilidade do município, acaba servindo com contrapartida a comunidade abrindo mão de algo para a sua região por uma deficiência do poder público não conservar o seu patrimônio. Então, apenas essa colocação. Votarei a favor, mas a gente não tem que também cobrar do poder público a sua responsabilidade, não simplesmente passar para a comunidade uma responsabilidade que poderia ter outras contrapartidas melhores para a região. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheiro. Está em discussão. Não havendo mais discussão, em regime de votação. Vou fazer votação nominal. Então, quem for favorável à aprovação do Item 3.04 da pauta, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 19 votos). Contrários? (Contagem de votos = 00 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 01 abstenção). **APROVADO O PARECER DO RELATOR**. **ITEM 3.05. EXPEDIENTE: 16.0.000017107.0 (SEI).** Vista à ACESSO, RGP. 05 e 07. Conselheiros que se manifestem, por favor. **Claudete Aires**

Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH: Eu queria só fazer um questionamento nesse processo, porque teve uma manifestação da procuradoria setorial que colocou que não havia sido concluída a análise no expediente com relação à incidência de uma APAM e de uma APP. Veio para a SMAMS, que seria a competência, aí não sei identificar a sigla, a EINFRA, que se manifestou, mas fez a ressalva no sentido de que não era da competência dela dispor sobre APAM e APP. Aí eu não vi o esclarecimento desse encaminhamento no curso do expediente. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Precisa ser esclarecido, sem dúvida, conselheira. A RGP. 5 se manifesta? A RGP. 7? **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu estive olhando lá no Morro da Colina de São Francisco, é um loteamento lá. Tem um parecer na Associação São Francisco, o pessoal lá aprova. Entendeu? Eu estive conversando analisando a situação da Romildo Bonzan, entre a Estrada da Cristiano Kramer e a Rua Dr. Lauro Miguel Sturm, no bairro Aberta Morros... Não é este? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** É o 3.05, Gravame de traçado viário e cadastramento de logradouro na Rua dos Canudos. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** É outro. Estive lá conversando e o pessoal aprova. Então, sigo o parecer da relatora. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A RGP. 7 está ausente. Bom, de qualquer forma a RGP. 7 não está aqui, a gente fica impossibilitado de votar, em respeito à conselheira que justificou a ausência. Eu já registro isso, a Conselheira Maristela justificou a ausência, mas cabe sim esclarecer isso sem dúvida nenhuma, Conselheira Claudete. **ITEM 3.06. EXPEDIENTE: 18.0.0000000877.6 (SEI). INTERESSADO: Arquiteto Paulo Gustavo Menna Barreto. ASSUNTO: Inclusão de traçado viário e cadastramento de logradouro. LOCAL: Beco do Armando, localizado na MZ 008, UEU 050, Bairro Lajeado. RELATOR: SMIM. CABE PEDIDO DE VISTA.** Será relatado pela SMIM. Por favor, Conselheiro. **Alexandre Cavagni (1º Suplente), Secretaria Municipal de Infraestrutura e Mobilidade Urbana – SMIM:** Trata-se da inclusão de traçado viário do Beco do Armando, localizado na MZ 008, UEU 050, Bairro Lajeado, com extensão de 1500m a partir da Av. Edgar Pires de Castro e largura de 12m, e se cadastramento na mesma extensão com largura média de 10m. O beco do Armando é via consagrada, visto que sua existência no local, que consta nos aerofotogramétricos de 1982. Em vistoria local os técnicos da prefeitura constataram a existência de rede de iluminação pública e de telefone, rede de água e luz domiciliar. Apesar da parte da via estar inserida em APAM, os terrenos ao logo da mesma já estão autopisados e a ocupação nesta área é permitida nos limites definidos pelo PPDUA. Conforme o que consta no Processo SEI 18.0.000000877.6 a Unidade de Gestão e Desenvolvimento Urbano – UGDU da SMSURB e a equipe de controle á ocupação dos solos ECOS, da SMAMS, dera, parecer favorável ao cadastramento da via, com os mesmos propósitos por esta minuta. A PGM ao apreciar o processo informou que nada tem a opor. Portanto, o Beco do Armando atende as condicionantes urbanísticas e jurídicas para o seu cadastramento. E este ato possibilitará a regularização dos imóveis para os quais o beco faz frente. Sendo assim nos manifestamos favoráveis ao cadastramento viário do Beco do Armando. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Em discussão o Item 3.06 da pauta, parecer favorável da SMIM, está projetado aqui na tela. Alguma manifestação, algum pedido de vista? **Kelly Ramos da Silva (Titular), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8:** A RGP. 08 pede vista. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**

Sustentabilidade - SMAMS: Algum outro pedido de vista? Então, vista única para a RGP. 8, para o Item 3.06 da pauta. Pedido de vista à RGP. 8. **ITEM 3.06. EXPEDIENTE: 002.283030.00.2. INTERESSADO: Tarcisio Juarez Fonseca de Araújo. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Av. Bernardino Silveira Pastoriza, 510. RELATOR: SENGE. CABE PEDIDO DE VISTA. Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Este expediente único trata de um cemitério com crematório. Vou pedir para a Aline colocar, tem um mapa de localização. É na Av. Bernardino Silveira Pastoriza, nº 510, com a Rua Paris, nº 519 e 529. Essa área que vocês estão vendo agora (slide) tem um acesso pela esquerda, há uma indústria no limite dela, tem um depósito de desmonte de carros. É uma área despojada de vegetação. Assim, é um estudo de viabilidade urbanística para indicação destinada á atividade cemitério e crematório. Teve o Parecer 163/2018 da CAUGE, em 10/10/2018. A CAUGE se manifestou pela aprovação com medidas mitigatórias a serem estabelecidas por termo de compromisso, contemplando condicionantes da EPTC, DEP, SMAMS, SMF, SMOV, constantes no parecer. Dentro do parecer da CAUGE, as condicionantes da EPTC. (Leitura do Parecer 163/2018 da CAUGE). Este expediente reuniu documentação que estava em outros dois, o 308233 e 2019273. Teve um desmembramento com proposta de doação em 28/06/2001. Isso vem andando de 2001 até 2015, quando entra esse EVU para a viabilidade do cemitério com crematório. Não vou ficar detalhando os andamentos, já falei do parecer da CAUGE. "Tendo em vista o atendimento neste estudo de viabilidade das exigências que foram indicadas na tramitação do expediente único supra, além da exigência do empreendedor formar o termo de compromisso com o município como condicionante para o licenciamento urbanístico e ambiental do empreendimento, prevendo as medidas mitigatórias indicadas no estudo, opinamos pela aprovação do presente estudo de viabilidade urbanística". Está anexo no parecer da CAUGE. É apenas para ilustrar um pouco mais, cada um daqueles blocos ali são catatumbas, semelhante ao João XXIII. Tem aquelas dependências normais de crematório, capelas, saguão, etc. Não tenho muito mais a falar. Este parecer foi elaborado em conjunto com o nosso suplente, o Ozio. Ozio, tu queres fazer algum comentário a mais? Não sei se posso dar a palavra a ele, Presidente? **Geraldo da Rocha Ozio (2º Suplente), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Boa tarde. Nessa análise do processo percebemos que ele foi evoluindo com uma série de medidas de atendimento com as exigências da CAUGE, até que, por fim, depois de 3 ou 4 anos de tramitação e obtiveram esse parecer favorável desse órgãos, com os condicionantes os diversos órgãos da municipalidade. Claro que isso vai condicionar depois o próprio licenciamento da edificação para o empreendimento ter início. Então, por esta razão entendemos assim que possível a aprovação pelo conselho desse estudo de viabilidade. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** É isso, Presidente. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado, conselheiro. Algum pedido de vista no Item 3.07. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Senhor Presidente, peço vista ao processo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Algum outro conselheiro quer vista? **VISTA À RGP. 03. ITEM 3.08. EXPEDIENTE: 002.339097.00.7**. A RGP. 07 está ausente, fica prejudicada a análise. **ITEM 3.09. EXPEDIENTE: 002.305259.00.1. INTERESSADO: SUNTEX. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Rua Eugênio Rubbo, 120. RELATOR: SINDUSCON/RS. CABE PEDID DE VISTA.** Por favor, conselheiro. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Boa noite a todos. Este processo fica na Av. das Indústrias,é um EVU para a instalação de uma indústria. Então,

nesse terreno de 40.000m² já existe nele uma construção, onde vocês ordem ver aqui (slide), tudo que está em azul é existente. Isto antes era um pavilhão de uso comercial. Esta indústria resolveu se instalar aí e pede um EVU de indústria e reciclagem de uso, reciclagem de comércio para indústria. Para ela poder se instalar teve que fazer algumas adequações, que construiu uma subestação, construiu um refeitório, um medidor da CEEE. E esse pavilhão, a diferença dele que está em vermelho para o azul, porque o que está em azul tem Habite-se, este aqui não tem Habite-se, este aqui não tem, mas é existente. Então, a estrutura que a indústria escolheu já está montada, só precisa regularizar esse pavilhão de cerca de 3000m² e construir subestação, medição e refeitório. Então, na verdade, quase uma reforma, porque a indústria vai se instalar aí e para isso só precisa dessas adequações. Isso não vai ser construído tudo novo, é uma adequação. Eu achei tranquilo, porque é uma região industrial, está pedindo uso industrial. É ma reciclagem de uso de comércio para indústria, portanto, não achei nada que fosse contra, assim como a CAUGE, que já aprovou. Então, sou favorável ao empreendimento. Tenho o relato por escrito. Foi um esclarecimento. (Leitura do Parecer favorável do conselheiro). **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Alguém pede vista? **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, a RGP. 02 pede vista. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vista para a RGP. 2, até porque é na região. Mais algum pedido de vista? **ITEM 3.10. EXPEDIENTE: 18.10.000004903.9. INTERESSADO: DMAE. ASSUNTO: Conselho Municipal de Saneamento Básico – Indicação de representantes do CMDUA (Titular e Suplente)**. Nós temos que indicar titular e suplente, em princípio não temos uma metodologia de escolha. Eu vou sugerir, de repente a gente faz 5 minutos de intervalo, mas vou sugerir, que seria para representar a sociedade civil. Então, o governo aqui não pode ser candidato e sim a sociedade civil. Segundo ponto, embora não diga expressamente, a ideia é fazer titular e suplente. De qualquer sorte, a proposta é ver chapas candidatas e a gente dá a palavra para depois fazer a votação. Alguém tem outra sugestão de encaminhamento. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Presidente, veja quem são os conselheiros interessados em fazer parte deste conselho e se vota. A RGP. 1 tem uma indicação, seria o Campani, mas gostaria que as pessoas se manifestassem. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Eu concordo com o Felisberto. Também tenho indicação, a RGP. 3 indica o nosso colega Chico da RGP. 6. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Pelo visto a minha sugestão de encaminhamento ficou aprovada, ninguém se manifestou contrário. **Sérgio Luiz Brum (Titular), Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS:** Quero reforçar a indicação do Campani e aduzir a indicação do Mark para este Conselho do DMAE. Acho que vamos ficar bem servidos com os dois. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Além dos Conselheiros Gomes, Campani e Mark nós temos outros interessados? Qualquer um pode se interessar. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Quero fazer parte deste conselho, Secretário. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Obrigado. Então, temos quatro candidatos. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu sugiro darmos 5 minutos para repor e confirmar as candidaturas. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da**

Sustentabilidade - SMAMS: Concedido. Como é de praxe e é importante o diálogo, daqui a pouco há alguma composição. Então, 5 minutos de recesso. **(Recesso de 05 minutos)**. Vamos retornar para a reunião. Nós temos 4 candidatos para uma vaga e uma suplência. Conselheiros Gomes, Campani, Mark e Paulo Jorge. Pergunto aos conselheiros citados, já que não temos outros candidatos, se alguém abre mão, se há alguma composição? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** presidente, Nós fechamos uma chapa, eu como titular e o Conselheiro Paulo Jorge como suplente. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu já falei na reunião passada, a ABES hoje é a representante, teoricamente, através da nossa suplente, e é a entidade que tem discussão na área de saneamento. Eu propus ao Conselheiro Gomes que a gente pudesse compor uma chapa, onde tivesse a representação da ABES com o próprio Conselheiro Gomes, mas ele não aceitou. Então, se é para montar chapa, um contra o outro, só para ir para a disputa, a gente vai ter que ir para a disputa. O Conselheiro Mark fica na suplência. Eu preferiria uma chapa de composição. Como é representação das entidades, eu apelaria ás entidade s que votassem na ABES. Não o voto na minha pessoa, o voto não é em mim, é a discussão sobre saneamento na Cidade de Porto Alegre, a ABES participou da elaboração que criou a Lei nº 11.445, que é a Lei Nacional de Saneamento, tem todo o acúmulo, também é a instituição que aqui participa e tem acúmulo neste assunto. Como é uma representação da sociedade eu faço... (Manifestação fora do microfone). Como é uma relação da sociedade eu fará um apelo aos representantes dos órgãos públicos que se abstivessem da votação. Eu acho que nós entidades já tivemos várias vezes questionado o processo de votação, o próprio plenário já se posicionou no regimento interno, na questão dos dois vices, onde a sociedade civil vota a representação da sociedade civil. Então, este conselho, inclusive, na sessão passada, a primeira tentativa foi colocar um representante de uma secretaria e aí foi visto que não podia, que tinha que ser representação da sociedade civil. Então, fica este apelo aos representantes do governo, que deixem a sociedade civil decidir os seus representantes. Obrigado. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu queria ponderar, como o conselho é composto de entidades e regiões, que pelo menos uma das vagas fosse das entidades e uma das regiões. Seria o mínimo de equidade neste conselho e não as regiões terem o maior número e preterirem às entidades. Ainda mais uma entidade que tem conhecimento na área, trabalhar nisso, é representante disso. Não é nada de dar carteiraço como alguns gostam de insinuar aqui e ficam falando a bocas pequenas. É questão de discutir e ter proposta para o saneamento da cidade, porque o conselho é o Conselho Municipal de Saneamento. Eu acho que é justo ter as entidades. Era isto. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Campani, eu tenho dúvida em relação a quem atualmente representa o CMDUA, porque nos registros o mandato encerrou em setembro de 2017 e ainda não foi recomposto esse conselho, o Conselho Municipal de Saneamento. A representatividade que a gente tem aqui é da Fabiana Figueiró, que eu acho que era pelo SINDUSCON. São os registros, é o registro que nós temos aqui como representante do CMDUA no Conselho Municipal de Saneamento Básico. (Manifestação fora do microfone). Então, é pela ABES. Tá, agora está esclarecido, porque o nome que a gente tem aqui é Fabiana Figueiró, como a última titular. É que no COMAM ela é representante do SINDUSCON, via FIERGS. É por isso, mas está esclarecido. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu ofereci o meu nome e a Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul para contribuir com a composição do Conselho Municipal de Saneamento Básico, mas acho possível que a gente

componha aqui, se os colegas entendem que devam ser representantes de regiões. Nós estamos considerando que seria importante a participação das entidades. Também, a proposta do Felisberto é interessante. Não sei se o plenário gostaria de considerar ou está fechada a chapa, não há conversação. Obrigado. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Foi colocada uma posição do Conselheiro Campani da isenção da votação dos membros do governo. A escolha, pelo que eu entendi é do conselho. Então, é a composição do conselho que escolhe a sua representação junto ao Conselho Municipal de Saneamento Básico. Então, tem que ficar bem claro que todos têm direito a voto aqui. Independente da tua colocação, todos aqui têm direito ao voto e não tem que abrir mão de quem vai votar ou deixar de votar. Este esclarecimento. **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Eu também acho interessante um representante de entidade e um de região. Esta é minha sugestão também. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Sobre a votação, eu entendi que o Conselheiro Campani, eu não tenho procuração para falar em seu nome, ele fez um apelo, fica registrado. Ao mesmo tempo o Conselheiro Emerson registrou que a representatividade é do conselho. Então, quem quiser se abster ou votar, mas o Campani dentro da campanha dele pedindo voto fez o papel dele. De fato, registre-se Emerson, a representação é do CMDUA. Então, temos duas chapas, uma chapa é o Conselheiro Gomes como titular e o Conselheiro Paulo Jorge como suplente. Outra chapa é Conselheiro Campani e o Conselheiro Mark. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu acolho a sugestão do Felisberto, eu acho que nós temos que ter uma paridade na representação de titular e suplente. Eu acho que caberia sim uma região de planejamento e uma entidade. Eu acho que isso deve ser apreciado também. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Não tem nenhum problema, só precisamos de uma chapa composta dessa forma. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Inicialmente, na verdade, eu não vi composição de chapas. Eu vi a indicação de nomes e não vi a manifestação. As pessoas se colocaram à disposição, não foi uma chapa inicialmente formada. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Foi feito o intervalo, após voltaram com essas chapas constituídas. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu entendi uma chapa formada. (Manifestação fora do microfone). A minha sugestão seria no mesmo sentido do Felisberto, voamos um nome de entidade e um nome de região de planejamento. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Gente, nós temos que deliberar um titular e um suplente, temos várias formas de fazer isso. Se não houve composição da chapa ou qualquer outra forma de composição entre entidades e regiões de planejamento, eu não posso obrigar alguém a fazer isso. Se tiver uma terceira chapa composta desse jeito vai à votação, não tem nenhum problema. (Manifestação fora do microfone). **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu volto a ponderar. Nós estamos fazendo segmentação aqui neste conselho, não é? Já está muito marcante o que está sendo feito aqui. Eu não compacto e quero deixar o meu protesto aqui. Não tem chapa, seriam 4 nomes indicados e se votaria nos 4 nomes. Aí se conserva muito habilmente pelo Gomes, que se faça em chapa. Não, eu proponho que seja nominal, nome a nome e os mais votados serão os conselheiros. Não eu conchavar aqui com os meus pares, aí eu tenho a maioria eventual aqui e ganho. E não tem a representatividade deste

conselho. Esta é a minha opinião. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, Eu fiquei ouvindo as manifestações e não consigo concordar. Se nós fomos colocados livremente para montar as chapas, o único apelo que eu ouvi foi que não fosse composta chapa com membros do governo municipal. No mais, nós tivemos a absoluta liberdade de fazer as composições que nos interessassem aqui dentro. É o que foi feito. Inclusive, o Campani me procurou para fazer uma composição, eu não concordo fazer uma composição com o Campani, não cabe expor aqui porque sim, porque não. Já tivemos algumas disputas na sociedade, inclusive, aqui dentro do conselho, o que não cabe relembrar agora. Então, eu queria que nos concentrássemos no que temos e temos duas chapas, eu gostaria que fossem votadas as duas chapas. Tivemos tempo para discuti, fizemos a composição e eu estou preparado para isso. Fora isso, acho que é o apelo de querer manipular com o colégio eleitoral que está aqui dentro. Eu acho um absurdo e desnecessário, até certo desrespeito à inteligência que sentam atrás das mesas aqui. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Presidente, aqui ninguém quer manipular as consciências e ninguém é representante do seu grupo, é representante deste conselho, tem que ouvir os seus conselhos, que são os nossos representantes lá. Ah, meu grupo elegeu, só represento quem elegeu! Não! O senhor representa o conselho tem que reportar aos conselheiros. E eu sou conselheiro de uma região, eleito e me reporto aos meus delegados e gostaria que fizessem o mesmo nas suas regiões e na temática, reportassem-se aos seus delegados, que muitos aqui não fazem. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro, esta presidência não vai interferir na escola das chapas, mas quem sabe as entidades que o senhor apoio, o Campani e o Mark, juntamente com o senhor, entram em consenso para fazer uma chapa, o senhor entra, quem sabe. É só uma sugestão. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não, eu não tenho interesse, eu respeito, pode ser o Gomes, eles discutem e nós discutimos com as entidades. É simples. Nós temos que aprender a dialogar, a termos consenso aqui dentro e não ter disputa – o meu grupo vence o outro. Nós vamos rachar este conselho, não vê quem não quer! **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS:** Ainda que seja um caso omisso no nosso regimento, a indicação de representações deste conselho, parece-me que a gente poderia se guiar na lógica que temos da vice-presidência. Quer dizer, nós temos esta intenção, se está no princípio da composição dos dois terços da sociedade civil essa representação de ter alguma equidade entre as representações. Fora isso, entendo que talvez conselheiro que é candidato não tenha muito tempo para fazer essa representação, posto que até agora o Fórum da Região de Planejamento 06 não realizou nenhuma reunião do seu Fórum. Desculpa, aí estamos tratando do que manda... (Manifestação fora do microfone). Só um pouquinho, o Fórum Regional não pode passar 6, 7 meses sem se reunir. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu acho que isso é uma interferência muito grande, cada um no seu quadrado. O teu pessoal, Rafael, foi muito bem representado naquela região e eu quero lembrar que vocês foram derrotados, basicamente, dois por um. Então, não gostaria que voltasse de novo esse terceiro turno aqui, que em alguns momentos vocês querem voltar. A eleição foi dada, eu sou o presidente, com a maior votação das regiões de planejamento. Respeitem meu espaço e vão fazer a disputa lá dentro. Ok? **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Gente, não vamos encaminhar para briga. Eu vou resolver isso no voto. Nós temos uma chapa e na outra dois candidatos autônomos. Gostaria de entender, vocês formam chapa ou não? (Manifestação

fora do microfone). Então, temos duas chapas. Então, alguém tem dúvida? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** QUESTÃO DE ORDEM. Eu proponho que retiremos a chapa, para ficar registrado em ata. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas o senhor não é candidato, conselheiro. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Mas eu estou propondo. Fui eu que indiquei. Proponho que eles reflitam sobre isso e dê mais 5 minutos como deu para a gente conversar sobre isso. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, 5 minutos de recesso. **(Recesso de 05 minutos)**. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Podemos retomar, Senhor Presidente. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, retomando a reunião, gostaria de ouvir o Conselheiro Campani. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Senhor Presidente, nós nos reunimos ali fora e resolvemos retirar a candidatura, porque já é a segunda votação neste conselho que a gente inicia o processo eleitoral sem ter as regras de como vai ser a eleição. Aí dá nisso! Não tem como a coisa andar bem. Então, retiramos a candidatura por discordarmos do processo. Este Fórum tem uma deliberação pela ampla maioria, que é a segmentação, independente do gosto. Aqui eu posso dizer para o resto da vida que não gosto, mas este Fórum já votou e está no seu regimento interno que a votação é por segmentos, tendo em vista que a representação é da sociedade. Quem conhece a lei, quem já leu a lei, eu já li umas 500 vezes, eu ou aula sobre esta lei, sabe que, inclusive, o nosso conselho municipal não está adequado à lei. E a tentativa do governo passado de colocar representantes do governo como representantes dos conselhos barrou na primeira tentativa, aí ficaria escancarado que não atende a legislação federal. Então, a gente retira, mas a gente não pode também ouvir as coisas e não falar, né. Eu participei de um processo de eleição da RGP. 6, aqui eu represento uma entidade, não represento a RGP. 6 por ser candidato a conselheiro pela RGP. 6, lógico, a gente acaba se elegendo também delegado. Eu deixo aqui o meu protesto enquanto delegado, aí que fique bem claro, uma hora estou falando como ABES, outra hora falo como delegado. Nós fizemos um processo eleitoral para conselheiros, não para donos de uma RP. O que nós estamos tendo hoje são donos de RP. Uma RP. que faz quase 2 anos que não se reúne, acho que isso... No mínimo se eu fosse presidente deste conselho, é só ler o Plano Diretor, vamos ler a lei do Plano Diretor, as regiões fazem parte deste conselho. Então, se eu fosse secretário, se eu fosse presidente deste conselho faria alguma coisa, como fazia nas gestões anteriores, onde funcionavam, a desculpa que era a CC que fazia as reuniões, em período que tinha CC a RGP. 6 também não fazia reunião. Então, hoje nós temos donos de regionais, de regiões de planejamento. Aqui a RGP. 1, que a gente acompanha e sabe que está fazendo as suas regiões com as suas regiões, com os esforços das outras regiões também, mas eu como delegado não fui chamado a nenhuma reunião até agora da minha RP. E o secretário está sabendo, se o secretário não está sabendo peço que se informe, porque aqui estamos constituindo donos de regiões de planejamento e isto não é regimental. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, eu sou obrigado a me manifestar. Eu não gostaria de voltar ao terceiro turno, mas vamos voltar. O conselheiro realmente não engoliu até hoje a derrota, a pior derrota que se teve nas eleições, com um empenho fantástico. Eu quero trazer um documento aqui. Nós terminamos o processo eleitoral em julho, no dia 1º/08 eu mandei o seguinte email para a Anadir, que era parte da chapa do Darci, inclusive, era representante da

chapa nas instâncias em que a gente precisava discutir no comitê eleitoral da época. Eu mandei o seguinte email para a Anadir, está aqui a cópia: “Anadir, boa tarde. O CMDUA está sem apoio para as regiões. Então, estou te encaminhando a lista, em anexo, de todos os delegados para que tu, se possível, busque os emails dos que tu conheces...” Ou seja, da turma deles “...para estabelecermos uma ala para convocar as reuniões do Fórum da RGP. 6. Tu podes me encaminhar a lista ou encaminhar para alinebrum@smurb.prefpoa.com que é a secretária executiva do CMDUA”. Por acaso, 15 minutos depois eu fui até o Zaffari da Otto Niemeyer e encontro a Anadir, aí disse: “Anadir, tu viste o email que te enviei? Não, estou na rua faz tempo. Então, tu olhes quando chegar no teu escritório ou na tua casa, porque estou te mandando um email para a gente juntar as listas, para montarmos uma mala para convocarmos”. Isto foi em 1º/08/2018, até hoje não obtive alguma manifestação da líder dele, que é a Anadir que faz parte e que resume bem esta chapa de rodada para a RGP. 6. Estamos agora, consegui agora, a Jaqueline me procurou, que é outra liderança da oposição, para retomarmos as reuniões. Encaminhei a lista da mesma maneira e a Jaqueline me devolveu a lista ontem ou anteontem com os emails da, digamos assim, oposição, daqueles delegados de oposição. Eu completei esta lista com a colaboração do Emerson do OP e estamos passando para a secretária executiva, marcando a primeira reunião, para o deleite do Darci e companhia, na segunda-feira, se acharmos um lugar para reunir. Ok? Eu gostaria de não mais discutir a eleição da RGP. 6, se for preciso até discutir e sabem o que vou dizer, mas gostaria que não continuasse essa insistência no terceiro turno. Foram dadas as condições, ganhamos em um processo muito bonito, mais de 800 participantes, o que provavelmente isto incomodou muito o pessoal do Darci, pelo que se vê, porque ele não consegue se desencarnar desta derrota. **Rogério Dal Molin (2º Suplente), Sindicato das Indústrias da Construção Civil – SINDUSCON:** Quero dar a minha contribuição, mas não vou entrar muito no mérito dessas rusgas, mas posso citar algumas coisas do nosso próprio conselho. Por exemplo, quando a gente teve a eleição do Comitê da Lomba do Pinheiro, que a gente fez um recesso para fazer perguntas, quem queria participa. Eu fiz um apelo ali para o Darci, para o Hermes, para o Mark, para o Sérgio, que o SINDUSCON estava desde o inicio o Comitê da Lomba do Pinheiro, que o SINDUSCON fez parte até da formação do regimento interno, que faria muito sentido que o SINDUSCON permanecesse para fazer a interlocução da comunidade com os empresários, até me colocando à disposição. Eu fiz um apelo, o Darci não aceitou, o pessoal não aceitou e eu, democraticamente, aceitei o resultado, não participei. Eu até me lembro que o Darci foi de uma infelicidade tremenda, porque falou: “Se tu não participas, então, não vai querer apoiar” – uma coisa assim. Eu até falei para ele: “Eu como pessoa física sempre vou querer contribuir com a minha cidade. Então, eu acho que há um contraste muito grande. Houve eleição como da outra vez e agora vocês, ao invés de democraticamente aceitarem e participarem, vocês se retiram. Como quem diz assim: “Se não é do nosso jeito, então, vamos sair”. O que tu acusaste da outra vez o SINDUSCON, tu estás fazendo agora. Então, Darci, são dois pesos e duas medidas. Eu acho que a gente poderia tranquilamente participar, fazer o exercício democrático e colocar em votação para escolher logo o representante. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Secretário, como eu fui citado, gostaria de esclarecer. Na verdade, houve uma composição, o Sindicato dos arquitetos indicou titular, que é a Lea, que foi a pessoa que criou a Lomba, o projeto da Lomba dentro da secretaria, hoje é aposentada, e a ASBEA ficou como suplente, com o Jorge Jesus. Não é bem assim, eu não vou entrar no mérito de toda a nossa que está tendo, mas que eu quero esclarecer é que houve uma composição. Houve uma composição com o teu nome uma composição com o nome indicado pela ASBEA. Só para

não ficar o dito pelo não dito. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Felizmente as atas estão sendo transcritas, é só pegar na ata e vai se ver o que está escrito. Nós propomos que o SINDUSCON ficasse coordenação suplente da ABES, assim como ele estava propondo uma composição com o Gomes, não chegamos nem a conversar com o Gomes quem ficaria de titular ou suplente. Antes de qualquer conversa ele disse que não queria compor chapa, mas nós propomos ao SINDUSCON. E eu citei, inclusive, que o SINDUSCON e a ABES possuem sócios em comum, pessoas que são sócias lá e são sócias aqui. E o secretário acabou de informar que a Fabiana representa a ABES aqui e representava o SINDUSCON. Nós temos sócios tanto lá como aqui, a ABES é uma entidade ampla, geral, de profissionais que atuam na área. Senhor Secretário, na fala do Gomes teve uma pergunta para a secretaria do conselho, que eu acho que é um pouco mais grave. Quando nós nos inscrevemos todo mundo teve que dar telefone, RG, email, teve que dar tudo. A secretaria não tem esses dados? Eu me encontrei com a Anadir alguns dias depois também, não é função da Anadir, foram eleitos três membros, titular e dois suplentes, a Anadir não tem função de secretária desse conselho, não tem função nenhuma de ficar secretariando ninguém. Foi essa a sensação que me passou – Por que agora eu vou ficar secretariando alguém? Sou um delegado eleito como qualquer outro, por que eu vou secretariar, sendo que todos os dados a secretaria tem que obrigatoriamente ter? Ninguém se candidatou sem apresentar documentação. Então, a gente tem que fazer uma verificação se alguém se candidatou sem apresentar documentação. Se a documentação não estava em mão na secretaria, então, é mais grave ainda. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Eu acho que tanto o Darci Campani como o Gomes estão no momento de parar. Tem que parar, parar e para! Vai levar todo o tempo? Dá um desvio para lá, um desvio para cá e... Vocês sabem por que eu botei meu nome? Porque os “iluminados” estão disputando, então, a plebeia aqui, o lado da vila vai estar. Somente botei meu nome. Os analfabetos lá também têm direito de participa do conselho. Eu sou um dos mais velhos aqui dentro, se formos pela hierarquia, sou o mais velho de todos. Eu dou razão, botar o Darci Campani e o Gomes lá no conselho. Só abro mão se for o Darci Campani e o Gomes. Então, não vou abrir mão, porque os dois já se pegam aí o tempo todo. É ruim para vocês, é ruim para nós... (Manifestação fora do microfone). Eu sei, mas vocês têm que pensar! O conselho aqui é para votar, não é para brigar. Disputa pelo conselho ambiental, de água. Então, eu retiro se tiver um consenso. Tem que fechar o ano em harmonia. Se tem consenso de vocês dois eu retiro, não tem problema nenhum. Eu preciso falar de algo importante sobre um projeto e estão brigando, já são 20 horas. Briga pelo Conselho de Saneamento Básico, devem pagar bem, porque (Inaudível), aí sim vale a pena. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vou encaminhar para a votação, esta discussão não está sendo produtiva. O Paulo Jorge manifestou que retiraria a candidatura se houvesse consenso. Fora do microfone já foi dito que não há consenso. Conselheiro Paulo Jorge, não há consenso de chapa única, o senhor mantém ou retira sua candidatura? **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** Então, não tem. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Então, temos uma chapa única, vou fazer por aclamação. Quem for contrário á chapa única, com o Conselheiro Gomes como titular e o Conselheiro Paulo Jorge como suplente, representando a sociedade civil para o Conselho Municipal de Saneamento Básico do Município de Porto Alegre, que se manifeste. (Contagem de votos = 04 votos). Abstenções? (Contagem de abstenções = 06 abstenções). Encerrada a Ordem do Dia.

Conselheira Claudete sobre o processo que a senhora se referiu, sobre a dúvida em relação à APP, no item 3.05 da pauta, concordo com a senhora, ficou em aberto, a gente vai averiguar esta situação. Destacando que a situação de diretrizes é utilidade pública e pode intervir em APP, é importante que conste no processo. (Manifestação fora do microfone). Não tem problema. Eu vou renovar a votação dos 04 votos contrários, daí vou falar para registrar em ata. Foi o Conselheiro Felisberto, Conselheiro Rafael, Conselheira Claudete e Conselheira Tânia. As 06 abstenções: Conselheiro Sérgio Brum, Conselheiro Mark, Conselheira Lígia, Conselheiro Emerson, Conselheiro Campani e a Conselheira Jeanice. Eu vou pedir licença, porque eu tenho um compromisso, vou passar a presidência dos trabalhos, já combinamos com o vice, o Conselheiro Hermes, vou passar a presidência dos trabalhos a ele, eco licença aos senhores. Nós temos comunicações. **4. COMUNICAÇÕES**. E já abro comunicações informando que estamos renovando o contrato com a taquigrafia... (Aplausos). Reconhecido o trabalho, Patrícia.. Mas pode haver aí algum problema de solução de continuidade. Então, eventualmente, faremos como já fizemos de ter a ata, caso tenha uma dificuldade de continuidade, eventualmente uma ata gravada sem a transcrição. Eventualmente, já registro para a ciência de todos. Conselheiro Hermes, agradeço a disponibilidade. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Estamos no item de comunicações. Temos o Rafael e vamos seguir, vamos na ordem. **Rafael Pavan dos Passos (2º Suplente), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**: Eu gostaria ainda de esclarecer, não há terceiro turno, porque ninguém aqui, ou pelo menos da minha parte não houve qualquer questionamento sobre a legitimidade de nenhum dos conselheiros eleitos aqui. O que eu questiono sim e vou continuar a questionar é que a esta altura da gestão apenas três regiões de planejamento realizaram reuniões do Fórum. Aí eu não questiono a legitimidade dessa representação, questiono a representação das decisões tomadas aqui, uma vez que estamos falando de representantes das regiões. E tem os delegados que também representam essas regiões. Eu fico me perguntando se eu como Presidente do IAB ou como representante do Instituto de Arquitetos do Brasil, não levo as decisões a serem tomadas aqui para meu colegiado e minhas instâncias decisórias de dentro da minha entidade, o que a minha entidade irá tomar. Então, nós somos representantes, é assim que está escrito no próprio Plano Diretor. Agora, a legitimidade de estar aqui conselheiro eleito jamais, pelo menos da minha parte, foi questionado. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** A minha intervenção vai no mesmo sendo do IAB. A eleição ocorreu e não tem terceiro turno, não tem esta história, mas como delegado tenho o direito de fazer as minhas cobranças. Cobrei agora e não tive resposta do secretário relativo a se a secretaria não tem a documentação da reunião da RGP. 6. Realmente, nós estamos em uma situação em relação às RPs, a conselheira da RGP. 8 hoje está na reunião, está frequentando as reuniões, mas há duas reuniões atrás teve um conselheiro aqui dizendo que os outros dois pediram demissão e com um documento dizendo ser. Ficou de ver o que se faria no caso da RGP. 8. Temos outras RGPs no processo de votação que tiveram uma participação e o Fórum da região não representa a região. Não vamos fazer de conta, a gente tem que saber exatamente o que está acontecendo nas regiões, as entidades tudo bem que não fiquem sabendo, porque não está no dia a dia das entidades, mas a gente tem que trazer para este conselho o que está acontecendo nas regiões. Se o secretário não está interessado e não tem esta preocupação, bom, a gente tinha que trazer para o secretário se inteirar melhor de que a documentação não pode ter sumido. A documentação da secretaria deste conselho não pode indicar que a Fabiana, que foi duas vezes, por dois mandatos representante da ABES neste conselho, se tem a dúvida se era representante da

ABES ou do SINDUSCON. Isto significa que a nossa secretaria está desaparelhada e precisa de mais apoio na sua instrumentalização. Então, a questão das regiões, e cada um com a sua consciência, mas eu acho que cada um aqui pode dizer - Olha, a minha região está fazendo reunião ou não. Se disser que não está fazendo vai ser da sua consciência, não cabe a mim ficar dizendo que está fazendo reunião ou não. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** A Aline tem um esclarecimento sobre isso. Posso passar para ela? **Aline Brum – Secretária Executiva do CMDUA:** Boa noite. Primeiro lugar, em relação a esta questão do Conselho de Saneamento, não foi dito que ela era representante da ABES, a gente citou o nome dos representantes do CMDUA. Só isso. Se era da ABES ou do SINDUSCON... Só isso. Entendemos que tu disseste que tu eras o conselheiro. Só isso que esclarecemos. Em relação às inscrições de delegados e documentação, email, endereço, telefone, o que acontece? As inscrições foram feitas, ou via email, ou presenciais. Inscrição de delgado, a gente sabe que muitas pessoas nas comunidades não usam email. E muitos inscritos... Por exemplo, a Patrícia mandava a inscrição de 10 delegados da região dela, o email que ficava registrado era o email da Patrícia, não tinha o email do João ou da Maria. Então, muitas vezes não tem o telefone e nem o email das pessoas. Nós tivemos alguns funcionários da prefeitura que se dispuseram a participar do processo, mas muitas pessoas não fornecem email e não fornecem telefone. Infelizmente, a gente não tem como obrigar as pessoas a fornecer. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu gostaria de não colocar em discussão, foi só um informe... **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Foi citada diretamente a Região 6. (Manifestação fora do microfone). Houve uma citação pontual, é só isso que eu vou me manifestar. (Manifestação fora do microfone). **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Pessoal... Pessoal! Então, vamos seguir a ordem, Gomes. Tu até podes pensar melhor, acalmar. Tá? Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Quero justificar minhas duas faltas nas reuniões anteriores, em virtude de trabalho. Toda vez que eu faltar, eu falto por motivo de trabalho. Em relação às regiões, todos os nomes dos delegados saíram no Diário Oficial, o conselheiro tem a tarefa de chamar seus delegados, ele foi eleito, tem que conhecer quem são seus delegados. Eu fui atrás de todos os delegados, id do governo, não pedi para delegado nenhum me fornecer lista. Isto é uma atribuição do conselheiro, eu fui eleito pelos delegados, não fui eleito por alguns, os delegados também foram eleitos. Então, bem ou mal deve ter o email ou o telefone. Bom, se custa para o conselheiro chamar seus delegados, bom... Ele que diga, e exija do governo que apresente. Agora, não chamar uma delegada e denominar de oposição! Eu acho que peca nisso: “oposição”. Nós somos cidadãos de Porto Alegre, temos visões diferenciadas! E tem que ser respeitadas as posições diferenciadas. O que eu noto é que alguns não aceitam o contraditório e se acham donos da cidade ou de alguns interesses que defendem. Agora, regularização fundiária na sua região, estão lá a Bangu esperando há mais de 20 anos. Que conselheiro é? Conselheiro de araque! Conselheiro que defende interesses! E eu assumo o que estou dizendo aqui, tem comunidades na sua região que estão dependendo de regularização. Qual o seu trabalho? Qual a comunidade que foi regularizada? Mais de 20 vilas na sua comunidade não estão regularizadas, não existe nem o planejamento. Então, eu quero colocar que não é só nesta região, nós temos que trazer isto para o conselho, porque tem que ser uma posição de conselho. Certo? Agora, cada um sabe o que defende. Agora, obrigar a Anadir e a Jaqueline a fornecer? Pelo amor de Deus, vão se respeitar! **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:**

Conselheiros, quero registrar que nós fazemos as reuniões da RGP. 2 sistematicamente no segundo sábado de cada mês, lá na sede do Grêmio Esportivo Serrinho. No sábado passado tivemos a presença do nosso Conselheiro Júlio Passos, do IAB, a quem quero agradecer, que está se revelando um parceiro das regiões. Ao invés de discutir e jogar poeira nos olhos das pessoas, está junto para discuti as questões das regiões. Então, quero agradecer e deixar este registro, parabenizar este conselheiro. Claro, não desmerecendo aqueles que não estiveram presentes. Lá nos tivemos a participação dos moradores da Vila Dique, onde ouvimos o seguinte relato, que os moradores há mais de 40 anos lutam pela regularização, há em torno de 300 famílias. Hoje o que restou daquela comunidade, essas 300 famílias estão em uma área particular. Então, estão em processo de usucapião e estão isolados em relação aos serviços que o município presta às comunidades. Então, eles não têm coleta de lixo, o caminhão só vai até o início da vila, não tem serviço de correio, linha de ônibus é precária, não tem creche e a rua está precisando de saibro, quando chove é barro, em dia de seca é a poeira. Existe uma escola municipal de ensino fundamental, a Escola Imigrante, na Severo Dulios, que está se dispondo, inclusive, a atender as crianças da creche, cedendo salas. O que acontece? A própria escola, estão sendo retirados professores da escola, já retiraram a merenda, está faltando merenda para as crianças. Então, é uma situação muito difícil, não tem nada. a comunidade era para ter comparecido, mas acredito que foi por falta de transporte. Então, que este conselho faça uma visita naquela região para ver as condições. Nós temos que abraçar essa causa. Sabemos que toda a cidade tem problemas, mas é incrível deixar 300 famílias abandonadas em uma região onde estamos discutindo o surgimento de um novo bairro, em uma região onde tem uma empresa que está cuidando da ampliação do aeroporto. Então, lá não é uma região esquecida, tem muita gente investindo lá para ganhar dinheiro, aumentar o seu lucro. No entanto, parece que estou falando uma besteira, que tem uma comunidade que precisa de socorro. O segundo ponto, e que pena que o presidente se retirou. Quero dizer bem claro, o Presidente do CMDUA, mesmo sendo o secretário do município, não pode sair no meio de uma reunião, não tem como. Ele tem que ouvir a comunidade de Porto Alegre que está reunida hoje aqui. Então, fazer com que a prefeitura atenda as necessidades básicas de serviços básicos daquela comunidade. O outro item seria uma moção para buscar apoio, mas acredito que esta fala que estou falando sirva para sensibilizar pelo menos alguns conselheiros que estão aqui neste momento. O *quorum* está esvaziado. Não sei, as pessoas vêm aqui, resolvem seus problemas e o problema da cidade continua em cima da mesa, na nossa frente. **Kelly Ramos da Silva (Titular), Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8** Só para informar ao colega que citou a região. Na verdade, o João não chegou aqui trazendo um papel, ele trouxe a ata de uma reunião que foi feita na região. Eu acho muito feia esta situação de estarem acusando as regiões se fazem reunião ou não. Eu sou uma pessoa superaberta ao diálogo, pergunta primeiro antes de acusar. Primeiro pergunta se nós estamos fazendo reunião ou não. Eu sou a terceira conselheira da região e o que aconteceu foi que os dois desistiram, eles renunciaram, a gente fez uma reunião na comunidade. Na realidade, a região também não inscreveu muitos delegados. Então, foi eleito o João, porque este conselho está fazendo extraordinária toda semana, que casualmente bate nas datas do COP e todo mundo sabe que eu sou conselheira do Orçamento Participativo. Então, uma terça-feira eu estou aqui, a outra estou no OP. Eu não tenho como estar aqui e lá ao mesmo tempo. Então, houve a necessidade de elegermos um suplente para que pudesse estar aqui quando estou no OP. Estamos fazendo reuniões sim, podem pegar meu telefone, vou deixar registrado em ata para que todos tenham. É 991.92.05.77. Manda um “oi” ali que eu te mando as datas das reuniões e tu estás

convidado a participar sempre na região de todas as nossas reuniões. Só não cabe chegar aqui acusando – não fazendo reuniões! Não, eu acho legal perguntar primeiro. Em relação a sermos os reis das regiões, dos donos das regiões, quero dizer que sou oriunda do OP e a gente está acostumado a trabalhar sempre direto com o povo. E eu não concordo com isso, mas ao mesmo tempo quero dizer que quando somos eleitos por uma comunidade, a gente está aqui para representar a comunidade. Então, às vezes não tem tempo, porque a gente faz extraordinária toda semana, não tem tempo de voltar para a região, chamar uma reunião lá e estar aqui de novo, até porque eu acredito que aqui todo mundo trabalha. A nossa própria reunião aqui era para ser às 14 horas, o que não ia me impedir nem de participar das extraordinárias, mas este conselho resolveu fazer às 18 horas porque as pessoas trabalham. Então, não tem como ficarmos fazendo reuniões da noite para o dia. Então, muitas vezes nós somos eleitos pelas nossas regiões e a Restinga e Extremo Sul teve muitas pessoas que participaram da eleição, nós somos eleitos para representar. Então, muitas decisões tomadas a gente toma sem consultar a região, mas é devido ás extraordinárias. Se acabarem com as extraordinárias vou estar aqui sempre, em todas as reuniões, mesmo eu sendo a segunda suplente, a minha intenção não era assumir o conselho, acabou eu assumindo, vou estar aqui. Eu acho que tínhamos que acabar com as extraordinárias, caso contrário o João vai estar aqui representando, porque ele foi eleito pela minha comunidade para estar aqui. E se precisar, se o conselho achar necessário eu posso pegar dois ônibus na semana que vem e trazer toda a comunidade para cá, aí a gente elege ele aqui na frente de todos vocês. Sem problema nenhum, posso trazer todos os eleitores, a Aline tem a lista de todas as pessoas que participaram da eleição, todos se identificam e a gente elege o João na frente de todos vocês, posso fazer isto. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Bom, fiquei agora pensando quem são os donos das regiões, comoo Campani falou, um ele já disse quem é. Eu acho que a fala do Rafael em relação ao trabalho, que cada um assumiu estando ciente disto, eu acho que ninguém aqui é guri, Rafael. E eu acho que quem tem que cobrar isso são justamente os nossos eleitores, que de um jeito ou de outro participaram e tem todo o direito, assim como a região, tanto eleitor ou não. Eu penso que se estamos sentados aqui é pela região, é para a região que devemos satisfação. Essa é a minha opinião. Vamos falar agora de coisa boa, né, porque, infelizmente, a gente tem visto nas últimas reuniões só, ou é A, ou é b, e a gente não consegue chegar muitas vezes no consenso. Realmente, eu tenho a impressão que não acabou o terceiro, quarto, quinto turno e nós vamos ficar neste bate boca aqui sem conclusão e sem avanço. Nós vamos ter na região a criação de mais uma unidade do Projeto Pescar para 2019, vai funcionar no Porto Seco mais uma vez. Nós já temos no dia 27, se eu não me engano, mas trago a informação correta na próxima reunião, mas a partir de 27/12 vão ficar abertas as inscrições. A região da Tânia também, a 4 é a nossa vizinha, é uma das que nós buscamos atingir como atingimos dentro do projeto. E também estamos batalhando para trabalhar com a nossa tão sonhada obra de serviço social do transporte, que nós não conseguimos colocar ainda por questões de negociação com a prefeitura, de um pedaço de área ocupada lá. E, Felisberto, realmente, tu tens razão, tem regiões, como a minha região, por exemplo, que não tem só 20 questões de regularização fundiária, temos 200. Enfim, é isso. **Emerson Gonçalves dos Santos (Titular), Temática de Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental – OP-HOCDUA:** Nós trabalhamos junto a este conselho para um bem comum da cidade. Eu acho que todos têm este conceito e vão buscar atender este princípio, mas sabemos que tem divisões, isto está muito claro. São divisões ideológicas, muitas vezes, a gente sente isso, tem sim uma ideologia, mas acreditamos melhorar este conjunto de pessoas que estão aqui representando a cidade,

seja através do governo, seja através de entidade, seja através das regiões de planejamento. Não vou entrar no critério da participação das regiões, eu acho que fica a critério de cada região de planejamento organizar o seu Fórum, como os delegados também têm o direito de reclamar que não está havendo reunião, que isso ou aquilo, mas é uma questão da região de planejamento. Eu acho que a partir do momento que a gente traz este assunto, que é interno da região de planejamento, daí sim vamos criar um tumulto, isto vai ficar muito ruim para quem não faz parte da região de planejamento. E quando o Campani coloca “os donos da região de planejamento”, eu acho que deve citar quem são os donos das regiões de planejamento. Não é apenas jogar para a galera, para quem está presente. Então, tem que ter cuidado da forma que é colocado “esses donos da região de planejamento”. Então, tem que deixar muito bem claro isso. A Região de Planejamento 6, que eu sou delegado, inclusive, apoiei a candidatura do Gomes, nós estamos sim trabalhando com a regularização fundiária, Felisberto. Só para tu teres a informação, a ocupação que tem na Estrada Vila Maria, em frente à escola Violeta Magalhães, teve mais de 58 participações daquele pessoal, que nós estamos sim apoiando aquele pessoal e trabalhando da regularização fundiária, não só deles, mas também, como tem a alteração de uma diretriz, a 6564, uma coisa assim, que também está atingindo as áreas do INSS que a gente vai ter que fazer uma alteração de traçado viário, que hoje está ocupada por várias famílias. E tem que ter cuidado também com o que fala da não participação na regularização fundiária. Então, a gente está trabalhando. Claro, como uma região de planejamento não tem um poder de abranger a totalidade das ocupações, isso nem o município consegue. Então, nós vamos trabalhar de forma constante. Como participamos do Fórum Regional Centro Sul, onde nos colocamos à disposição de fazer várias regularizações, inclusive, prestar alguns serviços técnicos para algumas comunidades que nos solicitaram como gravame de rua, a forma também de gravar nomenclatura de rua, que é um princípio básico hoje para a pavimentação. Eu acredito que este fórum vai ter que ter mais coletividade. Não vamos afinar, tenho certeza disso, em todas as questões, mas em alguns pontos a gente vai ter que ter um consenso aqui para poder trabalhar no conjunto, senão vai ficar uma situação que daqui a pouquinho as coisas vão se decidir lá fora. Obrigado. **Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5:** A minha região faz reunião todas as quartas-feiras e o bicho pega. Você pode ir na AMAVITRON, tem a reunião da Região Cruzeiro, do Fórum de Planejamento. A nossa reunião é pesada. Atualmente eu assumi o Fórum de Entidades de Porto Alegre, das creches, hoje sou um dos membros. Disputei a presidência, mas perdi, mas ficou bom. Também sou do CODENE – Conselho do Negro. Então, essa é a minha bagagem. Estou convidando o pessoal para o dia 14 na AMAVITRON para o nosso teatro da gurizada. Vai ser sexta-feira, que está fantástico, vou filmar para vocês verem. E no dia 15, sábado, às 15 horas, vou entregar mil presentes para mil crianças. Vocês estão convidados, vai começar às 10 horas. **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** Eu gostaria de comunicar que nós estamos fazendo as reuniões toda segunda quinta-feira do mês com os delegados e com a comunidade. Essas reuniões só estão acontecendo agora, porque anteriormente a conselheira nunca chamou a Conselheira Clarita, da RGP. 4, nunca chamou a comunidade para discutir nata referente ao conselho. A comunidade da 4ª região, realmente, não tinha nem conhecimento do que se tratava aqui dentro do conselho. Agora estão participando. Essas reuniões acontecem no FROP e no Mário Quintana, uma no FROP, uma no Mário Quintana. Então, a gente está se dividindo desta maneira. Outra coisa, nós estamos levando para a comunidade no FROP, vai começar a partir de fevereiro, março, cursos de empoderamento feminino dentro da área da construção civil, juntamente com uma ONG

chamada Mulher em Construção. Elas têm o apoio de uma ONG internacional e conseguem apoios, tipo da taQI e outras empresas. Elas fazem esses cursos na comunidade, gratuito, curso de piso colocação de porcelanato, parede, hidráulica. Inclusive, eu estou-me formando agora, fiz um curso de hidráulica, 120 horas de curso. Estamos nos formando agora no sábado. É muito é interessante, não é só o curso em si, é o empoderamento da mulher dentro da área da construção civil. Então, está sendo muito interessante. Só isso. Muito obrigada. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** O pessoal da Vila Flores? **Tânia Maria dos Santos (Titular), Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4:** No Vila Flores já foi, agora estão no Vinte de Novembro, ali que está sendo organizado o curso. **Claudete Aires Simas (Titular), Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH:** Eu gostaria de registrar que parece que está sendo colocado que aqui fosse uma questão entre pessoas e eu acho que vai muito distante disso. Primeiro, quero registrar que eu quis me pronunciar e levantar uma Questão de Ordem durante a sessão e mais uma vez neste conselho, pela mesa, eu tive a palavra cerceada. Ou seja, eu não consigo nem ter o direito de levantar uma Questão de Ordem, principalmente quando a questão é de processo deliberativo. Então, a gente tem uma parcialidade total da mesa. Outra questão que eu gostaria de colocar, eu peço que a secretaria faça um levantamento de todos os encaminhamentos que foram feitos e que não tivemos retorno até, então. Um deles é, foi colocado, o secretário ficou de verificar, era a questão dos fóruns de planejamento. Até hoje nós não tivemos retorno sobre isso, nem sobre qual é a responsabilidade da secretaria. Um terceiro ponto que eu gostaria de colocar é que deveria ser feita uma inversão de pauta, fica a sugestão para a próxima sessão, porque como a gente percebe, nós estamos só entre entidades e regiões, salvo a presença da Patrícia. O que isso me demonstra mais uma vez a parcialidade do governo, porque o governo não tem interesse nas comunicações, como diz o Adroaldo, das comunidades e dos encaminhamentos. Nós temos uma ausência completa hoje, inclusive, do secretário que se retirou. Nós não temos outros membros aqui presentes. Houve ocasiões em que nem tivemos comunicações, nós só votamos projeto e fomos embora. Eu acho que as comunicações têm que voltar a ser o primeiro item de pauta, porque não tem menos importância e foi feita uma alteração de forma unilateral, sem a consulta do plenário. Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP**. 6:** Eu vou começar falando do compromisso de um conselheiro quando vai para uma disputa público, uma disputa de voto, uma colocação da sua pessoa e das suas propostas dentro de uma comunidade. Nós estamos falando na Região 6, que é uma região extremamente grande e diversificada. É onde acontecem diversos fenômenos ambientais e que os empreendimentos vão se chocando, por uma questão muito simples, o preço do terreno. Não fica a opção para as populações mais pobres de ocupar áreas mais intensivas, onde não tem problema. Os filés de Porto Alegre já têm dono todos eles. Então, consequentemente, região como a minha, como a Região 8, Lomba, concentram essa enormidade de conflitos pela ocupação que é apertada, vai se apertando, vai se espremendo para aquele lado. Consciente disso, eu fiz uma campanha dirigida às populações de baixa renda, aos excluídos. Eu fiz uma campanha onde eu procurei parceria nas associações de moradores, nas diversas formas de resistência que o pessoal tem, uma presença muito forte nas cooperativas. Nesse sentido, nós conseguimos um resultado muito positivo em função do ponto de vista eleitoral. Só para vocês terem uma ideia, nós tínhamos apontado mais de 1400 nomes de pessoas que iriam votar e não se conseguiu viabilizar, apareceram lá 558 pessoas, porque votaram na minha chapa, mais de 40

nominados e que me deram retorno, eu tenho nome deles, desistiram na fila. Quando a fila dobrou a esquina, que saiu da frente do CECOPAN e dobrou à direita, entrou para uma rua escura ali, um monte de gente veio me falar: “Olha, ficou complicado, fui com a esposa, com os filhos”. Então, desistiram. Nós teríamos colocado em condições mais favoráveis, batendo 800, 900 votos. O trabalho que nós fizemos não foi na pequena burguesia da Tristeza, não foi na pequena burguesia de Ipanema, nós fizemos uma opção muito clara. O Emerson foi a pessoa que trabalhou diretamente comigo na abertura de espaços. Está lá, um das pessoas que trabalho muito comigo também, o meu suplente, primeiro suplente, que tem me acompanhado em todas as reuniões, que abriu a discussão conosco e representa as diversas cooperativas. Como que isso reflete aqui dentro? Reflete no meu comportamento da seguinte maneira, vocês não vão encontrar um processo meu contra uma demanda realmente popular, pelo contrário, fiz muita disputa tendo que discutir e ser acusado depois que eu estava querendo ir para cima de APP, para defender comunidade, cooperativas que precisavam não ti para cima da APP, mas ganhar vantagens de estender a área de ocupação extensiva para poder liberar APP na frente, para poder botar a sua demanda habitacional atrás. Esse foi, esse é e esse será todo o meu comprometimento aqui dentro. Eu não tenho compromisso com a pequena burguesia da Tristeza, com a pequena burguesia da Assunção. O meu compromisso é muito claro. Eu tenho reunido, diversas reuniões já fiz neste ano mesmo com as comunidades, assessorando processos. O Emerson colocou algumas coisas, assessorando tecnicamente, inclusive, pelo conhecimento que eu tenho, que não teria a obrigação de fazer isso, mas assessorando tecnicamente, dando a orientação como deve ser feita. O processo é dessa maneira, vocês que trabalham com o movimento popular sabem muito bem, que as pessoas não têm noção do caminho que tem que seguir, tecnicamente falando, e a gente presta esse esclarecimento. Tenho trabalhado junto ao OP fazendo prestação de contas, inclusive, do que a gente vem fazendo aqui dentro, o Emerson citou algum caso ali. Este é o caminho que eu vou colocar. Felisberto, só para te esclarecer uma coisa, nesse período anterior a Região 6 tinha 101 delegados, nós tínhamos um apoio, a pessoa se chama Ruth, era funcionária da SMURB e trabalhava a função dela de alguns ano aqui, exatamente de organizar as reuniões dos fóruns. Então, ela tinha um conhecimento amplo de todos os elementos que estão em volta, no caso da minha região, a região é muito ampla, ela se dilui, não é o centrinho da Tristeza a Região 6. A Região 6 se pegar no mapa vocês vão ver o que tem do extremo até o Guaíba, Padre Réus ou outra e ver a distância que é. Então, a gente queria diversificar a forma de chegar a toda esta população. Fazíamos as convocações com o auxílio da Ruth, ela organizava, descobria os locais, era a igreja, depois foram outros locais. Hoje é o CRIP, era o CAR, nós fazíamos no CAR, fazíamos em vários lugares, mas nunca tivemos um grande público. Daqueles 101 delegados a participação sempre foi muito pequena. Depois de certo momento se demite a Ruth e nós perdemos este apoio. Não me sinto na obrigação, de maneira nenhum, de sair correndo atrás de delegado, não fui eleito para isso e não vou fazer isso. Agora, uma forma colaborativa sim, no momento em que a gente vê que existe dificuldade da secretaria do conselho fazer esse papel para nós, de fazer as convocações, porque às vezes nem tem as informações, o que eu fiz com a Anadir foi correto. Quem faltou, no mínimo, com a boa educação foi ela, porque o meu email foi delicado pedindo ajuda. Tanto que quando entra agora a Jaqueline, muito gentil, muito educada e prontamente fizemos isto conjuntamente. Inclusive, ela toou a iniciativa – quem sabe vamos fazer isso? O que tentei fazer com a Anadir, só que a Anadir não me deu resposta até hoje. Então, fizemos com a Jaqueline e vamos suprir essa carência de estrutura que o município não está dando. Então, vamos compartilhando interesses, vamos reunir, vamos começar a organizar as reuniões. Nós

temos uma agenda muito importante para o ano que vem, que é a questão do Plano Diretor, da discussão do Plano Diretor e nós temos planos para desenvolver um debate, que não tivemos oportunidade de colocar aqui ainda, são planos que nós já colocamos lá em 2016, inclusive, fizemos ações, seminários. De repente esta discussão foi interrompida por interesse do governo, parecer que o governo não quis nos estimular. Nós iniciamos o processo de discussão do Plano Diretor, da revisão do Plano Diretor, tanto que este documento que surgiu do pessoal aqui... Eu vou falar com todo o carinho, a Ada, a turma da Arquiteta Ada, que apontou alguns pontos, foi em função de uma solicitação do Conselho do Plano Diretor. Aí ela promoveu um seminário interno, fizemos o seminário interno, oficina, desta oficina saíram os 12 pontos, de repente o governo se aquietou e a Ada não quis continuar a discussão com a gente. Foi uma coisa muito misteriosa, que ao mesmo tempo a gente sabia que a Ada estava sendo convocada para apresentar isto aqui para a Secretaria de Meio Ambiente, para o prefeito e de repente começou a aparecer no discurso do prefeito menção a isto aqui, que nós achamos um baita avanço para quem não tinha nada, o prefeito não sabia nem o que era planejamento urbano, de repente começa a colocar. Falou umas bobagens também, que está nos jornais da época e eu fiz um recorte. Tipo, o prefeito dizendo: “Não, nós vamos discutir por partes, vamos discutir um item e depois outro item”. Disse isso no Jornal do Comércio. Meu Deus do céu!!! Mas tudo bem! Quem starteou o processo foi o Conselho do Plano Diretor através de ações nossas, com uma participação extremamente grande minha e de alguns outros colegas que estão aí. Então, nós estamos aqui, eu estou aqui com uma baita responsabilidade perante todo mundo que eu fui discutir para fazer essa eleição. Esta eleição foi para mim de um grande sucesso pela mobilização que nós conseguimos, a quantidade de gente que nós discutimos em todos os cantos e recantos da zona sul e Extremo Sul. Então, eu acho que foi muito infeliz quem falou aqui de propriedade dos conselhos e tal. Talvez estas pessoas ou tu, Darci, quisesse ser um proprietário para aparelhar a Região 6, que é uma prática muito comum da tua parte. Eu não, querido! Eu não! Eu estou na Região 6 para promover discussões que sejam de interesse da região e do meu compromisso com quem me elegeu na região, que eu escolhi para pedir voto e veio votar em mim. Eu tenho isso muito claro e não tem um voto que eu tenha pedido para a pequena burguesia do centrinho da Tristeza. Por hoje é só, a gente pode voltar a qualquer momento se for preciso. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Fechando, eu gostaria de convidar para o dia 14/12, sexta-feira, vai ter um evento, promovido pelo Sindicato dos Arquitetos, no Memorial Luiz Carlos Prestes. Independente de serem arquitetos ou não, é um evento aberto e vale pela visita ao memorial, aqui pertinho. Vai ter um coquetel a partir das 19 horas, que é a única obra do Niemeyer em Porto Alegre e está montada toda a exposição com a vida e história do Luiz Carlos Prestes. É bem interessante. Agora passando a palavra ao Felisberto. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu não me sinto proprietário de discussão sobre regularização fundiária nesta cidade, mas muitas das coisas que existem teve a participação deste conselheiro aqui. Em relação às cooperativas habitacionais, começou em 91, com o Fórum Sindical da Habitação no DEMHAB, enquanto muitos que falam aqui nem participavam. E lá se construiu o Fórum das Cooperativas. João Mota, vereador, fez a lei das cooperativas. O Plano Diretor, em 1999, foi uma discussão feita por esta secretaria com uma estrutura... O Hermes está aqui de prova, que era funcionário, tinha uma estrutura digna desta secretaria. Hoje completamente desmontada. Não são os “Iluminados” que apareceram agora que se dizem os doutos das regiões! Não! Na região tem uma cooperativa que está esperando a regularização fundiária há 27 anos, que é o Jardim das Estrelas. Está esperando há 27 anos a regularização. E lá a

comunidade comprou a área, lutou por dentro do processo a urbanização. Estão lá com água, luz e toda a pavimentação, conquista pelo Orçamento Participativo, não foi pelos "iluminados", os arquitetos ou engenheiros, foi a comunidade através de uma luta. Existem hoje na cidade mais de 75 cooperativas habitacionais, criadas durante esses 25 anos. O erro nosso é não escrever a história, nós não escrevemos a história e se apropriam disto! Enquanto eu for vivo não vão se apropriar de nenhuma luta que eu tive durante 27 anos. Não mesmo!!! Pode ser arquiteto, engenheiro, primeiro processo de cooperativa se chamou Jardim das Estrelas, em 1991, dia 29/09. E eu tive muitos embates com o Hermes aqui nesta secretaria, porque o Hermes era aqui funcionário. Com arquitetos, engenheiros competentes aqui dentro, Rosane Zótis, Cláudia Damásio e outros. O próprio Secretário Newton Burmeister que fez todo um trabalho de construção do Plano Diretor, que agora estão dizendo que não tinha nada. Tem sim! Vão procurar nos anais, na história, tem o plano sim, teve uma discussão ampla com toda a cidade, teve construção de projetos, fóruns regionais de planejamento. Foi criação de uma luta de Eva pessoas que se dispuseram a discutir no primeiro congresso da cidade. Isto é história que não dá para se esquecer, aí parece que não havia nada. Isso me dói ouvir e dizer que são os "Iluminados" e que fazem pela região. Agora, depois de luta feita é fácil. Eu queria ver lá atrás, quando não tinha nada, que nós tivemos que construir as cooperativas, buscar aquele curso, aprovar leis, manter o Orçamento Participativo, quando muitos que vinham fazer discurso aqui eram contra. Não convivem com a democracia e acham que uma eleição resolve! Não, o que resolve é respeito ás comunidades, é pisar no barro! E eu não sou da elite, não vou aceitar que falem que sou da elite, a elite do Cristal. Não!!! Não sou as elites sou de pisar na comunidade e construir com a comunidade. Em várias cooperativas está lá o meu nome no estatuto, trabalho coletivo, construção de consciência. E a gente não pode perder isso, eu quero que isso fique, é um resgate que eu faço da luta de muitos que já foram e muitos que nem estão mais no governo e que fizeram um trabalho. O Newton Burmeister teria que ter sido convocado para vir falar, mas não, porque é do outro partido lá, discriminam o indivíduo. Era isto e obrigado! **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Felisberto, eu sou testemunha deste teu rápido histórico. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Só para fortalecer a fala do Conselheiro Felisberto. Não é á toa que não tem mais a Conferência da Cidade, que está na lei do Plano Diretor. Não é por um acaso. É ideologia, até pode-se dizer que é ideologia a descaracterização, a não articulação. Eu vou na comunidade, eu falo com a comunidade, a comunidade não tem o espaço de uma conferência municipal da cidade para discutir os rumos da Cidade de Porto Alegre. Então, eu me aliaria á fala do Felisberto. Realmente, este conselho na gestão passada, a gente propôs por várias falas, o próprio Paulo Jorge, que fizesse essa discussão da violência na Cidade de Porto Alegre. Eu propus em uma reunião que a gente chamasse o Professor Doutor José Vicente Tavares dos Santos, que alguns aqui conhecem, já foi vice, já foi pró-reitor da universidade, pesquisador nesta área, dá consultoria para a Brigada Militar, para governos de estado. E é uma pessoa que também tem atuação nessa área, que é a ex-Vereadora Helena Bonumá. O que me disseram? Ah, tu queres trazer só os teus amigos aqui para fazer debates? Realmente, Zé Vicente é meu amigo, conheci ele na fundação da DURS, do nosso sindicato, que tem 40 anos. Realmente, nós temos história, não podemos deixar morrer esta história. O que tu colocaste, que parece que o governo não está interessado nos debates deste momento, mas parece que aqui estamos só em 7 conselheiros, parece que os outros conselheiros também gostam de ouvir o seu discurso, levantam e vão embora. Eu não poderia deixar de falar, falha minha, não posso deixar passar a data de hoje, todo mundo sabe que eu sou

professor da UFRGS, sem deixar de festejar, por mais que seja uma festa de curso prazo talvez, a derrota do Projeto de Lei das Escolas Sem Partido. (Aplausos). Hoje foi derrotado no Congresso, mas a gente sabe que no dia 1º de janeiro ele pode voltar, porque é outra legislatura, outra conjuntura e nós vamos ter que batalhar contra este novo projeto que deve aparecer, talvez seja um projeto mais radical pelo o que está se avizinhando aí. Poderia usar o fato de todo mundo já ter saído para responder algumas coisas que o Gomes falou aqui de inverdades, mas prefiro, por mais que ele vá de novo caracterizar como terceiro turno, fazer a contestação da fala dele com a presença dele. Em lugar nenhum, se alguém aqui achar que existe uma verdade sobre uma coisa que aconteceu, esta pessoa está iludida, sempre existem no mínimo duas verdades sobre um mesmo fato. Isso algum filosofo já nos ensinou em relação à análise. Então, agradeço à paciência de todos com esta minha fala final. Obrigado. (Manifestação fora do microfone). **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** bem lembrado, dia do engenheiro 11/12 e dia do arquiteto 15/12... (Manifestação fora do microfone). Então, parabéns. Encerrada a reunião e muito obrigado. **TERMINO ÀS 22H15MIN.**

_____ _____

Maurício Fernandes

Presidente *Secretária Executiva*

Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2019, ... retificações:

ATA EXTRAORDINÁRIA Nº 2788/2018

Aos dezoito dias do mês de dezembro de dois mil e dezoito, às dezoito horas a primeira chamada e às dezoito horas e trinta minutos a última chamada, reuniram-se para reunião extraordinária do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental – CMDUA do Município de Porto Alegre, sito Rua General Canabarro, nº 363, nesta capital, sob a coordenação de Maurício Fernandes, **Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade**, e na presença dos **CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS**: José Francisco Rodrigues Furtado (Titular), **Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB**; Marcelo Hansen (1º Suplente) e Rovana Reale (2ª Suplente), **Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC**; Fernanda Garcia Hochwart (Titular), **Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano Regional – METROPLAN**; Patrícia da Silva Tschoepke (Titular), **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico – SMDE**; Cláudia Remião Franciosi (Titular), **Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI**. **CONSELHEIROS NÃO GOVERNAMENTAIS:** Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), **Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS**; Darci Barnech Campani (Titular), **Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS**; Claudete Aires Simas (Titular) e Júlio Picon Alt (1º Suplente), **Acesso Cidadania e Direitos Humanos - ACESSO CDH**; Sérgio Saffer (Titular), **Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA**; Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), **Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS**; Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular), **Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS**; Hermes de Assis Puricelli (Titular), **Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS**; Geraldo da Rocha Ozio (2º Suplente), **Sindicato dos Engenheiros do Rio Grande do Sul - SENGE/RS**; e Mark Ramos Kuschick (Titular), **Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS**. **CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:** Felisberto Seabra Luisi (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1**; Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2**; Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3**; Tânia Maria dos Santos (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 4**; Paulo Jorge Amaral Cardoso (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Quatro – RGP. 5**; Luiz Antônio Marques Gomes (Titular) e Gilberto da Costa (1º Suplente), **Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6**; Maristela Maffei (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7**; e Kelly Ramos da Silva (Titular), **Região de Gestão de Planejamento Oito – RGP. 8**. **SECRETARIA EXECUTIVA:** Aline Brum de Lima, **Secretária Executiva, servidora da SMAMS e relatora dos trabalhos**; Ketlin Moreira, **Estagiária**; Patrícia Costa Ribeiro, **Tachys Graphen – Serviços Taquigráficos**. **PAUTA: 1. Abertura; 2. Ordem do Dia; 3. Curso de Capacitação – Módulo II; 4. Comunicações. Votação da Ata 2778; 3. Debate e votação das emendas 1, 3 e 4, e da proposta do regimento; 4. Eleição dos vice-presidentes; 5. Comunicações**. Após assinatura da lista de presenças o Senhor Presidente deu início aos trabalhos às 18h30min. **1. ABERTURA. Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade:** Boa tarde. Sejam todos bem-vindos à nossa reunião de nº 2788, reunião extraordinária do CMDUA, reunião festiva, final de ano aqui no Instituto dos Arquitetos do Brasil, a quem já de pronto agradeço imensamente à disponibilidade. E nós fizemos uma pauta bem enxuta e, como havíamos combinado, um curso de capacitação. Está presente aqui conosco o arquiteto urbanista Rodrigo Marsillac, da Secretaria. O Rodrigo é responsável pelo geoprocessamento, pelo programa

estruturante de geoprocessamento. Depois a gente faz as devidas apresentações, logo em seguida, Rodrigo eu te dou a palavra para apresentar a declaração informativa, a DMI. Nós temos, além do ponto 2.1, e eu já explico a inserção desse item de pauta, também a deliberação, que não constou aqui, mas a deliberação que nós combinamos há duas semanas, da agenda de verão, agenda de janeiro e fevereiro, que combinamos que neste reunião traríamos à deliberação. Realizada a devida abertura da reunião, eu entro na **2. ORDEM DO DIA**. Eu quero pedir a compreensão de todos os conselheiros em relação à inserção do processo 2.01 da pauta, do Comando da Marinha, porque nós havíamos combinado de fazer hoje reunião com o curso, reunião mais leve, sem deliberação, uma reunião com o curso e depois a nossa merecida confraternização. Ocorre que, aí vou pedir ajuda à Conselheira Cláudia, da SMRI, ocorre que a Capitania da Marinha do Brasil, através do Capitão de Fragata Alexandre Pinheiro Gadeira, que assinou o ofício, mas em relação à representação da Marinha do Brasil, eles têm uma emenda para financiar este financiamento, esta obra. Eles procuraram o Vice-Prefeito Paim, no exercício da prefeitura, solicitaram a compreensão para pautar este tema no conselho, dadas as questões de emendas parlamentares do Comando da Marinha para executar essa obra, pois há risco concreto de perder esse investimento. Então, antes de passar ao relator, que é a Conselheira Maristela, eu vou pedir para a Cláudia, que a pouco exerceu o cargo de adjunta, mas é do Gabinete do Vice-Prefeito Paim, para que nos esclareça. Todos vocês já receberam o ofício, mas que nos esclareça sobre esta agenda que a Marinha teve com a Prefeitura. Por favor, Cláudia. **Cláudia Remião Franciosi (Titular), Secretaria Municipal de Relações Institucionais – SMRI:** Boa tarde. Obrigada, Secretário, pela compreensão. Eu queria relatar que o Comandante, o Capitão de Mar e Guerra, o Sr. Amauri, esteve no Gabinete do Vice-Prefeito Gustavo Paim, que estava como prefeito em exercício, solicitando a nossa atenção para este processo, uma vez que eles têm um processo que está com o prazo de expirar. Tem uma troca agora de governo, tem todo um cuidado sobre este processo. Ele compreende, perfeitamente, os ritos e prazos que o conselho tem, mas pedimos que ele pudesse oficiar este conselho, porque nós achamos que esta é a forma adequada e correta de relacionamento. Então, ele encaminhou este ofício, que chegou a todos vocês por meio da Secretaria Executiva do Conselho. Cabe ressaltar que nesse processo todo do Parque da Orla do Guaíba Moacyr Scliar, trecho I, a Marinha tem sido uma parceira importantíssima em inúmeros aprendizados que estamos tendo, inclusive, da gestão dos barcos e dos Jet-skis. Tivemos inúmeros diálogos de construir melhor essa relação, de como podemos lidar melhor com toda essa questão que se descortina, este Guaíba que se abre à população que realmente ocupa um espaço legítimo e de direito. E como que a gente constrói isso junto com a Marinha? Então, tem sido muito importante esse diálogo com a Marinha. E o que eu estou aqui reforçando, fazendo uma solicitação, é que nós tenhamos essa atenção e cuidado a quem também tem tido uma atenção com a Prefeitura de Porto Alegre e toda essa questão de melhoria que a gente visa para a nossa cidade. Obrigada pela compreensão. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu acrescento ainda a esta fala da Cláudia uma tragédia que a gente teve no final de semana, quatro jovens se banhavam no parque da Orla dentro do Guaíba e se afogaram. Duas conseguiram sair, um terceiro foi salvo pela Marinha e estava lá. A Marinha está muito atenta ali, porque tem um movimento de barcos e Jet-skis muito forte, a Marinha está, permanentemente, ali. Então, salvou a vida de um jovem e, infelizmente, o outro não teve a mesma sorte. Relatora Conselheira Maristela. **2.01. EXPEDIENTE: 002.339097.00.7. INTERESSADO: Comando da Marinha. ASSUNTO: EVU. LOCAL: Rua João Moreira Maciel, 250. RELATOR: RGP. 07. PRAZO PARA RELATÓRIO: 11/12/2018. CABE PEDIDO DE VISTA. Maristela Maffei**

(Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7: Senhor Secretário, meus caros pares aqui presentes, quero desde já dizer da felicidade de ter as duas conselheiras suplentes, que eu considero também nossas conselheiras. Tem algumas coisas na vida que acabam vindo ao encontro de muitos anseios que nós temos. Eu estive durante 4 anos na FEPAM e SEMA, estive também conversando sobre este processo, mas também dizer que vem ao encontro ao penúltimo projeto de minha autoria na Câmara de Vereadores sobre a regulamentação dos Jet-skis, o espelho d'água de Porto Alegre, que nós sabemos que é de responsabilidade da Marinha, bem como qualquer outro, velas, tudo que diga respeito. A questão da desova dos peixes. Foi aprovado esse projeto na Câmara de Vereadores, foi sancionado, mas não foi regulamentado. Então, desde já gostaria de solicitar que fosse marcada uma reunião com o Comando da Marinha de Porto Alegre, juntamente com o prefeito ou vice-prefeito, para que a gente possa conversar em relação a este tema, que vem ao encontro deste projeto, que caiu justamente em minhas mãos, o que me deixa muito honrada. Bom, passo a relatar o expediente: "Trata-se de um projeto que prevê atividades fins, ocupação da parte sul da baía do Parque Náutico de Porto Alegre. Prevê ainda ensino profissional marítimo, segurança de navegação, salvaguarda da vida humana nas áreas interiores e preservação nas suas áreas e jurisdição por parte da Capitania Fluvial de Porto Alegre Marinha do Brasil, situada na orla do Guaíba, pós-região portuária em área de ocupação intensiva, (Inaudível) 02, UEU 034, sublimidade 02. Considerando que a região de Porto Alegre concentrar mais de 80% das atividades de esporte e recreação, hoje com a presença de embarcações, gerando risco as mesmas, devido às mudanças frequentes das condições climáticas, pondo em risco a rápida ação entre o aviso do fato e a prestação de socorro por parte da CFP Capitania Fluvial de Porto Alegre através das dependências dos clubes náuticos. Com a construção de instalação própria, a qual está sendo solicitada, próprio no Guaíba esse deslocamento, que seria de 1 hora, reduzir-se-ia para 10 minutos. Além de trazer uma formação de aquoviários, portuários, pescadores profissionais, amadores e condutores de embarcações de esporte e recreio, bem como proteger a vida para a segurança da navegação. Quanto à preocupação da região do parque (Inaudível) a marina pública situada dentro do setor de saúde e bem estar, está pautada em receber uma travessia (Inaudível) por um túnel, conectando diretamente o Centro Comercial DC Navegantes, oportunizando o acesso ao público, o que sugiro um plano de ação com início, meio e fim desta pauta importantíssima para a revitalização dessa região. Considerando ainda que essa revitalização de área, 9700m² de um (Inaudível) da Marinha do Brasil, dividas essas em um prédio administrativo, alojamento e uma garagem para embarcação com o auxilio de guindastes. Localização hoje não adequada para atendimento de emergência, conforme o exposto acima. Otimização de marcações para inspeções navais, em caso, por exemplo, de embriaguez, não aplicação de Jet-sky e outros tipos de embarcações. Parecer do DEP, SMAMS, SMC, SMPS, SMOV, SMIM, SMURB, EPTC e CAUGE, superados os entraves técnicos, nada tenho a opor quanto à aprovação do UEU expediente único". Cada parecer está anexado ao processo devidamente estudado, devidamente embasado pelos técnicos da FEPAM, da SEMA, os quais eu já relatei que trabalhei. Faço as minhas considerações finais: "Com o devido cumprimento das estruturas urbanas, mobilidade urbana, qualificação ambiental, supervisão, SMAMS e FEPAM, aplica-se o art. 8º em conjunto com o art. 3º do inciso VIII do Código Florestal Brasileiro, visto que sua configuração como de atividade pública, conforme manifestação da PPGM, por tratar-se de atividade afeta à segurança nacional, exercida pela Marinha do Brasil, baseado no art. 12, 651/12, declaração de dispensa de órgão ambiental federal – IMABA. Dessa forma, acompanho o parecer ora apresentado no processo 002.339097.00.7, solicito apreciação e consideração para aprovação dos nobres

pares do CMDUA". Muito obrigada. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Parecer favorável. Obrigado, Conselheira Maristela Maffei. Senhores, algum pedido de vista? **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu só não entendi a localização. É até o parque náutico, onde tem o clube de pesca, é isso? A localização, está se usando a área do parque náutico? É um parque estadual, né. E a outra coisa... (Manifestação fora do microfone). Sim, sim. Vai ser exclusivo da Marinha? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero me manifestar favorável, tendo em vista que é um projeto que vai dar condições e vai ajudar no controle da navegação. Isso é importante para a cidade, que eles já vêm fazendo este trabalho, pelo relato da Cláudia e pelo próprio parecer da Maristela, que analisou, com todo o acompanhamento técnico. O voto da RGP. 1 é no sentido de aprovar o projeto. Era isto e obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mais alguma manifestação, conselheiro? **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Boa noite. Na verdade, este processo vai ser desenvolvido e aplicado na RGP. 2. Eu lembro, com todo o respeito à Marinha, mas não seria possível a gente revisar, dando a devida importância a esta demanda, porém, não é prática do nosso conselho atender pedido dessa ordem. Então, eu acho que está em desacordo com o nosso conselho, com os conselheiros de trabalharmos em comum acordo para a cidade. Muitas vezes temos demandas da comunidade, das regiões que também obedeceram o seu trâmite normal. Este caso que veio, realmente, eu não conheço o processo. Então, meu voto vai ser pela abstenção. Eu gostaria que não acontecesse mais esse tipo de solicitação para um conselho, porque eu acho que fica meio constrangedor. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu vou me manifestar, Conselheiro Adroaldo, em relação a sua fala e quero reforçar que qualquer pedido de vista pode ser concedido sem problema nenhum. O andamento do processo é originário, o que fizemos foi pautar o processo para a reunião de hoje, porque entendemos sim que é uma matéria de mais alto interesse público. Aqui não tem nenhum interesse privado. Então, repito, uma vida foi salva domingo porque a Marinha estava perto. Onde a Marinha está hoje leva uma hora para chegar, saindo esta obra ela vai levar 10 minutos. Então, domingo uma vida foi salva pela Marinha, mas eu não quero que pareça que a presidência dos trabalhos está coagindo qualquer conselheiro a deliberar açodadamente. Não é este o objetivo, mas a gente não se furta de trazer ao conselho as reivindicações da sociedade e as reivindicações notadamente quando a matéria é, inquestionavelmente, de interesse público, podendo se perder essa janela orçamentária aqui. A palavra está aberta para quem quiser se manifestar. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Olha, eu concordo, em tese, em parte, com o colega Adroaldo, mas em nenhum momento eu me senti coagido, porque houve uma clarificação por parte desta secretaria, apresentando, inclusive, uma carta enviada pela Marinha, que é um órgão governamental, solicitando a brevidade na aprovação ou não aprovação, o que seja, desta proposta deles aqui. Eu acho que está muito bem fundamentada, porque Porto Alegre está virando campeã em perda de verbas por A, por B, por conta de projeto, porque falta o A, falta o B; e a gente perde. Então, seria, Secretário, uma lástima nós perdermos um valor, principalmente o que se falou agora de preservar vidas, de buscar o melhor para a cidade inteira. Então, o eu voto de cara é favorável. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu gostaria de colocar situações de urgência urgentíssima, como esta plenamente justificada. Eu acho

que não traz uma coação, embora a gente fique em uma situação delicada de ter que votar sem mais conhecimento. Eu gostaria de esclarecer, eu também vou votar como o conselheiro, pelo seguinte, esta área é um parque estadual, existiu na década de 80, 90, aliás, através de um concurso, um projeto feito pelo arquiteto... Não lembro o nome agora, para fazer a sede dos clubes de pesca, para contemplar esses conjuntos, esses clubes que têm vínculo com a orla. A gente tem fotos na prefeitura que esta é uma área que existiam campeonatos de pesca com ilhares de pessoas, na década de 40, 50. Eu não quero ser do contra, embora eu entenda, eu não vou votar contra, porque eu entendo a urgência, toda essa urgência da Marinha, só que essas urgências sempre são assim, o mais fácil é tirar uma área pública da comunidade. Aquilo ali é um parque estadual, assim como tem o Parque Jardim Botânico e outros, a gente briga para não fechar o Jardim Botânico, mas se esquece de brigar para não mudarem a atividade. Eu não sei se já foi feita lei mudando essa atividade, como é isso. Então, eu gostaria de esclarecer o meu voto, que vai ser um voto nem contra e nem a favor, porque eu acho que é uma situação muito simplista do poder público, que a primeira coisa é pegar uma área que é pública. Não tem nenhum outro parque? Tem uma série de áreas. Quando é outra situação vamos lá e desapropriamos. Eu acredito, sinceramente, que o Ministério da Marinha teria condições de desapropriar lá atrás, não agora. Então, o meu voto vai ser... Falta o termo agora... É abstenção. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Eu quero me manifestar em relação a este pedido da Marinha do Brasil, porque eu acho que se há uma emenda parlamentar, que foi negociada em 2017, eu ouvi bem o relato da Conselheira Maristela, mas não vejo retratado aqui qual foi o problema que levou a Marinha a chegar no dia 13/12/2018 para pedir uma petição. O ano de 2018 transcorreu, o ano de 2017 transcorreu, eu não sei quando foi concedida essa emenda parlamentar. Então, eu penso que quem deveria honrar pelo interesse da Marinha do Brasil é ela mesma que recebeu esse incentivo, e não chegar no dia 18/12, e depender do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental para tocar um projeto. Eu acho que até esta data nós já tenhamos perdido esses recursos. Eu não creio que a nossa aprovação vai ser uma varinha mágica que vai conceder os R$ 500 mil para a Marinha do Brasil. Infelizmente, acho que a Marinha faleceu no seu processo de desenvolvimento desse projeto. E não é no afogadilho do dia 18/12/2018 que o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental tem obrigação de aprovar. O meu voto pessoal, representando o Conselho de Economia, é contra este encaminhamento. Preferiria que este processo fosse examinado por quem de direito, ainda dentro do nosso conselho, nos prazos hábeis. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu só registro que ele está no prazo hábil, conselheiro. Ele está perfeitamente no prazo hábil. A única coisa é que nós tínhamos um acordo de cavalheiros que hoje a reunião seria só apresentação e pautamos o processo. Este é o único senão. Repito, qualquer conselheiro pode pedir vista, não há nenhum problema nisso, ninguém aqui tem obrigação de aprovar ou reprovar, mas ele está no prazo hábil do relatório que a Conselheira Maristela apresentou. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu aqui represento a ABES, vou fazer um esclarecimento, talvez um pouco mais enquanto UFGRS, porque a gente não tem como tirar todas as camisetas e vestir todas as camisetas na hora certa. Eu já fui superintendente de estrutura da universidade e, infelizmente, nós tínhamos todos os anos naquela época, e pelo que eu saiba continua exatamente igual, no dia 31/12, que é feriado só depois do meio dia, né, um funcionário ficava de plantão na nossa Pró-Reitoria de Planejamento, porque lá pelas 14, 15 horas o Ministério do Planejamento nos repassava as emendas parlamentares. E nós tínhamos que

no meio de um período que já não estava mais em exercício, era feriado, né. Como a gente tem a figura da fundação de apoio à universidade, então, a gente fazia o repasse orçamentário para a Fundação fazer depois a obra. Nos dois anos que eu fiquei lá, todos os anos era algo em torno de R$ 4 a 5 milhões. Tem como ser diferente? Tem, mas existem algumas coisas complicadas, que chega no final do ano eles raspam todo o orçamento e veem o que tem de dotação orçamentária. Eu acho que devem verificar também alguma coisa na parte financeira, de disponibilidade ou não, mas não obrigatoriamente, aí passa para os órgãos, conforme emendas parlamentares que estão lá. Nós tivemos em um ano a emenda de bancada gaucha para a UFRGS, foram R$ 5 milhões que foram repassados no dia 31/12, às 16 horas. Então, tem o funcionário lá, são dois cliques no computador para fazer a apropriação do recurso, alguém lá em Brasília faz dois cliques, alguém faz dois cliques aqui e se passa para a fundação. É lógico, o processo já está todo ali tramitado, é só o presidente da fundação e o reitor assinarem, não tem ilegalidade nenhuma, mas, realmente, demonstra alguma falha no nosso sistema de planejamento nacional. Como estão sendo usados os nossos recursos e como que acabam tramitando essas emendas parlamentares. Só que, sinceramente, eu não posso equipamento UFRGS também não dizer que a UFRGS perdeu algo em torno de R$ 2 ou 3 milhões por causa de duas cerejeiras. No Campus do Vale nós tínhamos lá uma ampliação do Centro de Biotecnologia e algum funcionário em alguma época da vida, quando plantou duas cerejeiras no meio do Campus do Vale, porque a cerejeira não é uma árvore nativa do Campus do Vale, não foi neste governo, foi no governo passado, nós não conseguimos a autorização para o transplante das duas cerejeiras. E com isso a UFRGS perdeu o prédio de R$ 2 milhões. Realmente, aí vai o meu coração em apoio à possibilidade da abstenção do voto, mas vai a minha razão que diz – infelizmente é assim, infelizmente, neste caso, eu voto à favor, porque nós temos que entender um pouco. Esta área eu acho que a PATRAM também tentou se instalar ali, não sei se está instalada ali. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Ela esteve uma época ali. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Infelizmente saiu, porque o papel da PATRAM também é importantíssimo em termos de policiamento, crimes ambientais. Hoje eles têm que pegar um barco lá na Bento Gonçalves, colocar em um reboque, levar até a beira do rio. Infelizmente, o Ipiranga não é navegável ainda, né. Se fosse talvez as coisas fossem mais fáceis, mas tem que sair lá da Bento e ir até o rio para fazer as ações que são feitas e a gente tem acompanhado, representando o Comitê Rio Gravataí, todo dia tem que estar recebendo aqui o nível de turbidez e o nível do Rio Gravataí, que está em estado crítico, estão para ser fechadas as captações para a lavoura de arroz, a porta está fechada. E a turbidez a CORSAN está a todo o momento com a possibilidade de ter que fechar a captação de água para Gravataí, porque também a turbidez está em um nível que não pode mais. E para isso é importantíssima a ação da PATRAM na fiscalização para garantir água para a população do Rio Gravataí. Então, o meu voto favorável ao processo. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Alguém mais para alguma manifestação? Então, em regime de votação o Item 2.01 da pauta. Quem é favorável, por favor, que se manifeste. (Contagem de votos = 11 votos). Contrários? (Contagem de votos = 01 voto). Abstenções? (Contagem de abstenções = 05 abstenções). **APROVADO O PARECER FAVORÁVEL DO RELATOR**. Na abertura em mencionei a questão da pauta de reuniões do verão, de janeiro e fevereiro. Nós tivemos alguma discussão na reunião passada, algumas propostas. Nós temos processos para analisar, a cidade continua, o serviço em geral, muitas pessoas tiram férias, mas sempre deixam substitutos. Eu já me manifesto pedindo a avaliação deste

plenário para que a gente mantenha reuniões quinzenais. A gente tem uma praxe, dada a demanda de convocar reuniões extraordinárias, mas proponho que a gente faça reuniões quinzenais, que dariam 04 reuniões entre janeiro e fevereiro. Penso que é uma proposta que pode ser avaliada pelo plenário. Então, gostaria que a gente encaminhasse a discussão das nossas reuniões de janeiro e fevereiro. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Eu sugiro fazer uma reunião no dia 08, aí o conselho avalia a necessidade de fazer outra reunião em janeiro, dependendo da carga de processo que temos. Em fevereiro a mesma coisa, vamos avaliando a necessidade de outra ou não, dia 26, por exemplo. Seria a sugestão. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu acho que na última reunião havíamos pedido, precisamos de um levantamento para ver o que temos de processos em tramitação. Nós temos dois suplentes, é tranquilo, porque alguém deve estar aqui. Eu até sou simpático à proposta do Gomes, mas temos que ver a carga de processo para virmos dia 08 e limparmos a pauta, tendo uma pauta mais tranquila em fevereiro. Fica difícil saber. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Estamos levantando. Acredito que uns 06 processos. São 06 processos que estão com os senhores, em vista. Eventualmente, todo dia chega, hoje chegou um. Então, seriam 07, este já está com a Kelly. Alguma outra proposta? Nós temos uma, que seria a reunião quinzenal, outra que seria marcar duas datas 08/01 e 15/01 com a possibilidade de avaliação de outras convocações. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** Qual seria a possibilidade de fazermos as reuniões de janeiro no dia 15 e 29? **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** É pela mesma situação, alguém sempre não vai estar. Eu propus exatamente porque é a data que eu vou estar, é minha programação de férias. E vai ter uma proposta de atividade no conselho para o dia 08, uma apresentação de uma manifestação de interesse público e tal aqui no conselho. Vai ser dia 08 ou 22, ou 15... **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu acredito que se a gente for consultar a agenda de todo mundo não avança. Independente de justificativas, o nosso propósito é trazer propostas concretas, se não chegarmos em um consenso vamos colocar em votação. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Não vejo nenhum problema entre dia 08 e 15, a minha única colocação é que se a gente não pode estar aqui tem o suplente. Então, isso não justifica: “Ah, porque eu não vou estar aqui”. Eu acho que nós temos os suplentes para isso. Nós não podemos ficar no nosso brio pessoal, nós temos que ter a capacidade de permitir que o suplente também assuma este lugar aqui e aprendam junto conosco. A segunda ponderação é a seguinte: nós podemos propor pautas? Eu tenho assuntos que quero trazer, que a região quer trazer. Quero saber quando nós vamos poder propor essas pautas. A RGP. 01 vai estar discutindo no mês de janeiro. Nós vamos estar. Gostaria de registrar a presença do ex-secretário Burmeister. Eu convidei ele e é um dos que eu quero trazer a este conselho para expor toda a dinâmica da elaboração do Plano Diretor. Deu por causalidade dele chegar bem na hora que estou falando. Então, eu me sinto mais a vontade ainda de colocar, é um secretário que teve uma habilidade incrível de discutir o Plano Diretor. Então, eu queria submeter a este conselho, que ele pudesse ter uma pauta para a gente discutir aqui. Era isto e obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Seja bem-vindo, ex-secretário Newton Burmeister. É um prazer tê-lo conosco. Conselheiro Felisberto e demais conselheiros, qualquer pauta que os queiram encaminhem. Não temos que burocratizar processos, ritos,

encaminhem que nós vamos pautar, não tem problema nisso. Nós temos três propostas, uma de fazermos reuniões semanais, janeiro e fevereiro. A outra é de fazer uma reunião em janeiro avaliando a necessidade para uma segunda. Outra, em fevereiro avaliando a necessidade de reuniões futuras. Conselheira Lívia, eu peço ajuda para esclarecer a sua proposta. **Lívia Teresinha Salomão Piccinini (Titular), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS:** A minha proposta é fazermos as reuniões de janeiro nos dias 15 e 29, porque nós temos três períodos de recesso possíveis na cidade, um deles acaba pegando o dia 08. Então, eu não posso garantir que vá ter suplência. Então, é por isso. E dia 08 de janeiro para quem sai, que não é o meu caso, mas para quem sai normal as pessoas não estão de volta até dia 08. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Mas a proposta é fazer dia 15 e 29, já deixar definido ou fazer dia 15 e avaliar a necessidade de uma segunda reunião? (Manifestação fora do microfone). Então, é só questão de data. Então, ao invés de 08 o dia 15. Alguma outra proposta? Então, vou retirar a proposta de reunião quinzenal e a gente faz uma reunião em janeiro e outra em fevereiro, avaliando a necessidade. A única questão a definir é entre 08 e 15 de janeiro. Vou encaminhar desta forma. Alguém tem alguma dúvida? Faço uma manifestação de que hoje é dia 18, a próxima reunião seria um mês para frente, não sei se não seria muito. Nós vamos apresentar os processos, tem os pedidos de vista, vai para frente. É a minha opinião, o plenário é soberano. Alguém quer se manifestar? Então, o único dissenso é entre 08 e 15 de janeiro. Quem é favorável ao dia 08? (Contagem de votos = 06 votos). Quem é favorável ao dia 15? (Contagem de votos = 11 votos). **APROVADA A PRÓXIMA REUNIÃO: 15/01/2019**. A outra no dia 12/02 e na reunião a gente avalia a necessidade de nova reunião. Quero convidar o Rodrigo a se fazer presente aqui. O Rodrigo é arquiteto urbanista, servidor da secretaria. Ele é gerente do processo de geoprocessamento corporativo da Procuradoria e chefe da unidade de geoprocessamento e assessoramento remoto aplicado. O Rodrigo é extremamente competente, importante dentro do Município de Porto Alegre. Ele lidera um projeto avançado de colocar Porto Alegre no mapa mundial, em cidade como Nova Iorque, Londres, que já disponibilizam de grandes serviços públicos para estudantes, para profissionais, que é uma das entregas do processo que o Rodrigo gerencia, que é a disponibilização das informações de geoprocessamento da prefeitura. Hoje nós temos na prefeitura o mapa de Porto Alegre com mais de 400 layers de diferentes camadas, de rede de esgoto, de água, arborização, alinhamento predial. Então, a ideia é a gente disponibilizar isso de graça para todo mundo como as grandes cidades do mundo já o fazem. Este é um processo avançado, um processo que nos demanda uma estrutura de ITI extremamente complexa, mas que vai auxiliar não só a estrutura corporativa da prefeitura, mas de todos que buscam o poder público municipal para a prestação de um serviço, sejam conselheiros, arquitetos, engenheiro, qualquer outra pessoa que vá fazer uma pesquisa sobre o território de Porto Alegre ou para o encaminhamento de um projeto. Então, Rodrigo, muito obrigado por ter vindo. **2.01. Declaração Municipal Informativa (DMI) – Estado Atual, Perspectivas e Novos Desafios. Palestrante: Arquiteto e Urbanista Rodrigo de Marsillac Linn, Gerente do Projeto Geoprocessamento Corporativo da PMPA e Chefe da Unidade de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto Aplicado – UGSRA/SMAMS. Rodrigo de Marsillac Linn, UGSRA/SMAMS:** Boa tarde a todos. Secretário, obrigado pela apresentação. Este projeto não é de hoje, um longo caminho se percorreu até seguinte chegar aqui. As primeiras iniciativas em geotecnologias dentro da Secretaria de Planejamento Municipal datam da década de 70. Foi uma equipe grande e muito qualificada, a gente hoje conta com uma equipe relativamente adequada aos processos que a gente demanda e trabalha dentro da

secretaria. Obviamente, este tipo de tecnologia requer um nível de qualificação extremamente alto. A gente está falando de sistemas de informações geográficas, estamos trabalhando com dados captados de sensores orbitais, imagens de satélite, de geolevantamento. São dados caros, custam muito ao município para serem adquiridos e demandam um enorme retrabalho em cima desses dados para a gente formatar esses dados e disponibilizar à população. Esta tecnologia vem lá de fora, o mundo inteiro utiliza como planejamento urbano para as mais diversas áreas, tanto para o gerenciamento ambiental, econômico, social. Nós tínhamos o caso paris, Nova lorque, Barcelona, São Paulo e Porto Alegre. A gente tem esta aplicação hoje desenvolvida, é a única aplicação desenvolvida pela PROCEMPA, pelo Município de Porto Alegre, que é disponibilizada para fora. Então, qualquer cidadão fora da prefeitura pode acessar ela para acessar as informações urbanísticas. Eu vou acessar uma DMI, iniciou lá em 79, em meio analógico, em papel. Aqui a evolução tecnológica em meio digital com todos os recursos tecnológicos que dispomos hoje. E com a perspectiva de conectividade de podermos compartilhar cada vez mais informação, tanto para disponibilizar como também para captar informação. Fazendo um comparativo, recevemos muitos elogios, mas também muitas críticas quando a DMI foi disponibilizada, ela foi uma desenvoltura, mas a gente sempre acreditou e tenta ainda buscar recursos para qualificar ainda mais esta plataforma. Esta DM quando era papel tinha algumas desvantagens, como o tempo de produção, levava de 30 a 60 dias, até 90 dias. O custo para o requerente, chegou pela 663 uma taxa de R$ 50 até 200,00, isto proporcional ao tamanho do imóvel. O processo teve outras etapas, o deslocamento do processo físico dentro da prefeitura, porque às vezes tinha o anexo do DEP, da SMAM, o processo extraviava, o tempo que levava. A baixa qualidade, não da informação textual, mas a informação gráfica daquele mapa, aquele anexo que vinha junto com a DM. Sempre com a possibilidade de integração com as demais infraestruturas de dados espaciais. A DMI, as vantagens em termos de produção é na hora, a gente acessa o site da plataforma e consegue ter a informação em tempo real do seu imóvel, do uso do regime urbanístico, não tem custo nenhum, é gratuito. A informação é feita através de mapas de dados espaciais, que fica muito mais fácil da gente identificar e fazer a leitura dos condicionantes daquele modo. Informação atualizada. A gente, diariamente, está fazendo a atualização, qualificação da base cartográfica do município, mobilidade, que pode acessar em casa, na praia, no shopping, no seu escritório, por dispositivos móveis. Temos imagens com alta resolução espacial, a gente tem aquela imagem de 2010, o levantamento que Porto Alegre realizou, com uma resolução fantástica, ela tem 12 cm de resolução espacial. A democratização da informação, o acesso a todos, já que pode ser acessada de qualquer local, sem custo, a transparência da informação e a possibilidade de integração de dados. O que pode ser consultado da DMI hoje? Nós temos regime urbanístico, alinhamento predial, bloqueios da EPAC, imóveis tombados e inventariados, condicionantes ambientais, as APPs, nascentes, topo de morro, cursos d'água, redes pluviais, situação do logradouro (se é cadastrado ou não é cadastrado). Cotas por (Inaudível) de níveis, a gente tem toda a elevação do terreno, as áreas especiais de interesse social, rede de esgoto e água, a rede de anexos da DMI, restrições, estratégias de anexos da DMI, restrições de áreas portuárias. O Salgado Filho impõe uma série de restrições ao espaço aéreo sobre Porto Alegre. O traçado viário, situações radiobase e índices de resoluções. Quem produz hoje a informação da DMI? SMAMS, DMAE, SMIM, rede de esgoto pluvial, a Fazenda com os lotes fiscais, embora eles não estejam ainda publicados na DMI, mas a numeração predial tem origem na Secretaria da Fazenda. O DMLU e a Secretaria de Cultura. O DMAE com anexos da rede de água, os números de camadas produzidos e mantidos na DMI. Reforço que isto aqui é uma aplicação, dentro da prefeitura a gente possui umas 400 tabelas

espaciais, que são informações, mas nem todas estão dentro da DMI. A gente colocou dentro da DMI aquela informação que já continha na DM e vem aprimorando isso a cada ano. Então, o total é de 43 camadas, a maior parte da SMAMS, com 32, a Fazenda 04, SMIM 03, Cultura 01 e Fazenda 02. Aqui é um comparativo bem interessante, porque tinha DM em papel, pelo menos aqui facilita o acesso, esse pulo que dá na disponibilização, pelo menos com facilidade ao acesso à informação. Naquele período, de 99 a 2001 esses dados são da DM em papel ainda. Então, foram emitidas por relatório, em 2009 fora 3700, em 2010 foram 4600, em 2011 foram 4200 e é isso. Nós não tínhamos os dados de 2012 a 2017, houve um *gap*. Em 2018, isso são dados da PROCEMPA, são de acessos à aplicação DM 42.500 por mês, não é por ano. Em 2018, em agosto, 54 acessos. Na primeira quinzena de setembro 23.000 acessos. Como funciona isso em um sistema bem simplificado do processo dessa informação? A gente possui os produtores desses dados, SMAMS, Fazenda, SMIM, DMAE, Cultura, DMLU. Esses dados são concentrados em um banco de dados dentro da PROCEMPA e disponibilizada através de servidores, através de aplicações. Então, para usuários, não só internos, como externos. Os próprios técnicos da prefeitura acessam para subsidiar licenciamentos de projetos. Para quem não conhece a declaração municipal, esta é a cara dela. Então, a gente insere endereço na ação do imóvel, tu acessas esta base espacial, ao lado direito, e a informação textual do lado esquerdo com o regime, a atividade, densidade, volumetria e aproveitamento, também as restrições. Nós temos esta informação, tanto espacial, gráfica, quanto textual. Os anexos estão disponíveis através da DM, que a gente consegue acessar. A gente tem uma duplicidade, a gente mantém a informação em dois bancos de dados. O detalhamento de como esta informação é disponibilizada, a gente tem um link através dos códigos e identidades de aproveitamento, acesso aos anexos do Plano Diretor, remete a eles. A disponibilização dos dados, toda a informação que está lá a gente disponibiliza através da página da Secretaria de Meio Ambiente. É muito utilizado por academias, muitos alunos e professores buscam para seus estudos e a gente acaba disponibilizando em vários formatos. Ele é continuamente atualizado a cada atualização a gente disponibiliza uma nova versão no site. As perspectivas são a disponibilização até 2020 para mais 10 camadas de informações na DMI, a modernização da DMI, desenvolvimento de novas funcionalidades. Já existe esse projeto, já foi submetido à PROCEMPA, embora a gente saiba que a DM é uma aplicação boa, que qualificou muito o acesso à informação, ainda há uma série de itens que a gente pode melhorar. Nós temos geoserviços, dados, através de servidores públicos ou privados. Para vocês terem ideia, nós conseguimos acessar informação do Waze, do UBER, como o Rio de janeiro já está fazendo com o Waze. A Sulgás também, já há uma demanda da PROCEMPA para a gente disponibilizar dentro da DMI toda a rede da Sulgás. A Agencia nacional de águas já disponibiliza, o IBAMA. Então, vocês conseguem acessar essas informações através das aplicações. E a gente tem que falar em invasão e tecnologia, tem tudo a ver. Temos inúmeras ideias em desenvolvimento, tecnologias que surgem todo dia, que podem beneficiar a gestão pública. Bom, pessoal, era isso. (Aplausos). **Sérgio Saffer (Titular), Associação Rio-grandense dos Escritórios de Arquitetura - AREA:** Excelente este instrumento de trabalho, é algo que vinha se solicitando, essa questão das informações. O mapa (Inaudível) tem uma previsão? É o único que não está á altura deste site aí, eu acho. E não existe um canal? É uma sugestão, porque às vezes a gente entra, a gente vê algum problema, alguma informação talvez não esteja correta e a gente não tem este acesso. Logo que saiu a história do Ipiranga, por exemplo, que tinha a área de APP, isso não tinha como informar para algumas pessoas. Nós sabemos que houve uma resolução e ela não foi colocada ainda. Então, acho que falta um canal quando a gente quer comunicar. Falta um canal, não sei se existe este

possibilidade, ou se existe eu não sei. **Rodrigo de Marsillac Linn, UGSRA/SMAMS:** Obrigado pela pergunta. Tu pegaste bem no calcanhar de Aquiles. (Risos). A informação do DEP em relação às outras informações que são disponibilizadas, está bastante aquém ainda. Quanto á qualidade do produto, não que a informação não esteja lá, mas a facilidade de leitura, tem que ser muito fácil de ser absorvida. A SMIM hoje tem uma equipe, tem uma engenheira contratada. Já foi feito um trabalho de levantamento, a espacialização das redes de esgoto pluvial, para um sistema de funções geográficas. O que está dependendo é a validação desse dado para a gente poder publicar na DMI. É uma das metas do ano que vem. Quanto ao *feedback* do usuário, da sociedade, são plataformas colaborativas e esta é uma nova tendência. Hoje existe o 156, mas temos previsto o geoportal, disponibilizando as informações, tanto para baixar e consumir elas, mas também para poder retornar através deste portal dados e informações. A gente tem previsto e já desenhado uma série de requisitos, um deles é exatamente para o *feedback* do usuário. Seria para este caso o próprio DEP desenvolver um sistema de OAS em geoprocessamento, isto é outro projeto que está sendo disponibilizado à sociedade, mas é justamente para isso, alguma ocorrência que aconteça o munícipe pode acionar, está ali na plataforma, no site, descrever a ocorrência, aí vai aparecer uma ocorrência, um chamado. Isto já dispara para uma equipe. (Manifestação fora do microfone). Sim, é muito fácil. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Eu quero parabenizar pelo nível de informações. Que me preocupa é como que esta informação chega à população, eu acho que não pode ser uma coisa só técnica, deve haver uma transparência maior para a população, porque isto serve também para as populações melhorarem os seus projetos de urbanização das suas comunidades, principalmente na regularização fundiária. Eu vi que tem as AEIS ali, que me parece um avanço. E eu vi que a atuação com o DEMHAB é pouca. Eu gostaria de dar a sugestão que o DEMHAB também se envolvesse mais, porque nós temos áreas irregulares em Porto Alegre, esta informação à população ajudaria muito a população a também lutar pelas suas demandas. E este seria um instrumental importante no Orçamento Participativo, porque sou conselheiro também do Orçamento Participativo, na Temática Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Entendo que esta informação quanto mais estiver ao alcance da população é melhor. Eu queria te fazer um convite para a reunião de quinta-feira na temática, na Casa dos Conselhos, às 19 horas, para que a gente ter um contato já na temática. Depois nós marcaremos uma para a RGP. 01, para os delegados. Então, quero parabenizar, parabéns pelo trabalho. **Rodrigo de Marsillac Linn, UGSRA/SMAMS:** Eu coloquei ali como um item, um dos benefícios, a redemocratização da informação. Isso é realmente um esforço de toda equipe da gente conseguir disponibilizar todos os dados. Isto é transparência dentro dos processos do município. A participação também da sociedade, no momento em que tu disponibilizas isto aqui, o Plano Diretor, que a sociedade passa a consumir, não os técnicos, mais a sociedade, eu acho que todo mundo ganha com isso. Quanto às informações do DEMHAB, foram adquiridos alguns equipamentos, softwares, isso está em processo de produção, mas eu não teria como te dar uma previsão, porque isso é do SMDE, mas existe uma iniciativa. Sobre a regularização fundiária, existe uma equipe no DEMHAB que trabalha com o georeferenciamento, mas isso ainda não aparece, porque é um trabalho muito intenso. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Primeiro, eu quero registrar a todos, para nós que trabalhamos com a aprovação de projetos e tal, foi uma verdadeira revolução o processo da informação técnica para trabalhar. A gente sentiu como se fosse um toque de mágica para nos colocar dentro (Inaudível), era muito complicado, era processo físico, quando tinha que ir nas secretarias

buscar Xerox de plantas. O que desagradou, nós quando perdemos em 2014 a DM de papel, nós perdemos um instrumento muito importante que nos dava uma garantia de que aqueles dados do processo, ao menos aquilo tinha validade. No momento em que entra a DMI a validade passou a ser instantânea. O conselho chegou a analisar alguns processos em que os consultores reclamavam de que teriam perdido o direito sobre o (Inaudível) construtivo de alguns processos. Tipo, tu pegavas uma DM em papel, via que o terreno era interessante, contratava um arquiteto para desenvolver o projeto. Tinha ocasiões de fazer portarias para comprar mais área, para fazer seu empreendimento e de repente a Secretaria da Cultura entra com um apontamento sobre aquele terreno, e aconteceu isso muito no bairro Petrópolis. Muitos empreendedores perderam os direitos e hoje estão batalhando na justiça com essa insegurança jurídica que gerou. Tu não tens mais garantia, porque quando tu tiras uma DM que aqueles índices e condicionantes têm validade, porque se entrar alguma nova resolução, principalmente na agricultura causou esse tipo de prejuízo. Então, esse foi o lado negativo. O grande problema que temos, semana passada eu voltei no antigo prédio da SMURB, no 5º andar para bater no guichezinho: “Onde é mesmo essa rede de esgoto de fundo de terreno”. Aí o cara tira uma lista, pega, tira o mapa e vem. Ah, está aqui! E está ali! Ou seja, esse tipo de informação precisa ir para nós. Tem algumas redes do DMAE também que não adianta, tu tens que se dirigir ao DMAE para ver os mapas. Ou seja, a tecnologia existe, tem alta capacidade, o que falta às vezes é o instrumento para viabilizar isso ao funcionário que está operando no dia a dia. Eu fico feliz com os avanços e não sabia que tinha uma equipe especial para evoluirmos cada vez mais. Eu te parabenizo e transmita a toda equipe, por favor. **Rodrigo de Marsillac Linn, UGSRA/SMAMS:** Obrigado. Luiz Gomes, eu só vou discordar de uma questão, se me permite. Essa questão de legalidade e de tempo, mas não foi em razão de termo migrado para a digital, não foi a questão da DMI. A gente poderia ter a DMI com um prazo de validade, tanto que não se imprime nem a data. No momento que é gerada a impressão do documento, não sei nem a data do início, ela foi lançada para evitar esse tipo de situação. Isso é uma questão estratégica de direito. Realmente, quanto à validade dos dados a gente está trabalhando muito dentro da SMAMS. A gente foi contemplado, atendido, virou um projeto prioritário dentro da atual gestão. Nós temos algumas secretarias são muito desenvolvidas nessa área, o DMAE e a Fazenda, que investiu muito em tecnologia, os aerolevantamentos são muito caros, em torno de R$ 30 milhões. Temos mais um previsto para 2019 com o foco a regularização cadastral. O objetivo é fornecer a infraestrutura necessária de ITI ao município e alinhar o desenvolvimento das áreas dentro das secretarias e departamentos. **Hermes de Assis Puricelli (Titular), Sindicato dos Arquitetos no Estado do Rio Grande do Sul – SAERGS:** Eu queria também parabenizar por este trabalho. Essas tecnologias estão sempre avançando, mas é um trabalho de dezenas de técnicos, passou por vários secretários e governos e hoje está em um patamar muito bom. Eu gostaria de trazer também uma questão que vem para o sindicato como reclamação, embora não seja uma questão da informação propriamente, um trabalho técnico da informação, mas essa questão que o Gomes levantou, eu acho que isso pode ser levado junto. A gente sabe que na época foi muito discutido com PGM, mas continuou o problema, os profissionais do atendimento ao usuário às vezes fazem uma consultoria, dão uma informação sobre um terreno que amanhã não... Não dá para afirmar que aquilo vai ser o mesmo dali, três, quatro meses, nem daqui uma semana. Então, é comum em um trabalho técnico sempre ter uma observação de que os dados podem mudar. Isso cria um problema bastante sério, não só do ponto de vista do profissional, mas do usuário também. Imagina, tu adquires um terreno e pode ser uma gleba individual., uma ocupação, um assentamento, uma área de interesse social e não tem prazo de validade. Eu acho isso um

problema bem sério. Outra sugestão, eu sei das dificuldades de pessoal, equipamento. Eu sou do tempo era o alinhamento, não era nem a DM aquela, era uma informação que se dava e demorava e era o mínimo de informação. A gente sabe que isso evolui não de uma forma hegemônica, às vezes grandes empreendimentos sem equipamentos, mas aí não tinha pessoal qualificado porque tecnologias novas não são para qualquer um sair trabalhando com isso, depois tinha pessoal e não tinha equipamento, assim vai. Com sugestão, até para o governo, não é uma questão técnica, tem temas que até aqui o conselho são de interessante muito grande dos conselheiros, da comunidade, a quem a prefeitura deve atender, por exemplo, as compensações em função das aprovações, os andamentos da PGM. Quando falam em transparência essas questões sempre ficam como... Não vou dizer “caixa preta”, mas no fundo é isso, aqui no conselheiro a gente não sabe o que tem hoje, quais as compensações, quem está cumprindo, quem não está cumprindo, informações de controle mesmo da máquina e da gestão pública. Parabéns pelo trabalho. **Rodrigo de Marsillac Linn, UGSRA/SMAMS:** Obrigado. Realmente, hoje a gente foca no desenvolvimento da DMI, mas o nosso sonho é chegar aí. Isso tudo tem a ver com a democratização da informação, a transparente do dado, para justamente transparecer os processos públicos. Houve uma iniciativa que não amadureceu, mas de trabalharmos com essas informações dos termos de contrapartida e até trabalhei com a Ana Paula Tomazzi, que era secretária aqui do conselho, quando começamos a pensar nos processos que tramitavam no CMDUA, gerar um banco de dados sobre isso. Acabou ficando em iniciativas, não progrediu. Realmente, a nossa equipe não consegue, estamos na capacidade limite. Nem é uma questão de tecnologia, mas de pessoal, isso realmente acontece. A nossa preocupação é com o dado mesmo, a gente fica muito alucinado com as tecnologias, mas a gente cuida muito a integridade do dado, tratar do dado. Quanto a DM, a validade, realmente, compreendo muito bem, os colegas também compartilham da insegurança que dá para o investidor lá fora. Isso é um assunto que sempre reaparece, mas é uma questão de governo e é do secretário, prefeito, PGM. Talvez seja das entidades de classe promoverem essa discussão novamente e colocar em pauta. **Mark Ramos Kuschick (Titular), Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON/RS:** Rodrigo, eu queria te perguntar sobre a possibilidade de ser oferecido aos conselheiros um treinamento objetivo sobre a atividade que o conselho para utilizar esta ferramenta. Existe esta possibilidade? É factível? Porque nem todos conselheiros trabalham em escritórios de arquitetura e tem convívio com essas ferramentas e esses conteúdos. Eu escutei uma referência à questão do plano de arborização de Porto Alegre, existe registro de arborização hoje em Porto Alegre nesse mapeamento? **Rodrigo de Marsillac Linn, UGSRA/SMAMS:** Eu acho que é viável uma capacitação. A gente já atende no plantão não só técnicos da construção civil, mas advogados, corretores de imóveis. Então, é possível sim fazermos. É de nosso interesse também que cada um daqui replique o conhecimento. É viável isso. Eu não me recordo de ter falado sobre arborização, mas de qualquer forma em 2010 as copas das arvores foram instituídas, nós temos mais esta camada de informação. Ela está estanque até 2010, não está atualizada. Há dentro da secretaria uma iniciativa de fazer o inventariamete da arborização urbana. Isso requer desenvolvimento de aplicação, compra de software, mas há a iniciativa para isso. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A arborização é muito difícil de foto aérea, de imagem. No Parcão se tinha uma estimativa histórica dentro da secretaria de 5 mil arvores. Este era o dado oficial até o início deste ano. Nós temos porque testamos um software de geo que tu tiras a foto e dá as coordenadas da arvore, ai o ser humano que está ali com o celular só abastece alguns dados, não precisa abastecer outros. E 100% das arvores do Parcão foram mapeadas,

fotografadas e se chegou ao número de 1.250, ou seja, muito menos do que se tinha até aquele momento. De repente tem duas arvores muito próximas que ele vai considerar uma. Então, é uma questão se tivesse um software colaborativo, onde libere para qualquer pessoa na cidade fotografar as árvores, eu acho que é a solução, mas não é um dado... Aí a arvore cai, uma nasce. É um dado que deve ser permanentemente atualizado. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Rodrigo, parabéns pela apresentar, foi sintética e clara sobre um assunto que para mim que não sou da área é importante para o conhecimento, como funciona e os dados apresentados. Tenho que citar também o seguinte, esta universalização dos dados. Isto é ótimo para nós que estamos entrando agora, que somos da comunidade, precisamos desse conhecimento geral. Parabéns pelo teu trabalho. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu acho que já sei a resposta, mas só para confirmar. Eu sou agrônomo, em 1976 já existia o mapa de uso dos solos do Estado do Rio Grande do Sul. Então, agronomicamente, já se sabia que aqui pode, ali não pode plantar culturas permanentes, ali culturas de rotação. Então, isso é algo que para nós agrônomos é algo que está mais cuidada. Eu acho que a reposta vai ser não, mas essas várias camadas que a gente tem no software, a gente pode brincar com eles para fazer atributos? A informação está lá, eu posso ficar, por exemplo, criando parâmetros? É a minha grande incógnita, ambientalmente, o desenvolvimento econômico, quantas pessoas caberiam dentro de Porto Alegre com qualidade de vida. Então, se eu começar a parametrizar a qualidade de vida e olhar esse monte de camada de informação que a gente já tem, poderíamos chegar a um número. Se deixar a cidade meio que na mão do interesse imobiliário ali caberiam umas 10 milhões de pessoas, se formos discutir qualidade de vida talvez a gente chegue a 2 milhões de pessoas. Então, existe essa possibilidade de brincar com a ferramenta para obter alguns dados e nos ajudar na decisão do Plano Diretor do ano que vem, uma revisão que vem aí na frente? E quais os dados que o DMLU agrega, se é só a questão de áreas de coleta. E uma dúvida específica, por exemplo, a questão de limitações legais, a compostagem da Lomba do Pinheiro está gravada no Plano Diretor, foi feito o registro, mas hoje já tem na porta da compostagem um hipermercado e ao lado está saindo um empreendimento do Minha Casa Minha Vida... (Manifestação fora do microfone). Se eu me lembro da legislação, uma área de compostagem tem um perímetro na qual não pode ter população. Então, um investimento de alguns milhões da prefeitura tem que sofrer licenciamento ambiental, não sei se ali é a FEPAM ou a SMAMS quem dá, daqui pouco não vai poder dar porque não atende mais o quesito de distância. Eu visitei a estação de tratamento do DMAE, que tem uma situação também bem preocupante, ali na São João/Navegantes, que gerou uma ocupação populacional antiga, mas é um instrumento que a cidade precisa. E a situação das pessoas que moram ali ao lado em termos de saúde não deve ser boa, porque é um processo de fermentação, gerando cheiros e gases. Então, deveria ter também certo perímetro de proteção e essas áreas eu não vejo gravadas na Cidade de Porto Alegre. Quando a gente fala que Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental, este “e ambiental”, a cidade gera esgoto, gera resíduo, a cidade precisa de drenagem. Como que isso está entrando para informações que me gerem um Plano Diretor que me garanta qualidade de vida? **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Complementando a questão que o Campani levanta, como entra o atlas ambiental de Porto Alegre nessa análise ambiental? Isto vale para o secretário também, foi lançado pela UFRGS semana passada o atlas virtual. Então, como é trabalho o atlas com esses atlas que já tem todo um trabalho feito pela universidade? Era isso e obrigado. **Rodrigo de Marsillac Linn, UGSRA/SMAMS:** Bom, a questão dos dados, mapeamento de uso e

cobertura. O aerolevantamento de 2010 gerou além de fotos uma visível faixa, que quem trabalhar com estudo de vegetação consegue fazer índices de massa e gerar dados. Também foi gerada um gama digital de preservação, um (Inaudível) de superfície. Além disso, uma nuvem de pontos do scanner a laser. A aeronave além de adquirir as fotos fez o levantamento com feixe de laser sobre o território. Isso gerou um modelo tridimensional da cidade, pegando toda a massa vegetal também. Então, para a agronomia é fantástico. Esses dados podem ser solicitados na prefeitura, álgebra de mapas também, para a gente fazer o mapeamento das bacias hidrográficas. Do DMLU são os resíduos sólidos, a gente tem mapeado isso, foi uma camada que foi solicitada a pouco tempo. O DMLU também é um dos departamentos que está dentro do projeto que ainda tem que crescer muito para gerar a sua informação e utilizar isso. A gente identificou que são iniciativas pontuais, mas ainda está muito quem da necessidade. Quanto aos trabalhos desenvolvidos pela UFRGS, mapa ambiental, todos esses dados também são georeferenciados, a gente possui eles no banco de dados. A gente tem que tomar um cuidado com a DMI para não sobrecarregar ela, porque já é muito confusa para a leitura, muitos se queixam isso, da quantidade de camada de informação que tem ali. Temos que tomar o cuidado para não fugir do escopo. **Jeanice Dias Ramos (1ª Suplente), Conselho de Arquitetura do Rio Grande do Sul – CAU/RS:** O software roda em qualquer computador? Tem que ter uma memória excepcional ou ele roda em qualquer um? **Rodrigo de Marsillac Linn, UGSRA/SMAMS:** Não, esta é uma aplicação web, é como abrir um Google buscador, não precisa instalar nada nele, ele é muito fácil, é a partir de um endereço da web, que vai acessar ela. O que seria indicado é uma velocidade, uma conexão com a internet boa, porque possui muito imagem e isso sobrecarrega a velocidade. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Felisberto, o atlas não foi lançado agora, foi relançado. Ele foi criado, se eu não me engano, em 2008. É que antes tinha que ter o CD e agora foi lançado na internet. E é usado sim, todas as formas de dados são usadas pelos técnicos da secretaria. **Felisberto Seabra Luisi (Titular), Região de Gestão de Planejamento Um – RGP. 1:** Secretário, isso vem ao encontro da pergunta do Campani, do que Porto Alegre comporta como qualidade de vida. Eu acho que o atlas pode ser um balizador disso. Não sei se estou correto, Campani, não sou da área, mas tenho estudado a respeito disso. Eu entendo que o atlas pode ser o balizador do território de Porto Alegre, porque foi um trabalho desenvolvido pela secretaria, com apoio da universidade, com toda a competência. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Vou mais além, todo EIA RIMA feito no território de Porto Alegre, nós temos na sede da Carlos Gomes numa biblioteca maravilhosa, isso fica impresso lá. Hoje as coisas são mais simples e com o processo de avanço da tecnologia se consegue ter um acesso mais restrito da informação. Tudo isso é consultável. Esses estudos ambientais, quando são elaborados, às vezes têm origem com dados primários, mas muitas vezes têm origem em dados já existentes. O atlas foi feito pela UFRGS, não foi feito pelo município, é um trabalho bem fantástico. É realmente muito utilizado pelos técnicos, por estudantes, enfim. A última manifestação é da Conselheira Maristela, que está de aniversário. (Aplausos). **Maristela Maffei (Titular), Região de Gestão de Planejamento Sete – RGP. 7:** Secretário, só para colaborar, existe um estudo que foi feito nos anos 2013, 2014, 2015, na Fundação Zoobotânica, o levantamento de toda fauna, flora, todos os aspectos... Aliás, vou aproveitar e dizer que é um crime o que estão fazendo com a nossa Zoobotânica e museu, espero que todos tenham sensibilidade histórica de lembrar do quanto é importante. Não sei se o senhor já tem esse material, mas se não tiver eu gostaria de levar, porque só dados importantes de toda esta riqueza que nós temos. Era só isso, muito obrigada. **Maurício Fernandes,**

Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS: Sem dúvida, a fundação gera um serviço fantástico. Gente, então, vamos encaminhar para o encerramento, vamos para as comunicações. Rodrigo, muito obrigado, este conselho está sempre de portas abertas. Muito obrigado pela apresentação e pelo serviço relevante que tu prestas ao Município de Porto Alegre. (Aplausos). Quem se inscreveu fique à vontade para se manifestar. **Adroaldo Venturini Barbosa (Titular), Região de Gestão de Planejamento Dois – RGP. 2:** Presidente, eu queria encaminhar um ponto de pauta, que venha a este conselho o GT que estudou a revitalização do 4º Distrito, porque temos bastante material. (Inaudível). **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** Eu gostaria de saber como está o nosso regimento aprovado. A gente fez uma alteração na reta final, onde o Gomes apresentou a emenda sobre a apresentação de estudos especiais que são possíveis de ser realizados, que fosse apresentado pelas entidades e RGPs um mês após a aprovação do regimento. Então, juridicamente a gente pode pensar que pode estar aprovado a partir daquela reunião, juridicamente a gente pode pensar que pode estar aprovado quando o prefeito homologar, juridicamente pode ser que seja aprovado quando publicado. A gente tem que fazer o acerto da data e a dinâmica para a apresentação e aprovação desses projetos. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Conselheiro Campani, a sua colocação é pertinente. Tem um ditado que diz que a gente não pode se beneficiar da própria torpeza. Para que não haja dúvida, a aprovação se dá com a publicação do decreto. Recebi a informação que a PGM já mandou para o gabinete e temos que analisar, porque eu não vi o processo ainda. **Darci Barnech Campani (Titular), Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental – ABES/RS:** E pedir também que a secretaria do conselho nos passe como a gente faz a apresentação das propostas e como vai ser aprovado. Eu lembro que antes tinha uma reunião que a gente aprovava formalmente. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** A gente pode fazer uma pauta específica, sem dúvida nenhuma com tempo hábil para a organização dos fluxos. **Jackson Roberto Santa Helena de Castro (Titular), Região de Gestão de Planejamento Três – RGP. 3:** Presidente, só para avisar que estou me retirando, passando a cadeira para o meu suplente, obrigado. **Luiz Antônio Marques Gomes (Titular), Região de Gestão de Planejamento Seis – RGP. 6:** Presidente, o informe é sobre o grupo que está promovendo a contestação ao Loteamento Ipanema. (Falas concomitantes). Eles fizeram uma exposição de como estão se dando as manifestações... Por favor, conselheiros, eu gostaria de ser ouvido, sei que a janta está pronta, sem problema. Então, Presidente, este grupo está mobilizado, envolve setores importantes da região. Eu achei que seria mais importante se eles viessem ao CMDUA para expor a luta na região. Então, sugiro que na próxima reunião do conselho se abra um período de apresentação do Movimento Loteamento Ipanema. Também coloquei na reunião que seria interessante que convidasse a Maiojama para o contraponto, mas informaram que ela é sempre convidada, mas nunca se faz presente. Então, seria isso, até pelo adiantado da hora, a janta está pronta e não podemos comprometer os cozinheiros. Era isso. Obrigado. **Maurício Fernandes, Presidente e Secretário Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade - SMAMS:** Eu queria passar o encerramento para a Clarice, que é a nossa anfitriã. **Clarisse Misoczky de Oliveira (Titular), Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB/RS):** Então, queria muito agradecer à presença de todos. Foi muito importante abrir a casa a todos. Então, vamos passar para a comilança. Só temos uma questão, o IAB fecha às 22h, então, temos 1h. Agradeço, pessoal...

TÉRMINO ÀS 21 HORAS.

_____ _____

Maurício Fernandes

Presidente *Secretária Executiva*

Relatora

Ata aprovada na sessão plenária do dia .../.../2019, ... retificações: